



UNIVERSITAT DE
BARCELONA

A influência de uma cidade média do Sudoeste da Bahia: o caso de Vitória da Conquista

Rita de Cássia Oliveira Lima Alves

ADVERTIMENT. La consulta d'aquesta tesi queda condicionada a l'acceptació de les següents condicions d'ús: La difusió d'aquesta tesi per mitjà del servei TDX (www.tdx.cat) i a través del Dipòsit Digital de la UB (diposit.ub.edu) ha estat autoritzada pels titulars dels drets de propietat intel·lectual únicament per a usos privats emmarcats en activitats d'investigació i docència. No s'autoritza la seva reproducció amb finalitats de lucre ni la seva difusió i posada a disposició des d'un lloc aliè al servei TDX ni al Dipòsit Digital de la UB. No s'autoritza la presentació del seu contingut en una finestra o marc aliè a TDX o al Dipòsit Digital de la UB (framing). Aquesta reserva de drets afecta tant al resum de presentació de la tesi com als seus continguts. En la utilització o cita de parts de la tesi és obligat indicar el nom de la persona autora.

ADVERTENCIA. La consulta de esta tesis queda condicionada a la aceptación de las siguientes condiciones de uso: La difusión de esta tesis por medio del servicio TDR (www.tdx.cat) y a través del Repositorio Digital de la UB (diposit.ub.edu) ha sido autorizada por los titulares de los derechos de propiedad intelectual únicamente para usos privados enmarcados en actividades de investigación y docencia. No se autoriza su reproducción con finalidades de lucro ni su difusión y puesta a disposición desde un sitio ajeno al servicio TDR o al Repositorio Digital de la UB. No se autoriza la presentación de su contenido en una ventana o marco ajeno a TDR o al Repositorio Digital de la UB (framing). Esta reserva de derechos afecta tanto al resumen de presentación de la tesis como a sus contenidos. En la utilización o cita de partes de la tesis es obligado indicar el nombre de la persona autora.

WARNING. On having consulted this thesis you're accepting the following use conditions: Spreading this thesis by the TDX (www.tdx.cat) service and by the UB Digital Repository (diposit.ub.edu) has been authorized by the titular of the intellectual property rights only for private uses placed in investigation and teaching activities. Reproduction with lucrative aims is not authorized nor its spreading and availability from a site foreign to the TDX service or to the UB Digital Repository. Introducing its content in a window or frame foreign to the TDX service or to the UB Digital Repository is not authorized (framing). Those rights affect to the presentation summary of the thesis as well as to its contents. In the using or citation of parts of the thesis it's obliged to indicate the name of the author.



FACULTAD DE GEOGRAFÍA E HISTORIA

DOCTORADO EN GEOGRAFIA, PLANIFICACIÓN TERRITORIAL Y
GESTIÓN AMBIENTAL

RITA DE CÁSSIA OLIVEIRA LIMA ALVES

**A INFLUÊNCIA DE UMA CIDADE MÉDIA DO SUDOESTE DA
BAHIA: O CASO DE VITÓRIA DA CONQUISTA**

ESPAÑA, BARCELONA
2014

RITA DE CÁSSIA OLIVEIRA LIMA ALVES

**A INFLUÊNCIA DE UMA CIDADE MÉDIA DO SUDOESTE DA
BAHIA: O CASO DE VITÓRIA DA CONQUISTA**

Tese apresentada à Universitat de Barcelona
como requisito final para a obtenção do grau de
Doutor em Geografia, Planificació Territorial y
Gestión Ambiental.

Orientador: Professor Doutor José Luiz Luzón
Benedicto

ESPAÑA, BARCELONA
2014

RITA DE CÁSSIA OLIVEIRA LIMA ALVES

**A INFLUÊNCIA DE UMA CIDADE MÉDIA DO SUDOESTE DA BAHIA: O CASO
DE VITÓRIA DA CONQUISTA**

Tese apresentada à Universitat de Barcelona como requisito final para a obtenção do grau de Doutor em Geografia, Planificació Territorial y Gestión Ambiental.

Barcelona, ____ de _____ de 2014.

Aos meus queridos pais, Cidão e minha inesquecível mamãe - Elza. A vocês, o meu amor, meu carinho, minha gratidão pela vida de dignidade que vocês sempre lutaram para que seus filhos a tivessem. Gratidão eterna.

A Naldo, Fá e Tinta, minhas fontes de inspiração para desejar sempre me tornar um ser melhor. O meu amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

A Ele... Deus... Este que sempre está presente... Que nunca abandona, que sempre acolhe. A Deus, o meu reconhecimento e convicção de que Ele esteve em cada minuto dos momentos dedicados a uma etapa tão significativa da minha vida.

A duas grandes parceiras de vida. A Universidade Estadual do Sudoeste e a Universidade de Barcelona. Agradeço a todos que as representam na concretização deste Doutorado. Meus sinceros agradecimentos.

Ao meu marido, Josenaldo, pela serenidade em compreender, em ajudar, em revisar, em contribuir criticamente com o seu saber. Sem você, Naldinho, seriam mais complicadas as longas horas de estudo. Aos meus filhos, Fabrício e Cintia, que agora já podem ouvir: “Mãe concluiu!” Obrigada pela compreensão aos momentos que os privei da minha companhia, da minha necessária atenção. Incondicional gratidão meus filhos queridos. A meus pais, a quem devo a vida, a quem devo tudo o que me tornei. Em especial à minha querida irmã Iracema que revisou incansavelmente este trabalho. A cada um dos meus familiares que, mesmo sem saber, estavam ali “embarcando” nesta “viagem” que é a realização de um Doutorado. Agradeço a cada um, individualmente. Vocês sobreviveram a mim... Ao meu estresse... À minha ansiedade... À minha angústia.. E eu pude sobreviver também... Por vocês.

Ao meu mais que professor, mais que orientador, Professor Luiz Luzón Benedicto. Impossível relatar o quanto o senhor me proporcionou de aprendizado, professor. O maior dos aprendizados – a superação. Levo para a vida a sua sede por pesquisa, as suas ponderações assertivas, mas nunca desveladas, o seu exemplo de vida dedicada a instigar a busca pela clareza de uma realidade que insistia em se manter encoberta. Talvez o senhor não saiba, professor, mas o senhor foi o tempo inteiro aquela pessoa que me manteve ativada para não deixar que a porta se fechasse antes da minha conclusão. Muito obrigada por tudo!

Aos colegas e professores do Doutorado. Quanto privilégio conviver com vocês. Meus sinceros agradecimentos aos professores Joan Tort, Javier Vide, Javier Ubeda, e aos demais professores da UB. Meu carinho especial aos colegas mais próximos – Francis, Fernando, Marialda, Nadir, Meire Patrícia. A Francisco Carvalho, meu colega de Doutorado e grande amigo Chico, agradeço a você o apoio recebido nesta reta final dos trabalhos. A sua experiência, já como Doutor, fez toda diferença.

Em especial a um amigo, que me abriu a janela para a Geografia, enquanto instrumento de transformação social e de uma vida nunca antes sequer imaginada. A você meu querido amigo Jânio Santos, amigo que o Doutorado me deixou de herança. Sequer tenho palavras para agradecer a sua dedicação, o seu desprendimento, a sua paixão por essa área. Nunca mais quero “largar” de você.

A Junívio. Como não me lembrar de alguém que me disse sem nada dizer: “A Geografia requer reflexões elaboradas”. Junívio, obrigada por todo o auxílio que me proporcionou, adentrando, para além de cada mapa pensado, discutido e elaborado... E reelaborado... Quantas vezes fossem necessárias, incansavelmente estava ali Junívio. A Leonardo, que ocupou-se em me ajudar com os levantamentos de dados, adentrando nesse universo infinito, muito obrigada! A Tay e Cristiane, a qual eu tive o privilégio de ter, nestes momentos finais, como aquelas que cuidaram para cada que letrinha, cada espaço, cada parte da tese, estivesse milimetricamente no devido lugar.

Aos amigos que também foram parceiros nesta jornada. Minhas amigas queridas Beth e Mira. A pergunta que não queria calar. “Ritinha, quando é que você termina mesmo?”. Lindas, demorei a descobrir que a gente bem sabe quando começa. Terminar já é uma benção de Deus, que só virá a acontecer depois de muito esforço e perseverança. Agradeço a vocês a companhia, o carinho, a compreensão pelos momentos que atravessamos juntas neste período

A Lili, a mais louca e desejada companhia, que esteve por perto cada vez que eu, desesperada gritava “Liiiiiiiiiii... toma conta da minha casa enquanto estudo!!’ E lá vinha Lili, estabanada, mas ali firme, fiel e disposta! Você fez toda a diferença, menina!

A vocês dedico essa canção, “Chegando de Mansinho” do nosso sempre Dominginhos.

“Estou chegando de mansinho,/ Cabreiro e analisando tudo./ Mas sinto que um novo mundo,/ um novo horizonte está pra chegar./ Trago uma sacola murcha,/ sem nada dentro pra mostrar/ Mas trago um coração imenso/ cheio de esperança e amor pra dar.Venho vindo de tão longe/ Com os pés cansados de tanto andar,/ Mas sou destemido e forte/ e coisa tão pouca não vai me assustar./ Sou bastante persistente/ Não sei o que é medo não posso parar/ O meu plano foi traçado/ e um novo mundo eu vou começar”.

"Somos todos visitantes deste tempo e lugar. Estamos somente de passagem. O nosso propósito aqui é observar, aprender, crescer, amar ... e depois voltarmos para casa".

Provérbio dos aborígenes australianos

RESUMO

Este estudo se propõe a investigar a posição que Vitória da Conquista - Bahia enquanto cidade média, assume na influência na região do Sudoeste da Bahia. A cidade escolhida para investigação está localizada numa região pobre do Nordeste do Brasil, possuindo problemas estruturais, mas que, a despeito das suas contradições, se constitui na segunda cidade mais importante do interior do Estado da Bahia. Trata-se da única cidade média da região em evidência, ante um quadro de fragilidade social do seu sistema urbano-regional. A hipótese central deste estudo consiste em afirmar que, ainda que se verifique o fortalecimento de Vitória da Conquista enquanto cidade média, a fragilidade do sistema social em que essa se insere, essa têm exercido forte influência na região, inclusive colaborando, ora diretamente ou indiretamente, para o processo de melhoria nas condições de vida da sua população. Tal condição, no entanto, dificulta, significativamente, a consolidação do seu papel no âmbito de proporcionar reais melhorias na qualidade de vida para a população residente em sua região de influência. Ademais, compreende-se que, no Brasil, a fragilidade e desigualdade na rede urbana tornam efetiva a capacidade dessas cidades em materializarem-se como pólos regionais de excelência. Enquanto procedimento metodológico o estudo adotou variados procedimentos, utilizados de forma articulada, para evidenciar os resultados alcançados. Desta forma, realizou-se coleta e análise de dados e informações sobre a área em estudo. Buscou-se trabalhar, além dos referenciais clássicos, com seguintes modelos de dimensões territoriais: Programa *Ciudades Intermedias y Urbanización Mundial*; Projeto *Monitoreo de Ciudades Intermedias*; a Proposta metodológica de análise das cidades médias. O estudo possui natureza descritivo-exploratória por buscar reconhecer os aspectos referentes à relação entre Vitória da Conquista enquanto cidade média e a região Sudoeste da Bahia, nos seus aspectos econômicos e sociais. Utilizou-se, portanto, como instrumentos de levantamentos de dados: Revisão bibliográfica, entrevistas, questionários, observação participativa, para levantamento e análise dos dados quantitativos e qualitativos. Para tratamento dos dados, utilizou-se a cartografia, registros fotográficos, tabelas e gráficos. Os resultados que se apresentam demonstram que Vitória da Conquista e a região Sudoeste da Bahia acumulam um histórico de desigualdades econômicas e sociais que impactam negativamente na vida da população ali residente. Portanto, foi possível identificar, entre outros aspectos, a forte relação que este Município estabelece com as cidades localizadas no seu entorno, as quais, em sua maioria, caracterizam-se como cidades de pequeno porte. Constatou-se ainda o papel de intermediadora que Vitória da Conquista exerce entre os municípios de pequeno porte e os centros maiores. Entretanto, a deficiência de outros fatores igualmente relevantes, a exemplo do saneamento básico, da mobilidade urbana, da educação formal, saúde, entre outros importantes aspectos, paradoxalmente, reforça o grau de dependência entre Vitória da Conquista e os demais municípios da região Sudoeste. Como principal conclusão, este estudo indica que Vitória da Conquista, embora possua capacidade e equipamentos urbanos de modo a abranger, relativamente, a sua Região de Influência, ainda urge a consolidação de tantos outros fatores que necessitam estarem presentes em seu *lócus*.

PALAVRAS-CHAVE: Cidades Médias. Região de Influências. Centralidade. Urbanização.

ABSTRACT

This study aims to investigate the position Vitória da Conquista - Bahia as an average city takes in influence in the Southwest region of Bahia . The city chosen for investigation is located in a poor region of northeastern Brazil , having structural problems , but , despite its contradictions , constitutes the second most important city in the state of Bahia . It is the only city in the region average in evidence , against a framework of social fragility of their urban- regional system . The central hypothesis of this study is to state that , although there is the strengthening of Vitoria da Conquista while the city average , the fragility of the social system in which it is inserted , this has a strong influence in the region , including collaborating , sometimes directly or indirectly to the process of improving the living conditions of its population . Such a condition , however , significantly hinders the consolidation of its role in providing real improvements in the quality of life for people living in their region of influence population. Furthermore , it is understood that , in Brazil , the fragility and inequality in urban network become effective on the ability of these cities to materialize as regional centers of excellence . While the study methodological procedure adopted various procedures used in a coordinated manner to highlight the achievements. Thus , there was gathering and analyzing data and information about the area under study . We tried to work together with classic references with the following models of territorial dimensions : Intermediate Program Ciudades y World Urbanización ; Ciudades intermediate and Monitoring Project , the Proposed methodological analysis of medium-sized cities . The study has a descriptive and exploratory nature to seek to recognize aspects regarding the relationship between Vitória da Conquista as mean and Southwest of Bahia , in its economic and social aspects town. We used , therefore, as instruments of survey data : literature review, interviews , questionnaires , participant observation , to survey and analysis of quantitative and qualitative data . For data processing , we used the mapping , photographic records , tables and graphs . The results presented demonstrate that Vitoria da Conquista and Southwest Bahia region accumulate a history of economic and social inequalities that negatively impact the lives of people residing there . Therefore , it was possible to identify , among other things , the strong relationship that it maintains with the County towns located in its surroundings , which , in most cases, are characterized as small cities . Yet it was found that the role of mediator Vitória da Conquista exercises between the small towns and larger centers . However , deficiency of other equally important factors , such as sanitation , urban mobility , formal education , health and other important aspects paradoxically reinforces the degree of dependence between Vitória da Conquista and other cities in the southwestern region. As a main conclusion , this study indicates that Vitoria da Conquista , although it has capacity and urban facilities to cover relatively Your Area of Influence also urges the consolidation of so many other factors that need to be present at its locus .

KEYWORDS: Middle Cities. Region Influences. Centralization. Urbanization.

RESUM

Aquest estudi té com a objectiu investigar la posició de Vitória da Conquista - Badia com una ciutat mitjana té influència en la regió sud-oest de Bahia. La ciutat escollida per a la investigació se situa en una regió pobra del nord-est del Brasil, que té problemes estructurals, però, malgrat les seves contradiccions, constitueix la segona ciutat més important de l'estat de Bahia. És l'única ciutat a la regió mitjana de l'evidència, en un marc de fragilitat social del seu sistema urbà regional. La hipòtesi central d'aquest treball és assenyalar que, si bé és l'enfortiment de Vitória da Conquista, mentre que la mitjana de la ciutat, la fragilitat del sistema social en què s'insereix, això té una forta influència en la regió, inclosa la col·laboradora, de vegades, directament o indirectament, per al procés de millorar les condicions de vida de la població. Tal condició, però, dificulta significativament la consolidació del seu paper en el subministrament de millores reals en la qualitat de vida de les persones que viuen a la seva regió d'influència de la població. A més, s'entén que, al Brasil, la fragilitat i la desigualtat en la xarxa urbana es fan efectius en la capacitat d'aquestes ciutats a materialitzar com a centres regionals d'excel·lència. Si bé el procediment metodològic estudi va adoptar diversos procediments utilitzats de manera coordinada per posar en relleu els èxits. Per tant, no hi va haver recollida i anàlisi de dades i informació sobre la zona en estudi. Intentem treballar conjuntament amb les referències clàssiques amb els següents models de dimensions territorials: Programa Intermedi Ciutats i Urbanització Mundial, Ciutats intermèdies i Monitorització del Projecte, l'anàlisi metodològic proposat per ciutats mitjanes. L'estudi té un caràcter descriptiu i exploratori per intentar reconèixer els aspectes pel que fa a la relació entre Vitória da Conquista com a mitjana i el Sud-oest de Bahia, en els seus aspectes econòmics i socials de la ciutat aspectes. Utilitzem, per tant, com a instruments de dades de l'enquesta: revisió de la literatura, entrevistes, qüestionaris, observació participant, per estudiar i anàlisi de dades quantitatives i qualitatives. Per al processament de les dades, es va utilitzar el mapatge, els registres fotogràfics, taules i gràfics. Els resultats presentats demostren que la regió del sud-oest de Bahia Vitória da Conquista i acumular un historial de les desigualtats econòmiques i socials que afecten negativament la vida de les persones que hi resideixen. Per tant, va ser possible identificar, entre altres coses, la forta relació que manté amb els pobles del Comtat ubicades en el seu entorn, que, en la majoria dels casos, es caracteritzen com petites ciutats. No obstant això, es va constatar que el paper de mediador Vitória da Conquista exerceix entre les petites ciutats i els centres grans. No obstant això, la deficiència d'altres factors igualment importants, com el sanejament, la mobilitat urbana, l'educació formal, la salut i altres aspectes importants reforça paradoxalment el grau de dependència entre Vitória da Conquista i altres ciutats en la regió sud-oest. Com a principal conclusió, aquest estudi indica que Vitória da Conquista, tot i que té la capacitat i l'equipament urbà per cobrir relativament seva àrea d'influència també insta la consolidació de molts altres factors que han d'estar presents en el seu locus.

PARAULES CLAU: Ciutats Mitjana. Influències Regió. Centralització. Urbanització.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGERBA	Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia
ABAR	Associação Brasileira das Agências de Regulação
AMIC	Assistência Médica Infantil de Conquista
BA	Bahia
BR	Brasil
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul
CEMAE	Centro Municipal de Atenção Especializada
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CF	Constituição Federal
CFM	Conselho Federal de Medicina
CIA	Centro Industrial de Aratu
CIRETRAN	Circunscrições Regionais do Trânsito
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde
CNPq	Conselho de Desenvolvimento Nacional Científico e Tecnológico
CNPU	Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Políticas Urbanas do Ministério do Planejamento
CUPE	Clínica Urgência Pediátrica
DETRAN	Departamento de Trânsito
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito
DIREC	Diretorias Regionais de Educação
DIRES	Diretorias Regionais de Saúde
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
EMBASA	Empresa Baiana de Água e Saneamento
EBCT	Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos
ECT	Empresa de Correios e Telégrafos
ETENE	Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
FAINOR	Faculdade Independente do Nordeste
FFPVC	Faculdade de Formação de Professores

FJT	Faculdade Juvêncio Terra
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FNS	Fundo Nacional de Saúde
FMS	Fundos Municipais de Saúde
FTC	Faculdade de Ciência e Tecnologia
HOSPEC	Hospital Pediátrico de Conquista
HSVP	Hospital São Vicente de Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBR	Instituto Brandão de Reabilitação
ICON	Instituto de Oncologia
IDEB	Índice de Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDHME	Índice de Desenvolvimento Humano – Educação
IDHMR	Índice de Desenvolvimento Humano – Renda
IEED	Instituto de Educação Euclides Dantas
IES	Instituições de Educação Superior
IFBA	Instituto Federal da Bahia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPEA	Instituto de Pesquisas Aplicadas
JUCEB	Junta Comercial do Estado da Bahia
LCELei	Complementar Estadual
MG	Minas Gerais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PDU	Plano Diretor Urbano
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PLANASA	Plano Nacional de Saneamento
PMVC	Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
PNCCPM	Programa Nacional de Apoio às Cidades de Porte Médio
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil
PNDU	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
PROCAD	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica

PRRAC	Programa Nacional de Recuperação e Renovação de Cafezais
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECOM	Secretaria de Comunicação
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Único de Saúde
UB	Universidade Barcelona
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UIA	União Internacional dos Arquitetos
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIMEC	Unidade Médico-Cirúrgico
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URBIS	Habitação e Urbanização da Bahia Sociedade Anônima

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FLUXOGRAMA

Fluxograma 1 Estrutura do Trabalho.....	70
------------------------------------------------	----

MAPAS

Mapa 1 Mesorregiões da Bahia.....	133
Mapa 2 Microrregiões da Bahia.....	135
Mapa 3 Região de Influência de Vitória da Conquista – REGIC - 2008	142
Mapa 4 População da Região de Influência de Vitória da Conquista	146
Mapa 5 Regiões Econômicas da Bahia.....	152
Mapa 6 Municípios da Região Sudoeste da Bahia	158
Mapa 7 Região Sudoeste – Clima.....	161
Mapa 8 Região Sudoeste - Relevo.....	164
Mapa 9 Região Sudoeste - Vegetação.....	165
Mapa 10 Região Sudoeste Hidrografia.....	168
Mapa 11 Variação Demográfica – Região Sudoeste.....	208
Mapa 12 Conectividade em Vitória da Conquista.....	226
Mapa 13 Rodovias das proximidades Vitória da Conquista	229
Mapa 14 Vitória da Conquista no contexto planetário	268
Mapa 15 Macrozoneamento de Ocupação do Solo	301
Mapa 16 Bairros de Vitória da Conquista – Área de Ocupação Consolidada	302
Mapa 17 Localização das Instituições de Educação Superior em Vitória da Conquista	337

GRÁFICOS

Gráfico 1 Pirâmide etária Brasil – 2000 e 2010.....	185
Gráfico 2 Pirâmide etária Bahia – 2000 e 2010	185
Gráfico 3 Pirâmide Etária – região Sudoeste – 2000-2010.....	188
Gráfico 4 Pirâmide Etária – Vitória da Conquista – 2000 e 2010.....	189
Gráfico 5 Pirâmide: Dsitribuição da renda – Brasil – 2000 – 2010	258

Gráfico 6	Pirâmide: Dsitribuição da renda – Bahia – 2000 – 2010	259
Gráfico 7	Pirâmide: Distribuição da Renda – Região Sudoeste – 2000-2010	260
Gráfico 8	Pirâmide: Dsitribuição da renda – Vitória da Conquista – 2000-2010	261

FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	Mirante.....	246
Fotografia 2	Vitória da Conquista.....	247
Fotografia 3	Planaltino	254
Fotografia 4	Caatiba.....	255
Fotografia 5	Edifício Lindóya – 1950.....	282
Fotografia 6	Processo de verticalização de Vitória da Conquista – Avenida Olívia Flores.....	298

PAINÉIS FOTOGRÁFICOS

Painel Fotográfico 1	Centro de Vitória da Conquista	306
Painel Fotográfico 2	Bairro Brasil de Vitória da Conquista.....	308
Painel Fotográfico 3	Bairro Recreio de Vitória da Conquista	310
Painel Fotográfico 4	Bairro Candeias de Vitória da Conquista	312
Painel Fotográfico 5	Comércio do Bairro Patagônia de Vitória da Conquista .	313
Painel Fotográfico 6	Bairro Jurema de Vitória da Conquista.....	315
Painel Fotográfico 7	Loteamento Vila América e Condomínio Green Ville	325
Painel Fotográfico 8	Terminal Rodoviário e Frota de ônibus – Vitória da Conquista	341
Painel Fotográfico 9	Trânsito de Vitória da Conquista	345

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Dimensões das cidades médias.....	34
Quadro 2	Projeto Monitoreo de Ciudades Intermedias para Estudio das Cidades Médias	35
Quadro 3	Proposta metodológica para análise de cidades médias - Brasil	36
Quadro 4	Características da Rede Urbana	77
Quadro 5	Dimensões das cidades médias – Indicadores	89
Quadro 6	Projeto Monitoreo de Ciudades Intermedias para Estudio das Cidades Médias – Variáveis e Indicadores	92
Quadro 7	Proposta Metodológica para análise das Cidades Médias – Variáveis	98
Quadro 8	Rede Urbana da Bahia, conforme RGIC – 2008.....	141
Quadro 9	Centros e Subcentros Regionais – 1973	148
Quadro 10	Regiões Econômicas – Bahia	150
Quadro 11	Principais características das Regiões Econômicas do Estado da Bahia.....	153
Quadro 12	Classificação dos municípios da região Sudoeste – REGIC (IBGE - 2008).....	209
Quadro 13	IHM – Classificação	242
Quadro 14	Bahia – produtos e exportações nos séculos XVI, XVII e XVIII	270
Quadro 15	Equipamentos de Saúde – Vitória da Conquista -2013.....	330

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Taxa de urbanização das regiões brasileiras	108
Tabela 2	Número de municípios e população nos censos demográficos, segundo as classes de tamanho das população dos municípios – 1960-2010	115
Tabela 3	Taxa de Crescimento da População da Bahia	123
Tabela 4	Crescimento Populacional: total, urbana, das cidades e rural 2000/2010 Bahia	124
Tabela 5	Taxa de Distribuição da População situação do domicílio – 1950 a 2010 – Bahia	125
Tabela 6	Cidades e Crescimento – 2000/2010	126
Tabela 7	Municípios com população entre 100.000 e 600.000 habitantes.....	128
Tabela 8	Os números das mesorregiões	134
Tabela 9	Microrregiões de Vitória da Conquista - Crescimento demográfico...	136
Tabela 10	Área e Densidade demográfica: 1991, 2000 e 2010 (Brasil, Bahia, Região Sudoeste).....	175
Tabela 11	Taxa de Fecundidade, Esperança de Vida ao Nascer e Mortalidade Infantil– 1991, 2000, 2010 (Brasil, Bahia, Região Sudoeste	180
Tabela 12	Migração – 1991, 2000, 2010 (Brasil, Bahia, Região Sudoeste).....	183
Tabela 13	População e Crescimento Demográfico da Bahia e Região Sudoeste da Bahia	190
Tabela 14	População: 1991 - 2000 – 2010 (Brasil, Bahia, Região Sudoeste)....	191
Tabela 15	Naturalidade em relação ao município – 1991, 2000, 2010: Região Sudoeste	194
Tabela 16	Grau de Urbanização – Região Sudoeste – 2000 – 2010	202
Tabela 17	PIB a preços correntes – Região Sudoeste	215
Tabela 18	Renda per capita dos Municípios da região Sudoeste da Bahia	217
Tabela 19	Fluxo Rodoviário – região Sudoeste	227
Tabela 20	Condições de habitação - região Sudoeste – (%)	233
Tabela 21	Exclusão Social	237
Tabela 22	Classificação dos Municípios da região Sudoeste da Bahia – IDHM	243
Tabela 23	IDHM: região Sudoeste	244
Tabela 24	IDHM versus Esperança de Vida ao Nascer	249

Tabela 25	Índice de Gini – Estados brasileiros	251
Tabela 26	Índice de Gini – Municípios da região Sudoeste	252
Tabela 27	Principais características do Trabalho e Renda– Vitória da Conquista – 2010	262
Tabela 28	Taxa de Urbanização – 1950	279
Tabela 29	População de Vitória da Conquista, por situação domiciliar – 1940 a 2010	297
Tabela 30	Concentração de Negócios	299
Tabela 31	Origem dos Produtos	300
Tabela 32	Principais indicadores do IDHM de Vitória da Conquista	320
Tabela 33	Valor do Metro quadrado e quantidade de áreas edificadas – Zona urbana de Vitória da Conquista – por Bairro – 2013	321
Tabela 34	Preço médio do metro quadrado de Vitória da Conquista - distribuída por zona	323
Tabela 35	Condições de Moradia da população – 2010 – Percentual	324
Tabela 36	Principais características da Qualidade de Vida e Saúde– Vitória da Conquista – 1991, 2000 e 2010	333
Tabela 37	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica	338
Tabela 38	Frota de Veículos – Vitória da Conquista – 2005 a 2012	343

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
1.1 APRESENTAÇÃO	21
1.2 MOTIVAÇÕES	24
1.3 O PROBLEMA	26
1.4 OBJETIVOS	28
1.5 HIPÓTESE.....	29
1.6 METODOLOGIA	30
1.6.1 Revisão Bibliográfica	31
1.6.2 Base de Dados do modelo de regionalização	31
1.6.3 Variáveis utilizadas.....	32
1.6.4 Pesquisa de Campo – Entrevistas, questionários e observação participativa	40
1.6.5 Demais formas de tratamento de dados.....	43
1.6.5.1 Cartografia	43
1.6.5.2 Registros fotográficos	44
1.6.5.3 Tabelas e Quadros.....	44
1.6.6 Análise dos dados	44
1.7 ESTADO DA ARTE	45
1.7.1 Reconhecendo a dinâmica das cidades médias no mundo.....	45
1.7.2 As concepções brasileiras de cidades médias.....	55
1.7.3 Vitória da Conquista e região Sudoeste no debate sobre cidades médias	62
1.8 ESTRUTURA DO TRABALHO	68
2. CIDADES MÉDIAS: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	71
2.1 ANALISANDO A RELAÇÃO ENTRE CIDADE A URBANIZAÇÃO	72
2.2 A REDE URBANA E AS QUESTÕES SOCIAIS.....	75
2.3 QUALIDADE DE VIDA VERSUS DESIGUALDADES SOCIAIS NAS CIDADES MÉDIAS.....	80
2.4 ABORDAGENS SOBRE DIMENSÕES DAS CIDADES MÉDIAS	87
2.5 A NATUREZA DIVERSA DA QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES.....	101
3. O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS NO BRASIL E NA BAHIA.....	104
3.1 CONFIGURAÇÕES URBANAS NO BRASIL	106
3.2 IMPACTOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NA URBANIZAÇÃO NACIONAL	110
3.3 CIDADES MÉDIAS E A URBANIZAÇÃO	112
3.4 O PROCESSO DA URBANIZAÇÃO NA BAHIA	116
4. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO SUDOESTE DA BAHIA, ENQUANTO REGIÃO ECONÔMICA	131
4.1 MESORREGIÕES E MICRORREGIÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA.....	132

4.2 O REGIC - AS REGIÕES DE INFLUÊNCIA DA BAHIA	137
4.3 AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS - UM ESBOÇO PRELIMINAR DE REGIONALIZAÇÃO.....	147
4.4 AS REGIÕES ECONÔMICAS	149
4.4.1 A região Sudoeste da Bahia	158
4.4.1.1 Aspectos físicos.....	158
4.4.1.2 Aspectos demográficos – População e sua evolução	173
4.4.1.3 Povoamento: distribuição no espaço. Rede urbana do Sudoeste da Bahia e sua evolução demográfica.....	195
4.4.2 Dinâmica Demográfica dos Municípios da Região.....	206
5. ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA REGIÃO SUDOESTE	213
5.1 O PIB DA REGIÃO SUDOESTE	214
5.1.1 Estrutura Setorial	219
5.2 INFRA-ESTRUTURA.....	224
5.3 A QUALIDADE DE VIDA DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDOESTE.....	231
5.3.1 Os indicadores sociais da região Sudoeste	236
5.3.2 Trabalho e Renda enquanto variáveis determinantes na construção da cidadania.....	256
5.4 UMA TENTATIVA DE SÍNTESE DO POSICIONAMENTO DE VITÓRIA DA CONQUISTA FRENTE À REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA	262
6. URBANIZAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA: VITORIA DA CONQUISTA NO TEMPO E NO ESPAÇO	267
6.1 ADENTRANDO ÀS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX.....	273
6.2 VITÓRIA DA CONQUISTA NOS 50 ANOS SEGUINTE E OS NOVOS CONTORNOS DA URBANIZAÇÃO	279
6.3 VITÓRIA DA CONQUISTA E O INÍCIO DO SÉCULO XXI: O COMÉRCIO CONSOLIDADO	296
7. A DINÂMICA INTERNA DE VITÓRIA DA CONQUISTA: A QUALIDADE DE VIDA NO URBANO	318
7.1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E A QUALIDADE DE VIDA DE VITÓRIA DA CONQUISTA.....	319
7.2 O DESAFIO DA MORADIA EM VITÓRIA DA CONQUISTA	320
7.3 O SISTEMA DE SAÚDE EM VITÓRIA DA CONQUISTA: A <i>PRAXIS</i> DE UM COTIDIANO	326
7.4 O SISTEMA DE EDUCAÇÃO EM VITÓRIA DA CONQUISTA.....	335
7.5 A MOBILIDADE E QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE URBANO.....	339
7.6 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE VITÓRIA DA CONQUISTA..	346
7.7 LAZER E CULTURA EM VITÓRIA DA CONQUISTA.....	347
8 CONCLUSÃO	350
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	356
APÊNDICES	

1 INTRODUÇÃO

No contexto atual, por constituírem-se em importantes vetores do crescimento de um país, as cidades médias fortalecem as demandas na sua rede urbana, sobretudo em função do seu papel como centro de polarização regional, característica essa que é determinante na sua categorização. É nessa realidade que as cidades médias ganham relevância, apresentando-se como um espaço urbano em crescimento, ao tempo em que atuam como mediadoras das demandas originadas tanto das cidades menores quanto das cidades de maior porte.

Cabe, portanto, reconhecer os novos papéis desempenhados pelas cidades médias, considerando suas características de categorização, associadas às suas redes de influência. Especialmente, importa identificar suas funções urbanas e as novas interações espaciais que delas derivam e que, por consequência, contribuem com aparelhamentos também utilizados por cidades circunvizinhas e que, conseqüentemente, colaboram para a redução das desigualdades sociais.

1.1 APRESENTAÇÃO

O atual cenário urbano mundial remete a importantes debates acerca das relações entre as cidades e a sua região, objeto de investigação deste estudo, o qual se propõe a analisar a influência de Vitória da Conquista, enquanto cidade média, da região Sudoeste da Bahia. O tema deste estudo consiste, portanto, na análise que as cidades médias exercem junto à sua região de influência. Buscou-se compreender quais e como as dimensões de uma cidade são relevantes para caracterizá-la como cidade média

Ante o exposto, discutir a relação entre Vitória da Conquista, enquanto cidade média, e o Sudoeste da Bahia é, antes de tudo, pensar sobre uma realidade cotidiana, da qual esta autora sempre fez parte. Se, por um lado tal condição impele ao risco do envolvimento e conseqüente ansiedade, por outro, considerou-se, firmemente, a fronteira estabelecida pela pesquisa científica, tarefa que, embora bastante desafiadora, se propôs a assumir, sobretudo porque cada cidade possui a sua “impressão digital. Como afirma Gomes (2000),

[...] a existência de cada cidade tem uma lógica e uma fundamentação histórico-cultural própria que, a despeito de inexoravelmente articulada com as demais, seja internamente no nível específico de análise considerado – local, regional, nacional – seja no nível global, subsistem sob a forma de seu patrimônio (cultural, social, econômico e político) [...] GOMES (2000, p.233).

E é nesse contexto que se compreende que cada cidade é formada por um espaço peculiar e singular, cuja composição é complexa e repleta de contradições. Constituídas por diferentes formas de relação com o seu entorno regional, as cidades são, assim, sempre diferentes umas das outras, ante uma realidade política, econômica, social, cultural e demográfica. Santos (1994), inclusive, compreende que “[...] as cidades são cada vez mais diferentes umas das outras. Cada cidade tem uma relação direta com a demanda da sua região”. A cidade média – uma das mais expressivas estruturas do atual sistema urbano - reflete bem esse cenário, na medida em que reúne diferentes elementos essenciais ao acesso à infraestrutura e equipamentos urbanos necessários a uma população que se expande para além dos seus limites urbanos.

Vitória da Conquista, cidade média que realiza importante elo em uma rede de outras cidades contíguas, sobretudo na região Sudoeste da Bahia, desenvolve também relações com cidades maiores do estado da Bahia e de outros estados, em função de se constituir, sobretudo, como um centro comercial e de serviços, que atende a, aproximadamente, mais de 80 cidades, incluindo-se, assim, as 38 cidades da região Sudoeste da Bahia. Sua atividade econômica, antes limitada ao âmbito local, atualmente tem sido reconhecida na esfera regional, devido à presença de um setor de comércio e de serviços relativamente diversificados, ainda que escassamente especializados. A cidade é, assim, considerada um pólo regional, classificada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como Capital regional B (REGIC, 2008), tendo em vista sua capacidade de exercer influência sobre vários outros municípios menores que a circundam.

Já o sistema urbano da região Sudoeste, por sua vez, caracteriza-se, na maioria dos seus municípios, pela deficiência de uma infraestrutura que proporcione uma qualidade de vida à sua população, sobretudo nas áreas de saúde, educação, emprego, saneamento. Tal condição faz com que a população ali residente se movimente em direção a cidades melhor equipadas e localizadas no seu entorno.

Vitória da Conquista se insere nesse último contexto e experimenta, já há algumas décadas, o exercício de sua influência nesse centro regional na Bahia.

No entanto, apesar do seu desenvolvimento recente em algumas funções urbanas e regionais, a exemplo da constituição de um pólo da educação superior, além do oferecimento de serviços de saúde de média complexidade, entre outras, é perceptível a carência dessa cidade quanto à oferta de serviços em outros setores, tais como: ênfase do desenvolvimento da indústria e agropecuária, além de deficiências na educação básica e no saneamento básico. A região, assim, reúne incipiente condição de crescimento e desenvolvimento, o que, indiretamente, impacta, sobretudo, na qualidade de vida da sua população, gerando, assim, desafios de diversas naturezas para Vitória da Conquista. Curiosa e paradoxalmente, ao considerar as especificidades da região na qual está inserida, a sua centralidade é assegurada, mesmo com as condições de pobreza de tal região, ou até mesmo devido a elas.

O paradoxo, entretanto, não é uma peculiaridade exclusiva de Vitória da Conquista e do seu entorno. É fato que a maioria das cidades brasileiras, sobretudo aquelas localizadas na Região Nordeste, mesmo tendo consolidado a condição de centralidade, também ainda trazem consigo características de baixa capacidade institucional quanto à implementação e/ou gestão de sua infraestrutura urbana, com vistas à capacidade de oferecimento de melhores condições de vida aos seus moradores. A gestão das cidades torna-se, assim, desafiadora, pois são comuns outros tantos problemas, os quais geram reduzida qualidade dos serviços prestados a uma população, que vive não somente nas cidades médias, mas também no seu entorno.

Torna-se imperativo, assim, reconhecer a essência do papel Vitória da Conquista frente à região de influência e demais escalas. A retração ou inexistência de importantes fatores de crescimento e desenvolvimento podem depreciar em muito o exercício de centralidade desta cidade, gerando disfunções das diversas naturezas, especialmente relacionadas à qualidade de vida de sua população, que, indiscutivelmente, poderiam ser planejadas e executadas pelos seus agentes, especialmente o Estado, em consonância com a sua comunidade.

1.2 MOTIVAÇÕES

Um estudo desta natureza exige a percepção das mais variadas dimensões que envolvem a caracterização de uma cidade média. O esforço em compreender o papel regional de uma cidade média, ante seus aspectos demográficos, econômicos, ambientais, de infraestrutura e de equipamentos urbanos, adquire mais significado se analisados com vistas a buscar, entre outras, a mais essencial das respostas a este questionamento: como estes elementos interagem entre si de forma a prover melhores condições de vida para a sua população?

As motivações têm, preliminarmente assim, relação direta com olhar atento e curioso desta autora quanto às condições sociais e econômicas em que vive a população da região na qual Vitória da Conquista se insere. Tal condição estimulou-a a desenvolver estudos para identificar como se estabelece a relação desta cidade com a sua região de influência. Aprofundar essa discussão se tornou imperativa na decisão para avançar nos estudos em questão.

Ademais, um fato curioso tem chamado a atenção, quanto a uma interpretação recorrente, de estudos que apontam que as cidades médias podem ser vistas como “paraísos” de um sistema urbano, tendo em vista que tais cidades sinalizam para a presença de uma qualidade de vida superior às cidades de menor e maior porte. Tal percepção pode gerar desdobramentos, sobretudo quando não constatada essa realidade, em termos de gestão das cidades, cujos níveis de complexidade exigem iniciativas acuradas, e de proporções escalares, acerca desse cenário. Nessa perspectiva, as motivações acentuam-se em direção a investigar, no âmbito de Vitória da Conquista e região, em que termos essa realidade se reproduz.

A escolha do tema foi motivada, ainda, por uma série de questionamentos presentes na *práxis* da autora deste estudo: com formação em Administração de Empresas e docente da Educação Superior da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), a Geografia ressurge como um descortinar de possibilidades de aproximação e interação entre ambos os campos do saber. Há, assim, uma preocupação natural de uma administradora que se percebe cada vez mais geógrafa, ao buscar, dentre outros aspectos, compreender o *locus* de funcionamento de uma cidade como Vitória da Conquista frente à sua região de influência, ante uma realidade de demandas relacionadas à capacidade de gestão dos seus

agentes, os quais atuam nas instituições públicas, privadas e organizações não governamentais.

Uma das fortes motivações para a realização deste estudo reside, também, no fato de poder colaborar para que órgãos de fomento, instituições diversas, assim como gestores que atuam neste campo possam estabelecer estratégias de ação favoráveis à melhoria de vida que estes espaços possam proporcionar ao seu contingente populacional. Por fim, constatada a importância deste tema para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, espera-se que, no campo acadêmico, esta tese seja, assim, fomentadora de novos estudos sobre cidades médias e desigualdades sociais.

As razões da escolha do *lócus* evidenciado para realização desse estudo se devem a alguns importantes fatores: inicialmente, nota-se que a Bahia – estado localizado na região Nordeste do Brasil – tem apresentado, por meio dos últimos índices econômicos, um relativo, mas ainda não substancial, crescimento econômico e social em seus sistemas urbanos. Paradoxalmente, mantém-se no estado uma grande situação de pobreza a qual afeta grande parte da sua população. Em Vitória da Conquista, esta realidade se reproduz, a exemplo de muitos outros municípios brasileiros, ao se posicionar como terceiro maior município da Bahia em termos populacionais, mas que apresenta altos índices de desigualdades sociais e baixos índices econômicos.

Por outro lado, esta cidade congrega para si grande contingente populacional oriundo de cidades circunvizinhas, que se movimentam para a sua zona urbana em busca de trabalho e qualidade de vida. Desta forma, esta autora vivencia tal realidade há muitos anos, tendo em vista que sempre residiu nesta cidade e, assim, aprendeu a observar e inquietar-se com o paradoxo que é viver e observar uma cidade que cresce e, ao mesmo tempo, apresenta notórias características de desigualdades sociais, gerando uma cidade dividida, ou seja, uma cidade que possui espaços com melhores serviços (média e alta qualidade de vida) e espaços sem a presença de serviços (baixa qualidade de vida). É neste contexto que a opção por Vitória da Conquista e sua região se justificam. Mapear esta realidade implica em revisitar as características de contradições às quais está exposta a região. Buscar compreender o impacto das condições históricas, econômicas, políticas, espaciais e sociais na configuração de um quadro de grandes desigualdades, constitui-se em um desafio. As motivações se consolidam ao identificar o avanço nas respostas de

diversas inquietações, ao compreender a dinâmica espacial da região Sudoeste da Bahia e sua cidade-pólo regional, Vitória da Conquista, ao indagar sobre o seu real papel como cidade média.

1.3 O PROBLEMA

As reflexões sobre os processos sociais e espaciais que constituem as cidades, sobretudo as médias, tem se materializado, ao longo dos anos, por meio de dois campos escalares específicos e complementares, a saber: a escala intraurbana e a escala interurbana. Em tais escalas é possível verificar os vínculos sociais e econômicos, consubstanciados a um menor índice de problemas decorrentes do processo de urbanização. Em outros termos, historicamente, as principais funções das cidades médias remetem a um relativo equilíbrio entre as escalas intra e inter urbana, o que implicaria na presença de determinado modelo de infraestruturas e equipamentos urbanos, os quais gerariam funcionalidades que as distinguiriam das cidades pequenas e das grandes, agregando-se, no entanto, fatores qualitativos de ambas que culminariam em maior qualidade de vida. Um estudo desta natureza implicaria, portanto, alguns importantes questionamentos que permitissem compreender as relações, os fluxos e processos que legitimam o papel da cidade média no seu ambiente intra urbano e sua região de influência.

Antes, porém, precede-se um questionamento: como a literatura define o que são cidades médias? Os diversos pensadores que buscaram uma compreensão sobre a questão, foram praticamente unânimes: apesar de ser um termo amplamente utilizado, não há definição teórica precisa. É essencial, portanto, compreender as características que envolvem tal termo no tempo e no espaço. O percurso indicará que, mais que a necessidade de uma conceituação de cidade média, há que se compreender o papel que a mesma desenvolve. Soares (1999) indica pistas para compreensão de tal papel. Assim, em suas palavras,

[...] devem ser consideradas para identificação das cidades médias diversas variáveis como: tamanho demográfico, qualidade das relações externas, especialização e diversificação econômica, posição e sua importância na região e na rede urbana de que faz parte, organização espacial e índices de qualidade de vida, atributos que podem variar de região para região, de país para país, tendo em vista sua formação histórico/geográfica, que é diversificada segundo sua localização espacial. Desse modo, podemos dizer que as cidades médias ou intermediárias são definidas pelo lugar que

ocupam não apenas na rede urbana, mas também no sistema econômico global. (SOARES, 1999, p. 60-61)

O debate instiga, quando, para além dos aspectos habitualmente identificados, chama à atenção a ênfase atribuída aos índices de qualidade de vida da sua população. Embora o termo “qualidade” possua características de subjetividade e, certamente, imprecisa interpretação, é possível afirmar que já há estudos que indicam as principais variáveis a serem analisadas para qualidade de vida nas cidades. Mais uma vez destaca-se a importância dos índices educacionais, saúde, renda, trabalho, habitação. Bellet Sanfeliu e Llop Torné (2003) reforçam este enfoque, quando afirmam que:

La definición de este objetivo depende de cada contexto y de su situación de partida. El objetivo de la calidad de vida pasa primero por cubrir las necesidades básicas de cada asentamiento: vivienda digna, agua corriente, saneamiento, enseñanza, sanidad y salubridad. Una vez cubiertas las necesidades y servicios básicos es cuando deben plantearse objetivos de tipo más cualitativo (BELLET SANFELIU; LLOP TORNÉ, 2003, p. 10)

Dessa forma, compreender a correlação entre o papel da cidade média e a qualidade de vida de sua população torna-se imperativo para o estudo que ora se inicia. Em suma, há que se identificar as relações estabelecidas entre cidade média e as características que possibilitem a sua influência em sua área regional. É sob tal prisma que este estudo busca compreender o papel regional de Vitória da Conquista.

Analisar Vitória da Conquista e sua relação com a sua região, implica, assim, o entendimento da estruturação do seu território, enquanto provedora de uma qualidade de vida digna para a sua população e o seu entorno. Estas ponderações instigam o interesse e abrem possibilidades para uma proximidade ao contexto empírico de análise, sob a perspectiva geográfica, histórica, econômica e, sobretudo, social do ambiente em evidência, o que permitiria analisar o objeto de estudo na perspectiva da integração dos âmbitos intra e interurbanos.

Vitória da Conquista é um centro urbano que se encontra numa região limite entre as regiões Nordeste e Sudeste do Brasil. Localiza-se na região Centro-Sul da Bahia (IBGE) ou região Sudoeste da Bahia (SEI) ou Território de Identidade de Identidade de Vitória da Conquista (SEI), marcada pela ocorrência recorrente da seca e pela economia baseada no comércio e em serviços. Este cenário conduz a

formação de um sistema urbano desarticulado e heterogêneo, cuja desigualdade é manifestada por meio de relações que são estabelecidas entre seus diversos componentes. Única cidade com população superior a 300.00 habitantes na vasta região, Vitória da Conquista representa um espaço fértil de apreciação, tanto do seu papel de centro regional quanto pela relação deste com a qualidade de vida da sua população.

Com base no exposto e, ao apreender as dimensões presentes em Vitória da Conquista, questiona-se, essencialmente: Qual a posição que Vitória da Conquista assume na escala local/regional, frente às demandas sociais e econômicas da região Sudoeste da Bahia? Estaria Vitória da Conquista apta, em termos de infraestrutura urbana, a atender às demandas da sua região de influência? Estaria a população de Vitória da Conquista minimamente contemplada com as políticas públicas desenvolvidas em seu benefício? A cidade demonstra um histórico de crescimento e desenvolvimento, de forma a identificar o grau de influência que esta estabelece com a sua região de influência?

Diante do exposto, pretende-se, para tanto, responder aos questionamentos acima, para que se alcance às respostas para o seguinte problema central. Qual a influência de uma cidade de Vitória da Conquista na Região Sudoeste da Bahia, nos aspectos.... educacionais, saúde, que são relevantes para melhoria das condições de vida de uma população. Qual o impacto na melhoria de vida da população de Vitória da Conquista e sua região de influência, especificamente, a região Sudoeste da Bahia, enquanto cidade média, ante um quadro de fragilidade social presente no seu sistema urbano-regional?

1.4 OBJETIVOS

Para avançar em direção aos principais questionamentos, apresentam-se abaixo os seguintes objetivos. Este trabalho tem como objetivo principal, investigar a posição que Vitória da Conquista assume na sua região de influência, enquanto única cidade média da região Sudoeste da Bahia, ante um quadro de fragilidade social do seu sistema urbano-regional.

Especificamente pretende-se:

- Discutir a inter-relação entre cidade média e região de influência, considerando a releitura de diferentes concepções;

- Compreender como se constituiu o processo de urbanização no Brasil e qual a influência de tal processo nas cidades médias brasileiras;
- Compreender o peso das cidades médias no âmbito do estado da Bahia e verificar como tal processo se consolidou em suas vertentes regionais;
- Avaliar as relações de Vitória da Conquista com sua região de influência no âmbito da região Sudoeste, enfocando suas interações sociais e econômicas;
- Compreender as características de centralidade de Vitória da Conquista;
- Identificar e analisar os aspectos sociais dos habitantes de Vitória da Conquista e da sua região de influência.

1.5 HIPÓTESE

De acordo com Castello Branco (2006, p. 246), a acepção de Cidades Médias não se vincula apenas à categorização por tamanho populacional. De fato, ao aquiescer com a autora, afirma-se que outros elementos também estão relacionados. Nessa perspectiva, em análise sobre cidades médias, os dados demográficos não podem ser considerados como absolutos ou separadamente de toda a dinâmica que envolve uma cidade. Destaque-se aqui, por exemplo, a importância do papel que tais cidades desempenham na rede urbana à qual se insere. Para tanto, Santos J. (2012) afirma que:

As cidades médias são aquelas que exercem a função de um centro regional numa determinada dinâmica da rede urbana, de acordo com o potencial demográfico, a situação, o raio de ação e o nível de especialização dos serviços e das atividades produtivas. Além disso, têm a capacidade de articular-se aos centros de decisões sem, necessariamente, depender das cidades dentro da sua unidade político administrativa, cuja ordem hierárquica seja superior, como as grandes e as metrópoles. J. SANTOS (2012, p. 134)

A capacidade de desenvolvimento econômico e social de uma cidade média, portanto, é determinante na efetivação do papel desta na sua região de influência, considerando o exercício da centralidade que desenvolve. Nas palavras de Lefebvre (1999, p.109-124), esta é a principal característica desta categoria de cidades, uma vez que nela se apóia o seu poder de articulação entre os diferentes níveis de centros urbanos, a sua atuação como centro de oferta de bens e serviços para a sua

área de influência e como “nó” de diferentes tipos de rede e funções que estão no núcleo do conceito de centralidade.

Acrescente-se ainda que a oferta de infraestrutura urbana, segurança, mobilidade, moradia, saneamento básico, educação, saúde, entre outros aspectos, constitui-se em fator essencial à justificativa do papel de uma cidade média. A centralidade se caracteriza como superior na proporção em que esta estiver vinculada à oferta de uma qualidade de vida urbana à sua região de influência.

Desta forma, a hipótese central deste estudo consiste em considerar que, ainda que se perceba o fortalecimento de Vitória da Conquista enquanto cidade média, a fragilidade do sistema social em que essa se insere, dificulta, significativamente, a consolidação do seu papel no âmbito de proporcionar reais melhorias na qualidade de vida para toda a população residente e sua região de influência. Vitória da Conquista, a exemplo de outras cidades médias que exercem influência no interior da Bahia (Porto Seguro, Ilhéus, Feira de Santana), constituem-se em parte de um problema maior, o qual se refere à alta concentração de serviços, renda, população e indústria na metrópole e capital do estado, Salvador. Tal condição funciona como inibidora no fortalecimento do papel dessas cidades, enquanto centros regionais, uma vez que a maior concentração industrial pesada, além de melhor infraestrutura, a exemplo de aeroporto internacional e portos, encontra-se localizada na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Por outro lado, nas demais regiões do estado ocorre maior exploração das demais atividades - agricultura e serviços - enquanto bases econômicas principais, porém com menor capacidade na geração de dinamicidade econômica. Ademais, compreende-se que, no Brasil, a fragilidade e desigualdade na rede urbana tornam efetiva a capacidade dessas cidades em materializarem-se como pólos regionais.

1.6 METODOLOGIA

Em conformidade com os objetivos propostos, o estudo adotou como base metodológica, variados procedimentos, utilizados de forma articulada, para evidenciar os resultados alcançados, o qual se descreve a seguir como se desenvolveram.

Essa tese possui natureza descritivo-exploratória, pois procura reconhecer, com detalhamento e rigor científico, os aspectos referentes à relação entre Vitória

da Conquista enquanto cidade média e a região Sudoeste da Bahia, nos aspectos relacionados à qualidade de vida de sua população. Buscou-se, assim, ir para além da identificação dos aspectos econômicos da cidade e das suas funções urbanas, dimensões habitualmente pesquisadas no tema cidades médias, ao investigar como se estabelece a relação desta cidade com as outras cidades da região Sudoeste e com as áreas rurais circunvizinhas em seus aspectos sociais. Para tanto, adotou-se os seguintes procedimentos metodológicos:

1.6.1 Revisão Bibliográfica

Como estratégia para seleção do aporte teórico, utilizou-se o acervo com textos pertinentes à temática, a fim de que esta fosse contextualizada, comparada e aprofundada na interlocução com e entre vários autores. O acervo foi estruturado segundo palavras-chaves, a exemplo de cidades médias, urbanização, regiões de influência, centralidade, desenvolvimento social. Com o intuito de contemplar a sistematização dos capítulos estabelecidos para a tese, realizou-se levantamento e revisão bibliográficos dos autores relacionados à temática, para definição das principais concepções sobre cidades médias, centralidade, rede de influência tidos estes como referência para as análises realizadas, a exemplo de Walter Christaller (1966), Carme Bellet e Joseph M. Llop, (2001), Francine Fournier (1999), além de Milton Santos (1994), Maria da Encarnação Sposito (2007), Roberto Lobato Correia (2007), dentre outros importantes autores. Na escala local e regional utilizou-se como referência essencial ao debate, as pesquisas sobre cidades médias e região Sudoeste da Bahia, realizadas por Jânio Santos (2008) e Renato Leone Miranda Leda (2013), dentre outros importantes autores. Os dados bibliográficos foram catalogados e fichados, para que, seguidamente, se fizesse a análise do conteúdo pesquisado, procedendo-se às análises comparativas do seu referencial, de forma articulada com sua base empírica. Ao final, foi possível articular o referencial utilizado com as evidências empíricas.

1.6.2 Base de dados do modelo de regionalização

Procurou-se utilizar a base de dados do padrão de regionalização empregado anteriormente pelo estado, denominado Regiões Econômicas da Bahia, na qual

Vitória da Conquista se insere como cidade-polo da região Sudoeste da Bahia. A Região Sudoeste da Bahia faz parte de um padrão de regionalização estabelecido pelo Estado, com fins de distribuição do estado da Bahia em Regiões Econômicas. Tal padrão foi utilizado pelo governo estadual até 2007, sendo, posteriormente, substituído pelo padrão de regionalização denominado Território de Identidade. A preferência por este recorte regional justifica-se por ainda constituir-se no mais amplo reconhecimento e familiaridade pública desta categoria regional, além da maior disponibilidade de dados confiáveis, produzidos por diferentes organizações de pesquisa, assim como pela facilidade de cruzamento dos referidos dados. Ademais, existe, atualmente, um Projeto (BAHIA, 2011), que propõe a criação da Região Metropolitana de Vitória da Conquista, cujos limites geográficos têm como delimitação os municípios da região Sudoeste da Bahia.

Utilizou-se, ainda, fontes documentais relacionadas às principais Bases de Dados do Brasil, da Bahia, da região Sudoeste e de Vitória da Conquista, a exemplo do IBGE, da SEI e da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dentre outros, sendo utilizadas tanto a documentação impressa quanto a disponibilizada em endereços eletrônicos, ou seja, internet.

Para a produção da formação histórica da região, utilizou-se as referências bibliográficas de autores que já realizaram publicações nesta áreas, além de teses, dissertações e documentos cartográficos, bem como jornais locais e regionais (impressos ou por meio eletrônico). Para analisar a relevância de Vitória da Conquista, em relação à sua região de influência, buscou-se identificar o processo de urbanização da cidade, adotando por base os dados dos diversos censos do IBGE .

1.6.3 Variáveis utilizadas

Para a seleção de variáveis considerou-se os possíveis determinantes relacionados ao papel da cidade média e sua relação com a qualidade de vida da população. Incorpora-se, assim, um conjunto de variáveis municipais e regionais identificadas em estudos desenvolvidos na Europa, América Latina e Brasil, que contribuem para a pesquisa em evidência. O propósito foi trabalhar com as variáveis relacionados aos modelos de dimensões territoriais a seguir descritos e que

encontram-se devidamente detalhados no estado da arte e no capítulo 2 sobre cidades médias, a saber: **Programa *Ciudades Intermedias y Urbanización Mundial***, desenvolvido pela União Internacional dos Arquitetos (UIA), em parceria com o *Ajuntament de Lleid*; **Projeto *Monitoreo de Ciudades Intermedias***, publicado no ano de 2003, em forma de documento-texto, sob o título *Intermediación urbana: ciudades de América Latina em su entorno*; **Proposta metodológica de análise das cidades médias**, capitaneada por pesquisadoras pelas universidades brasileiras, a saber: Universidade Estadual Paulista, Universidade Estadual do Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Federal da Universidade Federal de Pernambuco.

O programa *Ciudades Intermedias y Urbanización Mundial*, desenvolvido pela União Internacional dos Arquitetos (UIA), em parceria com o *Ajuntament de Lleid*, surgiu durante o XIX Congresso da União Internacional dos Arquitetos, realizado em Barcelona, no ano de 1996, cuja coordenação geral é de Josep M. Llop Tomé, diretor dos serviços urbanos do *Ajuntament de Lleid*, e a direção técnica de Carme Bellet Sanfeliu, professora do Departamento de Geografia e Sociologia da Universidade de Lleida. O programa atualmente caracteriza-se como uma referência internacional para estudos sobre cidades médias, abrangendo 116 cidades e 30 países diferentes, cujo objetivo principal é discutir o papel das cidades médias no contexto de urbanização mundial, considerando, para isso, as diferentes realidades socioespaciais das áreas onde se inserem essas cidades.

A equipe coordenadora do programa elaborou um modelo de análise das cidades médias, contendo critérios quantitativos (demográficos e territoriais) e qualitativos (funções). Tal modelo, de acordo com a UIA(1998), reconhece-se como generalista e se justifica pela dificuldade de construir um modelo único de interpretação considerando a diversidade humana mundial, tendo em vista que formulações específicas e complexas dificultariam o desenvolvimento do programa e exigiria um grande esforço por parte dos envolvidos. Desta forma, a UIA considerou quinze dimensões, às quais encontram-se melhor detalhadas no Capítulo 2 desta Tese – Pressupostos Teóricos. Destas, o estudo em evidência selecionou as nove dimensões abaixo relacionadas, e que integram as pesquisas realizadas por esta tese.

Quadro 1 – Dimensões das cidades médias

Dimensões
1. Tamaño y forma de la ciudad
2. Tamaño y densidad de la ciudad
3. Ciudad y su “hinterland” urbano
4. Red de servicios – infraestructuras
5. Infraestructuras territoriales
6. Niveles de equipamiento urbano
7. Tipo de ciudad media/intermedia
8. Actividad económica
9. La vivienda

Fonte: Adaptação UIA- Las Encuestas (1998)

O **Projeto *Monitoreo de Ciudades Intermedias***, publicado no ano de 2003, em forma de documento-texto, sob o título *Intermediación urbana: ciudades de América Latina em su entorno*, foi elaborado e executado pelo Programa oordenação Regional de Gestão Urbana, da Coordenação Regional para a América Latina e Caribe, pretencente ao Programa da Nações Unidas para os Assentamentos Humanos.

No âmbito da América Latina, analisa-se, assim, a contribuição do projeto *Monitoreo de Ciudades Intermedias*, publicado no ano de 2003, em forma de documento-texto, sob o título *Intermediación urbana: ciudades de América Latina em su entorno*. Foi elaborado e executado pelo Programa Coordenação Regional de Gestão Urbana, da Coordenação Regional para a América Latina e Caribe, pretencente ao Programa da Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, que é uma subdivisão do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Na opinião de Oliveira e Soares (1:2010), este projeto é uma referência importante para os estudos das cidades médias, pois tem como objetivo principal discutir as funções e os potenciais de desenvolvimento destas cidades na América Latina, propondo , para isso, uma metodologia de monitoramento dessas cidades, contribuindo, sobremaneira, para os estudos desses centros urbanos.

Desta forma, este projeto considerou sete dimensões, às quais encontram-se melhor detalhadas no Capítulo 2 desta Tese – Pressupostos Teóricos. Destas, o estudo em evidência selecionou as quatro dimensões abaixo relacionadas, e que integram as pesquisas realizadas por esta tese.

Quadro 2 – Projeto Monitoreo de Ciudades Intermedias para Estudio das Cidades Médias

1. Dimensión	Descripción
2. Demográfica	Abarca toda la dinámica poblacional de una ciudad, teniendo en cuenta tanto la fertilidad natural e una población como los flujos migratorios
3. Económica	Relativa a todas las actividades de producción y de intercambio de bienes y servicios, como también al marco regulador en el cual se inscriben.
4. Servicios y Equipamientos	Identifica las infraestructuras y equipamientos realizados en el marco de una determinada política Pública definida por autoridades competentes (en asociación o sin asociación con organismos de la sociedad) y puestos a disposición de una comunidad humana bajo la forma de servicios a la colectividad destinados a la población urbana y exterior).

Fonte: Adaptado de Bolay et al (2003)

Ao utilizar a proposta metodológica nesta tese, compreende-se que tal estudo possui a vantagem de caracterizar-se pela amplitude e detalhamento das dimensões disponibilizadas. É possível afirmar que tal metodologia possui relevância impar para o debate sobre cidades médias que, desta forma, demonstra direta relação com o estudo em evidência, tendo em vista que este pesquisa o papel de Vitória da Conquista enquanto cidade média junto à sua região de influência.

A Proposta metodológica de análise das cidades médias é capitaneada por pesquisadoras pelas universidades brasileiras, a saber: Universidade Estadual Paulista, Universidade Estadual do Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Federal da Unversidade Federal de Pernambuco.

Sendo assim, destaca-se, neste momento, o estudo cuja denominação “O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica”. Apresenta-se elementos para o entendimento dos papéis desempenhados por essas cidades na rede urbana, possibilitando, assim, uma comparação entre centros urbanos diferentes. A primeira versão desta metodologia foi elaborada para o projeto de pesquisa “Cidades médias brasileiras; agentes econômicos, reestruturação urbana e regional”, em 2005. Em 2006, a mesma proposta foi submetida aos editais do CNPq, por diferentes pesquisadores da rede, e obteve apoios que possibilitaram o desenvolvimento da investigação científica, os quais oferecem elementos para uma comparação entre cidades de diferentes regiões brasileiras. O foco está nas dimensões econômicas e sociais, as quais evidencia-se abaixo aquelas que foram

trabalhadas neste estudo, e que encontram-se detalhadas de forma completa no Capítulo 2 desta Tese – Cidades Médias – Pressupostos Teóricos.

Quadro 3 – Proposta Metodológica para análise das Cidades Médias - Brasil

Eixos	Variáveis
Eixo 1: Ramo de atividades econômicas representativas da atuação dos novos agentes econômicos.	<ul style="list-style-type: none"> - grandes equipamentos industriais e/ou de tecnologia avançada; - serviços de saúde especializados; - ensino superior, com destaque para a pós-graduação.
Eixo II: Dinâmica populacional e mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - evolução da população total, urbana e rural; - migração - evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)
Eixo III: Equipamentos e infra-estruturas	<ul style="list-style-type: none"> - shopping centers; - aeroportos; - terminais intermodais - rodovias de acesso - hotéis de alto padrão; - distritos industriais modernos; - espaços fixos e transitórios para a realização de eventos (festas, feiras, convenções)
Eixo IV: Condições de moradia	<ul style="list-style-type: none"> - favelas e áreas de risco; - loteamentos irregulares e clandestinos; - programas habitacionais de interesse social públicos e não governamentais; - loteamentos e condomínios fechados; - uso residencial e diversificado nas áreas centrais associado à verticalização; - condições inadequadas de moradia: densidade excessiva, irregularidade fundiária, carência de infra-estrutura e de instalações sanitárias no domicílio; - interfaces entre a questão habitacional e os conflitos de uso do solo, problemas de mobilidade, precariedade das redes de infra-estrutura, acessibilidade do deficiente aosequipamentos sociais e serviços urbanos; - processos de planejamento urbano e habitacional;

Fonte: Adaptado de Sposito et all (2007)

Os três modelos, desenvolvidos em espaços geográficos distintos, colocam em evidência a influência dos autores que os produziram, à luz das suas concepções e experiências em seus espaços de intervenção. Ainda assim, é

possível verificar semelhanças nos modelos apresentados, resultantes, certamente, da consolidação das concepções universalmente aceitas acerca das características de cidades médias. Acredita-se, inclusive, que a indefinição de um consenso conceitual sobre esta categoria de cidade não implica na dificuldade de reconhecê-la, tendo em vista o entendimento comum de que o que as define tem direta relação com um determinado contexto. Ou seja, de forma objetiva, o que lhes dá a identidade é o fato das mesmas se configurarem como nós da rede urbana, atuando como pontos de integração junto à sua área de influência e possibilitando assim, a articulação entre centros urbanos maiores e menores (CORRÊA, 2001).

Para estudo sobre a influência de Vitória da Conquista na região Sudoeste da Bahia, optou-se por utilizar dimensões relacionadas aos modelos acima apresentados. Compreende-se que esta deva ser uma das mais importantes etapas deste trabalho, tendo em vista o seu caráter original, pois não se tem conhecimento de estudos realizados, nesse âmbito, na região em estudo. Ademais, a metodologia é passível de ser replicada a outras realidades, considerando a familiaridade e credibilidade das variáveis utilizadas e a relação destas com a realidade das cidades médias. A seguir, destaca-se o detalhamento das variáveis que envolvem as Dimensões Demográfica, Econômica, Área de Influência, Infra-estrutura e Equipamentos Urbanos.

A **Dimensão Demográfica** envolve toda a dinâmica populacional de Vitória da Conquista e da região Sudoeste. Analisando-se as taxas de crescimento demográfico de Vitória da Conquista e região, em relação ao Brasil e à Bahia. Para tanto, realiza-se a análise das variáveis relacionadas ao crescimento demográfico, sobretudo quanto ao período, população urbana, população rural e população total, densidade demográfica, além de idade e sexo. As fontes de dados são do IBGE e da SEI. O IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – é o órgão nacional responsável, dentre outras funções, pelo Censo Demográfico do Brasil. A SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – é a principal provedora de dados da Bahia, sendo assim responsável pelos seus levantamentos estatísticos.

A **Dimensão Econômica** apresenta informações sobre os aspectos econômicos de Vitória da Conquista e da região Sudoeste da Bahia, correlacionando-os com o estado da Bahia. Realizou-se a análise do Produto Interno Bruto (PIB) da região Sudoeste e do estado da Bahia, publicado pela SEI. O

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), órgão vinculado ao Banco do Nordeste do Brasil, subsidiou os estudos, com informações sócio-econômicas da Bahia e do Nordeste. São disponibilizados, ainda, dados relacionados à renda média da população de Vitória da Conquista. Ademais são apresentados dados relativos aos segmentos produtivos (setor, primário, secundário e terciário) do citado município. A coleta dos dados econômicos foi subsidiada ainda, pela base de dados dos municípios publicados pelo IBGE e pela SEI. Ademais, realizou-se pesquisa junto à Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC), que consistiu no levantamento e análise de dados relacionados ao perfil socioeconômico do objeto em estudo, a exemplo dos dados do Plano Diretor Urbano (PDU) e do Cadastro de Imóveis, para fins de localização da concentração das empresas, as quais encontram-se, em sua maioria, situadas na área de ocupação consolidada, ou seja: área de maior concentração populacional e de edificações, conforme estabelece o referido PDU.

A **Dimensão Social** utiliza como principal referência, o Atlas de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano no Brasil - PNDU (2013), onde foi possível identificar o índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM e outros importante indicadores sociais. O IDHM, desenvolvido e elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, compõe um rol de indicadores que estabelece critérios de comparação entre os diversos países, acerca do nível de desenvolvimento das sociedades, avaliando, para isso, fatores como a longevidade, a educação e a renda. Utilizou-se, ainda, Atlas da Exclusão Social, organizado por Pochman (2003, 2004), com os quais realizou-se os respectivos mapeamento da pobreza, da desigualdade, da exclusão. Por fim, utilizou-se também os dados do IBGE. No âmbito intra-urbano, adotou-se como referências estudos acadêmicos, a exemplo da Tese de Doutorado defendida por Francisco Carvalho dos Santos, em setembro de 2013, sob o título “Políticas públicas e as transformações em bairro periférico pobre: o caso do Nossa Senhora Aparecida, município de Vitória da Conquista – Bahia – Brasil”. O bairro é um espaço urbano pobre e periférico do município de Vitória da Conquista, permeado por carências sociais, o qual reflete uma realidade que se verifica em tantos outros bairros do município, que possui, como uma das principais características, a capacidade de receber cotidianamente migrantes e moradores de cidades circunvizinhas.

Na **Dimensão Área de Influência** foram considerados os diversos tipos de regionalização (IBGE, REGIC, regiões administrativas, regiões econômicas e territórios de identidade), além do raio de influência de Vitória da Conquista em suas regiões. Para tanto, foram analisados os estudos e documentos relacionados. Diversas configurações puderam ser identificadas no território baiano. Embora todas possuam a sua relevância ante os contextos nacional e estadual, a caracterização das Regiões Econômicas, institucionalizada pelo governo estadual, foi considerada referência em termos de análise e reconhecimento dos diversos recortes regionais do território baiano e, por essa razão, norteará maior aprofundamento das discussões aqui apresentadas posteriormente. Compreende-se, no entanto, o caráter significativo dos demais padrões de regionalização, nos quais Vitória da Conquista sempre se insere, enquanto centro regional polarizador de diversos outros municípios e áreas rurais.

Os diversos padrões de regionalização se diferenciam, enquanto objetivos, no contexto nacional e estadual, os quais se demonstra ao longo da tese, quando se poderá analisar os padrões de regionalização nacionalmente reconhecidos pelo meio técnico, acadêmico e social. Em seguida, adentra-se aos padrões de regionalização historicamente utilizados pelo poder público estadual. Em ambas as condições a análise regional estabelece relação direta com o objeto do estudo-Vitória da Conquista, em consonância, dessa forma, com os objetivos da pesquisa em questão.

Nesta dimensão são consideradas e analisadas as informações relativas à malha rodoviária e à estrutura do terminal rodoviário, assim como ao aeroporto da cidade. Foram considerados aspectos relacionados ao fluxo de pessoas que reportam-se a Vitória da Conquista em busca de assistência à saúde, educação e trabalho, dentre outros importantes fatores. Os dados oriundos desta dimensão remontam a documentos federais, estaduais e municipais, além de pesquisa de campo e observação participativa. Analisou-se, mais detidamente ainda, em que grupo situa-se a cidade de Vitória da Conquista e as demais cidades da região Sudoeste, segundo a hierarquia utilizada.

Na **Dimensão Infra-estrutura** foram analisados a rede de infra-estrutura, a exemplo do saneamento, energia e coleta de lixo, em Vitória da Conquista e os demais municípios da região Sudoeste. Para tanto, utilizou-se, mais uma vez, os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano, da Prefeitura Municipal de Vitória da

Conquista e do IBGE como principais fontes. Os dados oriundos desta dimensão remontam a documentos federais, estaduais e municipais, além de pesquisa de campo e observação participativa. Os aspectos relacionados à infra-estrutura urbana são analisados à luz daqueles que são utilizados tanto no âmbito municipal, quanto no âmbito regional.

A **Dimensão Equipamentos Urbanos** considerou os dados referentes ao sistema educacional e sistema de saúde, além de outros equipamentos urbanos, a exemplo da mobilidade urbana e do lazer. No sistema educacional considerou-se o ensino fundamental, médio e superior, e seus respectivos equipamentos. No sistema de saúde, considerou-se as unidades de saúde existentes, dentre outros equipamentos inerentes. Os dados oriundos desta dimensão remontam a documentos federais, estaduais e municipais, além de pesquisa de campo e observação participativa.

1.6.4 Pesquisa de Campo: Entrevistas, questionários e observação participativa

Para levantamento dos dados primários, optou-se, na pesquisa de campo, pela utilização do instrumentos de levantamento de informações a saber: entrevistas, questionários e observação participativa, aos quais se explica abaixo os procedimentos metodológicos para uso dos mesmos. Utilizando a acessibilidade como critério, a amostra investigada caracteriza-se como não probabilística. Dyniewicz (2009, p. 111) explica que, neste caso, o “pesquisador seleciona os sujeitos para a pesquisa baseado em critérios que atendam ao objetivo, aos objetivos da pesquisa, à relação direta com representatividade ou produtividade efetiva da pesquisa”.

Empreendedores atuantes na Área de Ocupação Consolidada de Vitória da Conquista - APÊNDICE – B

O questionário foi aplicado com empreendedores atuantes na Área de Ocupação Consolidada de Vitória da Conquista, ou seja na área em que há maior concentração do segmento produtivo do comércio. Nesta fase, busca-se registrar a percepção dessa categoria acerca do dinamismo do município em relação às suas atividades produtivas, assim como compreender os fatores de retenção das

populações, ao analisar as peculiaridades desta cidade, enquanto espaço geográfico responsável pela inserção e fixação de populações, seja por meio de fatores econômicos ou sociais. Esta foi a mais longa etapa (três semanas) de realização de pesquisa de campo, pois envolveu uma totalidade de 614 pequenos empreendedores, distribuídos em 5 bairros de Vitória da Conquista. Os dados foram calculados para alcançar um número mínimo razoável, no período de tempo estabelecido, de forma a garantir a confiabilidade dos resultados. O universo é de 8.607 empresas, de acordo com IBGE – Estatística de Cadastro Central de Empresas – 2010, sendo a amostra pesquisada de 614 empresas.

Ex-prefeito de Vitória da Conquista - APÊNDICE - C

Outro universo de pesquisa que interessou ao estudo refere-se aos ex-prefeitos de Vitória da Conquista. Foi possível, por meio da aplicação de entrevista semi-estruturada, reconhecer, empiricamente, como ocorreu o crescimento desta cidade e sua influência na região Sudoeste, assim como os principais problemas enfrentados ao longo da última gestão, conforme percepção de um ex-prefeito de Vitória da Conquista.

Migrantes - APÊNDICE – D

Os migrantes constituíram-se em alvo deste estudo, tendo em vista ser a migração um dos importantes fatores de análise econômica e social, cujo foco pode ser evidenciado sob alguns prismas, a exemplo do crescimento demográfico de Vitória da Conquista e da justificativa de evasão das cidades menores para esta cidade pólo. O período de realização da pesquisa foi de duas semanas, sendo possível, neste tempo, visitar todos os bairros da cidade e entrevistar 200 migrantes.

Representantes do poder público municipal das cidades da região de influência de Vitória da Conquista - APÊNDICE E

Integrando as pesquisas de campo, buscou-se identificar a relevância de Vitória da Conquista junto às demais cidades da região Sudoeste da Bahia, também por meio de pesquisa de campo. Para tanto, realizou-se entrevista semi-estruturada com os representantes da administração pública de, pelo menos, uma cidade representante da hierarquia estabelecida pelo Estudo – Regiões de Influência – REGIC, do IBGE, totalizando entrevista direta com 3 das 39 cidades da região

Sudoeste. Realizou-se, assim, pesquisa de campo com as seguintes cidades: Barra do Choça – Centro Local; Itapetinga - Centro de Zona A; Jequié – Centro Regional A. Ainda que considerando a dimensão do recorte territorial da área de estudo, optou-se por realizar uma pesquisa direta nestas cidades, pois, desta forma, haveria maior possibilidade de aproximação da realidade em estudo. Para tanto, utilizou-se metodologia para identificar as relações que cada cidade tem com Vitória da Conquista, bem como a organização urbana de cada uma delas, assim como seus aspectos sociais. Optou-se, assim, pela realização de entrevista semi-estruturada. Nesta etapa foi possível abarcar o conjunto de temáticas do interesse da pesquisa, a exemplo da realidade local, serviços disponíveis à população, além das carências de serviços e relação com a cidade de Vitória da Conquista em relação aos aspectos econômicos e sociais.

Moradores das cidades da região Sudoeste que se deslocam para Vitória da Conquista via Terminal Rodoviário de Vitória da Conquista - APÊNDICE - F

Compreender o que pensam os moradores que se deslocam periodicamente à Vitória da Conquista é considerar a possibilidade de análise do quadro de mobilidade que se estabelece entre estas cidades. Para tanto, aplicou-se questionários com os passageiros que chegam Vitória da Conquista, pelo Terminal Rodoviário pelo período de uma semana, alcançando-se a aplicação de 200 questionários.

Representante da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista - APÊNDICE - G

Realizou-se pesquisa semi-estruturada com um representante da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, quando, na oportunidade foi possível compreender como a administração pública municipal analisa e atua nas questões do município, relacionadas à temática em discussão, além projetos futuros, carências e necessidades de investimento, e, por fim, sua relação com os demais municípios da região Sudoeste da Bahia.

Condições de Trânsito da Comunidade de Vitória da Conquista – Apêndice H

Realizou-se pesquisa com pessoas que se locomovem com relativa frequência entre os bairros de Vitória da Conquista, sobretudo em direção à Area

central da cidade. A pesquisa teve como objetivo principal compreender as condições de trânsito da área central.

1.6.5 Demais formas de tratamento de dados

1.6.5.1 Cartografia

Esta pesquisa busca privilegiar a escala das relações interurbanas da região Sudoeste da Bahia, assim como o recorte intraurbano da cidade de Vitória da Conquista. Os trabalhos de campo possuem o auxílio de uma base cartográfica definida, dentre outros, pela base cartográfica das regiões econômicas da SEI. Ademais, utiliza-se ainda a Base Cartográfica do IBGE. Por fim, utilizou-se, em determinadas situações, a planta urbana de Vitória da Conquista. Buscou-se abordar, dessa forma, as implicações dos seus eixos de desenvolvimento, seus desdobramentos e influências diretas e indiretas no seu espaço intra e interurbano. Para a realização desta pesquisa, desenvolveu-se, por um lado, o levantamento dos mapas já utilizados pelos órgãos oficiais, reproduzindo-os quando necessário. Nas demais situações, criou-se mapas sobre a configuração territorial do município de Vitória da Conquista e região, conforme temática contextualizada.

Toda a base cartográfica desenvolvida na pesquisa foi elaborada em *software* específico. Desta forma, **foi importada para o *software mapviewer, versão 5***, onde foram realizadas as compilações e os mapas temáticos, tendo sido escolhido pela adequação aos fins da pesquisa. A base gráfica do IBGE retém a mais completa base de dados relacionados à Geografia e Estatística do Brasil.

O mapa, enquanto veículo de transmissão, tanto da informação geográfica quanto da capacidade de exposição das ideias, foi essencial à apresentação dos resultados encontrados na pesquisa. A articulação dos mapas foi, portanto, utilizada neste estudo enquanto aspecto metodológico, que auxilia na visualização da territorialização da dinâmica espacial de Vitória da Conquista e sua região. O mapeamento do estudo ora realizado proporcionou assim, uma compreensão da realidade em discussão.

1.6.5.2 Registros fotográficos

O registro fotográfico se revelou como um importante instrumento de pesquisa de campo, tendo em vista que este possibilitou a seleção e acesso à imagem de locais, permitindo um olhar mais próximo da paisagem descrita. Foi possível, assim, fomentar a percepção das cenas ilustradas, por meio da fotografia, associando o mundo real às percepções de quem ora escreve este estudo.

Realizou-se os registros fotográficos dos elementos que compõem a paisagem de Vitória da Conquista e da região Sudoeste, sobretudo intraurbana, por possibilitar a apresentação de painéis fotográficos da área em estudo. Os painéis fotográficos se revelaram como importante estratégia de análise comparativa das características peculiares de cada espaço e tempo. Ademais, as próprias fotografias utilizadas isoladamente também funcionaram com elementos essenciais ao enriquecimento da pesquisa.

1.6.5.3 Tabelas e Quadros

Por fim, para fins de apresentação e análise dos resultados da pesquisa nos diversos capítulos, utilizou-se as tabelas e quadros, como melhor forma de estruturar os resultados das pesquisas realizadas. Tais recursos possibilitaram uma demonstração visual mais estruturada dos dados levantados, especialmente os dados numéricos.

1.6.6 Análise dos dados

Por se tratar de análise qualitativa e quantitativa, os dados foram considerados a partir da sequência, cuja enumeração se dá:

1. Pela redução dos dados primários e secundários, a partir de um processo de seleção, simplificação, abstração e transformação dos dados originais provenientes das observações de campo, questionários, além dos levantamentos bibliográficos e das bases de dados estatísticos oriundos dos órgãos nacionais;

2. Pela categorização de dados primários e secundários, conforme temática discutida, que consistiu na organização destes de forma que foi possível a sua descrição a partir desta iniciativa; e
3. Pela interpretação dos dados, de forma que se pudesse, sempre que possível, indagar sobre novas questões, especialmente para estudos futuros.

1.7 ESTADO DA ARTE

Os pesquisadores da temática “cidades médias” enfrentam o desafio de propiciar conteúdo teórico-conceitual a um termo constituído, o qual, ao caracterizar-se por múltiplas características, encontra em permanente fase de transição, especialmente ao considerar-se as dimensões tempo e espaço. Refletir sobre a complexidade conceitual do tema “cidades médias” é, assim, quase sempre, o ponto de partida daqueles que se empenham em compreendê-lo e “traduzi-lo”. Não se pretende, portanto, resgatar conceitos estáticos para algo que está em transformação, até porque os mesmos não existem. O que se propõe neste momento é apenas apresentar algumas concepções que têm permeado os estudos sobre cidades médias, ciente, no entanto, da impossibilidade de esgotamento assunto.

1.7.1 Reconhecendo a dinâmica das cidades médias no mundo

Ao adentrar ao estado da arte sobre cidades médias, cabe destacar que a busca por uma definição do tema já possui uma longa história. Lefebvre (1999) salienta, inclusive, que um conceito surge e formula-se em determinadas condições históricas e por isso expressa os paradigmas do pensamento científico e o contexto histórico que predominam na época do seu nascimento. Desta forma, os conceitos sobre cidade média modificaram-se no contexto histórico em que, à época, haviam se consolidado. Tal situação tem provocado diferentes e evolutivos posicionamentos, que ora se complementam, ora divergem entre si, dada a complexidade do tema. Embora se verifique o aumento da quantidade de pesquisas, as concepções sobre cidades médias continuam gerando opiniões diversas.

Pontue-se, inicialmente, que o acelerado processo de urbanização pelo qual o mundo tem passado, vem despertando o interesse de muitos pesquisadores pelo tema “cidades médias”. Uma das hipóteses mais prováveis para tal motivação, é que a discussão sobre as características deste perfil de cidades tem fomentado o debate acerca das possibilidades de busca por uma melhor qualidade de vida da sua população e daqueles que vivem na sua hinterlândia. A busca por esta qualidade de vida pode, inclusive, influenciar na intensificação do processo de desconcentração populacional pelo qual os espaços urbanos maiores já vivenciam há algum tempo, a exemplo das metrópoles, provocando assim, na primeira categoria de cidades, a missão de assumir funções públicas e sociais nos níveis em que, até então, eram destinadas às cidades de maior porte. Aspectos relacionados à qualidade de vida nas cidades, às formas de organização do seu espaço demográfico e os aspectos econômicos, de caráter intra e interurbano, integram estudos desta categoria de cidades na rede de localidades centrais no mundo. Ante o exposto, buscar-se-á, mesmo que concisamente, refletir sobre a origem das cidades médias, desenvolvidos nas diferentes fontes do pensamento geográfico, ao longo da sua história.

A justificativa pela busca da compreensão de uma concepção sobre cidades médias, pode estar na potencial descoberta de uma maior conexão social, econômica e ambiental entre seus habitantes e os habitantes da sua região de influência. Esta concepção conduziria a certo arquétipo de funcionalidade que as distinguiriam das pequenas e grandes cidades, em função da sua disponibilidade de determinadas infra-estruturas e equipamentos, além da capacidade de intermediar as hierarquias urbanas. Tal condição agregaria fatores qualitativos à qualidade de vida da população, extensivos, inclusive, aos níveis regional, nacional e internacional.

Esta linha de pensamento infere, em uma análise preliminar, a uma visão tanto quantitativa quanto qualitativa de cidade média. A ênfase comparativa permite análises acerca do tamanho das cidades, assim como também aos aspectos relacionados às demandas sociais e econômicas de seus habitantes. Interessante observar que o próprio termo “média”, inerente a esta categoria de cidade, indica um entendimento de quantificação.

Uma das mais significativas discussões sobre cidade média está, no entanto, relacionada à capacidade de intermediação que este perfil de cidade poderia

desenvolver com as pequenas e grandes cidades, em função do seu papel integrador e intermediador. Na década de 1930, o geógrafo Walter Christaller (1966) fomentava esse debate quando buscou explicar, por meio do princípio básico da Teoria dos Lugares Centrais, a centralidade do espaço organizado em torno de um núcleo urbano principal, denominado lugar central. Para o autor, a região complementar, ou entorno, possuiria uma relação de co-dependência com o núcleo principal, por este constituir-se no *lócus* ofertante de bens e serviços, que deveriam ser genuinamente urbanos.

A Teoria das Localidades Centrais, desta forma, já defendia que um sistema de cidades, uma rede inter e intra-urbana caracterizada por uma hierarquia de lugares centrais, não surge eventualmente. Ao contrário, nasce das relações sócio-espaciais estabelecidas, baseadas no tamanho, nas funções e nas distâncias interurbanas. Para o autor, quanto maior a centralidade de um lugar central, maior o seu entorno, ou seja, quanto maior a complexidade do serviço oferecido, maior a área atendida por esse centro.

Christaller delimitou ainda em seus estudos, o que seriam os locais que poderiam ou não ser considerados centrais, ao definir claramente, no seu modelo teórico, a hierarquia urbana (vila, centro, cidade, conurbação). O espaço rural, inclusive, foi também lembrado e descrito, comparativamente, como um lugar pouco habitado e com atividades caracterizadas como pouco dinâmicas e com baixa polarização, conforme afirma o autor:

In contrast to these central places are the dispersed places, all those places which are not centers. They include: (1) areally-bound ones – those settlements the inhabitants of which live on their agricultural activities, which are conditioned by the land area surrounding them; and (2) point-bound ones – those settlements the inhabitants of which make their living from resources found at specific locations. (CHRISTALLER, 1966, p.16).

Ou seja: em contraste com estes lugares centrais estão os locais dispersos, todos aqueles lugares que não são centros. Neste caso incluía-se: 1- áreas-limites - são as que os habitantes das povoações que vivem das suas atividades agrícolas, que são condicionados pelas áreas em torno delas; e 2- ponto-limite – são assentamentos onde os habitantes vivem a partir de recursos em locais específicos. O espaço urbano para Christaller (1966), portanto, necessita ser densamente povoado com presença de atividades comerciais e industriais, na qual existe uma

hierarquia entre os diferentes espaços. O espaço rural, por sua vez, caracterizar-se-ia pela inexistência de uma alta concentração populacional, além de uma baixa atividade econômica, no qual não geraria um atrativo para a população, não havendo, assim, a possibilidade de formação de redes hierárquicas. Na atualidade, no entanto, tal argumentação guarda dependência com o espaço geográfico, pois existem empresas agrícolas rurais que possuem movimentam alta concentração de recursos, gerando grande atividade econômica.

A grande contribuição da Teoria dos Lugares Centrais de Christaller nas discussões sobre cidades médias consiste, dentre outros importantes aspectos, na elaboração de um modelo que posiciona a cidade como local central para o controle de toda relação, seja com o campo, seja com as pequenas cidades, sendo estes subordinados às decisões socioeconômicas advindas da cidade hierarquicamente maior. Assim, a relevância desta teoria está no caráter inovador de apresentar, à época, interdependência entre uma cidade e a região em que está situada, sendo este aspecto fundamental na análise das cidades médias até os dias atuais, embora este modelo, ao ser utilizado na atualidade, tenha passado por adaptações à nova realidade temporal, social e econômica.

Não obstante as questões regionais fossem de significado impar na discussão sobre cidades médias, a interação entre as escalas intra-urbana e regional, sinalizava a necessidade de equilíbrio. E é no contexto da interação entre as duas escalas que surge na França, durante as décadas de 1960 e 1970, a emergência dos debates que tinham como principal foco a redução das distorções e desequilíbrios regionais, em razão de aspectos intra-urbanos ali identificados. Nas palavras de Amorim Filho (2007, p. 69) foram realizadas, pioneiramente na França, os primeiros estudos sobre desequilíbrios inter-regionais e intra-redes urbanas da Europa, em função da intensa concentração populacional em sua capital, Paris. É partindo deste marco histórico que, no campo internacional, autores como Jean Gotmann, Pierre George, Michael Rochefort, Jean Coppolani, dentre outros, foram pioneiros, ao apontarem tendências temáticas acerca das cidades médias, quando estas ainda não existiam enquanto conceito. O foco estava ainda direcionado mais precisamente para o planejamento urbano e regional, além de estudo sobre redes urbanas (COSTA, 2002).

De acordo com Amorim Filho (2007), Gotman destacou os fortes desequilíbrios inter-regionais e intra-redes urbanas na Europa, sobretudo na França.

Já Pierre George alertou para a importância de se compreender as redes urbanas, a fim de se entender a organização espacial tanto de países, como de regiões. E Michael Rochefort destaca o papel do setor terciário da economia das cidades nos métodos de pesquisa das redes urbanas. Segundo Amorim Filho (2007), em 1959, Jean Coppolani publica estudos sobre o conhecimento de redes urbanas e intervenções em seus níveis hierárquicos, na busca da redução dos desequilíbrios intra e inter-regionais. Ante diversas interfaces, o debate sobre cidade média ganha abrangência, na medida em que este é conexo às políticas de desconcentração populacional e de atividades econômicas que direcionam incentivos a estas cidades como possibilidade de se tecer uma rede urbana mais equilibrada.

Já neste período, Pierre George, conforme Amorim Filho (2007) desenvolvia estudos relacionados à geografia das cidades e à existência de uma rede urbana densa de pequenas e médias cidades na França. Desta forma, surgem os primeiros indícios de que tipo de cidade categorizaria neste nível hierárquico, as quais já eram definidas como aquelas cidades que possuíssem população entre 10.000 e 100.000 habitantes, sinalizando, assim, a forte orientação para que a concepção de cidades médias estivesse vinculada aos aspectos demográfico/quantitativos.

Avançando nas concepções sobre Cidades Médias, em 1960, de acordo com Amorim Filho (2007, p. 70), Michel Rochefort define, em sua tese de doutorado, os três níveis hierárquicos na rede urbana da França: grandes cidades, cidades médias e organismos urbanos elementares. Os critérios utilizados neste estudo incluem, além do tamanho populacional, os limites demográficos, a organização interna das cidades e suas relações externas. Uma das mais significativas contribuições da França, desta forma, consistiu em indicar alternativas aos países e regiões nos quais os problemas de desequilíbrio urbano-regional e interurbano se apresentaram mais intensos.

Nessa época, as cidades médias, ainda sem a existência enquanto categorização, destacam-se nas propostas dos planejadores que as apresentam como solução para as correções das distorções regionais da França, como afirma Costa (2002):

O Conceito de “cidade média” só surgiu, pela primeira vez, uns anos mais tarde na França, associado às políticas de desconcentração de população e atividades implementadas pelo VI Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (1971-1975). Os documentos preparatórios faziam referência à pertinência da criação de uma política de cidades médias, mais foi apenas em 1971 que esta foi definida (COSTA, 2002, p. 04).

Nesse cenário, algumas correntes começam a dar forma às concepções iniciais sobre cidade média, considerando a associação destas, dentre outros fatores, às políticas de desconcentração populacional e de atividades econômicas. Como consequência, tais políticas implicariam em apoio e reforço a estas cidades como condição efetiva para estruturar uma rede urbana mais equilibrada. Antes, os primeiros debates sobre cidades médias estiveram relacionados a aspectos essencialmente quantitativos, contextualizados no tamanho físico e demográfico que, à época, generalizavam, assim, todas as características destas cidades, gerando, por consequência, uma comparação ainda incipiente em relação às cidades pequenas e médias, devido à fragilidade da argumentação. Na evolução do conceito de cidade média, tal base quantitativa, no entanto, foi e continua sendo discutida, defendida e combatida com intensidade, mormente nos estudos mais recentes.

O critério quantitativo foi-se revelando, ao longo do tempo, simultânea e paradoxalmente, insuficiente e relevante para a discussão. A insuficiência pode ser evidenciada, sobretudo, em função dos níveis de desenvolvimento na comparação de diferentes países e seus graus de urbanização, analisados, inclusive, sob a perspectiva temporal. Ademais, a diversa e complexa heterogeneidade econômica e social entre os países também é intensa, assim como a análise interna destes. Isto implica uma contextualização das diferentes realidades dos países e regiões quanto a questões econômicas e sociais como fundamental, que posiciona a análise de cidades médias para além do critério quantitativo. O critério quantitativo, assim, apenas adiciona importância na categorização das cidades médias, desde que devidamente contextualizado geográfica e temporalmente, exigindo, de tal modo, uma flexibilização ante a impossibilidade de demarcação de um conceito definitivo a partir deste requisito. Desta forma, outros critérios são essenciais ao aprofundamento da discussão acerca da realidade das cidades médias.

Ainda em relação à análise quantitativa sobre as cidades médias, Costa (2002) alerta para a diversidade da densidade populacional entre os países, além da própria distribuição da população entre as metrópoles e grandes cidades e as cidades médias e pequenas. Segundo a autora, enquanto na Alemanha as cidades médias de maior relevância possuem aproximadamente 1/5 da dimensão das grandes cidades, na Grécia esta diferença é de, cerca de, 33 vezes. Concordando com a autora, verifica-se, assim, que os sistemas urbanos e regionais são bem

diferentes entre países em relação à própria funcionalidade das cidades com determinado número de habitantes, tanto no aspecto intra-urbano quanto na rede urbana.

Outro aspecto destacado pela autora refere-se à diversidade de população absoluta entre os países, além do próprio número de cidades com determinado índice demográfico. Não se verifica, desta forma, um consenso mundial para este critério. Ao contrário, nota-se que cada continente, país ou instituição possui critérios próprios, como pode ser observado no quadro abaixo, o que não os exime de possíveis de distorções ou contrassensos vulneráveis às mais variadas interpretações.

Desta forma, ao se considerar os aspectos apenas quantitativos, uma conceituação mais aproximada da realidade sobre cidade média fica comprometida em função dos fatores relacionados à comparação de um processo temporal entre diferentes décadas, ou geográficas entre diferentes países. Estes podem, por sua vez, inclusive, abranger a realidade do mesmo país, considerando uma possível dificuldade de apreensão correta da complexidade do seu processo de urbanização. Atualmente, fazer uso exclusivo dos critérios quantitativos, os quais são essencialmente absolutos e desprezam a possibilidade de existência de diferentes realidades é não reconhecer a relevância dos distintos significados em variados contextos mundiais, nacionais ou intra-nacionais da complexidade que é o processo de urbanização.

No início dos anos 1970, as pesquisas se multiplicam e, de acordo com Amorim Filho (2007), Rochefort publica, nos *Annales de Géographie*, uma das reflexões mais completas e críticas realizadas sobre as principais características das cidades médias na França. Na publicação, o pesquisador questiona a classificação de cidades médias, exclusivamente fundamentada no âmbito demográfico, tendo em vista que, durante algumas décadas, boa parte da produção científica sobre o tema definia cidades médias a partir destes aspectos. É inquestionável, assim, o seu caráter pioneiro na ampliação dos primeiros estudos relevantes acerca do tema em evidência. A propósito, tais estudos, de fato, inseriram o debate sobre cidades médias, no contexto global.

Uma das mais conhecidas posições sobre cidades médias, considerando-se a visão quantitativa pode ser identificada pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), na medida em que tal Comissão compreende que cidade

média constitui-se naquela que se apresenta com uma população entre 50 mil e 1 milhão de habitantes. Para a Cepal (2000),

Las ciudades intermedias (entre 50.000 y 1 millón de habitantes) mantuvieron un dinamismo demográfico sobresaliente. Si se las compara con las ciudades grandes, presentan en muchos casos mayor potencial para un desarrollo urbano sostenible. CEPAL (2000)

A CEPAL afirma, portanto, que as cidades médias, ou intermediárias, ao longo dos anos, mantiveram um dinamismo demográfico de destaque, que, ao compará-las com as cidades de maior porte, sobretudo em termos demográficos, apresentam, inclusive, em muitas situações, um outro elemento, que seria o maior potencial e capacidade para um melhor desenvolvimento urbano sustentável.

Ao longo do tempo, no entanto, outros fatores passaram a ser considerados na definição de cidades médias. Mais recentemente, no decorrer da década de 1980 e 1990, há um uso crescente do adjetivo “intermédia” para classificar esta categoria de cidades. Segundo Bellet Sanfeliu e Llop Torné (2003).

La delimitación del objeto de estudio con rígidos criterios de cantidad resultaría totalmente infructuosa. Las ciudades se consideran intermedias no solo con arreglo a tallas demográficas y dimensiones determinadas (coherentes con su contexto geográfico), sino, sobre todo, con relación a las funciones que desarrollan: el papel de mediación en los flujos (bienes, información, innovación, administración, etc) entre los territorios rurales y urbanos de su área de influencia y los otros centros o áreas, más o menos alejados. Funciones de intermediación entre los espacios locales, territoriales y los espacios regionales e, incluso, globales. Llop Torné (2003, p. 2).

Para além da adjectivação, mais uma vez, os autores refutam claramente o critério quantitativo, em função da rigidez da análise acerca das cidades médias. Para estes, outras dimensões devem ser consideradas, a exemplo da intermediação dos fluxos de bens, informações e inovação. E mais, mesmo a terminologia “cidades médias” induz ao carácter de rigidez, sugerindo-se, inclusive, a sua substituição pela terminologia “intermedias”. Encontra-se expresso na visão dos autores, a busca por um conceito mais flexível e que se adegue a uma realidade de mundo que não é estática, e sim em constante processo de mutação e de carácter bastante flexível. Acrescentam os autores a necessidade de novas dimensões.

El adjetivo *intermedio/intermediario*, cuyo empleo se inició en los medios académicos a mediados de los ochenta, dilata el significado de la denominación a la que sustituye: ciudad media. La dimensión, la talla demográfica y la extensión física eran las variables que contribuían, mayormente en la delimitación/definición de ciudad media, variables que actualmente se consideran demasiado rígidas y estáticas. Por el contrario, *intermedio/intermediario* introduce nuevas dimensiones. BELLET, C.; LLOP, J. M^a (2003).

De acordo com Bellet Sanféliu e LlopTorné (2003), o adjetivo “intermedia” evidencia maior adequação à utilização do debate sobre esta categoria de cidades, pois evidencia mais apropriadamente o caráter de transição e mediação do que é intermédio ou intermediário. Neste sentido, predomina a concepção do caráter de transição, mutante, pelo qual essa categoria vivencia. Ou seja, se desloca de uma condição de pequena cidade para intermediária, e, por conseguinte, podendo alcançar, inclusive a categorização de uma grande cidade.

As considerações atuais acerca da especificidade e relevância do conceito das cidades médias avançam ao serem relacionadas exaustivamente a um discurso de que as mesmas podem representar um fator de reequilíbrio e de melhorias do processo de urbanização historicamente desequilibrado. Para Bellet Sanféliu e Llop Torné (2003), as cidades intermediárias devem se pautar na idéia e nas políticas de urbanização sustentável e territorialmente equilibrada como contraponto à concentração populacional e aos problemas engendrados por este processo. Tais concepções ficam latentes quando os autores defendem que a cidade intermediária introduz três novas dimensões: a capacidade de criar relações e tecer uma rede; os aspectos mais dinâmicos e estratégicos incorporam novas possibilidades para a auto-afirmação, o reforço da visão de cidade-região e a abertura/consolidação expandem-se nos aspectos regional, nacional e, inclusive, internacional. Por fim, indicam a substituição do sentido estático e claramente hierarquizado que faz parte das teorias mais clássicas como conceito de sistema urbano, por uma nova idéia mais aberta, dinâmica e interativa.

O debate, desta forma, acerca do uso do adjetivo “média” ou “intermédia”, corrobora com outros critérios os quais, de certa forma, distanciam-se, em muito, da tradição quantitativa de conceituação e definição desta categoria de cidades. Importa, acima de tudo, destacar que estas cidades desempenham funções de intermediação, configurando-se como centro de determinados serviços (educação, comércio, saúde) e equipamentos que de tais cidades emanam, não somente para

os habitantes que nela residem, como também para os territórios urbanos e rurais que são por ela polarizados e solidificam sua área de influência, podendo expandir-se para âmbitos maiores. Neste sentido, o papel de agente de transformação social desta categoria de cidades adquire relevância ímpar ante seus problemas sociais.

Nota-se, portanto, que aspectos, tanto positivos, como limitantes, podem ser evidenciados em relação a configuração das cidades médias. Fato é que, ante a complexidade de tal configuração, é imperativo que haja novos enfoques para as emergentes questões da urbanização. A educação, a saúde, a segurança, a habitação, o lazer, enfim, a qualidade de vida de sua população dependem de estratégias condizentes com o contexto em que as cidades vivenciam atualmente. Tal necessidade se consolida ao considerar-se o papel da cidade média pode promover, segundo FOURNIER, Francine (1999).

Como centros que contribuem ou podem contribuir para um processo de urbanização mundial mais sustentável e territorialmente mais equilibrado; Como centros que estabelecem relações mais diretas e equilibradas na sua área de influência; Como um tipo de assentamento humano, que pode oferecer maior qualidade de vida à população residente, em função da sua escala urbana; Como centros que podem permitir uma maior participação cidadã no governo da cidade e seus assuntos. FOURNIER, FRANCINE (1999, p.9).

Revela-se importante, então, o papel e a função que este perfil de cidade exerce em seu território imediato, além dos fluxos estabelecidos na e além da sua região de influência. Essencial evidenciar ainda, que as cidades incluídas nesta categoria constituem-se em centros que disponibilizam bens e serviços relativamente especializados, destinando-os à população do mesmo município e das demais áreas (sejam urbanas ou rurais), mais ou menos próximas sobre o qual exercem certa influência. Uma maior participação cidadã também está na ordem das prioridades neste perfil de configuração urbana, pois a população não pode prescindir de sua contribuição neste processo, tendo em vista que sentem-se e, de fato o são, parte do mesmo.

Por fim, são múltiplas as áreas do conhecimento que buscam aprofundar o estudo sobre a qualidade de vida. Tal tema vem, cada vez mais, ganhando espaço, tanto nos meios técnicos e acadêmicos, como entre a população em geral. Com relativa regularidade, os meios de comunicação adentram a esse debate. Para adentrar ao debates, resgata-se os estudos realizados por Santos e Martins (2002) e

ULENGIN et al (2001), dentre outros, para que o debate sobre qualidade de vida nas cidades médias seja enriquecido em virtude da sua multiplicidade de concepções. Compreende-se, pois, que a variação das metodologias no mapeamento da qualidade de vida em cidades médias, aproximam-se e confirmam os indicadores referentes à infra-estrutura urbana, além dos aspectos demográficos e sócio-econômicos e à qualidade ambiental, os quais foram também abordados nos três modelos sobre dimensões das cidades médias. A convergência desses aspectos, decisivamente, ratificam os estudos realizados sobre cidades médias.

1.7.2 As concepções brasileiras de cidades médias

Como observado, tamanha relevância sobre as discussões que permeiam o papel das cidades médias têm se constituído em um elemento de estudo importante para diferentes pesquisadores da atualidade em todas as partes do mundo, incluindo-se também os pesquisadores brasileiros. No Brasil, dada suas características de diversidade regional, o debate sobre cidades médias vem ganhando força nos estudos de muitos pesquisadores, que chamam a atenção da correlação dos fatores que as envolvem em conjunto com a economia nacional e as suas funções sociais. Destaque-se ainda, que o processo de desconcentração populacional pelo qual o país vem passando, também tem fomentado o aumento do interesse por esse campo de estudo, uma vez que a cidade média tem papel fundamental neste processo.

O interesse quanto às cidades médias no Brasil, portanto, remonta à década de 1970, quando ocorreu a formulação de programas governamentais relacionados à rede urbana, por meio da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) a qual fazia parte do II Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil (II PND), na década de 1970. Com a implantação deste Plano, ocorreu o aceleração da urbanização, inicialmente verificada junto às metrópoles, as quais intensificaram a instalação de atividades econômicas, sobretudo as industriais. Permanecia ainda nesta época, o foco das políticas públicas na região Sudeste, sobretudo no estado de São Paulo. Como consequência, este novo quadro apresentou dificuldades relacionadas à concentração de diversas atividades econômicas nas metrópoles desta região.

Torna-se essencial, portanto, a relevância do papel do Estado perante este quadro. Em aquiescência com Santos (2008), os estados que realizaram um processo de planificação mais intensa tiveram grande função na criação de novas estruturas urbanas ou na modernização de antigas estruturas. Dessa forma, o ritmo e as modalidades de crescimento econômico das cidades foram, inicialmente, determinados pela ação do Estado.

Ainda assim, questões relativas à qualidade de vida dos moradores nas poucas metrópoles existentes à época, vieram a ser questionadas e colocadas à linha de frente dos debates, enquanto espaços que deveriam primar por uma vida digna aos seus habitantes, inclusive em relação aos migrantes que se reportavam a essas cidades em busca de trabalho. Surge, desta forma, a relevância da discussão sobre cidades médias, enquanto possibilidade de espaço urbano próspero e com menor grau de problemas apresentados pelas metrópoles, que, a exemplo da experiência francesa, poderiam funcionar como desarticuladoras dos problemas urbanos que as metrópoles nacionais já vivenciavam. Nota-se então, que tal categoria de cidades poderia vir a caracterizar-se, inclusive, pela presença de instrumentos que redefiniriam, em projeção nacional, a centralidade territorial de regiões deste país. Dessa forma, as cidades médias iam garantindo importância no contexto da estrutura de urbanização nacional, recebendo assim, incentivos para se reproduzir em caráter freqüente.

Acompanhando a tendência mundial da época, diversos pesquisadores brasileiros já sinalizavam, assim, seus estudos sobre cidades médias. Um dos estudos pioneiros sobre o tema no Brasil, Santos (1994), por sua vez, certamente ainda no auge do debate sobre a concepção quantitativa, definiu como cidade média aquela que tivesse população superior a 100 mil habitantes. Este autor, já nesta época, ressaltou, no entanto, a necessidade de se considerar também o nível de complexidade da divisão do trabalho existente na cidade, ou em outros termos, a diversificação de bens e serviços ofertados localmente. Nota-se que Milton Santos, importante geógrafo brasileiro e reconhecido internacionalmente, já indicava uma análise crítica acerca dos critérios até então determinantes das concepções sobre cidades médias, compreendendo este, a incipiência do critério exclusivamente quantitativo. Essa consciência crítica, inclusive, revelou-se, nos anos seguintes, uma das fortes características do pesquisador.

Sposito (2001) afirma que, na década de 1970, considerava-se como cidade média aquela com população urbana entre 50 mil e 250 mil habitantes, sendo, portanto, muito comum que a metodologia para essa classificação estivesse relacionada especialmente ao aspecto demográfico. Mais recentemente, este número foi elevado para cidades com população entre 100 mil e 500 mil habitantes (SANTOS, 2005). Verifica-se, ante o exposto, que o critério demográfico constituiu-se, também no Brasil, uma primeira aproximação da discussão sobre as principais concepções sobre cidades médias, sendo possível, ante tal requisito, identificar o grupo ou a faixa de cidades que podem ser categorizadas como tal.

Alinhando-se à linha de pensamento mundial, Castello Branco (2006, p.246), comunga com a concepção de que cidades médias não se vinculam apenas à categorização por tamanho populacional. Para a autora, os dados demográficos não podem ser considerados como absolutos ou separadamente de toda dinâmica que envolve uma cidade. Desta forma, é possível afirmar que, ainda que o critério demográfico não seja fator determinante para categorizar a cidade como média, tendo em vista que nem sempre este requisito garante o papel de relevância de uma cidade ante os requisitos já evidenciados, tal critério pode ser analisado como uma primeira aproximação entre as duas concepções.

Embora o critério demográfico apresente limitações relacionadas à temporalidade e a diversas outras características, não convém desconsiderar tal requisito, pois, como afirma Matos (2000), “o país vem ingressando em um ciclo de descompressão do crescimento urbano central, no qual a população é um fator-chave”. Ademais, a análise da questão demográfica, as quais categorizam as cidades a partir do seu porte, possui relevância na medida em que esta pode captar os movimentos migratórios e as implicações que eles têm para a economia da cidade.

Há que se fazer aqui uma clara distinção entre as concepções mais conhecidas sobre cidade média e cidade de porte médio. Não obstante as ponderações já realizadas, é importante destacar tais diferenciações, pois ainda é comum identificar nas pessoas a dificuldade de distinção das duas classificações, as quais são significativas e impelem a análises e decisões diferenciadas.

Inicialmente, compreende-se que os critérios de definição de cidade média não guardam relação apenas com os seus dados demográficos, a exemplo do que pó;, derá se verificar na concepção de cidade de porte médio. Ao contrário, pois,

especificamente, o conceito de cidades médias encontra-se inserido em outro mais amplo, referente à composição de um sistema urbano, o qual envolve o exercício de centralidade, regiões de influência, dentre outros aspectos igualmente relevantes. A Cidade Média, portanto, possui um conceito mais amplo, o qual contempla outros fatores, tais como a rede de influência da cidade, o grau de especialização dos serviços e das atividades produtivas (SANTOS, 2008). Ademais, há de se considerar ainda a capacidade de articulação das cidades com as outras maiores e menores, às quais fazem parte de sua rede de influência.

Em paralelo, surge então uma nova concepção de ordem quantitativa, por meio de um dos estudos pioneiros, que se tem conhecimento, sobre o tema no Brasil, apontados por Andrade e Lodder (1979). Para estes autores, os centros urbanos de porte médio poderiam ser definidos como aqueles que possuíam população entre 50 mil e 250 mil habitantes. Para o IBGE, são classificadas como cidades de porte médio aquelas que possuem população entre 100 e 500 mil habitantes. Em princípio, é possível inferir, portanto, que o conceito de cidade de porte médio está mais relacionado aos aspectos demográficos, ou seja à quantidade dos habitantes da cidade.

Por outro lado, de acordo com a da Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia (SEI -2010, p.74), as cidades médias, além dos aspectos demográficos, contemplam os espaços de intermediação entre cidades maiores e menores, em diferentes redes urbanas. Já a cidade de porte médio, exclusivamente, faz referência aos tamanhos demográficos das mesmas. Para Oliveira Jr. (2008, p.145), ainda referendado em uma perspectiva quantitativa, centrados no tamanho físico e demográfico, o processo de categorização de uma cidade média pede a consideração de outras dimensões que a compõem, a exemplo da dimensão temporal, dos níveis de desenvolvimento, seus graus de urbanização, entre outros aspectos. O requisito quantitativo, no entanto, apenas agrega substância na definição e classificação das cidades médias quando devidamente contextualizado temporalmente, o que, para este autor, implica em uma flexibilização e impossibilidade de demarcação de um conceito definitivo.

Alguns autores podem vir, inclusive, a utilizar as noções de cidade média, intermedia ou secundária como sinônimos, ou até mesmo com conceitos diferentes. Já a noção de cidade média neste estudo desenvolvida, como pôde ser observada, está diretamente relacionada às suas características internas, assim como também

ao seu entorno, podendo ser regional, nacional ou internacional, respeitando-se a visão de Amorim Filho e Serra (2001) que, com base nos estudos que se acumularam até a década de 1970 sobre as cidades médias, especialmente as francesas, elegeram alguns aspectos necessários para um centro aspirar à qualificação desta condição, a saber:

Interações constantes e duradouras, tanto com seu espaço regional subordinado quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior (fluxo de transportes, comércio, educação, saúde); Tamanho demográfico e funcional suficientes, para que possam oferecer um leque considerável de bens e serviços ao espaço microrregional ligado a elas; suficientes, sob outro ponto, para desempenharem o papel de centro de crescimento econômico regional e engendrarem economias urbanas necessárias ao desempenho eficiente de atividades produtivas (equipamentos urbanos); Capacidade de receber e fixar migrantes de cidades menores ou da zona rural, por meio de oferecimento de oportunidades de trabalho e habitação, funcionando assim como pontos de interrupção dos movimentos migratórios na direção das grandes cidades, já saturadas (postos de trabalho, loteamentos legalizados, equipamentos urbanos); Condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização com o espaço rural microrregional que o envolve (indústria, comércio, serviços, saúde, educação); e Diferenciação do espaço intra-urano, com um centro funcional, já bem individualizado e uma periferia dinâmica, evoluindo segundo um modelo bem parecido com os das grandes cidades, isto é, por intermédio da multiplicação de novos núcleos habitacionais periféricos (loteamentos, habitação, equipamentos urbanos). AMORIM FILHO E SERRA (2001, p.8).

A inserção de outros elementos que caracterizam a cidade média constitui-se no ponto alto do posicionamento acima. O foco nos bons serviços, atenção aos migrantes, inter-relação com o espaço rural, além dos seus aspectos econômicos e sociais, dão o destaque para uma mudança de concepção sobre cidades médias. Quanto aos migrantes, é fundamental compreender também as cidades médias sob a perspectiva das motivações. É possível afirmar que o processo de urbanização é reforçado pela busca de novas oportunidades de trabalho, moradia, educação, saúde, dentre outros aspectos, intensificando-se o fenômeno da migração, pois as cidades médias passam a se constituir em alvo a ser alcançado, por serem consideradas espaços em que é possível atender às suas motivações, que, predominantemente, estão relacionadas à satisfação das necessidades básicas, ou seja, de sobrevivência e à uma qualidade de vida compatível com dignidade humana. Analisada sob uma perspectiva menos otimista, tal processo pode ser visto como problemático, uma vez que, especialmente com referência aos países em processo de desenvolvimento, transfere a pobreza rural para a cidade e cria no sistema social urbano, uma demanda complexa e difícil de ser atendida, em termos

de busca por bens e serviços. Desta forma, este migrante pode encontrar e retroalimentar, contrariamente ao que buscou, um quadro de miséria, desordem e ausência de equipamentos urbanos, dentre outros fatores, necessários à sua qualidade de vida. Por outro lado, é possível analisar também, que o processo de migração impacta em uma urbanização mais rápida, gerando uma expansão das economias, pois, além de romper com padrões antigos de imobilismo, também conduz ao progresso econômico, por dispor de uma maior quantidade de força de trabalho, ainda que sem os requisitos de especialização que muitas vezes são essenciais. Seria esta última, uma visão mais otimista acerca da influência da migração, como fator de crescimento e desenvolvimento das cidades médias.

A categorização das cidades médias pela via da funcionalidade está muito conectada também aos seus papéis regionais e às suas articulações. Essas cidades, então, são definidas pela sua teia de relações com espaços urbanos de mesma ou maior importância. Destarte,

As relações entre a cidade média e seu espaço rural e regional deixam de ser suficientes para compreender o contexto em que ela se insere. Ampliaram-se suas relações hierárquicas com as cidades maiores da mesma rede, sobretudo com as metrópoles com a qual articulam com a escala internacional; estabeleceram-se relações de complementaridade com outras cidades de importância semelhante; alteraram-se suas relações com as cidades pequenas, pois esse processo veio acompanhado de modernização da agricultura que gerou movimentos migratórios do campo para as cidades e das cidades pequenas para as cidades médias e grandes (SPOSITO et al, 2007, p. 236-237).

Ante o exposto, na análise dos critérios definidores das cidades médias, um aspecto que merece ser considerado faz referência à hierarquia urbana, ou seja, à posição de cada cidade de acordo com o tamanho, em comparação aos demais centros urbanos. Nesta perspectiva, a cidade pode ser considerada um centro que distribui serviços, dos mais simples aos mais complexos, para os seus habitantes, para o campo e para centros menores. Parafraseando Christaller, quanto maior for a cidade, maior será a sua influência espacial.

Ademais, a Divisão Urbano-Regional constitui uma contribuição do IBGE à análise da dinâmica territorial brasileira, fornecendo uma visão regional do Brasil a partir dos fluxos articulados por sua rede urbana. A identificação e delimitação dos novos desenhos regionais, aqui chamadas de Regiões de Articulação Urbana, encontram-se fortemente vinculadas à compreensão das transformações

socioespaciais que ocorrem no país e também à maneira como se apreende essas transformações. Todas as regiões identificadas são formadas a partir de uma cidade que comanda a sua região, estabelecendo relacionamentos entre agentes e empresas nos respectivos territórios. Tendo por base o arcabouço conceitual-metodológico desenvolvido no Projeto Regiões de Influência das Cidades (REGIC), o presente estudo identificou regiões em três escalas de referência, nomeadas como Regiões Ampliadas de Articulação Urbana, Regiões Intermediárias de Articulação Urbana e Regiões Imediatas de Articulação Urbana. Uma especificidade inerente ao trabalho é a identificação de um município polo para cada região e o fato de seus limites não ficarem restritos às fronteiras estaduais.

O estudo produzido pelo IBGE, em 2008, sobre Regiões de Influência no Brasil, denominado Regiões de Influência das Cidades – REGIC, analisa, portanto, a hierarquia, as relações, o papel e os fluxos entre as cidades. O objetivo foi estudar e atualizar a análise da rede urbana do Brasil, além de subsidiar o planejamento estatal e decisões relacionadas às atividades econômicas de produção, consumo privado e coletivo. Procurou o estudo ainda, fomentar o conhecimento das relações sociais vigentes e dos padrões espaciais que delas emergem, considerando-se os seus centros urbanos.

Empregando um sólido aporte teórico-metodológico, referendado pela Teoria das Localidades Centrais, foram considerados os centros urbanos brasileiros, de acordo com a função de gestão do território, estabelecendo-se três dimensões: níveis de centralidade da gestão pública federal, níveis de centralidade da gestão empresarial e a presença de alguns tipos de equipamentos e serviços. Ante levantamento e análise dos dados, as cidades foram classificadas em cinco grandes níveis subdivididos, por sua vez, em dois ou três subníveis, assim distintos: 1. Metrópole; 2. Capital Regional; 3. Centro sub-regional; 4. Centro de zona; e 5. Centro local. O conjunto de critérios empregados na análise envolveu aspectos relacionados a equipamentos e serviços, comércio e serviços, saúde, educação, instituições financeiras, meios de comunicação, conexões aéreas, dentre outros, e possibilitou o mapeamento atualizado da rede urbana brasileira.

Por fim, Helio Carlos Miranda de Oliveira, orientado pela Prof^a Dra Beatriz Ribeiro Soares, ao concluir a sua pesquisa de mestrado, publicou, em 2008, sua pesquisa cujo título é: Em busca de uma proposição Metodológica para os estudos das cidades médias: reflexões a partir de Uberlândia (MG). Seu objetivo foi construir

uma proposta metodológica para o estudo das cidades médias, fundamentando-se em metodologias já existentes, as quais foram utilizadas como referências para esta tese.

Assim, face ao exposto, o qual encontra-se mais amplamente detalhado na Metodologia e no Capítulo 2, inspirou-se na proposta metodológica supramencionada como um dos importantes marcos referenciais para esta pesquisa, a qual se baseou nos seguintes estudos: **Programa *Ciudades Intermedias y Urbanización Mundial***, desenvolvido pela União Internacional dos Arquitetos (UIA), em parceria com o *Ajuntament de Lleid*; **Projeto *Monitoreo de Ciudades Intermedias***, publicado no ano de 2003, em forma de documento-texto, sob o título *Intermediación urbana: ciudades de América Latina em su entorno*. Foi elaborado e executado pelo Programa ordenação Regional de Gestão Urbana, da Coordenação Regional para a América Latina e Caribe, pretencente ao Programa da Nações Unidas para os Assentamentos Humanos; **Proposta metodológica de análise das cidades médias**, capitaneada por cinco pesquisadoras de diversas universidades brasileiras.

1.7.3 Vitória da Conquista e região Sudoeste no debate sobre cidades médias

Dispor de referencial sobre Vitória da Conquista, enquanto cidade média, se constitui em um desafio com severas limitações de alcance, tendo em vista que, ao investigar menções dessa natureza, nota-se a carência de estudos relacionados. Algumas bibliografias, no entanto, trazem átona o debate sobre a relação Vitória da Conquista e região Sudoeste da Bahia, o que permite listar e compreender a influência da literatura, sobretudo acadêmica, acerca de fatores relevantes a esse debate, a exemplo dos seus aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, dentre outros. Os estudos desenvolvidos, desde a sua ocupação até a atualidade, permitem caracterizar o estado da arte de Vitória da Conquista, enquanto cidade pólo dessa região de influência. As referências sobre a região Sudoeste e Vitória da Conquista reúnem, assim, publicações que remontam desde a sua origem até a atualidade. Propõe-se a realizar, nesse momento, portanto, uma análise das principais literaturas encontradas.

Uma das mais antigas publicações localizada nesta pesquisa foi a obra “Viagem ao Brasil”, do príncipe alemão Wied von Neuwied Maximiliano, quando

realizou expedição neste território, entre os anos de 1815 e 1817, e desenvolveu uma das primeiras descrições de que se tem conhecimento sobre o então “Arraial da Conquista”, atual Vitória da Conquista, e as localidades contíguas. Publicada em 1940, mesmo na atualidade, a obra constitui-se em clássica referência essencial de registro do povoamento dessa região, sobretudo de Vitória da Conquista.

Mais recentemente, publicada em 1982, a “Revista Histórica de Conquista”, do escritor Aníbal Lopes Viana, revela-se como outro importante referencial para consulta, a qual contém um conjunto vasto de fatos e informações sobre o passado desse município e sua região, sobretudo quanto à sua formação, costumes e influência na sua região. Com quase oitocentas páginas, distribuídas em dois volumes, seus registros apresentam, de forma detalhada e precisa, informações que foram utilizadas como fontes para diversas pesquisas sobre Vitória da Conquista.

A obra “História de Conquista”, de Mozart Tanajura caracteriza-se também por possuir levantamento bibliográfico, o qual buscou traçar a origem, evolução política e a situação econômica do município, buscando apresentar, no âmbito geográfico, características de Vitória da Conquista. A essa idéia dominante, acrescenta informação sobre diversos aspectos, tradicionais ou atuais: cultura, famílias locais, folclore, literatura, jornalismo, religião, artes plásticas, além da situação da cidade e da região de sua localidade. Tal obra, publicada em 1992, representa um marco na literatura conquistense, dada a riqueza de informações ali contidas, sobretudo se considerar-se a escassez das obras e pesquisas publicadas, até então, sobre Vitória da Conquista e a região Sudoeste da Bahia.

Outra obra que registra bem a realidade de Vitória da Conquista e região é “Política: o poder em disputa – Vitória da Conquista e Região”. A obra, publicada em 1991 e organizada por Edinalva Padre Aguiar, reúne uma coletânea de textos produzidos por sete autores, em sua maioria professores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Demonstra seu texto o processo de formação da região Sudoeste da Bahia, além de detalhar a história política de Vitória da Conquista

Em 2001, a geógrafa e escritora Ana Emilia Quadros Ferraz publica o livro “O Urbano em Construção: Vitória da Conquista em duas décadas”. Para além de descrições acerca do território analisado, a autora avança, de forma corajosa, ao debate sobre o processo de estruturação da malha urbana de Vitória da Conquista, além de reiterar o significativo diálogo entre o local e o regional dessa cidade com a

região que a circunscreve. A incontestável qualidade do texto permite uma compreensão da dinâmica urbano-regional, consolidando-se como essencial referência nos estudos realizados sobre a região Sudoeste e Vitória da Conquista.

O ano de 2009 foi marcado pela publicação do livro “Desenvolvimento Regional e Agronegócio”, de autoria de Claudionor Dutra Neto. Apresentando aspectos relacionados ao desenvolvimento regional e à inclusão social, o autor estabelece claro elo entre tais questões com o desenvolvimento do agronegócio, como forma de produção do crescimento regional. O texto aborda as características do Sudoeste baiano, trabalhando a demografia regional, associada ao crescimento populacional e o processo de urbanização, associado ao agronegócio. Ao final, demonstra a necessidade de promover a erradicação da pobreza e exclusão social, sobretudo nos pequenos municípios.

A mais recente, e certamente a última, publicação sobre Vitória da Conquista, lançada em 12 de setembro de 2013, propositadamente confunde-se com a biografia de uma importante figura pública: José Fernandes Pedral Sampaio. A obra “O Pedralismo: um fenômeno social”, do sociólogo e escritor Durval Menezes narra a trajetória política e sua influência no ambiente sócio-político do maior líder da história de Vitória da Conquista e sua região: José Fernandes Pedral Sampaio. A obra apresenta ainda, detalhes sobre o impacto do golpe militar de 1964 na estruturação urbana de Vitória da Conquista. O texto demonstra a influência de Pedral e suas idéias na formação dos líderes políticos, os quais foram determinantes na formação histórica do município e sua região, na medida em que influenciou na eleição de diversos prefeitos e deputados, os quais possuíam o poder de promover políticas públicas voltadas ao crescimento e desenvolvimento dessa cidade e sua região de influência.

Quanto aos trabalhos acadêmicos, especificamente dissertações e teses, destacam-se alguns importantes estudos sobre Vitória da Conquista e sua região.

Em 2008 a Tese “Políticas públicas e desenvolvimento na região de Vitória da Conquista – Bahia: recortes e redefinições territoriais na ação do estado”, cuja autoria é de Vitória Carme Correia Santos, e orientada Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva – Universidade Federal de Sergipe, destaca-se por ser um dos estudos pioneiros sobre a Região de Vitória da Conquista, na relação estabelecida com a política e ações de desenvolvimento regional implementadas pelo Estado Brasileiro,

particularmente, pelo Estado Baiano, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, com ênfase nas duas últimas décadas (1990-2000).

Em 2009, a geógrafa Ana Emilia Quadros Ferraz publica, pela Universidade Federal de Sergipe, a Tese “O espaço em movimento: o desvelar da rede nos processos sociotécnicos do sistema de saúde de Vitória da Conquista – Bahia”. Embora o objetivo do estudo tenha sido analisar as redes sociotécnicas geográficas, sob a perspectiva do sistema de saúde de Vitória da Conquista, foi possível apreender os conhecimentos relacionados aos fluxos e fixos que envolvem Vitória da Conquista, enquanto cidade que polariza os municípios da sua região de influência.

Em convênio realizado entre a Universidade Barcelona (UB) e a UESB, cujo objetivo foi a realização de Doutorado em Geografia, as publicações foram ampliadas e interessantes estudos se destacam nesse âmbito. Inicialmente o autor Roberto Paulo Machado Lopes publica, em 2012, tese intitulada “Universidade, externalidades e desenvolvimento regional: as dimensões socioeconômicas da expansão do ensino superior em Vitória da Conquista”, cuja orientação realizada pelo Prof. Dr José Luiz Benedicto Luzón, conduziu-o ao debate acerca da formação de economias de aglomeração enquanto base do desenvolvimento econômico de centros urbanos e regiões, especialmente cidades médias. Defende o autor a tese de que uma universidade pública de médio porte gera externalidades capazes de formar economias de aglomeração, tornando a expansão do ensino superior um núcleo de desenvolvimento setorial regional. O estudo teve, assim, como objetivo principal, verificar se a expansão do ensino superior em uma cidade de médio porte contribui de forma marginal ou determinante para o desenvolvimento regional. Como resultado, os estudos demonstraram que a expansão dos serviços de educação superior em Vitória da Conquista constitui-se apenas em um embrião de sistema local de produção.

Em outra Tese, parte do mesmo convênio, o autor Altemar Amaral Rocha, sob a orientação do Prof. Dr. Sergi Martinez i Rigol, publica a Tese de Doutorado, em 2012, cujo título é: “Os processos de planificação territorial e transformações socioespaciais em Vitória da Conquista – Ba”. A tese baseia-se na análise dos processos de planificação territorial, tendo em vista as transformações socioespaciais ocorridas em Vitória da Conquista, cujo objetivo é compreender a estrutura urbana da cidade. Como principal conclusão identifica-se que os processos de planificação

territorial ocorridos em Vitória da Conquista são recorrentes desde a sua tenra idade no século XIX, com várias transformações espaciais ao longo do século XX.

Destaque-se ainda a tese defendida por Francisco Carvalho dos Santos, sob a orientação do prof. Dr. José Luiz Benedicto Luzón, também pela Universidade de Barcelona, em setembro de 2013, sob o título “Políticas públicas e as transformações em bairro periférico pobre: o caso do Nossa Senhora Aparecida, município de Vitória da Conquista – Bahia – Brasil”. A tese tem como objetivo principal investigar os impactos das políticas públicas na estruturação do Bairro Nossa Senhora Aparecida e na vida dos seus moradores. Conforme o autor, o bairro é um espaço urbano pobre e periférico do município de Vitória da Conquista, terceira mais importante cidade do Estado da Bahia, Brasil. Ao final da investigação, as evidências coletadas permitiram concluir que as políticas públicas implementadas no referido bairro não combateram os problemas estruturais, não geraram transformações significativas na infra-estrutura e na vida dos moradores daquele espaço geográfico. Essas políticas não foram capazes de modificar o modelo de reprodução da pobreza, da desigualdade e da divisão socioespacial que tem gerado no Brasil um distanciamento entre bairros bem assistidos pelo poder público e os denominados bairros esquecidos (desassistidos), uma vez que as políticas públicas estudadas não foram suficientes para gerar capacitações que conduzissem à ruptura da lógica tradicional de reprodução de modelos de urbanização de cidades que não têm sido capazes de gerar transformação social em bairros periféricos pobres, como também eliminar a segregação, a discriminação e a estigmatização entre moradores de uma mesma cidade.

Outro importante estudo refere-se à tese defendida por Francis José Pereira, sob o título “A influencia das grandes redes varejistas no comércio e na cidade: um estudo de caso sobre Vitoria da Conquista”, sob a orientação do prof. Dr. Carles Carreras Verdager, pela Universidade de Barcelona.

Por fim, o estudo “As cidades Médias em perspectiva: uma análise dos papéis e tendências de um grupo de cidades médias brasileiras”, publicado, em 2011, como dissertação de mestrado pela Universidade Federal de Minas Gerais, cuja autoria e orientação, são, respectivamente de Edvaldo Fernandes Gomes e o prof. Dr. Ralfo Edmundo da Silva Matos, inclui análise sobre rede urbana e cidades médias brasileiras. Ao analisar cinco municípios (Londrina, Joinville, Petrolina, Juazeiro e Vitória da Conquista) dispersos em quase todo o território nacional, foi

possível identificar análises acerca das transformações pelas quais tais cidades médias estão passando. Especificamente em relação a Vitória da Conquista, o autor conclui que tal cidade demonstra ter funções e papéis importantes em seu sistema urbano, considerando que esta apresenta algumas das principais características de cidades-pólos, que atraem e articulam a rede urbana nacional e regional. Para o autor, possui significância econômica, indicadores sociais representativos, equipamentos urbanos, localização geográfica estratégica, centros de emprego definido e serviços públicos básicos. Esse estudo possibilitou ampliar as concepções de Vitória da Conquista na condição de cidade média, contribuindo com esta autora para aprofundamento das reflexões sobre o tema.

Para além das publicações mais relevantes sobre Vitória da Conquista e cidades médias, há, na UESB, em Vitória da Conquista, o suporte do grupo de pesquisa “Urbanização e Produção de Cidades na Bahia”, cujo objetivo é estudar as pequenas e médias cidades sob a influência da rede urbana polarizada por Vitória da Conquista. O grupo de pesquisa, coordenado pelo Prof. Dr. Jânio Santos, tem como princípio fundamental discutir as modificações no processo de urbanização, pensando sua influência na produção de cidades no Estado da Bahia. Os estudos realizados pelo grupo proporcionam a análise geográfica por meio de aprofundamento sobre as questões teóricas que alicerçam o pensamento sobre a cidade, em especial, as pequenas e médias, com base na investigação sobre a realidade do processo no território baiano. Constitui-se, ainda, como instrumento importante para subsidiar estudos e pesquisas futuras sobre essas cidades que, na maioria das situações, carecem de referências no que tange à análise do intra e inter urbano. O Grupo assenta-se em projetos e subprojetos que se desdobram na análise sobre: a) o processo de reestruturação urbana e da cidade; b) as mudanças no conteúdo e na forma das pequenas cidade; c) as relações entre o campo e a cidade, no plano da mobilidade do trabalho; d) problemáticas urbanas relativas ao transporte público e moradia; e) processo de produção do espaço urbano. Responsável pela organização de eventos que fomentam o debate sobre cidades médias, o grupo, por meio das pesquisas realizadas por seus integrantes, responde ainda pela maioria dos artigos publicados sobre a temática, sobretudo no que se refere à Vitória e à região Sudoeste da Bahia.

Finalizando, o Capítulo 2 amplia a base conceitual sobre cidades médias, ao refletir sobre o processo de urbanização. Posteriormente, estabelece-se a relação

entre qualidade de vida e desigualdades sociais nas cidades médias. Os pressupostos teóricos, ao final, aprofundam os seus fundamentos ao apresentar modelos recentemente utilizados para categorização de cidades médias em três espaços: Europa, América Latina e Brasil. Busca-se, assim, ampliar o debate acerca das dimensões que envolvem o papel de uma cidade média.

1.8 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho teve como objetivo principal, investigar a posição que Vitória da Conquista assume, enquanto única cidade média da região Sudoeste da Bahia, ante um quadro de fragilidade social do seu sistema urbano-regional, em termos de qualidade de vida da sua região de influência. Para alcance dos objetivos do estudo, esta tese está estruturada em sete capítulos, incluindo-se a Introdução e a Conclusão.

A Introdução (capítulo atual) busca contextualizar o objeto do estudo, ante a problemática apresentada, o que gerou, posteriormente, as motivações, além do problema da pesquisa. Em seguida, apresenta-se os objetivos geral e específicos, além da hipótese e estado da arte do estudo. A metodologia utilizada encontra-se na seqüência, a fim de que esta seja bem compreendida, em termos de estratégia utilizada para alcance dos objetivos. Os procedimentos metodológicos, assim, consistiram na coleta e análise de dados, além de informações sobre a área em estudo, referendados pelos modelos de dimensões territoriais. Tal condição possibilitou, por meio de uma diversidade de instrumentos de levantamento de dados, a exemplo de entrevistas, questionários, observação participativa e consulta aos principais órgãos que trabalham com os índices sociais, que os objetivos tenham sido alcançados. Ao final da Introdução, apresenta-se o Estado da Arte do estudo em evidência, o qual procura demonstrar os principais diálogos realizados no mundo, no Brasil, na Bahia, na região Sudoeste e em Vitória da Conquista sobre cidades médias.

O segundo capítulo expressa as bases conceituais e teóricas de cidades médias e processo de urbanização. Para tanto, refletiu-se sobre os conteúdos e papéis das Cidades Médias no contexto da qualidade de vida dos seus moradores, considerando o processo de urbanização no mundo e no Brasil. Tal configuração pode ter impactos sobre a qualidade de vida das pessoas, pois a dinâmica urbana

provoca mudanças significativas, as quais impelem uma participação ativa dos seus agentes e pode impactar no ordenamento territorial integrado. Neste contexto, o Capítulo 2 analisa a influência crescente das cidades médias no contexto da rede urbana, buscando compreender o seu real papel ante uma perspectiva social.

O terceiro capítulo trata do processo de urbanização das cidades médias no território nacional e baiano. Contextualizar o Brasil, considerando o seu cenário de urbanização e como este influenciou o modo de concepção das suas cidades médias, é o principal objetivo deste capítulo. Busca-se, assim, compreender o processo de urbanização das cidades médias no Brasil, por meio de uma “leitura” dos fatores determinantes de tal condição. Por fim, adentrou-se ao Estado da Bahia, onde o município de Vitória da Conquista, objeto deste estudo, se encontra inserido, com vistas a verificar como o ocorreu mesmo processo evolutivo e quais fatores predominaram e se destacaram ante suas particularidades e a realidade nacional.

Já o quarto capítulo identifica o “peso” das cidades médias no território baiano em relação ao grau de centralidade destas em seus contextos regionais, buscando reconhecer as interações no seu espaço regional. Neste contexto, realiza-se uma análise da rede influência das cidades médias instaladas no estado da Bahia, onde se concentra o município de Vitória da Conquista, à luz dos padrões regionalização, adentrando-se, mais detalhadamente, à região Sudoeste da Bahia, sobretudo em seus aspectos físicos e demográficos.

O quinto capítulo analisa os aspectos econômicos e sociais da região Sudoeste da Bahia, considerando as relações estabelecidas entre os 39 municípios que fazem parte da mesma. Tais aspectos revelam-se essenciais à compreensão dos fatores que envolvem a qualidade de vida dessa região.

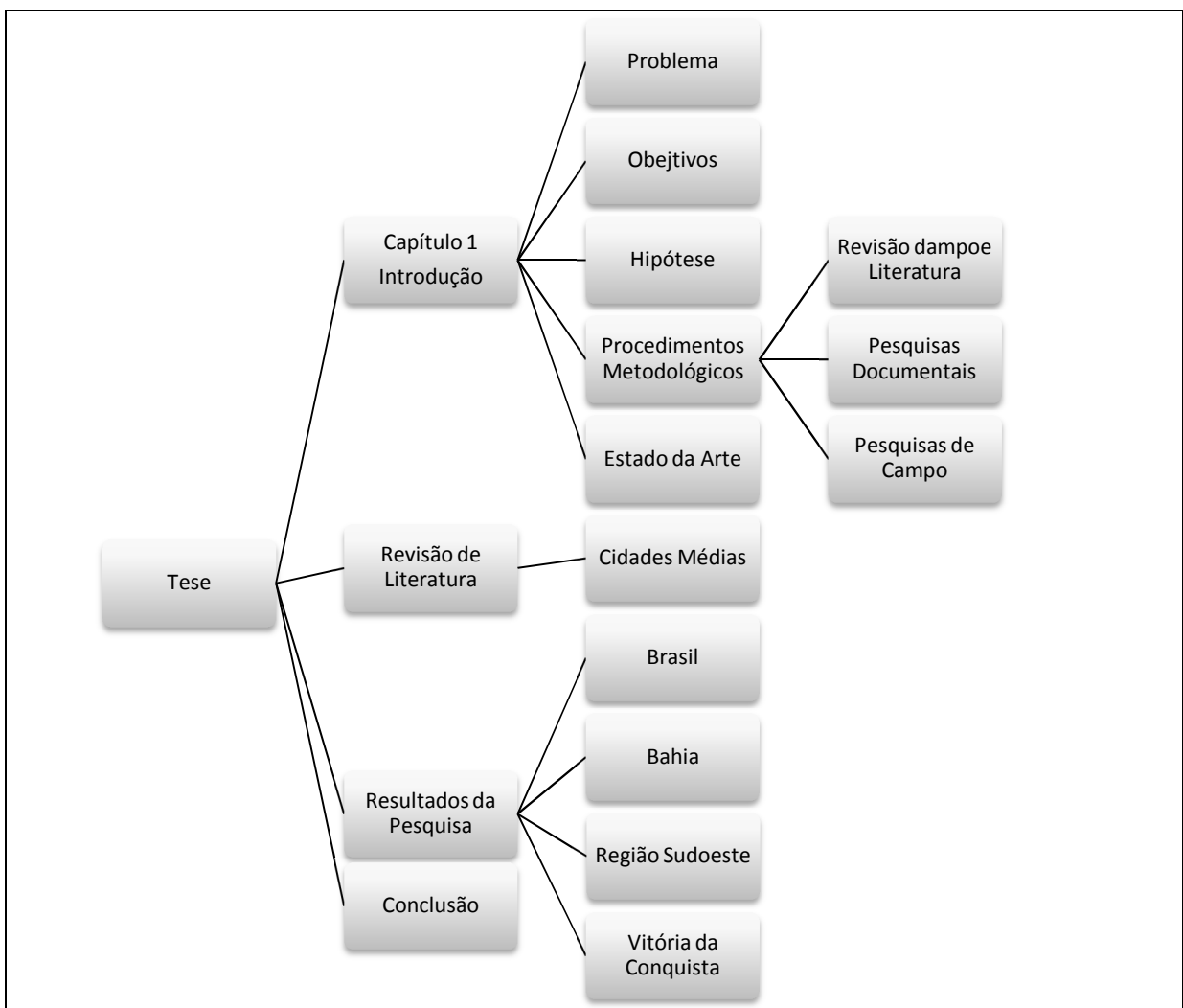
Em continuidade, o sexto capítulo analisa as alterações intra-urbanas na formação territorial de Vitória da Conquista, ao longo do tempo. Compreende-se que, para que se conheça a realidade desse município e sua evolução, é essencial o resgate do contexto histórico da mesma, no tempo e no espaço. Tal reconhecimento permitirá compreender em que bases se estabeleceram a relação de Vitória da Conquista com a sua região de influência.

Já o sétimo capítulo permite um olhar mais próximo sobre os aspectos sociais de Vitória da Conquista. O município merece uma análise que conduza à compreensão das suas relações para além do aspecto demográfico e econômico, tendo em vista a diversidade de atributos que a compõe e o papel que desempenha

na região Sudoeste. Dessa forma, identificar suas dinâmicas intra-urbana, além dos aspectos sociais que a envolvem, permite uma análise mais aproximada dos fatores que determinam a qualidade da infra-estrutura e equipamentos urbanos de Vitória da Conquista, enquanto cidade pólo da região.

Por fim, o último capítulo apresenta a conclusão, resgatando os objetivos do estudo e correlacionando-os com o resultado da pesquisa. É o momento de reflexões sobre as correlações empíricas e teóricas, as quais permitiram uma análise contextualizada das principais evidências do trabalho desenvolvido. Encerra-se com contribuições para a continuidade desse estudo em pesquisas futuras, que permitam alcançar, para além da academia, os formuladores de políticas públicas direcionadas às cidades médias e sua região de influência. A seguir apresenta-se o Fluxograma da estrutura deste trabalho.

Fluxograma 1 – Estrutura do Trabalho



Fonte: Dados organizados pela autora (2014)

2 CIDADES MÉDIAS: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

La ville intermédiaire ou moyenne est un UGO - unidentified geographi object. (Roger Brunet, 2000)

O presente capítulo busca contribuir para uma reflexão sobre os conteúdos e papéis das Cidades Médias no contexto da qualidade de vida dos seus moradores e daqueles que residem contiguamente, considerando o processo de urbanização no mundo e no Brasil. Atualmente, as cidades médias podem ser vistas como elos de uma rede territorial, as quais configuram o sistema urbano. Dependendo de onde estejam localizadas e da intensidade de políticas de urbanização são adotadas, estas cidades podem configurar-se ou não como centros de equilíbrio e de regulação regionais, tanto do ponto de vista demográfico, como no aspecto econômico e social.

Tal configuração pode ter impactos sobre a qualidade de vida das pessoas, pois a dinâmica urbana provoca mudanças significativas, as quais impelem uma participação ativa dos seus agentes e pode alterar padrões de produção do consumo, de concentração demográfica e de ordenação territorial integrado, dentre outros importantes aspectos, em uma determinada região. Neste contexto, este capítulo se propõe a analisar a influência crescente das cidades médias no contexto da rede urbana buscando compreender o seu real papel ante uma perspectiva social.

Para tanto, no início deste capítulo ocorre o debate sobre cidades médias e urbanização, para, em seguida, adentrar-se às reflexões acerca da qualidade de vida e desigualdades sociais neste espaço geográfico, uma vez que tal reflexão é determinante para o reconhecimento dos aspectos sociais que envolvem este ambiente urbano. Por fim, procura-se identificar os modelos recentemente utilizados para categorização de cidades médias em três espaços: Europa, América Latina e Brasil, assim como algumas das principais concepções de qualidade de vida nas cidades médias. Busca-se, assim, ampliar o debate acerca das dimensões que envolvem o papel de uma cidade média.

2.1 ANALISANDO A RELAÇÃO CIDADE E URBANIZAÇÃO

São vários os posicionamentos em relação às concepções sobre urbanização, especialmente se analisada à luz da sua relação com a cidade. Mas o que viria a ser urbanização? Na visão de Sposito (1999), a urbanização consiste em:

[...] processo de larga amplitude histórica, devendo-se considerar que, mesmo tendo se iniciado na Antigüidade, com a origem das primeiras cidades, esse processo tomou novos rumos com o desenvolvimento do capitalismo e seu padrão correlato de produção e consumo. (SPÓSITO, 1999, p.86).

Villaça (2003) agrega mais elementos ao debate ao discorrer que não se pode mais avançar na visão economicista de que a urbanização é, por si só, decorrente dos padrões de distribuição da atividade econômica. Fundamental torna-se também, ir além da percepção dos fatores demográficos, que vêem a urbanização apenas como um processo de aumento da população nas cidades. Por outro lado, a análise do fenômeno apenas como transformação de modos de vida, como propõem os sociólogos também não se revelam suficientes a uma análise mais completa do fenômeno em discussão. (VILLAÇA, 2001).

Tais aspectos, no entanto - dimensão econômica, concentração de população nas cidades e mudanças nos modos de vida incorporadas pelas pessoas – podem e devem constituir-se, se vistos de forma integrada, em importantes e complementares partes de um conjunto de fatores essenciais na consolidação de um processo de urbanização. Para se compreender o processo de urbanização, portanto, há que se considerar as alterações espaciais e sócio-econômicas, na sua integralidade, além da dinâmica demográfica e as conseqüentes alterações no mercado de trabalho e, por conseguinte, as transformações nas suas estruturas ocupacionais e potenciais desigualdades regionais.

Ante tais fatores, a urbanização, nas características consideradas, se intensificou ao longo dos anos no Brasil e no mundo, e o fenômeno continua prosseguindo, ainda que dotado das particularidades de cada país, estado ou região. Novas tendências atinentes à Divisão Internacional do Trabalho (DIT), à modernização do campo, à reestruturação das redes urbanas, além do crescimento econômico e demográfico das cidades se configuram como aspectos pontuais para

a reestruturação urbana, definindo, assim, os papéis das cidades perante a urbanização recente. Bolay (2003) afirma que:

El fenómeno urbano tiene que ser considerado com un proceso multidimensional. Su dinámica se inscribe al interior de “redes urbanas” identificadas como estructuras de relacionamiento de ciudades de distintos tipos, involucradas en territorios específicos (metrópolis – capitales nacionales y regionales – ciudades intermedias – centros rurales. BOLAY (2003, p. 2)

Associada a esta realidade, a cidade, por sua vez, pode ser interpretada, dentre outros aspectos, como uma forma espacial que expressa a dinâmica e a acumulação de fatores, os quais resultam na expressão material da urbanização. Spósito (1999) adverte para a essência real da relação cidade / urbanização, quando dispõe que:

[...] o fato de que a urbanização é um processo e a cidade, uma forma espacial não deve nos levar à concepção estatística da realidade urbana, a partir da qual a leitura da cidade deve ser feita através de sua morfologia, e a da urbanização através de seu processo. É apenas na relação entre o processo e a forma engendrada que podemos compreender como um dado arranjo sócio-espacial é, ao mesmo tempo, produto e produtor da realidade. No plano da materialidade, tem-se a cidade como uma forma espacial que podemos cartografar, medir, percorrer e fotografar. No plano processual, tem-se a urbanização como dinâmica através da qual se podem compreender as mudanças mais significativas do mundo industrial (e pós-industrial). (SPÓSITO, 1999, p.86).

A análise da relação existente entre urbanização e cidade permite a compreensão do espaço urbano enquanto forma e processo, concomitantemente, tendo em vista que evidencia a realidade urbana dinâmica em sua totalidade. Na visão de Spósito (2001), ruas, prédios, casas e praças constituem-se em configurações que emergem nas cidades, concebidos pelos fluxos múltiplos, ou seja: produtos, serviços, pessoas, idéias e capitais, dentre outros. Estes, por sua vez, se estabelecem no espaço, de uma forma que a sociedade se aproprie e construa suas representações no espaço urbano.

A urbanização, por sua vez, é, sob a perspectiva estatística e demográfica, um fenômeno histórico de concentração de população nas cidades. Tal perspectiva, no entanto, é vista como antiga e insuficiente para a abordagem da urbanização contemporânea. Esta visão ainda prevalece em algumas análises da arquitetura, ainda que estes já reconheçam que a urbanização seja um fenômeno de maior

complexidade e que, para efeito de análise, o antigo critério demográfico e econômico são, no mínimo, insuficientes. (VILLAÇA, 2003, p.29).

Spósito (1999) descreve que, para além dos elementos de carácter estatístico-demográfico-econômico, há outros tantos relacionados aos modos de vida (estilo de vida, cultura e valores urbanos) que marcam a urbanização contemporânea e que devem ser considerados nas apreciações sobre a temática. Para a autora,

[...] uma urbanização que se reconstrói, também, como espacialidade que se redesenha a partir da fragmentação do tecido urbano e da intensificação da circulação de pessoas, mercadorias, informações, idéias e símbolos. A urbanização da sociedade não compreende, portanto, apenas a dinâmica demográfica de concentração de homens, ou a dinâmica econômica de concentração das riquezas, nem as formas concretas que expressam ou determinam essas dinâmicas, mas seu conteúdo social e cultural. (SPÓSITO, 1999, p.84).

Desta forma, não apenas o aumento do número de habitantes e o tamanho das cidades caracterizam o processo de urbanização. Importa, ainda, os papéis que as cidades exercem na divisão social do trabalho, demonstrada por meio da criação de consumo, produção, ocupação de espaços vazios e reestruturação da rede urbana, entre outros fatores. Fato é que, com a urbanização, a cidade descobre sua expressão mais forte e se consolida como o ambiente apropriado ao acolhimento de um contingente populacional significativo. Semelhantemente, a urbanização encontra também na cidade o lócus ideal para o seu desenvolvimento. Dessa maneira, a relação cidade-urbanização emerge e se intensifica gradativamente, pois ambas são complementares.

Adicione-se que a urbanização tem no fator migração, uma das importantes causas de fixação da população excedente nas cidades. A população que migra para as cidades, em grande parte, busca reduzir a pobreza configurada pelas precárias condições de vida, sobretudo do campo. Os equipamentos urbanos, a infra-estrutura, os serviços e a possibilidade de emprego também são fatores atraentes, o que pode ser explicado pela degradação das condições de vida no campo.

Alerte-se, no entanto, que este não se configura como origem e razão para migração. As pessoas migram de várias origens e com diversas motivações, a exemplo dos centros urbanos menores, os quais não dispõem de um sistema de educação e saúde que possa contemplar as suas demandas. Não obstante, ratifica-

se que o fenômeno da urbanização não se limita ao acréscimo à população urbana em função da transferência populacional de outros centros. Os fatores sócio-culturais também fazem parte do processo de urbanização, gerando alterações no modo de vida das pessoas. Os migrantes, desta forma, vão assumindo, gradualmente, características próprias deste ambiente, seja quanto ao modo de vida, ou à civilidade, à produção e à reprodução do espaço urbano. Por consequência, as relações destas pessoas com outros habitantes urbanos, modificam-se, gerando novos hábitos, a exemplo da perda gradativa do contato informal entre moradores de bairro. Configura-se assim, um novo estilo de vida marcado, dentre outros fatores, pelo distanciamento característico do seu ambiente de origem. O processo de urbanização manifesta-se, portanto, por meio, de alterações no comportamento, dos hábitos e do modo de vida das pessoas.

2.2 A REDE URBANA E AS QUESTÕES SOCIAIS

Santos (1982) cita que, para se compreender as razões do crescimento urbano, tanto do ponto de vista geral quanto de um caso específico, torna-se necessário apreender a natureza dos fenômenos mundiais ligados ao processo de urbanização e, ao mesmo tempo, interpretar os seus fatores locais, regionais e nacionais. Para o autor, os principais problemas gerados pelo crescimento urbano,

[...] são problemas relativos à moradia, aos serviços públicos, ao emprego e ao desenvolvimento nacional. Também os problemas da paisagem estão aí relacionados à problemática urbana. (SANTOS, 1982, p.20).

A intensificação da ocupação do solo, a ausência de saneamento básico, a falta de equipamentos urbanos agregam a lista de problemas enfrentados por essas cidades. Adicione-se ainda, a ausência e/ou deficiência de serviços públicos que deveriam promover o bem-estar social, a exemplo das escolas, creches, postos de saúde e áreas de lazer, agravando intensamente o quadro urbano. Ademais, o crescimento urbano tem se ampliado, sobretudo, para as áreas periféricas (crescimento horizontal), às quais se apresentam como espaços de baixo valor econômico, ocupados geralmente pela população de menor poder aquisitivo, e que apresentam baixa infra-estrutura urbana e difícil acesso aos serviços públicos.

Ante o exposto, verifica-se que a periferia, em sua maioria, apresenta condições infra-estruturais e suporte insuficiente para um grande quantitativo populacional que a este espaço se direciona, degradando e desorganizando a qualidade de vida do cidadão. Problemas relacionados à poluição, trânsito, desemprego e marginalidade se inserem também entre as conseqüências da expansão desordenada das cidades. Evidencia-se, assim, um quadro de caos urbano que culmina com a fome, miséria, violência, desemprego, trabalho informal e comprometimento das relações sociais.

A urbanização, desta forma, experimentada pela maioria das médias e grandes cidades, veio acompanhada do fenômeno denominado favelização, uma vez que a estrutura disponibilizada por tais cidades foram incapazes de absorver, com qualidade, o grande contingente populacional que migrou do campo em direção a elas. Na maioria das vezes, sem habitação adequada, as pessoas ocupam áreas de riscos, como pontes, túneis, viadutos, encostas, terrenos de terceiros e propriedades ilegais, dando origem às favelas, ocupadas, em grande parte, ilegalmente.

As grandes cidades dos diversos países, inclusive do Brasil - São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo -, que foram as pioneiras na urbanização, refletem bem esse processo. De forma semelhante, embora em menor proporção, as cidades médias também apresentam um processo de urbanização marcado por desigualdades, os quais se comprovam por meio dos indicadores de renda, educação e longevidade, dentre outros. Desmistifica-se, assim, o papel das cidades médias, enquanto espaços de excelência em qualidade de vida, tão densamente propagado nas décadas anteriores. Essas últimas também vivenciam condições de pobreza, exclusão e desigualdade social, caracterizado pela favelização, marginalidade, segregação sócio-espacial, degradação ambiental e violência. Ainda assim, possivelmente, esses índices são menos significativos quando comparadas às grandes cidades.

Ademais, acrescenta-se ainda a forte relação entre conceito de *rede urbana e cidade média*. Este é continuamente resgatado na categorização de cidade média. No processo brasileiro de urbanização, a expansão das redes urbanas é um componente essencial em sua elucidação. De acordo com Matos (2005, p.34) tal processo interiorizou-se por amplos espaços regionais no Brasil, sobretudo nos últimos anos. Fato é que várias redes geraram a expansão do processo de

urbanização, dando vida a várias redes geográficas, unindo cidades funcionalmente diversificadas, ao fazer emergir um novo ambiente denominadas de cidades médias.

Ao assumir esse debate, Corrêa (1997, p. 93) afirma que rede urbana constitui-se no conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si, ou seja, é um produto social, historicamente contextualizado, cujo papel crucial é o de, através de interações sociais espacializadas, articular toda a sociedade numa dada porção do espaço, garantindo sua existência e reprodução. As características de rede urbana indicadas por Correia (1997, p. 95) são:

Quadro 4 – Características da Rede Urbana

Características	Descrição
Complexidade Genética	Conjunto de centros datados de diversos momentos e tempos distintos.
Crescente complexidade funcional dos centros	Diversos tipos e graus de interação dos centros, situando-se, simultaneamente, em pelo menos duas redes.
Integração Interna e Externa	Redes urbanas integradas em tipos e diversidade distintos.

Fonte: CORRÊA, R. L. Trajetórias Geográficas. 1997.

Adicione-se às concepções de Corrêa, o pensamento de Santos e Silveira (2005) quando este aponta a relevância do desenvolvimento de estruturas técnicas para a integração dos diversos espaços. Surgem assim, os primeiros debates sobre o meio técnico-científico-informacional que se inter-relacionam, por meio das redes técnicas, o local e o global. Tais processos que se desenvolvem no interior das redes, a partir de sua carga técnica, criam condições para a circulação de diversos fluxos que podem ter diversas características, desde fluxo de mercadorias e pessoas até os fluxos de capital, informação e cultura.

Ao se reportar mais especificamente às pessoas e seus significados inerentes na formação das economias urbanas, por serem portadoras de conhecimento, técnica e experiência, Matos (2005, p.119) ressalta que “os fluxos de maior importância nesse sistema são os movimentos migratórios (...), já que deslocam indivíduos repletos de intencionalidades, articulando famílias, empresas, grupos sociais e lugares”.

Considerando o exposto, é fundamental analisar o papel desempenhado pelas cidades médias neste contexto, pelo fato de exercerem, conforme observa Santos (2004), “um certo comando sobre a porção de território que as rodeia”. Tais papéis, inclusive, podem estabelecer novas formas de inserção, modificando, até mesmo, a estrutura da própria rede. Desse modo, uma análise mais aprofundada sobre cidades médias deve ponderar, portanto, a conjuntura de suas redes, tendo em vista que, sem compreender as relações que perpetuam entre estas e as cidades a elas interligadas, torna-se inviável entender os processos de constituição de uma cidade média de forma mais ampla.

De acordo com Santos (2004, p. 279), observa-se a necessidade de compreender os fenômenos no contexto das redes, pois, para o autor, “é mediante as redes que se dá uma criação paralela e eficaz da ordem e da desordem do território, já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros”. O autor adverte ainda que, independente da materialidade que salta aos olhos, a rede é também social e política, ao considerar as pessoas, mensagens e valores que as freqüentam. É possível inferir, portanto, que as redes apresentam variadas dimensões sócio-espaciais, urbanas e não urbanas, a exemplo de fluxos multivariados de pessoas, capitais, informações, idéias e até mesmo, culturas. Nesta mesma direção, Arroyo (2009) acrescenta que:

É na encruzilhada da circulação, das redes, dos fluxos que as cidades crescem ou se estancam. É através da sua capacidade de fluidez e porosidade territorial, que elas conseguem ser ponto de confluência de diversos circuitos produtivos. É todo esse movimento, por sua vez, que lhes outorga uma vida de relações intensas. Não necessariamente esses atributos são exclusivos das metrópoles ou das grandes cidades, ao contrário, podem ser encontradas nas cidades médias e, inclusive, tornar-se um elemento de diferenciação entre elas. ARROYO (2009, P. 81-82)

Arroyo destaca, nesta apreciação, que as redes são colocadas como uma condição de geração da fluidez essencial ao desenvolvimento das cidades. Nesse sentido, Santos (2004) destaca que esse é um atributo do mundo atual, ou seja, a exigência da fluidez para a circulação de idéias, mensagens, produtos ou dinheiro. Na visão do autor, “a fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas, que são um dos suportes da competitividade”. Logo, ao buscar compreender a complexidade da rede urbana, sob as perspectivas anteriormente apresentadas, constata-se a inviabilidade de pensar as cidades, sobretudo a rede urbana onde estas estão

fixadas, sem considerar as relações de causa e efeito entre os múltiplos atores e objetos presentes nos processos de produção do espaço e sua conexão direta com as redes.

Em relação aos demais fatores que podem contribuir na caracterização de cidades médias, em ensaio teórico apresentado por Corrêa (2007) este admite considerar três elementos essenciais: a presença de uma elite empreendedora, a localização relativa e as interações espaciais, assim compreendidas. Segundo o autor,

- a) A elite empreendedora estabelece uma relativa autonomia econômica e política numa cidade, criando interesses locais e regionais, competindo em alguns setores com as grandes cidades e centros metropolitanos.
- b) A localização relativa de uma cidade média depende de um lugar central na hierarquia regional, construindo-se em foco de vias de circulação e efetivo nó de tráfego, envolvendo pessoas, capitais, informações e expressiva variedade e quantidade de mercadorias e serviços.
- c) As interações sociais determinam o nível de conexão que as cidades estabelecem com a rede regional ou até mesmo global. As interações extra-regionais são determinantes para identificação de uma cidade média (CORRÊA, 2007, p. 23-33).

Sobre a elite empreendedora, é possível inferir que as empresas constituem-se em uma das principais fontes de empregos – elemento altamente atrativo em uma cidade média, sobretudo para as situações de intensa migração. Estes empregos podem estar localizados no segmento industrial, agropecuário, ou de comércio de bens e serviços, devidamente formalizados. É possível identificar ainda a força do setor informal na distribuição de empregos e conseqüente movimentação financeira de uma cidade. Na maioria dos países, as empresas respondem por mais de 60% dos empregos, especificamente no caso das que possuem menos de 500 funcionários e freqüentemente mais de 30% dos empregos, naquelas com menos de 100 empregos. De acordo com Julien (2010, p. 74), as diferenças no número de empresas constituem um dos principais indicadores de disparidades econômicas e sociais quando se observa o desenvolvimento das regiões. Como dito anteriormente, isso se deve ao fato de elas serem uma das principais geradoras de empregos e, portanto, de renda circulante, o que pode assegurar, também por este caminho, o bem-estar dos habitantes do território, desde quando a lógica do capitalismo “selvagem” não predomine nestas relações.

Com a evolução das pesquisas, outros critérios começam a surgir. De acordo com Amorim Filho e Serra (2001, p. 02), estudiosos começam a clamar por aspectos

a serem considerados na classificação das Cidades Médias, a exemplo das relações externas e estrutura interna. No Brasil, as variações de região para região, relacionadas ao grau de desenvolvimento alcançado, à posição e às condições geográficas, além do processo de formação histórico-social, acrescenta mais um “tempero” a esse debate.

A atuação das cidades médias ante as desigualdades sociais, presentes em função de um quadro de pobreza pelo qual a maioria das cidades brasileiras atravessa, dificultou sobremaneira a qualidade de vida das pessoas, especialmente aquelas que se deslocam para estes centros em busca de melhores condições humanas. Desta forma, uma questão central persiste: a maioria dos estudiosos não se arrisca a firmar em concepções absolutas para as cidades médias, devido ao alto nível de complexidade e subjetividade e transitoriedade que envolve esta temática.

Diante do exposto, é possível afirmar que está longe um pensamento consensual acerca de uma categorização padrão sobre cidades médias, seja no meio técnico-científico, no setor público, ou demais setores, embora se observe que tais pensamentos, já bem conhecidos, guardam uma relativa relação de complementaridade. Por isso mesmo, o campo do conhecimento ainda se encontra aberto e é possível inferir que pesquisadores das várias áreas do conhecimento, sejam geógrafos, economistas, sociólogos, dentro de suas especialidades, buscam continuamente encontrar aspectos em comum sobre a temática, ainda que estejam relacionados aos objetivos dos respectivos pesquisadores ou gestores do setor público. Esta, no entanto, não é uma tarefa fácil, pois são vários os aspectos que norteiam a discussão sobre esta categoria de cidades.

2.3 QUALIDADE DE VIDA VERSUS DESIGUALDADES SOCIAIS NAS CIDADES MÉDIAS

É notório como o debate acerca do uso do adjetivo “média” amplia a necessidade de refletir sobre outros critérios, para além quantidade e da centralidade. Castello Branco (2006) reforça fatores relacionados à qualidade de vida urbana como característica essencial no papel das cidades médias. Fatores relacionados à oferta de infra-estrutura, segurança e a facilidade de deslocamento encontram-se subtendidas na noção de equilíbrio atribuída a esta categoria de cidades.

A funcionalidade, dessa forma, apresenta-se como um importante fator que guarda relação direta com a qualidade de vida que as relações entre uma cidade média e sua hinterlândia, devem produzir, na medida em que é essencial se verificar consistência na articulação entre estas. Para Sposito (2001), o que condiciona a cidade à uma qualificação de média são as relações espaciais que ela estabelece como os espaços mais próximos e mais distantes. É preciso, no entanto, compreender a qualidade das relações que estas cidades mantêm com a sua área de entorno, a qual repercute diretamente na qualidade de vida dessa população.

O grande desafio consiste em garantir a qualidade de vida dessa população que, continuamente, cresce em direção aos centros mais urbanizados. Essencial torna-se pensar em qualidade, sobretudo qualidade de vida nas cidades. Sposito (2004) traz átona reflexões sobre qualidade ambiental urbana das cidades, ao destacar que:

Qualidade Ambiental Urbana é o predicado do meio urbano que garante a vida dos cidadãos dentro de padrões de qualidade, tanto nos aspectos biológicos (saneamento urbano, qualidade do ar, conforto ambiental, condições habitacionais, condições de trabalho, sistemas de transporte e alimentação, dentre outros), quanto nos aspectos sócio-culturais (percepção ambiental, preservação do patrimônio cultural e natural, recreação, educação, dentre outros). SPÓSITO (2004)

Quanto ao exposto, cabe ressaltar, no entanto, que a concepção de qualidade precede essa discussão, enquanto um dos maiores desafios a vencer neste debate. As razões para tamanho desafio referem-se ao alto grau de subjetividade do termo. Delimitá-lo implica em trabalhar com concepções diversas, a exemplo do local, tempo, renda, necessidades de sobrevivência, dentre outros. Dessa forma, há que se pensar os requisitos de qualidade, em termos contextualizados, para melhor compreendê-la. As cidades têm, portanto, o desafio de assumirem e buscar a qualidade ambiental urbana acima evidenciada, respeitando-se, obviamente, as características intrínsecas ao ambiente em sua particularidade. Não é funcional, adequado e legítimo, portanto, generalizar os requisitos de qualidade com outros ambientes urbanos, os quais possuem em comum, somente a característica de heterogeneidade dos seus atributos.

Se compreender qualidade é o primeiro desafio a superar, a cultura de planejamento é uma demanda imperativa nesse processo, o que, caso não ocorra, pode afetar diretamente o alcance de uma melhor qualidade de vida nas cidades.

Cabe ressaltar, no entanto, que, o problema, em grande parte, não relaciona-se à ausência de planejamento, e sim à sua deficiência em função do modelo excludente adotado pelas cidades, que centraliza investimentos públicos e infra-estrutura em áreas mais favorecidas, comprometendo os investimentos junto às áreas de maior concentração da população pobre. Dessa forma, aos governantes cabe a busca pela redução das desigualdades sociais e regionais dos países, priorizando-se os investimentos públicos nas periferias das cidades e em locais de baixa renda. Caso contrário, não tarda, os graves problemas urbanos começam a surgir, sobretudo se adicionar-se que o processo de urbanização ocorreu de maneira acelerada, sem o devido suporte econômico e social, o que poderá gerar grandes desigualdades sociais como poderá ser visto no tópico seguinte.

Em paralelo, é sabido ainda que estiveram na base das preocupações dos órgãos governamentais os grandes desequilíbrios urbano-regionais, a depreciação da qualidade de vida nas cidades de porte maior, os quais geraram o crescimento dos problemas sociais, além do enfraquecimento da suas organizações hierárquicas. Ao associar ambos cenários, o contexto exigia a presença de centros intermediários mais dinâmicos que fossem capazes de contribuir para a interiorização do desenvolvimento e a minimização de tais desequilíbrios urbano-regionais.

No âmbito internacional, em 1999, FOURNIER, Francine (1999), já indicava algumas características acerca da qualidade de vida da cidade média referindo-se à sua própria escala e esta relação com os assentamentos urbanos maiores, a saber:

- Sistemas mais equilibrados e sustentáveis, por razões de escala, que exercem relações mais equilibradas com seu território, mesmo que algumas, sobretudo em algumas áreas do Terceiro Mundo, exerçam a função de centros de exploração de amplas áreas rurais ou de exploração dos recursos naturais e humanos de sua área de influência.
- Centros mais facilmente governáveis, que permitem, em princípio, uma maior participação dos cidadãos na gestão das cidades. Por possuírem maior qualidade de vida, podem comemorar, devido às suas características sociais e culturais, um campo fértil de experimentos de alternativas sobre noções de urbanidade, convivência e governabilidade.
- Cidades com escalas e dimensões mais humanas que ajudam o cidadão a identificar-se mais com as mesmas, a qual é relativamente fácil ter ou crer em

uma identidade própria. É possível afirmar, assim, que apresentam menos conflitos sociais e acarretam em menores custos sociais, com a possibilidade de maior apoio aos habitantes em suas relações interpessoais, diretas, tanto no nível de bairro quanto no nível de cidade.

- Centros que não possuem os problemas de meio ambiente, como se apresentam nas cidades de grande porte, considerando, de imediato, o êxito social e econômico e projeção da cidade.

Ante a difusão desta visão otimista do ideal de cidade média, nos últimos anos tal cenário tem agregado a estas o status de um espaço onde é possível uma qualidade de vida superior, criando entre os seus habitantes o mito da urbe ideal, com perspectivas de ascensão material e intelectual, além da garantia de segurança e qualidade de vida aos seus habitantes (AMORIM FILHO e SERRA, 2001). Tal visão foi e continua sendo fortemente difundida por meio diversos estudos, além cultivarem a intensa divulgação nos mesmos de comunicação de massa.

Compreende-se que tal visão merece cuidado, pois o que tem se observado por meio dos estudos realizados, é que, historicamente, ao menos no Brasil, as cidades médias vivenciam a instabilidade das políticas de planejamento, desde a década de 1970, período em que se iniciou um olhar mais próximo às suas potencialidades, impelindo o poder público para adotar políticas em prol do crescimento e desenvolvimento das referidas cidades. Na década seguinte, com a escassez de recursos, as cidades vivenciaram um esvaziamento das políticas públicas estatais de caráter regional, em favor de políticas públicas pontuais. Nas décadas seguintes – 1990 e 2000 – houve uma nova manifestação de interesse pelas cidades médias, não apenas em função do papel que cumprem na região ou na rede urbana, mas também pelo fato de apresentarem características que têm sido muito valorizadas na atualidade, quais sejam uma qualidade de vida superior.

Nos anos 1990, especialmente, a importância das cidades médias foi ampliada, sobretudo em função de um novo e dinâmico papel na formação e consolidação de eixos ou corredores de transporte e desenvolvimento, na estruturação e dinamização de vários tipos de sistemas ou redes regionais e nacionais. Os investimentos governamentais, por outro lado, não acompanharam, em termos de investimento, a ampliação deste novo papel das cidades médias. Este

fato pode ser confirmado pelos baixos investimentos realizados nas áreas de infraestrutura e equipamentos urbanos nestas cidades.

Nos anos seguintes, ainda que com políticas públicas pouco definidas, as cidades médias continuam a ser reconhecidas na sua importância, por que permanecem sendo vistas como um fator de equilíbrio para as redes e hierarquias urbanas, ainda que com limitadas políticas de urbanização. Desta forma, impulsionadas pelo poder atrativo que as mesmas exercem, especialmente quanto a uma possibilidade de qualidade de vida superior, cuja garantia pode vir pela maior oferta de bens e serviços, as cidades médias vão crescendo também demograficamente. É neste contexto que uma nova realidade se consolida, levando Santos e Silveira (2001), a deduzirem que:

Uma das razões que levam as cidades a ter maior população que as surgidas em épocas anteriores vem do fato das novas solicitações do consumo, tanto das famílias e do governo quanto da própria atividade agrícola. Junte-se a essas causas, o fato de que, graças às facilidades de transporte e também às novas formas de organização do trabalho agrícola, um número considerável de trabalhadores na agricultura vive na cidade, que se torna um reservatório de mão-de-obra. Talvez seja esse um dos motivos pelos quais, a partir de certo volume demográfico, tais localidades são capazes de atrair e teter um grande número de pobres. SANTOS E SILVEIRA (2001, p.279)

Ante este cenário, tais cidadãos desconhecem, no entanto, que, ao se comparar a realidade de uma grande cidade com a de uma cidade média, em termos de acesso aos bens e serviços, obviamente as grandes cidades têm em si a grande vantagem de dispô-los de forma mais acessível, o que, ainda assim, não assegura a disponibilidade dos mesmos para uma população crescente neste mesmo espaço, se não houver recorrentes políticas e investimentos para urbanização. Tal realidade se expande, portanto, de forma bastante limitada às demais áreas urbanas de um país, abrangendo assim as cidades médias, pois os altos custos das infra-estruturas necessárias exigem investimentos frequentes, que não se verifica na realidade da maioria das cidades médias, as quais carecem de políticas públicas mais bem definidas e mais justas. Ribeiro e Rodrigues (2011:1) inclusive alertam que “no bojo desta visão, vem junto a interpretação das cidades médias como paraíso da nova etapa de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, pois de tão dinâmico e virtuoso que é até se ressentir da escassez de força de trabalho.”

Nesta realidade, verifica-se que, em paralelo às fontes de riqueza que abarcam uma cidade, novas fontes de pobreza também se estabelecem. Como consequência, as crescentes taxas de indicadores das desigualdades sociais, colocam em xeque a condição de qualidade de vida superior que é atribuída às cidades médias brasileiras e levantam dúvidas sobre o potencial destas proverem a sua população de melhor qualidade de vida, ante esta realidade. Agrava-se ainda este cenário quando se considera as desigualdades sociais verificadas nas diferentes regiões de um país, a exemplo das cidades média da região Nordeste.

A população busca, em vão, a tão sonhada qualidade de vida nas cidades que “se globalizam”. No entanto, ao reconhecerem a inacessibilidade a tal qualidade, engrossam o contingente daqueles que vivem nas cidades médias um quadro de absoluta exclusão social. Reproduzem, assim, a realidade das cidades de maior porte, caracterizadas pelas fortes desigualdades sociais, e que colocam a sua população à margem da sociedade, com extremas dificuldades de atendimento das suas necessidades básicas, a exemplo da alimentação, saúde, educação, moradia, oxalá outros fatores mais desafiadores de se alcançar, se se considerar as diversas e mais recentes caracterizações de cidades médias. Pochmann *et al* são enfáticos ao afirmarem que:

...nos últimos anos a exclusão social passa a se manifestar sobre novas formas, especialmente nos países industrializados do centro e da periferia. Além da pobreza absoluta, da fome e do analfabetismo, novas formas de exclusão ganham destaque, associadas à crescente desigualdade, precarização do mercado de trabalho (desemprego, informalidade) expansão da violência urbana e novas epidemias. (POCHAMANN et al, 2004, p.45)

Milton Santos, por sua vez já realizava estas reflexões, sobretudo em sua clássica obra “Por uma outra globalização”, na qual o autor chama a atenção para a “existência” de pelo menos três mundos em um só: o primeiro seria o mundo como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode vir a ser: uma outra globalização, voltada para uma cultura de cooperação e solidariedade (SANTOS, 2001). Desta forma, Santos afirma que:

De fato, para a grande maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e a classe média perde em qualidade

de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades, como a SIDA, se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se os profundos males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos e a corrupção. (SANTOS, 2001).

Ao alertar para esta realidade, Santos, claramente revela o lado perverso da globalização como produtora e mantenedora das injustiças sociais. É a globalização como perversidade, que assola as pessoas, estejam na zona urbana ou rural, nas cidades pequenas, médias ou grandes, às quais as desigualdades sociais são vistas como um processo natural que acomete as cidades de uma forma genérica.

Ainda que detentoras de graves problemas sociais, ao resgatar o contexto socioeconômico e geográfico no qual as cidades médias brasileiras surgiram, Amorim Filho e Serra (2001) instigam o debate rumo ao significado destas enquanto instrumento de planejamento urbano-regional, em função do importante papel que exercem no equilíbrio de redes e hierarquias urbanas. Como já é sabido, as cidades médias são categorizadas como tal por terem a condição de estabelecerem intermediação, não só entre as cidades grandes e pequenas, como também entre o meio rural regional no qual estão inseridas e que carecem de investimentos públicos.

Face a tantos e tão complexos desafios, Bellet e Lop (2001) sinalizam para a necessidade premente de Projetos Urbanos, voltados, sobretudo, para a realidade de cada contexto socioeconômico e territorial. Segundo os autores, em relação às cidades médias localizadas nos países menos desenvolvidos, são essenciais projetos relacionados com a melhoria da habitação em geral, às redes de saneamentos básicos, a exemplo da água, energia, escolas, dentre outros.

A planificação estratégica é necessária enquanto projeto de cidade, a médio e longo prazo, pois pode ser benéfico para cada tipo de cidade, considerando as suas especificidades, já que descreve um marco geral do que deve orientar as políticas urbanas e estabelecem um projeto de cidade pactuado pelos principais agentes urbanos públicos e privados. Os fatores relacionadas à moradia devem ser prioritariamente consideradas, pois, com base na Declaração de Habitação II, os direitos a uma vida digna e adequada para todos e de um desenvolvimento sustentável no processo de urbanização, devem ser considerados como princípios básicos. Uma vida digna deve ser higiênica, segura materialmente, humana e deve desenvolver-se com base em políticas de planificação e gestão global, mas sem a

perversidade das consequências de uma globalização que se impõe acima dos interesses de uma sociedade justa.

Neste sentido, a discussão sobre qualidade de vida, desigualdades sociais e as cidades médias revela-se procedente e relevante, pois estas últimas são resultantes do impacto seletivo e negativo da dinâmica econômica que se faz presente nos ambientes mais urbanizados. As desigualdades socioespaciais não devem, portanto, serem subestimadas, se comparados ao papel externo da rede urbana, uma vez que reconhece-se um peso significativo no processo que determina os diferentes graus de interação da cidade com seu espaço regional.

Compreende-se, assim, que o Estado, qual seja a sua esfera governamental, tem papel decisivo na organização do espaço, com vistas a garantir condições dignas de vida à sua população. O Estado brasileiro, e, neste caso, incluem-se todas as esferas governamentais, carece de políticas territoriais para estimular as aptidões produtivas e competitivas, por meio de investimentos em infraestruturas em uma determinada região e, por extensão, no seu sistema urbano. Para além de se valorizar os recursos naturais, o número de habitantes e os recursos técnicos, o Estado deve atuar na busca de melhoria da qualificação humana, a fim de que possam alterar positivamente a configuração de sua região. Este, dentre outros, destaca-se com um dos principais direcionamentos que o poder público necessita dar em busca de qualidade de vida para a sua população.

2.4 ABORDAGENS SOBRE AS DIMENSÕES DAS CIDADES MÉDIAS

O estudo sobre as cidades médias é amplo e complexo e exige leituras e abordagens multiescalares. Várias são as possibilidades de pesquisa neste âmbito, dada as diversidades das formações sócio-espaciais, estruturadas por diferentes ciclos econômicos, relações políticas e sociais. Envoltos em características de heterogeneidade, estudos são realizados com o intuito de delimitar variáveis que podem ser utilizadas na configuração de uma cidade média, o que significa que, para além das características, é necessário estabelecer parâmetros mais definidos para fins de pesquisa.

Seria este, portanto, um caminho para dar maior consistência aos estudos sobre cidades médias, que, ante as reflexões já realizadas, podem confirmar ou não as características investigadas, e, para além, propor novos aspectos capazes de

melhor designar as cidades que encontram-se nesta condição de análise, sobretudo devido ao seu mais importante papel, que é prover a população de qualidade de vida digna. São possibilidades de pesquisas que se estabelecem, a fim de oferecer elementos para apreender os papéis destas cidades. Torna-se possível, inclusive, desenvolver a comparabilidade entre as cidades, de forma que se possa verificar como se altera a posição destas na divisão territorial do trabalho, que se redesenha neste período de economia em constante processo de transição.

Recentemente, Hélio Oliveira, apresentou estudo denominado: Em busca de uma proposição metodológica para estudos das cidades médias: reflexões a partir de Uberlândia – MG (2008), no qual teve como objetivo construir uma proposta metodológica para o estudo das cidades médias, fundamentando-se em metodologias já existentes. Tal estudo revelou-se significativo para esta tese na medida em que proporcionou elementos importantes para a seleção das dimensões sobre cidades médias aqui utilizadas, como se verá a seguir.

O programa *Ciudades Intermedias y Urbanización Mundial*, por exemplo, desenvolvido pela União Internacional dos Arquitetos (UIA), em parceria com o *Ajuntament de Lleid*, surgiu durante o XIX Congresso da União Internacional dos Arquitetos, realizado em Barcelona, no ano de 1996, cuja coordenação geral é de Josep M. Llop Tomé, diretor dos serviços urbanos do *Ajuntament de Lleid*, e a direção técnica de Carme Bellet Sanfeliu, professora do Departamento de Geografia e Sociologia da Universidade de Lleida. O programa atualmente caracteriza-se como uma referência internacional para estudos sobre cidades médias, abrangendo 116 cidades e 30 países diferentes, cujo objetivo principal é discutir o papel das cidades médias no contexto de urbanização mundial, considerando, para isso, as diferentes realidades socioespaciais das áreas onde se inserem essas cidades.

Ao buscar alcançar o objetivo estabelecido, a equipe coordenadora do programa elaborou um modelo de análise das cidades médias, contendo critérios quantitativos (demográficos e territoriais) e qualitativos (funções). Tal modelo, de acordo com a UIA(1998) reconhece-se como generalista e se justifica pela dificuldade de construir um modelo único de interpretação considerando a diversidade humana mundial, tendo em vista que formulações específicas e complexas dificultariam o desenvolvimento do programa e exigiria um grande esforço por parte dos envolvidos. Desta forma, a UIA considerou as seguintes dimensões a serem analisadas.

Quadro 5 – Dimensões das cidades médias – Indicadores

Dimensões	Indicadores
Tamaño y forma de la ciudad	<ul style="list-style-type: none"> - Determinación de un “radio” (R) medido en Km. (Kilómetros), de una circunferencia que inscriba a un 70% aproximadamente de la población urbana (municipal). Para determinar la escala y distancia al centro urbano, dibujado sobre un plano. - Determinación de una “línea” (L) medida en Km. (Kilómetros), como la recta que puede unir los puntos más extremos del núcleo urbano consolidado de cada ciudad (distancia entre edificación no superior a los 200 metros). Para determinar una longitud física de esa ciudad, dibujado sobre el mismo plano anterior. - Establecimiento de las “cotas” altimétricas o topográficas, aproximadas, en cada kilómetro de la anterior línea recta (L) con la finalidad de ver un “perfil” de la planta urbana de la ciudad, dibujado sobre el mismo plano anterior.
Tamaño y densidad de la ciudad	<p>Indicación de las superficies Urbana (Su) y Rural (Sr) medidas en Has (Hectáreas).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicación de la población Urbana (Pu) y Rural (Pr) en N° de habitantes. - Densidades brutas en N° Habitantes por Hectárea, Urbana (Du) o Rural (Dr)
Ciudad y su “hinterland” urbano	<p>Radio influencia en Km. (H)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Municipios incluidos en su área de influencia y su Población total (P). - Distancia a las dos ciudades más grandes y cercanas - población de esas ciudades dos cercanas.
Red de servicios – infraestructuras	<ul style="list-style-type: none"> - Indicación del % de superficie urbana con redes de agua potable, de saneamiento, de desguace de residuales, alumbrado público y red de eléctrica, sobre la superficie total de la zona urbana. Estos datos pueden ser muy aproximados. - Limpieza de calles: diaria, semanal,... - Recogida de basuras (Volumen diario, semanal o mensual...) <ul style="list-style-type: none"> - Recogida selectiva de basuras - Tratamiento de basuras / reciclaje.
Infraestructuras territoriales	<ul style="list-style-type: none"> - Aeropuerto más cercano. - Existencia estación/nes de ferrocarril.
Red de espacios libres y zonas verdes	<p>Indicación del % de superficie urbana que no esta destinada a la edificación, porque es una zona verde u otros espacios libres (vialidad, cursos de agua,...etc.), sobre el total de la zona urbana. Este dato puede ser muy aproximado.</p>
Niveles de equipamiento urbano	<ul style="list-style-type: none"> - Socioculturales: Universidades (si puede ser n° de estudiantes), n° bibliotecas públicas, n°. Centros de Enseñanza secundaria, <ul style="list-style-type: none"> - N° pabellones deportivos públicos cubiertos. - Sanidad: Hospitales generales (n° de camas), Centros básicos de salud o asistencia primaria - Otras dotaciones y equipamientos: Mercados públicos abastos: al detalle - al por mayor

Gobierno	- Tipos administraciones territoriales que aloja la ciudad (local, regional-federal, nacional.) - Número de concejales municipales.
Presupuesto Municipal	
Tipo de ciudad media/intermedia	En qué grupo situarías tu ciudad? - Ciudades medianas en la periferia de las grandes metrópolis. - Ciudades aisladas, pequeños centros “metropolitanos” y polos urbanos en áreas rurales (centros territoriales). - Ciudades conectadas, insertas en redes de intercambios económicos activos, sea porque son una encrucijada en las redes de transporte de gran velocidad, sea porque forman parte de una red regional urbana.
Actividad económica	- Actividad económica dominante. - Estructura del empleo en %: Sector primario, secundario y terciario (aproximado). - Índice de paro (aproximado).
La vivienda	Nº total viviendas (aproximadas). - Características generales (% aproximado de infravivienda, barraquismo, chabolismo...) - Número aproximado de personas sin hogar / familias sin hogar. - % Vivienda sin agua /sin luz aproximados.
Monumentos o edificios más representativos de la ciudad	- Nombre, descripción, usos que aloja, fecha construcción (aprox.).
Proyectos urbanos más importantes realizados en los últimos 10 años	
Proyectos más importantes en realización o a realizar próximamente	

Fonte: Adaptação UIA- Las Encuestas (1998)

Como pode ser verificado, o programa procurou contemplar o maior número de dimensões possíveis, e, partindo deste parâmetro foi viável, inclusive, chegar a importantes conclusões, a partir da seguinte estratégia de aplicação: as dimensões acima viabilizaram o encaminhamento e posterior recebimento das informações das cidades analisadas, possibilitando que a equipe executora do programa elaborasse documentos sínteses sobre os perfis das cidades médias, que dentre as quais destaca-se as dimensões tamanho demográfico e territorial, além dos demais dados levantados. Dentre os resultados apresentados, os pesquisadores criaram uma tipologia, assim descrita: I - cidades médias de pequena dimensão; II - cidades médias de dimensões medianas e III- cidades médias de grandes dimensões.

As dimensões, em geral, demonstram a sua relevância, se considerar-se a discussão da temática na atualidade, ante reflexões que estiveram e as que

passaram a estar na pauta dos estudos realizados sobre cidades médias, por meio dos seus pesquisadores. Igualmente relevante é capacidade que tal programa desenvolveu para alcançar uma amostra de pesquisas em cidades dos mais variados países, e que vem se ampliando cada vez mais. Embora reconheça-se os avanços e a credibilidade do programa, dimensões importantes relacionadas à delimitação da área de influência das cidades médias, merecem maior evidência, a exemplo da fluidez do território.

Compreende-se que indicadores de transportes e comunicações, são essenciais na definição dos papéis urbanos das cidades na rede urbana em que estão inseridas. As cidades, nesta conjuntura, funcionam como elo de fixação dos responsáveis pela fluidez das informações e mercadorias, ou seja, são nestas cidades que estão instaladas as estruturas responsáveis por dar funcionalidade a determinados tipos de serviços, atendendo, assim, as cidades menores que não as possuem. Exemplifique-se portanto, o aeroporto, a rodoviária, a empresas de transporte logísticos, serviços especializados de saúde, educação superior, além, obviamente dos meios comunicação necessários ao funcionamento de toda esta dinâmica.

No âmbito da América Latina, analisa-se a contribuição do projeto *Monitoreo de Ciudades Intermedias*, publicado no ano de 2003, em forma de documento-texto, sob o título *Intermediación urbana: ciudades de América Latina em su entorno*. Foi elaborado e executado pelo Programa ordenação Regional de Gestão Urbana, da Coordenação Regional para a América Latina e Caribe, pretencente ao Programa da Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, que é uma subdivisão do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Na opinião de Oliveira e Soares (1:2010), este projeto é uma referência importante para os estudos das cidades médias, pois tem como objetivo principal discutir as funções e os potenciais de desenvolvimento destas cidades na América Latina, propondo , para isso, uma metodologia de monitoramento dessas cidades, contribuindo, sobremaneira, para os estudos desses centros urbanos. De acordo com os autores, o projeto utiliza em sua base conceitual o termo *intermediação urbana (intermediación urbana)*, que segundo os mesmos, consiste em analisar as cidades considerando-se o seu entorno. De acordo com Oliveira e Soares (2010),

[...] o projeto é estruturado sobre uma visão multidimensional da cidade média, que consiste na análise dessas cidades abordando as dimensões urbanísticas, socioeconômica, ambiental, cultural, político-institucional, de infra-estrutura e serviços coletivos. OLIVEIRA E SOARES (2010, p. 2)

Trata-se de um dos mais amplos projetos sobre as dimensões das cidades médias, o qual tem como base principal a identificação da existência de diferentes “tipos de cidades intermediárias”, que abarca a análise de diferentes tamanhos populacionais. De acordo Bolay (2003) os objetivos do Projeto Monitoreo de Ciudades Intermediarias são:

Contribuir a la construcción del conocimiento sobre la noción de intermediación desde una visión regional, identificando la existencia de diferentes “tipos de ciudades intermedias” y detectando las ventajas y debilidades comparativas que dichas ciudades presentan para su desarrollo en el marco territorial de referencia: rural y diferentes escalas de las redes urbanas (micro regional, nacional, internacional). Elaborar una metodología de monitoreo de ciudades intermedias para la puesta en marcha de observatorios participativos locales como una fuente permanente de información para la ciudad. Dichas informaciones constituyen elementos fundamentales para la toma de decisiones en materia de gestión urbana y la definición e implementación de políticas públicas de desarrollo urbano, y socioeconómicas en un marco de gobernabilidad participativa. BOLAY (2003, p. 24)

Desta forma, o projeto Monitoreo constitui-se em um processo programado e permanente de análise da informação, tanto quantitativa quanto qualitativa, cuja finalidade é obter uma visão plural e atualizada da realidade que se pretende conhecer. Neste sentido, a metodologia de monitoreo tem em conta tanto a definição das dimensões ou critérios, além de variáveis e indicadores que pretende-se acompanhar.

Quadro 6 – Projeto Monitoreo de Ciudades Intermedias para Estudio das Cidades Médias – Variáveis e Indicadores

Dimensión	Descripción	Variables	Indicadores
Demográfica	Abarca toda la dinámica poblacional de una ciudad, teniendo en cuenta tanto la fertilidad natural e una población como los flujos migratorios de individuos entre zonas rurales y zonas urbanas o entre ciudades.	Crecimiento demográfico global	- Cantidad de población (desagregación por edad y por sexo).- Evolución en el tiempo. - Tasa de crecimiento anual.
		Flujos migratorios	Número de inmigrantes y de emigrantes. - Evolución en el tiempo.- Tasa de crecimiento anual.
		Orígenes y destinos	Regiones nacionales y extranjeras de: procedencia y destino.

Económica	Relativa a todas las actividades de producción y de intercambio de bienes y servicios, como también al marco regulador en el cual se inscriben.	Sectores económicos	Repartición sectorial (primaria, secundaria, terciaria): por masa producida y por personas activas en el sector.
		Crecimiento económico global y sectorializado	- Evolución en el tiempo y por sector: por sector y por valor financiero
		Mercado de importación y de exportación (zonas y productos)	- Origen y destino de los bienes y servicios importados y exportados: por zona geográfica y por valor financiero. - Importancia relativa en el producto interno de la ciudad.
		Estrategias de desarrollo económico de la ciudad	- Lineamientos de políticas económicas. - Estructuras de promoción económica. - Actores involucrados en el proceso. - Actualización.
Político-institucional	Involucra tanto las estructuras políticas, administrativas y técnicas representativas de los distintos poderes públicos (local, provincial, nacional), la producción de normas y reglas promulgadas por estas instancias, como las relaciones entre esas representaciones y los grupos organizados de la sociedad.	Instituciones locales, instituciones regionales, instituciones nacionales, instituciones supranacionales activas en la ciudad	- Identificación de las instituciones políticas y administrativas. - Evaluación de su actuación.
		Marco legal y reglamentario	- Descriptivo de los textos de referencia relativo a: funciones oficiales de la ciudad en el marco local, regional, nacional. - Organización de las relaciones entre la ciudad y los niveles superiores de la estructura jerárquica política.
		Vida pública (partidos, etc.)	- Identificación de los organismos representativos de la vida pública. - Identificación de los puntos de consenso y de conflicto entre actores. - Formas de resolución de los problemas urbanos entre actores.
Servicios y Equipamientos	Identifica las infraestructuras y equipamientos realizados en el marco de una determinada política Pública definida por autoridades competentes (en asociación o sin asociación con organismos de la sociedad) y puestos a disposición de una comunidad humana bajo la forma de servicios a la colectividad destinados	Infraestructuras y equipamientos por sectores	- Censo de las infraestructuras y equipamientos urbanos de ámbito local y supra-local.
		Nivel y calidad de cobertura (frente a necesidades y demandas sociales)	- Evaluación de la calidad de la oferta (fiabilidad, modernidad, sofisticación, mantenimiento, costo). - Evaluación de la amplitud del nivel de cobertura (general o por sectores geográficos).
		Servicios (modos de organización y de gestión, público, mixto, privado, etc.)	- Identificación de los servicios de la colectividad. - Modos de gestión: administración pública, empresas públicas autónomas, empresas mixtas, empresas subordinadas, empresas privadas. - Identificación de los

	a la población urbana y exterior).		usuarios (locales y extra-urbanos).
Medio-ambiental	Relativo al abastecimiento, uso, tratamiento y evacuación de recursos naturales en relación directa con el tejido construido urbano; en términos de política, de gestión y de impacto (ecológico, social, económico) tanto en los lugares de origen, a nivel local de transformación, como a través de sus efectos a un nivel supra-urbano.	Infraestructuras urbanas Medioambientales	- Identificación de las infraestructuras y servicios medioambientales existentes y previstos (agua, desechos, aire, suelo).
		Origen e importancia del uso urbano de los distintos recursos naturales	- Localización de las regiones de abastecimiento. - Cuantificación del uso
		Degradación medioambiental	- Causas y mayores formas de contaminación medioambiental.
		impacto urbano y extra-urbano de la contaminación de los recursos naturales y del tejido construido	- Efectos de la contaminación urbana: al nivel de los individuos, al nivel de la producción económica, al nivel del patrimonio construido, al nivel de la atractividad de la ciudad. - Impacto directo o indirecto en las regiones de abastecimiento y las zonas exteriores afectadas por la contaminación.
Gestión del territorio	Formalmente, se trata de la definición por normas y reglas, y de su aplicación por planes, de la organización racional y sectorizada del uso del espacio físico, a través del reconocimiento de diferentes actividades humanas, en un marcopredefinido sobre un territorio de referencia. A esta visión formal deben agregarse los modos "informales" de ocupación de porciones de dicho territorio. Los conflictos entre esas lógicas "tecnocráticas" y "comunitarias" implican una redefinición de la coherencia de la gestión territorial, a través de modos de concertación entre los actores involucrados en los procesos.	Método de planeación	- Resultados obtenidos en materia de planeación. - Amplitud de la planeación (sectorial, intersectorial, global). - Métodos de previsión, de manejo de la información, de aplicación y de toma de decisiones.
		Instrumentos de concepción y seguimientos de la gestión Territorial	- Instrumentos utilizados (recursos humanos, equipamientos, organización, etc.)
		Coordinaciones inter-actores	- Identificación de los actores involucrados.-Compromisos entre actores. - Modos de colaboración. - Puntos de convergencia e divergencia.
		Espacios de referencia (límites urbanos, micro-regional, provincial, nacional)	- Delimitación de los espacios cubiertos por la planeación urbana de manera global y sectorial (local, regional, nacional).

Fonte: Adaptado de Bolay et al (2003)

Uma vez elaborado o modelo de análise das cidades, o projeto elegeu quatro cidades da América Latina para aplicação e avaliação das hipóteses da pesquisa. As cidades indicadas foram: Camilo Aldao – Argentina, Maranguape – Brasil; Manta e Cuenca – Equador, expressando claramente o objetivo de analisar tais cidades, comparativamente, à luz das suas diversidades territoriais e das variações populacionais que as mesmas apresentaram à época. De acordo com os autores:

[...] el estudio se realizó en relación con 3 ejes estratégicos, analizados en sus diferentes dimensiones y variables. Las análisis son muy diferentes entre si, no sólo porque cada ciudad responde a características tipológicas particulares, sino también por las modalidades generales de la investigación y la diversidad de los actores locales en cada caso. Las diferencias reflejan el mismo tiempo las múltiples percepciones del fenómeno de intermediación. BOLAY et al (2003, p.21)

Ao analisar criticamente a proposta metodológica, compreende-se que esta possui a vantagem de caracterizar-se pela amplitude e detalhamento das dimensões disponibilizadas. Quando da aplicação da metodologia, no entanto, não utilizou-se todos os eixos de análise, e sim variados, segundo as particularidades de cada cidade. Esta opção foi vista como um problema metodológico do projeto em análise, tendo em vista que seria mais eficaz desenvolver comparativos entre papéis realizados por essas cidades na rede urbana que pertencem se fossem analisados os mesmos critérios. Perdeu-se, portanto, esta possibilidade de análise a partir desta perspectiva.

Um outro aspecto observado é que, embora o critério demográfico não possua uma relevância significativa em uma proposição metodológica para os estudos de cidade médias, a escolha da aplicação da metodologia, em primeiro momento, recaiu em cidades com grandes diferenças populacionais, ou seja: enquanto a cidade de Camilo Adao possuía, à época, 5.302 habitantes na área urbana, a cidade de Cuenca possuía 297.924 habitantes, isto é, 56,19 vezes maior que Camilo Adao. Tal diferença populacional modifica a análise realizada, em função do critério demográfico, sobretudo se considerar-se a estruturação do espaço interno da cidade, pois uma cidade com população urbana maior, obviamente, possuirá equipamentos diferenciados daqueles disponibilizados em cidades com populações muito pequenas, podendo, desta forma, influenciar diretamente no seu grau de polarização regional. Ressalte-se, no entanto, que o aspecto mais importante em uma análise de cidade média é o papel que ela desempenha na sua

região de influência, e não o seu tamanho demográfico. Contudo, conforme já afirmado anteriormente, desconsiderar totalmente o critério demográfico é uma iniciativa que pode afetar as análises de uma pesquisa, sobretudo quando o objetivo é estabelecer um comparativo entre as cidades pesquisadas.

Não obstante as questões evidenciadas, é possível afirmar que tal metodologia possui relevância impar para o debate sobre cidades médias. Compreende-se que, dentre as diversas propostas metodológicas para estudo das cidades médias, esta se caracteriza como um dos mais completos, por evidenciar, com o maior detalhamento possível, os critérios demográficos, espaciais, econômicos e socioculturais, associados às suas variáveis e indicadores. Quanto maior a amplitude do papel de uma cidade na sua região de influência, mais completa se torna a sua análise. Sua proposta metodológica, então, entre as apresentadas, é a que abrange maior número de variáveis, possibilitando resultados mais completos em relação à qualificação das cidades médias.

Por fim, no âmbito nacional vários estudos também têm sido realizados no sentido de dar um direcionamento metodológico à análise das cidades médias. Exemplifiquemos os estudos realizados por Amorim Filho (1978), dentre outros realizados. Sendo assim, destaca-se, neste momento, uma proposta metodológica cuja denominação é: O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. A autoria é de cinco pesquisadoras brasileiras de diferentes universidades do país. As autoras apresentam elementos para o entendimento dos papéis desempenhados por essas cidades na rede urbana, possibilitando, assim, uma comparação entre centros urbanos diferentes. De acordo com as autoras da proposta metodológica, a primeira versão desta metodologia foi elaborada para o projeto de pesquisa “Cidades médias brasileiras; agentes econômicos, reestruturação urbana e regional”, submetido ao edital PROCAD da CAPES, em 2005. A proposta foi aprovada no mérito, mas, à época, não obteve financiamento para a realização da pesquisa. Em 2006, a mesma proposta foi submetida aos editais do CNPq, por diferentes pesquisadores da rede, e obteve apoios que possibilitaram o desenvolvimento da investigação científica, os quais oferecem elementos para uma comparação entre cidades de diferentes regiões brasileiras.

Para alcance do objetivo proposto, as autoras, Sposito et al (2007), evidenciam, na proposição metodológica, as dimensões econômicas e sociais, ao enfatizarem que:

[...] a dimensão privilegiada na análise é a econômica, seguida da dimensão social, considerando-se as repercussões relativas ao aprofundamento das desigualdades socioespaciais. Isso não significa que outras dimensões como a política, a cultural e a ambiental não pudessem ser analisadas ou não merecessem ser eleitas para uma pesquisa. Nossa escolha recai sobre o enfoque econômico, por dois fatores: - a grande importância que os determinantes desta natureza têm tido nas alterações mais recentes relativas aos papéis que desempenham as cidades médias brasileiras; - a identidade e familiaridade de maior parte dos pesquisadores da equipe com o tratamento desta dimensão. SPOSITO ET AL (2007, p.36).

Em relação ao primeiro fator, compreendem as autoras que a passagem de um economia fordista para sistemas de produção ora caracterizados como flexíveis trouxe alterações para a economia brasileira. Desta forma, altera-se, simultaneamente, a participação do país na divisão internacional do trabalho, em termos técnico-econômicos e territoriais. Assim, de acordo com Sposito et al (2007:39),

O sistema urbano brasileiro refletiu essas mudanças, tanto quanto se redefiniu para a elas dar apoio. A diminuição relativa do crescimento demográfico das duas principais metrópoles – São Paulo e Rio de Janeiro – ocorreu a medida que outras metrópoles regionais cresceram em ritmo mais acentuado, em função da desconcentração da atividade produtiva industrial. Como parte do mesmo movimento, as cidades médias tiveram aumento da participação nesse sistema urbano, à medida em que parte das cidades pequenas do país perdeu importância relativa, tanto demográfica como economicamente. SPOSITO ET ALL (2007, p. 39).

É, portanto, neste contexto, que surge uma nova proposta metodológica de análise das cidades médias capitaneada por cinco pesquisadoras, a saber: Maria Encarnação Beltrão Sposito (Universidade Estadual Paulista – Pesquisadora do CNPq), Denise Elias (Universidade Estadual do Ceará – Pesquisadora do CNPq), Beatriz Ribeiro Soares (Universidade Federal de Uberlândia), Doralice Satyro Mata (Universidade Federal da Paraíba – Pesquisadora do CNPq), Evânia Torres Aguiar Gomes (Universidade Federal de Pernambuco, Pesquisadora do CNPq). Neste sentido, Sposito et al (2007:64) elegeram as seguintes variáveis para a análise das cidades médias:

Quadro 7 – Proposta Metodológica para análise das Cidades Médias – Variáveis

Eixos	Variáveis
Eixo 1: Ramo de atividades econômicas representativas da atuação dos novos agentes econômicos.	<ul style="list-style-type: none"> - grandes equipamentos industriais e/ou de tecnologia avançada; - supermercados e hiper mercados; - serviços de saúde especializados; - ensino superior, com destaque para a pós-graduação; - empresas (comércio e serviços) associados à agricultura científica e ao agronegócio; - rede bancária e financeira; - empresas de consultoria; - redes e filiais de venda de eletrodomésticos e eletrônicos; - empresas do setor imobiliário.
Eixo II: Dinâmica populacional e mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - evolução da população total, urbana e rural; - migração (campo-cidade; de mão-de-obra especializada da cidade maior para a cidade menor); - distribuição do emprego formal, segundo diferentes setores da economia; - evolução da PEA - evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)
Eixo III: Equipamentos e infra-estruturas	<ul style="list-style-type: none"> - shopping centers; - aeroportos; - terminais intermodais - rodovias de acesso - hotéis de alto padrão; - distritos industriais modernos; - espaços fixos e transitórios para a realização de eventos (festas, feiras, convenções)
Eixo IV: Condições de moradia	<ul style="list-style-type: none"> - favelas e áreas de risco; - loteamentos irregulares e clandestinos; - programas habitacionais de interesse social públicos e não governamentais; - loteamentos e condomínios fechados; - intervenções do mercado imobiliário de locação; - uso residencial e diversificado nas áreas centrais associado à verticalização; - déficit habitacional: co-habitação, improvisação e uso de materiais rústicos; - condições inadequadas de moradia: densidade excessiva, irregularidade fundiária, carência de infra-estrutura e de instalações sanitárias no domicílio; - interfaces entre a questão habitacional e os conflitos de uso do solo, problemas de mobilidade, precariedade das redes de infra-estrutura, acessibilidade do deficiente a equipamentos sociais e serviços urbanos; - políticas públicas habitacionais nas diferentes esferas de governo; - processos de planejamento urbano e habitacional; - instrumentos de gestão do solo.

Fonte: Adaptado de Sposito et al (2007)

Como pode ser observado, as fontes de dados devem ser originadas nos 4 eixos temáticos, os quais resultaram nas variáveis correspondentes. De acordo com as autoras, as cidades escolhidas para a pesquisa foram: Mossoró (RN); Petrolina (PE); Campina Grande: Londrina (PR); São José do Rio Preto (SP); Marília (SP); Itajaí (SC); Uberlândia (MG); Passo Fundo (RS). A elas devem se agregar os estudos de: Anápolis (GO); Governador Valadores (MG); Presidente Prudente (SP).

Os resultados das pesquisa já podem ser analisados, uma vez que, ao descentralizar-se a sua aplicação, vários relatórios já foram disponibilizados em épocas distintas, os quais estão sendo divulgados na coleção “Cidades em Transição”, publicados pela editora Expressão Popular, além de apresentarem os resultados da pesquisa em Revistas Científicas, Eventos Científicos, dentre outros importantes meios da comunicação científica da área, a exemplo da Rede de Pesquisadores de Cidades Médias – ReCiMe, importante rede nacional de debate sobre cidades médias, a qual tem propiciado um intercâmbio de ideias, através de diferentes atividades acadêmicas, a exemplo da realização de estudos comparativos entre cidades médias de diferentes portes e relevância na rede urbana.

Não obstante a relevância dos três modelos sobre dimensões das cidades médias apresentados, algumas considerações fazem-se necessárias. Compreende-se que estes, desenvolvidos em espaços geográficos distintos, colocam em evidência a influência dos autores que os produziram, à luz das suas concepções e experiências em seus espaços de intervenção. Ainda assim, é possível verificar semelhanças nos modelos apresentados, resultantes, certamente, da consolidação das concepções universalmente aceitas acerca das características de cidades médias. Acredita-se, inclusive, que a indefinição de um consenso conceitual sobre esta categoria de cidade não implica na dificuldade de reconhecê-la, tendo em vista o entendimento comum de que o que as define tem direta relação com um determinado contexto. Ou seja, de forma objetiva, o que lhes dá a identidade é o fato das mesmas se configurarem como nós da rede urbana, atuando como pontos de integração junto à sua área de influência e possibilitando assim, a articulação entre centros urbanos maiores e menores (CORRÊA, 2007). Desta forma, a inexistência de um conceito mais preciso e a evidência do caráter circunstancial das cidades médias, no entanto, não impedem que sejam tratadas como objeto de estudo.

Outrossim, as reflexões sobre cidades médias se diferenciam de acordo com o grau de desenvolvimento e equilíbrio que se apresenta nas suas regiões, configurando-se, desta forma, o caráter singular das mesmas quando analisadas nas suas especificidades históricas, econômicas e sociais. Em países mais desenvolvidos, por exemplo, as cidades médias ou *intermedias* adotam a política de implementação de células estimuladoras de desenvolvimento em seus espaços geográficos, gerando inovações capazes de serem distribuídas em suas áreas de influência de forma mais equilibrada e mais fortalecida. Nesses países, as cidades se desenvolvem em forma de redes, sendo que as cidades médias se articulam com maior celeridade e equilíbrio entre as metrópoles e as zonas rurais. Como consequência, as disparidades econômicas, demográficas, sociais e culturais ocorrem com menor intensidade e frequência, gerando, desta forma, condições de vida menos desiguais.

O atual modelo ao qual as cidades médias do Brasil estão estruturadas, no entanto, guarda relação direta com o limitado padrão de desenvolvimento econômico e social que tem se perpetuado neste país, desde a sua origem até os dias atuais, gerando profundas desigualdades sociais. Como resultado, o impacto destas desigualdades reflete-se na qualidade de vida da população das cidades pequenas, médias e grandes deste território. Ainda assim, o Brasil possui cidades médias que se estruturam como polarizadoras de diversas outras cidades para o seu entorno, exercendo, desta forma, a sua centralidade, em função da atratividade da estrutura que dispõem, seja na oportunidades de emprego, ou disponibilidade de serviços especializados de saúde, educação, ou até mesmo em função de um quadro de pobreza que alastra no entorno de determinadas cidades que exercem a sua centralidade.

Tal polarização, portanto, não assegura que as cidades médias brasileiras, em regra, disponham, de forma completa, de uma excelência em qualidade de vida para a sua população e da sua região de influência. Constatar, portanto, as características evidenciadas nos modelos aos quais as cidades podem assim serem categorizadas, ainda é privilégio de pouquíssimas cidades médias brasileiras. Claramente discorrendo, a maioria das cidades médias brasileiras conserva consigo os graves problemas sociais que impactam diretamente na qualidade de vida dos seus habitantes e daqueles que guardam relação de dependência com as mesmas.

2.5 A NATUREZA DIVERSA DA QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES

São múltiplas as áreas do conhecimento que buscam aprofundar o estudo sobre a qualidade de vida. Tal tema vem, cada vez mais, ganhando espaço, tanto nos meios técnicos e acadêmicos, como entre a população em geral. Com relativa regularidade, os meios de comunicação adentram a esse debate.

A expressão qualidade de vida remonta a uma multiplicidade de concepções, o que promove, por conseqüência, o uso de uma diversidade de variáveis, as quais guardam relação direta com as motivações das áreas em discussão (economia, geografia, psicologia, urbanismo, medicina, dentre outras). A análise conceitual de qualidade de vida, nessa perspectiva, torna-se desafiadora e complexa. Apesar das diversas concepções sobre qualidade de vida, as quais não permitem um consenso sobre tal expressão, destaca-se que o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD), é definido por um processo abrangente de expressão do exercício de direito de escolhas individuais em diversas áreas.

O PNUD utiliza o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para abordar três dimensões: longevidade, medida pela expectativa de vida ao nascer; educação, mensurada pela taxa de analfabetismo de adultos e de matrículas nos demais níveis educacionais; e, por fim, a renda, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB) real *per capita*. O PNUD et al (1998) construiu o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que possui as mesmas dimensões do IDH, acrescidos de outros indicadores, a exemplo da esperança de vida ao nascer, a taxa de analfabetismo e o número de anos de estudo; além da renda familiar *per capita* média.

As cidades médias têm se constituído em grande área de interesse de estudos sobre qualidade de vida. Tal condição justifica-se, certamente, em função da crescente concentração da população nas cidades em escala mundial e, neste âmbito, várias metodologias para avaliação da qualidade de vida urbana vêm surgindo. Algumas metodologias consideram mais prioritários os aspectos ambientais. Outras priorizam os dados sociais, ou outras que focam as variáveis físicas para medição da qualidade de vida.

A União Européia (1999) adota dez dimensões consideradas como relevantes em qualidade de vida nas cidades, a saber: população, rendimentos e riqueza,, condições de saúde, habitação, disponibilidade de serviços, crimes e problemas

sociais, emprego e condições de trabalho, ambiente (tráfego, poluição e clima), relações interpessoais e participação cívica (SANTOS E MARTINS, 2002).

ULENGIN et al (2001) desenvolveram um índice de qualidade de vida para a cidade de Istambul, na Turquia, as quais prioriza quatro dimensões: ambiente físico, ambiente social, ambiente econômico e as facilidades de comunicação e transporte. A qualidade de vida do ambiente físico faz referência ao ordenamento e tipo de construções, às áreas verdes e áreas recreacionais, além da infra-estrutura e serviços municipais. Já a qualidade de vida do ambiente social direciona-se à extensão e preço dos serviços educacionais, além da extensão e preço dos serviços de saúde e atividades culturais. A qualidade no ambiente econômico, por sua vez, considera o custo de vida, as oportunidades com o trabalho, além do custo de acomodação. Por fim, a qualidade de transporte e comunicação, prioriza os meios de comunicação, os meios de transporte público, além do fluxo de tráfego.

A Câmara Municipal do Porto (CMP), em Portugal, por sua vez, propôs um modelo de análise da qualidade de vida, ao considerar quatro grandes domínios: condições ambientais, condições materiais coletivas, condições econômicas e sociedade. As condições ambientais referem-se ao ambiente em geral (ar, água, verde). Já as condições materiais coletivas estão relacionadas aos equipamentos e infra-estruturas nas áreas de cultura, desporto, ensino, saúde, assistência social, transportes, comércio e serviços. Já as condições econômicas relacionam-se ao rendimento, ao consumo, mercado de trabalho, habitação. O quarto domínio, por fim, denominado por sociedade, aborda aspectos referentes às escolhas individuais e com a participação dos cidadãos (SANTOS & MARTINS, 2002)

Embora haja uma diversidade de metodologias sobre qualidade de vida, os indicadores de qualidade de vida mais utilizados em área urbanas referem-se à infra-estrutura, à qualidade ambiental e às características demográficas e sócio-econômicas, em consonância com os três modelos sobre dimensões das cidades médias apresentados no tópico anterior. Dentre estes, destaque-se a renda, a educação e a saúde, sobretudo em países mais pobres, os quais tendem a supervalorizar aspectos materiais e serviços essenciais, a exemplo do abastecimento de água, energia elétrica e saneamento básico. Os países mais desenvolvidos, por sua vez, abordam mais enfaticamente os aspectos imateriais, como as atividades culturais, entretenimento, lazer, participação política, dentre outros.

Como observado, diversos são os instrumentos, os recursos disponibilizados pelas mais variadas metodologias. Um aspecto essencial, no entanto, refere-se à clara relação entre a escala do mapeamento e os indicadores a serem utilizados. Isso porque as cidades médias abrangem infra-estruturas e serviços em que os raios de atuação são locais, distritais ou regionais. Esse conjunto de indicadores devem estar de acordo com as características de cidades médias, a fim de que a aplicação da metodologia alcance o êxito necessário na pesquisa, cujo objetivo central é identificar a qualidade de vida da população das cidades médias.

Por fim, embora haja intensa variação nas metodologias no mapeamento da qualidade de vida em cidades médias, estas aproximam-se, na medida em que valorizam indicadores referentes à infra-estrutura urbana, além dos aspectos demográficos e sócio-econômicos e à qualidade ambiental, os quais foram também abordados nos três modelos sobre dimensões das cidades médias apresentados no tópico anterior. A convergência desses aspectos, certamente, ratificam os estudos realizados sobre cidades médias, e facilitam o replique dos mesmos nas mais diversas cidades médias, respeitando-se as características de suas origens espaciais.

3 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS NO BRASIL E NA BAHIA

o “[...] espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida” (Milton Santos)

Ao debater o processo de urbanização das cidades médias no Brasil e na Bahia, remonta-se a um cenário em que esse país, constituído por seus estados, se caracteriza como dos mais extensos territórios mundiais. Ao integrar um grupo de países emergentes – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – (BRICS), estes compartilham uma situação econômica, cujos índices de desenvolvimento são semelhantes e, embora não possuam característica formal de Bloco Econômico, formam alianças e se fortalecem no cenário político e econômico internacional. Como características dispõem da afluência de grande contingente populacional, cuja qualificação pode ser explorada pelo grupo, em favor dos seus interesses coletivos e nacionais. Em função desse contexto, presencia-se um processo de reconfiguração histórica e geográfica, a partir das influências destas economias emergentes tanto no Brasil quanto nos demais países pertencentes ao BRICS. Os cinco países, assim, têm protagonizado um crescente cenário geopolítico, que pode alterar, nos próximos anos, a atual lógica econômica internacional. O Brasil desponta neste cenário ancorado por expressivas extensões territoriais e mercado interno grande, ainda que com baixa capacidade de consumo.

Ao agregar fatores de competitividade junto ao mercado externo, o Brasil possui potencial para grande fornecedor mundial de produtos agrícolas, além de possuir grandes reservas minerais. Ademais, ainda que dispondo de infra-estrutura cuja necessidade de avanço é imperativa, é evidente a evolução do seu parque industrial, o que vem favorecendo a ampliação da atividade produtiva, ao longo dos anos. Contudo, como o país apresenta peculiaridades socioeconômicas de evolução heterogênea, associada à sua extensão territorial, geram-se nesse ambiente, fortes desigualdades sociais. O mesmo lida com dificuldades relacionadas a um sistema educacional e de saúde que deixam ainda grande parte da sua população sem acesso ou com acesso precário a esses recursos, o que vai impactar na qualidade de vida desta. Aspectos relacionados à infra-estrutura precária, excesso de

burocracia, baixa qualificação técnica da população, assim como a concentração de renda, são alguns dos desafios a serem enfrentados. Tais dificuldades impactam na intensificação das desigualdades espaciais, sociais e econômicas constatadas neste país.

Se os seus diferenciais apresentam, por um lado, boas perspectivas para crescimento e desenvolvimento nacional, por outro, não há como negar a urgência em enfrentar uma série de desafios que, se bem conduzidos, permitirão ao país avançar no seu crescimento. Acredita-se que o grande desafio para o país consiste em organizar a sua estrutura econômica e social para atender às novas demandas, de forma que sua população se beneficie do seu entrelaçamento com o mercado internacional, sobretudo quanto a oportunidades de crescimento mais igualitárias, o que pode assegurar a distribuição mais equitativa do desenvolvimento de suas regiões.

O Censo Demográfico de 2010 (IBGE) apresentou um índice acima de 54% da população brasileira com pessoas residindo em cidades com população superior a cem mil habitantes. Este processo foi intensificado nas últimas décadas, o que transformou a dinâmica territorial urbana, sobretudo em termos de ampliação do foco de investimento nas metrópoles para as cidades médias. Como consequência, fortaleceu-se, ainda mais, o papel das cidades médias no território brasileiro. Neste contexto, surgem novas demandas para novas realidades. Projetam-se, assim, mudanças na análise do conteúdo e da forma de constituição do seu espaço, sobretudo porque o país vem experimentando, há algumas décadas, um crescente processo de urbanização. Os efeitos de tal processo objetivam erigir um novo Brasil, caracterizado por um diverso processo de reestruturação da sua rede urbana, sem considerar a relevância da sua condição agrária para o crescimento e desenvolvimento do país, independentes da sua extensão, localização ou condições sociais e econômicas dos seus habitantes.

Este capítulo, em sincronia com o debate sobre urbanização e cidade média, se propõe, assim, compreender, ante as peculiaridades deste país, a história e realidade da sua rede urbana, tendo em vista que, dos seus 190.732.694 habitantes, 84% destes residem em áreas urbanas, conforme último Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É por esse contingente populacional, portanto, que se propõe analisar a influência dos seus espaços para a qualidade de vida das áreas urbanas nacionais, considerando-se a

extensão e peculiaridades geográficas deste país, especialmente em função das suas diversidades sociais e econômicas. Contextualizar o Brasil, considerando o seu cenário de urbanização e como este influenciou a concepção das suas cidades médias, é, portanto, o principal objetivo deste capítulo. Busca-se, ainda, reconhecer na Bahia, cujo município de Vitória da Conquista, objeto deste estudo, se encontra inserido, o mesmo processo evolutivo e quais fatores predominaram.

3.1 CONFIGURAÇÕES URBANAS NO BRASIL

Milton Santos (1993) distinguiu quatro períodos que marcaram o processo de urbanização no país: o período colonial, o final do século XIX e primeira metade do século XX, o período compreendido entre as décadas de 1940 a 1970 e o pós década de 1970, os quais serão abaixo analisados.

No período colonial brasileiro, a região Nordeste, especialmente o Recôncavo da Bahia e a Zona da Mata, sinalizou as primeiras manifestações de urbanização em relação ao restante do território nacional. Reis (1997) inclui como elementos explicativos da urbanização nesta fase os seguintes elementos:

[...] a organização político-administrativa, consideradas, de um lado, as capitanias e o governo geral e de outro a organização municipal; as atividades econômicas rurais (agricultura de exportação e de subsistência) e as camadas sociais correspondentes, a começar pelos proprietários rurais; as atividades econômicas urbanas e seus atores (comércio, ofícios mecânicos, funcionalismo, mineração). REIS (1997, p.61)

Tais fatores constituíram-se em relevantes aspectos na caracterização da urbanização brasileira no período colonial. Para Santos (1993), esse período foi marcado com o que denominou de urbanização pretérita, o que significa dizer que, naquele momento, ainda não se encontrava materializado um processo de urbanização em sua essência – aumento da população, desenvolvimento econômico, mudanças de estilos de vida e modos urbanos. O que, de fato, evidenciava-se era o início da geração de cidades, do que propriamente de um processo de urbanização.

As relações entre lugares ainda eram incipientes e instáveis em um país caracterizado por grandes dimensões territoriais (Santos, 1993). Ainda assim, a exploração da cana-de-açúcar e do cacau contribuiu para a expressividade de

idades litorâneas, como, por exemplo, Salvador, cuja população na passagem do século XVII para o século XVIII era de 100.000 moradores. (Santos, 1993). Por fim, a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral foram essenciais a um povoamento e criação de riquezas, impactando na ampliação da vida e no surgimento de cidades no litoral e no interior.

Foi no final do século XIX, no entanto, que a urbanização brasileira passou por seu primeiro processo de aceleração: em 1872 os urbanos correspondiam a 5,9% da população total do país, enquanto que em 1900 eles já somavam 9,4% da população total do país. Considerando-se o total da população brasileira, houve uma elevação de 9,9 milhões para 14,3 milhões, aumentando mais de 40% em apenas quinze anos. (IBGE, 2005; SANTOS, 1993, p.21). Nesse momento, nos primórdios da urbanização, o país revela uma fase em que conta com relativa infra-estrutura, como serviços de telefonia, meios de transporte, bancos e instituições de ensino, dentre outros. De acordo com Santos (1993, p.22-23), o primeiro avanço do fenômeno da urbanização registrado no fim do século XIX teve reflexos na ocupação econômica do país na primeira metade do século XX, quando a concentração populacional nas cidades ocupa dimensões nunca antes vistas, a exemplo de São Paulo, que, no início do século XX, exibiu marcante expansão de sua taxa de urbanização, com um crescimento da população urbana da ordem de 43%. De acordo com Santos (1993)

[...], tal fato se deu, sobretudo, quando, a partir da produção de café com mão de obra européia: [...] o Estado de São Paulo se torna o pólo dinâmico de vasta área que abrange os estados mais ao sul e vai incluir, ainda que de modo incompleto, o Rio de Janeiro e Minas Gerais (SANTOS, 1993, p.24-26).

A implantação de redes ferroviárias e de comunicação na região Sudeste constituíram-se em elementos significativos ao processo de urbanização, os quais viabilizaram São Paulo emergir como pólo dinâmico nacional. Ainda tendo São Paulo como principal cenário, a industrialização no país se desenvolve, sendo este o espaço privilegiado para sua dinâmica e reprodução a região Sudeste. Na década de 1930, a industrialização ganha um novo impulso, decorrente da ação do poder público, que confere ao país novas lógicas econômica e territorial.

Em função do avanço no processo de industrialização e o seu desenvolvimento pós décadas de 1940-1950, o processo de urbanização brasileira é

marcado por alterações significativas no início da segunda metade do século XX. Spósito (2001, p.49) comunga dessa idéia ao argumentar que a intensificação da produção industrial foi viabilizada tanto pelo capital acumulado, como pelo desenvolvimento técnico científico a que se denomina Revolução Industrial, possibilitando que a urbanização adotasse ritmos intensos. Sobre a relação processo industrial e urbanização, Santos (1993, p.27) afirma que:

Essa nova base econômica ultrapassa o nível regional, para situar-se na escala do país; por isso, a partir daí, uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento demográfico sustentado das cidades médias e maiores, incluindo, naturalmente, as capitais de estados. SANTOS (1993, p.27)

É neste contexto que a urbanização consolida-se como uma realidade incontestável no mundo contemporâneo. Na atualidade, o Brasil, com uma população de 190.732.694 de habitantes, possui 84% desse total vivendo em áreas urbanas (IBGE, 2010). Verifica-se que em todas as regiões brasileiras e em todos os seus estados a população urbana é predominantemente superior à população rural. São Paulo, por exemplo, encontra-se entre as maiores cidades do mundo, possuindo 11.253.503 milhões de habitantes (IBGE, 2010). As quinze maiores cidades brasileiras representam 21% da população total do país. Além disso, há no Brasil quinze cidades, sobretudo capitais, com mais de um milhão de habitantes.

A urbanização no país tem apresentado peculiaridades e taxas regionais diferenciadas, como se pode observar nos dados apresentados na tabela abaixo. Dessa forma, evidencia uma realidade disforme e a organização territorial e urbana do Brasil vem se revelando complexa, devido às disparidades sócio-política-econômica existentes entre as diversas regiões, conforme demonstra tabela abaixo.

Tabela 1 – Taxa de urbanização das regiões brasileiras

Região	Anos							
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	31,24	36,16	44,67	55,92	67,59	75,59	81,23	84,00
Norte	27,75	31,49	37,38	45,13	51,65	59,05	69,83	76,43
Nordeste	23,42	26,4	33,89	41,81	50,46	60,65	69,04	71,76
Sudeste	39,42	47,55	57	72,68	82,81	88,02	90,52	92,03
Sul	27,73	29,5	37,1	44,27	62,41	74,12	80,94	82,9
C. Oeste	21,52	24,38	34,22	48,04	67,79	81,28	86,73	86,31

Fonte: IBGE, Censo demográfico 1940-2010

Os dados acima revelam que as diferenças das taxas de urbanização entre as regiões são menos relevantes na década de 1940, se comparadas a 1960. Adotando como marco histórico a segunda metade do século XX, o processo de urbanização do país consolidou-se, apresentando os maiores índices no final desse período, quando a população urbana foi expressivamente superior em todas as regiões brasileiras. Essa interpretação aponta para a persistência da urbanização no Brasil, alcançando o século XXI.

Neste período, a região Sudeste, mais modernizada, revela avanços importantes em seu processo de urbanização. Tais avanços se concretizariam e conservariam a referida região em posição de destaque e primazia nas décadas seguintes. Há que se salientar ainda que a Região Centro-Oeste, por ocupar o posto de Região menos urbanizada do País entre as décadas de 1940 e 1960, assume o segundo lugar após o início de 1970. A partir da década de 1960, A região Sul, por sua vez, conheceu uma aceleração do seu crescimento urbano nas duas décadas seguintes.

Em paralelo, encontrava-se a região Nordeste que, por possuir uma infraestrutura precária, resultante de políticas governamentais que não privilegiavam estes aspectos, contribuiu para a conservação da pobreza de milhões de pessoas, impedindo uma urbanização mais expressiva. Os precários modelos de gestão, reforçados por estruturas sociais obsoletas, impediram o avanço das mudanças sociais e econômicas e o próprio processo de urbanização da região Nordeste. Em função de uma carência de melhor qualidade de vida, os nordestinos, por longos anos, passaram a ser os imigrantes majoritários das grandes cidades brasileiras. Destarte, a região Nordeste possui uma população economicamente desfavorecida em sua maioria e as políticas públicas adotadas ao longo dos anos não têm sido suficientes para minorar tal disparidade. O lento crescimento econômico que, durante décadas, caracterizou o ambiente econômico nordestino, continua, na atualidade, marcado por um quadro de pobreza, agravado, nos últimos anos por fatores climáticos relacionados à seca e replicado na qualidade de vida dos seus habitantes, impelindo estes a intensos processo de migração. Compreende-se, no entanto, que o fator climático não deve ser apontado como único e determinante aspecto no quadro de configuração da pobreza nordestina, e sim apenas um, dentre os tantos outros aspectos mencionados, a exemplo de políticas públicas equivocadas para a região.

Desta forma, dentre as regiões brasileiras, aquela que se urbanizou mais rapidamente foi a Sudeste. Por outro lado, aquela onde o processo de urbanização ocorreu de forma mais lenta foi a região Nordeste. Em 1991, as regiões Norte e Nordeste apresentavam as menores taxas regionais de urbanização do país e o Sudeste manteve, no início do século XXI, predominância de população urbana em relação à totalidade do país. (IBGE, 1940-2000).

Em relação à população total do Brasil na década de 1960, a região Nordeste apresentou uma população urbana referente a 34,24% - a menor taxa dentre as demais regiões brasileiras. Já a região Sudeste possuía naquele período o maior número de residentes urbanos em relação às outras regiões brasileiras: 57,36%. Em 1970 e 1980, essas duas regiões continuaram sendo as primeiras do Brasil, respectivamente, em número menor e maior de população urbana, em que o Nordeste apresentou uma taxa de urbanização equivalente a 50,44% e o Sudeste 82,79%.

A região Sudeste dinamiza [...] seus subespaços, com o objetivo de expansão econômica, contribuindo, desse modo, para uma maior divisão do trabalho e um processo intenso de urbanização [...]. (NAVARRO, 2005). Tal processo se expressou entre os anos de 1960 e 2002 no aumento da população urbana e conseqüente elevação da taxa de urbanização.

3.2 IMPACTOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NA URBANIZAÇÃO NACIONAL

Ante o avanço do processo de urbanização brasileiro é fundamental compreender como esse processo se caracteriza na contemporaneidade frente às transformações de natureza econômica, política e social que acontecem no Brasil e no mundo. Em paralelo à acelerada urbanização, as cidades brasileiras vão se modificar também em função do processo de industrialização. Desta forma, um grande número de pessoas vão se dirigir aos centros urbanos, resultando, assim, no processo de urbanização. Todos esses fatores irão determinar a mudança nos aspectos intra-urbanos das cidades e da vida da sua população.

A forma sobre como os indivíduos se inserem nas cidades vão, por sua vez, determinar a dinâmica de funcionamento destas, que, dependendo da condução dos processos, pode vir a manifestar-se no desenvolvimento desigual do espaço, isto é, nas desigualdades intra-urbanas. Acrescente-se ainda que a concentração de renda

e a deficiência da ação do poder político, associadas aos grandes contingentes populacionais presentes nas cidades, aspectos comumente observado no Brasil, vão gerar problemas urbanos e sociais cada vez mais complexos, impactando decisivamente na qualidade de vida de sua população.

Como resultado, a inserção nos ambientes urbanos materializa-se de maneira desigual, visto que à uma pequena população mais privilegiada estão destinadas as áreas mais bem estruturadas em termos de infra-estrutura pública, enquanto a maioria da população sobrevive em áreas carentes de serviços essenciais. É evidente, portanto, a existência de uma relação direta entre a infra-estrutura espacial e o nível econômico populacional quanto ao uso de áreas urbanas.

Tal fato tem se manifestado nas cidades brasileiras quase que como um padrão de ocupação territorial, caracterizado por fatores de segregação das categorias sociais. Nas palavras de França (2007).

De um lado, a população pobre, que não consegue se estabelecer em áreas de maior acessibilidade urbana e é empurrada para áreas desprezadas pelos agentes imobiliários. Nesses espaços, a cidade apresenta-se feia, clandestina, insalubre e indesejada. Por outro lado, reservada à população de médio e alto poder econômico, surge uma cidade organizada, equipada, planejada, constituindo alvo e prioridade de serviços sociais básicos disponíveis pelo poder público municipal e encontrando-se entre as prioridades de administradores públicos. FRANÇA (2007, p. 33)

Nessa conjuntura, a cidade se apresenta em duas, dentro de um só espaço. Ou seja: uma cidade dotada de qualidade de vida e outra que sobrevive com o desemprego, o crime, o tráfico e as infrações, dentre outros. As desigualdades econômicas e sociais verificadas revelam uma urbanização marcada por crescente heterogeneidade interna. Nessa perspectiva, destaca-se essa forte característica da urbanização quando o processo brasileiro de urbanização configura um padrão definido pela baixa qualidade de vida urbana e pelo comprometimento efetivo de desenvolvimento. Ou seja, o traço marcante desse processo define-se, mais uma vez, como uma urbanização desprovida de condições necessárias a uma mínima qualidade de vida desejável à sua população. Ademais, é perceptível a dificuldade, por parte dos governantes, de medidas concretas que possibilitem minimizar tais situações vivenciadas pela população pobre, que, por sua vez, representa a maioria dos habitantes do país. Isto posto, realizar-se-á a seguir, uma análise da

urbanização nas cidades médias brasileiras, a fim de contextualizá-las na dinâmica econômica do país.

3.3 CIDADES MÉDIAS E A URBANIZAÇÃO

Os efeitos da inclusão das cidades médias nas políticas de ordenamento urbano franceses repercutiram pelo mundo, vindo a ecoar no Brasil ainda na década de 1970. Ressalte-se que, diferentemente das motivações francesas, os princípios de desconcentração e da descentralização das atividades urbanas no Brasil norteavam interesses diferenciados, ainda que os debates oriundos do primeiro país tenham sido determinantes para chamar a atenção de outros territórios acerca do assunto em questão. Foi o que ocorreu com o Brasil, pois, se por um lado, a preocupação da França era com o papel concentrador da cidade de Paris, por outro, para o poder público brasileiro, essa inquietação estava voltada à minimização das disparidades regionais, diante de um quadro, que se arrastava, por longas datas, embora os aspectos relacionados a descentralização das metrópoles também estivessem, em menor dimensão, entre as preocupações da esfera federal.

Isto posto, ao considerar-se o cenário nacional, grande parte das transformações promovidas pelas ações dos poderes públicos estadual e federal, sobretudo no período que abrangeu de 1960 a 1970, foram decisivas no fortalecimento da capacidade das cidades em articular fluxos de pessoas, além de atividades econômicas e, acima de tudo, investimentos. Tais transformações promoveram a busca por capital imobiliário para fins de dinamização dos seus territórios, cujo propósito era consolidar os papéis destes na sua rede urbana.

O marco referencial para o fortalecimento desta nova categoria de cidades ocorreu a partir da década de 1970, quando a região metropolitana de São Paulo (RMSP) deixa de ser o pólo específico concentrador da atividade industrial do Brasil, passando tal atividade a ser desempenhada também em outras áreas do país. Tal fenômeno tornou-se conhecido como desconcentração industrial. Dentre os espaços para os quais a indústria se desloca ou no Brasil, fortalecem-se as cidades médias, que, desde então, têm recebido grande contingente populacional, passando, assim a experimentar importantes transformações espaciais, culturais, econômicas e políticas.

Não obstante tal situação, após a década de 1970, a desconcentração da atividade industrial no Sudeste se generalizou em direção às diversas regiões do país e, conseqüentemente, ocorreu a desconcentração populacional. Neste período, o governo federal, por meio de políticas públicas de ordenamento territorial, passa a incentivar a criação de novos pólos de desenvolvimento em regiões periféricas, a fim de frear a migração rumo às metrópoles e incentivar o desenvolvimento de cidades de porte médio. Objetivava-se a descentralização territorial e populacional das metrópoles nacionais, que redundaria em descentralização econômica também.

Ocorreu, assim, nas últimas décadas, uma redução dos fluxos migratórios no país, sendo que as cidades médias cumprem, nesse processo de transformação do movimento migratório, um papel decisivo na redistribuição da população urbana brasileira. Para colocar em prática sua intervenção a favor da desconcentração das grandes aglomerações e das possibilidades de desenvolvimento das cidades médias, o Estado atuou com intervenção direta por meio do II PND. O II PND viria promover a desconcentração espacial da indústria em São Paulo e incentivar o desenvolvimento deste setor, bem como daqueles a ele complementares, em diferentes espaços nacionais. Esse plano estava inserido nas estratégias do governo para dar continuidade ao momento que o país vivenciava, período por Milagre Econômico, em que o Brasil exibia elevadas taxas de crescimento econômico. O plano tinha como meta a manutenção do crescimento econômico e industrial, o investimento em setores de transporte (ferrovias e hidrovias) e comunicação, e a modernização das regiões não industrializadas através da descentralização espacial dos projetos de investimentos. O II PND contou com os financiamentos do setor privado, além de investimentos públicos.

Neste mesmo período (década de 1970), o desenvolvimento econômico das regiões mais distantes foi beneficiado, entre outros fatores, pelo desenvolvimento acelerado dos setores de transportes e de comunicações e pela presença, nestas regiões, de recursos naturais abundantes - fato especialmente importante por atender a outro dos principais objetivos do II PND, qual seja, o de promover o crescimento do setor de bens intermediários, visando à consolidação da integração da estrutura industrial brasileira.

O Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio (PNCCPM) era parte integrante do II PND, por meio da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana do Ministério de Planejamento (CNPU) da

época. Essa comissão elaborou uma série de classificações conceituais para as cidades médias brasileiras, justificando a importância de se estudar essas cidades e traçando hipóteses para a classificação funcional das cidades médias brasileiras.

De acordo com Pontes (2000), a referida Comissão dividiu as cidades médias brasileiras em dois grandes grupos, sendo um formado pelas cidades médias integradas à rede urbana e o outro pelas cidades situadas às margens das redes urbanas hierarquizadas. O primeiro grupo compõe-se de cidades que sofrem influência da metrópole, localizadas, predominantemente, no Sudeste e no Sul do país. Por outro lado, pertencem ao segundo grupo aquelas cidades médias que constituem centros terciários das zonas de agricultura tradicional, as cidades que servem de ponto de apoio às zonas de colonização agrícola, as cidades essencialmente administrativas e as cidades que canalizam produtos básicos destinados à exportação. (PONTES, 2000).

Para a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana CNPU, o estudo das cidades médias era importante por que essas cidades estavam se constituindo em:

Lugares centrais comercializadores e supridores de serviços para áreas rurais e centros urbanos de hierarquia inferior, apresentando base terciária relativamente complexa e diversificada; b) - centros industriais com diversificação de estrutura industrial para atendimento de sua região de influência especialmente bens de consumo ou especialização para atendimento de mercado macrorregional ou nacional; - c) - pólos ou complexos industriais implantados por decisões governamentais. (PONTES, 2000, p.17).

Essa comissão ainda destacou que os centros comerciais de médio porte poderiam colaborar no espaço interno brasileiro,

a) para maior eficiência do sistema industrial, na medida em que se organizaram espacialmente de forma a descentralizar os núcleos metropolitanos sem perda das suas vantagens de aglomerações; b) para a promoção de maior equidade inter-regional na medida em que propiciaram uma distribuição de metrópoles regionais, inclusive pelo fortalecimento de lugares centrais ou de lugares centrais transformados em centros industriais. (PONTES, 2000, p.17).

O PNCCPM escolheu como critério para definição de cidades de porte médio o tamanho demográfico (ou seja, aquelas com população entre 50 mil a 250 mil habitantes), o dinamismo econômico e a função regional. Concomitantemente ao

desenvolvimento do programa, as cidades médias passaram a exibir expressivas taxas de crescimento, fruto do seu dinamismo econômico, político e social, que foi viabilizado pela intervenção do Estado. Na década de 1970, no início do PNCCPM, o Brasil possuía 95 cidades que, de acordo com os critérios do programa, atendiam ao padrão cidade média. Desse total, beneficiaram-se do programa apenas 39 cidades, concentradas em sua maioria no Sudeste e Nordeste do país.

Ao se considerar apenas os aspectos demográficos, os dados abaixo revelam que o ciclo de expansão da população urbana, até 1980, seguia em direção a uma forte concentração da população nas grandes cidades na época, sobretudo aquelas com mais de 100 mil habitantes. Nesta época, 57% da população já residia em cidades com mais de 100 mil habitantes e 35% da população residia em cidades maiores que 500 mil.

Desde 1980, o ciclo de expansão começa a assumir um novo padrão, apresentando uma desaceleração mais acentuada do crescimento da população urbana e da evolução do seu grau de urbanização. Havia uma forte desconcentração relativa favorável a uma maior participação das cidades por uma população entre 100 e 500 mil habitantes, que continuam a crescer mais intensamente que as cidades com mais de 500 mil habitantes, como pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 2 – Número de municípios e população nos Censos Demográficos, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - 1960/2010

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Número de municípios e população nos Censos Demográficos					
	1960	1970	1980	1990	2000	2010
Número de municípios						
Total	2.766	3.952	3.991	4.491	5.507	5.565
Até 2 000	15	56	56	58	105	118
De 2 001 a 5 000	263	602	610	682	1 225	1 183
De 5 001 a 10 000	651	1 058	957	1 055	1 312	1 212
De 10 001 a 20 000	847	1 159	1 114	1 299	1 382	1 401
De 20 001 a 50 000	783	826	872	926	958	1 043
De 50 001 a 100 000	143	157	240	284	301	325
Mais de 100 000	64	94	142	187	224	283
De 100 001 a 500 000	57	83	124	162	193	245
Mais de 500 000	7	11	18	25	31	38

População dos municípios						
Total	70.992.343	94.508.642	121.150.573	146.917.459	169.590.693	190.755.799
Até 2 000	22.150	92.110	88.183	91.431	172.231	197.429
De 2 001 a 5 000	997.501	2.213.159	2.228.112	2.451.222	4.316.217	4.176.916
De 5 001 a 10 000	4.853.342	7.764.485	7.069.211	7.687.121	9.376.707	8.541.935
De 10 001 a 20 000	12.111.526	16.403.397	15.937.703	18.453.189	19.654.601	19.743.967
De 20 001 a 50 000	23.608.342	24.998.753	26.728.931	28.005.202	28.700.747	31.344.671
De 50 001 a 100 000	9.467.253	10.443.490	15.937.465	19.379.111	20.911.053	22.314.204
Mais de 100 000	19.547.932	32.593.189	53.160.968	70.850.183	86.459.137	104.436.677
De 100 001 a 500 000	9.113.130	14.610.868	23.631.329	32.073.626	39.576.864	48.565.171
Mais de 500 000	10.434.802	17.982.321	29.529.639	38.776.557	46.882.273	55.071.506

Fonte: IBGE, 2011

Por fim, ressalte-se que, considerando as cidades no Brasil, estas apresentam diversas escalas, estruturas e funções. Em termos demográficos, a ONU (1994) intitula como Cidade Média, por exemplo, aquelas que possuem de 100 mil a 1 milhão de habitantes. Já o IBGE (1996) conceitua nesta categoria aquelas cidades que possuem de 100 mil a 500 mil habitantes. O território brasileiro, no entanto, contém uma rede urbana complexa, hierarquizada, regionalizada e articulada em diversas escalas e em torno de diversos tipos e categorias de formas espaciais. Desse modo, [...] da cidade à vila rural, escala complexa rede de localidades apresenta uma grande diversidade de processos urbanos em curso sobre o território (SOARES, 2003, p. 74), o que pode denotar vários “olhares” e percepções acerca da temática.

Tal condição se justifica, pois, dada à sua grande extensão geográfica (8.514.876 km²), sob diversos aspectos, este país apresenta peculiaridades urbanas, socioeconômicas e geográficas, dentro da sua configuração territorial, que o distingue como um país heterogêneo e de grandes desigualdades espaciais, as quais replicam na caracterização das suas cidades.

3.4 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NA BAHIA

O estado da Bahia está situado na parte sul da região Nordeste, tangenciando as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte do Brasil. O território baiano se limita no Norte, com os estados do Piauí, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Em relação à sua extensão, é o maior Estado da região Nordeste em termos de área, possuindo 564.692,7Km². Ademais, o litoral baiano, com 932 km de extensão, é o maior do Brasil. O processo de urbanização da Bahia reproduz os parâmetros nacionais e

ocorre de forma desigual, sobretudo porque o seu vasto território assim tornou-se função de diversos aspectos que influenciaram esta realidade, a exemplo dos econômicos e sociais. A Bahia é um território caracterizado pela heterogeneidade das suas regiões e seu processo de urbanização assim também se estabelece. São aspectos físicos, sociais, econômicos e culturais que se apresentam de forma diversa e evidenciam a singularidade deste estado.

A divisão político-administrativa da Bahia se constitui de 417 municípios que se caracterizam por intensa desigualdade econômica, social e espacial. É possível identificar forte concentração populacional e econômica em determinados municípios e grande dispersão populacional nas demais partes do território. A rede de cidades apresenta fragilidade em termos de abrangência, desigualmente distribuída e, em relação à sua hierarquia, encontra-se bastante concentrada. Tal rede poderá ser mais bem compreendida ao analisar-se o contexto histórico deste estado, ao longo deste capítulo. A história do Brasil tem sua origem no Estado da Bahia no ano de 1500, tendo Salvador, entre os períodos de 1549 e 1763, como a sua principal cidade da colônia portuguesa. A história da Bahia, portanto, correlaciona-se à história do Brasil, desde sua origem. Tal fato expressa o significativo papel deste estado no cenário nacional, sendo um dos berços da sociedade brasileira, cuja cultura do açúcar, fumo, mandioca, pecuária, algodão, exploração mineral e do cacau geraram, à época, uma diversificada e regionalizada atividade agro mercantil. O território baiano foi gradualmente colonizado, tendo o litoral o marco inicial direcionando-se, ao longo do tempo, ao interior do estado. Durante os séculos XVI e XVII, o território foi explorado e povoado, possibilitando, neste período a sua demarcação e estabelecimentos dos limites com os estados vizinhos.

Local de chegada dos primeiros portugueses no ano de 1500, a região que viria a ser o estado da Bahia, iniciou seu povoamento na primeira metade do século XVI. As análises sobre o processo de urbanização na Bahia, em sua unidade/diversidade regional, devem, portanto, ser compreendidas na perspectiva histórica dessa unidade da federação inserida, por sua vez, no amplo processo de desenvolvimento do Brasil.

Em linhas gerais, de acordo com Leda (2009, pág. 11) é possível delimitar três grandes períodos para a contextualização dos recortes históricos e geográficos da Bahia, e destes, avançar na identificação de um sintético mapeamento da organização espacial da economia e das tendências do ordenamento territorial deste

estado, especialmente em seu processo de urbanização. Nas palavras de Leda (2009), o primeiro período refere-se,

...às configurações regionais pretéritas da “velha” Bahia agroexportadora, que se desenvolvem lentamente e predominam no largo curso da história colonial até o início ou mesmo meados do século XX, dando forma e conteúdo a algumas “regiões históricas” da Bahia: o recôncavo açucareiro, o Sertão do São Francisco, a região Cacaueira, o Sertão da Ressaca e as Minas e Lavras do “Alto Sertão” (hoje, Chapada Diamantina). LEDA (2009, p.11)

Embora constituído de vários marcos históricos significativos para o seu processo de ordenamento territorial, é visível o impacto limitado destes na reestruturação do ordenamento espacial com vistas ao processo de crescimento e desenvolvimento da Bahia, o qual veio manifestar-se mais intensamente apenas no século XX. Até este período, este quadro manteve o estado em situação de constante letargia quanto ao desenvolvimento dos seus aspectos econômicos e sociais, se comparados com outras unidades federativas do país, no mesmo período. O segundo período, portanto, bem mais recente, caracteriza a transição da “velha” Bahia agrária para a “nova” Bahia urbana e industrial, sendo o período considerado, assim, um marco na história econômica deste estado, no século XX. Reforçando este contexto, Leda (2009), afirma que:

Ela pode ser focalizada a partir do divisor de águas representado pela implantação da indústria petrolífera nos anos 1950. Até meados do século passado, período denominado de letargia econômica ou “enigma baiano”, prevalecem estruturas herdadas do passado agrário e mercantil que dominaram o cenário econômico, apesar das tentativas de industrialização desde finais do século XI. O segundo período pode ser dividido em quatro momentos, tendo como ponto de partida o referido marco de transição: a) década de 1950, continuidade do modelo primário-exportador e início das atividades da Petrobrás; b) décadas de 1960 e 70, com a industrialização em torno de Salvador e o incremento da urbanização no interior; c) década de 1980, marcada pela redução do crescimento e busca de alternativas de diversificação da base produtiva; d) “década de 1990 até hoje”, com o acirramento da competição, abertura da economia e mudanças nas estratégias de desenvolvimento, “resultando em expressivos impactos territoriais”. LEDA (2009, p. 12)

Nota-se, nesta fase, o rápido impulso que a Bahia tomou em direção a uma nova realidade. O que não se verificou durante séculos, em termos de crescimento, foi particularmente intensificado no século XX, especialmente em relação aos aspectos econômicos. Tais iniciativas provocaram alterações no ordenamento

territorial, que redefiniram outras regionalidades, capazes de fomentar o crescimento de algumas cidades com capacidades pontuais de influenciar suas regiões, frente à situação histórica de hegemonia da capital baiana – Salvador, neste contexto.

Em contrapartida, os aspectos socioeconômicos continuaram apresentando uma Bahia que permanece com as mesmas dificuldades estruturais do passado e que se replicam em uma conjuntura de modernização das bases econômicas, resultante da concentração dos investimentos produtivos e algumas infra-estruturas sociais apenas em áreas específicas do estado. Tal processo dificultou, desta forma, a viabilidade de um crescimento econômico e social das suas regiões e das cidades que a compõem. Este quadro assinala, assim, as desigualdades regionais do estado, caracterizadas pelas diferenciações de urbanização ali identificadas.

Entre a década de 1990 até os dias atuais, apresenta-se, na visão de Leda (2009, p. 14) o terceiro grande período, ainda em curso, de intensificação na produção dos espaços regionais, os quais mantêm a característica de desenvolvimento desigual. Neste contexto, o quadro de crescimento e desenvolvimento da Bahia, reflete a combinação da sua heterogeneidade territorial e social, o qual resulta em um processo de urbanização diverso e segregador.

Estes abreviados recortes históricos, geográficos e econômicos possibilitam a definição de um marco inicial de referência para que se busque compreender o processo de urbanização da Bahia, de forma que permita a interpretação social e territorial de tal processo. Em relação às grandes regiões, mesmo com os problemas estruturais identificados, a Bahia apresenta-se como o estado que ocupa o primeiro lugar entre os estados da região Nordeste, em termos de contingente populacional e de número de municípios. Um dos principais fatores decorre, certamente, da sua grande extensão geográfica, pois este território, em contrapartida, apresenta-se também como o estado do Nordeste menos densamente povoado e um dos menos densamente povoados do Brasil, ficando em 15º lugar, dentre os vinte e sete estados da federação.

A formação atual dos 417 municípios baianos e, por conseguinte, o processo de urbanização na Bahia, embora sendo pioneiro no Brasil, ocorreu de acordo com o processo de crescimento do estado, resultando em uma urbanização mais lenta em determinadas regiões. Os fatores históricos, geográficos e econômicos acima mencionados, foram determinantes para a consolidação deste quadro, destacando-

se também o impacto das políticas de regionalização adotadas pelo poder público federal e estadual, ao longo das décadas.

De forma semelhante ao que se observa em determinadas regiões do Brasil, o processo de crescimento da economia baiana caracterizou-se como lento e desigualmente concentrado. Como pode ser observado, até a segunda metade do século XX, preponderou uma economia voltada para a agricultura de subsistência e que foi concentrada nas regiões de Ilhéus e do Recôncavo. Nas demais regiões do estado prevaleceram a pecuária, de baixa produtividade. Integrando, assim, o pensamento de Leda (2009), a Bahia apresentou, economicamente, segundo Alcoforado (2007) duas dinâmicas bem distintas:

A primeira, que vai do século XVI até 1970, corresponde à fase da economia primário-exportadora e, a segunda, de 1970 em diante, diz respeito à fase da economia predominantemente industrial inaugurada com a implantação da indústria petroquímica, ampliada pela metalurgia do cobre, pela indústria de celulose e, mais recentemente, pela indústria automobilística. ALCOFORADO (2007, p.12)

A década de 1950 marca na Bahia, um período de investimento no combate a importantes pontos deficitários da sua economia. Constrói-se, assim hidroelétrica de Paulo Afonso e a rodovia Rio - Bahia (BR-116), que liga o Estado à região sudeste do país. Para Teixeira e Guerra (2000),

Os problemas da economia baiana eram agravados pelas condições de sua infra-estrutura. As estradas, por exemplo, eram poucas e de baixa qualidade, impedindo a integração dos mercados criados pelo crescimento populacional das cidades interioranas. TEIXEIRA E GUERRA (2000, p.87)

As duas iniciativas, sobretudo a construção da Rodovia Rio - Bahia contribuíram para expansão da sua economia. A exploração de petróleo pela Petrobrás na região do Recôncavo e a posterior instalação da Refinaria Landolfo Alves são fatos que também marcaram esse período.

As décadas de 1960 e 1970, por sua vez, são decisivas para a economia baiana, com a criação do Centro Industrial de Aratu (1966) e do Complexo Petroquímico de Camaçari (1972). O primeiro – localizado entre os municípios de Simões Filho e Candeias e inseridos atualmente na Região Metropolitana de Salvador (RMS), foi resultado do processo de desconcentração industrial defendido pelo Grupo Técnico de Desenvolvimento do Nordeste, que culminou com a criação

da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Já o Complexo Petroquímico de Camaçari foi resultado da especialização regional da matriz industrial brasileira, direcionando a industrialização baiana para os setores químico e metalúrgico. A arrecadação estadual cresceu consideravelmente com a implantação destes empreendimentos. É notório, no entanto, que todo esse conjunto de investimentos foi concentrado na RMS que, atualmente, responde por 70% da produção industrial do estado. Neste sentido, a Bahia cresceu economicamente no período 1967/1999, mas não se desenvolveu, pois, para além do progresso material e dos avanços tecnológicos, o conjunto dos benefícios por eles gerados não foram disponibilizados para a maioria da sua população, a qual, grande parte vivia e ainda vive em condições de pobreza.

Ratificando tal opinião, na atualidade, a RMS, juntamente com alguns poucos municípios de maior porte, continuam concentrando maior parte das atividades econômicas deste estado. Ademais, os dez maiores municípios do estado concentram, aproximadamente, 56% do PIB baiano. Os 407 municípios restantes concentram 44% do PIB estadual, de acordo com a SEI (2010), refletindo ainda uma política de concentração produtiva da economia baiana e conseqüente quadro segregação espacial e de pobreza da sua população.

Destaque-se, ainda o agravamento desta condição de desigualdade, a presença de extensa área do “estado Bahia que tem aproximadamente 70% de seu território inserido na região semi-árida, os 30% restantes compreendem a faixa litorânea e a porção Oeste. Trata-se de uma área cuja extensão, em sua maior parte, é marcada pela pobreza da sua população

É nesta área, inclusive, que ocorre a maior concentração da população baiana, que se apresenta distribuída de forma desigual, pois alguns espaços são caracterizados pelo fraco povoamento e baixo desempenho econômico, destacando-se a agropecuária de subsistência na maior parte do seu território. As demais atividades, sobretudo a industrial, apresenta-se de forma incipiente, especialmente concentrada nas cidades de maior população, a exemplo de Vitória da Conquista e Jequié. Caracterizado, em boa parte, pelo alto índice de pobreza e baixa renda, agravada pelas condições climáticas desfavoráveis, seu território apresenta uma insuficiência de serviços e bens para a população. As cidades vivenciam as dificuldades de tal realidade, especialmente no que se refere à economia, saúde e educação.

Encontram-se, assim no semi-árido baiano as cidades de Feira de Santana – segundo maior município do Estado da Bahia e Vitória da Conquista, terceiro maior município da Bahia em população. Encontram-se ainda alguns outros municípios de porte menor, mas com posição de destaque na rede urbana baiana, a exemplo de Paulo Afonso e Juazeiro, que atendem também às 187 cidades pequenas que estão localizadas no semi-árido.

Ainda assim, é possível afirmar um aspecto interessante no processo de desenvolvimento econômico da Bahia, que, para além da concentração na região litorânea, a década de 1990, no entorno das cidades de Barreiras (Oeste), Juazeiro (Norte), Teixeira de Freitas (Extremo Sul) foram, nas palavras de Lacerda (2007, pág. 93), impulsionadas pela produção agrícola empreendida em bases capitalistas modernas, voltada, em grande parte, para o mercado externo.

Compreendendo que a indústria continua sendo o núcleo indutor da economia, pois sem ela os serviços e o comércio têm dificuldades para sobreviver, chama atenção o baixo investimento neste setor, especialmente em uma área de relevante extensão e concentração populacional, e que depende enormemente de uma economia ativa, para a sua sobrevivência. Este quadro reflete, analogamente, o que ocorreu no Brasil em 2012, em termos de crescimento econômico. A economia brasileira encerrou o ano de 2012 com um crescimento de 0,9%, refletido no seu PIB, conforme divulgou o IBGE. Trata-se de um resultado decrescente, ao considerar-se que nos anos de 2010 e 2011, o PIB cresceu 7,5 e 2,7 pontos percentuais, respectivamente. No resultado apresentado, a indústria reduziu 0,8% da participação no PIB. Ressalte-se, por fim, a forte concentração do setor de serviços como maior atividade produtiva dos 417 municípios, o qual responde por 63% de toda a economia do estado. A indústria, de acordo com a SEI (2010, pág. 01), setor de grande relevância do ponto de vista da geração de empregos, responde por 30%, sendo seguido pela agropecuária, que é responsável por 7% de toda a riqueza produzida no estado.

Em função da sua extensa área territorial, além dos aspectos históricos, dentre outros, a Bahia apresenta uma estrutura bastante diversificada em sua dinâmica demográfica. Tal dinâmica pode, assim, revelar o papel exercido por elementos econômicos, sócio-políticos, culturais e ambientais, os quais interessam ao estudo em evidência, como forma de analisar o contexto em que a cidade de

Vitória da Conquista se insere, em termos de qualidade de vida para a sua região de influência.

Inicialmente, apresenta-se a seguir tabela que demonstra a taxa de crescimento demográfico da Bahia, desde as décadas de 1960 até 2010. Tais dados possibilitarão uma análise sobre a evolução do crescimento demográfico em suas diversas fases e permitirão delimitar os eventos históricos de maior relevância que impactaram na situação apresentada, a fim de que se compreenda o contexto atual da urbanização baiana.

Tabela 3 – Taxa de Crescimento da População da Bahia

Período	Taxa
1960/1970	26,58
1970/1980	26,56
1980/1991	23,52
1991/2000	10,13
2000/2010	7,24

Fonte: IBGE, 2011.

Considerando como limite temporal, o intervalo entre a década de 1960 e 1970 - este período configurou-se como um marco no aumento progressivo da população baiana. Foi nesta década inicial que as cidades baianas começaram adquirir os primeiros contornos do que, mais tarde, poderiam diferenciá-las em metrópole, cidades médias ou pequenas e, por consequência, projetar o atual contexto da urbanização na Bahia. O crescimento populacional entre as décadas 1960 e 1970, foi marcado pela integração da Bahia com a região Sudeste – considerada a mais desenvolvida do país –, a partir da implantação dos grandes eixos rodoviários e das modernas iniciativas relacionadas à industrialização, que tiveram início com o Centro Industrial de Aratu (CIA) e demais empreendimentos concentrados na RMS. Com investimentos concentrados na RMS, desde as décadas mais antigas, a população baiana promoveu, ao longo do tempo, nesta referência, um constante processo de migração em busca de melhores oportunidades de vida, ante um quadro interiorano de desigualdades regionais.

A década de 1980, marcada por baixos investimentos em decorrência da crise econômica pela qual o país atravessava, não apresentou mudanças significativas em relação ao período anterior. Em períodos mais recentes - entre as décadas de 1991 a 2000 - o crescimento populacional do estado passa a manifestar-se em torno dos 10,13%. Este período foi marcado também pela transformação de áreas rurais em áreas urbanas. Só em 1989 havia 56 processos de emancipação de localidades baianas. Ante o exposto, mesmo com a criação de novas áreas urbanas e ampliados os perímetros urbanos já existentes, a tendência de arrefecimento da população se manteve. Desta forma, ainda que boa parte do território rural de 1991 passasse a ser considerado como área urbana em 2000, implicando na elevação deste contingente, houve uma redução no ritmo de crescimento demográfico urbano. Tal fato, inclusive, dificulta, sobremaneira, identificar quantitativamente, em que termos as taxas de urbanização foram decorrentes ou não de ganhos demográficos.

Nesta última década, entre os períodos de 2000 a 2010, a taxa de crescimento demográfico na Bahia reduziu-se ainda mais, na percentagem de 7,24%, sendo menor que na década anterior – entre 1991 e 2000. Verifica-se, portanto, que o crescimento na última década de 3,7 vezes é menor que o período que envolver a década de 1960 e 1970. Em relação à distribuição da população, portanto, a tabela apresentada a seguir demonstra a variação do crescimento da população total, urbana, das cidades e da população rural no período de 2000-2010, na Bahia.

Tabela 4 – Crescimento Populacional: Total, Urbana, das Cidades e Rural – 2000/ 2010 – Bahia

População	Crescimento relativo
Total	7,24%
Urbana	15,16%
Cidades	14,59%
Rural	-8,92%

Fonte: IBGE – 2000/2010

Verifica-se, por meio dos dados, um forte decréscimo da população rural (quase 9% no período) e um acentuado crescimento da população urbana, superior ao crescimento da população das cidades. Em ambos os casos (população urbana e

população das cidades), o crescimento é mais do que o dobro do crescimento da população total. A população urbana, formada pela população das cidades e das vilas ou sedes de distritos municipais, expressa significativa superioridade em relação ao crescimento somente das cidades.

Já em relação à população rural, dentre os Estados brasileiros, a Bahia permanece com a maior população rural (3.914.430 habitantes), de acordo com o Censo Demográfico de 2010. Ainda assim, o crescimento da população rural de todo o Estado tem se reduzido, a partir da década de 1980, sendo que até este último período, a população rural do Estado da Bahia era superior ao total da população urbana, e que somente a partir de 1991, decresceu, conforme demonstra tabela abaixo:

Tabela 5 – Taxa de Distribuição da População por situação do domicílio – 1950 a 2010 - Bahia

Período	População urbana	População rural
1950	25,87	74,13
1960	34,78	65,22
1970	41,41	58,59
1980	49,44	50,56
1991	59,11	40,89
2000	67,05	32,95
2010	69,60	30,40

Fonte: IBGE, 2010

Quanto à população urbana, a Bahia experimenta um significativo crescimento. Ressalte-se, inclusive, que, até 1980, a população rural da Bahia era superior ao total da população urbana, sendo que somente a partir de 1991 esta população rural decresceu. A população urbana por município cresce de forma diferenciada e dispersa em várias regiões do Estado. O processo de urbanização da Bahia avançou com maior rapidez nas regiões próximas ao litoral e, neste sentido, a RMS apresentou destaque nas pesquisas censitárias, chegando a concentrar mais de 30% dos moradores urbanos do estado. Os municípios com as taxas mais altas de crescimento urbano não formam uma área contígua, mas estão localizados em

diferentes regiões da Bahia, a exemplo de Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna, Juazeiro, Jequié, dentre outros.

Quanto à densidade demográfica, esta também se apresenta de forma bastante diversificada no Estado da Bahia, sobretudo se analisadas por regiões ou até mesmo por município. A densidade demográfica do Estado da Bahia de 24,83 hab/km², é ligeiramente superior a média brasileira que é de 22,4 hab/km², em 2010, de acordo com o Censo Demográfico (2010). Muito embora o Estado da Bahia seja o mais populoso da Região Nordeste, sua densidade demográfica, na região, é inferior àquelas verificadas em Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Para fins de registro, mais uma vez, a RMS é uma das mais habitadas no Brasil, e segundo o censo do IBGE (2010), com uma média de 880 habitantes por quilômetro quadrado. Este dado evidencia quão rarefeita é a população baiana no interior.

As áreas mais densamente povoadas estão no litoral e adjacências, enquanto as áreas menos densas estão no Centro, Norte, Vale do São Francisco e no Oeste do Estado. Em concordância com Silva et al (2004, p. 87), a distribuição das densidades no território baiano expressa o peso da evolução histórica do processo de ocupação do território, concentrado, principalmente, em Salvador e demais espaços litorâneos e, por outro lado, significativamente rarefeito em outros espaços deste território

Em termos de quantitativo populacional das cidades, apresenta-se abaixo um recorte temporal da década de 2010, período em que ocorreu o último censo demográfico nacional, o qual é possível verificar qual o contexto da distribuição populacional da Bahia.

Tabela 6 – Cidades e Crescimento – 2010

Habitantes	Número de cidades 2010	% sobre o total das cidades
Até 5.000	131	31,42
5.001-20.000	222	53,23
20.001-100.000	51	12,23
100.001 – 500.00	12	2,88
2.674.923	1	0,24
Total	417	100

Fonte: IBGE – SIDRA, Censos Demográficos 2000 e 2010.

Ao se considerar as 417 cidades da Bahia, classificadas por número de habitantes, destaca-se que a maioria (222 cidades) possui entre 5.001 e 20.000 habitantes. Ademais, 131 cidades possuem até 5.000 habitantes. As duas primeiras classes somam 273 cidades; ou seja, 84,65 % das cidades baianas, de acordo com o último censo demográfico, possuem população de até vinte mil habitantes. A maioria das cidades baianas se enquadra nesta categoria, as quais são denominadas de pequenas cidades ou cidades de pequeno porte, ou até mesmo centros locais, mas que devem e merecem ser analisadas para além dos critérios demográficos. Embora sejam classificadas como área urbana, a maioria destas cidades possui características de espaço rural, sendo a agricultura de subsistência a atividade de maior predomínio. Este tipo de atividade, por sua vez, não consegue, de forma isolada, gerar riqueza suficientemente capaz de assegurar as necessidades mínimas à qualidade de vida de sua população. As pequenas cidades são caracterizadas pela limitada capacidade de oferta de serviços, mesmo as básicas, associados à saúde, à educação e à segurança, além de baixa articulação com as cidades do seu entorno. As atividades econômicas são quase nulas, com o predomínio de trabalho associado aos serviços públicos ou à agricultura de subsistência.

Um dado que merece atenção relaciona-se às cidades que possuem entre 20.001 e 100.000 habitantes, representando 12,23% do número total das 417 cidades baianas, totalizando 51 cidades vive nestes municípios. Neste perfil de cidades já é possível identificar algumas atividades com maior grau de especialidade, e, por conta desta característica, conseguem desenvolver uma relação mais intensa com a sua hinterlândia, exercendo, ainda que pequeno, importante papel de intermediação.

A classe de cidades entre 100.001 e 500.000 habitantes totalizam 2,88% das cidades baianas. À exceção de Salvador, destaque-se como municípios de maior população, enquadrados nesta categoria, e consolidados como pólos regionais as cidades de: Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna, Ilhéus, Barreiras, Jequié, Juazeiro e Santo Antônio de Jesus. É possível identificar nestes municípios uma localização geográfica privilegiada, caracterizando como entreposto comercial e detentora de comércio diversificado. Caracterizam-se ainda, como cidades detentoras de serviços educacionais e de saúde, além de mais complexa intermediação bancária e de informação.

Ante o exposto, ao analisar as características demográficas dos 417 municípios baianos, verifica-se, inicialmente, que, se comparado à média nacional e do Nordeste, o Estado não apresenta uma população muito numerosa, à exceção de Salvador, com 2.676.606 habitantes no seu município, conforme último Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010. A maior parte da população baiana se concentra em Salvador, na Região Metropolitana, em Feira de Santana, em Vitória da Conquista, e nos municípios da região cacauzeira- Ilhéus e Itabuna, sendo estes os mais densamente povoados do Estado da Bahia. Além desta condição, há mais quinze municípios, cuja população encontra-se entre 100.000 e 600.000 habitantes, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 7 – Municípios com população entre 100.000 e 600.000 habitantes – Bahia

População	População
Feira de Santana	556.756
Vitória da Conquista	306.374
Camaçari	242.984
Itabuna	204.710
Juazeiro	197.984
Lauro de Freitas	163.414
Ilhéus	184.231
Jequié	151.921
Alagoinhas	142.160
Teixeira de Freitas	138.491
Barreiras	137.428
Porto Seguro	126.770
Simões Filho	118.020
Paulo Afonso	108.419
Eunápolis	100.246

Fonte: IBGE, 2012

Há que se destacar que nas últimas décadas, novas configurações da rede urbana da Bahia se consolidaram, possibilitando, assim, a redefinição de outros desenhos de cidades. A solidificação de centros intermediários, entre os anos 1960

e 1970, se fortalecem e se consolidam até os dias atuais, a exemplo das cidades de Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna, Iheus e Juazeiro, as quais passam a desempenhar papéis de características das cidades médias ou cidades de porte médio. Redefine-se destarte, os seus papéis de intermediação junto a pequenas cidades e aos campos, que integram a sua região de influência, além da metrópole estadual – Salvador. Assim, amplia-se a inserção destas no âmbito regional, ou até mesmo para além dos espaços ora evidenciados, e alcançando, inclusive, cidades de outros estados. Exemplifique-se a região de influência de Vitória da Conquista, que, para além da sua região de influência no estado da Bahia, polariza ainda algumas cidades do norte do estado de Minas Gerais.

Destaca-se, por fim, as recentes características de novas centralidades intra-urbanas, a partir da implantação de novos *shoppings centers*, novos bairros periféricos, fortalecendo, assim, as centralidades interurbanas nos contextos regionais em que estão inseridos. Chama a atenção nestas cidades, por exemplo, a instalação de novas empresas, bem como das novas relações com o solo urbano, as quais alteram a lógica da centralidade interurbana das cidades onde se instalam.

Uma apreciação crítica indica, segundo Santos, J. (2010, p. 74), que as cidades baianas passaram por mudanças que repercutiram nos seus espaços internos, em um período notadamente marcado por um alto grau de complexidade no processo de urbanização. Tal qual ocorreu no Brasil, essa dinâmica foi replicada na Bahia, que, pressionada por um intenso processo de migração, vê em suas cidades, o seu foco principal para atendimento das necessidades de sua população. Tais mudanças, conforme o autor, guardam relação direta com as ações políticas, aos ditames e à mobilidade do capital, além das novas relações tempo-espaço e bem como a reprodução da vida cotidiana. Por isso,

As conseqüências dessas mudanças são a reestruturação das cidades médias e modificações das pequenas, ao passo em que seus papéis no capitalismo são fortalecidos. Em ambos os casos, a precarização da vida dos trabalhadores, a segregação, a expansão da cidade e a terciarização são evidentes. Nas médias, surgem conflitos do centro antigo, entre este e as novas centralidades, bem como a fragmentação socioespacial. (J. SANTOS, 2010, p. 79).

Ante o exposto, muitas cidades enfrentam a problemática de um contexto de urbanização que se intensifica sem dispor do tempo e da estrutura necessário para acionar o planejamento deste processo. Apresenta-se, assim, um quadro de novas

centralidades que revelam o desafio com o qual as cidades médias necessitam lidar, pois, adaptados que sempre estiveram a uma única de centralidade interna – o centro da cidade –, passaram a vivenciar a proliferação de outras tantas, decorrentes do novo contexto que ora se instalou.

Salvador, com 2.674.923 habitantes, distancia-se bastante, em todos os aspectos (demográficos, econômicos, sociais, dentre outros) da segunda e terceira cidades do Estado, Feira de Santana e Vitória da Conquista, com 495.965 e 306.866 habitantes, respectivamente, demonstrando, mais uma vez, a clara concentração demográfica da única metrópole baiana. De acordo com os estudos sobre Região de Influência do IBGE, na rede urbana da Bahia se encontra uma Metrópole Nacional, três capitais regionais, dentre outras configurações seqüencialmente hierarquizadas pelo referido estudo. O sistema urbano da Bahia estende sua influência para o Sudoeste do Estado, ao passar por Feira de Santana, Vitória da Conquista, estendendo-se ao eixo Ilhéus-Itabuna, além de algumas cidades do norte de Minas Gerais e sul de Sergipe.

Ante o exposto e, ao reproduzir o histórico da constituição da regiões brasileiras frente ao seu processo de urbanização, é possível inferir que as cidades do Brasil são reflexos da políticas econômicas e sociais verificadas em suas regiões geográficas. Por assim reforçar, nas palavras de Maricato (2005), em 2003, os 10% mais ricos da população brasileira se apropriavam de 75% da riqueza contabilizada, restando 25% da riqueza para os demais 90% da população. De acordo com a mesma fonte, 5 mil famílias de um total de 51 milhões, se apropriam de 40% da riqueza nacional. De cada 10 famílias ricas, 8 moravam nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília – situadas na Região Sudeste do Brasil.

Essa desigualdade é explicitada no cenário de segregação territorial presente no âmbito intraurbano ou nas diversas regiões do território nacional. Destas reflexões, delinea-se um quadro de assimetria cada vez mais frequente na organização espacial das cidades que compõem o território nacional, caracterizado pela consolidação de espaços que perdem neste modelo de desenvolvimento, enquanto a realidade se diferencia para outros, que são mais beneficiados.

4. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA E POPULACIONAL DO SUDOESTE DA BAHIA, ENQUANTO REGIÃO ECONÔMICA

Por que a generalização da „doce razão“ não produziu um mundo sujeito à nossa previsão e controle?

Anthony Giddens

Identificar o papel das cidades médias no território baiano em relação ao grau de centralidade destas em seus contextos regionais, exige reconhecer as interações, tanto com seu espaço regional subordinado quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior. É essencial, pois, compreender, sobretudo, como estas cidades se posicionam em relação aos aspectos econômicos e sociais da sua região de influência, de forma que seja possível analisar a atuação dessas junto ao seu meio regional, considerando-se, sobretudo, a qualidade de tal atuação. Neste cenário, adentrar-se-á à uma análise da rede influência das cidades médias instaladas no estado da Bahia, onde se concentra o município de Vitória da Conquista, à luz dos padrões regionalização institucionalmente reconhecidos. Para buscar compreender os impactos da diferenciação regional em seu processo de urbanização, diversas configurações podem ser identificadas no território baiano.

Embora todas possuam a sua relevância ante os contextos nacional e estadual, a caracterização das Regiões Econômicas, institucionalizada pelo governo estadual foi considerada referência em termos de análise e reconhecimento dos diversos recortes regionais do território baiano. Por tal razão, merecerá maior aprofundamento das discussões aqui apresentadas posteriormente, ao longo deste capítulo.

Compreende-se, no entanto, o caráter significativo e agregador dos demais padrões de regionalização, nos quais Vitória da Conquista sempre se insere, enquanto centro regional polarizador de diversos outros municípios e áreas rurais. Os diversos padrões de regionalização se diferenciam, enquanto objetivos, no contexto nacional e estadual. Independente, localiza-se nos mesmos a influência de Vitória da Conquista, enquanto relevante centralidade junto a qualquer dos padrões apresentados.

Para fins didáticos, inicia-se a análise dos padrões de regionalização nacionalmente reconhecidos pelo meio técnico, acadêmico e social. Em seguida, adentra-se aos padrões de regionalização historicamente implementados pelo poder público estadual. Em ambas as condições a análise regional estabelece relação direta com o objeto do estudo- Vitória da Conquista, em consonância, dessa forma, com os objetivos da pesquisa em questão.

4.1 MESORREGIÕES E MICRORREGIÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

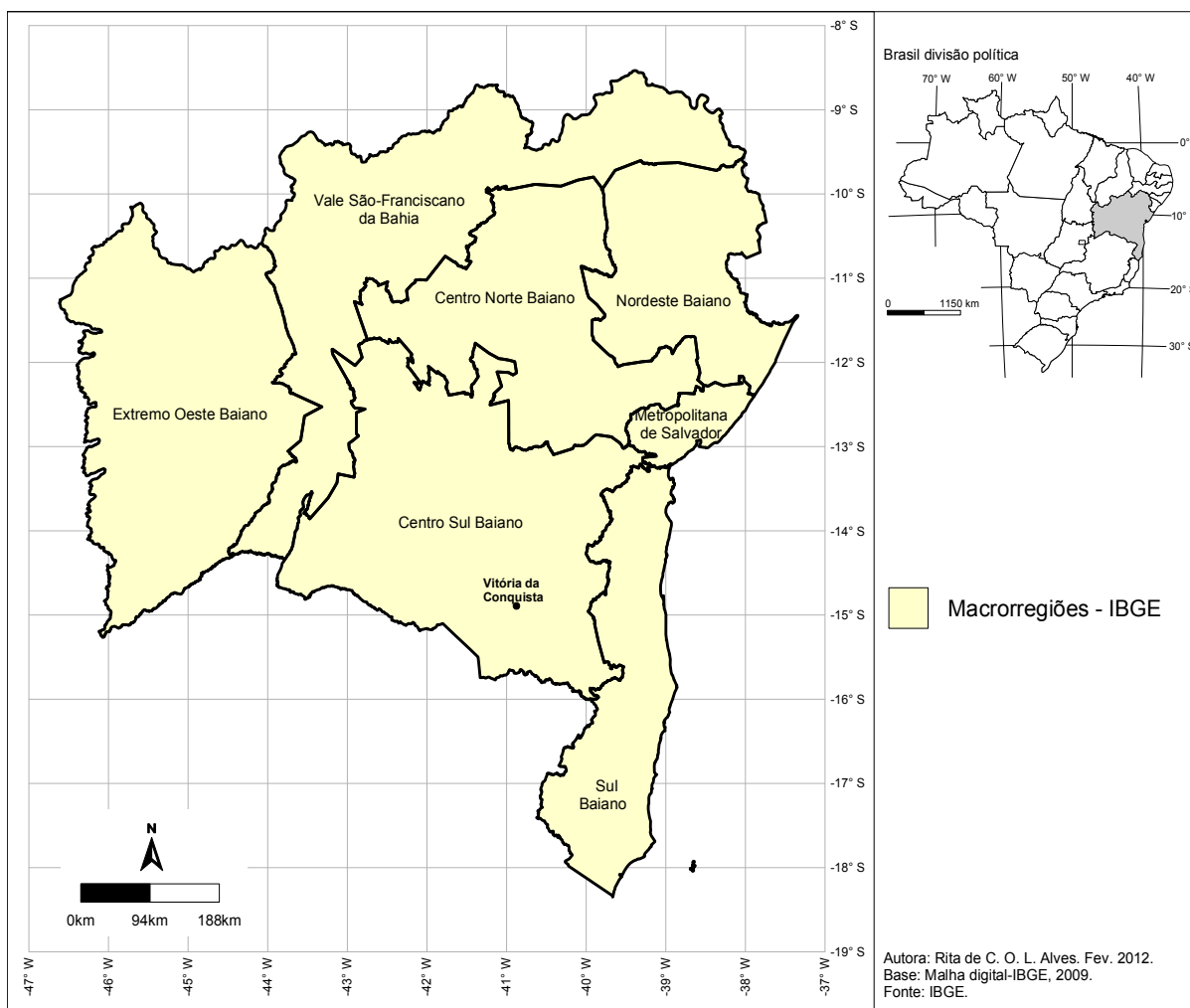
Atualmente, o território baiano, a exemplo de outros estados da Federação, é distribuído em municípios, que se caracterizam como as menores unidades político-administrativas do país. Adotando a mesma metodologia dos demais estados do Brasil, os municípios baianos foram distribuídos em sete Mesorregiões, o que, segundo o IBGE (1990, p. 10), constitui-se em:

[...] .uma área individualizada em uma unidade da Federação que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial.

As três dimensões possibilitam a análise de um espaço delimitado como mesorregião considerando uma identidade regional, constituída pela sociedade que ali se formou. Neste contexto, cada uma das sete mesorregiões foi agrupada em certo número de microrregiões geográficas, as quais totalizam trinta e duas no estado da Bahia.

Das sete mesorregiões, seis possuem denominação correlacionada às suas localizações, a exemplo das mesorregiões do Extremo Oeste Baiano, do Vale São Francisco, do Centro Sul Baiano – onde se encontra localizado o município de Vitória da Conquista, do Centro Norte Baiano e do Nordeste Baiano. A mesorregião Geográfica Metropolitana de Salvador, por sua vez, já evidencia o seu caráter soberanamente urbano já em sua denominação. Tais mesorregiões, ao mesmo tempo fragmentadas e articuladas, possuem características diferentes e complementares, as quais abrangem uma população de 13.633.969 habitantes. O espaço delimitado da mesorregião tem, assim, uma identidade regional específica, não se constituindo em entidade pública ou administrativa.

Mapa 1 – Mesorregiões da Bahia



Fonte: IBGE, 2011

Constituídas por processos de urbanização distintos, cada uma destas mesorregiões possuem especificidades inerentes à suas áreas, população, densidade demográfica e divisão territorial em microrregiões e municípios. Igualmente, aspectos econômicos que impactam na análise social, a exemplo do PIB e PIB *per capita*, possibilitarão “desvendar” parte do quadro geral destas mesorregiões, dando-se sempre o destaque para localização de Vitória da Conquista.

Tabela 8 – Os números das Mesorregiões

Mesorregião	Características						
	Área Km ²	População	Dens. Populacional	PIB R\$	PIB <i>per capita</i> R\$	Microrregiões	Municípios
Centro-Norte	81 354,221	1.517.182	26,1	7.078.136.670	3.338,93	5	80
Centro-Sul	128.472,722	2.592.092	20,2	6.216.973.455	2.398,43	8	118
Extremo Oeste	116.786, 918	524.220	4,5	3.474.978.240	6.628,85	3	24
Metrop. de Salvador	11.241,060	4.918.424	437,5	88.047.444.000	17.901,55	3	38
Nordeste	56 335,147	1.517 182	26,9	3.761.361.599	2.479,1	6	60
Sul	54.642,351	2.006.832	37,3	12.941.599.000	6 448,77	3	70
Vale São Francisco	115.860,250	1.027.936	8,2	3.525.733.760	3.429,91	4	27

Fonte: IBGE, 2012.

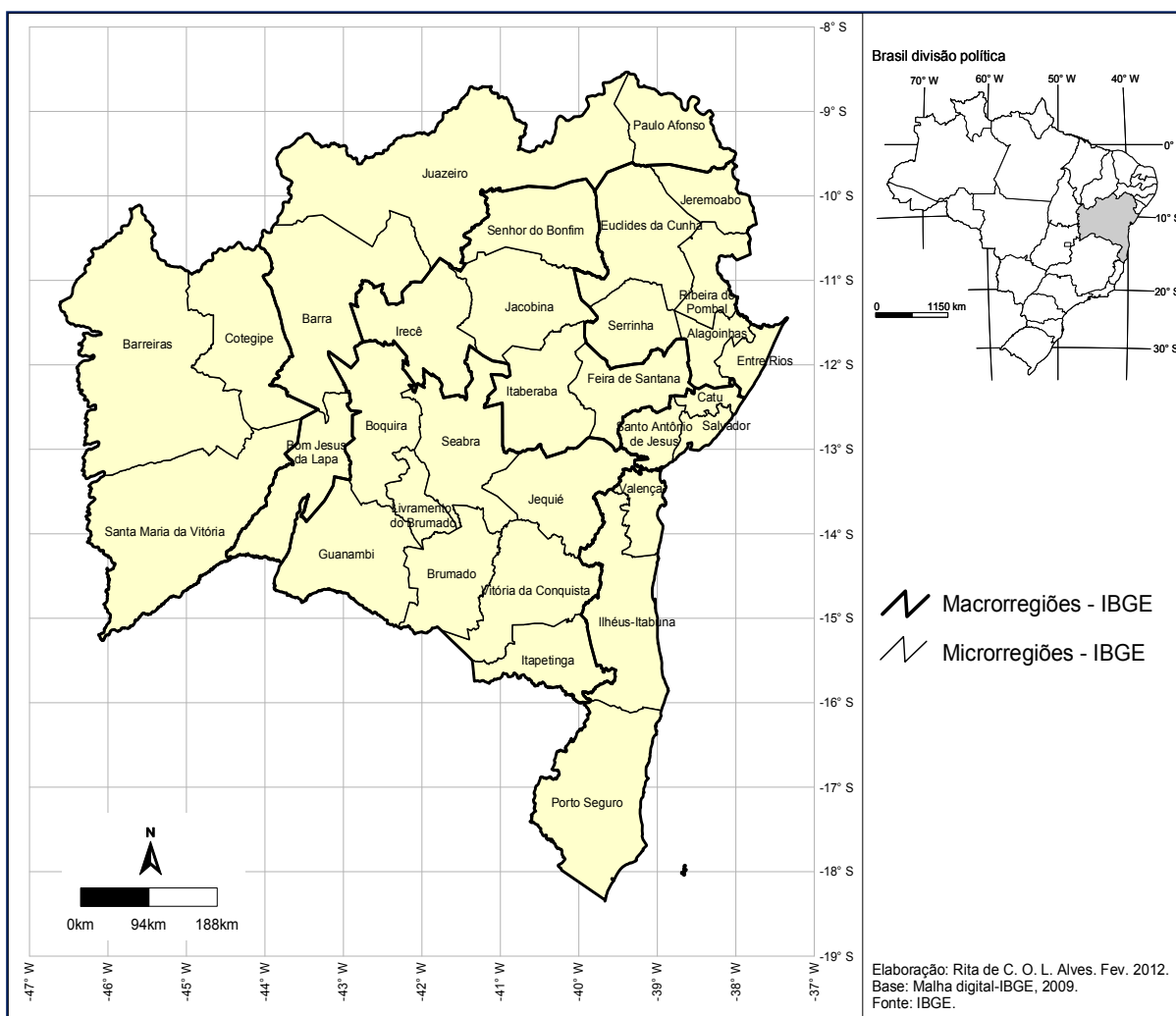
Aqui destaque-se a Mesorregião do Centro-Sul Baiano, a qual é formada por 118 municípios incorporados em oito microrregiões, tem em Vitória da Conquista seu maior e mais importante município, sobressaindo-se ainda os centros regionais secundários, a exemplo de Jequié, Guanambi, Brumado e Itapetinga. Trata-se da maior extensão territorial e concentração populacional entre as mesorregiões do estado da Bahia.

Distante aproximadamente 500 km da capital baiana – Salvador, Vitória da Conquista exerce a sua centralidade frente a um contingente de, aproximadamente, 80 municípios localizados no centro-sul baiano. Considerado o segundo maior município do interior baiano em população, Vitória da Conquista afirma-se como centro polarizador da sua região, tendo em vista, dentre diversos fatores, a alta concentração do segmento de serviços ali instalados, a distância de um centro mais influente regionalmente, além de um quadro sintomático de pobreza pela qual vivenciam a maioria dos municípios contíguos.

Embora apresente números consideráveis em termos de população, número de municípios e extensão territorial, a mesorregião possui o mais baixo PIB *per capita* estadual – R\$ 2.398,43, sugerindo o alto grau de pobreza ali presente, se comparada às demais mesorregiões da Bahia. Em dados recentes do censo demográfico - 2010, as microrregiões de Brumado e Itapetinga, ambas inseridas na mesorregião do Centro Sul baiano, demonstram a concentração da mais drástica redução da sua população municipal.

As Mesorregiões, por sua vez, são compostas por microrregiões geográficas (Mapa 2). Compreende-se microrregiões, de acordo com a Constituição Federal de 1988 – CF, Artigo 25, como um agrupamento de municípios limítrofes, os quais possuem similaridades econômicas e sociais.

Mapa 2 – Microrregiões da Bahia



Fonte: IBGE, 2009

Aqui cabe o destaque à microrregião de Vitória da Conquista, à qual integra a cidade da mesma denominação, além de mais dezesseis municípios. Localizada na mesorregião que possui menor PIB da Bahia, a taxa de crescimento demográfico negativo evidenciado na maioria dos municípios da microrregião de Vitória da Conquista pode denotar um fluxo migratório para outras cidades que ofereçam melhores oportunidades de trabalho, a exemplo da própria cidade de Vitória da Conquista, em função da relação de proximidade estabelecida. Esta cidade, por sua vez, embora apresente taxa positiva de crescimento demográfico, vem acompanhando uma tendência mundial na qual tal crescimento tem sofrido reduções nos últimos anos. Nota-se, portanto, que a população de Vitória da Conquista vem aumentando, porém com percentagens de crescimento em queda. Neste último caso, a queda de fecundidade, o planejamento familiar, dentre outros, são aspectos que podem estar contribuindo para a redução do crescimento populacional desta microrregião.

Tabela 9 – Microrregião de Vitória da Conquista – Crescimento Demográfico

Município Microrregião	População 2000	População 2010	Cres. Demográfico %
Microrregião	607.314	626.462	3,1
Anagé	31.060	25.516	-21,73
Barra do Choça	40.818	34.788	-17,33
Belo Campo	17.655	16.021	-10,20
Boa Nova	20.544	15.411	-33,31
Bom J. Serra	10.502	10.113	-3,85
Caatiba	15.508	11.420	-35,80
Caetanos	13.076	13.666	4,32
Cândido Sales	28.516	27.916	-2,15
Dário Meira	15.222	12.841	-18,54
Ibicuí	15.129	15.786	4,16
Iguaí	25.134	25.724	2,29
Manoel Vitorino	16.704	14.390	-16,08
Mirante	13666	10.512	-30,00
Nova Canaã	15.366	16.727	8,14
Planalto	21.707	24.497	11,39
Poções	44.213	44.760	1,22
Vit. da Conquista	262.494	306.374	14,32

Fonte: Censos Demográficos IBGE – 2000 e 2010. Dados organizados pela autora, 2013

4.2 O REGIC: AS REGIÕES DE INFLUENCIA NA BAHIA

O estudo produzido pelo IBGE, em 2008, sobre Regiões de Influência no Brasil, denomina-se Regiões de Influência das Cidades – REGIC. O trabalho abrangeu municípios de todo o país, considerando as relações, o papel e os fluxos entre as cidades, demonstrando significativas contribuições para o levantamento de questionamentos e material que auxiliassem na compreensão dos processos locais. O objetivo foi atualizar a análise da rede urbana do Brasil. O estudo foi estruturado considerando-se a gestão federal e empresarial e da dotação de equipamentos e serviços, de forma a identificar os pontos do país onde são emitidas decisões e é exercido o comando em uma rede de cidades. O conjunto de critérios empregados envolveu aspectos relacionados a equipamentos e serviços, comércio e serviços, saúde, educação, instituições financeiras, meios de comunicação, conexões aéreas, dentre outros.

A metodologia utilizada, considerando-se tais critérios, possibilitou identificar na rede nacional, a consistência da presença de órgãos da gestão pública federal e da gestão empresarial, nos centros urbanos. Conforme a consistência de tal presença buscou-se verificar a capacidade de cada um destes centros em direcionar investimentos e determinar outras relações – supõem-se, assim uma relação vertical, hierárquica, entre as cidades. Ademais, considerou-se a noção de complementaridade, que determina que as cidades também mantenham relações horizontais entre si e que são efetivadas pela especialização produtiva, pela divisão funcional de atividades e pela oferta de serviços diversos em locais distintos. Nesta perspectiva, conviveriam, portanto, redes hierárquicas de cidade e redes não-hierárquicas.

Empregando um sólido aporte teórico-metodológico (abalizado fundamentalmente na teoria das localidades centrais) e determinando os conceitos principais utilizados pelo estudo, foram considerados os centros urbanos brasileiros de maior relevância, de acordo com a função de gestão do território, tendo sido analisadas três dimensões: níveis de centralidade da gestão pública federal, níveis de centralidade da gestão empresarial e a presença de alguns tipos de equipamentos e serviços. Para reconhecer as áreas dos centros de gestão do território, verifica-se as relações entre os centros urbanos, a partir, mais uma vez, da

análise dos três eixos – a gestão pública federal, a gestão empresarial e a prestação de serviços.

O Brasil, com 5.565 municípios, apresentou, de acordo com a metodologia do REGIC 2007, três níveis de metrópole, além de três níveis de capitais regionais, dois níveis de centros sub-regionais, dois centros de zona e, por fim, os centros locais, assim discriminados. As cidades foram classificadas em cinco grandes níveis subdivididos, por sua vez, em dois ou três subníveis, assim distintos:

1. METRÓPOLES – referem-se aos 12 principais centros urbanos do país, que se distinguem por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta. O conjunto foi dividido em três subníveis, segundo a extensão territorial e a intensidade dessas relações:

- a) GRANDE METRÓPOLE NACIONAL – São Paulo, o maior conjunto urbano do País, com 19,5 milhões de habitantes, em 2007, e alocado no primeiro nível da gestão territorial;
- b) METRÓPOLE NACIONAL – Rio de Janeiro e Brasília, com população de 11,8 milhões e 3,2 milhões em 2007, respectivamente. Também estão no primeiro nível da gestão territorial e, juntamente com São Paulo, constituem foco para centros localizados em todo o país;
- c) METRÓPOLE – Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre, com população variando de 1,6 (Manaus) a 5,1 milhões (Belo Horizonte), que constituem o segundo nível da gestão territorial. Note-se que Manaus e Goiânia, embora estejam no terceiro nível da gestão territorial, têm porte e projeção nacional que lhes garantem a inclusão nesse conjunto.

2. CAPITAL REGIONAL – integram este nível 70 centros que, como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios. Como o anterior, esse nível também tem três subdivisões. O primeiro grupo inclui as capitais estaduais não classificadas no nível metropolitano e Campinas. O segundo e o terceiro, além da diferenciação de porte, têm padrão de localização regionalizado, com o segundo mais presente no Centro-Sul, e o terceiro nas demais regiões do País.

Os grupos das Capitais regionais são os seguintes:

- a) Capital regional A – constituído por 11 cidades, com medianas de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos;
- b) Capital regional B – constituído por 20 cidades, com medianas de 435 mil habitantes e 406 relacionamentos;
- c) Capital regional C – constituído por 39 cidades com medianas de 250 mil habitantes e 162 relacionamentos.

3. CENTRO SUB-REGIONAL – integram esse nível 169 centros, com atividades de gestão menos complexas, predominantemente entre os níveis 4 e 5 da gestão territorial; têm área de atuação mais reduzida e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais. Com presença mais adensada nas áreas de maior ocupação do Nordeste e do Centro-Sul, e mais esparsa nos espaços menos densamente povoados das Regiões Norte e Centro-Oeste, estão também subdivididos em grupos, a saber:

- (a) Centro sub-regional A – constituído por 85 cidades, com medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos;
- (b) Centro sub-regional B – constituído por 79 cidades, com medianas de 71 mil habitantes e 71 relacionamentos.

4. CENTRO DE ZONA – nível formado por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares. Subdivide-se em:

- (a) Centro de zona A – 192 cidades, com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos. Predominam os níveis 5 e 6 da gestão territorial (94 e 72 cidades, respectivamente), com nove cidades no quarto nível e 16 não classificadas como centros de gestão;
- (b) Centro de zona B – 364 cidades, com medianas de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos. A maior parte, 235, não havia sido classificada como centro de gestão territorial, e outras 107 estavam no último nível daquela classificação.

5. CENTRO LOCAL – as demais 4 473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes (mediana de 8.133 habitantes).

Em relação aos elementos da análise, os 802 centros acima do nível 5 abrangem 548 centros de gestão do território e 254 cidades com centralidade identificada com base nos questionários, que foram incluídas no conjunto final. Dessas 254 cidades, a maior parte está classificada como Centro de Zona. Mas, três centros – Bragança (PA), Tapipoca (CE) e Afogados da Ingazeira (PE) –, exercem o papel de Centro Sub-regional em sua região.

Ainda pode ser constatado nos estudos do REGIC que a distribuição dos níveis hierárquicos no território se apresenta de forma desigual, por confrontar áreas que contam com uma rede urbana estruturada — com a presença de níveis encaixados e situados a intervalos regulares —, e áreas onde há ausência de alguns níveis hierárquicos intermediários. De acordo com estudo citado, as regiões inseridas no Centro-Sul do país são exemplos do primeiro caso, pois contam com significativo número de metrópoles, capitais regionais e centros sub-regionais, com grande articulação entre si.

As regiões Norte e Nordeste, sendo Vitória da Conquista inserida no universo específico deste estudo, caracterizam a segunda situação, considerando que essa região apresenta níveis hierárquicos difusos. Na região Nordeste, por exemplo, as capitais tradicionalmente concentram a oferta de equipamentos e serviços, verificando-se poucas as opções de centros de nível intermediário. Ainda assim, embora em menor quantidade, tais centros são considerados tradicionais e desempenham intensa polarização em suas áreas, a exemplo de Campina Grande, Petrolina – Juazeiro, Juazeiro do Norte – Crato – Barbalha e Mossoró, Feira de Santana, Vitória da Conquista, bem como Ilhéus-Itabuna.

Quanto às cidades baianas, estas se encontram assim distribuídas. O estado da Bahia, assim, conforme metodologia do REGIC 2007 apresentou, além do nível de metrópole, centros urbanos ocupando sete níveis hierárquicos, à exceção somente da Capital Regional A, como pode ser observado no Quadro 6.

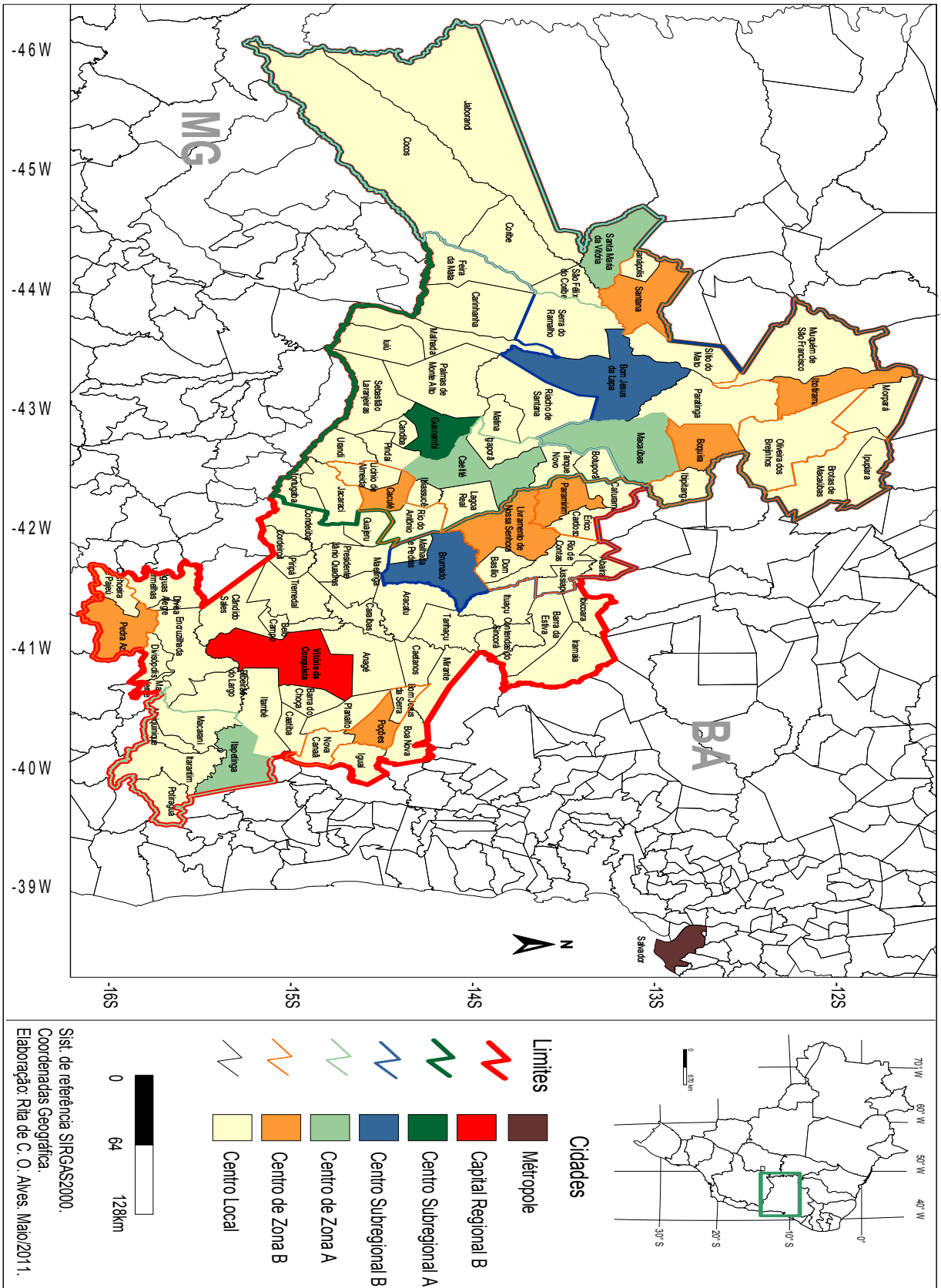
Quadro 8 – Rede urbana da Bahia, conforme REGIC - 2008

Hierarquização		Municípios
Metrópole		Salvador
Capitais Regionais	Capital Regional A	
	Capital Regional B	Feira de Santana, Ilhéus-Itabuna e Vitória da Conquista
	Capital Regional C	Juazeiro e Barreiras
Centros Sub-regionais	Centros Sub-regionais A	Guanambi, Irecê, Jacobina, Jequié, Paulo Afonso, Santo Antônio de Jesus e Teixeira de Freitas
	Centros Sub-regionais B	Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa, Brumado, Cruz das Almas, Eunápolis, Itaberaba, Ribeira do Pombal, Senhor do Bonfim e Valença
Centros de Zona	Centros de Zona A	Caetitê, Camacan, Conceição do Coité, Ipiaú, Itapetinga, Macaúbas, Porto Seguro, Santa Maria da Vitória, Seabra, Serrinha e Xique-Xique
	Centros de Zona B	Amargosa, Barra, Boquira, Caculé, Capim Grosso, Cícero Dantas, Euclides da Cunha, Gandu, Ibicarai, Ibotirama, Jaguaquara, Livramento de Nossa Senhora, Nazaré. Paramirim, Poções, Riachão do Jacuipe, Rio Real, Santana, Serra Dourada e Valente.
Centros Locais		167 cidades

Fonte: IBGE, 2008 – dados organizados pela autora

Para analisar o significado regional de Vitória da Conquista, ou seja, a relação cidade/região considerou-se também a utilização dos estudos do REGIC, partindo-se da identificação das áreas de influência desta cidade. Vitória da Conquista, classificada no estudo do REGIC (2008) como Capital Regional – categoria B é o terceiro maior município em população do Estado da Bahia. De acordo com os estudos do REGIC, Vitória da Conquista exerce uma influência regional que transcende o Estado da Bahia, a exemplo das cidades de Pedra Azul e Cachoeira do Pajeú, localizadas no Estado de Minas Gérias, conforme pode ser observado no Mapa 3.

Mapa 3 – Região de Influência de Vitória da Conquista – REGIC – 2008



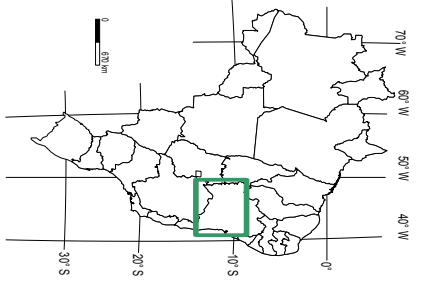
-46 W
-45 W
-44 W
-43 W
-42 W
-41 W
-40 W
-39 W

-165
-155
-145
-135
-125

MG

BA

Salvador



Fonte: IBGE, 2012. Elaboração própria

Demonstra-se, por meio do Mapa 3, a relação deste município com os seus municípios hierarquicamente subordinados., a exemplo de dois Centros Sub-regionais – Jequié e Guanambi, um Centro Sub regional – Itapetinga, além dos Centros de Zona e dos Centros Locais – estes últimos em maior quantidade. Neste sentido, verifica-se a influência que Vitória da Conquista exerce em um grande número de cidades menores, ratificando assim, características constatadas nos estudos do REGIC, quando cita que:

A Região Nordeste, por sua vez, apresenta duas dinâmicas distintas, uma do interior, outra do litoral, especificamente das capitais, tanto para o comércio como para os serviços. A rede urbana dessa região é fortemente comandada pelas capitais dos estados, apoiada em poucos centros no interior, como os de Campina Grande (PB), Juazeiro-Petrolina (BA-PE), Caruaru (PE), Mossoró (RN), Juazeiro do Norte-Crato-Barbalho (CE), Feira de Santana, Ilhéus-Itabuna e Vitória da Conquista (BA). (REGIC, 2008, p. 143).

Após estudo realizado pelo REGIC, destaque-se aqui o papel das Instituições Financeiras neste município frente à sua região de influência. Conforme a dimensão da estrutura produtiva presente nos centros urbanos há a necessidade de intermediação financeira, que possibilite o desempenho das suas atividades, seja em termos de oferta de serviços e de qualidade, seja em termos de infra-estrutura de comunicação e informação. Ademais, torna-se imperativo ainda nestes espaços, a presença de mão de obra especializada e consistente estrutura institucional e jurídica, a fim de que seja constatada, uma envergadura capaz de desenvolver a estão econômico-financeiro e política nestes espaços.

Vitória da Conquista encontra-se categorizada no quinto nível – na escala de 1 a 8 – de classificação de centralidade exercida pelas cidades no que se refere à atividade de intermediação financeira. Ou seja, esta Capital Regional conta com a instalação da maior parte dos bancos nacionais, conforme expressa o REGIC, em pesquisa realizada em 2008.

No quinto nível, os centros contam com a maior parte dos bancos nacionais, mas são poucos os casos em que alguma outra instituição ali se localiza. Integram este conjunto centros tradicionais, esparsos no Nordeste, a exemplo de Campina Grande, Juazeiro do Norte-Crato-Barbalha, Imperatriz, Petrolina-Juazeiro, Feira de Santana, Ilhéus-Itabuna, Vitória da Conquista... (REGIC, 2008).

Para efeito de compreensão acerca da importância das instituições financeiras junto aos ambientes em que atuam, considere-se ainda, o poder que estas possuem em dinamizar o ambiente produtivo, ao atuarem em espaços competitivos. Neste sentido, tais instituições são pioneiras na adoção de estratégias proativas em termos de inovação, seja no produto, seja tecnológica, imprimindo assim modernas práticas de gestão, conforme assevera Alves et al (2012, p. 18).

Tais práticas influenciam sobremaneira os demais ambientes produtivos, de tal forma que, atualmente, estas são amplamente difundidas, e pesquisas são realizadas com frequência para identificar as melhores práticas de gestão, às quais podem ser seguidas por outros ambientes organizacionais. Exemplifique-se estudo realizado em 2011, cuja denominação é EMPREENDEDOR DO CONHECIMENTO: Um Estudo Em Instituições Bancárias de Vitória da Conquista – BA. O objetivo foi identificar a correlação entre as práticas de gestão do conhecimento e empreendedorismo junto às instituições bancárias de Vitória da Conquista. Os resultados indicam estas instituições aplicam de forma bem sucedida ambas ferramentas de gestão – empreendedorismo e gestão do conhecimento.

Nesta direção, de acordo com Alves et al (2012, p.18), Vitória da Conquista conta com uma significativa rede bancária, considerando que esta dispõe de bancos públicos, privados e estrangeiros em seu território. Ou seja, são dezessete agências bancárias localizadas na cidade, representadas pelo Banco do Brasil (4 agências), Banco Bradesco (4 agências), Banco Caixa Econômica Federal (4 agências), Banco Itaú (2 agências), Banco do Nordeste do Brasil (1 agência), Banco Santander (1 agência) e Banco Mercantil (1 agência), além de outros componentes dos sistema financeiro, conforme cita autora.

Tal rede bancária (em Vitória da Conquista) é complementada por outros componentes do sistema financeiro, destacando-se, sobretudo, os estabelecimentos de crédito, as seguradoras, as corretoras e as operadoras de cartões de crédito, além de casa de câmbio. A estruturação do sistema financeiro, assim, proporciona a realização de diversos fluxos de capital, assim como colabora no processo de financeirização da sociedade (ALVES et al, 2012, p. 19).

Acrescente-se ainda que, na composição do sistema financeiro, Vitória da Conquista dispõe também de outros componentes intermediários do sistema financeiro, a exemplo de casas lotéricas e bancos postais, corretoras e seguradoras, localizadas nas Agências de Correios. Toda essa estrutura que compõe o sistema financeiro conquistense favorece à realização de diversos fluxos de capital, assim como colabora com o processo de financeirização da sua região de influência. Estes fatores, conjuntamente, beneficiam os processos de aceleração da urbanização, da ampliação da esfera demográfica e dos processos de reestruturação funcional modificados pelos agentes econômicos.

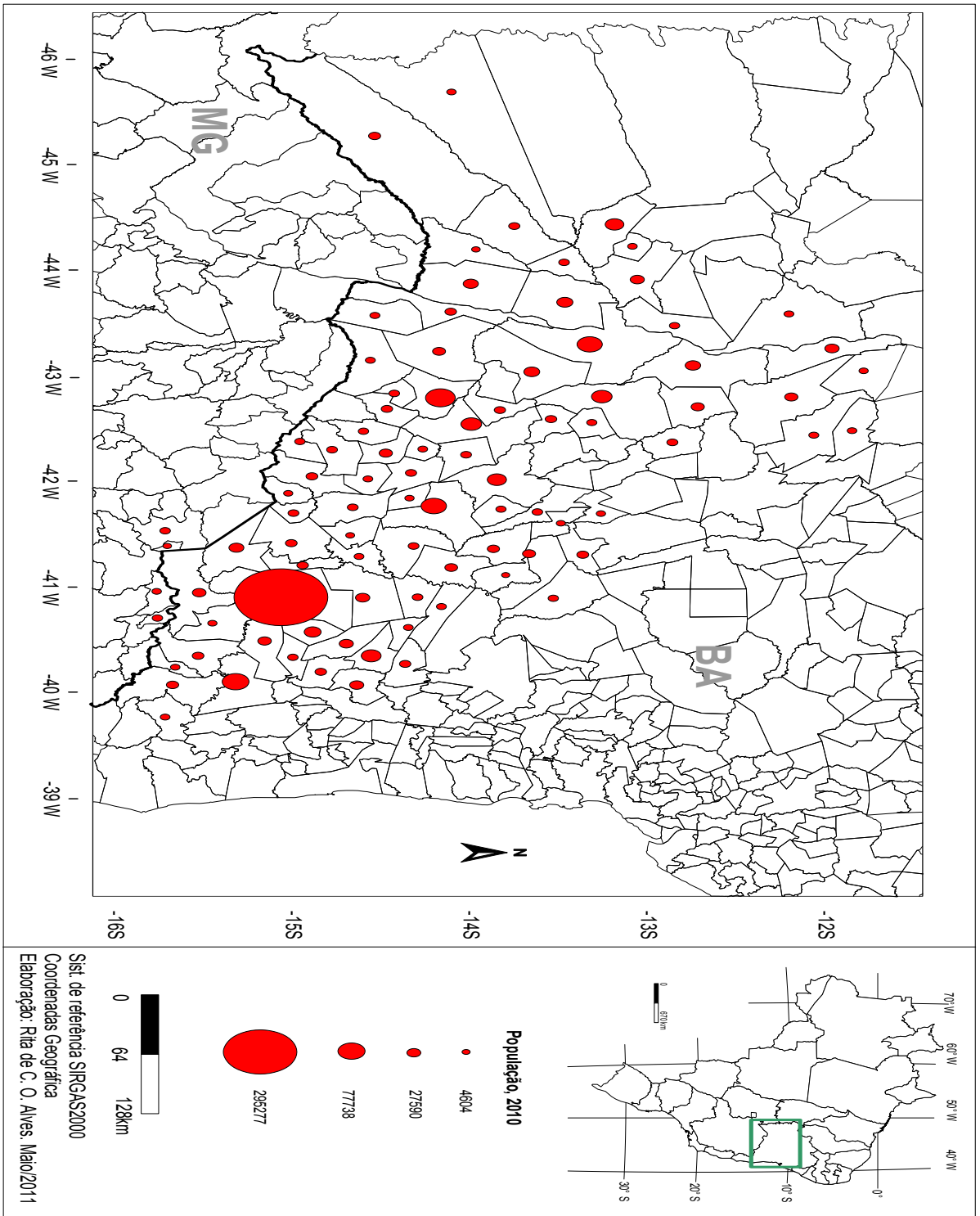
O REGIC buscou investigar também aspectos relacionados a equipamentos e serviços, comércio e serviços, saúde, educação, conexões aéreas, dentre outros. Os resultados apresentados abrangem a totalidade do território nacional, de forma genérica, não tendo sido possível identificar as especificidades dos resultados destes critérios em relação a Vitória da Conquista. Entretanto, o estudo apresenta conclusões contundentes acerca do grau de hierarquia em que Vitória da Conquista se encontra, seja em relação às cidades a esta subordinada, seja na relação desta cidade com os centros mais avançados.

Em relação à população da sua região de influência, é possível afirmar que, devido à abrangência que este estudo estabelece, em termos de cobertura por parte do município de Vitória da Conquista, este polariza, aproximadamente, 2.000.000 de habitantes no entorno da sua região.

O Mapa 4 permite visualizar claramente a influência que Vitória da Conquista exerce sobre sua região, ao se observar a população dos demais municípios localizados no seu entorno. Ante o contingente populacional que este município concentra, se comparado aos demais próximos, pode-se inferir que há em Vitória da Conquista uma concentração de equipamentos urbanos e infra-estrutura proporcionalmente mais ampliada, cujo objetivo é atender seu território regional e seu espaço intra-urbano. É fato que está praticamente vencida a concepção de que o tamanho populacional seja capaz de, isoladamente, determinar o grau de

influência de uma cidade. No entanto, é fato também que este critério revela-se essencial no estabelecimento de políticas públicas que visem atender cada vez mais às necessidades e anseios de contingentes populacionais maiores

Mapa 4 – População da Região de Influência de Vitória da Conquista.



Fonte: IBGE, 2013

4.3 AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS – UM ESBOÇO PRELIMINAR DE REGIONALIZAÇÃO

Em abril de 1973, o Governo Estadual lança o Projeto de Regionalização Administrativa para o Estado, cujo propósito foi analisar a divisão em regiões urbanas, considerando estudos já realizados por Milton Santos, em 1958, conforme enfatiza Souza (2008, p. 71). Tratava-se de um projeto pioneiro que considerou essencialmente a ligação do Estado da Bahia a outras regiões do país, por meio da implantação de uma rede rodoviária de caráter nacional (BR-116). Cidades como Vitória da Conquista, Jequié, Feira de Santana, Ilhéus-Itabuna, desta forma, que passaram a comerciar diretamente e de maneira mais intensa com as metrópoles nacionais, sem a intermediação de Salvador foram objetos de intensas análises. Identificou-se a redução da importância da capital baiana enquanto região de influência destas cidades, adicionando-se ainda que as mesmas passaram a apresentar sinais de dinamismo a partir da influência de determinadas atividades econômicas, evidenciando, desta forma, o papel intermediário que as mesmas já exerciam.

O governo estadual buscou assim, avançar nos estudos que possibilitassem verificar quais cidades desempenhavam a função de centros regionais. Para tanto, buscou-se identificar o grau de centralidade e caracterização das regiões de influência das cidades de maior porte da Bahia. A metodologia utilizada consistiu na elaboração de um mapa das regiões naturais do Estado, para identificar o maior número possível de unidades físicas homogêneas, as quais somaram 37 regiões. Em seguida, elaborou-se um mapa do Brasil, onde constavam as principais cidades exteriores ao Estado que exerciam influência sobre o território baiano. O passo posterior consistiu na análise da orientação dos fluxos existentes no interior do Estado, sendo utilizado, para tanto, dados do fluxo de comercialização agrícola e do movimento de passageiros. Identificou-se como terminais interioranos importantes, as cidades de Feira de Santana, Itabuna-Ilhéus, Vitória da Conquista, Jequié, Senhor do Bonfim e Cícero Dantas. Ademais, as distâncias entre os centros e o estado de conservação das estradas e aeroportos foram levadas em consideração na definição da funcionalidade das regiões.

Uma vez realizada a correlação cartográfica dos dados utilizados, criou-se, assim, a regionalização administrativa. Para definir os limites e o contingente

populacional que cada região administrativa deveria ter, foram selecionados quatro estudos de regionalização já existentes, a saber: Zonas de Influência Urbana (Milton Santos, 1958); Regiões Administrativas da Bahia (Lei 2.321 de 11.04.1966); Centralidade (IBGE, 1958) e Regiões Funcionais Urbanas (IBGE, 1972). Este último foi mais intensamente utilizado, em função da sua hierarquização. Os critérios que embasaram o projeto de regionalização pautaram-se nos seguintes aspectos:

- a) Funcionalidade sobre o espaço;
- b) Perspectivas de desenvolvimento;
- c) Viabilidade do transporte interno;
- d) Dinamismo econômico dos centros;
- e) Importância dos centros e dos subcentros regionais de acordo com a política administrativa definida pelas diversas Secretarias do Estado;
- f) Adequação de acomodação dos sistemas administrativos vigentes
- g) Percepção das regiões econômicas, teoricamente viáveis para a execução de programas de desenvolvimento.

Desta forma, esta foi a primeira iniciativa do estado em compreender e institucionalizar as regiões de influência identificadas na Bahia, categorizando 17 Centros e seus respectivos Subcentros, conforme pode ser observado no quadro abaixo. O pioneirismo neste estudo possibilitou o estabelecimento de um ponto de partida para o aprofundamento de estudos que viriam a se consolidar posteriormente, acerca das regiões de influência do estado da Bahia.

Quadro 9 – Centros e Subcentros Regionais - 1973

Região	Centro	Subcentro
01	Barreiras	-
02	Santa Maria da Vitória	Bom Jesus da Lapa
03	Irecê	Barra, Xique-xique
04	Caetité	Guanambi, Caculé
05	Juazeiro	Senhor do Bonfim, Remanso
06	Jacobina	Miguel Calmon
07	Itaberaba	Ibotirama, Seabra
08	Vitória da Conquista	Brumado, Poções, Când. Sales
09	Paulo Afonso	Jeremoabo
10	Serrinha	Euclides da Cunha
11	Feira de Santana	-
12	Jequié	Ipiaú, Jaquara

13	Itapetinga	-
14	Alagoinhas	Esplanada, Cícero Dantas
15	Salvador	Valença
16	Itabuna/Ilhéus	Canavieiras, Camacan
17	Itamaraju	Medeiros Neto, Itanhém

Fonte: Bahia, 1973

Nota-se que Vitória da Conquista, já nesta época, foi categorizada como Centro Regional, tendo como Subcentros os municípios de Brumado, Poções e Cândido Sales. Considera-se relevante o caráter desta regionalização, tendo em vista a iniciativa pioneira do poder público estadual em direção às políticas públicas nesta direção. O aspecto excessivamente funcionalista deste processo de regionalização, entretanto, foi útil apenas para direcionar seu foco à descentralização dos serviços públicos, até então, sob a responsabilidade do Estado. Foi, inclusive, em decorrência deste processo de regionalização, que surgiram as Diretorias Regionais de Saúde (DIRES), Diretorias Regionais de Educação (DIRECs) e das Circunscrições Regionais do Trânsito (CIRETRANS), as quais funcionam dentro da mesma configuração até os dias atuais. Os aspectos referentes ao desenvolvimento socioeconômico ou desequilíbrios regionais ainda eram tratados de forma incipiente e não eram considerados pelas políticas públicas do estado.

4.4 AS REGIÕES ECONÔMICAS

A criação de Regiões econômicas caracterizou-se como importante instrumento utilizado pelo poder público, de forma a dinamizar o território estadual, por meio de políticas destinadas à modernização das suas áreas produtivas. Este processo de regionalização surge a partir das idéias neoliberais inseridas no Brasil nos anos 1990, cujo caráter seria inserir a economia baiana no contexto da globalização.

Neste cenário de economia globalizada o ideário neoliberal difunde a premissa de que a máquina estatal é improdutiva e ineficiente, de forma que não consegue alavancar uma economia estagnada como a que ocorria no estado da Bahia. Verificando-se um desenvolvimento econômico concentrado na Região Metropolitana de Salvador (RMS), o estado buscou, então, a dinamização de outras

regiões do estado, impulsionando-o à criação de regiões econômicas com o objetivo de fortalecer as fronteiras produtivas.

Essa regionalização econômica não surgiu necessariamente, portanto, com o intuito de eliminar as desigualdades sociais presentes na Bahia. Ainda que se defendesse que a regionalização seria uma maneira de promover uma diminuição das disparidades socioeconômicas dentro dos limites estaduais, o que se verifica, na realidade, é uma intencionalidade de seleção dos espaços, em que o próprio estado indicaria onde os investimentos seriam realizados. O capital estatal faria o investimento, portanto, que permitisse essa inserção da econômica no contexto da globalização, não sendo prioritário a utilização do referido capital em investimentos que não gerassem diretamente um retorno econômico, a exemplo da educação, saúde, dentre outros. Desta forma o Estado torna-se um gerenciador e empreendedor destes investimentos.

Tal regionalização intensificaria o papel do Estado em seu território, considerando as realidades econômicas, de forma que o planejamento estatal fomentasse a iniciativa empresarial quanto às melhores potenciais oportunidades. Considerou-se, assim, o contexto socioeconômico presente nas regiões do estado da Bahia, as quais seriam criadas a partir das suas bases produtivas.

Cria-se, assim, 15 regiões econômicas, vinculadas a uma cidade de maior porte que as polarizassem, distintamente. Conforme Souza (2001), tal perfil urbano atuaria como suporte a uma ou mais atividades produtivas, conforme o potencial econômico da região. Foram assim consideradas as características espaciais no processo de modernização da base produtiva e as áreas da fronteira agropecuária, criando-se, desta forma, as Regiões Econômicas da Bahia, conforme abaixo demonstrado no Quadro 2:

Quadro 10 – Regiões Econômicas – Bahia

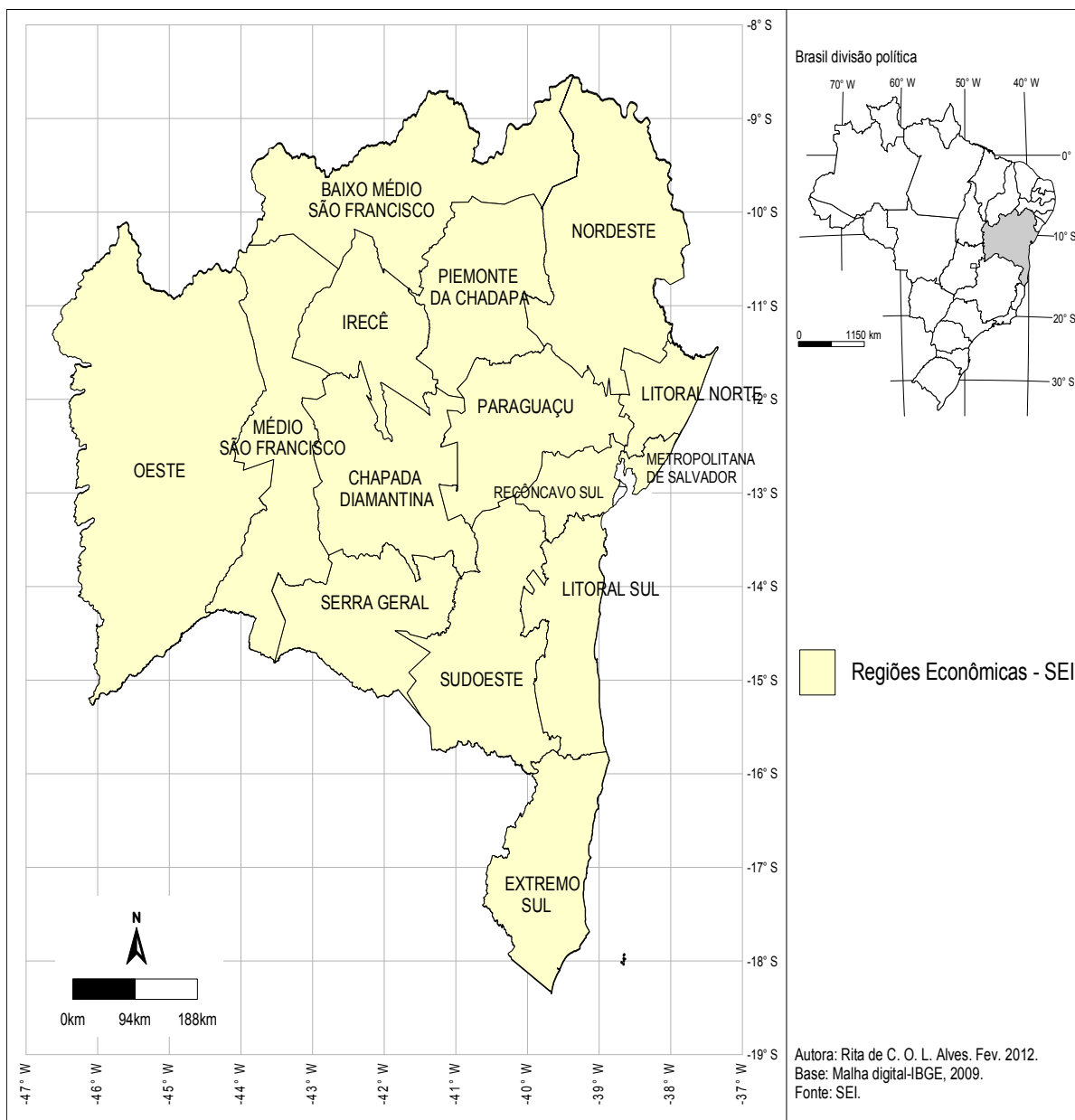
Regiões Econômicas	Cidades-pólo e sub-pólos
Região Metropolitana de Salvador	Salvador/Camaçari
Litoral Norte	Alagoinhas
Recôncavo Sul	Santo Antônio de Jesus/Santo Amaro

Litoral Sul	Ilhéus/Itabuna/Valença
Extremo Sul	Teixeira de Freitas/Eunápolis/Porto Seguro
Nordeste	Paulo Afonso/Serrinha/Ribeira do Pombal
Paraguaçu	Feira de Santana/Itaberaba
Sudoeste	Vitória da Conquista/Itapetinga
Baixo Médio São Francisco	Juazeiro
Piemonte da Diamantina	Jacobina/Senhor do Bonfim
Irecê	Irecê/Xique-Xique
Chapada Diamantina	Seabra/Lençóis
Serra Geral	Brumado/Guanambi/Caetité
Médio São Francisco	Bom Jesus da Lapa/Ibotirama/Boquira
Oeste	Barreiras/Santa Maria da Vitória

Fonte: SEI (2012)

Ante o exposto, de acordo com Souza (2008, p. 86), a divisão do Estado da Bahia em regiões econômicas funcionou basicamente como forma de delimitação das áreas que receberiam os maiores investimentos em termos econômicos. Embora a maioria das denominações regionais referirem-se a características naturais ou a formas de relevo e/ou localização, a real motivação era servir como um indicativo de áreas prioritárias para o investimento privado e para a atuação do grande capital nacional e estrangeiro, ao passo que as iniciativas governamentais se restringiriam a limitados investimentos sociais.

Mapa 5 – Regiões Econômicas da Bahia



Fonte: SEI, 2012, elaborado pela autora

Por meio do Mapa 5, é possível visualizar suas delimitações territoriais. Para compreender suas dinâmicas de funcionamento, no entanto, essencial torna-se analisar seus processos de desenvolvimento, tendo como foco suas principais atividades econômicas e seus principais pólos de investimento e desenvolvimento.

Quadro 11 – Principais características das Regiões Econômicas do Estado da Bahia

Regiões	Principais características
1. Metropolitana de Salvador	A Região Metropolitana de Salvador, polarizada por sua capital, é a concentração urbana mais importante do Estado da Bahia, reunindo população e atividades secundárias e terciárias de porte, com correspondente rede de infraestrutura.
2. Extremo Sul	Polarizada por Eunápolis, concentra a produção de celulose do Estado
3. Paraguaçu	Polarizada por Feira de Santana, histórico e importante entreposto comercial de “boca do sertão”, também agrega produção industrial e boa rede de infra-estrutura.
4. Oeste	Polarizada por Barreiras, a região é a principal produtora de grãos da Bahia.
5. Serra Geral	Polarizada por Guanambi, é a região menos urbanizada da Bahia. Mineração e produção de algodão são suas principais atividades econômicas.
6. Litoral Norte	Polarizada por Alagoinhas, a região conta com uma base produtiva agrícola e industrial diversificada. Crescimento do turismo no litoral.
7. Sudoeste	Polarizada por Vitória da Conquista, conta com outros centros urbanos importantes, com atividades vinculadas à pecuária, à cafeicultura e a atividades secundárias e terciárias.
8. Litoral Sul	Polarizada pela aglomeração Ilhéus-Itabuna, a região baseia-se na cultura do cacau, na pecuária e em incipiente industrialização.
9. Piemonte da Diamantina	Polarizada pela cidade de Senhor do Bonfim, é uma das regiões mais pobres e menos urbanas da Bahia. Sobressaem atividades de mineração e pecuária.
10. Médio São Francisco	Polarizada por Bom Jesus da Lapa, apresenta crescente atividade de agricultura de perímetros irrigados – sobretudo frutas – e agroindústrias.
11. Baixo Médio São Francisco	Polarizada por Juazeiro, caracteriza-se por agricultura irrigada – sobretudo frutas –, comércio e serviços.

12. Nordeste	Polarizada por Paulo Afonso, a região se baseia em atividades agropecuárias e produção de energia elétrica.
13. Irecê	Polarizada por Irecê, a região é a maior produtora de feijão do Estado.
14. Chapada Diamantina	Polarizada por Seabra, a região tem como principais atividades a mineração e o turismo.
15. Recôncavo Sul	Polarizada por Santo Antonio e Jesus, a região concentra a mais antiga rede urbana do Estado, com diversas cidades oriunda do cultivo da cana e do fumo.

Fonte: Alcoforado (2003); Porto (2007)

A Região Metropolitana de Salvador (RMS) constitui-se na mais desenvolvida do estado da Bahia, sendo adensada pela presença de suporte comercial e de serviços, sobretudo em Salvador, a qual possui uma infra-estrutura diferenciada em relação às demais regiões da Bahia. A região possui elevado potencial de investimentos da indústria baiana, em função da representatividade do setor petroquímico e do novo setor de expansão meta-mecânico. Concentra investimentos no setor petroquímico, expandindo-se ainda para a área de alimentos, têxtil e construção civil.

Já a Região Extremo Sul - segunda região de maior atração de investimentos do estado - concentra a produção de celulose do estado. Beneficiando-se da montagem de nova infra-estrutura para viabilizar a produção de celulose e o desenvolvimento do turismo, conta ainda com investimentos de implantação de derivados da fruticultura, vinculados ao setor mineral e ao segmento meta-mecânico. Tem a pecuária bovina como atividade dominante, seguida de cultivo de mamão, cacau, café, coco-da-baia, abacaxi, melancia, mandioca e eucalipto. A cidade de Teixeira de Freitas é seu município mais desenvolvido.

A Região Paraguaçu tem Feira de Santana como seu município mais desenvolvido, a qual se constitui na segunda maior concentração urbana do estado. Conta com importante centro industrial (Subaí) e com boa infra-estrutura. Os principais suportes econômicos dessa região são, o comércio, os serviços e a indústria de transformação.

A Região Oeste, por sua vez, tem em Barreiras é seu principal município. É a principal região produtora de grãos da Bahia, além de diversificar suas atividades

rumo a produção de frutas e café. Possui investimentos direcionados para o segmento alimentar, onde grande parte destes são direcionados para cadeia de produção de grãos e carnes e, o restante refere-se à produção de pescado devido ao rico manancial hidrográfico local. É considerada a região mais moderna e desenvolvida da Bahia em termos agrícolas.

A Região Serra Geral é a menos urbanizada do estado, tendo a cidade de Guanambi como principal pólo de desenvolvimento. Sua agricultura baseia-se do algodão e sua principal atividade é a mineração. Tendo como pólos a de exploração, magnesita em Brumado, garimpos de ametista em Caetité e Lecínio de Almeida, extração de urânio em Lagoa Real.

A Região Litoral Norte: possui uma base produtiva diversificada, destacando-se a exploração de petróleo e a fruticultura (laranja e coco-da-baia). Suas aglomerações industriais localizam-se em Alagoinhas com o Distrito Industrial de Sauípe, em Pojuca com a Metalúrgica de Ferroligas, em Entre Rios e Mata de São João. Nessa região concentra indústria de laticínio e de fibras de coco. Também nessa região existem atividades de beneficiamento de madeira derivadas do distrito florestas existente na região. Possui investimentos no segmento de bebidas e revestimentos cerâmicos, ambos localizados em Alagoinhas, maior pólo industrial da região.

A Região Sudoeste tem na pecuária em Itapetinga, a cafeicultura com indústria de transformação em Vitória da Conquista e Jequié, comércio e serviços, suas principais atividades econômicas. Apresenta elevado crescimento na produção de carnes devido ao seu expressivo rebanho bovino e ao desenvolvimento da avicultura e suinocultura. Em Jequié se localizam algumas indústrias alimentares e um importante pólo têxtil. Seu principal pólo de investimentos é a cidade de Vitória da Conquista, que se destaca pelo seu importante papel centro regional, industrial, comercial e de serviços.

A Região Litoral Sul, por sua vez, tem como municípios mais representativos Ilhéus e Itabuna. Suas principais atividades produtivas são o cacau e a pecuária bovina. Possui uma base produtiva agrícola bastante diversificada onde se destacam os cultivos de cravo-da-índia, cacau, guaraná, seringueira, pimenta do reino, coco-da-baia, dendê, banana, laranja, café e mandioca. Sua produção industrial concentra-se nas áreas de alimentos, madeira, minerais não metálicos,

além de indústrias eletroeletrônicas, as quais são localizadas em distritos industriais no eixo Itabuna/Ilhéus.

Já a Região Piemonte da Diamantina é uma das mais pobres e com menor grau de urbanização do estado. Os principais investimentos para essa região são para o complexo mineral com exploração de cimento em Campo Formoso e cobre em Jaguari, também tem a mineração e o garimpo de esmeralda. Possui uma importante atividade pecuária com a criação de bovinos, ovinos e caprinos e também destaca-se na produção de sisal.

A Região do Médio São Francisco tem Bom Jesus da Lapa como seu principal pólo de desenvolvimento. Suas principais atividades econômicas são a produção de frutas e hortícolas irrigadas com a mais moderna tecnologia. Possui também uma agroindústria de conservas para exportação. Nessa região vem sendo incorporado um novo modo de exploração econômica aos sistemas produtivos das culturas tradicionais vigentes, orientado para a agroindústria e para a introdução da tecnologia de irrigação na produção de alimentos. As Culturas tradicionais da região são: cana-de-açúcar, mandioca, milho, arroz, feijão e, em especial, a pecuária bovina extensiva.

A Região Baixo Médio São Francisco tem a cidade de Juazeiro como seu principal pólo de desenvolvimento. Suas principais atividades econômicas dizem respeito à agricultura irrigada, ao comércio e aos serviços. Foi a partir da implantação da barragem de Sobradinho que os investimentos de maior porte, baseados em tecnologia moderna, foram atraídos para a região de Juazeiro. Sua base econômica são as culturas tradicionais de cana-de-açúcar, mandioca, milho, feijão, arroz e, em especial, a pecuária bovina extensiva. É a região mais modernizada e diversificada de toda a Bahia na produção de frutas para exportação com base na irrigação.

A Região Nordeste tem em Paulo Afonso o seu principal pólo de desenvolvimento. Sua principal atividade econômica é a agropecuária e a produção de energia elétrica. A Região Irecê tem na cidade de Irecê o seu principal pólo de desenvolvimento. Sua principal atividade econômica é a cultura do feijão de que é maior produtora do estado. Também têm a horticultura e a produção de frutas como atividade.

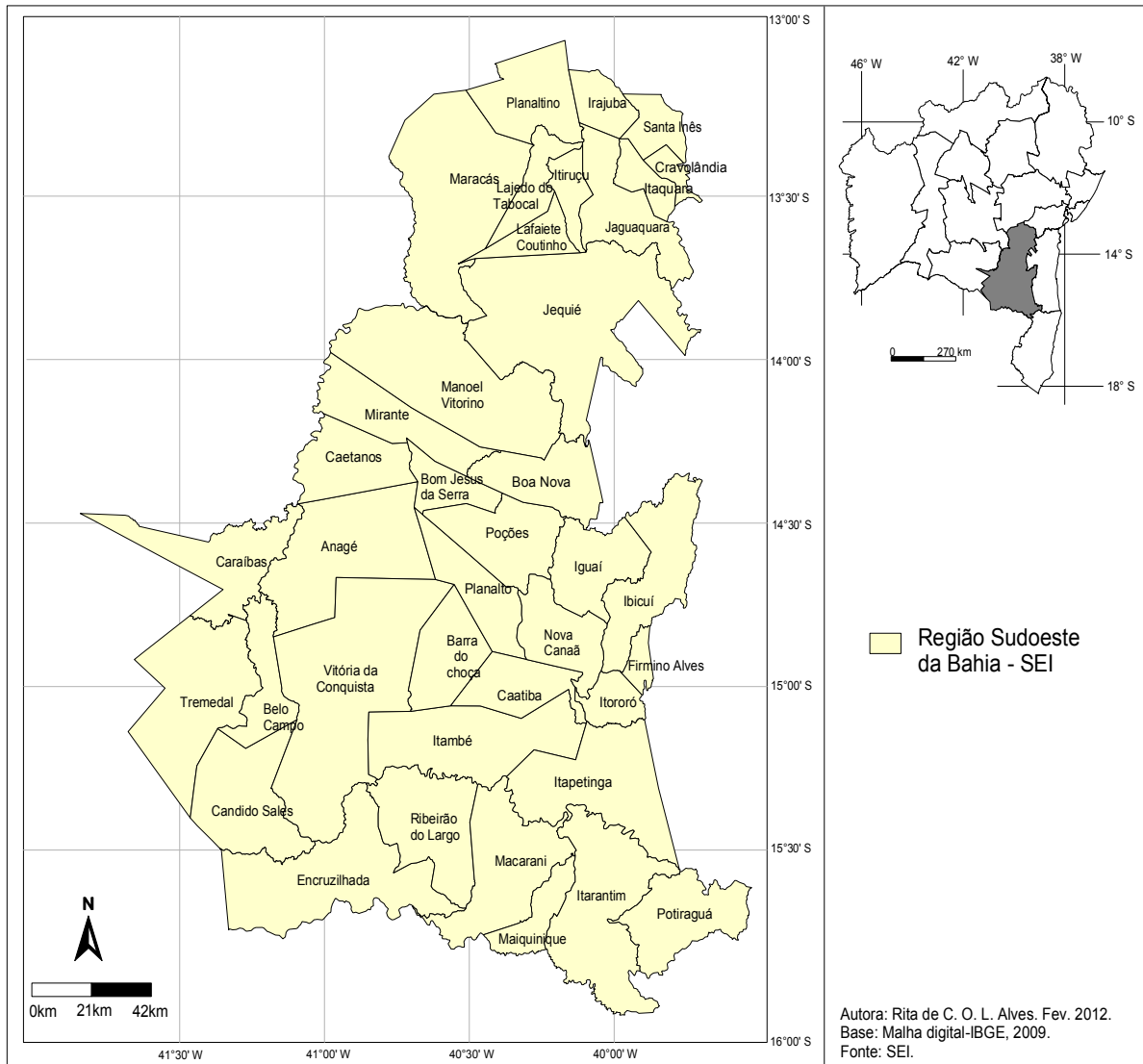
A Região da Chapada Diamantina, cuja cidade de Seabra é seu principal pólo de desenvolvimento e a cidade de Lençóis como pólo potencial, tem como

principal atividade econômica a mineração e o turismo. Por fim, Região Recôncavo Sul: é uma das mais antigas regiões do estado, principal atividade econômica é o turismo. Suas principais cidades são Santo Amaro, Cachoeira, São Félix, Nazaré e Cruz das Almas.

O critério das Regiões Econômicas, enquanto sistema de planejamento pelo governo estadual, foi utilizado até a década de 2000. Após este período o governo da Bahia utiliza outra forma de regionalização, denominada Territórios de Identidade. Ainda assim, tal critério é o mais conhecido e largamente utilizado para análises econômicas, sociais, políticas e ambientais da região. Buscar-se-á, portanto, adentrar mais detalhadamente à realidade e perspectivas da região Sudoeste do estado da Bahia, enquanto objeto de análise deste estudo, como forma de correlacionar seus vínculos de crescimento e desenvolvimento nos âmbitos sociais e econômicos.

“Percorrer” os caminhos da região Sudoeste é mais que descobrir como essa região se constitui, enquanto espaço demográfico, ao qual uma população se insere. É adentrar a um cotidiano de trinta e nove municípios inter-relacionados, imbricados, contíguos e co-parceiros, os quais formam uma realidade muito próxima entre si. Abrange 39 municípios baianos (Mapa 6) e possui uma área de 42.319,6 km², que corresponde a 7,5% do território baiano. Tal regionalização, nas palavras de Santos (2008),

[... é a de maior repercussão entre a sociedade regional. Fica evidente, por exemplo, no emprego da terminologia por instituições públicas e privadas como a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); TV Sudoeste, padarias, lojas, entre outras. SANTOS (2008, p. 37)

Mapa 6 – Municípios da Região Sudoeste da Bahia

4.4.1 A região Sudoeste da Bahia

4.4.1.1 Aspectos físicos

As alterações físicas no meio ambiente global representam um desafio sem precedentes para a humanidade, sobretudo em função da rapidez em que estas se processam e que, por conseguinte, provocarem impactos, nem sempre positivos, nas pessoas. Estas, por sua vez, dependem, dentre outros fatores, de tais aspectos físicos, relacionados ao clima, vegetação, relevo e hidrografia de uma região, para viverem. A região do semiárido brasileiro, impactada por variações físicas nefastas à população, abrange, no Brasil, uma área de 982.563 km² e compreende 1.133

municípios de nove estados, com 82% deles com Índice de Desenvolvimento Humano (IHD) inferior a 0,65. Metade da população não possui renda ou tem como única fonte de rendimento os benefícios governamentais, na sua maioria (59,5%) mulheres.

O Nordeste do Brasil é a região mais afetada por essa realidade, na medida em que estudos sobre os impactos das mudanças físicas indicam que o bioma Caatinga, nesta área localizado, encontra-se entre os mais vulneráveis. O destaque é para a variação climática, que, em função do aumento das temperaturas globais, conduz tal região a um estado de alerta, devido à forte pressão para desertificação na região. De acordo com Santos (2011),

O Nordeste brasileiro é uma região com alta variabilidade climática intrassazonal e interanual em que os efeitos climáticos sobre os recursos hídricos são fatores que influenciam decisivamente no cotidiano das comunidades locais. A maioria da população enfrenta grave problema de acesso e escassez de água e alimentos, repercutindo severamente sobre a saúde das populações, esboçando um cenário de aumento da mortalidade infantil e restrições econômicas, que, paulatinamente reproduzem condições precárias de sobrevivência das comunidades mais carentes. SANTOS, Jémison Mattos dos (2011, p.170)

A Caatinga caracteriza-se como o tipo de vegetação que cobre a maior parte da área com clima semiárido da região Nordeste do Brasil, necessitando, assim, de atenção devido à sua vulnerabilidade às mudanças climáticas globais. A seca, enquanto um dos fatores intrínsecos a essa realidade, tem sido sempre lembrada como causa impeditiva para o desenvolvimento regional. No Semiárido nordestino a principal atividade econômica é a pecuária, sendo a produção agrícola limitada pelas condições climáticas. A pecuária explora principalmente a pastagem nativa e a atividade é marcada pela baixa produtividade e, por ser extrativista, torna-se insustentável.

A agricultura depende diretamente dos fatores ambientais, a exemplo da temperatura, precipitação pluviométrica, radiação solar, umidade relativa, umidade do solo, dentre outros importantes fatores. A ocorrência de variações no clima na região Nordeste gera, assim, conseqüências econômicas, sociais e ambientais nas diversas regiões do país, afetando diretamente sua economia interna. As atividades agrícolas tornam-se cada vez menos viáveis, até a total inviabilidade de culturas que dependam exclusivamente da ocorrência de chuvas. De acordo com Giongo,(2011)

As práticas da agricultura familiar no Nordeste brasileiro, associadas à pecuária, estão sendo apontadas como aceleradoras dos processos de degradação ambiental, em virtude do caráter extrativista e predatório dos recursos naturais. Este fato, aliado à pequena área de unidade de produção, tem resultado em baixos índices produtivos, perdas de renda familiar, inviabilidade econômica da atividade e incremento do êxodo rural. GIONGO, Vanderlise (2011, p. 119).

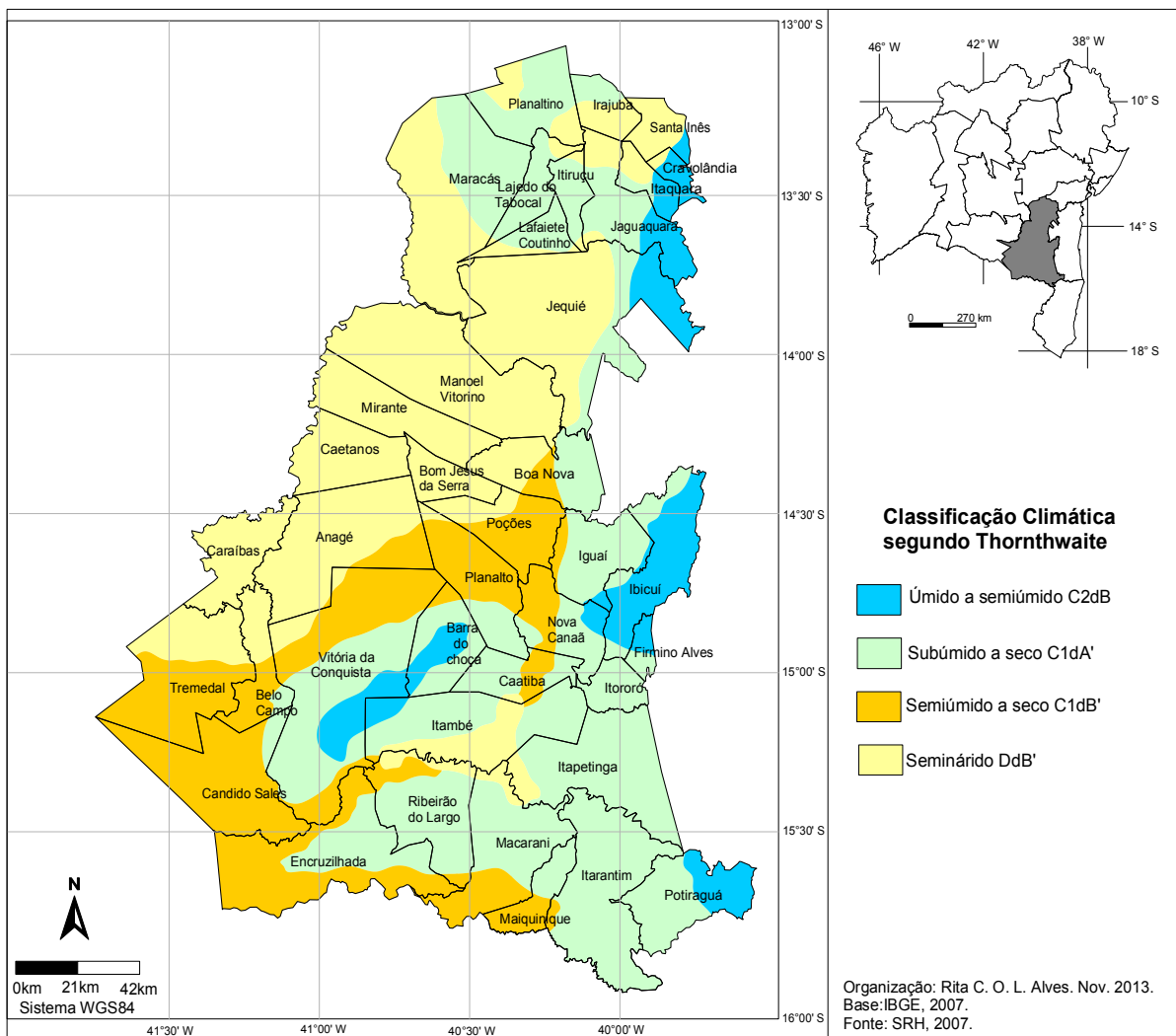
Historicamente, tal condição física intrínseca ao semiárido do Nordeste sempre foi vista como desvantagem regional, enquanto fragilidade ambiental e social. Essa realidade se faz mais presente na Bahia, pois o estado possui quase 70% do seu território localizado no semiárido, caracterizado, em boa parte, pelo alto índice de pobreza e baixa renda, agravada pelas condições físicas desfavoráveis. O estado concentra 40% de todo o semiárido brasileiro, onde vivem 61% da população baiana, o qual soma quase 1,6 milhões de pessoas. Os municípios localizados no semiárido vivenciam as dificuldades de tal realidade, especialmente quanto à economia, saúde e educação, sendo assim recorrente, por parte de seus moradores, o deslocamento aos centros urbanos maiores em busca de atendimento aos serviços básicos. Nos 265 municípios localizados na região do semiárido, com 6,7 milhões de habitantes, é baixo o acesso a serviços básicos, como luz e água, e à educação formal. O isolamento e as condições climáticas afetam a economia do estado na medida em que O PIB (Produto Interno Bruto) do semiárido representa, em 2012, menos 28% do total do Estado. Ademais, a renda per capita média anual dos habitantes locais equivale a 44% da média baiana.

Quanto à região Sudoeste, esta se localiza entre 13° 02' a 16° 00' de Latitude Sul e 39° a 41°49' de Longitude Oeste, abrangendo 39 municípios do estado. As condições físicas (clima, relevo, hidrografia, dentre outros) são reconhecidas como de transição entre a zona da mata, a leste, estando presente ainda o bioma da caatinga em sua grande área central. Com variação climática presente em toda a sua extensão territorial, o clima da região sofre variações, com tendência para o clima árido, que se caracteriza por apresentar temperaturas médias de 23,5°C a 27,1°C. Já o clima semiárido, também presente na região Sudoeste, é caracterizado por temperaturas médias de 20,7°C a 26,8°C. O clima subúmido a seco, por sua vez, apresenta temperaturas médias de 18,8° C a 25,4°C. O clima úmido a subúmido da região apresenta temperaturas médias de 19,4° C a 24,6°C. Por fim, o clima úmido possui temperaturas médias de 18,4°C a 25,3°C. Sua pluviosidade média anual é de 600 a 800mm, com mínimas e máximas próximas a 1.200 mm.

Como pode ser observado no Mapa 7, a existência de distintos geoambientes na região Sudoeste da Bahia, com diferentes tipos de solo e clima, impele, dentre outros fatores, a região a limitadas potencialidades de reexplorações agropecuárias.

Seus municípios, minoritariamente, concentram-se em áreas cujo clima favorece à uma relativa expansão econômica, gerando, ao longo dos anos, um grau de desenvolvimento dessa região inferior ao encontrado em outras regiões da Bahia. A economia é constituída basicamente de pecuária extensiva e agricultura familiar com baixo rendimento, o qual entra em acentuado declive em períodos de seca, causando, com frequência, a falência de lavouras e animais. A falta de água de qualidade traz sede e fome para a vida dos seus moradores, além de problemas sociais, relacionados à saúde e educação.

Mapa 7 – Região Sudoeste – Clima



Quanto ao relevo do sudoeste baiano, este é marcado por altitudes que variam de 600 a 1.000 metros. Os trechos mais elevados encontram-se na Serra do Periperi, no limite norte de Vitória da Conquista. Apresenta ainda altitudes menores, formando degraus, a exemplo do Patamares do Médio Rio de Contas, Pediplano Sertanejo, Pediplano do Alto Rio Pardo situados a oeste e Piemonte Oriental de Vitória da Conquista, Depressão de Itapetinga, Serras e Maciços Pré-Litorâneos situados a leste da região. A região encontra-se entre planaltos, depressões interplanálticas e tabuleiros. Apresenta uma faixa central mais elevada, a qual se estende de norte a sul e é constituída pelas seguintes unidades geomorfológicas: Planalto dos Geraizinhos, Maciço Central, Serras Marginais.

O Planalto dos Geraizinhos faz parte da região dos Planaltos Cimeiros, que abrange relevos desenvolvidos sobre áreas de depósitos continentais cenozóicos, encobrendo ou mascarando as feições estruturais. O Planalto dos Geraizinhos, grande área de relevos aplanados, se distribui no extremo norte e sudoeste da região, e é interceptada ao centro pelo Maciço Central. Encontra-se em altitudes que podem variar de 600 a pouco mais de 1.000 metros, a exemplo da Serra do Periperi, em Vitória da Conquista.

O Maciço Central integra a região do Planalto Soerguido e encontra-se totalmente dentro da região Sudoeste. É a área mais elevada da faixa central, que se situa a noroeste e ao norte, interpondo-se no Planalto Geraizinhos, em altitudes que podem variar de 400 a 800m, podendo ocorrer topos residuais com 1.000 de altitude. A modelagem se apresenta de maneira uniforme e possui vales orientados em várias direções que formam uma intrincada rede. **Já as Serras Marginais agregam-se à** Região do Planalto Soerguido, do Domínio dos Planaltos Cristalinos. Localizam-se imediatamente a leste do Maciço Central e ocupa uma extensa área no sentido longitudinal, com cerca de 180 km. Encontra-se em altitudes que variam entre 600 e 1.000 m, apresentando divisores de água quase sempre alongados e acompanhados da rede de drenagem.

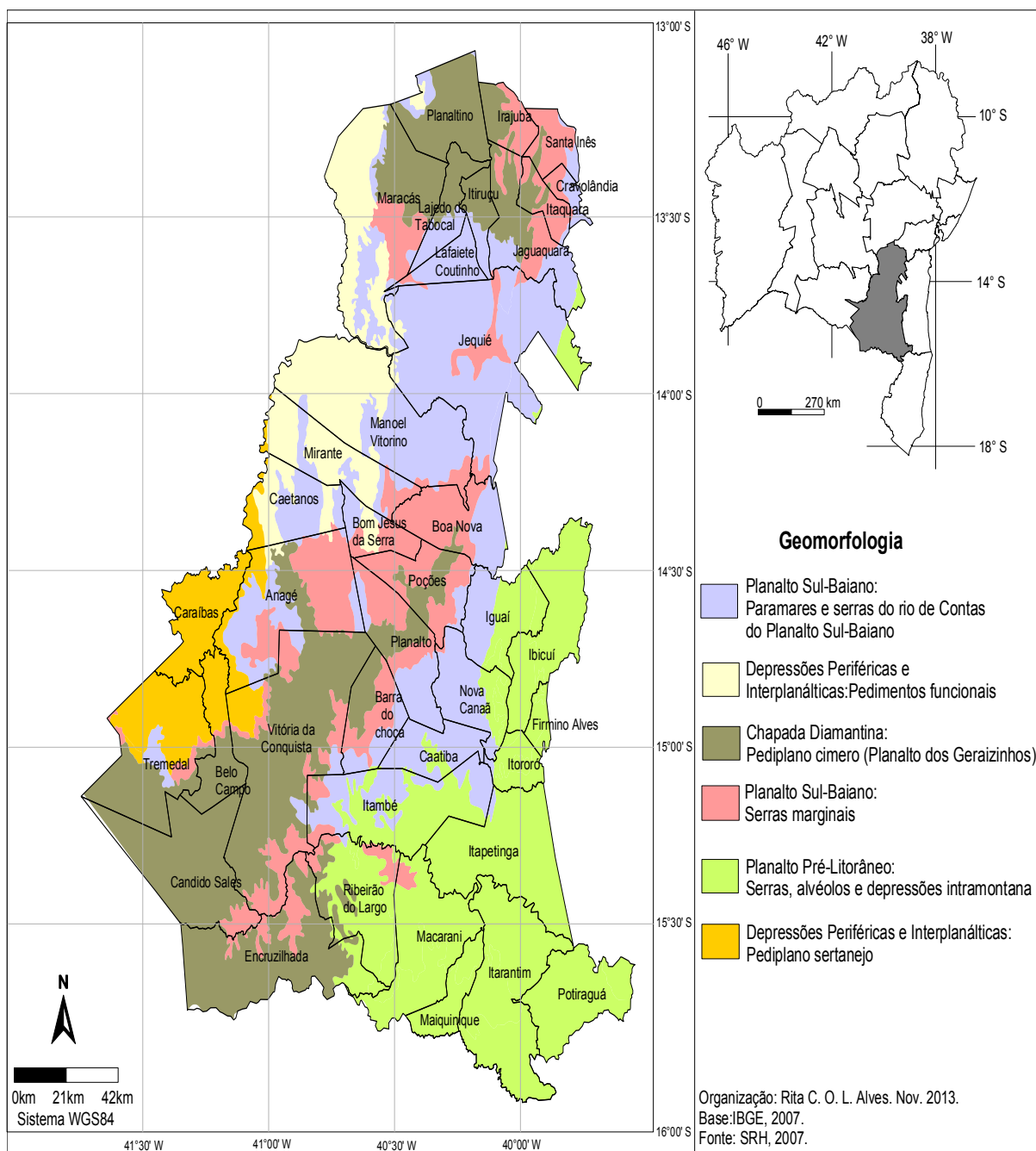
O Patamares do Médio Rio de Contas encontra-se na Região da Depressão Sertaneja no Domínio das Depressões Interplanálticas, e abrange relevos evoluídos sobre rochas altamente metamorfizadas em áreas de escudos cristalinos. Os Patamares do Médio de Contas são duas grandes áreas separadas por uma faixa do Planalto dos Geraizinhos, que apresenta altitude de 400 a 1.000m. Apresenta elevações residuais que podem ultrapassar 1.100m de altitude.

O Pediplano Sertanejo, por sua vez, encontra-se na Região da Depressão Sertaneja no Domínio das Depressões Interplanálticas. Identifica-se com a área do chamado sertão e situa-se a oeste da Região Sudoeste. Constitui-se em uma superfície deprimida, cercada por relevos planálticos. Sua altitude varia entre 240 e 600 m, podendo apresentar pontos mais elevados. **O Pediplano do Alto Rio Pardo** encontra-se na Região da Serra do Espinhaço no Domínio dos Planaltos em Estrutura Dobradas. Constitui uma estreita faixa de relevos elevados e montanhosos. Situa-se a sudoeste da Região Sudoeste, separa o Planalto dos Geraizinhos dos Patamares do Médio Rio de Contas e encontra-se em altitude que variam de 500 a 900 m. Ademais, é composta por pequenos setores de aplainamento formado por afloramento de rochas mais resistentes.

O Piemonte Oriental de Vitória da Conquista encontra-se na Região do Planalto Rejuvenescido do Domínio dos Planaltos Cristalinos, estendendo-se a leste e sudeste do setor dos Planaltos dos Geraizinhos. **A Depressão de Itabuna-Itapetinga** encontra-se na Região da Depressão do Sudoeste baiano no Domínio das Depressões Interplanálticas. Localiza-se a sudeste da Região, caracteriza-se por um modelado de aplanamento integrado por um pediplano bastante dissecado. Corresponde à área rebaixada, com altitudes que variam de 200 a 400m e apresenta serras com 600m. As **Serras e Maciços Pré-litorâneos** encontram-se na região do Planalto Rebaixado, do Domínio dos Planaltos Cristalinos. Encontram-se distribuídos no leste da Região Sudoeste, com altitudes que variam de 100m nos trechos mais rebaixados que são formados por vales originados da acumulação e 800m nos topos residuais.

Como pode ser verificado no Mapa 8, o relevo do semiárido possui especificidades e formas, que foram modeladas durante milhões de anos na história da Terra. O clima característico da região é um componente importante na composição desse processo, o que influencia, sobremaneira, no tipo de relevo da região, próprio do clima semiárido.

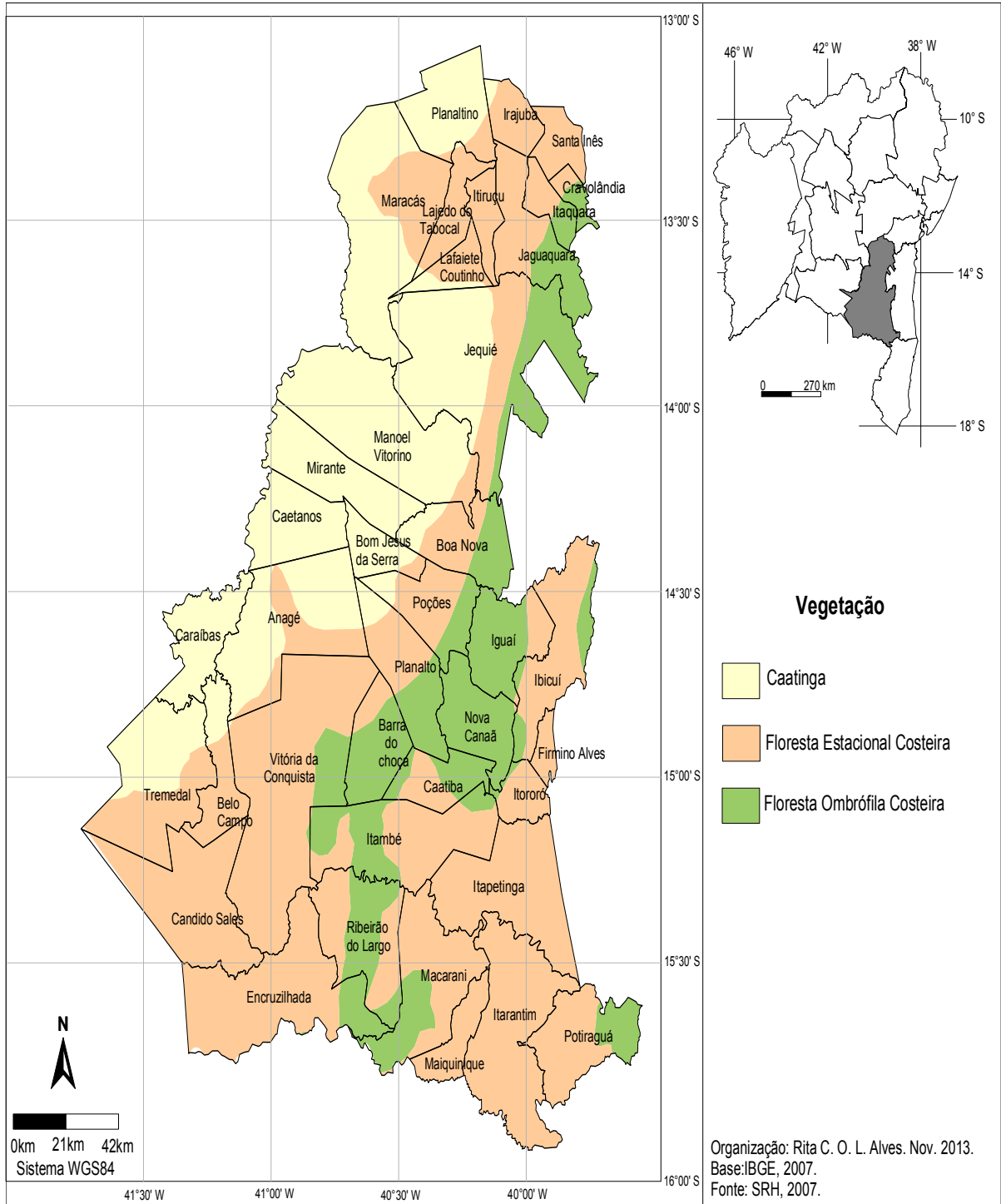
Mapa 8 – Região Sudoeste – Relevo



A vegetação, por sua vez, sofre alterações em toda a região, conforme os tipos climáticos e relevo, apresentando a leste o predomínio de floresta ombrófila densa. Ao oeste apresenta vegetação de caatinga e na zona de transição, floresta estacional decidual e semidecidual. Encontra-se a vegetação bastante descaracterizada, em função da ação antrópica, substituída por culturas, pastagens ou vegetações secundárias. Os remanescentes florestais estão restritos a pequenas

áreas, principalmente nos trechos mais elevados, nas áreas com forte inclinação e alguns fundos de vales.

Mapa 9 – Região Sudoeste - Vegetação



Quanto à hidrografia, ao norte, o Planalto dos Geraizinhos separa as águas do Médio Rio Paraguaçu e do Alto Rio Jequiriçá (que faz parte da bacia do Recôncavo Sul), e este, das do Médio Rio de Contas. Ao Sul, é divisor entre as bacias do Alto e Médio Rio Pardo e a do Médio Rio de Contas e entre a do Alto Rio Pardo e a do Médio Rio Jequitinhonha. Esta unidade, em sua maior extensão, é banhada pelos afluentes da bacia do Rio Pardo e do Rio Jequiriçá (Recôncavo Sul).

O Rio Pardo atravessa a unidade próxima ao centro de sua porção meridional, no limite sul de Cândido Sales, no sentido oeste-leste. O Rio de Contas, nos domínios do Pediplano Sertanejo, avança transversalmente, dividindo praticamente ao meio e drenando a maior parte do Maciço Central, que tem ainda o setor extremo norte drenado pelo Rio Jequiriçá e alguns de seus afluentes, geralmente intermitentes. Certos vales de pequenos afluentes são suspensos, como aqueles correspondentes aos tributários do Rio Jequezinho, posicionado em outro setor da mesma unidade, constituindo um dos melhores exemplos de curso adaptado a falhas.

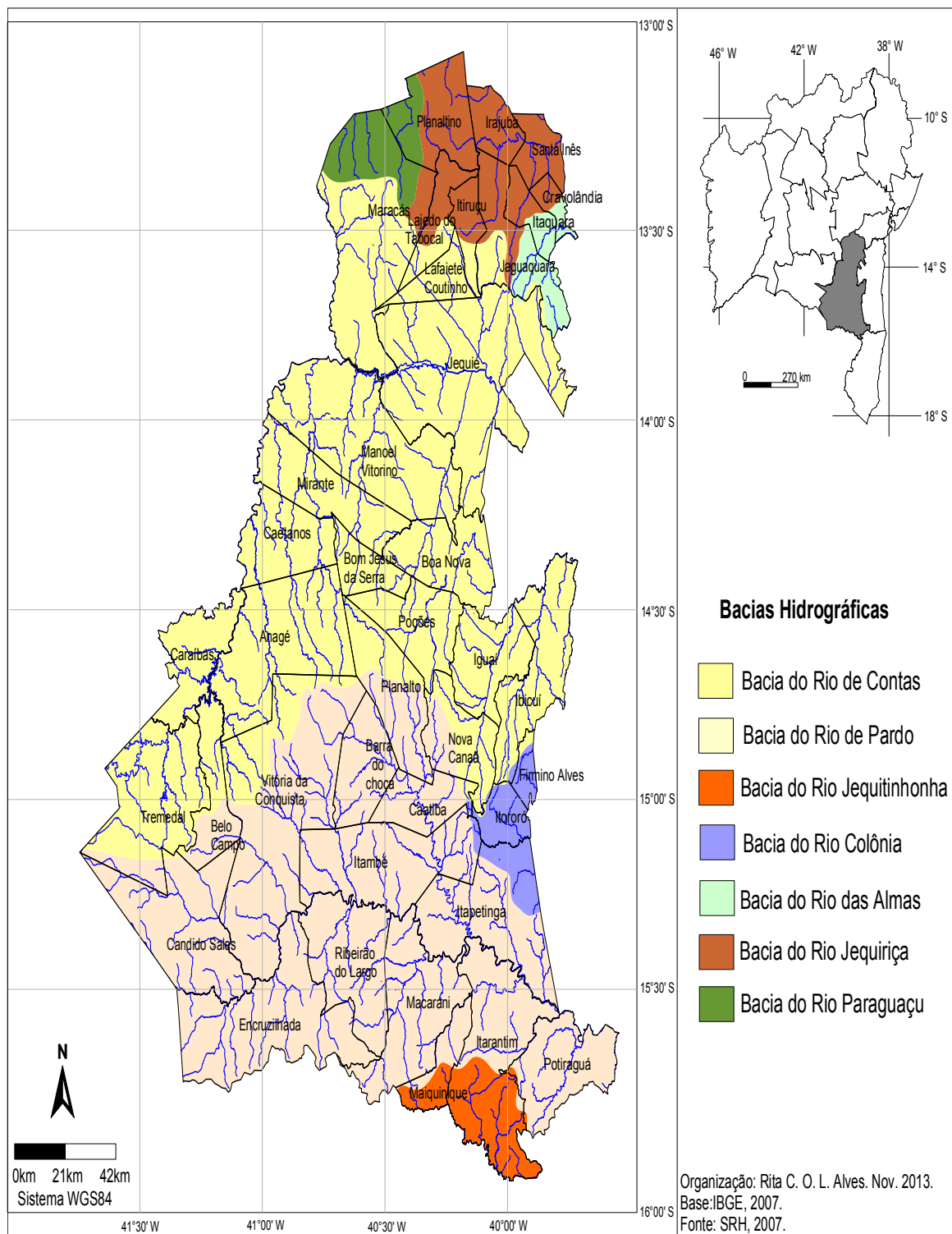
As Serras Marginais são drenadas pelo Rio das Pedras e outros afluentes menores do Rio de Contas, todos intermitentes. Nos Patamares do Médio Rio de Contas a drenagem é realizada pelos afluentes da margem direita do Rio de Contas, com destaque para o Rio Gavião, todos com regime intermitente. O Pediplano Sertanejo é drenado na região Sudoeste, pelo Rio de Contas e, em uma pequena faixa, pelo Riacho Cacha, um afluente do Rio Paraguaçu. O Rio de Contas e seus tributários intermitentes – Rio Jacaré pela margem esquerda e Rio Gavião na margem direita – delimitam a Região a oeste. Apenas o Rio de Contas tem regime permanente.

A drenagem no Pediplano do Alto Rio Pardo é feita por afluentes da bacia do Rio Gavião, todos intermitentes. A unidade Piemonte Oriental do Planalto de Vitória da Conquista apresenta uma drenagem muito densa, constituída por pequenos cursos de água, intermitentes em sua maioria e integrantes das bacias dos Rios Pardo e Jequitinhonha. A drenagem da Depressão de Itabuna- Itapetinga é realizada pelas bacias dos Rios Pardo, Jequitinhonha e Colônia. Os trechos mais baixos das Serras e Maciços Pré-Litorâneos são formados por vales resultantes da acumulação fluvial dos Rios Salgado, Novo e do Ouro, sendo, os dois últimos, afluentes do Gongogi que, juntamente com outros tributários e o Rio Colônia, formam a rede de drenagem desta unidade na Região Sudoeste.

Esse cenário de natureza diversa cria restritas condições para uma produção agropecuária, o que gera, por conseguinte, limitações e potencialidades, na mesma perspectiva de diversidade. Ou seja: convivem com essa realidade um quadro de cultura agrícola de subsistência dependente, quase sempre, do período e distribuição das chuvas, sobretudo nos municípios de Mirante, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Aracatu e Anagé. Em outras regiões esse cenário configura-se mais regular, em função de se constituírem em regiões mais úmidas, decorrente dos ventos oriundos do mar no Piemonte Oriental do Planalto de Vitória da Conquista, além da faixa estreita ao longo do extremo oriente da região, em torno dos municípios de Barra do Choça, leste de Vitória da Conquista, Planalto, Poções, Encruzilhada, Ribeirão do Largo, ocupadas pelo cultivo do café (SANTOS, 2007, p 68).

A área mais desgastada se insere na unidade Pediplano Sertanejo, ao centro-norte da região, que, condicionada a fatores políticos, sociais e econômicos, induzem as atividades agropecuárias a disporem de uma baixa produtividade. A predominância é de atividade pecuária de forma extensiva, além da produção de mandioca e demais lavouras diversificadas, a exemplo do milho, feijão, andu, dentre outros.

Mapa 10 – Região Sudoeste - Hidrografia



Aqui cabe destaque à Bacia Hidrográfica do Rio Pardo, especificamente o Rio Catolé, em função grande importância que assumem frente a alguns municípios da região Sudoeste, sobretudo Vitória da Conquista. A bacia hidrográfica do rio Pardo possui uma área de aproximadamente 32.468 km² e contempla parte dos estados

de Minas Gerais (12.729,55 km²) e Bahia (19.738,53 km²). Dentre os rios de maior relevância, tem-se o rio Catolé que nasce no planalto de Vitória da Conquista, próximo ao município de mesmo nome. Sua foz fica em Itapetinga, próxima à Vitória da Conquista. De acordo com o RadamBrasil (1999),

O uso da terra neste setor da bacia do rio Catolé Grande é diversificado. Nos fundos de vale planos e argilosos, a cultura de olerícolas tem papel importante, sendo destinada ao abastecimento de Vitória da Conquista. Ao lado desta, a criação de gado e a fabricação de tijolos através de olarias rudimentares constituem importantes atividades. Em direção à escarpa do planalto de Vitória da Conquista, principalmente na faixa entre Barra do Choça e a borda da escarpa, a cultura do café assume relevância, principalmente nas áreas de relevo plano e suave ondulado, sobre solos profundos. (RADAMBRASIL, 1999, p. 174)

A Bacia do Rio Catolé está localizada na Região Sudoeste do Estado da Bahia, abrangendo parte dos municípios de Vitória da Conquista, Planalto, Barra do Choça, Caatiba, Nova Canaã, Itambé e Itapetinga. A água desta bacia é responsável pelo abastecimento humano de quase 400 mil habitantes, além da irrigação de extensas plantações de café e de pequenas propriedades ribeirinhas. Possui uma área total de 3.101km², sendo um importante subsistema da bacia do Rio Pardo (Maia e Pinto, 2011).

A região em que se insere a bacia do Rio Catolé teve seu processo de povoamento marcado inicialmente pela fundação do *Arraial da Conquista*, ainda no século XVIII. Sua ocupação territorial seguiu com o povoamento da região de transição entre a zona da mata e as caatingas, sendo que a pecuária predominava enquanto economia regional. A partir do Século XX, com a expansão da pecuária na região de Itapetinga e Itambé, trechos expressivos foram desmatados e transformados em pastagens. Posteriormente, tal iniciativa expande-se para a região de Nova Canaã, Caatiba e Planalto. Na atualidade, quase 80% das terras dos municípios que compõem a bacia do Rio Catolé são compostas de pastagens.

Com a implantação do pólo cafeeiro, na década de 1970, o rio Catolé foi determinante para que este segmento produtivo possuísse representação significativa nas atividades econômicas de alguns municípios da região Sudoeste, sobretudo Barra do Choça. A cafeicultura, portanto, foi, semelhantemente às pastagens, uma das grandes responsáveis pelo incremento econômico da região, os quais guardaram absoluta relação de dependência com o Rio Catolé. Quanto ao abastecimento de água, boa parte das principais cidades da região Sudoeste

também dependem das águas do rio Catolé para o abastecimento humano, a exemplo de Vitória da Conquista, Itapetinga e Barra do Choça.

As condições socioambientais da bacia do rio Catolé evidencia, no entanto, a presença de sérios problemas de ordem ambiental, decorrentes da incompatibilidade entre o potencial de uso dos sistemas naturais e a pressão das atividades humanas, não atendendo aos limites de tolerância necessária a sua condição de exploração. O desconhecimento da capacidade do uso dos recursos naturais, a ausência de políticas públicas comprometidas com a questão ambiental, além da baixa capacidade dos produtores rurais, geram, segundo Maia e Pinto (2011), os problemas ambientais com reflexos socioeconômicos diretos, pois afetam a base produtiva do espaço agrícola, por meio da degradação do solo, da água e do recobrimento vegetal, trazendo ameaças concretas ao abastecimento humano. Urge, portanto, pensar no melhor uso desse importante recurso natural, enquanto princípio de sustentabilidade, o que significa repensar uma série de práticas até então adotadas.

Cabe destaque ainda ao Rio Verruga, afluente do Rio Pardo, que nasce na Serra do Periperi – área urbana de Vitória da Conquista, em uma reserva ecológica que preserva sua nascente, também conhecida como nascente do Poço Escuro. Localizado na região sudoeste da Bahia, o curso de suas águas tem como limites a região correspondente aos municípios de Vitória da Conquista e parte da cidade de Itambé, representando uma área total de 970,32 km².

O Rio Verruga que nasce na Mata do Poço Escuro, encontra-se contaminado, pois recebe expressivas quantidades de esgotos livres, formando um enorme canal a céu aberto, com lixo em abundância na zona urbana da cidade. Segue seu curso agonizante, contamina pequenos afluentes, córregos e mananciais, para, ao final, desembocar no Rio Pardo em Itambé. A expansão do espaço urbano em Vitória da Conquista fez com que houvesse uma diminuição contínua do ambiente natural no entorno das principais nascentes do alto rio Verruga, dando lugar a problemas urbanos como o da erosão, desmoronamentos de encostas, assoreamento dos cursos d'água, uso de áreas para deposição de lixo, entre outros.

Em meados do século XX, a calha do rio Verruga sofreu um processo de retilinização, alterando o curso e o leito natural do rio, com isso, outros processos foram sucedendo-se a este, destacando-se a canalização de grande trecho do canal do rio, e um conseqüente aterro de áreas inundáveis, proporcionando uma mudança

completa no ambiente que antes possuía uma extensa faixa de vegetação arbórea e, algumas áreas de planície de inundação. O Rio Verruga vivencia, assim, problemas impactados pelo adensamento populacional próximo ao seu curso d'água, fazendo com que a qualidade ambiental se deteriore.

Semelhantemente a vários rios baianos, o Rio Verruga passa por sérios processos de deterioração. A presença de área urbana próxima aos mananciais, além de gerar elementos poluentes às águas do rio, como a construção de cisternas em locais impróprios, pode ocasionar uma interferência na dinâmica natural do curso d'água. A vegetação ciliar original foi quase que totalmente substituída por pastagens ou o solo exposto com níveis preocupantes de erosão.

Em seu trajeto até o Rio Pardo, o Verruga passa pela Vila Bem Querer. Esta localidade situa-se na periferia sul do município de Vitória da Conquista. Apesar de inserida em perímetro urbano, a Vila possui características de ambiente rural, com pequenos proprietários de terra, os quais possuem plantios de subsistência e até pequenos cultivos comerciais de hortaliças e frutas. Nessa Vila está localizado o *campus* da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), a qual emprega também diversos moradores daquela localidade.

O rio foi fator crucial para o estabelecimento da Vila Bem Querer. No entanto, não houve um planejamento quanto à alocação das residências em relação ao rio e muito menos a conservação da mata ciliar. Assim, nas proximidades da Vila, o rio Verruga encontra-se em estado avançado de degradação, exigindo intervenções urgentes. Além da ausência de mata ciliar nativa, é possível evidenciar processos de assoreamento e despejo de resíduos no afluente.

Vitória da Conquista, município pólo mais importante da região Sudoeste, insere-se, no âmbito baiano, em um quadro disforme de urbanização e aspectos físicos, onde localiza-se uma enorme metrópole – Salvador, a qual encontra-se distante 500km do município pólo, com um pequeno número de cidades médias – Feira de Santana, Vitória da Conquista, dentre outras -, além de grande número de pequenos centros urbanos. Estes últimos, por sua vez, são economicamente frágeis e socialmente limitados, quanto ao acesso a bens e serviços, o que contribui negativamente na constituição dos indicadores de desenvolvimento humano e social dessa região. O meio físico ora apresentado, com impactos diretos na vegetação, hidrografia e relevo e caracterizado pela forte inserção do clima semiárido no Sudoeste baiano, tem repercussão imediata no papel de Vitória da Conquista,

enquanto cidade média, uma vez que à mesma é “imposta” a condição de polarizadora de uma região que é marcada por problemas sociais e econômicos, dentre outros fatores, decorrentes da realidade acima assinalada. Tal fato tem impactos na região, sobretudo para aquele extrato social que vive de culturas de subsistência no semiárido, em um primeiro momento, mas que se estende para a sociedade como um todo, ao longo do tempo.

Em relação ao sistema de abastecimento de água de Vitória da Conquista, da responsabilidade da Empresa Baiana de Água e Saneamento (EMBASA), este foi implantado na década de 1960, com um pequeno reservatório (Barragem Água Fria). Com o quadro de expansão urbana e conseqüente ampliação do consumo de água, foi construída a Barragem Água Fria II. Ocorre que o tamanho dos reservatórios atuais, conforme a Embasa, já não são suficientes para abastecer a cidade, em função dos constantes períodos de seca na região. A barragem alcança níveis críticos por longos períodos de estiagem, e o abastecimento é interrompido, periodicamente, por dias.

A seca que atinge a Bahia, incluindo-se a região de Vitória da Conquista, é considerada a mais intensa dos últimos 47 anos. Tal quadro, associado à falta de planejamento do fornecimento de água afeta ainda a população da zona rural do município, que presencia, sem nada poder fazer, a produção agrícola e a pecuária ser afetada. Nas palavras de Rocha (2012),

Este é um dos problemas da falta do planejamento para o setor, que já possui mais de 40 anos de instalado e está defasado para os atuais níveis de consumo da população. De toda água consumida pela população de Vitória da conquista cerca de 85% dela tem a destinação final diretamente nos canais de drenagem da bacia do Rio Verruga. O que justifica o alto índice de poluição das águas no trecho urbano da bacia. ROCHA (2012, p. 208)

Destaca o autor que, além do problema da estrutura subdimensionada do reservatório, há ainda a dificuldade de lidar com os poluentes gerados pela alta densidade demográfica do município. No caso de Vitória da Conquista, esse processo de deteriorização ocorre há bastante tempo, forçando a busca por águas de outras bacias. Assim, continua o autor, surge uma preocupação com a integração da gestão quanto aos aspectos de qualidade e quantidade, destacando-se, também, a “integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental.

4.4.1.2 Aspectos demográficos - População e sua evolução

A região Sudoeste da Bahia possui, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, uma população de 1.134.831 habitantes. Comparando-se à totalidade da população da Bahia, de 14.021.432 habitantes, a região concentra 8,75% da sua população. Na área urbana habitam 679.310 (59, 86%) pessoas, e a área rural soma 455.521 (40,14%) habitantes

Quanto à densidade demográfica, historicamente, o Brasil acumula estatísticas de baixa densidade em sua área (22,43 hab./km²), o que não significa afirmar que o país é pouco habitado ou que não possua áreas hiper habitadas. Ao contrário, pois ao se considerar as variações das densidades demográficas dos suas unidades territoriais, tem-se que, na atualidade, o Distrito Federal apresenta maior densidade demográfica, com 444,07 hab. /km². Já no outro extremo, encontra-se Roraima, com 2,01 de densidade demográfica. Esse cenário se reproduz por toda a área do Brasil, em que é possível encontrar concentrações populacionais (altas ou baixas), as quais podem ser causadas por fatores relacionados a condições físicas do território, associadas às políticas públicas neste desenvolvidas, o que gera variação nas taxas de natalidade, mortalidade, emigração e imigração. Por conseguinte, impactam nas desigualdades verificadas nas densidades demográficas do país.

A Bahia constitui-se em um dos estados brasileiros que possui menor densidade demográfica, ao registrar, no Censo Demográfico de 2010, uma concentração populacional de 24,08 hab./km², bem menor que a densidade demográfica verificada na região Nordeste, que é de 34,15 hab./km². Unidade territorial localizada na região do semiárido brasileiro, os números do último Censo Demográfico do IBGE em relação à Bahia, revelam que a densidade demográfica dessa região foi e 23,0 hab./ km². Ao analisar o espaço territorial desse estado fora da porção semiárida, sua densidade populacional se mostra superior à porção semiárida, elevando-se para 41,98 hab./km². Nota-se, assim, a clara influência do semiárido na densidade demográfica de uma região.

A região Sudoeste, cuja área total encontra-se inserida no semiárido baiano, apresenta, no Censo Demográfico de 1991, 23,3 habitantes por quilômetro quadrado em sua área, elevando em 2000 para 26,07 hab/km². Em 2010, sua densidade demográfica é de 26,84 (Hab./Km²). Em relação ao decênio anterior (2000), não se

verificou alteração substancial na densidade demográfica da região. Comparando-se à densidade demográfica estadual (24,02 hab./km²), verifica-se que a região Sudoeste apresenta índice ligeiramente superior. Ainda assim, a região apresenta, nos últimos trinta anos, um quadro de perda populacional, a qual alcança, no município de Ribeirão do Largo, a exemplo, o percentual de menos 43,76%.

É possível afirmar, assim, que, em função da localização e do lento processo de povoamento, a Região Sudoeste, é considerada pouco densa, ainda que apresente índice superior ao estado, pois, à exceção de alta concentração populacional encontrada nos grandes centros urbanos, o estado possui ainda grande área pouco habitada. Certamente, a configuração territorial da região, que até primeira metade do século XX, formado por apenas 12 municípios influenciou essa realidade, pois os demais municípios foram criados ou emancipados somente nas décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980.

Por meio da tabela 3, é possível verificar que a densidade demográfica dos municípios da região Sudoeste, ao apresentarem variações positivas e negativas, demonstra, no conjunto, relativo equilíbrio em tais variações. De forma individualizada, no entanto, as densidades mostram-se bem diversificadas e guardam relação direta, ao descortinar tal realidade, com um intenso quadro de desigualdades sociais. Nas áreas menos densas, sobretudo, nota-se a ausência de hospitais, postos de saúde, escolas, enfim áreas desprovidas de serviços essenciais à vida.

A tabela 3 demonstra os extremos presentes nessa realidade quando, em 1991, Manoel Vitorino foi o município que apresentou menor densidade demográfica, 7,55 hab./km², chegando em 2010 a 6,58hab/km². Em 2010, seis municípios apresentaram densidades demográficas abaixo de 10hab./km² (Lafaiete Coutinho, Manoel Vitorino, Mirante, Potiraguá, Ribeirão do Largo). Cabe destacar ainda, que os municípios de Vitória da Conquista, Jequié, Itapetinga apresentam as mais altas densidades demográficas da região, o que explica, e ainda conduz a população dos demais municípios a esses três pólos regionais. Ainda que se verifique, no entanto, que alguns municípios apresentem uma maior densidade demográfica, o acesso aos serviços básicos encontra-se igualmente ausentes. Especificamente, em relação à Vitória da Conquista, enquanto cidade média polarizadora da região Sudoeste, os índices de criminalidade, evasão escolar e falta de assistência à saúde, têm se

revelado crescentes, o que, repercute diretamente e negativamente na sua condição de cidade média, fragilizando a sua função de pólo regional.

Tabela 10 – Área e Densidade demográfica: 1991, 2000 e 2010 (Brasil, Bahia, Região Sudoeste)

Localização	Área total das unidades territoriais (Km ²)	Densidade demográfica da unidade territorial (Hab./Km ²)			Evolução percentual (1991/2000) Densidade Demográfica	Evolução percentual (2000/2010) Densidade Demográfica
		1991	2000	2010		
Brasil	8.515.767,049	17,26	19,92	22,43	13,35	11,19
Bahia	564.733,177	21,01	23,16	24,82	9,28	6,69
Região Sudoeste	42.319,60	23,30	26,07	25,29	13,96	0,09
Vitória da Conquista	3.405,60	66,09	77,08	90,11	16,63	16,91
Anagé	1.947,40	21,33	15,95	13,10	-25,22	-17,87
Barra do Choça	646,60	26,67	63,13	53,80	136,71	-14,78
Belo Campo	629,10	22,73	28,06	25,47	23,45	-9,24
Boa Nova	868,80	15,54	23,65	17,74	52,19	-24,98
Bom J. da Serra	421,50	24,26	24,92	23,99	2,72	-3,72
Caatiba	491,30	19,75	31,57	23,24	59,85	-26,37
Caetanos	774,70	13,75	16,88	17,61	22,76	4,33
Cândido Sales	1.617,50	14,57	17,63	17,26	21,00	-2,1
Caraibas	805,60	21,21	21,31	12,69	0,47	-40,44
Cravolândia	162,20	29,09	30,83	31,09	5,98	0,84
Encruzilhada	1.982,50	10,77	16,61	11,99	54,22	-27,8
Firmino Alves	162,40	34,00	31,83	33,15	-6,38	4,13
Ibicuí	1.176,80	13,28	12,86	13,41	-3,16	4,31
Iguaí	827,80	27,76	30,36	31,05	9,37	2,26
Irajuba	413,50	15,36	15,39	16,93	0,20	10,04
Itambé	1.441,60	16,57	21,4	16,02	29,15	-25,14
Itapetinga	1.627,50	32,85	35,6	41,95	8,37	17,85
Itaquara	323,00	22,22	24,34	23,77	9,54	-2,33
Itarantim	1.805,10	9,53	9,38	10,27	-1,57	9,55
Itiruçu	313,70	40,23	43,31	40,46	7,66	-6,57
Itororó	313,60	65,4	63,13	63,50	-3,47	0,58
Jaguaquara	928,20	42,42	50,23	54,95	18,41	9,4
Jequié	3.227,30	44,85	45,61	47,07	1,69	3,2
Lafaiete Coutinho	405,30	12,64	10,12	9,63	-19,94	-4,85

Lajedo do Tabocal	431,90	14,99	18,75	19,23	25,08	2,54
Macarani	1.287,50	26,67	11,34	13,28	-57,48	17,16
Maiquinique	492,00	15,92	14,89	17,85	-6,47	19,88
Manoel Vitorino	2.254,40	7,55	7,46	6,38	-1,19	-14,42
Maracás	2.253,20	12,05	14,06	10,92	16,68	-22,34
Mirante	1.061,00	7,71	12,13	9,9	57,33	-18,41
Nova Canaã	853,70	16,18	18,08	19,58	11,74	8,32
Planaltino	927,00	11,14	8,59	9,52	-22,89	10,83
Planalto	961,70	24,46	22,57	25,46	-7,73	12,8
Poçoões	826,50	45,77	53,49	54,08	16,87	1,09
Potiraguá	985,50	10,54	14,79	9,95	40,32	-32,74
Ribeirão do Largo	1.271,30	8,59	12,04	6,77	40,16	-43,76
Santa Inês	315,70	31,82	34,93	32,83	9,77	-6,01
Tremedal	1.679,60	12,42	12,62	10,14	1,61	-19,66

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010

Quanto à dinâmica do crescimento demográfico, a Bahia tem acompanhado as principais tendências do Brasil e da região Nordeste, quanto às transformações da sua dinâmica demográfica. A exemplo dessa grande região, o estado vem reproduzindo significativa heterogeneidade nos seus processos demográficos em suas regiões econômicas. A Bahia chega ao século XXI com desenvolvimento extremamente desigual de seu território. Embora suas condições econômicas e sociais tenham se complexificado nos últimos 50 anos, suas regiões econômicas são ainda bastante diferenciadas em termos de geração e distribuição de riquezas, o que impacta sobremaneira na dinâmica do crescimento demográfico desse estado.

Compreender a dinâmica do crescimento demográfico, a qual envolve o crescimento natural e migratório de uma região requer analisar ainda os dados sobre a fecundidade, esperança de vida ao nascer, além da mortalidade infantil, dentre outros importantes fatores, os quais também influenciam a evolução de crescimento de sua população. A Tabela 2 reflete bem essa realidade, quando se verifica tal condição nas escalas nacional, estadual, regional e municipal analisadas.

O Brasil vem reduzindo, ao longo das décadas, sua taxa de fecundidade. Entre 1991 e 2010, o número de filhos por mulher variou de 2,88 para 1,89 filhos. Tal redução pode ser explicada, dentre outros fatores, por práticas contraceptivas, entre as quais, a esterilização feminina, com forte impacto na redução de filhos, sobretudo no Norte e Nordeste. Adicione-se, enquanto fator que influenciou a queda da fecundidade, a diminuição do número de filhos entre as mulheres mais jovens nas

faixas de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos, que vivem em área urbana, de acordo com levantamento realizado pelo IBGE (2010). A diminuição da fecundidade também está relacionada à renda e ao nível educacional. Segundo o IBGE (2010), entre as mulheres menos escolarizadas, o número de filhos chega a três, enquanto fica em um, no caso das mais instruídas. Tal situação se reflete na Bahia, embora com números superiores, os quais saltam de 3,66 em 1991 para 2,05 filhos em 2010. A região Sudeste passa de 4,39 em 1991, para 2,22 filhos em 2010, o que a coloca com taxas de fecundidade maiores que o próprio estado. Nota-se, portanto, que embora tais taxas se apresentem maiores que o Brasil e a Bahia, o decréscimo verificado indica que tal condição impacta na redução do crescimento demográfico da região Sudoeste. Certamente, a renda e a escolarização da região sofrerem alterações, ainda que não tenham alcançado a média nacional e estadual, que impactaram em tal resultado. Vitória da Conquista, por sua vez, vem apresentando taxas de fecundidade inferiores à Bahia e à região Sudoeste, o que explica, relativamente o decréscimo da sua configuração demográfica nos últimos decênios.

A mortalidade infantil em Vitória da Conquista reduziu 46%, passando de 39,9 por mil nascidos vivos em 2000 para 21,2 por mil nascidos vivos em 2010. De acordo com “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas”, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. Em 2010, as taxas de mortalidade infantil do estado e do país eram 21,7 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente. Já a esperança de vida ao nascer, indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), em Vitória da Conquista, aumentou 14 anos nas últimas duas décadas, passando de 58,3 anos em 1991 para 65,7 anos em 2000, e para 72,3 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 72 anos e, para o país, de 73,9 anos. A região Sudoeste também reflete tal realidade, na medida em que saltou 62,63 em 2000 pra 68,51 anos, em termos de esperança de vida ao nascer.

O Atlas do Desenvolvimento Humano – 2013, apresenta alguns outros dados capazes de indicar a relação entre dinâmica demográfica e qualidade de vida de uma população, a exemplo da Esperança de Vida ao Nascer. Numa dada população, a esperança de vida ao nascer refere-se ao número médio de anos que indivíduos nascidos no mesmo ano esperam viver. O índice da “esperança de vida ao nascer” é utilizado também como indicador de qualidade de vida de um país,

região ou localidade. Pode ainda ser utilizada para aferir o retorno de investimentos realizados na melhoria das condições de vida. É calculada considerando-se, além das taxas de mortalidade geral e infantil segundo a classe de renda, o acesso a serviços de saúde, saneamento, educação, cultura e lazer, bem como os índices de violência, criminalidade, poluição do local onde vive a população.

No Brasil a esperança de vida ao nascer, evoluiu de 68,61 anos para 73,94 anos, entre 2000 e 2010. Dessa forma, a expectativa média de vida nacional aumentou mais 5,33 anos, em 10 anos. Já na Bahia, a evolução, no mesmo período, foi de 65,8 anos para 71,97 anos, cujo incremento foi de 6,17 anos a mais em 10 anos. Verifica-se, portanto, que, embora a Bahia tenha aumentado mais que o Brasil a Esperança de Vida ao Nascer, este estado ainda encontra-se abaixo da média nacional. A diferença da Esperança de Vida ao Nascer entre o país e o estado é de 2,97 anos, o que caracteriza que os investimentos em educação, saúde, renda, ainda não alcançaram o nível nacional, quiçá o nível dos estados dados mais elevados, a exemplo de Santa Catarina (76,61), São Paulo (75,69) ou Rio Grande do Sul (75,38). Tal cenário pode ter impacto direto no quadro demográfico da região Sudoeste da Bahia.

Quando se adentra à região Sudoeste, a Esperança de vida ao nascer apresenta ainda quadro de maior gravidade, embora se verifique uma melhora nos últimos 10 anos. Maiquinique com 66,40 anos, em 2010, de expectativa de vida ao nascer revela ter mais de 10 anos a menos do que a média do estado de Santa Catarina (maior esperança de vida ao nascer). A esperança de vida ao nascer na região Sudoeste, enfim, é de 68,51, em 2010, elevando-se pouco menos de seis anos em relação à década anterior. Ainda assim, encontra-se a região com índices abaixo da média nacional e da média estadual, o que reafirma, ainda que com evolução identificada, a carência de elementos que possibilitem melhor qualidade de vida à sua população.

Já a taxa de mortalidade infantil vem reduzindo nas quatro esferas analisadas. No Brasil, o número de mortes de crianças com menos de 5 anos caiu 73%, nas últimas duas décadas, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o que coloca o país em quarta posição no *ranking* de avanços, atrás apenas da Turquia, do Peru e de El Salvador, na relação das nações que mais obtiveram conquistas na prevenção de doenças infantis. O Censo Demográfico de 1991 (IBGE), foram registradas 44 mortes em cada grupo de mil crianças. Já em

2010, foram registradas 17 mortes para cada mil crianças. No entanto, no Brasil as famílias ainda perdem muitos bebês em função das chamadas causas neonatais – problemas ocorridos no pós-parto. Os dados encontram-se no Relatório de Progresso 2012, intitulado “O Compromisso com a Sobrevivência da Criança: Uma Promessa Renovada”. A publicação também menciona o elevado número de mortes de crianças devido à diarreia e à pneumonia, assim como a doenças sem definições específicas.

Embora avanços tenham sido registrados, as taxas de mortalidade infantil da Bahia, a região Sudoeste e Vitória da Conquista, encontram-se abaixo da média nacional. A Bahia registra, em 2010, uma taxa de 21,73 de mortalidade infantil, sendo a quinta pior taxa, dentre as vinte e sete unidades territoriais. Tal fato caracteriza-se como um forte indicador social, já que, quanto piores as condições de vida, maior a taxa de mortalidade infantil e menor a esperança de vida. Nesta direção infere-se que as condições sociais do estado encontram-se abaixo daquelas encontradas, em média, no Brasil. De acordo com levantamento pelo último Censo Demográfico (2010), no entanto, Vitória da Conquista acumula redução na sua taxa de mortalidade infantil, embora tal redução ainda se revele inferior à média nacional (16,70). Encontra-se, no entanto, acima da média estadual (21, 73) e regional (26,06).

Os indicadores acima analisados possibilitam uma reflexão acerca do papel de Vitória da Conquista, ante sua condição de município polarizador de uma região. A relação indica um quadro de absoluta vulnerabilidade, sobretudo relação ao fato de Vitória da Conquista apresentar características específicas que tornam os seus processos excludentes e de segregação, acentuando, assim, ainda mais a desigualdade social. Não obstante os avanços verificados, a ausência ou fragilidade de projetos políticos regionais remete à produção de um espaço regional profundamente desigual e excludente, o qual Vitória da Conquista pouco consegue contribuir.

Tabela 11 – Taxa de Fecundidade, Esperança de Vida ao Nascer e Mortalidade Infantil – 1991, 2000, 2010 (Brasil, Bahia, Região Sudoeste)

Localização	Taxa de fec	Taxa de fe	Taxa de fe	Esperança	Esperança	Esperança	Mortalidad	Mortalidad	Mortalidad
Brasil	2,88	2,37	1,89	64,73	68,61	73,94	44,68	30,57	16,70
Bahia	3,66	2,50	2,05	59,94	65,80	71,97	70,87	41,81	21,73
Região Sudoeste	4,39	2,79	2,22	58,49	62,63	68,51	67,24	43,81	26,06
Vitória da Conquista	3,26	2,07	2,01	58,32	65,72	72,30	77,20	39,90	21,20
Anagé	5,48	2,76	1,73	60,17	63,94	71,27	67,70	46,00	23,70
Barra do Choça	5,21	3,26	2,37	60,98	63,50	71,21	63,80	47,60	23,80
Belo Campo	4,16	2,90	2,13	63,05	64,87	70,59	54,40	42,80	25,60
Boa Nova	5,41	3,26	2,53	60,91	63,89	70,18	64,10	46,20	26,80
Bom Jesus da Serra	3,97	2,47	2,14	58,70	63,89	69,95	75,20	46,20	27,60
Caatiba	4,75	2,90	2,35	60,91	63,89	70,09	64,10	46,20	27,10
Caetanos	4,35	2,66	1,92	60,69	63,89	68,47	65,20	46,20	32,30
Cândido Sales	5,52	2,61	2,22	59,01	64,87	72,90	73,60	42,80	19,40
Caraíbas	4,29	2,76	1,80	57,11	63,31	69,35	83,80	48,30	29,40
Cravolândia	5,93	2,74	2,50	61,32	65,78	70,88	63,80	39,70	24,80
Encruzilhada	3,98	3,08	2,85	61,76	66,12	70,23	60,20	38,50	26,70
Firmino Alves	3,84	3,07	2,67	62,10	65,78	66,93	58,70	39,70	37,80
Ibicuí	5,89	2,86	2,42	59,59	63,31	71,78	70,60	48,30	22,30
Iguaí	4,83	3,08	2,53	62,20	66,73	72,18	58,20	36,60	21,20
Irajuba	5,83	3,38	2,66	59,28	63,55	71,57	72,20	47,50	22,80
Itambé	4,47	2,76	2,42	59,03	63,09	69,99	73,40	49,20	27,40
Itapetinga	3,58	2,34	2,13	61,76	65,78	72,39	60,20	39,70	20,70
Itaquara	5,79	3,50	2,24	55,41	63,31	70,75	93,60	48,30	25,20
Itarantim	4,01	2,34	2,26	61,26	66,10	70,93	62,50	38,60	24,60
Itiruçu	4,56	2,73	2,30	61,90	65,78	70,70	63,80	39,70	25,30
Itororó	4,38	2,93	2,29	58,57	61,16	69,31	75,80	56,70	29,50
Jaguaquara	4,16	2,55	2,26	62,61	65,76	69,81	56,40	39,70	28,00
Jequié	3,20	2,36	1,96	62,30	65,78	72,42	57,70	39,70	21,80
Lafaiete Coutinho	4,18	2,90	1,90	61,22	63,09	71,26	62,70	49,20	23,70
Lajedo do Tabocal	4,18	3,04	2,45	59,85	63,09	70,85	69,30	49,20	24,90
Macarani	3,98	3,12	2,02	61,52	65,91	71,94	61,30	39,20	21,80
Maiquinique	4,23	3,23	2,61	58,96	63,08	66,40	73,80	49,20	39,80
Manoel Vitorino	3,91	2,61	2,54	59,79	63,89	69,48	69,60	46,20	29,00
Maracás	4,02	2,88	2,18	57,48	62,71	69,80	81,70	50,60	28,00
Mirante	4,35	2,66	1,92	60,20	63,89	68,33	67,60	46,20	32,80
Nova Canaã	4,63	2,90	2,39	58,45	64,85	72,35	76,50	42,80	20,80
Planaltino	4,51	3,13	2,14	61,10	63,09	67,45	63,30	49,20	35,90
Planalto	4,52	2,40	2,30	54,91	61,68	69,25	96,60	54,60	29,80
Poções	3,65	3,22	2,33	58,12	64,87	72,85	78,30	42,80	19,50
Potiraguá	5,69	3,09	2,66	59,19	64,40	70,23	72,60	44,40	26,70
Ribeirão do Largo	4,58	2,70	2,62	56,22	62,77	70,54	88,80	50,40	25,80
Santa Inês	3,96	2,61	2,35	62,73	65,76	67,25	55,80	39,70	36,60
Tremedal	3,17	3,07	1,61	60,63	65,47	69,94	65,50	40,70	27,60

Fonte: PNUD – dados organizados pela autora (2013)

Quanto à dinâmica dos saldos migratórios, a Bahia vem apresentando quadro decrescente de tal realidade. A gradativa redução da emigração, como também do aumento do número expressivo de migrantes tem influenciado no saldo migratório que ocorre, assim, em ritmos cada vez menores. Considera-se ainda, a presença crescente da imigração de retorno na maioria das regiões brasileiras, o que registra um expressivo aumento nos fluxos migratórios interestaduais, inclusive na Bahia.

Os dados dos Censos demográficos 1991, 2000 e 2010 confirmam tal tendência, se considerar que, desde 1940, os saldos migratórios do estado apresentavam um contínuo processo de crescimento, culminando o seu ápice na década de 1980, o qual acumulou um saldo migratório negativo de 1.425.631 pessoas. Essa época foi marcada por intensa crise econômico-financeira no país, o que contribuiu para o agravamento da realidade baiana, que historicamente, já apresentava problemas relacionados às desigualdades sociais, impulsionando a emigração de vários baianos para as regiões mais desenvolvidas. Ao comparar o saldo migratório de 2000 com 2010 na Bahia, nota-se que em 2000, o quantitativo alcançou 217.818 migrantes.

Já na região Sudoeste, é possível observar na Tabela 4, que 22 municípios apresentam saldo migratório negativo, entre os períodos de 1991 e 2000, o que caracteriza um percentual de 56,5% de municípios da região Sudoeste nesta condição. Entre os períodos de 2000 e 2010 é possível notar que, dos 39 municípios da região Sudoeste, 28 registraram saldo migratório negativo. Ou seja, é possível afirmar que o número de municípios que apresentam saldo migratório negativo aumentou para sistemáticos 71,80% neste período. Dos municípios que apresentaram saldo migratório positivo, Vitória da Conquista aparece com maior quantitativo, entre os períodos de 2000 e 2010, com 5.419 migrantes. É possível inferir que, dado o alto índice de migrações intra-regionais registrado nos últimos anos, boa parte dos migrantes tenham se deslocado para esse município, o que não foi suficiente para manter população na região, tendo em vista a existência de saldo migratório negativo na mesma, entre 2000 e 2010, de 131.854 pessoas.

Os processos migratórios nos municípios da Tabela 3 são compreendidos, em sua maioria, como uma resposta dos indivíduos às situações de ordem econômica e social, onde a mudança geográfica é justificada como alternativa para a obtenção de melhores rendimentos e conseqüente condições de vida. Os desajustes decorrentes pela estrutura heterogênea na qual ocorre pequeno crescimento econômico entre os

municípios da região Sudoeste provocam disparidades entre os mesmos. Sob este contexto, um quadro de desigualdade verificado entre os municípios citados estimularam as migrações, induzindo o fluxo de mão-de-obra dos municípios mais pobres e estagnados para outros mais prósperos e modernos. Ante o exposto, ratifica-se que os saldos migratórios negativos verificados na maioria dos municípios da região Sudoeste da Bahia, entre os períodos de 1991 e 2010, estão estreitamente associados aos eventos de natureza econômica e social.

Neste contexto, a identificação de grande parte de municípios com saldos migratórios negativos ratificam a debilidade da condição de Vitória da Conquista, enquanto cidade média e conseqüente centro polarizador, uma vez que esta encontra-se localizada em uma região pouco dinamizadora de políticas sociais e econômicas, as quais seriam capazes de reter sua população nessa região. A região não cresce, o que fragiliza o papel de Vitória da Conquista neste contexto, uma vez que esta não apresenta alternativas quanto ao aumento das taxas de emprego, além de outros fatores, como forma de manter a população em seus municípios.

Ademais, o crescimento das cidades distinguem-se pelos índices positivos de crescimento populacional, o que não se verifica na maioria dos municípios da região Sudoeste. O crescimento de uma região é identificado ainda, pelos saldos migratórios positivos presentes em seus municípios. O que se verifica, no entanto, é que a maioria dos municípios apresenta saldo migratório negativo, o que reflete e ratifica a atual situação da maioria dos municípios ali localizados.

Tabela 12 – Migração – 1991, 2000, 2010 (Brasil, Bahia, Região Sudoeste)

Localização	População 1991	Nº nascimentos 1991-2000	Nº de óbitos 1991-2000	População 2000	Saldo sem migração 2000/1991	Diferença (migração)	Nº nascimentos 2001-2010	Nº de óbitos 2001-2010	População 2010	Saldo sem migração 2010/2000	Diferença (migração)
Brasil	146.825.475	28.148.800	8.920.703	169.872.856	166.053.572	3.819.284	29.789.304	10.374.096	190.755.799	189.288.064	1.467.735
Bahia	11.867.991	1.979.732	544.136	13.085.769	13.303.587	-217.818	2.269.849	673.991	14.016.906	14.681.627	-664.721
Região Sudoeste	1.009.757	169.540	45.874	1.134.738	1.133.423	1.315	193.570	60.656	1.135.798	1.267.652	-131.854
Vitória da Conquista	225.091	48.570	13.584	262.494	260.077	2.417	55.639	16.686	306.866	301.447	5.419
Anagé	41.544	3.734	783	31.060	44.495	-13.435	3.535	1.169	25.516	33.426	-7.910
Barra do Choça	24.844	5.276	813	40.818	29.307	11.511	6.394	1.596	34.788	45.616	-10.828
Belo Campo	14.301	2.453	542	17.655	16.212	1.443	2.853	950	16.021	19.558	-3.537
Boa Nova	13.505	2.136	506	20.544	15.135	5.409	2.324	937	15.411	21.931	-6.520
Bom Jesus da Serra	10.226	1.027	137	10.502	11.116	-614	1.695	415	10.113	11.782	-1.669
Caatiba	9.707	1.026	255	15.508	10.478	5.030	1.194	365	11.420	16.337	-4.917
Caetanos	10.655	1.063	191	13.076	11.527	1.549	1.451	426	13.639	14.101	-462
Cândido Sales	23.568	3.765	650	28.516	26.683	1.833	4.894	1.393	27.918	32.017	-4.099
Caraibas	17.088	1.496	309	17.164	18.275	-1.111	1.351	462	10.222	18.053	-7.831
Cravolândia	4.720	876	262	5.001	5.334	-333	1.031	301	5.041	5.731	-690
Encruzilhada	21.362	2.494	445	32.924	23.411	9.513	3.976	946	23.766	35.954	-12.188
Firmino Alves	5.523	578	120	5.170	5.981	-811	757	197	5.384	5.730	-346
Ibicuí	15.636	2.021	501	15.129	17.156	-2.027	2.545	685	15.785	16.989	-1.204
Iguai	22.984	3.695	1.003	25.134	25.676	-542	4.545	1.334	25.705	28.345	-2.640
Irajuba	6.354	1.214	263	6.362	7.305	-943	1.219	433	7.002	7.148	-146
Itambê	23.901	3.030	1.407	30.850	25.524	5.326	3.773	1.395	23.089	33.228	-10.139
Itapetinga	53.476	10.510	3.222	57.931	60.764	-2.833	12.078	3.864	68.273	66.145	2.128
Itaquara	7.180	1.291	368	7.861	8.103	-242	1.290	546	7.678	8.605	-927
Itarantim	17.216	1.728	137	16.923	18.807	-1.884	2.682	616	18.539	18.989	-450
Itiruçu	12.622	2.323	829	13.585	14.116	-531	2.113	785	12.693	14.913	-2.220
Itororó	20.510	3.757	1.198	19.799	23.069	-3.270	3.725	1.296	19.914	22.228	-2.314
Jaguaquara	39.372	8.841	2.171	46.621	46.042	579	9.982	2.916	51.011	53.687	-2.676
Jequié	144.772	25.202	7.745	147.202	162.229	-15.027	25.903	8.945	151.895	164.160	-12.265
Lafaiete Coutinho	5.125	502	160	4.102	5.467	-1.365	424	207	3.901	4.319	-418
Lajedo do Tabocal	6.476	1.062	212	8.100	7.326	774	1.187	396	8.305	8.891	-586
Macarani	14.057	2.064	749	14.594	15.372	-778	2.664	931	17.093	16.327	766
Maiquinique	7.833	985	170	7.326	8.648	-1.322	1.342	260	8.782	8.408	374
Manoel Vitorino	17.025	2.142	266	16.807	18.901	-2.094	2.268	671	14.387	18.404	-4.017
Maracás	27.154	3.897	940	31.683	30.111	1.572	4.437	1.369	24.613	34.751	-10.138
Mirante	8.189	894	151	12.874	8.932	3.942	1.198	329	10.507	13.743	-3.236
Nova Canaã	13.815	1.987	417	15.431	15.385	46	2.414	678	16.713	17.167	-454
Planaltino	10.332	1.274	334	7.963	11.272	-3.309	1.175	440	8.822	8.698	124
Planalto	23.526	3.495	932	21.707	26.089	-4.382	4.500	1.318	24.481	24.889	-408
Poções	37.834	7.006	2.283	44.213	42.557	1.656	8.221	2.847	44.701	49.587	-4.886
Potiraguá	10.389	1.002	99	14.579	11.292	3.287	1.643	389	9.810	15.833	-6.023
Ribeirão do Largo	10.930	933	81	15.303	11.782	3.521	1.316	319	8.602	16.300	-7.698
Santa Inês	10.048	1.931	852	11.027	11.127	-100	1.675	807	10.363	11.895	-1.532
Tremedal	20.867	2.260	787	21.200	22.340	-1.140	2.157	1.037	17.029	22.320	-5.291

Fonte: IBGE, 1991, 2000, 2010. Ministério da Saúde: DATASUL: 1991, 2000, 2010.

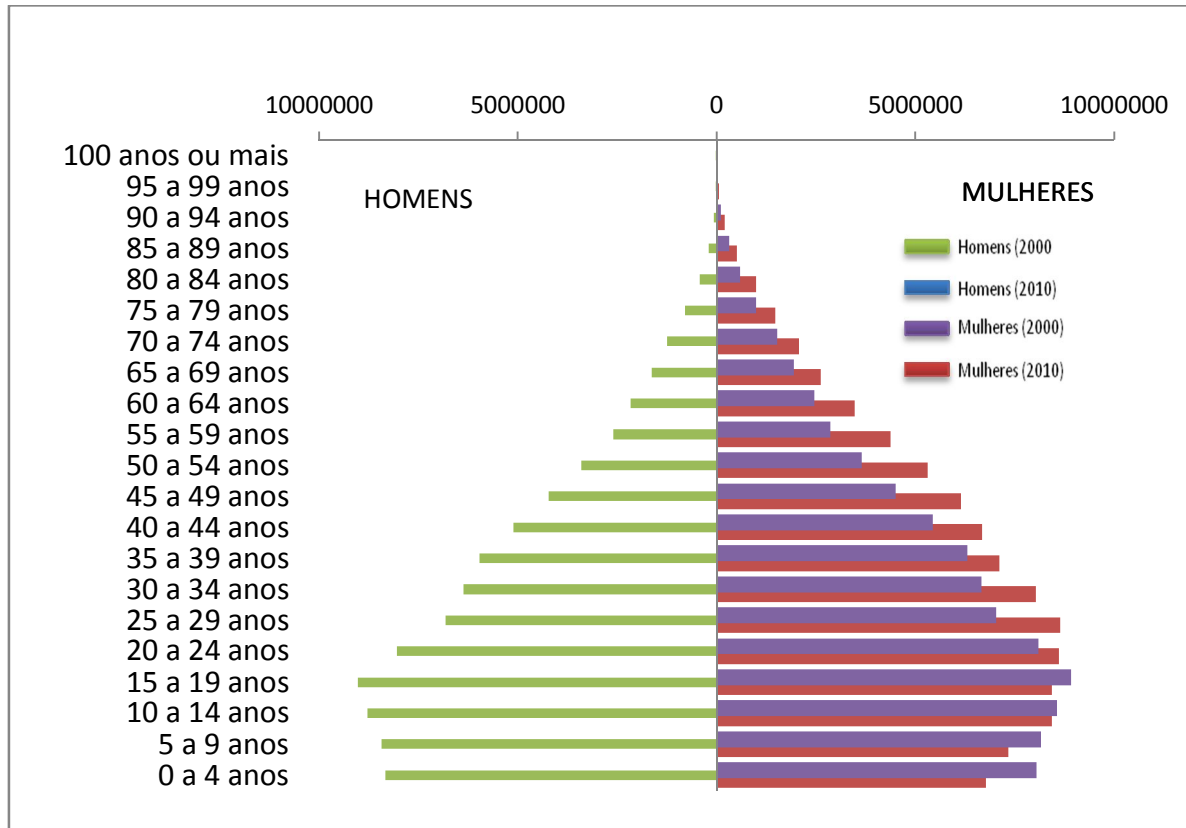
Essencial torna-se, por fim, analisar a estrutura etária de tal população, sobretudo considerando-se a sua estrutura etária. Enquanto instrumento relevante para análise dos efeitos da situação demográfica, portanto, a pirâmide etária

apresenta a distribuição relativa por idade, sexo e período. A pirâmide etária, em uma análise comparativa entre o Brasil, a Bahia, Região Sudoeste e Vitória da Conquista (Gráficos 1, 2, 3 e 4), especifica, a seguir, características da população infantil, população em idade escolar, população economicamente ativa e a população idosa, entre os períodos de 2000 e 2010.

As pirâmides apresentam para as décadas de 2000 e 2010, a população por faixas de idade, permitindo, assim, avaliar, comparativamente, a evolução das pirâmides etárias no período na região Brasil, Bahia, região Sudoeste e Vitória da Conquista. As três primeiras representações gráficas apresentam uma base larga para a população até 9 anos, ou seja, o maior percentual da população se situa nas duas primeiras faixas, e uma expressiva retração na faixa de 50 a 54 anos. Há, entretanto, um destaque para a maior participação das mulheres idosas, acima de 80 anos, na pirâmide etária nacional, o que caracteriza, comparativamente, que a expectativa média de vida nacional é superior à Bahia e à região Sudoeste da Bahia.

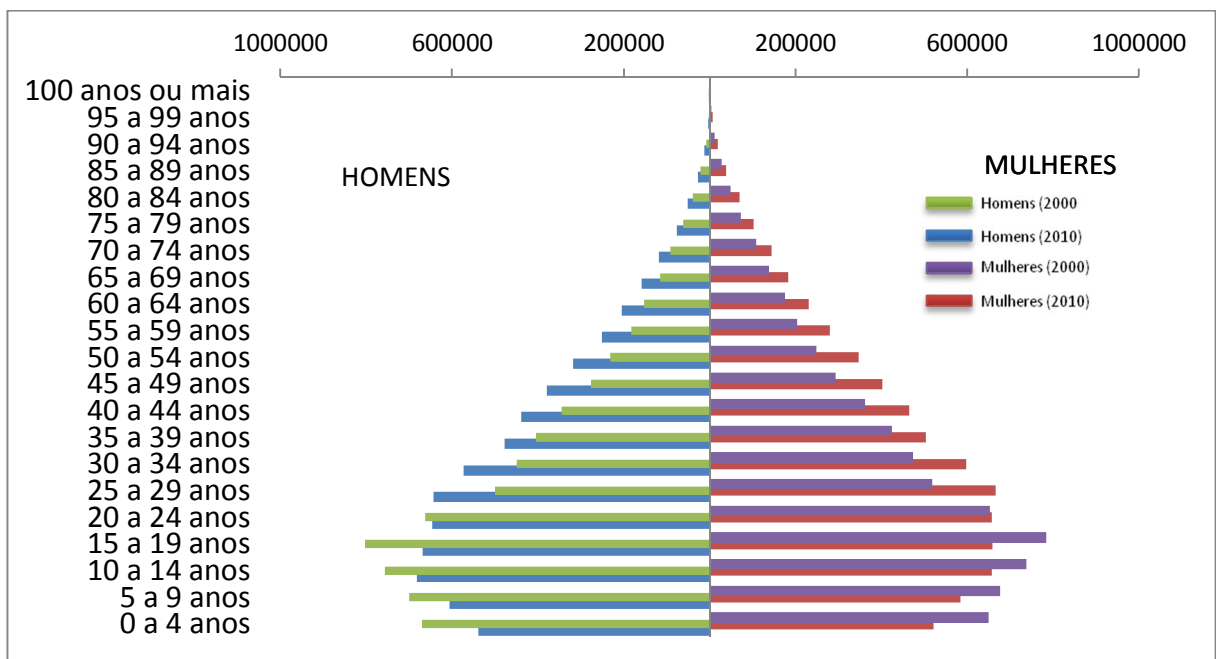
Reconhece-se, entretanto, que há estados brasileiros que avançaram sobremaneira no processo de transição demográfica, o que pode ser compreendido, de acordo com Silva e Silva (2009) como a passagem de uma fase de crescimento elevado, com destaque para a presença expressiva de uma população infanto-juvenil para outra fase, com baixo crescimento e com maior participação relativa da população de adultos e idosos. Nesses estados, há pequena participação da população infantil na base da pirâmide, o que caracteriza baixas taxas de fecundidade, além de significativa participação de idosos na população total. Admite-se, assim, a diversidade na estrutura etária dos vários estados brasileiros, ratificando-se dessa forma, a característica de heterogeneidade, também nesse aspecto.

Gráfico 1 – Pirâmide etária Brasil – 2000 e 2010



Fonte: IBGE, 2013. Censos Demográficos 2000 e 2010.

Gráfico 2 – Pirâmide etária Bahia – 2000 e 2010



Fonte: IBGE, 2013. Censos Demográficos 2000 e 2010.

Por fim, nas três demonstrações gráficas (região Sudoeste, Bahia e Brasil), é possível inferir que, entre os anos de 2000 e 2010, ocorreu uma discreta retração na base da pirâmide etária, o que configura uma redução na sua taxa de fecundidade e conseqüente natalidade.

Há que se considerar, por fim, as taxas de fecundidade, natalidade e mortalidade da região nos períodos mencionados. Pesquisa realizada pelo IBGE mostra que, em três décadas, a taxa de Fecundidade da região Sudoeste reduziu de 4,47, em 1991, para 2,27 filhos por mulher em 2010. O número de filhos por mulher, a exemplo do Brasil, vem reduzindo gradualmente nas últimas décadas na região Sudoeste. É possível inferir que a redução das taxas de fecundidade é impulsionada pelo aumento da instrução feminina que, cada vez mais, vem se mantendo informada e atualizada acerca dessa questão, o que a possibilita tomar decisões mais realistas acerca do tema. A fecundidade segue, assim, uma tendência mundial, em que é de cada vez menor o número de filhos por mulher. Vários fatores podem estar relacionados à redução da fecundidade verificada em nas três esferas analisadas. Certamente, a prioridade de acesso ao emprego e à carreira profissional, além dos aspectos relativos à percepção da incerteza social, podem estar entre os fatores determinantes na queda da fecundidade. Fato é que tais razões fomentaram maior planejamento familiar. Em relação ao topo da pirâmide, a população feminina ampliou mais sua expectativa de vida, se comparada aos homens, o que confirma a manutenção de uma projeção, a qual as mulheres possuem maior expectativa de vida do que os homens.

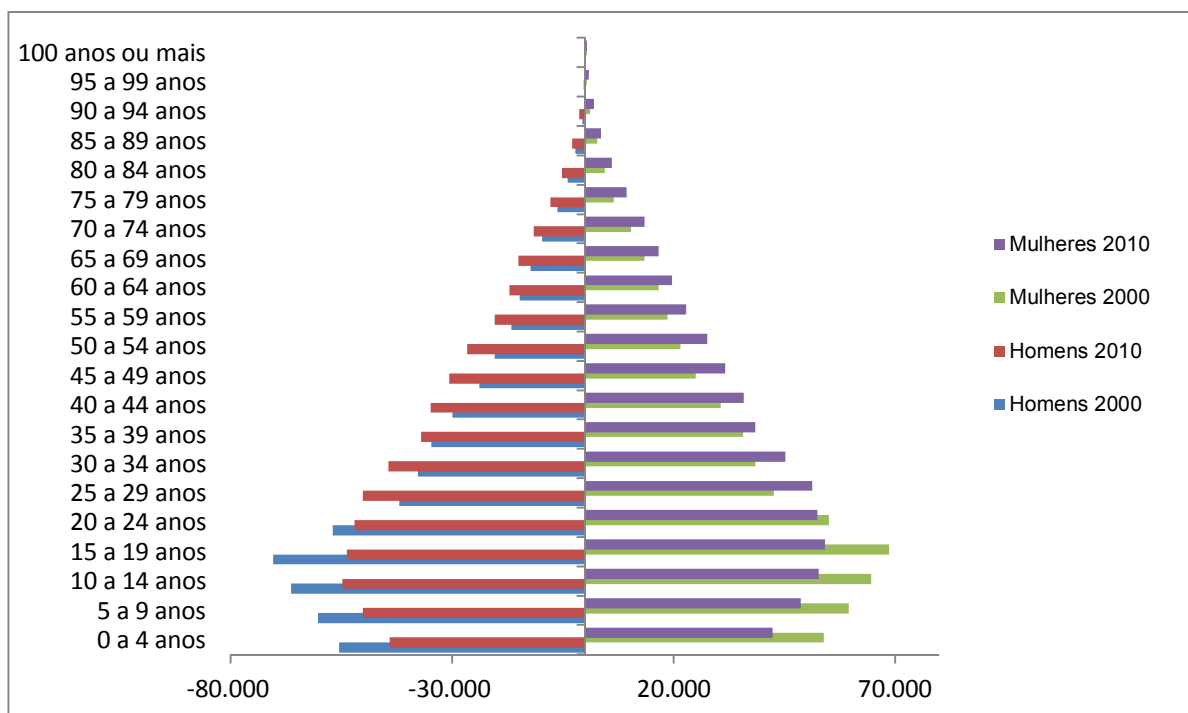
Ao mesmo tempo, a esperança de vida ao nascer alcançou os 70,36 anos no mesmo período, contra os 64, 3 anos da década de 2000. Similar à uma tendência mundial, os índices apontam para o envelhecimento populacional da região, na medida em que se amplia a rede assistencial, de infra-estrutura e saneamento básico. Já a taxa de mortalidade, inversamente à uma tendência mundial, apresenta, na região Sudoeste um quadro de crescimento, o que pode configurar que a rede assistencial ainda necessita ampliar sua ação.

Especificamente, na pirâmide etária da Região Sudoeste (Gráfico 3) nota-se a queda da fecundidade, a partir de discreta redução da população infantil na base da pirâmide, entre 2000 e 2010. Percebe-se redução no número relativo de crianças nos primeiros anos de vida, tanto da população masculina, quanto da população feminina.

Em seguida, verifica-se, também, uma população economicamente ativa considerável, sobretudo no grupo de pessoas cuja idade encontra-se no intervalo de 15 a 24 anos, ao se comparar aos demais grupos etários. Há ainda, tendência de aumento populacional do grupo superior aos 25 anos, caracterizando a convergência para um processo de envelhecimento relativo da população. Em relação ao número de adultos e idosos, o aumento também fora pequeno. Quanto aos adultos, certamente, o processo de migração e da expectativa média de vida apresenta um aumento discreto dessa população entre as duas décadas analisadas.

Por fim, verifica-se discreto aumento da população que possui 60 anos ou mais de idade, o que caracteriza o resultado da elevação da expectativa de vida. A pirâmide etária, em 2010, se afunila, assim, até o seu topo, na medida em há o avanço na idade, e que apenas parte da população ainda alcança tal situação, sugerindo uma possível melhoria nas condições de saúde, o que gera a mobilidade da população para faixas etárias superiores.

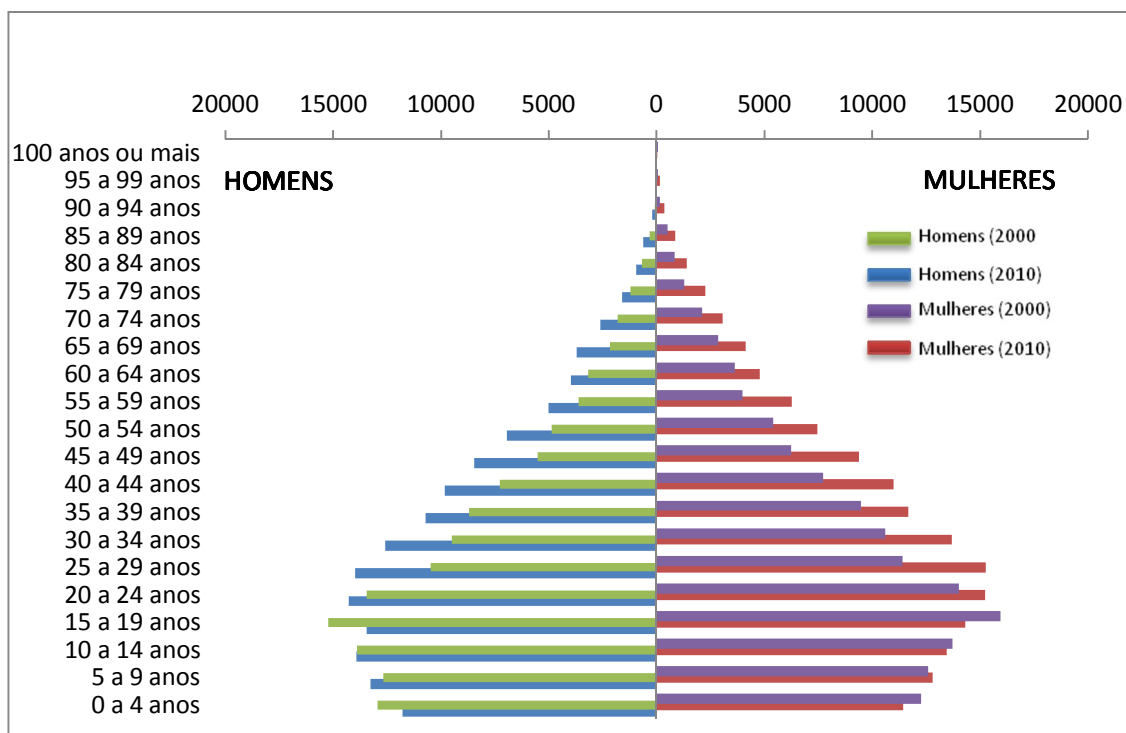
Concluindo, a pirâmide da região Sudoeste não apresenta alteração substancial entre as décadas de 2000 e 2010, em termos de composição estrutural, o que sugere ainda a manutenção de um perfil de região com características de subdesenvolvimento, na medida em que a sua base ainda se mantém larga, culminando com o estreitamento do seu topo. Registra-se ainda, a alta taxa de natalidade e a pequena esperança média de vida, associada a uma alta taxa de mortalidade, ainda que com discreta alteração nesses itens. Tais fatores ainda sugerem um cenário de incipiente qualidade de vida, embora registre-se: com discreta melhoria dos seus índices.

Gráfico 3 – Pirâmide Etária – Região Sudoeste – 2000 – 2010

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2000 e 2010.

A análise social de Vitória da Conquista, ante seu quadro demográfico, indica que o município apresenta alta percentagem de população jovem, ao se comparar aos demais grupos etários. Ao analisar a pirâmide etária do município, o ano de 2010 manteve o número de nascimentos, sem demonstrar aumento substancial, no período compreendido entre 2000 e 2010. Em relação ao número de adultos e idosos, o aumento também fora pequeno. Em relação aos adultos, certamente, o processo de migração ocorrido em função do aumento de postos de trabalho, apresentou um aumento discreto dessa população entre as duas décadas analisadas. A discreta alteração na faixa etária dos idosos sugere uma possível melhoria na saúde, ou ainda, a mobilidade da população entre as faixas etárias.

Ao verificar a pirâmide etária do município, em 2010, a mesma se afunila até o seu topo, na medida em que as pessoas vão avançando na idade, o que coincide com a alta taxa de fecundidade e baixa expectativa de vida e conseqüente alta taxa de mortalidade. Embora em ritmo regressivo, a alta taxa de natalidade e a pequena esperança média de vida, associada a uma alta taxa de mortalidade, marcam um cenário de incipiente qualidade de vida.

Gráfico 4 – Pirâmide Etária – Vitória da Conquista – 2000 e 2010

Fonte: IBGE, 2013. Dados organizados pela autora

Verifica-se ainda uma redução da população infantil na base da pirâmide em 2010, com um discreto afinamento das camadas mais baixas (menor proporção de crianças e jovens). A maior concentração populacional encontra-se na faixa dos 20 a 29 anos, que já é considerada adulta. A partir desse ponto, há uma inversão e a quantidade da população começa a cair gradativamente nas faixas dos mais velhos. A preocupação com a população soberanamente jovem, fez com que um ex prefeito da cidade adotasse, em seu período de gestão, políticas públicas voltadas a esse público, ao instalar em toda a cidade um grande número de praças públicas, dotadas de equipamentos esportivos. Em entrevista realizada com o ex gestor, em agosto de 2013, este cita textualmente que:

A preocupação essencial era atender a uma concentração populacional localizada na zona oeste da cidade. Sabendo-se que grande parte dessa população constituía-se de jovens, o planejamento esteve voltado para a construção de praças públicas dotadas de equipamentos que possibilitassem a inserção desses na vida social e esportiva.

É possível afirmar que o atual contexto de migração contribui para o quadro apresentado, em termos de concentração populacional, assim como as dificuldades sociais que impedem que a população jovem alcancem as demais faixas. A situação

não se agrava mais porque os programas sociais do governo federal, característica pontual do atual modelo de gestão do governo federal, a exemplo do Programa Bolsa Família, mantém a população nas suas cidades de origem, enquanto critério para concessão do benefício.

Quanto ao crescimento demográfico do estado, entre a década de 1991-2000 (Tabela 5), este desacelera-se na Bahia e na região Sudoeste, o que pode ter sido impactado pelos fatores relacionados aos fatores acima expressos, ou seja: crescimento natural e/ou movimentos migratórios. As perdas populacionais podem ter sido motivadas, inclusive, pela baixa qualidade de vida da população, cujas oportunidades de trabalho são limitadas. Esse quadro pode ter intensificado o processo de migração, fomentando o êxodo, trazendo como consequência a perda de mão de obra jovem, que por sua vez, saem de suas cidades de origem em busca de trabalho nas cidades maiores. Tal condição vai refletir no movimento migratório desses municípios, que não apresentam condição e potencial capacidade de retenção da população economicamente ativa em seus territórios de origem.

Tabela 13 – População e Crescimento Demográfico da Bahia e Região Sudoeste da Bahia

Ano	População				% da Região Sudoeste
	Bahia	Crescimento %	Região Sudoeste	Crescimento %	
1991	11.867.991		1.009.757		11,75
2000	13.070.250	10,13	1.135.362	12,44	11,51
2010	14.021.432	7,28	1.134.831	-0,05	9,59

Fonte: Censos Demográficos: 1991, 2000 e 2010 (IBGE)

Em relação à população da região Sudoeste, Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga se descam entre os demais municípios, pois juntos totalizam 526.609 habitantes, de acordo com o último censo demográfico de 2010. Assim, concentram, juntas, 46,3 % da população regional, cuja soma é de 1.135.586 habitantes. As três cidades concentram ainda, a maior parte das atividades econômicas da região. Tal situação, embora tenha contribuído para o crescimento dos municípios em questão, dificultou sobremaneira a expansão dos demais núcleos urbanos e, consequentemente, inibiu a possibilidade de uma melhor qualidade de vida para a população regional. Estes municípios, em número de 36, encontram limitações,

assim, para crescimento exatamente pelas mesmas razões que favorecem o crescimento de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga.

Quanto á população total, dos trinta e nove municípios, apenas quatro possuem mais de 35.000 habitantes. Na realidade, destes, 25 (64%) municípios possuem menos de 20.000 habitantes. Os menores municípios, em termos populacionais, são Lafaiete Coutinho e Cravolândia, com 3.901 e 5.042 habitantes, respectivamente.

A apreciação dos dados da Tabela 6, permitem depreender que menos da metade dos municípios, dezenove, tiveram um crescimento populacional positivo. Tal variação apresenta-se de forma heterogênea, cujo intervalo é de 0,56% (Ilororó) a 17,33% (Barra do Choça). Já vinte municípios apresentam taxa de crescimento demográfico negativa, a exemplo de Ribeirão do Largo com 77,9% de taxa negativa de crescimento a -2,15% (Cândido Sales). Tal contexto pode ser justificado pela baixa qualidade de vida da população, com pequenas oportunidades de trabalho. Esse quadro pode ter intensificado o processo de migração, fomentando o êxodo precoce e gerando uma explosão populacional nos grandes centros urbanos, formada em grande parte por pessoas subempregadas, que vivem em um níveis subhumanos, tendo em vista a baixa qualificação das mesmas. As conseqüências para os municípios que apresentam crescimento populacional negativo são, sobretudo, de perda de mão de obra jovem, que por sua vez, saem de suas cidades de origem em busca de trabalho nas cidades maiores.

Tabela 14 – População: 1991 - 2000 – 2010 (Brasil, Bahia, Região Sudoeste)

Município	Decênios			Variação Demográfica %	
	1991	2000	2010	1991/2000	2000/2010
Brasil	146.825.475	169.798.885	190.755.799	13,53	10,99
Bahia	11.867.991	13.070.250	14.016.906	9,20	6,75
Região Sudoeste	1.022.446	1.134.863	1.134.831	9,91	0,00
V.da Conquista	225.091	262.494	306.374	16,62	14,32
Anagé	41.544	31.060	25.500	-25,24	-21,804
Barra do Choça	17.245	40.818	34.788	136,69	-17,334
Belo Campo	14.301	17.655	16.026	23,45	-10,165
Boa Nova	13.505	20.544	15.409	52,12	-33,325

Bom J. da Serra	10.226	10.502	10.123	2,70	-3,744
Caatiba	9.707	15.508	11.448	59,76	-35,465
Caetanos	10.655	13.076	13.666	22,72	4,317
Cândido Sales	23.568	28.516	27.916	20,99	-2,149
Caraibas	17.088	17.165	10.225	0,45	-67,873
Cravolândia	4.720	5.001	5.042	5,95	0,813
Encruzilhada	21.362	32.924	23.786	54,12	-38,418
Firmino Alves	5.523	5.170	5.385	-6,39	3,993
Ibicui	15.636	15.129	15.786	-3,24	4,162
Iguaí	22.984	25.134	25.724	9,35	2,294
Irajuba	6.354	6.362	7.002	0,13	9,14
Itambé	23.901	30.850	23.106	29,07	-33,515
Itapetinga	53.476	57.931	68.314	8,33	15,199
Itaquara	7.180	7.861	7.678	9,48	-2,383
Itarantim	17.216	16.923	18.548	-1,70	8,761
Itiruçu	12.622	13.585	12.539	7,63	-8,342
Itororó	20.510	19.799	19.911	-3,47	0,563
Jaguaquara	39.372	46.621	51.019	18,41	8,62
Jequié	144.772	147.202	151.291	1,68	2,703
Lafaiete Coutinho	5.125	4.102	3.901	-19,96	-5,153
Lajedo do Tabocal	6.476	8.100	8.305	25,08	2,468
Macarani	34.345	14.594	17.088	-57,51	14,595
Maiquinique	7.833	7.326	8.782	-6,47	16,579
Manoel Vitorino	17.025	16.704	14.390	-1,89	-16,081
Maracás	27.154	31.683	24.615	16,68	-28,714
Mirante	8.189	13.666	10.512	66,88	-30,004
Nova Canaã	13.815	15.366	16.727	11,23	8,137
Planaltino	10.332	7.963	8.822	-22,93	9,737
Planalto	23.526	21.207	24.497	-9,86	13,43
Poções	37.834	44.213	44.760	16,86	1,222
Potiraguá	10.389	14.579	9.829	40,33	-48,326
Rib. do Largo	10.930	15.303	8.602	40,01	-77,9
Santa Inês	10.048	11.027	10.363	9,74	-6,407
Tremedal	20.867	21.200	17.032	1,60	-24,472

Fonte: Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010 – Dados organizados pela autora

Em relação à dinâmica demográfica da região, uma importante abordagem da migração dos municípios da região Sudoeste é realizada pela condição de naturalidade em relação aos mesmos. Sendo assim, para efeito destas análises, considera-se migrante todo aquele que não nasceu no município onde reside na data de realização do Censo Demográfico, ou, nasceu no município onde residia na data da realização do Censo, porém já morou em outro município, condição em que é denominado “migrante de retorno”. Os “não-migrantes são aqueles que não residiram em outros municípios, além do município em que nasceram. a Tabela – Naturalidade em relação ao município baseia-se na evolução do volume populacional entre os Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Verificou-se assim que, ainda que com perdas populacionais em diversos municípios da região entre os períodos verificados (1991-2000 - 2010), esta manteve o seu crescimento populacional, decorrentes do somatório de não-migrantes e migrantes. No âmbito da região, a Tabela 7, nota-se, de forma crescente a inserção de imigrantes nos seus diversos municípios, ao se verificar, numericamente, os seus residentes naturais e não naturais.

Em relação aos não migrantes, essa população aumenta destacadamente nos municípios de maior porte, indicando que a população estaria fixando-se mais ou ainda, pode-se atribuir tal crescimento ao aumento da população causada pelos filhos de migrantes, ainda que, com baixa fecundidade.

Quanto aos migrantes, é possível afirmar que, ao longo dos quase trinta anos, ainda que alguns municípios tenham apresentado crescimento demográfico negativo, todos receberam migrantes. O destaque se mantém para os municípios mais populosos, os quais receberam maior número de migrantes. Em termos percentuais, a região Sudoeste apresenta, nas três últimas décadas, relativa evolução no número de migrantes, com 22,25% em 1991, elevando-se para 2,93 em 2000, alcançando 27,60 em 2010. O destaque entre os municípios de baixa taxa de migração é para Caetanos, que, apresenta em 1991, um percentual de 3,77% de não migrantes. Esse número dá um salto significativo em 2010, quando alcança o percentual de 8,92%. Em contraponto, aparece o município de Firmino Alves com 37,72% de sua população composta por migrantes, em 2010. Já o município de Tremedal, embora tenha acumulado perdas populacionais significativas entre os residentes naturais, vem acumulando crescimento populacional entre os residentes não naturais, alcançando o percentual de 14,19% em 2010.

Tabela 15 – Naturalidade em relação ao município – 1991, 2000, 2010: Região Sudoeste

Município	População – naturalidade em relação ao município											
	1991				2000				2010			
	Natural		Não Natural		Natural		Não Natural		Natural		Não Natural	
	V. Absoluto	% I	V. Absoluto	%	V. Absoluto	%I	V. Absoluto	%	V. Absoluto	%	V. Absoluto	%
Região Sudoeste	778.753	77,75	222.899	22,25	882.449	76,07	277.592	23,93	822.284	72,40	313.514	27,60
Vitória da Conquista	147.629	65,59	77.462	34,41	178.935	68,17	83.559	31,83	209.323	68,21	97.543	31,79
Anagé	40.371	97,18	1.173	2,82	29.146	93,84	1.914	6,16	21.370	83,75	4.146	16,25
Barra do Choça	16.613	66,87	8.231	33,13	29.972	73,43	10.846	26,57	21.913	62,99	12.875	37,01
Belo Campo	10.700	74,82	3.601	25,18	13.827	78,32	3.828	21,68	11.480	71,66	4.541	28,34
Boa Nova	12.780	94,63	725	5,37	18.104	88,12	2.440	11,88	12.641	82,03	2.770	17,97
Bom Jesus da Serra	9.432	92,24	794	7,76	9.347	89,00	1.155	11,00	8.503	84,08	1.610	15,92
Caatiba	8.502	88,41	1.115	11,59	14.191	91,51	1.317	8,49	9.659	84,58	1.761	15,42
Caetanos	10.253	96,23	402	3,77	12.590	96,29	485	3,71	12.423	91,08	1.216	8,92
Cândido Sales	19.332	82,03	4.236	17,97	22.484	78,85	6.032	21,15	20.607	73,81	7.311	26,19
Caraibas	16.019	93,74	1.069	6,26	15.537	90,52	1.627	9,48	8.069	78,94	2.153	21,06
Cravolândia	3.992	84,58	728	15,42	2.528	81,76	564	18,24	3.668	72,76	1.373	27,24
Encruzilhada	20.043	93,83	1.319	6,17	26.626	80,87	6.298	19,13	16.486	69,37	7.280	30,63
Firmino Alves	3.571	64,66	1.952	35,34	2.971	57,47	2.199	42,53	3.353	62,28	2.031	37,72
Ibicuí	13.186	84,33	2.450	15,67	10.608	70,12	4.521	29,88	11.161	70,71	4.624	29,29
Iguai	18.205	79,21	4.779	20,79	20.602	81,97	4.532	18,03	20.867	81,18	4.838	18,82
Irajuba	5.669	89,22	685	10,78	5.032	79,09	1.330	20,91	5.521	78,85	1.481	21,15
Itambé	17.111	71,59	6.790	28,41	26.189	84,89	4.661	15,11	18.546	80,32	4.543	19,68
Itapetinga	34.074	63,72	19.402	36,28	37.362	64,49	20.569	35,51	44.762	65,56	23.511	34,44
Itaquara	5.955	82,94	1.225	17,06	6.497	82,65	1.364	17,35	5.934	77,29	1.744	22,71
Itarantim	13.361	77,61	3.855	22,39	14.003	82,75	2.920	17,25	12.736	68,70	5.803	31,30
Itiruçu	9.632	80,79	2.290	19,21	10.614	78,13	2.971	21,87	8.930	70,35	3.763	29,65
Itororó	14.003	68,27	6.507	31,73	12.668	63,98	7.131	36,02	12.886	64,71	7.028	35,29

Jaguaquara	31.242	79,35	8.130	20,65	32.350	69,39	14.271	30,61	38.956	76,37	12.055	23,63
Jequié	114.094	78,81	30.678	21,19	107.420	72,97	39.782	27,03	111.461	73,38	40.434	26,62
Lafaiete Coutinho	4.416	86,17	709	13,83	3.482	84,89	620	15,11	2.864	73,42	1.037	26,58
Lajedo do Tabocal	4.305	66,48	2.171	33,52	5.847	72,19	2.253	27,81	5.425	65,32	2.880	34,68
Macarani	12.768	90,83	1.289	9,17	38.574	92,27	3.232	7,73	12.975	75,91	4.118	24,09
Maiquinique	5.759	73,52	2.074	26,48	5.252	71,69	2.074	28,31	5.622	64,02	3.160	35,98
Manoel Vitorino	15.559	91,39	1.466	8,61	14.802	88,07	2.006	11,93	12.073	83,92	2.314	16,08
Maracás	23.939	88,16	3.215	11,84	27.430	86,58	4.253	13,42	19.566	79,49	5.047	20,51
Mirante	8.055	98,36	134	1,64	12.244	95,11	630	4,89	9.329	88,79	1.178	11,21
Nova Canaã	11.360	82,23	2.455	17,77	12.619	81,78	2.812	18,22	13.243	79,24	3.470	20,76
Planaltino	9.519	92,13	813	7,87	6.802	85,42	1.161	14,58	7.232	81,98	1.590	18,02
Planalto	19.542	83,07	3.984	16,93	16.298	75,08	5.409	24,92	18.062	73,78	6.419	26,22
Poções	28.817	76,17	9.017	23,83	29.039	65,68	15.174	34,32	29.913	66,92	14.788	33,08
Potiraguá	7.499	72,18	2.890	27,82	11.698	80,24	2.881	19,76	6.738	68,69	3.072	31,31
Ribeirão do Largo	2.890	73,18	1.059	26,82	12.620	82,47	2.683	17,53	6.258	72,75	2.344	27,25
Santa Inês	8.506	84,65	1.542	15,35	7.316	66,35	3.711	33,65	7.117	68,68	3.246	31,32
Tremedal	20.050	97,65	483	2,35	18.823	88,79	2.377	11,21	14.612	85,81	2.417	14,19

Fonte: IBGE (1991, 2000 e 2010). Dados organizados pela autora

4.4.1.3 Povoamento: distribuição no espaço. Rede urbana do Sudoeste da Bahia e sua evolução demográfica

Ao resgatar a história do povoamento da região Sudoeste da Bahia, enquanto região econômica da Bahia, remonta-se à uma época em que o Brasil, dependente de Portugal, vivia a fase do Período Colonial, marcado pela prática da monocultura, agro-exportação e escravismo. Nesse período surgiram os primeiros arraiais no Sertão da Ressaca – atual região Sudoeste da Bahia - fundados pelos portugueses João Gonçalves da Costa e João da Silva Guimarães, em 1752. Nessa época, o litoral já havia sido ocupado e os colonizadores pretendiam, então, explorar o sertão, reproduzindo as mesmas práticas utilizadas no litoral, ou seja: a expansão da cultura do latifúndio, o desenvolvimento monocultura, a utilização do escravismo como mão-de-obra e a produção voltada para a exportação. Os fatos ocorridos nessa época

viriam refletir, posteriormente, em todo o processo de povoamento e urbanização da região Sudoeste da Bahia, até a atualidade.

A exploração da pecuária teve o primeiro e importante papel na fixação do homem neste território. Em seguida, surge o comércio e, em paralelo, a agricultura, destinada às necessidades básicas da população. Foi, então, da posse das primeiras terras, que originaram as fazendas de gado. A história do povoamento do então Sertão da Ressaca, inicia, assim, a sua trajetória, influenciando o povoamento das terras e, em sua projeção como o que, no futuro, viria a se materializar como um território que exerceria fundamental papel de liderança na sua região.

Ante a sumarização de tais fatos e, já evidenciando que este procedimento se materializou mediante a percepção dos colonizadores sobre a localização privilegiada deste território, sobretudo o Arraial da Conquista, (Vitória da Conquista na atualidade) enquanto rota de passagem, Maximiliano (1940) produz curiosa descrição no livro “Viagem ao Brasil”:

Arraial da Conquista, principal localidade do distrito, é quase tão importante como qualquer vila do litoral. [...] Independentemente dos recursos que a cultura dos campos fornece para a subsistência dos habitantes, a venda do algodão e a passagem das boiadas, que vão para a Bahia, lhes proporcionam outros meios de vida. As boiadas que vêm do Rio São Francisco passam também por essa localidade, e algumas vezes vêm-se chegar, numa semana, para mais de mil bois, que se destinam à capital. O gado comumente emagrece durante o longo trajeto que tem de percorrer, motivo pelo qual deixam-no descansar, aí, durante algum tempo, e mandam-no para se refazer nos pastos mais próximos. MAXIMILIANO (1940, p.409)

Em uma época em que o período colonial na Bahia era marcado por uma economia voltada para a exportação, Maximiliano sinaliza, inicialmente, a relevância do sertão em relação ao litoral. Reconhece o autor no primeiro um local de comércio e entroncamento, na medida em que o comércio de algodão já fluía e a região era utilizada para a passagem das boiadas que iriam para a capital, onde também ocorria a exportação de couro.

Além da cultura de exportação, por meio do algodão e couro, já neste período, o Arraial exerce a função de entroncamento e passagem, vindo, mais tarde, solidificar esta condição por meio da construção de novas estradas que estabeleceriam elos entre os territórios contíguos e outros mais distantes. Desde o período inicial de ocupação, portanto, havia o intuito de desbravar o sertão,

buscando ligá-lo ao litoral, além da necessidade de escoamento da produção de gado, originando, assim, as primeiras estradas.

O povoamento, entretanto, mostrou-se lento, disperso e fragmentado em grandes fazendas. Tendo tal movimento como ponto de partida, surgiram, algum tempo depois, durante o século XIX, os municípios de Vitória da Conquista (1840), Maracás (1853), Poções (1880), Boa Nova (1880) e Jequié (1897), que, culturalmente, estiveram associados ao modo de vida sertanejo. Dentre os municípios integrantes da região, dez, num primeiro momento, foram desmembrados do município de Vitória da Conquista.

Era possível verificar que a atividade comercial se confundia com a agropastoril, sendo que esta, cada vez mais, se confirmava como motor da economia regional. No decorrer da primeira metade do século XX, outras atividades produtivas seriam, também, incorporadas nesse contexto. Dentre elas, a olericultura introduzida por imigrantes italianos e alguns japoneses radicados na região em final da década de 1940, particularmente nos municípios em direção norte Jaguaquara, Itiruçu, Maracás, sob a influência mais direta de Jequié, que tornaria a região maior produtora estadual nesse gênero.

Até o início do século XX, a pecuária desenvolvia-se de forma extensiva. Já no início do século XX surge a preocupação com a melhoria racial e sanitária dos rebanhos, concomitante ao aumento do preço da carne. Ressalte-se que a pecuária implantada predominantemente em toda a região foi a atividade que mais intensamente promoveu a ocupação e o povoamento deste espaço. Entretanto, é importante observar que, somente a partir da terceira ou quarta década do século XX, é que a Região Sudoeste passa a desenvolver criações próprias de bovinos, se constituindo, portanto, numa região de pecuária. Anteriormente, esta atividade na região se caracterizava também como sendo de circulação, isto é, os pastos naturais e os currais existentes eram utilizados pelas boiadas provenientes do Alto Sertão, com destino a Salvador e ao Recôncavo Baiano. Nas palavras de Santos (2007)

Na primeira metade daquele século, a integração da Região Sudoeste com o resto do país foi de desenvolvimento em ritmo lento. Com estradas deficientes, dificultando suas ligações com o mundo exterior e sem apresentar produções agrícolas significativas (os cultivos existentes eram voltados, na sua totalidade, para o autoconsumo), a ocupação e o conseqüente povoamento do seu território ocorreram em uma intensidade bem menor que aquele apresentado na faixa litorânea. No entanto, é nesse mesmo período, quando se iniciou a mudança do perfil socioeconômico

regional, caracterizado como sendo uma área de passagem de gado para uma região de pecuária, com predomínio de criatórios bovinos, envolvendo todas as fases de produção, que o Sudoeste passou a conhecer um processo mais intenso de definição regional. Este processo é representado pelo aparecimento de novos núcleos de povoamento, pelo desmembramento de municípios e pelo surgimento de centros comerciais e de prestação de serviços, com diferentes níveis de influência. SANTOS (2007, P.72)

Em paralelo, a influência italiana se estendeu por toda a parte norte da região até os anos de 1950, devendo-se a estes o estabelecimento da agricultura no planalto de Jaguaquara /Itiruçu e Maracás. Tais municípios viveram uma época de progresso urbano sem precedentes, favorecendo, sobretudo, o município de Jequié que, devido a sua condição histórica de centro regional, tornou-se um grande beneficiário das mudanças ocorridas no período, o que ampliou, quantitativamente, os seus estabelecimentos comerciais, cinemas, hotéis, lojas de tecidos, assim como a sua vida social, com a abertura de jornais, rádios, companhias de cultura, grupos de teatro, dentre outros (NETO 2009).

Ainda na primeira metade do século XX, em decorrência da construção da estrada de ferro Nazaré-Jequié, a ocupação da região foi intensificada, principalmente nas décadas de 1930 e 1940, período em que novas cidades foram criadas e outras se firmaram com centros de comércio e de serviços, a exemplo de Jequié e Vitória da Conquista. Outrossim, a construção da BR-116 impactou sobremaneira no crescimento da região. De acordo com Santos (2007),

A construção da Rio-Bahia (BR-116), estrada que corta a Região no sentido norte-sul e que foi concluída no início da década de 60, contribuiu para que o Sudoeste ganhasse nova dinâmica nas décadas de 50 e 60, vez que, neste período, 22 novos municípios foram criados, promovendo e acelerando uma maior integração da Região na economia nacional. Desses municípios, os de maior expressão econômica tinham na pecuária, a sua principal atividade, a exemplo de Itororó, Macarani e Itapetinga. Nessa época, apenas 4 municípios da Região contavam com populações superiores a 30.000 habitantes e possuíam uma economia mais dinâmica: Vitória da Conquista (80.113 hab.), Poções (34.425 hab.) e Itapetinga (39.091 hab.). SANTOS (2007, p. 71)

O autor ressalta ainda que outras estradas de importância secundária foram construídas no sentido leste-oeste, criando entroncamentos rodoviários ora para o sertão, ora para o litoral. Tais estradas contribuíram, essencialmente, para a estruturação do espaço regional, sobretudo com relação à consolidação dos centros de Vitória da Conquista e Jequié e de suas áreas de influência. Destaque-se, assim,

as de Vitória da Conquista/ Brumado (BA-262), Vitória da Conquista/ Itabuna (BA-263/BR-415). Jequié/Ubaitaba (BR-330), BR-116/Ubaíra e BR-116/Maracás.

As estradas implantadas a partir da década de 1960, associadas à localização geográfica das cidades de Vitória da Conquista e Jequié, contribuíram para a consolidação destes municípios, enquanto centros urbanos, concentrando as principais atividades comerciais e de serviços regionais. Estas mesmas razões possibilitaram, de alguma forma, o crescimento de outras cidades de importância secundária na Região, a exemplo de Poções, Itapetinga e Jaguaquara.

Quanto à configuração espacial, a região Sudoeste da Bahia, em virtude do seu modo de ocupação (grandes fazendas) e do sistema econômico predominante (pecuária), desenvolvido ao longo do seu processo de formação, apresenta-se ainda como uma área de grandes vazios demográficos. Como a maioria dos municípios que compõem a região foi criada depois de 1950 (26 dos 39), pode-se também afirmar que seu processo de ocupação mais intensa ocorreu em períodos recentes. Até o início do século XIX, esta área mantinha, em seu conjunto, as mesmas características da época do descobrimento. Os mais importantes povoamentos existentes, constituídos basicamente por Vitória da Conquista e outras pequenas e escassas concentrações humanas, localizadas nas grandes fazendas de gado, não foram capazes de provocar alterações importantes na organização espacial do território. Em Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga, concentrava-se quase 50% dos habitantes da região. A concentração, nesses municípios, das atividades econômicas, principalmente as comerciais, dificultou a origem de outros núcleos de povoamento e, por via de consequência, uma melhor distribuição da população regional.

Nas décadas de 1970 e 1980, a região passa por uma nova fase de desenvolvimento, em função, sobretudo, da introdução da cafeicultura e a implantação de dois distritos industriais, localizados em Jequié e Vitória da Conquista. O governo federal, com a finalidade de expandir a lavoura cafeeira para além das regiões sul e sudoeste do Brasil, destinou vultosos recursos financeiros para essa região da Bahia e outras áreas do país, para investimento na cultura do café. O objetivo era minimizar as desigualdades sociais, assim como reduzir o problema das geadas que assolava a região Sudeste do país – grande produtora de café. Nas palavras de Medeiros (2003)

Isso ocorreu principalmente porque o governo, premido por dificuldades, pretendia ampliar a exportação de grãos e porque nas tradicionais áreas produtoras (São Paulo e Paraná, principalmente) os cafezais passaram a sofrer mais os efeitos de geadas e da doença da ferrugem. Em consequência disso, áreas em Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia (Planalto da Conquista, Chapada Diamantina, superfície Jequié-Jaguaquara) foram consideradas adequadas ao plantio do café, especialmente dos tipos catuaí e mundo novo. MEDEIROS (2003, p. 02)

A história do café na região Sudoeste começa, assim, no início da década de 1970, quando o Programa Nacional de Recuperação e Renovação dos Cafezais (PRRC) incentivou o plantio de café na região. Em 1972, Vitória da Conquista foi contemplada pelo Plano do Governo do General Médici. Em reportagem do Caderno Especial do “Jornal da Bahia”, edição de 30 de agosto de 1975, O texto de Hélio Duque ainda destacava o seguinte:

Foi em 1970/1971 que os técnicos paulistas Ângelo Paes de Camargo (Climatologista), Adolpho Chebabi (Implantação de Culturas) e Alfredo Kupper (Solos), enviados pelo IBC (Instituto Brasileiro do Café) delimitaram no ‘Planalto de Conquista’ uma área de 300 mil hectares, apta para o café, em bases de moderna tecnologia agrícola. [... O plantio em 1971/72 foi de apenas 21.250 pés em Vitória da Conquista. Atualmente (1975), três anos depois, a área já tem 12 milhões de pés].

Ante esta nova realidade, Vitória da Conquista já dispunha, em 1975, de equipamentos para beneficiamento do café produzido na região. De acordo com Lopes (2003), o pólo cafeeiro foi o responsável pelo dinamismo da economia regional, com reflexo no aumento da população, crescimento e diversificação do comércio e das atividades de serviços. Como resultado destas iniciativas, o comércio de terras para o plantio de café se intensifica, e o preço destas sobe consideravelmente, o que dificulta o acesso e manutenção da terra em poder dos pequenos proprietários, expulsando-os das mesmas em direção à cidade. Estes, por sua vez, deixam o cultivo direto da terra e vão para a periferia das cidades, vilas e povoados, em condições precárias de existência. Tal fato, portanto, acelerou a migração dos habitantes da zona rural para a zona urbana de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga, provocando o êxodo rural e impactou, mais uma vez, a dinâmica de urbanização desses municípios. Segundo Medeiros, (2003, p. 02),

O comércio passou a contemplar novas demandas e a expandir-se. A construção civil, até então em crise, retomou as atividades. Surgiram novos loteamentos. Mansões foram construídas. A periferia da cidade passou a

contar com imenso número de pobres, residindo em precárias condições. MEDEIROS, (2003, p. 02)

A região, portanto, ainda carente de planejamento mais consistente, continuava o seu crescimento de forma desordenada, caracterizada pela insuficiência de infra-estrutura e equipamentos urbanos para a sua população. Somente na década de 1990, então, é que o governo estadual adota o critério de divisão regional, criando as regiões econômicas, quando surge, assim, a região Sudoeste da Bahia. De acordo com Neto (2009),

Apesar das divisões até então ocorridas no seu espaço, a região Sudoeste ainda possui áreas pouco integradas à economia ou, até mesmo, virgem em termos de exploração econômica e porções do seu território, com cidades dispersamente distribuídas, ou seja, cidades com longas distâncias entre si. DUTRA NETO (2009, p. 114)

Tal ocorrência evidencia que a região Sudoeste encontra-se, em termos de crescimento e desenvolvimento, ainda aquém do desejável, o que provoca problemas sociais para a sua população, a qual tem acesso limitado à uma série de serviços que contribuiriam para a melhoria da qualidade de vida dos mesmos. A maioria dos municípios ali localizados é de pequeno porte, o que dificulta, sobremaneira, o acesso da sua população aos serviços de educação, saúde, transporte, dentre outros, o que os conduz a uma condição de miséria e isolamento.

A rede urbana da região Sudoeste lidera, a exemplo do que ocorre no Brasil, por meio das suas cidades, as inovações econômicas, tecnológicas, científicas e culturais, influenciada pelo aumento da sua taxa de urbanização. No Brasil, o Censo 2000 apontou a continuidade desse processo de redução da população rural, com a taxa de urbanização passando de 81,23% em 2000 para 84% em 2010. De acordo com o IBGE (2013), o crescimento ocorreu, sobretudo, nas grandes cidades. Já os municípios, com populações entre 10 e 100 mil habitantes, apresentaram baixo crescimento demográfico nas últimas décadas.

As cidades que integram a região Sudoeste demonstram um cenário de heterogeneidade em relação ao grau de urbanização, como pode ser observado na 8. Em 2000, a região apresentava um percentual de 52,15% da população residindo em áreas urbanas, percentual inferior ao do estado, que era de 67,12%. Já no ano de 2010, o percentual de residentes em áreas urbanas da região Sudoeste, alcançou 59,86%, quando, na Bahia, essa taxa alcançou 72,1%. Chama atenção o

fato de que as altas taxas de urbanização já verificadas em algumas regiões do Brasil, inclusive no estado da Bahia, a região Sudoeste ainda caracteriza-se por apresentar grande concentração da sua população morando na zona rural.

Tabela 16 – Grau de Urbanização – Região Sudoeste – 2000 – 2010

Município	População residente	
	Variação Percentual	
	Ano	
	2000	2010
Brasil	81,23	84,36
Bahia	67,05	72,10
Região Sudoeste	52,15	59,86
Vitória da Conquista	85,92	89,53
Anagé	13,55	19,30
Barra do Choça	43,41	64,41
Belo Campo	45,78	56,36
Boa Nova	22,34	37,66
Bom Jesus da Serra	18,6	27,37
Caatiba	28,55	47,27
Caetanos	17,68	24,13
Cândido Sales	66,36	69,08
Caraíbas	8,3	24,58
Cravolândia	66,57	63,08
Encruzilhada	15,13	21,59
Firmino Alves	75,35	80,55
Ibicuí	69,1	75,79
Iguaí	48,9	56,72
Irajuba	42,71	46,74
Itambé	71,88	85,31
Itapetinga	95,25	97,07
Itaquara	47,9	60,02
Itarantim	73,82	82,54
Itiruçu	72,66	75,05
Itororó	83,98	90,89
Jaguaquara	75,29	76,16
Jequié	88,52	91,79
Lafaiete Coutinho	46,83	53,93
Lajedo do Tabocal	59,77	62
Macarani	73,45	79,79
Maiquinique	71,09	78,75

Manoel Vitorino	40,36	51,15
Maracás	57,48	71,94
Mirante	9,93	17,22
Nova Canaã	38,71	41,00
Planaltino	37,55	41,26
Planalto	57,76	60,74
Poções	71,93	77,54
Potiraguá	51,76	67,32
Ribeirão do Largo	29,09	54,02
Santa Inês	94,08	91,81
Tremedal	16,52	23,13

Fonte: IBGE (2013). Dados organizados pela autora

Aproximando a análise para as cidades em questão, os dados da tabela 8 possibilitam inferir que, das 39 cidades da região Sudoeste, apenas Santa Inês apresentou, em 2010, índices de urbanização negativa. Chama atenção o desequilíbrio entre as taxas de urbanização entre os municípios e que, em média, dada as altas taxas de urbanização praticadas no Brasil e nos estados, a região Sudoeste ainda caracteriza-se por apresentar grande concentração da sua população morando na zona rural, o que dificulta, sobremaneira, o acesso desta a uma infra-estrutura urbana que proporcione condições mais dignas de vida. Fica a lacuna por mais oportunidades de trabalho, melhores condições de moradia, além de acesso à educação, saúde e outros importantes aspectos.

Por fim, ao analisar comparativamente a urbanização e crescimento populacional, nota-se que o crescimento populacional negativo de alguns municípios, exatamente vinte, não afetou o incremento da urbanização nos mesmos, até porque os dados demográficos abrangem todo o município, incluindo-se a zona rural e zona urbana. Como a tendência é a constante migração do campo para a cidade, os índices positivos assim se justificam. Chama atenção o município de Caralbas que apresenta, em 2010, perda da população em relação a 2010, de 67,87%. No entanto, a sua zona urbana apresenta a maior taxa de urbanização da região Sudoeste em 2010, que é de 66,23%.

Em relação aos centros com maior ou menor grau de urbanização, os Centros Locais são os menos urbanizados. No outro extremo, a região Sudoeste tem em Vitória da Conquista o centro mais urbanizado, constituindo-se, assim, a representação máxima de Capital Regional B, conforme estudos do REGIC/IBGE,

assim credenciada no contexto das hierarquias nacionais, em função da infraestrutura e diversos equipamentos urbanos capazes de atender, conforme possibilidade, à região a qual exerce influência. Na escala posterior (abaixo) da hierarquia encontra-se Jequié - Centro sub-regional B, cidade de grande influência na região Sudoeste e que dispõe também de significativos equipamentos urbanos que contribuem para os demais municípios, a exemplo da educação superior, como o campus da UESB e demais instituições de educação superior. Observe o depoimento do representante público do município, em entrevista como parte da pesquisa de campo, realizada no mês de agosto de 2013.

O modelo de desenvolvimento da cidade de Vitória da Conquista pressiona a organização para o desenvolvimento da cidade de Jequié. Ter uma cidade com o porte de Vitória da Conquista tão próxima, e com tamanha influência histórica, faz com que a população e os governantes analisem os pontos positivos para ampliar seus esforços nos investimentos e projetos desenvolvidos na cidade. REPRESENTANTE MUNICIPAL – JEQUIÉ (2013)

Trata-se de uma visão progressista acerca das vantagens do fortalecimento de toda uma região, uma vez que, ao identificar um centro regional mais desenvolvido, procura o gestor, reconhecer os avanços que podem também fazer parte do cotidiano da sua cidade. Jequié, assim, se desenvolve, e assume a sua condição de centro sub-regional B, tendo absoluta clareza do seu papel perante sua região de influência ao relatar, por meio do seu gestor, que:

O setor privado vem evoluindo na prestação de serviços de Saúde e Educação. Atualmente hospitais privados e clínicas especializadas já oferecem tratamentos que antes só eram encontrados em outras cidades. Destes, ainda poucos atendem pelo SUS. A oferta de saúde pública é uma dificuldade em quase todo Brasil, em Jequié a demanda ainda é muito superior a oferta. Porém o Governo do Estado está ampliando o Hospital Geral e com o auxílio do Governo Federal a captação de mais profissionais médicos. A Prefeitura Municipal de Jequié em sua estratégia de atenção básica trabalha para reestruturar as Unidades Básicas de Saúde, fortalecer o Programa de Saúde Familiar, reestruturar as UPAs e os Centros de Saúde. Na educação a cidade tem 02 Faculdades Privadas (FTC e FIEF) – cursos de Administração, Economia, Contabilidade, Sistemas de Informação, Enfermagem, Psicologia, Engenharia Civil; 01 Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – cursos de Medicina, Enfermagem, Odontologia, Fisioterapia, Letras, Pedagogia, Química, Arte Cênica e Dança; e 03 EAD (UNOPAR, FTC EAD e UNISEB). No ensino médio privado (CAP e MATISSE) no estadual (CEEP, Colégio Militar, Colégio Modelo, Colégio Luiz Vianna), no ensino fundamental existem escolas privadas, mas a maioria (cerca de 120 unidades) são escolas da rede municipal. O transporte coletivo é gerido por 01 empresa (Autoviação Rio de Contas), alvo de muitas críticas devido a enorme demanda e ao fato de não conseguir sustentabilidade para oferecer todas as linhas necessárias em um

roteiro dinâmico. Devido a isto, o serviço de mototáxi cresceu desordenadamente e hoje, devido ao colapso do trânsito, ao perigo e ao valor do combustível, o valor da corrida aumentou, redirecionando as pessoas aos ônibus. REPRESENTANTE MUNICIPAL – JEQUIÉ (2013)

Os municípios de Itapetinga, Jaguaquara e Poções, exercem influência para uma menor área de abrangência, sem, contudo, se distanciarem ainda da relação de dependência que possuem com Vitória da Conquista. Para ratificar tal relação, em pesquisa de campo realizada pela autora na cidade de Itapetinga, em abril de 2013, o representante do poder público municipal cita que:

Os fatores que explicam o grande fluxo de pessoas que partem de Itapetinga a Vitória da Conquista são: busca de oportunidade de trabalho, serviços de saúde, educação e comércio. Há, ainda, uma relação de complementaridade entre as duas cidades, na medida em que os moradores de Itapetinga dependem dos produtos hortifrutigranjeiros produzidos em Conquista, tendo em vista que quase 100% da população de Itapetinga reside na zona urbana e não há neste município a cultura de produção agrícola desses alimentos. Há em Itapetinga, maior necessidade de ampliação da Educação Superior, embora haja um campus avançado da UESB nesta cidade. Acesso à Receita Federal, Cartórios, dentre outros órgãos públicos federais e estaduais, só são encontrados em um centro maior e mais próximo – Vitória da Conquista. REPRESENTANTE MUNICIPAL – ITAPETINGA (2013)

Itapetinga possui relativa influência junto aos municípios circunvizinhos, a qual apresenta alguma estrutura de atendimento a essa demanda, Porém, ciente de que a busca por Vitória da Conquista é um fato ainda muito freqüente, nota-se que a relação de dependência é um dos fatores relacionados às necessidades mais básicas, a exemplo da alimentação, saúde, educação, dentre outros. Em entrevista junto à representante do poder público municipal de Barra do Choça, por exemplo, esta deixa clara a relação de dependência desse centro local com Vitória da Conquista, ao relatar que:

Por exemplo, nos serviços de saúde, nem todas as especialidades são oferecidas aqui, na educação o nosso município não oferece cursos superiores, o que nos obriga a buscar estes serviços nas cidades mais próximas, como é o caso de Vitoria da Conquista. REPRESENTANTE MUNICIPAL – BARRA DO CHOÇA (2013)

Além da forte relação de dependência com municípios maiores, sobretudo Vitória da Conquista, os centros locais ainda possuem em comum o fato de, em sua maioria, terem se originado de pequenos locais agropastoris, que, a exemplo de

Vitória da Conquista, tinha nos índios os seus primeiros habitantes, sendo, da mesma forma, dizimados pelos colonizadores portugueses na época do período colonial. Muitos desses municípios possuem, inclusive, denominações de origem indígena, sendo que os mesmos surgiram em decorrência da abertura de estradas, ou povoamento de fazendas, após terem expulsado, assassinada ou “domesticado” os nativos (índios) para conviverem com os novos habitantes.

4.4.2 Dinâmica demográfica dos municípios da região

Quanto á população dos municípios, dos trinta e nove localizados na região Sudoeste, apenas quatro possui mais de 35.000 habitantes. Na realidade, destes, 25 (64%) municípios possuem menos de 20.000 habitantes. A tabela abaixo demonstra a variação demográfica entre os períodos de 2000 e 2010 dos municípios da região. O seu contingente populacional, em 2010, encontra-se distribuído de forma bastante heterogênea entre os seus 39 municípios. É possível afirmar, portanto, que alguns municípios tiveram redução na sua população e outros a aumentaram consideravelmente. Tal fato envolve duas situações distintas: por um lado encontram-se os municípios mais populosos e de importância econômica maior, que se revelam como pólos de atração populacional, a exemplo de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga. É possível verificar que Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga se descam entre os demais municípios, pois juntos totalizam 526.609 habitantes. Assim, concentram, juntas, 46,3 % da população regional. Estes municípios também apresentam taxas positivas de crescimento demográfico, tendo em vista a polarização de infra-estrutura e implantação de equipamentos urbanos ali instalados. Esta, certamente é uma das fortes razões para que vários municípios de menor porte apresentem dificuldades de crescimento, apresentando, inclusive altas variações demográficas negativas.

Sob outra perspectiva, estão os municípios de menor porte, os quais se encontram em situação de estagnação ou de perda demográfica devido, sobretudo, às precárias condições econômicas e sociais, como pode ser verificado em Encruzilhada, Caetanos, dentre outros.

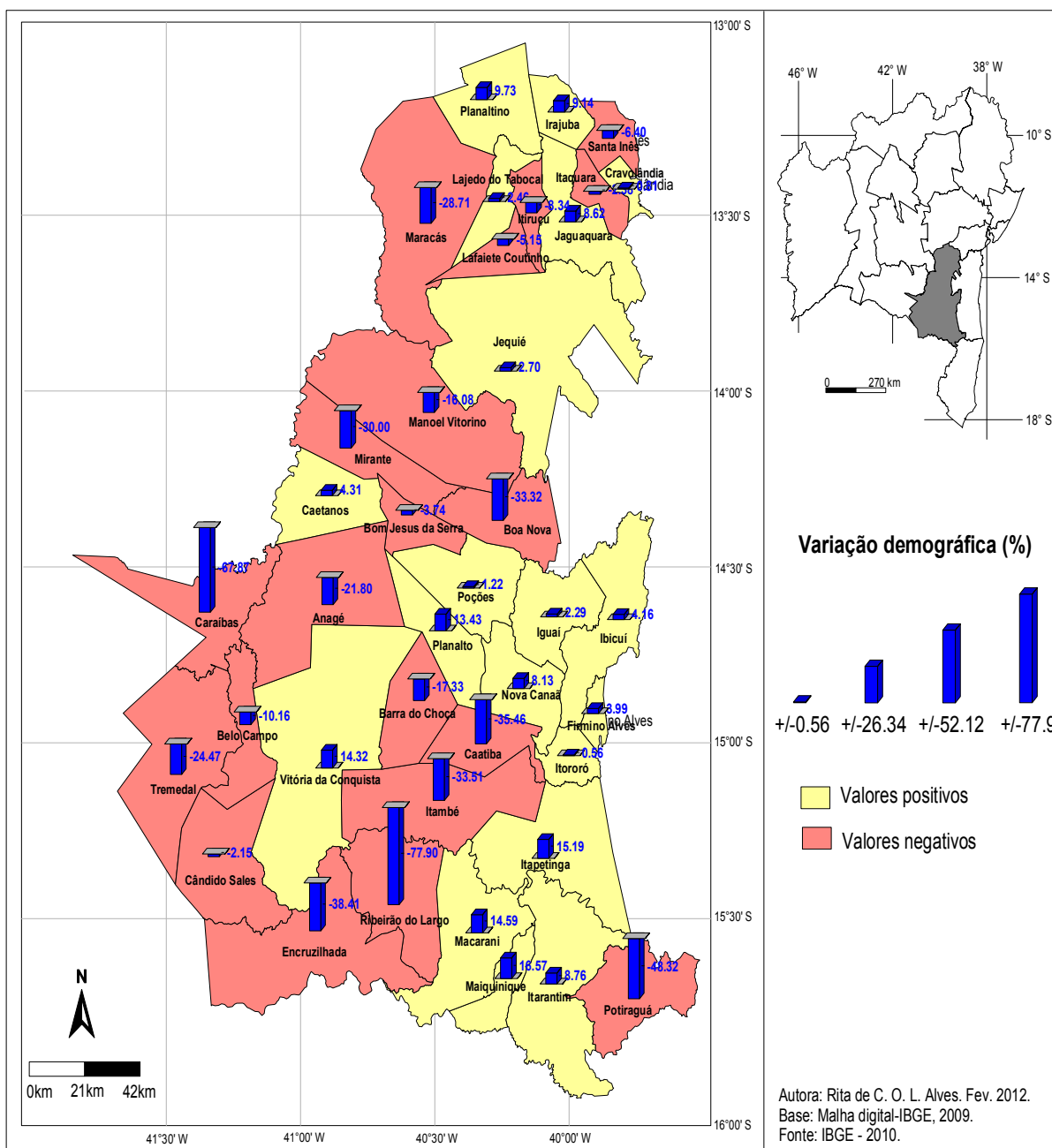
O Mapa 12 compara estes dados, analisando as populações dos municípios. A apreciação permite depreender que menos da metade dos municípios, dezenove, tiveram um crescimento populacional positivo. Tal variação apresenta-se de forma

heterogênea, cujo intervalo é de 0,56% (Ilororó) a 17,33% (Barra do Choça). Já vinte municípios apresentam taxas de crescimento demográfico negativa, a exemplo de Ribeirão do Largo com 77,9% de taxa negativa de crescimento a -2,15% (Cândido Sales). Ou seja, dos 39 municípios da região Sudoeste, apenas 48% apresenta crescimento populacional positivo. Os demais, maioria de 52% apresentam taxa de crescimento populacional negativa.

Em termos populacionais, o impacto é menor, pois, ao considerar a sua totalidade, 817.043 pessoas residem nos 19 municípios que tiveram crescimento populacional positivo, o que corresponde a 72% da população da região Sudoeste. Adotando como base os anos de 2000 a 2010, o crescimento médio populacional destes municípios foi de 7,42%. Por outro lado, os números indicam que o crescimento médio acima de 7% foi significativo na faixa dos demais municípios que apresentaram crescimento populacional positivo.

Uma característica comum aos municípios que tiveram perda de população é o fato de possuírem, em sua maioria, menos de 35 mil habitantes. Embora os municípios que tiveram perda populacional representem 52% dos do total regional, nos mesmos concentram-se apenas 28% da população da região Sudoeste. Por se constituírem em municípios de pequeno porte, o impacto dessas perdas municipais e regionais é pequeno, na análise do quantitativo geral da população, sendo pouco perceptíveis quando os dados são agregados pelas mesorregiões e estado.

Mapa 11 – Variação Demográfica – Região Sudoeste



Na atualidade, ao propor o diálogo entre os dados dos estudos realizados pelo REGIC (IBGE - 2008), o qual pesquisa as cidades-pólo das regiões de influência do Brasil, e os dados da região Sudoeste, é possível identificar o posicionamento dos municípios que a compõe, de acordo com suas hierarquias, e verificar que a maioria caracteriza-se como Centro Local. Esse perfil de cidade compõe a maior parte do cenário nacional, e tal realidade reproduz-se no sudoeste baiano. Para o REGIC (IBGE - 2008), Centro Local constitui-se em:

[...] centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes (mediana de 8133 habitantes. REGIC (IBGE – 2008, p.13)

No Brasil, dos 5.570 municípios, 4.473 integram tal grupo, o que representa 80,3% dos municípios brasileiros nessa categoria, segundo estudo realizado pelo REGIC (IBGE - 2008). Configura-se, dessa forma, uma realidade atual e predominante em todo território nacional, sobretudo em termos populacionais. A Bahia não se distancia dessa realidade e o Sudoeste baiano também assim se estrutura, conforme pode ser verificado no Quadro 5.

Quadro 12 – Classificação dos municípios da região Sudoeste – REGIC (IBGE - 2008).

Categoria	Cidade
Metrópole	Salvador
Capital Regional B	Vitória da Conquista
Centro Sub-regional B	Jequié
Centro de Zona A	Itapetinga
Centro de Zona B	Jaguaquara, Poções
Centro Local	Anagé, Barra do Choça, Belo Campo, Boa Nova, Bom Jesus da Serra, Caatiba, Caetanos, Cândido Sales, , Caraíbas, Cravolândia, Encruzilhada, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Irajuba, Itambé, Itaquara, Itarantim , Itiruçu, Itororó , Lafayette Coutinho , Lajedo do Tabocal, Macarani, Maiquinique, Manoel Vitorino, Maracás, Mirante, Nova Canaã, Planaltino, Planalto, Potiraguá, Ribeirão do Largo, Santa Inês, Tremedal

Fonte: REGIC (IBGE - 2008)

Dos municípios que compõem a região Sudoeste, Vitória da Conquista constituiu-se no mais importante e influente, destacando-se, como cidade pólo de uma região de influência. Denota-se, inicialmente, que Vitória da Conquista possuía, no passado, uma grande extensão territorial que supera em muito os pouco mais de três mil km² que possui na atualidade. Em seguida, naturalmente, estes municípios, que foram desmembrados, ainda guardam uma relação com a sua antiga sede, a qual extrapola a formalidade legal presente nas relações entre territórios distintos. Ou seja: muitos moradores ainda possuem a “cultura” de que ainda guardam relação de dependência com a sua antiga sede, o que reforça o papel dessa cidade perante, sobretudo, alguns centros locais, o que, certamente, faz sentido, tendo em vista as limitadas condições de vida que tais moradores possuem em suas

residências locais, o que, por tal razão, os impelem ao deslocamento para centros maiores.

Tal condição limitou, sobremaneira, a expansão dos demais núcleos urbanos e, conseqüentemente, inibiu a possibilidade de uma melhor qualidade de vida para a população regional. Estes municípios encontram limitações, assim, para crescimento exatamente pelas mesmas razões que favorecem o crescimento de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga.

Além dos Centros Locais, a região Sudoeste tem em Vitória da Conquista a representação máxima de Capital Regional B, assim credenciada, no contexto da hierarquia, em função da infra-estrutura e diversos equipamentos urbanos capazes de atender, conforme possibilidade, à região a qual exerce influência. Na escala posterior (abaixo) da hierarquia encontra-se Jequié - Centro sub-regional B, cidade de grande influência na região Sudoeste e que dispõe também de significativos equipamentos urbanos que contribuem para os demais municípios, a exemplo da educação superior, como o campus da UESB e demais instituições de educação superior. Observe o depoimento do representante público do município, em entrevista como parte da pesquisa de campo, realizada no mês de agosto de 2013.

O modelo de desenvolvimento da cidade de Vitória da Conquista pressiona a organização para o desenvolvimento da cidade de Jequié. Ter uma cidade com o porte de Vitória da Conquista tão próxima, e com tamanha influencia histórica, faz com que a população e os governantes analisem os pontos positivos para ampliar seus esforços nos investimentos e projetos desenvolvidos na cidade. REPRESENTANTE MUNICIPAL – JEQUIÉ (2013)

Tal percepção sugere as vantagens de relativo fortalecimento da região, uma vez que, ao identificar um centro regional mais desenvolvido, procura o gestor, reconhecer os avanços que podem também fazer parte do cotidiano da sua cidade. Jequié, assim, se desenvolve, e assume a sua condição de centro sub-regional B, tendo absoluta clareza do seu papel perante sua região de influência ao relatar, por meio do seu gestor, que:

O setor privado vem evoluindo na prestação de serviços de Saúde e Educação. Atualmente hospitais privados e clinicas especializadas já oferecem tratamentos que antes só eram encontrados em outras cidades. Destes, ainda poucos atendem pelo SUS. A oferta de saúde pública é uma dificuldade em quase todo Brasil, em Jequié a demanda ainda é muito superior a oferta. Porém o Governo do Estado está ampliando o Hospital Geral e com o auxilio do Governo Federal a captação de mais profissionais médicos. A Prefeitura Municipal de Jequié em sua estratégia de atenção

básica trabalha para reestruturar as Unidades Básicas de Saúde, fortalecer o Programa de Saúde Familiar, reestruturar as UPAs e os Centros de Saúde. Na educação a cidade tem 02 Faculdades Privadas (FTC e FIEF) – cursos de Administração, Economia, Contabilidade, Sistemas de Informação, Enfermagem, Psicologia, Engenharia Civil; 01 Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – cursos de Medicina, Enfermagem, Odontologia, Fisioterapia, Letras, Pedagogia, Química, Arte Cênica e Dança; e 03 EAD (UNOPAR, FTC EAD e UNISEB). No ensino médio privado (CAP e MATISSE) no estadual (CEEP, Colégio Militar, Colégio Modelo, Colégio Luiz Vianna), no ensino fundamental existem escolas privadas, mas a maioria (cerca de 120 unidades) são escolas da rede municipal. O transporte coletivo é gerido por 01 empresa (Autoviação Rio de Contas), alvo de muitas críticas devido a enorme demanda e ao fato de não conseguir sustentabilidade para oferecer todas as linhas necessárias em um roteiro dinâmico. Devido a isto, o serviço de mototáxi cresceu desordenadamente e hoje, devido ao colapso do trânsito, ao perigo e ao valor do combustível, o valor da corrida aumentou, redirecionando as pessoas aos ônibus. REPRESENTANTE MUNICIPAL – JEQUIÉ (2013)

Enquanto Centros de Zona A e B encontram-se os municípios de Itapetinga, Jaguaquara e Poções, que, de acordo com a hierarquia definida pelo REGIC (IBGE - 2008), exercem influência para uma menor área de abrangência, sem, contudo, se distanciarem ainda da relação de dependência que possuem com Vitória da Conquista. Para ratificar tal relação, em pesquisa de campo realizada pela autora na cidade de Itapetinga, em abril de 2013, o representante do poder público municipal cita que:

Os fatores que explicam o grande fluxo de pessoas que partem de Itapetinga a Vitória da Conquista são: busca de oportunidade de trabalho, serviços de saúde, educação e comércio. Há, ainda, uma relação de complementaridade entre as duas cidades, na medida em que os moradores de Itapetinga dependem dos produtos hortifrutigranjeiros produzidos em Conquista, tendo em vista que quase 100% da população de Itapetinga reside na zona urbana e não há neste município a cultura de produção agrícola desses alimentos. Há em Itapetinga, maior necessidade de ampliação da Educação Superior, embora haja um campus avançado da UESB nesta cidade. Acesso à Receita Federal, Cartórios, dentre outros órgãos públicos federais e estaduais, só são encontrados em um centro maior e mais próximo – Vitória da Conquista. REPRESENTANTE MUNICIPAL – ITAPETINGA (2013)

A cidade de Itapetinga, caracterizada como centro de zona A, possui relativa influência junto aos municípios circunvizinhos, a qual apresenta alguma estrutura de atendimento a essa demanda, Porém, ciente de que a busca por Vitória da Conquista é um fato ainda muito freqüente, nota-se que a relação de dependência é um dos fatores relacionados às necessidades mais básicas, a exemplo da alimentação, saúde, educação, dentre outros. Em entrevista junto à representante

do poder público municipal de Barra do Choça, por exemplo, esta deixa clara a relação de dependência desse centro local com Vitória da Conquista, ao relatar que:

Por exemplo, nos serviços de saúde, nem todas as especialidades são oferecidas aqui, na educação o nosso município não oferece cursos superiores, o que nos obriga a buscar estes serviços nas cidades mais próximas, como é o caso de Vitória da Conquista. REPRESENTANTE MUNICIPAL – BARRA DO CHOÇA (2013)

Além da forte relação de dependência com municípios maiores, sobretudo Vitória da Conquista, os centros locais ainda possuem em comum o fato de, em sua maioria, terem se originado de pequenos locais agropastoris, que, a exemplo de Vitória da Conquista, tinha nos índios os seus primeiros habitantes, sendo, da mesma forma, dizimados pelos colonizadores portugueses na época do período colonial. Muitos desses municípios possuem, inclusive, denominações de origem indígena, sendo que os mesmos surgiram em decorrência da abertura de estradas, ou povoamento de fazendas, após terem expulsado, assassinado ou “domesticado” os nativos (índios) para conviverem com os novos habitantes.

5 ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA REGIÃO SUDOESTE

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial.

Milton Santos, 1991

O quinto capítulo analisa os aspectos econômicos e sociais da região Sudoeste da Bahia, considerando as relações estabelecidas entre os 39 municípios que fazem parte da mesma. Tais aspectos revelam-se essenciais à compreensão dos fatores que envolvem a qualidade de vida dessa região.

Quanto aos aspectos econômicos, compreende-se que a região Sudoeste ainda vivencia um processo de consolidação do seu segmento econômico, verificando-se, na atualidade, ainda a influência da atividade agropecuária, enquanto atividade produtiva. Os segmentos do comércio e serviços, entretanto, apresentam-se mais fortalecidos do que o segmento agropecuário. Conforme assevera Santos (2009),

A mudança da economia regional, anteriormente baseada na circulação do gado para o desenvolvimento de atividades locais, permitiu o surgimento, a partir de meados do século passado, da grande maioria dos atuais municípios que compõem a Região. Todavia, apesar das divisões até então ocorridas no seu espaço, a Região Sudoeste ainda possui áreas pouco integradas à economia ou, até mesmo, virgem em termos de exploração econômica e porções do seu território, com cidades dispersamente distribuídas, ou seja, cidades com longas distâncias entre si. A ocorrência destas características em um espaço geográfico permite afirmar que a ocupação, no conjunto da Região, não foi completa. SANTOS (2009, p. 74),

Corroborando com Santos, assinala ainda Neto (2009) que:

Com relação à configuração espacial, a região Sudoeste da Bahia, em virtude do seu modo de ocupação (grandes fazendas) e do sistema socioeconômico predominante (pecuária), desenvolvido ao longo do processo de formação da região, apresenta-se ainda como uma área com grandes vazios demográficos (NETO, 2009, p. 106).

Face ao exposto, compreende-se que a região Sudoeste da Bahia ainda está em processo de consolidação da sua territorialidade em termos de preenchimento e

ocupação do seu espaço geográfico, o que influencia sobremaneira no crescimento e desenvolvimento da sua economia. Trata-se de um processo que encontra desafios, sob mais diversas formas, quais sejam físicos, culturais, sociais e políticos. As limitações quanto ao enfrentamento de tais desafios, tem impedido que os mesmos sejam vencidos em períodos normais, e alcançando a sua população como um todo. As implicações mais imediatas referem-se ao acesso à infra-estrutura e equipamentos urbanos para a sua população, o que compromete, de forma intensa o papel de Vitória da Conquista, enquanto centro polarizador dessa região. Torna-se, assim, praticamente inviável, que esta cidade média contemple, a contento, as necessidades da sua região, seja de interlocutura, seja de provedora de bens e serviços.

5.1 O PIB DA REGIÃO SUDOESTE

O PIB da região Sudoeste demonstra, ao longo dos últimos anos, a sua pequena participação na economia do estado, apresentando, assim, uma contribuição discreta, quase incipiente, na composição da riqueza estadual. Ainda que dois importantes vetores de crescimento tenham sido introduzidos na região em épocas anteriores – a cafeicultura e a indústria – a região e sua cidade de maior porte – Vitória da Conquista – não evoluíram na mesma proporção dos investimentos realizados. Ao contrário, com a pequena produtividade da indústria e o declínio do café, importantes fatores de investimento na região, a cidade viu-se impelida a buscar alternativas de crescimento e sobrevivência, dinamizando sua economia por meio do setor terciário. Destaca-se, assim, as atividades comerciais varejistas e atacadistas, além dos serviços de saúde, educação e transportes.

O PIB do sudoeste baiano, por sua vez, soma o percentual de apenas 5,72% do PIB baiano, em 2010, sugerindo uma baixa qualidade de vida da sua população, tendo em vista a pequena geração de riqueza econômica (Tabela 9). Deste percentual, Vitória da Conquista participa com 2,24% em 2010 - quase metade de todo o PIB dos 39 municípios da região Sudoeste. Trata-se, portanto, de uma clara concentração econômica deste município frente à sua região de influência. Ainda assim, o terceiro município mais populoso da Bahia ocupa, paradoxalmente, com este índice, apenas a sétima colocação no universo de 417 municípios baianos, em termos de PIB. Pode-se comprovar, portanto, a pequena representatividade dos

municípios da região Sudoeste, em termos econômicos, na Bahia. Ante tais evidências, é possível afirmar que a geração de riqueza, a qual possibilitaria a melhoria da qualidade de vida desta região encontra-se sobremaneira comprometida.

Tabela 17 – PIB a preços correntes – Região Sudoeste

Localização	Anos					
	2000			2010		
	População	PIB Total	%	População	PIB Total	%
PIB Total Região Sudoeste		23.046.390	4,947		88.293.060	5,722
PIB Per Capita		20,31			77,80	
Vitória da Conquista	262.494	306.374	1,664	306.374	3.469.179	2,248
Anagé	31.060	25.500	0,067	25.500	88.166	0,057
B. do Choça	40.818	34.788	0,137	34.788	244.891	0,159
Belo Campo	17.655	16.026	0,041	16.026	63.824	0,041
Boa Nova	20.544	15.409	0,042	15.409	62.004	0,04
Bom J. da Serra	10.502	10.123	0,02	10.123	33.595	0,022
Caatiba	15.508	11.448	0,037	11.448	42.476	0,028
Caetanos	13.076	13.666	0,024	13.666	38.962	0,025
Cândido Sales	28.516	27.916	0,074	27.916	107.383	0,07
Caraíbas	17.165	10.225	0,033	10.225	35.483	0,023
Cravolândia	5.001	5.042	0,016	5.042	23.149	0,015
Encruzilhada	32.924	23.786	0,089	23.786	120.433	0,078
Firmino Alves	5.170	5.385	0,021	5.385	23.667	0,015
Ibicuí	15.129	15.786	0,047	15.786	76.892	0,05
Iguaí	25.134	25.724	0,059	25.724	99.587	0,065
Irajuba	6.362	7.002	0,02	7.002	30.412	0,02
Itambé	30.850	23.106	0,089	23.106	117.176	0,076
Itapetinga	57.931	68.314	0,359	68.314	826.662	0,536
Itaquara	7.861	7.678	0,028	7.678	35.557	0,023
Itarantim	16.923	18.548	0,062	18.548	102.367	0,066
Itiruçu	13.585	12.539	0,051	12.539	67.004	0,043
Itororó	19.799	19.911	0,069	19.911	91889	0,06
Jaquara	46.621	51.019	0,194	51.019	269.661	0,175
Jequié	147.202	151.291	1,004	151.291	1.675.164	1,085
Lafayette Coutinho	4.102	3.901	0,022	3.901	20.794	0,013
Lagedo do Tabocal	8.100	8.305	0,035	8.305	44.561	0,029
Macarani	14.594	17.088	0,039	17.088	78.092	0,051
Maiquinique	7.326	8.782	0,026	8.782	57.173	0,037
Manoel Vitorino	16.704	14.390	0,037	14.390	59.439	0,039
Maracás	31.683	24.615	0,082	24.615	122.697	0,079

Mirante	13.666	10.512	0,025	10.512	34.945	0,023
Nova Canaã	15.366	16.727	0,047	16.727	69.694	0,045
Planaltino	7.963	8.822	0,019	8.822	35.231	0,023
Planalto	21.207	24.497	0,07	24.497	116.030	0,075
Poções	44.213	44.760	0,139	44.760	23.2558	0,151
Potiraguá	14.579	9.829	0,029	9.829	48.707	0,032
Ribeirão do Largo	15.303	8.602	0,053	8.602	57.007	0,037
Santa Inês	11.027	10.363	0,027	10.363	41.648	0,027
Tremendal	21.200	17.032	0,05	17.032	63.137	0,041

Fonte: SEI, 2013

Destaque-se ainda, que, nas três últimas décadas, à exceção de Jequié e Vitória da Conquista, nenhum dos outros municípios alcançou o patamar de 1% na participação do PIB baiano. Como consequência, acentua-se, ao longo dos anos, o quadro de pobreza da região, na medida em que a geração de riqueza não evolui, tornando-a cada vez mais limitada e reduzindo o acesso aos serviços essenciais à sua população, além da pequena oferta de empregos.

Quanto à renda *per capita*, o Brasil aumentou-a em 25,36%, em uma década (2000 a 2010), passando de R\$ 592,46 para R\$ 793,73. Esse aumento se deve, em parte, às novas oportunidades de trabalho, além do incremento dos programas sociais desenvolvidos pelo poder público. A maioria das novas oportunidades no mercado de trabalho foi para assalariados, tanto em empresas públicas quanto no setor privado. Neste último, o número de assalariados aumentou 38% em 2010. Paralelamente, houve uma melhoria das condições de contratação com a expansão do emprego formal. Ainda que o cenário se apresente de crescimento em tal distribuição, o atual cálculo da renda *per capita* deve ser analisada com critério, pois a mesma ignora aspectos relacionados a desigualdade na distribuição da renda. Quando a desigualdade entra na equação, a posição do Brasil toma dimensões críticas, pois a concentração de renda é um dos principais problemas do país. Exemplo dessa situação é a de que, embora se verifique o crescimento da renda *per capita* nacional, a diferença entre os municípios do país permanece grande: de R\$ 2.043,74 (São Caetano do Sul-SP) para R\$ 96,25 (Marajá do Sena - MA), conforme notado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU), em 2010. “Isso significa que um cidadão médio de São Caetano do Sul, tinha, em 2010, renda per capita mensal 20 vezes maior que a de um cidadão médio de Marajá do Sena, ou uma diferença de mais de 2.000%”.

A Bahia, embora apresente crescimento da sua renda *per capita*, ao longo dos quase trinta anos analisados, alcança apenas pouco mais da metade da renda per capita nacional (R\$ 493,76) em 2010, o que reafirma o quadro nacional de alta concentração da renda, ao revelar poder aquisitivo da população dessa unidade territorial, em valores abaixo da média nacional.

A região Sudoeste não foge à regra. Ao verificar a Tabela 10, a renda média *per capita* de 193,17 (últimas três décadas) da região apresenta abaixo dos níveis nacionais e estaduais, o que reafirma o quadro de pobreza da região, conforme pode ser verificado na tabela 10. Vitória da Conquista, mais uma vez, aparece com a maior renda *per capita*, com R\$ 555,66, em 2010, um pouco acima da média estadual, mas ainda bem abaixo da média nacional. No outro extremo, encontra-se no município de Encruzilhada cujo quadro de baixa renda *per capita* é ainda mais nefasto, ao registrar em 2010, uma renda per capita de R\$ 220,00.

Entre as décadas de 1991 e 2000, alguns municípios chegaram a decrescer a sua renda *per capita*, configurando na máxima popular “o que já estava ruim, ainda poderia ficar pior”. Nesta condição estiveram os municípios de Bom Jesus da Serra, Caatiba e Ibicuí. Vitória da Conquista, enquanto cidade média, revela-se pouco articulada, em meio a um quadro de extrema pobreza, sobretudo rural, que, em período de seca tal pobreza se transforma em miséria. Ante a falta de perspectivas de geração de renda, a gravidade do quadro acentua-se se considerar-se o acesso fragilizado às políticas públicas, o uso indevido da água e da terra, além de inadequações quanto ao uso da terra, a exemplo do desmatamento desordenado. Tal situação intensifica problemas relacionados ao êxodo rural, à violência, educação, saúde, dentre tantos outros fatores.

Tabela 18 – Renda per capita dos Municípios da região Sudoeste da Bahia

Localização	1991	2000	Crescimento 1991/2000 - %	2010	Crescimento 2000/2010 - %
Brasil	447,56	592,46	24,46	793,73	25,36
Bahia	234,57	322,04	32,38	496,73	35,17
Região Sudoeste	122,48	173,15	37,29	283,88	39,01
Vitória da Conquista	285,21	410,96	44,09	555,66	35,21
Anagé	87,62	116,86	33,37	243,52	108,39
Barra do Choça	129,95	140,4	8,04	266,13	89,55

Belo Campo	126,25	198,83	57,49	263,52	32,54
Boa Nova	87,73	105,38	20,12	223,48	112,07
Bom Jesus da Serra	97,03	96,01	-1,05	223,19	132,47
Caatiba	142,55	131,52	-7,74	293,78	123,37
Cândido Sales	135,52	223,00	64,55	268,57	20,43
Caetanos	84,29	129,49	53,62	224,38	73,28
Caraíbas	76,66	149,02	94,39	277,97	86,53
Cravolândia	82,07	151,57	84,68	259,87	71,45
Encruzilhada	114,74	158,81	38,41	220,00	38,53
Firmino Alves	149,76	203,36	35,79	325,51	60,07
Ibicuí	245,04	216,34	-11,71	307,49	42,13
Iguaí	132,81	185,02	39,31	258,80	39,88
Irajuba	84,07	138,64	64,91	236,16	70,34
Itambé	134,11	155,1	15,65	312,32	101,37
Itapetinga	239,94	318,7	32,82	506,76	59,01
Itaquara	107,2	154,13	43,78	229,04	48,60
Itarantim	108,69	196,31	80,61	352,74	79,69
Itororó	142,99	216,78	51,61	330,00	52,23
Jaguaquara	147,31	229,89	56,06	307,08	33,58
Jequié	199,95	275,94	38,00	473,92	71,75
Lafaiete Coutinho	85,56	161,54	88,80	288,05	78,31
Lajedo do Tabocal	103,73	171,17	65,01	237,39	38,69
Macarani	140,57	197,21	40,29	350,25	77,60
Maiquinique	101,56	186,15	83,29	306,24	64,51
Manoel Vitorino	80,63	136,09	68,78	226,95	66,76
Maracás	119,7	146,5	22,39	290,11	98,03
Mirante	108,81	113,58	4,38	208,18	83,29

Nova Canaã	128,82	157,81	22,50	251,90	59,62
Planaltino	100,79	143,01	41,89	282,33	97,42
Planalto	111,46	186,95	67,73	256,26	37,07
Poções	130,27	204,45	56,94	300,74	47,10
Potiraguá	116,13	135,8	16,94	323,92	138,53
Ribeirão do Largo	110,29	152,68	38,44	271,68	77,94
Santa Inês	98,78	201,86	104,35	280,25	38,83
Tremedal	98,33	156,14	58,79	237,30	51,98

Fonte: PNUD – dados organizados pela autora (2013)

5.1.1 Estrutura setorial

A estrutura econômica do estado apresenta relativa concentração setorial. A atividade industrial se concentra na Região Metropolitana de Salvador (RMS); a produção de grãos, encontra-se mais presente no oeste baiano; a fruticultura irrigada, no Sertão do São Francisco; e a produção de celulose, concentra-se no extremo sul do estado. Estes quatro pólos se destacam na economia baiana. Por outro lado, aproximadamente 2/3 do território estadual se encontra no semi-árido, cuja base econômica é a agricultura familiar, além de ter ampliado o seu crescimento econômico na área de serviços.

Em relação à região Sudoeste, o seu PIB agropecuário possui uma representatividade de apenas 3,94%, e somente 1,15% do PIB estadual, em 2010, de acordo com a SEI. Replicando a base da ocupação da atividade agropecuária no Brasil, Vitória da Conquista teve, por longos períodos, o seu sustentáculo econômico na criação do gado bovino de regime extensivo. De forma complementar, ocorria também a exploração da agricultura de subsistência fundamentada no trabalho familiar. Somente no ano de 1970, com o plano de incentivo desenvolvido pelo governo federal na implantação da cultura do café, esta lógica foi alterada. O governo federal, com a finalidade de expandir a lavoura cafeeira para além das regiões Sul e Sudeste do Brasil, com vistas a minimizar as desigualdades sociais, destinou vultosos recursos financeiros para essa região da Bahia e outras áreas do

país. De acordo com Lopes (2003), o pólo cafeeiro foi o responsável pelo dinamismo da economia regional, com reflexo no aumento da população, crescimento e diversificação do comércio e das atividades de serviços.

Desta forma, entre os períodos de 1970 e 1987, o café constituiu-se na principal fonte de desenvolvimento local e regional. Após este período a cultura do café amargou uma grande crise em função da queda dos preços praticados no mercado e períodos prolongados de secas, provocando o abandono das terras destinadas a essa cultura. O setor agropecuário influenciou, desta forma, o papel de Vitória da Conquista, enquanto centralidade regional, marcada pelo crescimento da população urbana, estimulada pela economia cafeeira e seus reflexos no comércio e serviços.

Alguns anos depois o quadro foi se modificando, permitindo a retomada dos investimentos, mas sem impactar em resultados mais substanciais, de forma a alterar o quadro econômico do município. Atualmente, a cultura do café ainda aparece como uma importante atividade econômica do município, embora não seja a principal, sendo inclusive responsável por boa parte da renda e dos empregos. Destaque-se ainda, enquanto atividade econômica agropecuária: a pecuária extensiva, sobretudo a bovinocultura, a avicultura, a horticultura e a floricultura.

Atualmente, as principais atividades agrícolas da Região são: fruticultura, culturas agroindustriais, culturas alimentares e olerícolas. A olericultura é uma atividade cultivada principalmente em pequenas propriedades rurais e desenvolvida por pequenos produtores, tendo como mão de obra a própria família ou sistema de parcerias. Entretanto, este tipo de lavoura já é cultivado por médios produtores e apresenta uma dinâmica diferenciada principalmente no que se refere à mão de obra e insumos.

Para os grupos chamadas de agroindustriais destacam-se as lavouras de café, cacau e cana-de-açúcar e mamona. Em relação ao cultivo de café na Região passa por ciclos de ascensão e queda, que tem como fatores entre outros as variações de preço e estiagens prolongadas. A cana-de-açúcar produzida na Região não apresenta grande expressividade em relação à produção Estadual, mas dinamiza a renda dos pequenos produtores, devido seu uso na fabricação de cachaça e alimentação do gado. As áreas produtoras de cacau na Região apresentam-se relativamente estáveis. Entretanto, a produção apresenta um decréscimo principalmente pelos problemas enfrentados por esta lavoura ao longo do tempo. As

culturas alimentares são exploradas por pequenos produtores tradicionais, caracterizando basicamente pelo uso de mão-de-obra familiar, baixo uso de tecnologia e cultivadas em terras menos férteis. Destaque neste tipo de cultura a mandioca que é uma planta resistente à seca.

A pecuária bovina do Sudoeste é bastante expressiva, encontrando-se espalhada por toda a região, nas formas de pecuária de corte e de leite. Tal atividade foi beneficiada pelas condições climáticas e do relevo que se apresentam como favoráveis para seu desenvolvimento. Entretanto, seus criadores praticam a pecuária extensiva de baixa rentabilidade e contrárias aos padrões produtivos atuais, que apresentam alto grau modernização e integração em cadeias agroindustriais, salvo algumas exceções. A região não se constitui como especializada em gado leiteiro. Nessa condição, o leite se configura como um subproduto do gado de corte.

A suinocultura aparece como a segunda atividade expressiva na pecuária regional. Entretanto, assim como nas demais atividades pecuaristas da região, ainda não há uma produção voltada para integração em cadeias produtivas complexas. Na avicultura já se percebe a viabilização desta produção na região com o uso de tecnologias e uma semi-integração com a agroindústria, entretanto a produção não atende o mercado interno regional, que é suprido em parte pela produção do Centro-Sul do País. A caprino-ovicultura já aparece em alguns municípios da região, ainda que necessitando de estruturação para atrair maiores investimentos. A agropecuária regional ainda incorpora duas outras atividades: a apicultura e a piscicultura.

O setor industrial se inseriu mais intensamente na região Sudoeste, notadamente Vitória da Conquista na década de 1970, que, até então, dependia basicamente da pecuária extensiva. O município passou a acolher diversas atividades produtivas em função das políticas de incentivo estabelecidas, à época, pelo governo federal, que tinha como foco principal a redução das desigualdades regionais. Criou-se, então, o Distrito Industrial do Imborés e, por meio desta iniciativa, o governo do estado fomentou políticas de isenção e renúncia fiscal, investimentos em infra-estrutura e concessões de créditos. De acordo com Lopes (2003), o estado tinha como meta interiorizar o crescimento industrial. As iniciativas, no entanto, apresentaram-se incipientes, o que limitou o desempenho das atividades industriais à economia local.

A expansão e crescimento deste segmento, desta forma, não ocorreu segundo se esperou. Ao longo dos anos, diversas fábricas não se firmaram, limitando tal segmento enquanto vetor de crescimento do município. A indústria, assim, enquanto atividade econômica, representa, em 2010 – de acordo com a SEI, apenas 14,62% do PIB de Vitória da Conquista e apenas 1,15% da atividade industrial do estado. Atualmente, há uma pequena concentração de indústrias nas áreas de material de limpeza, móveis, transformação de plásticos, dentre outros. Assim, Vitória da Conquista se caracteriza como um ambiente de baixo desenvolvimento industrial, de inserção local, além de contar com uma força de trabalho pouco qualificada.

Do ponto de vista do exercício da centralidade, em termos de influência dos três segmentos, a indústria pouco marcou tal processo, se considerar-se o histórico deste segmento em Vitória da Conquista. Compreendendo a centralidade do município, este deixou a desejar, nesse âmbito, considerando-se o seu pequeno poder de articulação entre uma cidade com sua área de influência, sob tal justificativa, embora conte com 04 distritos industriais nos municípios de: Itapetinga que concentra empreendimentos dos segmentos de calçados e de reciclagem plástica; Itororó que possui empreendimentos dos segmentos de calçados e de minerais não metálicos; Distrito Industrial de Jequié abrigando os seguintes segmentos: alimentos, madeireiro, vestuário, coureiro, materiais plásticos e de serviços; de Vitória da Conquista onde estão instaladas indústrias dos segmentos: metalúrgico, de minerais não metálicos, moveleiro, químico, plástico, alimentos, bebidas. Cabe ressaltar que os municípios: Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Itambé, Itarantim, Macarani, Maiquinique, Nova Canã e Potiraguã contam com unidades da indústria calçadista instalada no município de Itapetinga.

Nos últimos anos, a dinamização do comércio e serviços constituiu-se em grande fator de transformação no sítio urbano da região Sudoeste, notadamente de Vitória da Conquista. Em 2010, o município participa com 2,79% do PIB em serviços e encontra-se entre as primeiras (5ª posição) posições do *ranking* em função da dinâmica das atividades comerciais, seja pela prestação de serviços empresariais, seja pela prestação dos serviços de saúde e educacionais.

O setor terciário é o que mais se desenvolve na Região Sudoeste. Tal crescimento, no entanto, se concentra mais especificamente nas cidades de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga. Nesses municípios se concentram serviços como:

educação, saúde, assessoria e serviços técnicos. Nos demais municípios tanto os serviços quanto o comércio visam atender as demandas mais básicas. As demandas movimentam o setor terciário na cidade de que se expande cada vez mais no oferecimento de serviços e comércio, reafirmando desta maneira a importância deste município para a região Sudoeste. As principais atividades desenvolvidas no setor terciário na Região destacam-se: o comércio atacadista com destaque para segmentos de combustíveis e de alimentos; o comércio varejista tem nos supermercados os maiores destaques e serviços, além das áreas de saúde e educação.

Analisando comparativamente os três setores econômicos, é possível afirmar que, embora a pecuária tenha consistido na principal atividade econômica de Vitória da Conquista, até a década de 1940, o comércio foi quem, de fato, assumiu um papel mais relevante na economia deste município e sua região. A década de 1970 foi marcada pelo incremento da cultura do café e a expansão do segmento industrial, com a implantação do Distrito Industrial dos Imborés. Estas iniciativas, no entanto, também não conseguiram ultrapassar a importância das atividades terciárias, sobretudo o comércio.

A participação da economia conquistense na Bahia, assim, tem registrado índices econômicos que impactam a condição de Vitória da Conquista enquanto cidade média. O quadro econômico de Vitória da Conquista, mesmo sendo esta o terceiro município mais populoso da Bahia, coloca-a somente como 7ª economia mais importante do Estado, quando analisado os seus fatores econômicos, a exemplo do PIB.

Ainda assim, exemplifiquem-se os indicadores referentes à instalação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE e à da Junta Comercial do Estado da Bahia – JUCEB, compreendendo que a localização das sedes dessas instituições nas cidades é um indicativo de centralidade urbana e da própria configuração de sua rede. O estudo aponta que a rede de atendimento ao SEBRAE é formada por 30 unidades, distribuídas em 26 dos 417 municípios baianos, considerando-se o critério de importância destas cidades para as atividades do órgão. De forma genérica, as atividades do SEBRAE consistem em promover a competitividade e o desenvolvimento das micro e pequenas empresas e fomentar o empreendedorismo. Considerando essa premissa, o órgão se instala em cidades selecionadas, as quais já possuem ou têm potencial para o desenvolvimento das

atividades empresariais. Vitória da Conquista é uma das 26 cidades baianas contempladas com a presença deste órgão, sendo assim um importante indicador da centralidade desta cidade. Em relação aos escritórios da JUCEB, todas as cidades que fazem parte da rede SEBRAE também fazem parte da JUCEB, inclusive Vitória da Conquista. A finalidade da JUCEB é fomentar a realização dos serviços de registro de empresas mercantis, bem como a matrícula de leiloeiros, tradutores públicos, intérpretes comerciais, trapicheiros e administradores de armazéns gerais e seu respectivo cancelamento.

Quanto aos demais municípios, à exceção de Jequié e Itapetinga, que possuem relativo dinamismo econômico, as principais características da maioria dos municípios da região Sudoeste, sobretudo os municípios de menor porte, conduzem à percepção de pequena capacidade econômica e de oferecimento de serviços, ainda que sejam os mais básicos, quais sejam: educação, segurança, saúde, dentre outros. Outro forte aspecto diz respeito à incipiente articulação, enquanto estratégia de crescimento da região como um todo, destes com os municípios contíguos, o que compromete o grau de influência que estes poderiam exercer sobre os demais, ou até mesmo, integrar-se em rede. Suas atividades econômicas, assim, apresentam-se quase incipientes, sobretudo nos centros locais, onde há uma concentração de maioria das pessoas trabalhando no serviço público, especialmente o municipal, além de relativa preponderância de atividades laborais relacionadas ao meio rural, ao qual ainda manifesta como incipiente a sua capacidade de inovação tecnológica, enquanto estratégia de dinamismo econômico desse segmento.

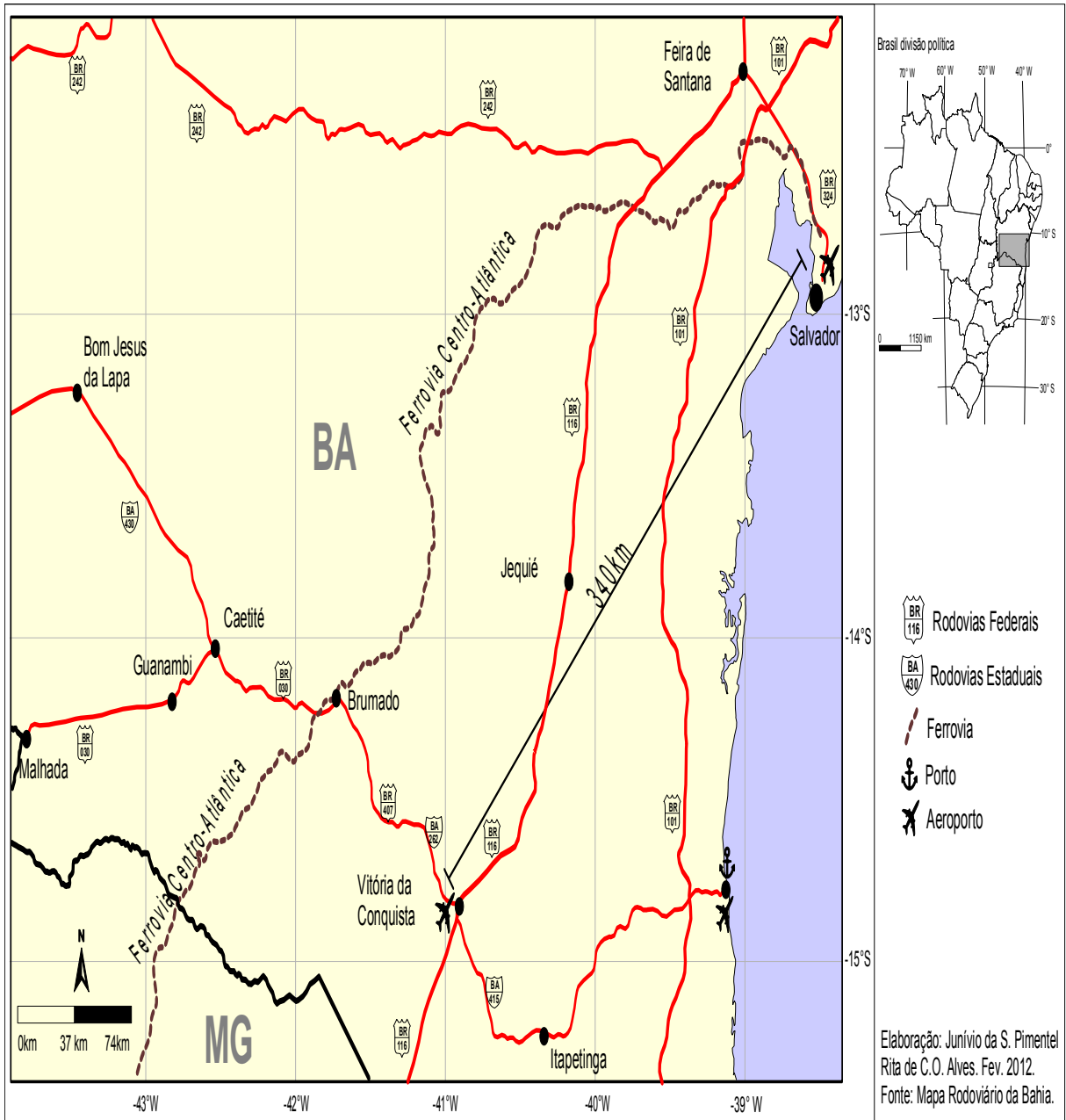
5.2 INFRA-ESTRUTURA

As interações espaciais entre Vitória da Conquista e os demais municípios, os quais geram fluxos intermunicipais e interestaduais, configuram-se como um relevante fator de análise da região e da sua infra-estrutura, tendo em vista a intensidade de tal movimentação. As cidades, ao integrarem um vasto e diverso conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação em determinado espaço geográfico, dimensionam a intensidade das redes e conseqüente acesso à infra-estrutura e equipamentos urbanos mais próximos. Neste contexto, Vitória da Conquista, cidade pólo da região Sudoeste da Bahia, estabelece uma relação, tanto entre os centros urbanos maiores, quanto os menores, enquanto

cidade média que atua como ponto de interseção dessas relações. A cidade estabelece “pontes” com centros maiores, a exemplo de Salvador e Belo Horizonte, na medida em que intermedia o fluxo de pessoas, seja por fluxo migratório, seja em busca de atendimento de demandas ainda não contemplada pela mesma ou pelos municípios de sua região de influência. Esse processo já foi mais intenso em décadas anteriores, quando a cidade não dispunha de um pólo educacional e de saúde nos termos em que existe atualmente. No âmbito da educação, por exemplo, muitos estudantes se deslocavam de Vitória da Conquista, em direção aos grandes centros em busca de uma melhor formação. No âmbito da saúde, esse fluxo ainda se faz presente, mesmo Vitória da Conquista acolhendo um Sistema de Saúde que abranja a sua região.

Em relação aos centros maiores, a cidade dista, aproximadamente, dos centros urbanos mais próximos: 389 Km de Teófilo Otoni (MG); 401 Km de Feira de Santana (BA); 472 km de Montes Claros (MG); 517 km de Salvador (BA); 525 km de Governador Valadares (MG); 706 km de Aracaju (SE); 771 Km de Petrolina; 812 km de Vitória (ES); 842 km de Belo Horizonte (MG); 958 Km de Maceió (AL), sendo interligada por rodovias federais e estaduais. As cidades supramencionadas são consideradas pelo REGIC (IBGE - 2008) como metrópoles ou capitais regionais. Ou seja: enquadram-se no perfil de centros que possuem capacidade na oferta de infraestrutura e equipamentos urbanos de média e grande complexidade e que, também, exercem influência sobre outros centros regionais. Os dados situam tais cidades a uma distância menor que 1.000 Km de Vitória da Conquista, o que caracteriza, no Brasil, como uma distância intermediária, tendo em vista a grande extensão geográfica do país.

Mapa 12 – Conectividade em Vitória da Conquista



Fonte: Pesquisa realizada pela autora, 2012.

As mais importantes rodovias demonstradas pelo Mapa 8 são:

- BR 116 , que liga Vitória da Conquista à demais cidades do Nordeste e à região Sudeste do Brasil, ou seja, ao Nordeste liga a Salvador, capital do estado e demais capitais do da região Nordeste;
- BA 263 – que liga Vitória da Conquista ao Litoral, interligando assim com o litoral sul da Bahia – eixo Ilhéus-Itabuna e ao Extremo Sul da Bahia;
- BA 265 – que liga Vitória da Conquista a Barra do Choça, atualmente maior centro de produção de café da Bahia.

- BA 262– que liga Vitória da Conquista a Anagé, estendendo-se ao Sertão da Bahia – Brumado e Gaunambi - e á Chapada Diamantina – Anadraí e Lençóis.

A facilidade de acesso entre os municípios baianos, sobretudo da região Sudoeste, e norte-mineiros, assim como entre outros estados, é articulada por uma infra-estrutura viária que contribui com o fluxo constante entre municípios, aliado aos meios de transportes, que veiculam pessoas e mercadorias. A qualidade da infraestrutura das rodovias e dos transportes disponibilizados à população, impulsiona a mobilidade populacional e influencia na quantidade e qualidade dos fluxos diários, movidos pela busca dos produtos/serviços que Vitória da Conquista e outras cidades mais bem equipadas dispõem.

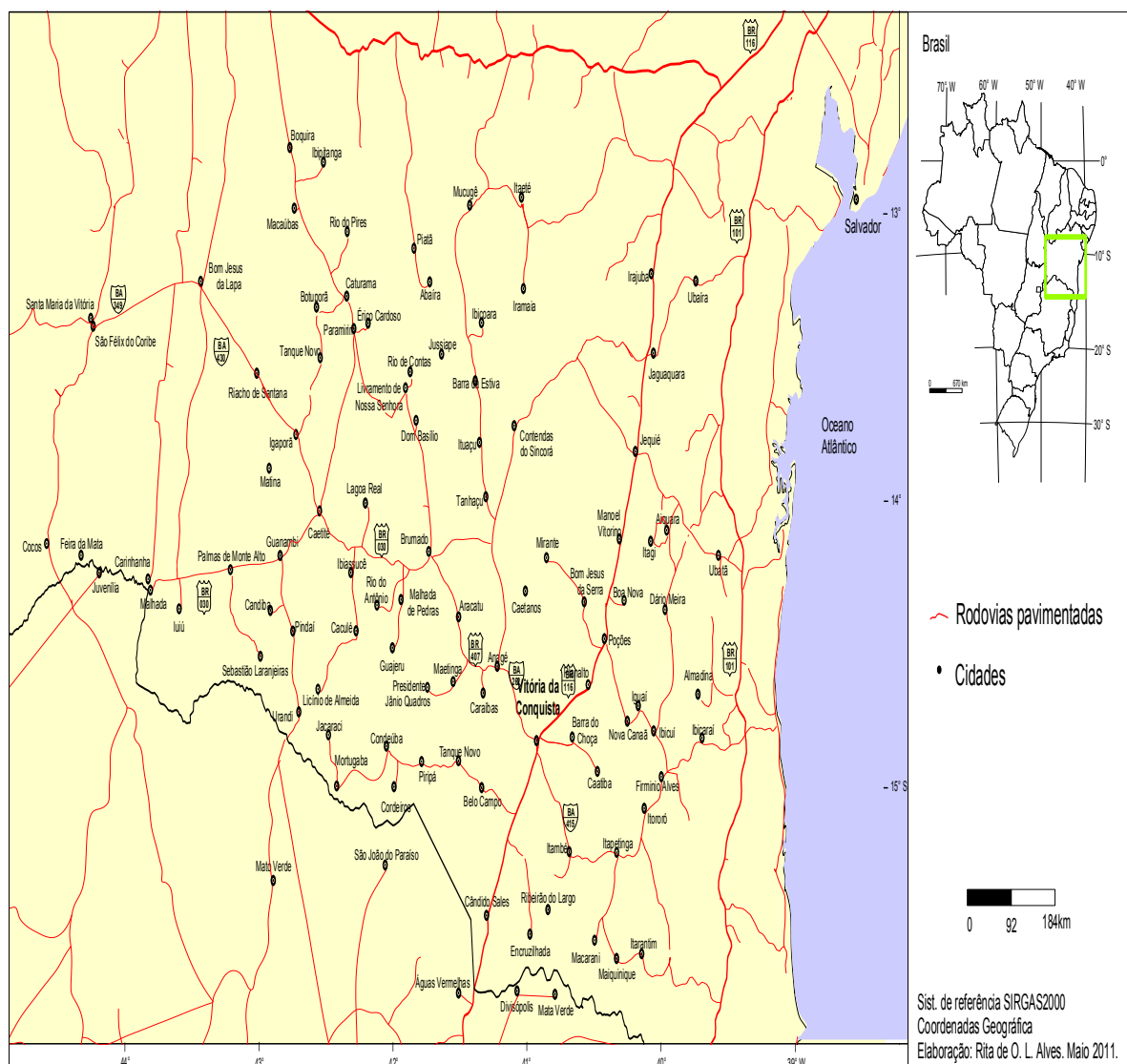
As distâncias percorridas, conforme Tabela 11, são de percursos que distam entre 36 e 340 km (respectivamente, Barra do Choça - município mais próximo; Santa Inés – município mais distante), adotando como referência a cidade de Vitória da Conquista. As rodovias apresentam, em sua maioria, boas condições de uso, sendo que, em alguns trechos, o fluxo de veículos é mais intenso, o que remonta a constantes acidentes, com grande incidência de vitmas fatais. Destaque-se, nesta condição, o percurso Vitória da Conquista – Jaguaquara. Ao longo desse trecho rodoviário, estão localizadas, além das cidades já citadas, outras tantas que possui uma dinâmica econômica intensa, considerando a realidade da região Sudoeste, a exemplo de Poções e Jequié, o que impulsiona maior tráfego de veículos, acentuando o cenário de acidentes.

Tabela 19 – Fluxo Rodoviário – região Sudoeste

Municípios	Rodovia principal	Distância Km
Salvador	BR-116	517
Anagé	BA-262	48,8
Barra do Choça	BA-265	36.9
Belo Campo	BA-263	67
Boa Nova	BR-116	102
Bom J. da Serra	BR-116	94,2
Caatiba	BA-265	60,2

Caetanos	BR-116	79,3
Cândido Sales	BR-116	85,5
Caraíbas	BA-262	76,6
Cravolândia	BR-116	247
Encruzilhada	BA-263	115
Firmino Alves	BR-116	159
Ibicui	BR-116	133
Iguaí	BR-116	117
Irajuba	BR-116	231
Itambé	BA-263	57,7
Itapetinga	BA- 253	96,9
Itaquara	BR-116	212
Itarantim	BA-263	175
Itiruçu	BR-116	206
Itororó	BA-263	129
Jaguaquara	BR-116	208
Jequié	BR-116	153
Lafaiete Coutinho	BR-116	190
Lajedo do Tabocal	BR-116	218
Macarani	BA-270	139
Maiquinique	BA-270	147
Manoel Vitorino	BR-116	112
Maracás	BR-116	231
Mirante	BR-407	156
Nova Canaã	BR-116	111
Planaltino	BR-407	268
Planalto	BR-116	47
Poções	BR-116	67
Potiraguá	BA-270	176
Ribeirão do Largo	BA-263	88
Santa Inês	BR-116	339
Tremedal	BA-262	73,5

Mapa 13 – Rodovias das proximidades de Vitória da Conquista



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Por via terrestre, a construção da Rodovia Rio - Bahia (atual BR-116) iniciada na década de 1930 e inaugurada em 1960, é considerada como um dos mais importantes fatores de atração urbana. Juntamente com as rodovias Itabuna/Ilhéus/Bom Jesus da Lapa (BR-415), e a Brumado (BR-407), entre outras, a região foi dotada de posição privilegiada, integrando-se definitivamente à região cacauieira e ao sertão, o que possibilitaria o escoamento da produção e incremento de seu comércio.

Constata-se, portanto, que, histórica e geograficamente, Vitória da Conquista possui a vantagem de se beneficiar com a condição de localizar-se em um entreposto comercial e de serviços que influencia economicamente cidades

circunzinhas, inclusive aquelas também localizadas do norte-nordeste do estado de Minas Gerais. Devido a esta facilidade de acesso, é para Vitória da Conquista que a população destas cidades, em sua maioria, se desloca quando necessita de serviços especializados em saúde, educação, ou até mesmo quando necessitam suprir suas necessidades básicas, a exemplo da alimentação e vestuário ou utilização de instituições financeiras. Todo este movimento está amparado em uma estrutura de comércio e serviços que permite atender a este público que para esta cidade se destina.

Tal condição mobiliza ainda a população dos municípios menores, sobretudo a população mais jovem, na busca melhores oportunidades de trabalho, de educação, de condições de saúde, enfim, de melhor qualidade de vida. Neste contexto, o processo de imigração também se intensifica, polarizando para Vitória da Conquista, um contingente populacional, que nem sempre encontra o que procura, sobretudo porque esta cidade não dispõe, de forma substancial, dos equipamentos urbanos necessários a essa demanda crescente. Conseqüentemente, esta população sobrevive às voltas de uma qualidade de vida precária, em áreas periféricas, às quais não contam com uma infra-estrutura mínima de funcionamento.

Por outro lado, mesmo diante de tal realidade, Vitória da Conquista consegue minimizar o deslocamento desta população de baixa renda, para centros maiores, a exemplo de Salvador. Evita-se assim, a ocorrência da hiperurbanização neste território, que, por sua vez, já também enfrenta situações adversas relacionadas à qualidade de vida de seus habitantes.

Para a SEI (2010), Vitória da Conquista pode ser considerada como um dos centros baianos com maior capacidade de exercer a função de ligação entre grandes e pequenas cidades, quanto ao fluxo de pessoas, bens, serviços, capitais e informações. Pólo regional e rota de viajantes, Vitória da Conquista é uma cidade movimentada, polarizando cerca de dois milhões de pessoas. Tal condição possibilita relativa facilidade para se integrar aos modernos sistemas de transporte e ter acesso aos mais variados mercados. Esse traçado peculiar de entroncamento é de grande importância para a dinâmica de construção do seu espaço urbano, especialmente aquele relacionado ao comércio, considerando que o que se observa é um crescimento da cidade em direção das rodovias.

Verifica-se, assim, o papel que Vitória da Conquista exerce, tanto como pólo de atração da população das pequenas cidades que se localizam no seu entorno,

quanto desta cidade para cidades maiores, a exemplo de Salvador e Belo Horizonte. Tais questões, por sua vez, alteram a configuração populacional desta cidade, impactando na sua taxa de crescimento, que geram problemas, em função da insuficiência de políticas públicas, direcionadas ao atendimento das demandas oriundas desta realidade. A exemplo, a infra-estrutura urbana não consegue adequar-se para receber o contingente populacional, de forma a socializar junto aos mesmos o mínimo de condições adequadas de vida, como poderá ser visto na análise intra-urbana no próximo capítulo. Compreende-se, pois, que um processo de crescimento populacional deve vir acompanhado de projeto de inclusão em termos de alocação social da sua população.

5.3 A QUALIDADE DE VIDA DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDOESTE

É possível afirmar que os atrativos das cidades médias, como a oferta de emprego, qualidade de vida, equipamentos urbanos, dentre outros, são os responsáveis pelo grande crescimento dessas cidades nos últimos anos. Compreender os aspectos sociais que envolvem a relação de uma cidade média e sua região de influência, possibilitam dimensionar a qualidade das relações neste âmbito estabelecidas, para assim, definir parâmetros, no tempo e no espaço, a serem alcançados. Ademais, auxilia sobremaneira as políticas públicas aplicadas e a aplicar, ao considerar uma realidade que se redescobre continuamente. Para tanto, utiliza-se como referência o Atlas do Desenvolvimento Humano (2013), com os quais foram realizados os respectivos mapeamentos da pobreza, da exclusão, da desigualdade, e do índice de desenvolvimento humano. Ademais, correlacionam-se tais dados com o Atlas da Exclusão Social no Brasil, organizado por Pochmann, durante os anos de 2003 e 2004. Embora apresente resultados que distam alguns anos do momento atual, o Atlas da Exclusão Social realizou uma ampla pesquisa, no ano de 2000, envolvendo os 5.507 municípios brasileiros, o que proporcionou ampla geografia da exclusão social no Brasil. Mesmo após mais de uma década de realizado, o estudo ainda possui sua relevância, tendo em vista a ausência de outros mapeamentos mais atualizados sobre realidade tão pontual. Por fim realiza-se uma análise mais específica sobre as características sociais de Vitória da Conquista, em termos de infra-estrutura e equipamentos urbanos.

Nos países em processo desenvolvimento, como o Brasil, a qualidade das suas cidades, em maioria, guardam ainda relação imediata com o alcance das necessidades básicas de sua população, uma vez que estas ainda se caracterizam como demandas a serem vencidas nesse campo. Nas palavras de Bellet e Llop (2003) :

La definición de este objetivo depende de cada contexto y de su situación de partida. El objetivo de la calidad de vida pasa primero por cubrir las necesidades básicas de cada asentamiento: vivienda digna, agua corriente, saneamiento, enseñanza, sanidad y salubridad. Una vez cubiertas las necesidades y servicios básicos es cuando deben plantearse objetivos de tipo más cualitativo. BELLET e LLOP (2003)

Vale lembrar, portanto, que, para efeito desse estudo, a análise dos indicadores sociais de qualidade de vida de uma população ainda estão vinculados às suas mais básicas necessidades, embora aspectos outros serão abordados. Inicia-se o debate, no entanto, com condições básicas de moradia.

A questão das condições de moradia configura-se como um dos diversos problemas que afligem o meio urbano. Direito assegurado pela Constituição Federal (CF), esta deixa clara que, dada a sua relevância, a habitação deve ser objeto de políticas públicas (art. 21). O acesso a tal direito, de forma digna, entretanto, não é completamente respeitado, sendo ainda bastante limitado, basicamente às pessoas que possuem melhor renda. Para além de dispor de tão somente um “teto” para morar, as condições de moradia devem também ser expressas pela presença de redes de saneamento básico, coleta de lixo, energia elétrica, iluminação pública e outros fatores que a envolvem.

É nesse contexto que a região Sudoeste da Bahia é analisada. Para tanto, utiliza-se, inicialmente, os dados referentes às condições de habitação dos domicílios dessa região, disponibilizados pelo Mapa do Desenvolvimento Humano (2013), em que os aspectos relacionados à água encanada, coleta de lixo e energia elétrica podem ser comparados à realidade nacional e estadual.

Tabela 20 – Condições de habitação - região Sudoeste – (%)

Localização	Água encanada (2000)	Água encanada (2010)	Banheiro e água encanada (2000)	Banheiro e água encanada (2010)	Coleta de lixo (2000)	Coleta de lixo (2010)	Energia elétrica (2000)	Energia elétrica (2010)
Anagé	14.12	34.16	11.22	30.91	73.93	89.42	33.60	93.68
Barra do Choça	58.77	84.74	53.24	80.33	96.98	99.64	87.26	96.83
Belo Campo	42.19	64.56	39.58	62.82	75.93	95.25	72.75	94.80
Bom Jesus da Serra	6.73	35.18	2.97	33.00	64.89	85.89	39.87	94.40
Caatiba	55.23	78.35	55.22	89.75	90.34	99.80	60.86	89.12
Caetanos	17.86	6.88	14.50	28.19	77.81	88.41	35.20	87.54
Cândido Sales	43.46	68.20	41.69	70.95	85.89	95.19	87.04	98.45
Boa Nova	25.34	71.58	22.36	64.09	73.54	99.01	43.95	84.87
Caraibas	10.05	34.37	11.68	42.21	92.74	96.36	25.84	92.71
Cravolândia	40.92	84.36	39.00	74.47	70.81	92.90	69.32	94.81
Encruzilhada	34.00	72.06	31.17	71.18	67.37	95.41	54.63	89.96
Firmino Alves	57.07	71.79	49.82	84.15	87.15	98.24	87.25	96.47
Ibicuí	62.42	77.93	63.03	83.60	82.26	97.15	80.02	93.92
Iguaí	51.81	80.90	42.68	76.32	93.75	95.45	63.65	88.34
Irajuba	18.23	63.61	15.80	34.56	59.56	95.79	73.46	97.83
Itambé	57.16	85.21	52.48	87.07	76.40	98.43	87.52	96.24
Itapetinga	80.81	95.94	78.52	95.63	91.51	98.63	94.39	99.17
Itaquara	55.07	85.07	46.49	68.58	83.02	98.75	75.62	94.31
Itarantim	72.78	88.31	59.61	81.16	91.41	98.51	81.30	96.45
Itiruçu	44.38	86.44	40.18	67.87	94.69	98.53	93.82	98.52
Itororó	68.86	90.30	62.90	86.28	83.43	90.38	92.81	96.03
Jaguaquara	42.30	87.30	37.25	69.90	88.84	97.54	81.46	97.34
Jequié	67.93	92.66	62.94	85.05	89.49	97.85	89.09	98.44
Lafaiete Coutinho	24.63	72.89	23.10	64.09	76.67	98.27	67.31	95.22
Lajedo do Tabocal	29.85	83.46	21.86	67.72	84.20	98.00	79.78	97.25
Macarani	60.34	88.93	60.64	86.52	93.55	98.79	83.16	95.04
Maiquinique	69.02	83.26	63.39	89.72	94.88	99.09	80.88	93.76
Maracás	36.46	78.25	30.33	65.49	97.35	99.30	69.96	94.21
Manoel Vitorino	19.02	57.30	15.99	35.00	86.56	96.80	49.97	80.33
Mirante	11.21	25.70	8.98	37.72	92.64	95.23	40.46	96.62
Nova Canaã	50.64	65.80	44.97	78.61	96.60	99.57	48.84	89.51
Planaltino	15.09	36.97	12.63	33.27	14.03	87.50	51.45	92.96
Planalto	42.96	73.27	40.22	62.76	93.25	96.05	76.74	94.34
Poções	50.98	83.70	49.34	72.14	93.83	99.06	70.42	97.19
Potiraguá	66.38	89.53	69.34	84.33	89.90	98.77	85.16	98.17
Ribeirão do Largo	29.38	72.53	26.30	76.91	93.02	96.60	41.72	86.20
Santa Inês	46.96	87.04	46.84	73.27	85.18	96.28	93.05	97.59
Tremedal	24.58	47.28	21.40	50.39	74.47	92.59	49.14	88.83
Vitória da Conquista	74.63	91.58	70.06	87.03	94.40	96.81	94.58	99.19

Fonte: Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Dados organizados pela autora

O saneamento possui absoluta relevância na discussão em evidência, tendo em vista que danos ao meio ambiente e, sobretudo homem estão diretamente associados à falta de saneamento básico. Sabe-se que diversas doenças podem ser evitadas com a simples presença de água tratada nos domicílios e que várias destas doenças levam à morte ou, em grande parte, exigem altos custos com tratamento hospitalar. O problema se agrava porque a maior parte do déficit de saneamento básico se concentra em áreas mais pobres e em municípios de pequeno porte, conforme se configura um cenário da maioria das cidades brasileiras, comumente mais afastados dos grandes centros urbanos. Dessa forma, residir em domicílios sem estrutura de saneamento remete ao risco de instalar-se um quadro de graves problemas de saúde, e, por conseguinte afetar muitos índices de qualidade de vida de uma população, a exemplo da taxa de mortalidade, taxa de esperança de vida ao nascer, dentre outros.

Ao analisar os aspectos relacionados ao saneamento básico da região Sudoeste, verifica-se, na Tabela 13, que os índices de 2000 relacionados à água encanada, a média é domicílios é de 43,07%. Trata-se de um baixo percentual que, em 2010, alcançou 72,22% dos domicílios, ainda bem abaixo das médias nacional (92,72%) e estadual (85,66) no mesmo período. Em relação ao item “banheiro com água encanada”, os percentuais caem ainda mais, pois em 2000 o alcance foi de 39,48% dos domicílios e 67,51% em 2010. Tais percentuais não alcançam a média nacional e nem mesmo a estadual, que, à propósito é uma das mais baixas do país, o que pode configurar um quadro de ausência de políticas voltadas ao saneamento básico para a população. O dado de maior destaque refere-se ao município de Caetanos, que, em 2010, alcançou apenas 6,68% dos domicílios com água encanada.

A lei 11.445 dispõe sobre diretrizes nacionais para o saneamento básico e determina que todas as cidades possuam a obrigatoriedade de elaborar seus respectivos planos municipais. A lei dispõe que as prefeituras devem estabelecer mecanismos de fiscalização de água, esgotamento sanitário, dentre outros. No entanto, grande parte dos municípios ainda não aprovaram normas neste sentido. Por outro lado, outro fator que certamente influenciou em percentuais tão baixos desse item do saneamento é o clima que, na maior parte do tempo, é mais seco que chuvoso. A região, localizada no semi-árido baiano, é castigada por

intermináveis períodos de seca, o que compromete a disponibilidade do recurso para a população na sua totalidade.

Acredita-se, no entanto, que em função da regulamentação dessa função ser de responsabilidade dos municípios, dificulta sobremaneira o acompanhamento sistemático desse processo, uma vez que muitos municípios não conseguem implementar tal processo. O órgão de controle da energia, ao contrário tem vínculos de regulação federais, o que torna o processo mais rigoroso. Certamente, essa pode ser a explicação para o fato de a energia dispor de maior acesso à população do que a água.

Em relação ao esgotamento sanitário, recentemente, foi publicada a pesquisa "Saneamento Básico – Regulação 2013", pela Associação Brasileira das Agências de Regulação (ABAR). A pesquisa revela que apenas uma em cada duas unidades ligadas à rede de água encanada tem acesso a esgoto. Os resultados indicam que 50,3% das ligações de abastecimento de água não são complementadas com serviço de esgoto. Os números referem-se apenas a cidades que possuem regulação do serviço de saneamento, que corresponde a 48% dos municípios brasileiros.

Em relação à coleta do lixo, os percentuais são calculados somente para a população urbana, o que não contempla a região por completo, portanto. Assim, a média da região, de alcance de domicílios com coleta de lixo passou de 83,39% em 2000 para 96,9%. No âmbito nacional, o alcance é de 97,02% dos domicílios e na Bahia é de 85,05%. Nota-se que quase todos os municípios da região Sudoeste alcançam mais de 90% dos domicílios em termos de coleta de lixo. A exceção fica para Planaltino, cujo alcance é de apenas 87,5% dos domicílios.

O Censo Demográfico 2010 (IBGE, pág.110) aponta que o Brasil alcançou a cobertura de 98,58% da população com energia elétrica. Este é o item do saneamento básico que apresenta maior cobertura, em todos os níveis, O percentual de domicílios contemplados, em 2010, na região Sudoeste da Bahia chega a 94,02%. Trata-se de uma realidade mais próxima também da situação nacional e estadual com percentual de 96,45%.

O destaque é para o município de Cravolândia, que apresenta cobertura de energia abaixo da média nacional, com 94,65. Não chega a ser um índice muito abaixo da média nacional, e nem da média da grande região Nordeste que possui 96,9% de alcance da energia elétrica em seus domicílios. O alcance de energia do

município de Lafaiete Coutinho, por sua vez, embora também ultrapasse os 90% das suas residências, apresenta percentuais mais baixos que o município de Cravolândia, em termos de alcance por compainha distribuidora.

5.3.1 Os indicadores sociais da região Sudoeste

O Atlas da Exclusão Social, por meio do cruzamento de diferentes indicadores relacionados ao padrão de vida (grau de pobreza dos chefes de família, taxa de emprego formal e desigualdade de renda); ao conhecimento (taxa de alfabetização da população acima de cinco anos e média de escolaridade dos chefes de família); e ao risco juvenil (porcentagem de jovens na população e número de homicídios por 100 mil habitantes), concebeu um índice de exclusão social. Esse índice varia de zero a um, sendo que as piores condições estão próximas de zero, ao passo que as melhores situações estão próximas de um.

O estudo possibilita constatar que no território brasileiro há determinadas “ilhas” de inclusão em meio a um “oceano” de exclusão. A exclusão é mais densa nas regiões Norte e Nordeste. O estudo conclui que 53,6% dos municípios pesquisados possuem elevada participação de chefes com pouca escolaridade e em 2,12% das cidades pesquisadas a maioria absoluta dos chefes de família não sabe ler ou escrever; apenas 10,3% dos municípios contam com uma estrutura ocupacional marcada pelo assalariamento formal, quase todos localizados na região Centro-Sul do país; as cidades com elevada participação de jovens se situam nas regiões mais excludentes do país; 49% dos municípios possuem elevada desigualdade na distribuição de renda.

A região Sudeste da Bahia constitui-se em parte do “oceano” de exclusão social, na medida em que seus índices apontam que, das 5.507 pesquisadas, a cidade que aparece no *ranking* da “melhor” colocação é Vitória da Conquista, no 2.389º lugar. Vitória da Conquista, considerada cidade pólo de uma região de influência que abrange para mais de 80 municípios e 2.000.000 de pessoas, não se distancia da inconfundível realidade de pobreza social que a cerca nos seus âmbitos regional e urbano. As últimas colocadas nesse *ranking* são Anagé (5.001º) e Bom Jesus da Serra, na 5.286º colocação. Ambas cidades se aproximam do limiar das últimas colocações nacionais em termos de exclusão social, em que aspectos relacionados a educação e segurança pública se destacam.

Tabela 21 – Exclusão Social

Município	Posição no ranking	Índice de Pobreza	Índice de Juventude	Índice de Alfabetização	Índice de Escolaridade	Índice de Emprego Formal	Índice de Violência	Índice de Desigualdade	Índice de Exclusão
Anagé	5001º	0,130	0,554	0,555	0,145	0,031	0,957	0,006	0,314
Barra do Choça	4756º	0,170	0,515	0,606	0,164	0,034	0,983	0,008	0,324
Belo Campo	4080º	0,222	0,580	0,614	0,193	0,021	1,000	0,012	0,349
B.J. da Serra	5286º	0,090	0,487	0,568	0,143	0,007	1,000	0,002	0,298
Caatiba	4463º	0,159	0,592	0,619	0,171	0,006	1,000	0,009	0,335
Caetanos	4755º	0,171	0,594	0,566	0,117	0,016	0,970	0,002	0,324
Cândido Sales	3925º	0,260	0,579	0,638	0,223	0,013	0,971	0,024	0,356
Caraíbas	4950º	0,115	0,578	0,557	0,130	0,005	1,000	0,007	0,316
Cravolândia	4651º	0,143	0,473	0,656	0,212	0,065	1,000	0,008	0,328
Encruzilhada	4923º	0,144	0,548	0,538	0,152	0,020	0,978	0,013	0,317
Firmino Alves	3859º	0,206	0,563	0,599	0,231	0,084	1,000	0,023	0,359
Ibicuí	3789º	0,236	0,561	0,597	0,247	0,053	1,000	0,035	0,362
Iguaí	4597º	0,150	0,564	0,554	0,195	0,024	0,981	0,024	0,330
Irajuba	4997º	0,133	0,550	0,536	0,197	0,013	0,944	0,012	0,315
Itambé	4445º	0,194	0,539	0,598	0,207	0,044	0,954	0,017	0,335
Itapetinga	2625º	0,363	0,629	0,745	0,415	0,162	0,972	0,083	0,445
Itaquara	4577º	0,155	0,524	0,581	0,186	0,050	1,000	0,018	0,331
Itarantim	3436º	0,237	0,608	0,702	0,267	0,069	1,000	0,038	0,382

Itiruçu	4033°	0,166	0,560	0,635	0,271	0,029	1,000	0,030	0,350
Itororó	3550°	0,273	0,570	0,643	0,275	0,051	1,000	0,031	0,375
Jaguaquara	3886°	0,250	0,520	0,624	0,263	0,049	0,973	0,041	0,357
Jequié	2960°	0,331	0,612	0,722	0,410	0,094	0,987	0,060	0,422
Lafayette Coutinho	4504°	0,104	0,588	0,609	0,195	0,052	1,000	0,003	0,334
Lajedo do Tabocal	4668°	0,133	0,539	0,614	0,182	0,032	1,000	0,014	0,327
Macarani	4014°	0,203	0,542	0,600	0,243	0,080	0,960	0,033	0,351
Maiquinique	3759°	0,225	0,571	0,620	0,252	0,053	1,000	0,032	0,363
Manoel Vitorino	4971°	0,145	0,508	0,530	0,160	0,030	1,000	0,006	0,315
Maracás	4254°	0,151	0,571	0,676	0,213	0,022	1,000	0,016	0,342
Mirante	4988°	0,112	0,553	0,570	0,128	0,020	1,000	0,009	0,315
Nova Canaã	4437°	0,153	0,587	0,571	0,201	0,039	0,972	0,013	0,336
Planaltino	4922°	0,161	0,546	0,499	0,149	0,003	1,000	0,009	0,317
Planalto	4367	0,170	0,550	0,548	0,188	0,063	1,000	0,012	0,338
Poções	4095°	0,247	0,558	0,601	0,235	0,032	0,934	0,030	0,348
Potiraguá	4700°	0,184	0,457	0,572	0,228	0,031	1,000	0,022	0,326
Ribeirão do Largo	4928°	0,159	0,507	0,502	0,159	0,033	1,000	0,012	0,317
Santa Inês	4267°	0,201	0,560	0,628	0,267	0,040	0,897	0,028	0,341
Tremedal	4828°	0,171	0,566	0,521	0,133	0,007	0,986	0,013	0,321
Vitória da Conquista	2389°	0,440	0,631	0,757	0,456	0,129	0,953	0,105	0,459

Fonte: Atlas da Exclusão Social no Brasil, 2003. Dados organizados pela autora, 2013.

A exemplo de Vitória da Conquista, destaque-se as colocações de Jequié (2960°), Itapetinga (2.625°), as quais são consideradas, de acordo com os estudos do REGIC (IBGE - 2008), cidades pólo, hierarquicamente diferenciadas em seus papéis.

Em busca da materialização dessa realidade, em pesquisa campo realizada junto aos 200 moradores dos municípios que se deslocam a Vitória da Conquista periodicamente, denominada **PESQUISA: Moradores das cidades da região Sudoeste que se deslocam para Vitória da Conquista via Terminal Rodoviário de Vitória da Conquista**, esta revela alguns fatores.

Em relação ao grau de escolaridade dos pesquisados, estes revelam a baixa formação e conseqüente qualificação dos pesquisados, pois 43% informou possuir apenas o ensino fundamental incompleto, o que pode equivaler a um máximo de 4 a 5 anos de estudo. Se somar-se ao percentual de pessoas que informaram ser analfabetas (5%), é possível verificar que quase metade das pessoas (48%), possui baixíssima escolaridade. Tais dados sugerem a falta de desenvolvimento da região, uma vez que se presume a ausência de investimentos em educação, com vistas a melhor qualificação e formação profissional. Comparando-se ao Mapa da Exclusão Social, tem-se que na região Sudoeste (Tabela 14), o maior índice de escolaridade está em Vitória da Conquista e não ultrapassa os 0,5 (0,456), o que configura que nenhum dos municípios da região alcançaram, ao menos metade do índice máximo, que é de 1,0. Caetanos (0,117) e Mirante (0,128) aparecem com os índices mais baixos em termos de Educação.

Já a renda familiar mensal bruta indica que os pesquisados vivem um quadro de miséria e pobreza, uma vez que 48% da população recebe rendimentos abaixo de um salário mínimo. Do total de pesquisados, 43,5 % recebe entre um e dois salários mínimos de rendimentos. Ressalte-se que se trata da renda familiar bruta, o que denota que a mesma ainda passa por descontos de tributos (enquanto emprego formal) e pode ser dividida por maior número pessoas, o que pode configurar um quadro de maior agravamento da qualidade de vida dos mesmos. Já o Mapa da Exclusão Social, embora não tenha apresentado diretamente um índice para este indicador, pode-se inferir, a partir do indicador “Desigualdades Sociais” um panorama, à época, bastante assustador para os municípios da região Sudoeste da Bahia. Os indicadores mais baixos estão concentrados em Tremedal (0,013). Mesmo

os municípios que apresentam melhores indicadores, não alcançam sequer o índice de 0,2, a exemplo de Vitória da Conquista, cujo índice alcança, tão somente, 0,105.

Outro questionamento refere-se à principal razão para deslocamento à Capital Regional. Embora Vitória da Conquista reúna muitas razões para o deslocamento de pessoas dos municípios circunvizinhos, evidencia-se a força do comércio na principal motivação dos pesquisados, com 39% de indicação, confirmando assim, a força desse segmento econômico na região. Não obstante, a Saúde apresenta-se também como uma das principais motivações, com 22%, seguida da Educação com 11,2%. Chama a atenção o percentual de pessoas que se desloca a Vitória da Conquista para trabalhar (9% dos pesquisados). Embora a cidade seja a maior detentora do número de postos de trabalho na região, é relativamente pequeno o número de pessoas que se desloca, com relativa regularidade, o que poderia caracterizar como uma migração pendular. Os dados, no entanto, não revelam essa condição. O Mapa da Exclusão Social, no entanto, demonstra que os índices de emprego formal e da educação, á época, são muito baixos, o que pode reforçar que os pesquisados, nessas condições, encontram poucos postos de trabalho em Vitória da Conquista.

Questionou-se também, sobre o principal problema da cidade de origem. O principal problema apontado é a dificuldade de acesso à Educação, seguido do Comércio com 21% e Saúde, com 19%. Interessante constatar que, o item Trabalho só vem aparecer em quarto lugar, com 18%. Esse último dado pode responder mais claramente às razões que levam a maioria das pessoas só se deslocarem a Vitória da Conquista uma vez por mês ou esporadicamente, assim como correlacionar aos resultados do questionamento anterior, ao reforçar que, a ocupação por postos de trabalho não é a principal motivação dos pesquisados para se deslocar a Vitória da Conquista.

Por fim, um último questionamento refere-se a informar se recebe alguma ajuda assistencial do governo. Embora seja uma região caracterizada por um quadro pobreza, assim demonstrado pelos vários questionamentos e indicadores econômicos e sociais, 91% dos entrevistados informa não receber nenhum tipo de ajuda do governo. Apenas 9% dos entrevistados informaram receber o apoio de um programa do governo: especificamente do Programa Bolsa Família.

O Mapa da Exclusão Social é uma importante ferramenta de planejamento de políticas públicas que visem a melhoria da qualidade de vida da população,

sobretudo aqueles que se encontram no limite da pobreza. Ao que foi indicado no último questionamento, embora o governo tenha disponibilizado diversos programas sociais para acesso da população carente, com vistas a melhoria da qualidade de vida, os mesmos não demonstram ter alcançado boa parte da população da região Sudoeste da Bahia.

Já o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) compõe um rol de indicadores que estabelece critérios de comparação entre os diversos países, acerca do nível de desenvolvimento das sociedades, avaliando, para isso, fatores como a longevidade, a educação e a renda. Conforme estabelecido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2013):

O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. PNUD (2013)

Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH constitui-se em uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Em 2013, o PNUD Brasil, o IPEA e a Fundação João Pinheiro adaptaram a metodologia do IDH global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros a partir de dados do Censo Demográfico de 2010, além de recalculá-lo, com base na mesma metodologia, para os anos de 2000 e 1991.

Os dados do IDH-M foram extraídos da tabela disponível no Atlas de Desenvolvimento Humano de 2013, disponibilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, no endereço eletrônico de sua representação no Brasil, www.pnud.org.br. Essa base compõe os IDHM na forma total e especificado pelos seus elementos Longevidade, Educação e Renda, dos municípios brasileiros, possibilitando a filtragem por unidade da Federação. A seguir, apresenta-se os resultados dos municípios da região Sudoeste da Bahia, conforme o PNUD divulgou em 29 de julho de 2013, os dados do Atlas Brasil 2013, do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da totalidade dos 5.565 municípios brasileiros.

O estudo compreende que apenas o crescimento econômico não é suficiente para medir o desenvolvimento de uma cidade. O IDHM, dessa forma, é constituído

da avaliação de critérios relacionados à saúde, educação e renda. Em termos numéricos o índice é calculado de zero a um - zero significa nenhum desenvolvimento humano, e 1, desenvolvimento humano total. Quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o município. Ademais, o trabalho permite, além do IDHM, a consulta a mais 180 indicadores socioeconômicos, como o acesso a serviços básicos e situação de vulnerabilidade das famílias., os quais são agrupados, ante a seguinte classificação.

Quadro 13 – IDHM – Classificação

Índice	Classificação
Muito Baixo	de 0 a 0,499
Baixo	de 0,500 a 0,599
Médio	de 0,600 a 0,699
Alto	de 0,700 a 0,799
Muito Alto	De 0,800 a 0,899

Fonte: PNUD 2013

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013, pág. 42), o IDHM encontrado para o Brasil, em 2010, é de 0,7271. De acordo com os resultados, o Brasil, como um todo, se encontra na faixa de Alto Desenvolvimento Humano, melhorando sua classificação em relação aos anos anteriores, quando figurava como Médio Desenvolvimento Humano, em 2000, e de Muito Baixo Desenvolvimento Humano, em 1991. Nas últimas décadas, o Brasil evoluiu de 0,492, em 1991, para 0,612, em 2000, até atingir o valor atual de 0,727.

No âmbito dos municípios brasileiros, os indicadores de 2013 ratificam o a presença de um quadro de desigualdades presentes várias cidades brasileiras, se comparadas aos anos anteriores. O IDHM do município que apresenta melhor resultado, São Caetano do Sul (SP), é quase o dobro de Melgaço (PA), considerado o pior resultado, dentre os municípios brasileiros. Abrangendo as grandes regiões, o estudo, mais uma vez, espelha um cenário de desigualdades, considerando que os vinte municípios com pior IDHM localizam-se nas regiões Norte e Nordeste. Já os vinte melhores IDHM, além da capital Brasília, localizam-se, em sua totalidade, nas regiões Sul e Sudeste. Destes cinco são capitais: Florianópolis, Vitória, Brasília,

Curitiba, Belo Horizonte. Nenhuma dessas capitais localizam-se na região Nordeste ou Norte.

No contexto estadual, a Bahia, por sua vez, aparece na 22ª colocação no ranking nacional, dentre os vinte e seis estados e o Distrito Federal. O IDHM médio da Bahia saltou de 0,386 (Muito Baixo Índice de Desenvolvimento Humano), em 1991, para 0,660 (Médio Desenvolvimento), em 2000. Mesmo com a melhora, o estado está abaixo da média nacional, de 0,727 (Alto Desenvolvimento), em 2010.

Com um índice de 0,759, na 383ª posição no ranking nacional, Salvador encontra-se na mais alta colocação do estado, dentre a totalidade de 417 municípios nesse espaço localizados. Na outra ponta da tabela está Itapicuru, a 215 km da capital. Com índice de 0,486, município do estado na faixa de Muito Baixo Desenvolvimento Humano. O estado tem 265 municípios (63,5%) com Baixo Desenvolvimento e 143 (34%) com Médio Desenvolvimento.

Já em relação à região Sudoeste (Tabela 15), ao segmentar os dados disponíveis para os anos de 2000 e 2010, realizou-se uma análise comparativa entre as duas décadas, e verificou-se o deslocamento da classificação dos municípios. Mesmo na atualidade, tal região ainda mantém a maioria dos seus municípios com IDHM muito baixo (3) ou baixo (27). Ademais, somente 9 municípios encontram-se no nível médio de IDHM e nenhum município no nível alto ou muito alto. A comparação entre as duas décadas permite verificar uma análise, na qual nota-se evolução do cenário.

Tabela 22 – Classificação dos Municípios da região Sudoeste da Bahia - IDHM

Índice	Classificação dos Municípios – IDHM	
	2000	2010
Muito Baixo	37	3 -Belo Campo, Itarantim, Ibicuí
Baixo	2 (Jequié, Vitória da Conquista)	27
Médio	-	9
Alto	-	-
Muito Alto	-	-

Fonte: PNUD – dados organizados pela autora (2013)

A classificação da Tabela 15 coloca a região Sudoeste entre as que apresentam um alto percentual de municípios, cujo desenvolvimento humano encontra-se aquém do desejável à sua população. Embora se verifique um avanço no índice em relação à última década, posicionando grande parte dos municípios a uma condição acima da anterior (de muito baixo para baixo), esta não se configura como a situação apropriada à qualidade de vida da sua população. Em 2010, nove municípios alcançaram o índice comparável a médio desenvolvimento humano. Entre as cidades, destacam-se aquelas que já são consideradas cidades pólo de uma microrregião, a exemplo de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga.

Compreende-se que o grave quadro de pobreza que se perpetua na região, desde longas datas, contribui, sobremaneira para que as cidades-pólo se caracterizem como referência para tentativa de superação das dificuldades de sobrevivência encontradas nos centros locais, que possuem IDHM baixo ou muito baixo. Justifica-se, dessa forma, o grande contingente que se desloca a esses centros regionais e à capital regional – Vitória da Conquista – em busca de comércio, educação, saúde, emprego e, até mesmo, o lazer. Assim, de forma discriminada, apresenta-se na Tabela 14 o IDHM dos municípios da região Sudoeste nos anos 2000 e 2010, o que permitirá se aproximar da realidade de alguns desses municípios, quanto à evolução deste indicador social.

Tabela 23 – IDHM: região Sudoeste

Localização	IDHM		
	2000	2010	Variação %
Região Sudoeste	0,40	0,58	47,28
Vitória da Conquista	0,54	0,68	25,93
Anagé	0,31	0,54	74,19
Barra do Choça	0,32	0,55	71,88
Belo Campo	0,38	0,58	52,63
Boa Nova	0,32	0,57	78,13
Bom J. da Serra	0,3	0,55	83,33
Caatiba	0,35	0,56	60,00
Caetanos	0,32	0,54	68,75
Cândido Sales	0,42	0,6	42,86
Caraibas	0,32	0,56	75,00
Cravolândia	0,49	0,6	22,45
Encruzilhada	0,36	0,54	50,00
Firmino Alves	0,47	0,58	23,40
Ibiciuí	0,42	0,58	38,10

Iguaí	0,44	0,55	25,00
Irajuba	0,38	0,58	52,63
Itambé	0,39	0,58	48,72
Itapetinga	0,53	0,67	26,42
Itaquara	0,39	0,55	41,03
Itarantim	0,44	0,61	38,64
Itiruçu	0,46	0,6	30,43
Itororó	0,44	0,59	34,09
Jaguaquara	0,44	0,58	31,82
Jequié	0,5	0,66	32,00
Lafaiete Coutinho	0,4	0,6	50,00
Lajedo do Tabocal	0,4	0,58	45,00
Macarani	0,45	0,61	35,56
Maiquinique	0,42	0,58	38,10
Manoel Vitorino	0,36	0,57	58,33
Maracás	0,41	0,61	48,78
Mirante	0,29	0,53	82,76
Nova Canaã	0,39	0,55	41,03
Planaltino	0,36	0,57	58,33
Planalto	0,39	0,56	43,59
Poções	0,43	0,6	39,53
Potiraguá	0,42	0,63	50,00
Ribeirão do Largo	0,36	0,54	50,00
Santa Inês	0,46	0,57	23,91
Tremedal	0,35	0,53	51,43

Fonte: Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Ao comparar os índices dos municípios da região Sudoeste em 2000, Mirante possui o mais baixo IDHM (0,286), o que classificou-o, à época, como município de muito baixo IDHM. O município evoluiu, em 2010, sua classificação quando obtém 0,527 de IDHM, o que representa uma taxa de crescimento de 84,27%, em relação à década anterior, alcançando, assim, o nível baixo de IDHM. Distante 361 quilômetros de Vitória da Conquista e localizada na micro-região do semi-árido baiano, seu território inclui-se no polígono da seca. Sua área compõe-se de terras improdutivas e de vegetação típica da caatinga, cujo clima é seco. Sua economia está assentada na pecuária e agricultura de subsistência. Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação, seguida por Renda e por Longevidade. No âmbito nacional, Mirante ocupa a 5416ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 5415 (97,30%) municípios estão em situação melhor e 150 (2,70%) municípios estão em situação igual ou pior.

Já em relação aos 417 outros municípios de Bahia, Mirante ocupa a 406ª posição. Nesta condição, 405 (97,12%) municípios estão mais bem posicionados e 12 (2,88%) municípios estão em posicionamento pior ou igual.

Fotografia 1 – Mirante



Fonte: Prefeitura Municipal de Mirante: 2013

Na outra “ponta” encontra-se Vitória da Conquista com o maior IDHM da região em 2000 (0,538). Em 2010, com índice de 0,678, o município quase alcança o nível alto. No entanto, a sua faixa de alcance a categoriza como município de médio IDHM, juntamente com outros oito municípios da região, que antes também se encontravam na faixa anterior de classificação. Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação, seguida por Longevidade e por Renda. O IDHM passou de 0,409 em 1991 para 0,538 em 2000 - uma taxa de crescimento de 31,54%. Vitória da Conquista ocupa a 2481ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 2480 (44,56%) municípios estão em situação melhor e 3.085 (55,44%) municípios estão em situação igual ou pior. Embora seja o terceiro município em população na Bahia, Vitória da Conquista ocupa a 16ª posição em IDHM no estado, sendo que 15 (3,60%) municípios estão em situação melhor e 402 (96,40%) municípios estão em situação pior ou igual.

Capital regional de uma área que abrange aproximadamente oitenta municípios na Bahia e dezesseis no norte de Minas Gerais, incluindo-se aí a região Sudoeste, Vitória da Conquista acumula uma história de influência na sua região, que, em busca de educação, saúde e trabalho, recebe milhares de pessoas. Na região Sudoeste da Bahia, esse município reafirma seu papel de cidade-pólo, na medida em que os demais municípios integrantes desse território se reportam à mesma para suprir suas demandas mais emergentes. Ainda assim, dentre as demais capitais regionais do estado – Feira de Santana e eixo Ilhéus/Itabuna, Vitória da Conquista ocupa a última colocação em termos de IDHM. É possível, afirmar, portanto, que o município necessita realizar avanços capazes de abranger a sua região de influência, de forma a exercer, com melhor qualificação, o seu papel de cidade pólo. Os dados acima, assim, apenas confirmam os resultados desenvolvidos nas pesquisas anteriores, a exemplo do Mapa da Exclusão Social, quando aponta o quadro de miséria e pobreza pela qual vive a população dessa região.

Fotografia 2 – Vitória da Conquista - 2013



Fonte: Zenon Barbosa, 2013.

Por fim, verifica-se que um crescimento do IDHM médio da região Sudoeste, se comparado à década anterior, que era de 0,40. Na década atual, com o incremento de 47, 28%, o IDHM médio da região alcançou 0,58. O dado indica que a região possui, portanto, médio IDHM. A analisar as especificidades dos municípios, no entanto, nota-se que essa realidade não é verificada uniformemente.

O Atlas do Desenvolvimento Humano – 2013, apresenta alguns outros dados capazes de indicar a qualidade de vida de uma população, a exemplo da Esperança de Vida ao Nascer – subindicador do IDH. Numa dada população, com base nos dados do IDH, a esperança de vida ao nascer refere-se número médio de anos que indivíduos nascidos no mesmo ano esperam viver. O índice da “esperança de vida ao nascer” é utilizado também como indicador de qualidade de vida de um país, região ou localidade. Pode ainda ser utilizada para aferir o retorno de investimentos realizados na melhoria das condições de vida. É calculada considerando-se, além das taxas de mortalidade geral e infantil segundo a classe de renda, o acesso a serviços de saúde, saneamento, educação, cultura e lazer, bem como os índices de violência, criminalidade, poluição do local onde vive a população.

A relação entre IDHM e Esperança de vida ao nascer é direta. Ou seja, quanto maior o IDHM, maior a expectativa de vida. No Brasil a esperança de vida ao nascer, evoluiu de 68,61 anos para 73,94 anos. Dessa forma, a expectativa média de vida nacional aumentou mais 5,33 anos, em 10 anos. Já na Bahia, a evolução foi de 65,8 anos para 71,97 anos, cujo incremento foi de 6,17 anos a mais em 10 anos. Verifica-se, portanto, que, embora a Bahia tenha aumentado mais que o Brasil, este estado ainda encontra-se abaixo da média nacional. A diferença da Esperança de Vida ao Nascer entre o país e o estado é de 2,97 anos, o que caracteriza que os investimentos em educação, saúde, renda, ainda não alcançaram o nível nacional, quiçá o nível dos estados dados mais elevados, a exemplo de Santa Catarina (76,61), São Paulo (75,69) ou Rio Grande do Sul (75,38).

Quando se adentra à região Sudoeste do estado da Bahia, a Esperança de Vida ao Nascer (Tabela 17) ainda é mais grave, embora se verifique uma melhora nos últimos 10 anos. Maiquinique com 66,40 anos de expectativa de vida ao nascer revela ter mais de 10 anos a menos do que a média do estado de Santa Catarina (maior esperança de vida ao nascer). Curiosamente, o município melhor situação é

Cândido Sales, que não apresenta o maior IDHM da região, mas encontra-se entre os municípios que encontram-se na classificação de médio IDHM.

Tabela 24 – IDHM versus Esperança de Vida ao Nascer

Localização	2000		2010	
	IDHM	Esperança de Vida ao nascer	IDHM	Esperança de Vida ao nascer
Região Sudoeste	0,401	63,77	0,580	70,36
Vit. da Conquista	0,538	64,79	0,678	72,30
Anagé	0,308	63,89	0,540	71,27
Barra do Choça	0,316	63,50	0,551	71,21
Belo Campo	0,378	64,87	0,575	70,59
Boa Nova	0,319	63,89	0,567	70,18
Bom J. da Serra	0,298	63,89	0,546	69,95
Caatiba	0,348	63,89	0,561	70,09
Caetanos	0,318	63,89	0,542	68,47
Cândido Sales	0,423	63,40	0,601	72,90
Caraíbas	0,322	60,40	0,555	69,35
Cravolândia	0,492	65,78	0,599	70,88
Encruzilhada	0,359	66,12	0,544	70,23
Firmino Alves	0,472	66,30	0,578	66,93
Ibicuí	0,424	63,27	0,584	71,78
Iguaí	0,441	66,73	0,552	72,18
Irajuba	0,378	62,65	0,576	71,57
Itambé	0,390	63,08	0,578	69,99
Itapetinga	0,529	65,78	0,667	72,39
Itaquara	0,393	59,60	0,553	70,75
Itarantim	0,443	66,10	0,610	70,93
Itiruçu	0,464	65,78	0,600	70,70
Itororó	0,444	60,70	0,594	69,31
Jaguaquara	0,439	65,76	0,580	69,81
Jequié	0,504	65,78	0,664	72,42
Laf. Coutinho	0,395	63,09	0,599	71,26
Lag. do Tabocal	0,400	63,09	0,584	70,85
Macarani	0,449	65,91	0,605	71,94
Maiquinique	0,420	63,08	0,576	66,40
Manoel Vitorino	0,357	63,89	0,566	69,48
Maracás	0,412	59,60	0,607	69,80
Mirante	0,286	63,89	0,527	68,33
Nova Canaã	0,392	61,76	0,545	72,35
Planaltino	0,363	63,09	0,572	67,45
Planalto	0,392	61,68	0,560	69,25
Poções	0,430	61,76	0,604	72,85
Potiraguá	0,416	64,40	0,625	70,23
Rib. do Largo	0,364	60,70	0,540	70,54

Santa Inês	0,464	65,78	0,574	67,25
Tremedal	0,352	65,47	0,528	69,94

Fonte: Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Outro importante indicador social é o índice de Gini, que consiste na medida do grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0 (zero), quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). O IPEA (2013) apresenta a seguinte concepção para o Índice Gini.

O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. IPEA (2013)

Ante o exposto, o Atlas de Desenvolvimento Humano – 2013, ratifica que o Índice de Gini refere-se a um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. No Brasil o índice de Gini, em 2000, foi de 0,64, tendo alcançado 0,60 em 2010. É possível verificar, por meio da Tabela 18, que nenhum dos estados apresentou aumento do Índice de Gini em relação à década anterior, o que denota que, à exceção do Distrito Federal, que manteve-se com o mesmo índice, todos os estados acumularam algum tipo de redução da concentração de renda. Já na Bahia o Índice Gini em 2000 é 0,66 e em 2010 é de 0,62. Tal índice encontra-se posicionado, em 2010 acima do índice nacional (0,60), o que denota que concentração de renda na Bahia é maior do que no Brasil como um todo, pois quanto maior o Índice de Gini, maior a desigualdade social, a violência, a criminalidade, o desemprego, a educação precária, diferenciação no tratamento entre ricos e pobres. O índice de Gini, ao apontar a diferença entre os mais ricos e os mais pobres, alerta para o *gap* social existente, sobretudo, nos países emergentes.

Tabela 25 – Índice de Gini – Estados brasileiros

Estados	2000	2010	Variação %
Brasil	0,64	0,60	-6,67
Acre	0,64	0,63	-1,59
Alagoas	0,68	0,63	-7,94
Amapá	0,62	0,60	-3,33
Amazonas	0,67	0,65	-3,08
Bahia	0,66	0,62	-6,45
Ceará	0,67	0,61	-9,84
Distrito Federal	0,63	0,63	0,00
Espírito Santo	0,60	0,56	-7,14
Goiás	0,60	0,55	-9,09
Maranhão	0,65	0,62	-4,84
Mato Grosso	0,62	0,55	-12,73
Mato Grosso do Sul	0,62	0,56	-10,71
Minas Gerais	0,61	0,56	-8,93
Pará	0,65	0,62	-4,84
Paraíba	0,63	0,61	-3,28
Paraná	0,60	0,53	-13,21
Pernambuco	0,66	0,62	-6,45
Piauí	0,65	0,61	-6,56
Rio de Janeiro	0,60	0,59	-1,69
Rio G. do Norte	0,64	0,60	-6,67
Rio Grande do Sul	0,58	0,54	-7,41
Rondônia	0,60	0,56	-7,14
Roraima	0,61	0,63	3,17
Santa Catarina	0,56	0,49	-14,29
São Paulo	0,58	0,56	-3,57
Sergipe	0,65	0,62	-4,84
Tocantins	0,65	0,60	-8,33
Média	0,61	0,57	-6,12

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013

A investigação sobre a distribuição de renda da população, portanto, leva a questões atinentes à mensuração de quanta desigualdade há em uma sociedade. Estabelecer e entender os indicadores de avaliação da desigualdade tem sido objeto de trabalho de estudiosos de diversas áreas e, ao analisar o Índice de Gini dos municípios da região Sudoeste, é possível compreender o *gap* entre os municípios e a potencial dependência destes em relação a Vitória da Conquista. Enfim,

compreender ainda o impacto de tais índices em relação a Vitória da Conquista, enquanto cidade média que exerce influência, permite o planejamento de políticas públicas dimensionado em fontes que asseguram o mapeamento real de um contexto regional.

Dado o exposto, dentre os municípios da região Sudoeste, e, realizando-se uma análise comparativa entre 2000 e 2010, conforme Tabela 19, dos trinta e nove municípios, sete aumentaram o Índice de Gini, ou seja: 18% dos municípios aumentaram a desigualdade social, especificamente a concentração de renda. Ademais, dos trinta e nove municípios, cinco mantiveram suas posições, entre uma década e outra, ou seja: 13% não apresentaram melhorias na distribuição da renda. Somando-se, 31% dos municípios, na última década, manteve ou agravou o Índice de Gini na região Sudoeste. Destes, apenas Caatiba manteve o mais baixo Índice de Gini (0,39), o que pode ser considerado um bom índice, se comparado aos índices dos demais municípios da região, inclusive Vitória da Conquista, que alcançou 0,55. Os demais municípios, 69%, tiveram seus índices alterados para redução do Índice de Gini, o qual configura redução da concentração de renda. Destes, no entanto, 10 municípios ainda permanecem com 0,50 ou mais de Índice de Gini, o que configura um percentual de 50% ou mais de concentração de renda das populações ali inseridas.

Tal cenário indica que, embora o IDHM nessa região tenha alterado positivamente o quadro de qualidade de vida de sua população, quanto esse análise adentra-se, especificamente, ao Índice de Gini, a situação se reverte, a ponto de ser possível identificar inclusive municípios que agravaram o quadro de desigualdades sociais por meio da distribuição de renda.

Tabela 26 – Índice de Gini – Municípios da região Sudoeste

Localização	2000	2010	Variação %
Região Sudoeste	51,81	52,03	0,10
Vitória da Conquista	0,62	0,55	0,37
Anagé	0,54	0,48	-0,13
Barra do Choça	0,35	0,44	0,20
Belo Campo	0,52	0,49	-0,06
Boa Nova	0,59	0,51	-0,16
Bom Jesus da Serra	0,52	0,52	0,00
Caatiba	0,39	0,39	0,00
Caetanos	0,59	0,50	-0,18

Cândido Sales	0,54	0,50	-0,08
Caraíbas	0,59	0,49	-0,20
Cravolândia	0,55	0,53	-0,04
Encruzilhada	0,45	0,49	0,08
Firmino Alves	0,56	0,43	-0,30
Ibicuí	0,56	0,50	-0,12
Iguaí	0,57	0,55	-0,04
Irajuba	0,52	0,52	0,00
Itambé	0,45	0,40	-0,13
Itapetinga	0,57	0,48	-0,19
Itaquara	0,47	0,55	0,15
Itarantim	0,54	0,50	-0,08
Itiruçu	0,61	0,50	-0,22
Itororó	0,55	0,44	-0,25
Jaguaquara	0,60	0,50	-0,20
Jequié	0,58	0,55	-0,05
Lafaiete Coutinho	0,51	0,51	0,00
Lajedo do Tabocal	0,54	0,46	-0,17
Macarani	0,52	0,46	-0,13
Maiquinique	0,49	0,46	0,48
Manoel Vitorino	0,49	0,51	0,51
Maracás	0,49	0,51	0,51
Mirante	0,52	0,52	0,51
Nova Canaã	0,48	0,46	0,48
Planaltino	0,49	0,56	0,52
Planalto	0,53	0,45	0,51
Poções	0,58	0,54	0,47
Potiraguá	0,45	0,49	0,42
Ribeirão do Largo	0,44	0,46	0,55
Santa Inês	0,51	0,48	0,56
Tremedal	0,63	0,48	0,49

Fonte: Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Adentrando-se à realidade os municípios, em 2000, o município de Tremedal apresenta o pior Índice de Gini (0,63). Já Barra do Choça apresenta o melhor Índice. Em 2010, a cidade que ocupa a mais baixa posição é Planaltino (0,56) e a melhor posição é Caatiba (0,39). Limítrofe ao município de Maracás, Planaltino (Foto 2) está localizada no Planalto Sul baiano e possui um clima semi-árido. O município foi desmembrado de Maracás pela Lei estadual nº 1775 de 30 de julho de 1962, sendo instalado a 07 de abril de 1963. O Índice de Gini do município é o mais desigual da região Sudoeste e sugere uma alta concentração de renda, se compararmos aos demais municípios do sudoeste baiano. Reforça-se a crescente desigualdade na

distribuição da renda de Planaltino, ao se verificar que o Índice de Gini da cidade, em 1999 era de 0,47, para em 2000 elevar-se a 0,49 e em 2010 registrar 0,56, o que significa que a distribuição da renda vem ficando cada vez mais concentrada, além de estar mais próximo de 1 do que do zero.

Fotografia 3 – Planaltino



Fonte: Tribunal de Contas dos Municípios – TCM – 2012

Já Caatiba (Figura 9 que possui como principal atividade econômica a pecuária, se destaca a criação de gado bovino, produção de queijo, requeijão e manteiga. A agricultura é voltada para o plantio de banana, mandioca, cacau, cana, feijão, milho e café. Recentemente, Caatiba adentrou-se à industrialização, quando foi instalado no município uma fábrica calçadista, o que possibilitou a geração de empregos para o município. Com a pavimentação asfáltica da Rodovia Estadual BA-265, Caatiba/Itapetinga, viabilizou-se várias oportunidades de crescimento. O Índice de Gini do Município apresentou-se com o melhor da região Sudoeste da Bahia em 2010, com 0,39. Tal índice, portanto, sugere uma melhor distribuição de renda entre ricos e pobres, o que contribui para a melhoria das condições de vida dessa população.

Fotografia 4 - Caatiba

Fonte: Dicionário de Palavras Brasileiras de Origem Indígena – 2012

Ao configurar-se como uma área permeada de baixas taxas de indicadores de desenvolvimento humano, bem como índices econômicos que pouco influenciam na dinâmica de crescimento do estado, Vitória da Conquista denuncia um quadro de desigualdades sócio espaciais, que impacta diretamente no cotidiano da sua população regional. Em relação ao índice de Gini, a cidade supera os 0,50, ao alcançar o patamar de 0,55, sugerindo, assim, uma alta incidência de concentração de renda e consequente intensificação da pobreza que incide diretamente na cidade e que pode ser visualizado na configuração sócio-espacial do município. O mesmo quadro se reproduz quando se verifica o IDHM do município em 2010, que alcançou apenas a posição intermediária, junta a um conjunto de municípios que

não passaram de IDHM muito baixo ou baixo, o que indica que aspectos relacionados a saúde, educação e longevidade estão longe de caracterizarem-se com o mínimo condições aceitáveis para a sua população.

Ante o contexto apresentado, verifica-se, assim, que Vitória da Conquista posiciona-se como um município que influencia uma região cujo quadro de pobreza e desigualdade social predominam. Seus municípios, em maioria, vivenciam uma realidade de ostracismo e limitadas ações proativas por parte do poder público em iniciativas para atrair investimentos, indicando, assim, um cenário de inatividade e marasmo na maior parte da região. Aumenta-se, de tal modo, a dependência das pequenas cidades em relação a Vitória da Conquista. E é nessa condição que se configura a influência relativa (condicionado ao grau de posicionamento hierárquico) de Vitória da Conquista em relação aos referidos municípios. Ademais, há aspectos de ordem cultural que persistem na manutenção desse vínculo. Nas palavras de um dos ex prefeitos de Vitória da Conquista, em pesquisa de campo realizada, este lembra que:

A maioria dos municípios da região Sudoeste, sempre teve laços com Vitória da Conquista, que vão para além da dependência social, do ponto de vista de infra-estrutura e equipamentos urbanos, uma vez que muitos destes eram distritos deste município. E, embora muitos desses distritos tenham se emancipado, permaneceu o vínculo cultural, onde muitos ainda vêem Vitória da Conquista como uma sede distrital, a qual se deve reportar para a solução dos problemas dos outrora distritos e hoje municípios. Enfim, houve um desmembramento, mas não houve o corte das relações. EX PREFEITO DE VITÓRIA DA CONQUISTA (2013)

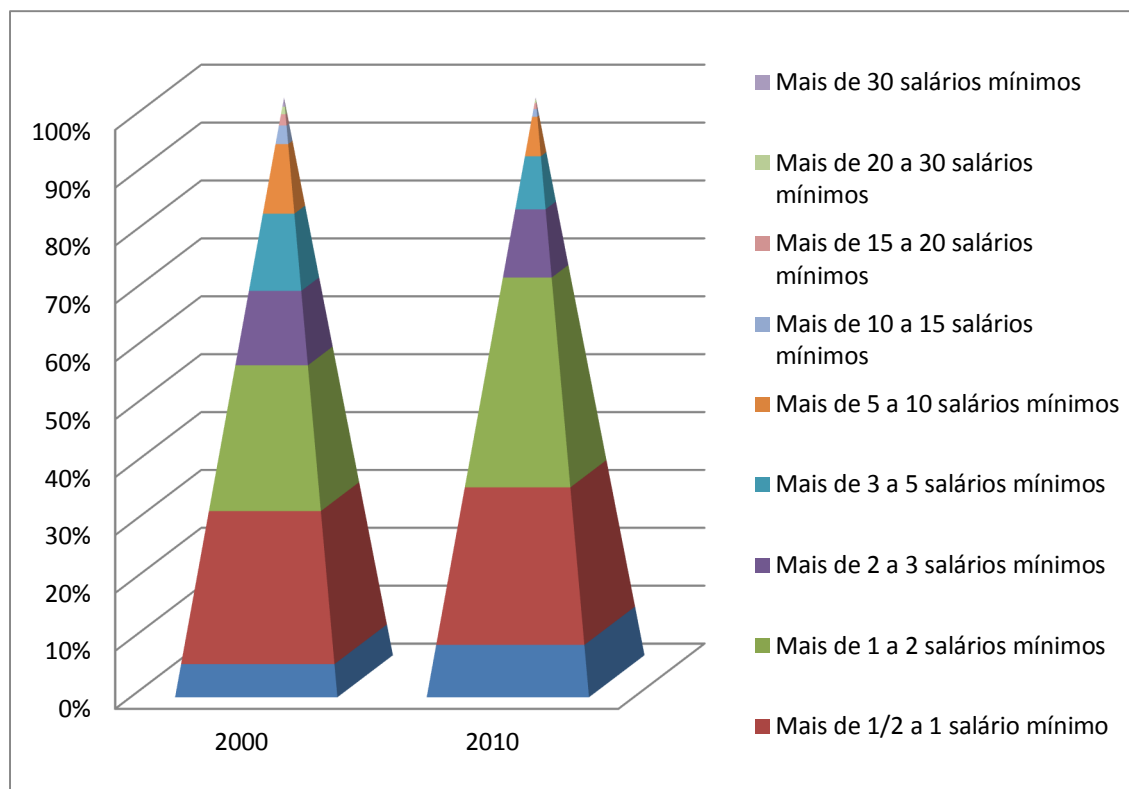
Chama a atenção, por fim, que a estratificação social gerada nos primórdios da história nacional se perpetua ainda nas regiões menos favorecidas, ao manter os velhos problemas e fomentar renovadas formas de exclusão, a exemplo do desemprego, educação, saúde e a segregação social. É possível inferir, inclusive, que o crescimento econômico gerado pela busca na modernização do país não foi suficiente para promover a inclusão social e diminuir as suas desigualdades, ao longo de todos esses anos.

5.3.2 Trabalho e Renda enquanto variáveis determinantes na construção da cidadania

A relação trabalho e renda com o fator qualidade de vida humana e urbana direciona ao debate sobre a distribuição da renda e a equidade social. O Brasil, historicamente, caracteriza-se por um quadro de desigualdade social, o qual, certamente, tem na base do seu agravamento, a concentração de renda, sobretudo quando analisado sob a perspectiva das unidades territoriais, contextualizadas nas suas regionalidades. A questão social e de qualidade de vida destaca-se nesse contexto, ao compreender-se que, mais do que políticas públicas, constituídas de iniciativas assistencialistas, é essencial reduzir os desníveis de distribuição de renda e conseqüente diminuição da pobreza. Tal condição pode ser gerada pelo crescimento econômico do país, o que, certamente, suscitará mais oferta de trabalho para a sua população. Nessa perspectiva, analisa-se alguns fatores determinantes nessa análise.

Apresenta-se a pirâmide dos rendimentos do Brasil, Bahia, Região Sudoeste e Vitória da Conquista, onde pode-se verificar a distribuição populacional, nas variadas faixas de rendimento. É notória, nas quatro situações, a concentração de pessoas que se encontram na base da pirâmide, ou um pouco acima, o que caracteriza uma concentração de baixos rendimentos, denotando, assim, a conseqüente pouca qualidade de vida que a maioria dessa população possui.

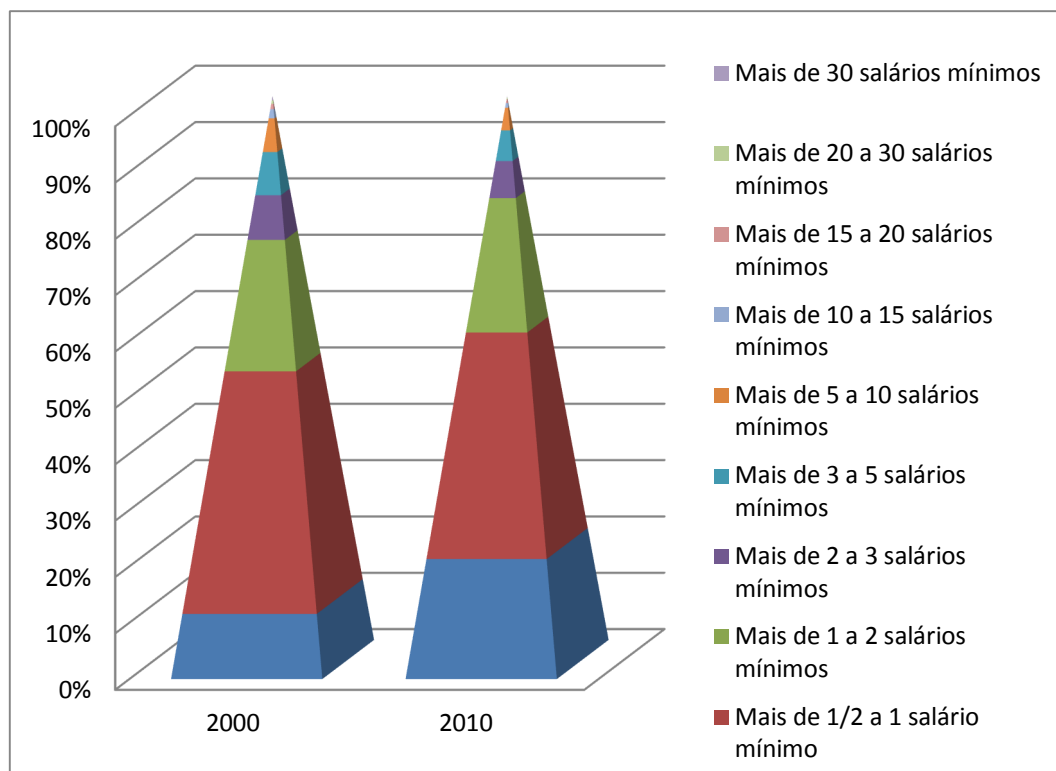
É inegável, no período de 10 anos, a concentração de pessoas que se mantém na base da pirâmide, no Brasil (Gráfico 5), ou um pouco acima, sendo que, em 2010, esse percentual ultrapassa os 50% em relação a 2000, o que caracteriza uma concentração de baixos rendimentos. Denota-se, assim, a conseqüente pouca qualidade de vida que a maioria dessa população possui, pois o acesso a uma série de recursos necessários mostram-se inviáveis, ante a renda, a começar pelas condições de moradia, educação, saúde, dentre outros. Semelhante à pirâmide étária, o topo da pirâmide da renda no Brasil ainda é, como costuma-se dizer popularmente, “para poucos”. Poderia até se dizer que é somente para aqueles que conseguem “chegar lá”. Ou seja: para aqueles poucos que possuem melhor rendimento, educação, saúde, o que, em regra, tem relação direta com melhor qualidade de vida e expectativa média de vida.

Gráfico 5 – Pirâmide: Dsitribuição da renda – Brasil – 2000 - 2010

Fonte: IBGE, 2013. Censos Demográficos 2000 e 2010.

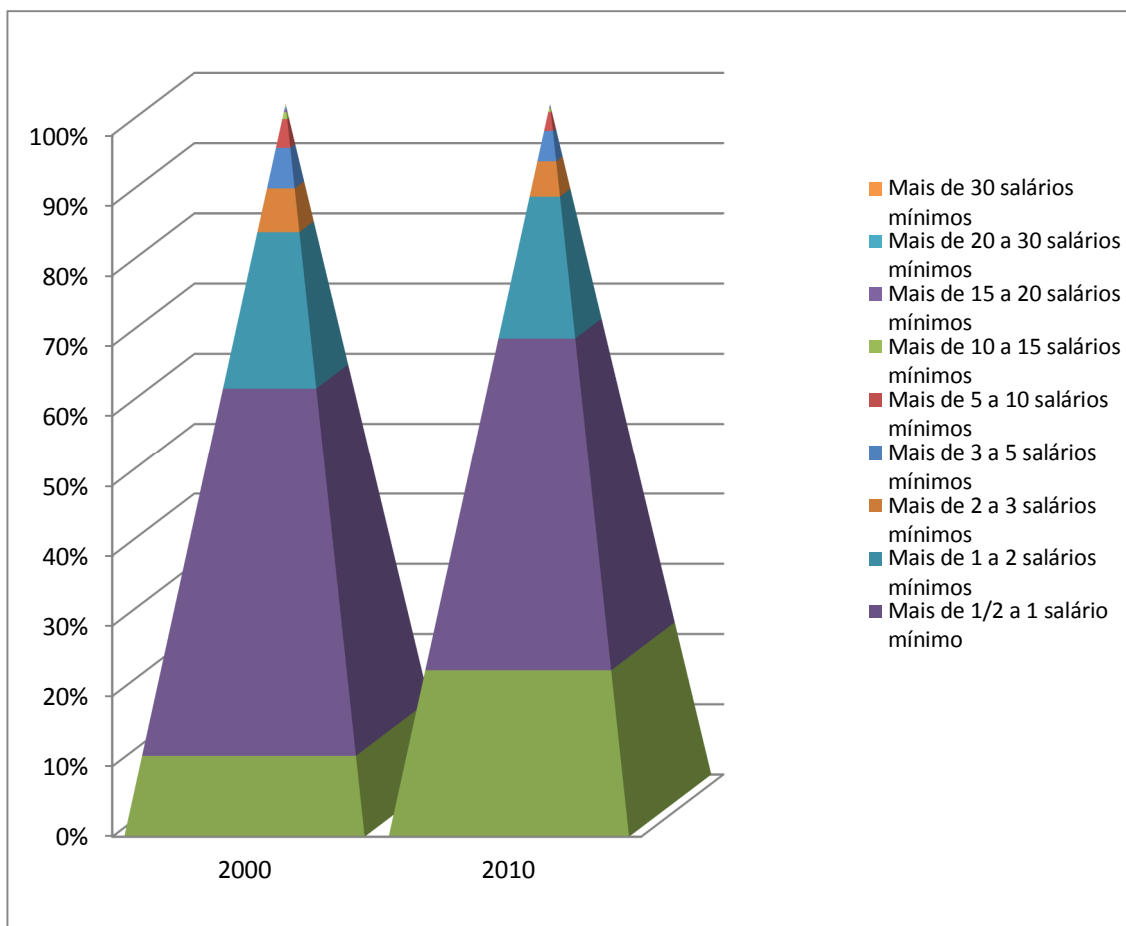
Na análise estadual (Gráfico 6), ao comparar-se os anos de 2000 e 2010, nota-se clara evolução do contingente de trabalhadores que aumentou a faixa salarial de quem ganha até meio salário mínimo. Ao incluir a faixa seguinte que alcança 1 salário mínimo, esse percentual sobe para mais de 50%, o que caracteriza a alta concentração da população entre as mais baixas faixas salariais. Reforça-se e amplia-se, também nesse âmbito, o quadro de pobreza e desigualdade social dessa unidade federativa. A Bahia é um dos estados de cujo rendimento é um dos mais baixos do Brasil. Ademais, ressalte-se que, para além destes que recebem rendimentos formais, os quais se incluem nas estatísticas em evidência, ainda existem os trabalhadores informais, que não têm carteira assinada e, portanto, nenhuma garantia legal dos seus serviços prestados.

Gráfico 6 – Pirâmide: Dsitribuição da renda – Bahia – 2000 - 2010



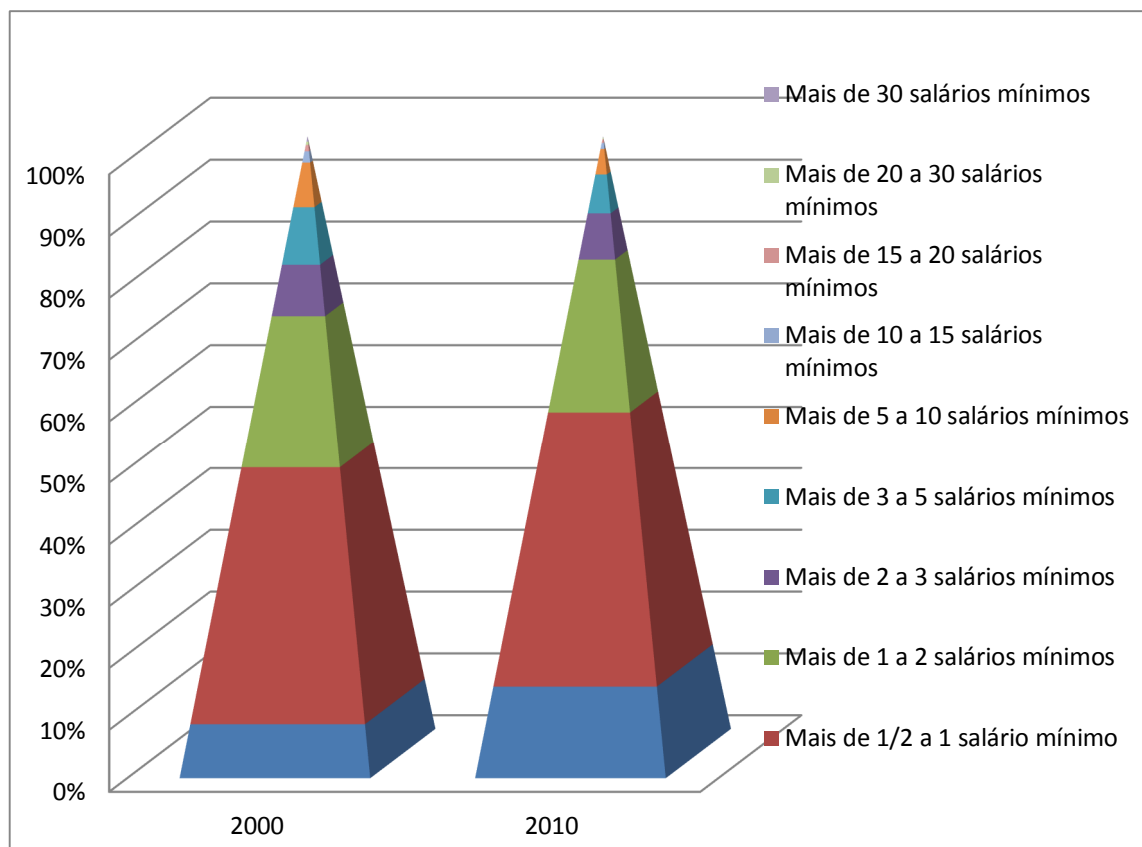
Quanto à distribuição da Renda da Região Sudoeste (Gráfico 7), quando comparadas às décadas de 2000 e 2010, a maior concentração da população – aproximadamente 60% - possui renda de meio a um salário mínimo. Tal fato confirma o quadro de pobreza consolidado nessa região, uma vez que sua população, em maioria, não possui renda suficiente para suas condições mínimas de uma vida com qualidade.

Gráfico 7 – Pirâmide: Distribuição da Renda – Região Sudoeste - 2000 – 2010



Vitória da Conquista, por sua vez, também alcança quase 60% da sua população com rendimentos, cujo intervalo encontra-se entre meio e 1 salário mínimo, em 2010 (Gráfico 7). A diferença consiste em verificar que a base, compreende o intervalo de até meio salário mínimo, se apresenta em menor percentual que o estado, o que configura uma situação mais específica e que, comparativamente, remete à possibilidade de que o nível de renda, proporcionalmente, seja melhor, quando se analisa o estado como um todo.

Gráfico 8 – Pirâmide: Distribuição da renda – Vitória da Conquista – 2000 - 2010



Fonte: IBGE, 2013. Censos Demográficos 2000 e 2010

Ao analisar os três níveis, requer alerta quanto ao número de pessoas que possuem baixos rendimentos e que, portanto, encontram-se em condições mais vulneráveis e de conseqüente baixa qualidade de vida. Tal condição ao ter impacto direto no quadro de pobreza, gera, dentre dentre outros fatores, um quadro de violência, com altas taxas de criminalidade, associadas ao tráfico de drogas, roubos, dentre outros, onstituindo esse um dos grandes problemas sociais e de segurança que um território necessita enfrentar.

Já em termos de evolução da renda, o IDHMR 2010, por sua vez, adotando a base estatística do IBGE, apresenta índices que permitem visualizar a evolução desta ao longo dos anos, na medida em que, em 1991, o IDHMR foi de 0,574; 2000 alcançou-se 0,633 e 2010 evoluiu 0,681. O crescimento médio da renda, assim, foi de 44,09% em 2000 e 35,21% em 2010.

Quanto ao trabalho, ao analisar a taxa de atividade das População Economicamente Ativa (PEA) que tem mais de 18 anos e que trabalha, esse percentual é de 68,53%. Ou seja: 31,47% da população acima de 18 anos, está sem atividade, constituindo-se a população economicamente não ativa. Da PEA, apenas 50,21% apresenta formalidade quanto à sua atividade, ou seja: possui carteira de trabalho assinada. Os demais, 49,79% trabalham na informalidade. Dos ocupados, 56,41% possui apenas ensino fundamental completo e 39,19 possui apenas o ensino secundário completo. Tal resultado tem reflexo imediato na especialização do trabalho e consequente renda. Dessa forma, desses, 78,69% possui rendimentos de até dois salários mínimos e 28,32% de até um salário mínimo. A seguir, apresenta-se as principais características da renda e do trabalho em Vitória da Conquista, em 2010, de acordo o seu IDHM (Tabela 20).

Tabela 27 – Principais características do Trabalho e Renda– Vitória da Conquista – 2010

Descrição	Percentual (%)
PEA – pessoas com mais de 18 anos	68,53
Formalidade	50,21
PEA – ensino fundamental completo	56,41
PEA – segundo grau completo	39,19
Rendimento até um salário mínimo	28,32
Rendimento até dois salários mínimos	78,69

Fonte: Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

5.4 UMA TENTATIVA DE SÍNTESE DO POSICIONAMENTO DE VITÓRIA DA CONQUISTA FRENTE À REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA

Nos padrões de regionalização investigados, Vitória da Conquista foi sempre reconhecida com cidade pólo, em função do comando que exerce na sua região de influência. Ou seja: no padrão de regionalização das Regiões Econômicas do Estado, Vitória da Conquista foi categorizada como cidade sede da Região Sudoeste. Ainda no atual padrão de regionalização dos Territórios de Identidade, Vitória da Conquista estabeleceu-se como cidade sede da microrregião de mesma denominação, ou seja: Microrregião de Vitória da Conquista do Território de

Identidade do Centro Sul da Bahia. Por fim, os estudos do REGIC, da esfera federal, considera nacionalmente Vitória da Conquista como Capital regional B, tendo em vista o nível de centralidade identificado na sua região de influência.

O seu papel, contudo, ainda que estruturado em função da sua condição de cidade pólo, apresenta limitações que podem ecoar para a região de influência a qual esta cidade polariza. Compreende-se assim, que, mesmo “ostentando” o título de terceira maior cidade da Bahia, em termos populacionais, além dos os demais evidenciados anteriormente, Vitória da Conquista e sua região são detentoras de sérios problemas de ordem social, refletindo estes em profundas desigualdades junto à sua população.

Vitória da Conquista exerce limitado papel de cidade média polarizadora de uma região que apresenta graves problemas relacionados ao seu meio físico, econômico e social. O comprometimento de sua capacidade de articulação, decorre, sobretudo, da restrita oferta de infra-estrutura urbana e regional (segurança, mobilidade, moradia, saneamento básico, educação, saúde, dentre outros aspectos), o que constituiria em fator essencial à justificativa do papel de uma cidade média. Tal comprometimento prejudica a sua capacidade de interação com o seu entorno.

O município reproduz uma realidade muito presente em diversos outros centros regionais do estado, a qual gera problemas que irradiam, sobretudo para as populações mais necessitadas. Trata-se da alta concentração de atividades produtivas em serviços, com concentração de renda e baixo desenvolvimento industrial em determinadas regiões, o que compromete o fortalecimento do papel de suas cidades médias, enquanto centros regionais. A maioria das regiões da Bahia, assim, ainda mantêm um cenário de exploração de restritas atividades – pecuária, agricultura e serviços - enquanto bases econômicas produtivas de suas regiões, mas que geram menor dinamicidade econômica, e conseqüente impossibilidade de melhoria da qualidade de vida de sua população.

Este se configura o cenário de Vitória da Conquista e sua relação com a região Sudoeste da Bahia, que, ao caracterizar-se como uma área permeada de preocupantes indicadores demográficos, econômicos e sociais, os quais pouco influenciam positivamente na dinâmica de crescimento do estado, denuncia um quadro de desigualdades sócio-espaciais, que impacta diretamente na qualidade de vida da sua população.

Seus municípios, em maioria, vivenciam uma realidade de ostracismo e limitadas ações proativas em iniciativas para atrair investimentos, sugerindo, assim, um cenário de inatividade e marasmo na maior parte da região. Aumenta-se, de tal modo, a dependência das pequenas cidades em relação a Vitória da Conquista. É nessa condição que se configura a influência deste município em relação aos demais. Vitória da Conquista posiciona-se, portanto, como um município que influencia, com fortes características de fragilidade, uma região cujo quadro de pobreza e desigualdade social predominam.

Em termos de moradia, por exemplo, a questão do uso do solo e sua utilização para especulação imobiliária, torna a habitação em Vitória da Conquista um dos pontos críticos, além de aspectos relacionados à infra-estrutura básica, educação, saúde e conectividade. Detentora de um sistema de saúde e educacional capazes de polarizar para o seu território a população da sua região de influência, se considerar-se o padrão de regionalização estabelecido pelo IBGE-REGIC, Vitória da Conquista exerce capacidade de articulação junto à mesma, seja em relação aos municípios de pequeno porte, seja em relação aos municípios de porte maior. Ambos os sistemas, entretanto, enfrentam limitações de funcionamento decorrentes de, dentre outros fatores, da excessiva demanda apresentada e da ausência de atualização dos seus equipamentos urbanos.

Em relação à economia do município, verifica-se o baixo crescimento relativo do seu PIB, nos últimos anos, cujas características mais fortes estão centradas no comércio e serviços. Estes, por sua vez, apresentam baixos graus de especialização e conseqüente cenário de competitividade. Este contexto se reflete em um PIB de resultados pouco significativos para o estado da Bahia. Tal fato se reproduz também nas cidades que fazem parte da região Sudoeste, independente da sua categorização. Como consequência, verifica-se um quadro de extrema pobreza nesta região, onde problemas econômicos e sociais ainda necessitam ser superados.

Ademais, há aspectos de ordem cultural que persistem na manutenção desse vínculo. Em entrevista a um dos ex prefeitos de Vitória da Conquista, em pesquisa de campo realizada, este lembra que:

A maioria dos municípios da região Sudoeste, sempre teve laços com Vitória da Conquista, que vão para além da dependência social, do ponto de vista de infra-estrutura e equipamentos urbanos, uma vez que muitos destes

eram distritos deste município. E, embora muitos desses distritos tenham se emancipado, permaneceu o vínculo cultural, onde muitos ainda vêem Vitória da Conquista como uma sede distrital, a qual se deve reportar para a solução dos problemas dos outrora distritos e hoje municípios. Enfim, houve um desmembramento formal, o que não se estendeu para a independência sócio-econômica dos municípios. EX PREFEITO DE VITÓRIA DA CONQUISTA (2013)

Desta forma, resgatando a hipótese central deste estudo, esta **consiste em afirmar que, ainda que se perceba o fortalecimento de Vitória da Conquista enquanto cidade média, a fragilidade do sistema social em que essa se insere, dificulta, significativamente, a consolidação do seu papel no âmbito de proporcionar reais melhorias na qualidade de vida para toda a população residente e sua região de influência. Ademais, compreende-se que, no Brasil, a fragilidade e desigualdade na rede urbana tornam efetiva a capacidade dessas cidades em materializar-se como polos regionais.**

Tal hipótese se confirma, tendo em vista que, embora a cidade possua características de centralidade, a mesma apresenta fatores econômicos e sociais relativamente frágeis que, ainda que paradoxalmente, fortalecem a sua condição de cidade média, em função do grau de dependência que tais municípios têm em relação à Capital Regional.

Tais reflexões revelam mais que uma Vitória da Conquista, enquanto centro polarizador. Revelou ainda, para além da sua contiguidade e dependência econômica e social, um conjunto de municípios que, com essa cidade, estabelece vínculos afetivos e culturais. Estão imbricados, interligados, correlacionados e expõem, naturalmente, as suas contradições e vulnerabilidades, do processo de construção dos seus espaços.

Por fim, ao concluir as principais reflexões deste capítulo, compreende-se que o avanço e a dinâmica econômica exercida pelo capital sobre as cidades, não obstante os aspectos positivos, também apresenta suas implicações perversas e cruéis. As desigualdades sociais e espaciais que estão na raiz do processo de exclusão social são aspectos que definem profundamente essas realidades urbanas. Como resultado, as cidades se expandem e se estruturam segregando e excluindo, resultando na formação de um território que apresenta características de intenso distanciamento social.

Vitória da Conquista não foge à regra. Ainda que esta cidade seja considerada a terceira maior do estado da Bahia em termos populacionais, ainda que a mesma seja reconhecida com Capital Regional B pelo IBGE, ou Cidade Pólo

da Região Sudoeste da Bahia e do Território de Identidade de Vitória da Conquista, fatores outros, relacionados sobretudo à história de sua dinâmica intra-urbana, demonstram que esta cidade apresenta um grave quadro de segregação socioespacial.

O município, embora tenha alcançado, nos últimos anos, uma condição de médio desenvolvimento humano junto à sua população, ainda carece de condições que lhe permita exercer, com excelência, o seu papel de cidade pólo, de forma a atender às demandas de uma região que ainda sofre com o grave quadro de desigualdade social que persiste em se perpetuar. A cidade vivencia, assim, o paradoxo de ser “alimentada” por uma região cujo quadro de pobreza polariza para o seu centro as políticas e ações voltadas à melhoria de qualidade de vida destes e a permanente dificuldade de dispor de infra-estrutura e equipamentos urbanos que possam atender a tal contingente populacional.

Dessa forma, Vitória da Conquista, ante a fragilidade econômica e social que demonstra, paradoxalmente se fortalece enquanto cidade pólo, em função dessa condição. Quando se adentra à sua realidade intra-urbana, no entanto, verifica-se que a mesma também necessita ser analisada como um território que pede socorro, e que, dada a responsabilidade que construiu e polarizou para si, necessita de urgentes políticas públicas, que vão para muito além das municipais, as quais possam contribuir para que esse município seja uma real referência para a sua contigüidade regional, em termos de qualidade de vida urbana para a sua população.

6 URBANIZAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA: VITÓRIA DA CONQUISTA NO TEMPO E NO ESPAÇO

Primeiro, é necessário determinar se o objeto que desejamos conhecer, ou sobre o qual pretendemos instruir alguém, é simples ou multiforme.

Platão

Compreendendo a importância de localizar o debate sobre a estrutura urbana de Vitória da Conquista, no tempo e no espaço, a opção é por começar pelo começo, e, ao remeter-se ao início da história de povoamento e posterior urbanização de Vitória da Conquista, esteve nesse território, entre 1815 a 1817, o Príncipe Maximiliano de Wied von Neuwied, o qual realizou uma das primeiras descrições que se tem conhecimento do então Arraial da Conquista. O viajante-naturalista Maximiliano (1940), diz então:

[...] Contam-se aí umas quarenta casas baixas e uma igreja em construção. Os moradores são pobres; daí a razão porque os ricos proprietários das redondezas, as famílias do "coronel" João Gonçalves da Costa, do Capitão-mór Miranda e algumas outras empreenderam a construção da Igreja às suas expensas. [...] Grande parte dos moradores do arraial compõe-se de trabalhadores e de rapazes desocupados, que ocasionam muitos distúrbios, pois não há polícia nesta localidade. MAXIMILIANO (1940, p. 407)

Independente da sua localização, o espaço urbano se materializa em função de um processo histórico, cujas características inerentes ao seu ambiente, tornam compreensível como seus fluxos e fixos interagem entre si. Este, então, não se constitui, naturalmente, em um processo homogêneo no tempo e no espaço, para todos os centros urbanos. Ao contrário, ao longo do tempo, ao se considerar as suas particularidades, é comum que alguns espaços tornem-se mais ou menos urbanizadas que outros.

Já se vão muitos anos, desde a visita de Maximiliano e, há algumas décadas Vitória da Conquista é um município essencialmente urbano. Tal afirmativa não se

limita tão somente ao aspecto demográfico, mas também a variadas redes intra-urbanas e regionais de conexão, de relativo nível de complexidade, as quais são capazes de contribuir para a passagem de sucessivas etapas de desenvolvimento do município. As exigências do progresso e a complexidade do espaço intra-urbano escrevem a história da urbanização de Vitória da Conquista que, na atualidade, produz, continuamente, novas atividades e serviços, as quais remetem, invariavelmente, ao seu histórico estrutural. Habitação, saúde, mobilidade urbana, educação, lazer, estão na ordem das relações às quais as redes se consolidam no âmbito interno desse município localizado no Sertão da Ressaca.

O desenvolvimento urbano de Vitória da Conquista, dessa forma, reflete, assim, variados impactos em contextualizados processos. A alocação e uso da sua infra-estrutura e equipamentos urbanos, por sua vez, são marcados por apropriações, quase nunca equilibradas e quase sempre seletivas, gerando, em regra, situações socialmente segregadas e segregadoras, as quais neste capítulo serão revisitadas. Localizada no Brasil, inserida na Região Nordeste – Estado da Bahia, o mapa a seguir permite, preliminarmente, uma visualização mais aproximada da localização de Vitória da Conquista.

Mapa 14 – Vitória da Conquista no contexto planetário



Fonte: Elaborado pela autora, 2013

Ao revelar vários dos fatores que concorreram para que o povoamento e posterior urbanização de Vitória da Conquista fossem, ao longo dos anos, se consolidando como um território, Maximiliano (1940) indica a tendência inicial para o latifúndio e defesa dos interesses pessoais, em detrimento de uma população pobre e moradora do Arraial - a área de maior concentração populacional. Souza (2001), ao descrever a conquista do Sertão da Ressaca, onde se localiza o então Arraial da Conquista, afirma que as características das residências, à época, apontava o jeito simples do modo de vida dos seus habitantes. As pessoas mais abastadas desse núcleo viviam nas fazendas, onde se situava a produção econômica de maior peso da sociedade colonial.

No âmbito regional, a percepção dos colonizadores já revelava, desde essa época, a localização privilegiada deste território, sobretudo enquanto rota de passagem. Maximiliano (1940) produz curiosa descrição, ao relatar que:

Arraial da Conquista, principal localidade do distrito, é quase tão importante como qualquer vila do litoral. [...] Independentemente dos recursos que a

cultura dos campos fornece para a subsistência dos habitantes, a venda do algodão e a passagem das boiadas, que vão para a Bahia, lhes proporcionam outros meios de vida. As boiadas que vêm do Rio São Francisco passam também por essa localidade, e algumas vezes vêem-se chegar, numa semana, para mais de mil bois, que se destinam à capital. O gado comumente emagrece durante o longo trajeto que tem de percorrer, motivo pelo qual deixam-no descansar, aí, durante algum tempo, e mandam-no para se refazer nos pastos mais próximos. MAXIMILIANO (1940, p. 409)

No momento em que o período colonial na Bahia era marcado por uma economia voltada para a exportação, Maximiliano sinaliza, inicialmente, a relevância do sertão em relação ao litoral. Reconhece o autor no primeiro um local de comércio e entroncamento, na medida em que o comércio de algodão já fluía e a região era utilizada para a passagem das boiadas que iriam para a capital, onde também ocorria a exportação de couro.

Nas palavras de Alcoforado (2007) a principal característica da economia que o europeu implantou e desenvolveu na Bahia como em todo o Brasil foi a de ser uma economia voltada para o mercado externo. Desta forma, os principais produtos que a Bahia exportava nos séculos XVI, XVII e XVIII, pela ordem de importância, conforme discriminado no quadro abaixo, eram:

Quadro 14 – Bahia- produtos e exportações nos séculos XVI, XVII e XVIII

Século XVI	Século XVII	Século XVIII
Pau-brasil Açúcar Algodão	Açúcar Algodão Pau-brasil Fumo	Açúcar Fumo Algodão Ouro Aguardente Farinha de mandioca

Fonte: Alcoforado, (2007, p. 13)

O Arraial da Conquista se insere nesse contexto, pois, além da cultura de exportação, por meio do algodão e couro, já neste período, o território já exercia a função de entroncamento e passagem, vindo, mais tarde, a solidificar esta condição por meio da construção de novas estradas ligando o interior ao litoral do estado. Na atualidade, após quase 3 séculos, Vitória da Conquista confirma tal vocação e mantém ligações com municípios do interior do estado e também com aqueles que

estão situados no litoral e é transpassada por diversas rodovias que permitem o trânsito para essas direções. Tal fato concorreu para que a cidade fosse assumindo, desde os períodos iniciais, a sua condição de centralidade perante a sua região de influência, ainda que estes aspectos, à época, não fossem formalmente evidenciados.

Por meio da Lei Provincial N.º 124, de 19 de maio de 1840, o Arraial da Conquista foi elevado à condição de vila, sendo denominada Imperial Vila da Vitória. O perfil de povoamento da então Imperial Vila da Vitória, nesta época, pôde ser identificado, por meio de Parecer de comissão nomeada para "anunciar" os lugares próprios para becos, ruas e travessas, que deviam haver na Vila. Assim, Medeiros (1977) disponibiliza o referido parecer, apresentado, à época, pelo Vereador Soares, em 18 de julho de 1841.

A comissão encarregada de anunciar os lugares próprios para becos, ruas e travessas, que devem haver nesta Villa, procedendo escrupolosamente acerca do exame dos objetos referidos, he de parecer que devem haver tres becos, a saber um junto a casa do Sr. Moreira dos Santos da parte de cima com duas braças de largura, outro acima da casa de Anna Victoria da Conceição, em direitura a fonte, lugar indispensavel para o tranzito dos que vão buscar agoas, contendo tão bem duas braças de largura, e outro na rua nova do Espinheiro entre a caza de Manoel Lino Mares, e Leandro Luis França com quatro e meia braças por ser a embocadura da Estrada Geral que se segue para deferentes lugares; quatro ruas travessas, e uma direita além das existentes, a saber, huma rua travessa junto a caza dos herdeiros da finada Faustina da parte de cima, outra junto a casa do Reverendo José de Barros Cavalcante, e a de Cordata Maria de Carvalho, uma rua direita entre a caza onde mora Cesario da Silva Mello, e a de Constança de Souza do Espírito Sancto, outra rua travessa entre a caza de Justina Gomes Freita, e Teles Costa Rodrigues de Oliveira, e outra dita junto a caza que esta fazendo Francisco Felis de Souza Faria da parte de baixo, todos com quatro e meia braças de largura, menos o que segue para a Estrada da Choça, entre a dita caza de Cesario da Silva e Mello, e Constança de Souza do Espírito Sancto, porque esta não pode ter mais que tres e meia braças de largura; ora a comissão leva ao conhecimento da camara que na rua travessa junto a caza do Padre José de Barros Cavalcante se achão quatro esteios fincados, e para que ahi fique uma rua, he indispensavel que sejam arrancados, bem como outros quatro que se achão tão bem fincados na de entre as ditas casas de Justina, e Felisberto; portanto a comissão submette a camara o seo parecer, o qual sendo lido e posto em discussão foi aprovado (...)MEDEIROS (1977)

Já se constatava, assim, os primeiros indícios de tentativas de organização da infra-estrutura urbana, sobretudo em termos de delimitação e criação de vias de acesso coletivo, além de definição do espaçamento dos mesmos. Alguma preocupação em criar condições de ordenamento do crescimento urbano também era notada. Evidencia-se, no entanto, que, já nessa época, ou, talvez, por ser nessa

época, os encaminhamentos correspondiam especificamente às demandas de determinados segmentos da sociedade conquistense mais influentes. Nota-se, já desde o início do povoamento, características de criação de uma classe social privilegiada, o que, posteriormente, viria a se perpetuar, enquanto prática, indicando, dessa forma, futuros embates acerca do acesso à infra-estrutura e equipamentos urbanos. Concorde-se, dessa forma com Romero et al (1995), quando esta enfatiza que:

[...problematiza-se a situação atual de alocação territorial destes equipamentos, e suas formas de apropriação sócio-espacial, marcadas ora por subutilização, ora por apropriação seletiva, socialmente segregada e segregadora, ora por uma demanda congestionada em seu consumo. (ROMERO, Marta. p. 742, 1999)

Confirma-se, portanto, que o município, enquanto agente público, contribuiu na reprodução de uma política de segregação sócio-espacial, na medida em que executava projetos de acordo com a solicitação de determinados segmentos sociais mais influentes, a exemplo dos latifundiários ou comerciantes locais para que calçamento e ou pavimentação de ruas se realizasse no entorno do setor varejista.

Quanto aos aspectos urbanos, de acordo com Medeiros (1977), em 1888, o Coronel Durval Vieira de Aguiar, após dissertar sobre a história de Conquista, fornece alguns elementos que interessam ao presente estudo. Diz o Coronel em "Descrições Práticas da Província da Bahia":

A Villa está edificada em terrenos accidentados ao pé da serra denominada Periperi. As casas são terreas e a maior parte de telhas. A praça é quadrilonga e de ladeira; ficando no centro a Matriz. A cadeia é perfeitamente pessima, tendo por maior segurança o tronco; alojando-se na mesma casa, o mais incommodante possível, o pequeno destacamento de polícia. A escola de meninos funcionava n' um comodo terreo, parecido com um corredor, de 3 metros de largura e 10 de comprimento, todo enfumaçado e desprovido de utensílios; pelo que se assentavam os meninos em taboas, pedras e caixões collocados em roda de uma velha mesa mandada fornecer com dos ex-bancos pela municipalidade. A matrícula d'essa escola era de 35 e a freqüência de 20 [...] MEDEIROS (1977)

O texto, além de descrever os aspectos urbanos da cidade, deixa evidenciado o “pouco caso” que os gestores já faziam da cidade neste período, ao dispor de equipamentos urbanos (educação e segurança), plenamente deficientes. De acordo com Chaves (2011), as condições de vida desses arraiais e vilas eram mínimas,

onde a pobreza e a ausência de serviços eram a regra, inclusive quanto aos cuidados à saúde e à educação, o que pode ser comprovado com as declarações realizadas à época. Tais características, portanto, iriam se constituir na herança cultural deixada pelos antepassados sobre uma realidade que, iria se reproduzir em vários marcos históricos da evolução de Vitória da Conquista, como poderá ser verificado à frente.

Em termos econômicos, no entanto, ao ampliar suas atividades produtivas, a vila passa a exercer maior influência na sua região, elevando a Vila à condição de cidade em 09 de novembro de 1891. Passou a denominar-se, a partir de 1º de julho de 1892, Conquista. Já em 1893, a obra escrita Francisco Vicente Viana e José Carlos Ferreira dissertam, de acordo com Medeiros (1977), o seguinte aspecto urbano, econômicos e regional de Conquista:

A cidade, edificada em terreno acidentado é formada de casas terreas e envidraçadas na sua maioria, e de poucos sobrados, caiados a tabatinga ou cal, formando onze ruas e duas praças. Na praça maior e mais central, chamada de Matriz, acham-se a igreja parochial de N. S. da Victoria, a única da cidade, e o passo do Conselho, propriedade particular. N'essa mesma praça há aos sabados uma feira bastante concorrida, onde a municipalidade possui um grande e bem proporcionado edificio. A cidade tem um cemiterio bem collocado, com capella, e duas escolas publicas, além de seis particulares. Seu comercio é assás importante e estende suas relações à Capital do Estado, às Cidades e Villas do centro e aos municipios do Rio Pardo e outros do N. de Minas, com cujo Estado limita-se. MEDEIROS (1977)

O texto destaca o aspecto econômico do núcleo populacional e como este influencia as relações regionais da cidade. Enfatiza-se, assim, a presença e estrutura da feira livre, enquanto equipamento urbano capaz de estabelecer o entrelaçamento das relações com os demais municípios circunvizinhos, estendendo-se, já nesta época, à região do norte de Minas. Já se registrava neste período, também, a presença de alguns importantes equipamentos urbanos, a exemplo do cemitério local e escolas.

6.1 ADENTRANDO ÀS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Em 1914, o início da construção da Santa Casa de Misericórdia foi o passo inicial para a criação do primeiro hospital do município, que, futuramente se firmaria como equipamento urbano de referência para o atendimento médico em toda a

região, perdurando, assim, por muito tempo, até que surgiram novos hospitais na cidade. A Irmandade fundou, em 1919, um hospital, intitulado São Vicente de Paulo, que, em consonância com as práticas religiosas da época, passou a atender, gratuitamente, a população pobre, recebendo inclusive os pacientes vitimados pelas epidemias. No período, a relação entre hospital e igreja, enquanto instâncias de influência da cultura da população local, foi determinante para se consolidar uma cultura de assistencialismo. A igreja, ao firmar essa “parceria”, assegurava a perpetuação da sua doutrina religiosa, sobretudo junto aos mais pobres e, conseqüentemente, vulneráveis, sobretudo nos aspectos emotivos.

Em 1920, foram abertas rodovias ligando a cidade a Itambé e ao Arraial de Barra do Choça, distantes, em áreas de fronteiras contíguas. O comércio, por sua vez, se destacou principalmente pela venda de produtos agrícolas e pecuários, não só para a população local, como também para os moradores de outras vilas e arraiais. A mais importante feira livre da cidade localizava-se na “Rua Grande”, atualmente denominadas Praças Tancredo Neves e Barão do Rio Branco. Ali existia, desde a época da Imperial Vila da Vitória, um “Barracão” onde os feirantes se reuniam e os tropeiros, vindos de outras localidades, se encontravam.

A localização geográfica favorável ao comércio tornou Conquista conhecida em outras regiões do Estado. Ademais, ao final dos anos 1920, as conexões produtivas entre a cidade e os outros centros urbanos são dinamizados pela construção de uma rodovia, realizando a ligação com Jequié. Esses novos vetores contribuíram, ainda, para a expansão do um fluxo econômico entre a região e a capital, sinalizando, assim, a continuidade dos indícios de urbanização e influência regional. É notório a forte inter-relação entre os dos fatores no ambiente urbano Conquista. É possível afirmar que a localização favoreceu à expansão do município enquanto cidade que iria influenciar uma determinada região. Da mesma, tal fator foi determinante para que o ambiente intra-urbano se ampliasse. No âmbito intra-urbano, o comércio favoreceu a atração de personagens correspondentes às novas atividades econômicas, a exemplo dos imigrantes atraídos pela, ainda que limitada, expansão econômica e urbana que a cidade começaria a experimentar, mas já atentos à sua localização privilegiada.

Em 1930, foi aberta a estrada que liga a cidade ao arraial de Barra do Choça, ampliando-se, desta forma, a interligação regional de Conquista com territórios contíguos. É possível afirmar que, mais uma vez, tais fatos beneficiaram o processo

de urbanização de Conquista, uma vez que surgiam os primeiros indícios de criação de uma rede de fluxos, tanto de pessoas quanto de mercadorias. Outra importante rodovia foi a Conquista/Ilhéus, inaugurada em 1940, a qual teve como marco inicial a construção da rodovia Conquista/Itambé. O crescente fluxo de pessoas e veículos, oriundos das cidades circunvizinhas e da zona rural, modificou o percurso urbano dessa rodovia, transformando-o em um nicho comercial.

A paisagem urbana já cedia, assim, às novas demandas regionais, ao converter as rodovias que por ali passavam, nas Avenidas Bartolomeu de Gusmão e Juraci Magalhães. Tais avenidas constituíram-se em importantes vetores do comércio de Vitória da Conquista, onde se localiza atualmente, sobretudo, um variado comércio de concessionárias de veículos automotivos leves e pesados, além de intenso comércio de materiais para construção.

É no início da década de 1930 que se destaca o começo da construção BR-116, a qual só viria a ser concluída na década de 1960. Importante rodovia que corta o Brasil de Norte a Sul do país, desde o Ceará até o Rio Grande do Sul, esse direcionamento proporcionou, tanto o crescimento populacional, vinculado à migração, quanto o desenvolvimento econômico para a região. Como avalia Medeiros (1977)

A estrada da Rio - Bahia abre-se integrando a cidade a outras regiões e ao sul do país; a estrada Ilhéus - Lapa corta-a a seu meio caminho entre o litoral e o Sertão do São Francisco. Elas permitem maior escoamento da produção e um fenômeno, sempre presente na história do município, evidencia-se com toda a força: à medida que o sertão se desenvolve ou passa por uma boa fase, o município também se desenvolve. A Segunda Guerra Mundial, que colocara na ordem do dia necessidade de suprimentos, influencia para o desenvolvimento da região e do município. O comércio se desenvolve. Agora não é mais o comércio dos velhos tropeiros que guiavam mares para o litoral e para o sertão e nem apenas o comércio dos ambulantes. Surgem modernas casas comerciais "dignas desse nome". O comércio, o desenvolvimento econômico, sua diversificação, fazem surgir em cena personagens correspondentes às novas atividades econômicas, inclusive migrantes atraídos pela expansão econômica do município. MEDEIROS (1977, p. 9)

Na verdade, a construção da BR-116 apresenta uma diversidade de aspectos que merecem reflexão, sobretudo quanto à sua condição sociogeográfica. Compreendendo o espaço urbano como socialmente constituído, a BR-116 também contribuiu, dentre outros fatores, para um acelerado processo de urbanização, em função do contexto da migração, sendo este um forte fator motivador para o

crescimento do município. Inicialmente, a rodovia colaborou sobremaneira para o transporte de gado, café e, mais recentemente, o comércio e passageiros. A citada rodovia que, quando corta o percurso urbano, passa a ser denominada Avenida Presidente Dutra, e, mais recentemente, Avenida Integração, se constitui em um importante eixo de escoamento de mercadorias e fluxo de pessoas.

Ao “cortar” a cidade ao meio, essa avenida vem se configurando, ao longo dos anos, no entanto, como parte de um quadro de segregação espacial, onde do lado Oeste do município encontra-se uma maior concentração de população mais carente, com menos oportunidades de trabalho, além maior quantidade de mercado informal e conseqüente renda *per capita* mais baixa. O lado leste, ao contrário, apresenta, em sua maior parte, realidade inversa. Ao resgatar este contexto, Santos e Almeida (2009) apontam que:

Assim, do lado Leste da cidade, tendo como ponto de referência a BR-116, localiza-se bairros onde existe uma maior concentração da classe burguesa, coexistindo, também, alguns bairros periféricos e pobres; do lado Oeste, ao contrário, as pessoas que ali residem compõem, majoritariamente, a classe trabalhadora. Essa separação social é sedimentada por uma barreira geográfica urbana real. SANTOS E ALMEIDA (2009, p. 2)

Os fatos denotam em uma parte do território conquistense, um quadro de forte desigualdade social, o qual abrange a maior parte da sua população. Não se pode deixar de reconhecer, no entanto, o migrante, enquanto importante personagem da configuração urbana de Vitória da Conquista, ao receber, nas décadas de 1940 e 1950, centenas de nordestinos que, rumo à região Sudeste, - rota de passagem para a maior cidade do Brasil - pararam nesta cidade se fixando. Em sua maioria, foram os responsáveis pela origem do Bairro Brasil, localizado na zona Oeste da cidade, juntamente com os trabalhadores da zona rural e da construção da rodovia BR-116. Ao assumirem uma condição de agentes de transformação, aos quais ainda vivenciam um quadro de segregação espacial, sentem-se conquistenses por adoção os paraibanos, alagoanos, pernambucanos, sergipanos, cearenses, que chegaram a Vitória da Conquista e fizeram-na sua segunda terra. Nas palavras de um dos migrantes oriundo do Rio Grande do Norte nesta época, este relata claramente a sua vida em Vitória da Conquista, após a migração, à qual se descreve abaixo:

Vimos para Conquista em uma época em que as coisas estavam difíceis na nossa terra, Rio Grande do Norte. Íamos, no final da década de 1940,

para São Paulo em busca de trabalho, pois não havia oportunidades para nós em nossa terra de origem. Mas aqui ficamos. Fixamos residência, abrimos comércio. Aqui também conheci minha esposa, que migrou da Paraíba alguns anos antes. Aqui nasceram e criamos nossos filhos. Juntamente conosco, vieram, nos anos seguintes, outros conterrâneos, que aqui se instalaram e desenvolveram comércio. Atualmente, residem aqui muitas famílias originadas da Paraíba, Rio Grande do Norte e outros estados do Nordeste. (Entrevistado 1 – 2013)

Durante os anos em que reside em Vitória da Conquista, o Entrevistado 1, relata as etapas de sua vida nesta cidade. Começou suas atividades profissionais trabalhando como funcionário de um conterrâneo que havia chegado à cidade alguns anos antes. Posteriormente, estabeleceu um comércio de autopeças e serviços de oficina mecânica na Avenida Presidente Dutra, hoje denominada Avenida Integração, uma das mais importantes avenidas da cidade, por onde passa a BR 116, a qual liga Vitória da Conquista ao norte e ao sul do país. Ao constituir uma numerosa família, promoveu a educação dos dez filhos, todos nascidos nesta cidade, e que, posteriormente, adquiriram, em sua maioria, formação de nível superior.

Tal fato ratifica o pensamento de Amorim Filho (1976), que, ao caracterizar uma cidade média, condição que Vitória da Conquista reuniria ao longo dos anos, afirma que um dos seus fortes atributos está relacionado à sua capacidade de receber e fixar migrantes. Além do potencial de atração dos migrantes, seja pelos equipamentos que possui ou pelo seu nível de desenvolvimento, tais cidades teriam também que oferecer condições como empregos e qualidade de vida, capazes de fixar estas pessoas na localidade.

Os migrantes demonstram o grau de mudanças promovidas em função de suas ocupações neste este território. O cenário da cidade, à época, passou da condição de total dependência da população em geral dos então “donos” do poder público, para a condição de relativa independência desta, em função dos novos comerciantes e consumidores que ora se instalavam. Delineava-se, assim, nas palavras de Medeiros (2009)

...pois a ampliação do setor urbano proporciona o surgimento de novos consumidores, deixando o consumo de ser monopólio dos fazendeiros. O fato, aliás, de ao lado da pecuária, desenvolverem-se atividades agrícolas para suprimento da cidade que crescia, introduz o agricultor na cena política, embora bem menos importante de que o pecuarista. MEDEIROS (2009)

O quadro político vai abrindo espaço a estes novos personagens na medida em que, aos poucos, o comerciante e os consumidores passam a ser considerados nas articulações políticas dos grandes fazendeiros da região. Mas outros fatores indicam o poder desta nova classe social, cuja relevância do seu papel frente ao domínio dos ricos proprietários territoriais, é indiscutível. Em função deste novo cenário, no decorrer desta década e na década seguinte, o núcleo urbano acelera o seu crescimento e seu contingente populacional vai se aproximando do contingente populacional da zona rural. Medeiros (2009), mais uma vez, chama a atenção para este novo fato, que iria modificar substancialmente as relações de poder estabelecidas em Vitória da Conquista, ao afirmar que:

Se se notar que esse crescimento de população é, grandemente, ensejado pela migração, conclui-se que milhares de pessoas deixam de estar diretamente sob o cabresto eleitoral do rico dono da terra. O controle eleitoral sobre os habitantes da cidade passa a ser problemático e, à medida que as atividades econômicas se diversificam, grande número de pessoas deixam de estar sob o domínio direto do fazendeiro de gado. MEDEIROS (2009)

O fator migração, associado ao fator populacional, além da ampliação do comércio, modificam a antiga estrutura de mando e novos agentes sociais passam, necessariamente, a ser reconhecidos e contemplados no discurso político. A migração para Vitória da Conquista explica, desta forma, em grande parte, o crescimento demográfico do núcleo urbano desta época, além das modificações na relações de poder e alterações na estrutura urbana da cidade. Em termos de infraestrutura e equipamentos urbanos, Vitória da Conquista adquire e/ou implanta três dos maiores equipamentos urbanos da cidade: O Ginásio de Esportes, o Shopping Conquista Sul e o Hospital Samur. Atualmente, localizam-se no mesmo espaço, ao menos, dois dos mais importantes bairros da cidade: Centro, onde se concentram as praças citadas, além de um intenso comércio; e Recreio, o qual acomoda espacialmente grande parte do sistema de saúde do município, com intensa concentração de consultórios, laboratórios, farmácias, dentre outros.

Enquanto importante equipamento urbano, a Saúde, na década de 1940 apresentou avanços, os quais foram significativos para a população da cidade e região (FERRAZ, 2009). Com a inauguração e ampliação de hospitais, aumentou-se o quantitativo de médicos, além da maior disponibilidade de leitos, equipamentos e aparelhos médico-hospitalares. No ano de 1940, ampliou a capacidade de internamento da Santa Casa de Misericórdia e no ano de 1943 deu-se a fundação

da “Casa de Saúde São Geraldo”. A expansão da área de Saúde tem um significado singular para o que futuramente o município viria a se transformar. Ou seja, Vitória da Conquista, em anos posteriores, transformou-se em um centro catalizador de usuários do Sistema de Saúde que viria a se instalar, nas décadas seguintes. Essa relação solidificou a relação do município com os municípios vizinhos e, por conseqüência, demandou a necessidade de melhorar a sua infraestrutura e equipamentos urbanos, para fins de atendimento a uma alta demanda para a área de saúde.

Face ao cenário de expansão, surgem os primeiros loteamentos e bairros, a exemplo da criação do Bairro Brasil – bairro mais populoso da cidade, originado em decorrência abertura da Rodovia BR-116 e habitado, inicialmente, pelas famílias dos trabalhadores que construíam a BR- 116 e, seguidamente, por migrantes oriundos dos estados de Sergipe, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Em paralelo, evidenciava-se, ainda, a ausência de infra-estrutura, e a presença das baixas condições sócio-econômicas da população, além da precariedade das estradas, denotando ausência de planejamento urbano. Ainda assim, a década de 1940 configura-se como um marco de referência para o desenvolvimento de Vitória da Conquista que viria, futuramente, a se consolidar neste município.

6.2 VITÓRIA DA CONQUISTA NOS 50 ANOS SEGUINTE E OS NOVOS CONTORNOS DA URBANIZAÇÃO

A década de 1950 foi marcada por políticas voltadas à industrialização nacional, implementadas pelo presidente Juscelino Kubitschek – JK. O foco estava no fomento ao processo de industrialização e o Plano de Metas estabelecido por JK contribuiria assim, também, para o processo de urbanização do país. Ações foram implementadas para que tais políticas fossem aplicadas, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste do país. Ainda que alcançando êxito nessas regiões, Milton Santos (1993), já alertava que o fenômeno da urbanização, à época, estava associado, não somente ao processo de industrialização que estimulou o êxodo rural, favorecendo o intenso deslocamento da população do Nordeste para as regiões Sudeste e Sul, mas também a uma taxa de natalidade elevada neste período, além do progresso sanitário, a expansão dos serviços e melhoria do padrão de vida nas grandes cidades, que derrubou, sobremaneira, as altas taxas de mortalidade nas mesmas.

Ao final da década, 36,16% da população do país já residia nos centros urbanos, em contraponto aos 31,24% da década de 1940.

Na região Nordeste e na Bahia, essas iniciativas não se projetaram na mesma proporção, pois, mesmo com tal medida, a política de expansão industrial brasileira continuou com uma acentuada concentração espacial das forças produtivas nas regiões Sudeste e Sul. Esse quadro contribuiu para a intensificação das disparidades regionais que, certamente, pode explicar as taxas de urbanização apresentadas nessa época – 26,4% e 25,87% para o Nordeste e a Bahia, respectivamente. Desta forma, essa realidade não se verifica na região Nordeste do Brasil, tão pouco na Bahia, que apresentam taxas de urbanização mais baixas, conforme pode ser observado abaixo.

Tabela 28 – Taxa de Urbanização – 1950

Localização	Taxa de urbanização
Brasil	36,16
Nordeste	26,40
Bahia	25,87
Vitória da Conquista	38,45

Fonte: elaborado pela autora, tendo como dados o IBGE

Com uma população de 46.456 habitantes, Vitória da Conquista confirmou a continuidade crescimento urbano, reproduzindo os mesmos parâmetros evidenciados na década anterior, ao elevar sua taxa de urbanização de 25,7% no decênio de 1940 , para 38,45%, na década de 1950, o que chama a atenção, mais uma vez, para os aspectos migratórios, além de localização privilegiada do municípios, os quais possibilitaram o crescimento da sua população urbana. De acordo com Tanajura (1992), nessa época,

O núcleo urbano não pára de crescer e seu contingente populacional, antes menor que da zona rural, vai se aproximando desta, pelas constantes migrações. O êxodo rural, decorrente da procura de melhores oportunidades de emprego, facilidade de serviços urbanos, educação e assistência social que a cidade oferece aos seus habitantes, amplia-se a partir da década de 1950. TANAJURA (1992, p. 74)

Ante um quadro de intenso crescimento demográfico, o processo de expansão urbana da cidade aumentou em direção ao entorno das principais

rodovias, a BR-116, BA-262 e BA-265. Estas, por sua vez, já se caracterizaram como importantes vetores de crescimento urbano, dada a capacidade de interligação regional que as rodovias proporcionaram. Confirmando este quadro, Ferraz (2001), cita que:

Outra característica neste contexto de crescimento urbano, é o fato de a cidade se expandir nas proximidades das rodovias que fazem entroncamento com o seu território. Nos seus arredores são implantados loteamentos e bairros como o bairro Brasil, criados a partir da abertura da BR 116. FERRAZ (2001, p. 32),

A oferta por melhores condições de vida, a exemplo de habitação, saúde, educação, emprego, dentre outros, não cresceu na proporção do aumento populacional. A abertura não programada de loteamentos atendia à crescente demanda por moradia, produzida pelo rápido crescimento populacional urbano, especialmente das camadas mais populares da população. Estes loteamentos, por sua vez, transformaram-se em bairros, localizados nas periferias da cidade, com características essencialmente populares. Eram carentes de infra-estrutura e equipamentos urbanos capitais à qualidade de vida da população ali residente. Tal quadro viria a apresentar dificuldades para a população, que só seriam vivenciadas mais intensamente nas décadas seguintes. Certamente, o nascedouro da segregação social conquistense, não tem suas raízes na segregação espacial já estabelecida (lado Oeste e lado Leste da cidade), mas essa realidade contribuiu sobremaneira para o agravamento do quadro ora exposto.

Diferentemente do lado Oeste, no lado Leste da cidade surgem outros loteamentos, com menor quantidade de lotes e com características infra-estruturais melhores, se comparadas aos loteamentos abertos do lado Oeste. Tais loteamentos tinham como foco principal uma população de maior poder aquisitivo, a exemplo do loteamento Recreio e o loteamento Escola Normal, onde, na atualidade, reside a população que possui melhor rendimento financeiro.

Neste cenário, uma figura importante protagonizou este processo: o Sr Gildásio Cairo, iniciou, neste período, o loteamento de terras hoje denominadas bairro Jurema e bairro Gerson Sales que, posteriormente, foi denominado de Bairro Brasil (FERRAZ, 2001). Buscando contemplar oportunidade empreendedora, Sr. Gildásio Cairo – proprietário de grande parte das terras de Vitória da Conquista – inicia, e permanece por longos quarenta anos, a venda de novos loteamentos,

estabelecendo-se, neste segmento, um intenso comércio de imóveis e instalando um quadro de especulação imobiliária crescente. Mais do que explorar de forma mercantil a questão da moradia, esse empreendedor influenciou sobremaneira o traçado urbano, na medida em que promovia a abertura de grande quantidade de loteamentos, carentes de infra-estrutura e equipamentos urbanos. Os órgãos públicos não atuam mais ativamente, decidindo para onde a cidade deve crescer, com adensar áreas providas de infra-estrutura e definir padrões urbanísticos novos (ARANTES, 2012). Observe o que cita Rocha (2012) sobre a realidade de Vitória da Conquista nesse contexto.

Observa-se que o loteador era quem definia toda a estrutura urbana, criando a forma, e, por conseguinte, a morfologia da cidade como um todo na medida em que, centenas de loteamentos, cada um com sua morfologia definida pelos donos dos loteamentos, acabaram definindo a forma urbana de Vitória da Conquista num emaranhado de ruas sem planificação dos fluxos e da mobilidade urbana como um todo. ROCHA (2012, p 246)

Na atualidade, alguns destes bairros, a exemplo do Jurema, convive com o paradoxo de caracterizar-se como um bairro que enfrenta sérios problemas de infra-estrutura, e a concentração de intenso comércio automotivo, seja de veículos leves ou pesados e que, inclusive, dinamiza o comércio de Vitória da Conquista. Margeado por duas das mais importantes rodovias – às quais na atualidade se transformaram em avenidas, as avenidas Integração e Juraci Magalhães ainda são conhecidas como rodovia Vitória da Conquista-Ilhéus e BR – 116 ou Rio Bahia, respectivamente.

Em termos econômicos, entre o início da década de 1950 e início dos anos 1960, Vitória da Conquista, cujo sólido comércio já influenciava a sua região, reafirmava sua vocação de cidade intermediadora desse setor na região Sudoeste da Bahia. Nessa realidade, na parte baixa da “Rua Grande”, no centro da atual “Praça Barão do Rio Branco”, foi construído o primeiro centro comercial da cidade, edifício “Lindoya”, que funcionou até a década de 1980, vindo a ser demolido nessa década, para dar espaço ao centro comercial e financeiro de Vitória da Conquista.

Fotografia 5 – Edifício Lindóya – 1950



Fonte: Taberna da História do Sertão / Foto Studio

Com a zona Oeste da cidade expandindo-se, inaugurou-se, 1958, outro equipamento urbano e comercial – o Mercado da Feirinha do bairro Brasil. Visando atender a uma população que crescia quantitativamente para esse lado da cidade, a “Feirinha” do bairro Brasil, atende aos moradores ali residentes até a atualidade. A Feira que foi inaugurada há mais de 40 anos e ampliada recentemente, viria a colaborar com o crescimento desse bairro, uma vez que, catalisadora de alto contingente populacional, negociantes e migrantes, dentre outros importantes personagens, fomentou a abertura de várias empresas e agências bancárias no seu entorno. Esses eventos favoreceram ao fortalecimento do comércio na zona oeste da cidade, o qual perdura até a atualidade. Os anos foram demonstrando, no entanto, o quadro de absoluto abandono, por parte do poder público, desse importante equipamento urbano, quando se verificava a ausência de manutenção do mesmo, além da oscilação no sistema de coleta de lixo e ausência de fiscalização sanitária. Por longas décadas, a famosa “Feirinha do bairro Brasil” viveu esse cenário, o qual veio melhorar relativamente, quando sua reforma, no último decênio

Outro importante equipamento urbano estava na área de educação, quando foi inaugurada a segunda grande instituição de educação. O Instituto de Educação

Euclides Dantas - IEED, ou Escola Normal surgiu em 20 de março de 1952, evidenciava, com seu projeto inovador, uma instituição enquanto monumento emblemático, marcado pela diferença, permeado pela idéia de modernidade e progresso por que poderia passar a cidade a partir da existência de uma agência formadora de professores.

Já o acesso a Salvador (distante 5000 quilômetros de Vitória da Conquista) era priorizado para o escoamento da produção agro-exportadora. A população, por sua vez, que guardava uma relação de dependência com a Metrópole, não contava com uma infra-estrutura, em termos de rodovias e linhas de ônibus que permitisse chegar, sem sofrimento, à capital. Em entrevista realizada com entrevistado 2, este faz um breve relato desse período:

Na década anterior, para que eu pudesse chegar a Salvador eu teria que fazer o seguinte percurso. Teria que esperar um caminhão sair durante a semana e que pudesse me levar a Jequié. Chegando a Jequié eu teria que pegar um trem até Manoel Roque. Chegando a Manoel Roque eu pegava um barco a vapor para Salvador. Para chegar a Salvador, eram três dias de viagem. (ENTREVISTADO 2 – abril de 2013)

Nota-se a dificuldade de mobilidade intermunicipal, tanto ao interior, como à capital do estado – Salvador. O acesso pelas rodovias ainda eram difíceis, impactando negativamente o trânsito das pessoas. Tal quadro, de certa forma, gerou uma condição de autonomia para Vitória da Conquista, reforçando a sua influência enquanto cidade-pólo, junto aos municípios circunvizinhos, uma vez que os mesmos poucos tinham acesso às políticas públicas voltadas ao crescimento e desenvolvimento da região, estabelecidas na sede estadual do governo – Salvador, assim como à sua infra-estrutura e equipamentos urbanos. Dessa forma, Vitória da Conquista ia tornando-se referência para municípios menores, enquanto território que dispunha de alguma infra-estrutura e equipamentos urbanos acessíveis a tal população. Progride, cada vez mais, tal relação de dependência dos municípios menores com a infra-estrutura e os equipamentos urbanos da cidade conquistense.

No decênio de 1960, os contornos nacionais da urbanização adquirem outros graus de complexidade, pois se anteriormente, o Plano de Metas de JK, por meio do incentivo à indústria, foi determinante para alavancar o processo de urbanização, a política instaurada neste decênio se materializou por meio do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). O plano previa a centralização das atividades do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), cujos recursos deveriam ser destinados à promoção do desenvolvimento econômico, incluindo-se as cidades. Nas palavras de Cruz (2012),

Não por acaso, nesse período foram estabelecidas as diretrizes do setor de saneamento vinculado ao BNH e ao Plano Nacional de Saneamento-Planasa, cuja proposta era a utilização de recursos do FGTS e de fontes externas (como o Banco Mundial) para o financiamento de obras que dessem conta de oferecer, até 1980, serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos para 80% e 50% da população urbana do país, respectivamente. CRUZ (2012, P. 8)

O PAEG, na verdade, buscava, dentre outros fatores, solucionar os problemas não resolvidos com o Plano de Metas, pois, para viabilização do mesmo, foram necessários infra-estrutura e equipamentos urbanos condizentes com uma nova realidade de país urbanizado. Este, por sua vez, já registrava 44,67% da população urbana. A região Nordeste registrava 33,89% de taxa de urbanização, registrando uma pequena evolução (pouco mais de 4%), em relação à década anterior. Neste contexto, a Bahia contava com 194 municípios, e acompanhando a mesma tendência de urbanização verificada no Nordeste, registrou 34,78% de taxa de urbanização (pouco mais de 5% em relação á década anterior), distribuídos, de forma desigual, econômica e socialmente, uma vez que as políticas públicas para esse fim ainda eram centralizadas no âmbito federal e não apresentavam alcance total.

Já o crescimento demográfico de Vitória da Conquista avançou substancialmente, alcançado 80.113 habitantes e registrando 60,7% a sua população urbana. A inversão populacional entre campo e cidade, então se estabeleceu nessa década. Atribui-se este aumento à continuidade do intenso processo de migração pelo qual o município estava vivenciando, com a vinda de nordestinos oriundos dos estados localizados acima da Bahia e que tinham, em um primeiro momento, São Paulo como destino final, sendo Vitória da Conquista rota de passagem para tal destino. Os migrantes fugiam de dois problemas pontuais: um devastador problema climático, à época: uma das intensas secas que assolava o Nordeste e a falta de investimentos nessa região, aumentando o grau de miserabilidade e graves problemas sociais.

O êxodo rural, ou seja, a migração do campo para a cidade, onde o modelo econômico favorece aos grandes latifundiários, e a intensa mecanização das

atividades agrícolas, tendo como conseqüência a expulsão da população rural, também foi um fenômeno verificado na região e que ampliou sobremaneira o número de habitantes em Vitória da Conquista, funcionando esta cidade como área de atração para os migrantes. O movimento migratório vivenciado por Vitória da Conquista revelou, desta forma, o movimento de composição das heterogeneidades e desigualdades espaciais verificadas entre as regiões do país. De acordo com Menezes (2000),

As populações das áreas desfavorecidas sofrem com o empobrecimento relativo, o que leva à migração. Os fatores de expulsão seriam, então de duas ordens: *fatores de mudança*, que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego e *fatores de estagnação*, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que podem ser limitadas tanto pela insuficiência física como pela monopolização da terra. MENEZES (2000)

É sobre este espaço desigualmente constituído e, ainda assim, articulado, compreende-se a coexistência de processos espaciais, realizando-se uma variedade de fluxos migratórios. As áreas de atração e áreas de repulsão se manifestam por meio dos seus elementos principais – as pessoas - caracterizando a migração como uma “saída” pouco louvável, mas necessária ao quadro geral de sobrevivência pelo qual os habitantes têm lutado.

Na esfera da moradia, o crescimento populacional mantém, portanto, a pressão por expansão dos limites da cidade e uma das principais iniciativas para atender tal fluxo migratório, foi o preenchimento de espaços - vazios e da zona rural - de alguns vetores de crescimento, que provocaram a origem de mais loteamentos. No entanto, não se tem conhecimento de que houvesse alguma legislação específica para o ajuste desse processo de urbanização, o que só viria a acontecer na década seguinte. De forma bastante improvisada e amadora, o parcelamento da terra era realizado pelos próprios proprietários das terras próximas ao sítio urbano, e as negociações ocorriam, a preços relativamente acessíveis, entre os proprietários e a população interessada, uma vez que não estava consolidada ainda a figura formal da representação imobiliária. A expansão de Vitória da Conquista se mantinha mais consistentemente distribuída entre as zonas Leste e Oeste da cidade. Sobre tal direcionamento, veja-se o que cita Benedicts (2007), sobre a expansão da zona oeste da cidade.

Com a construção da BR-116 na década de 1960, o núcleo habitacional expandiu-se para o lado oeste da cidade, acompanhando a Avenida Brumado, sentido rodovia BA-262. A população residente nessa área era de baixo poder aquisitivo, formada por imigrantes rurais e trabalhadores assalariados. As fazendas que ocupavam essa área foram transformadas em loteamentos e, com a existência de conjuntos habitacionais populares, o crescimento populacional foi favorecido. BENEDICTS (2007, p. 32)

Nessa condição, para que a população migrante e os trabalhadores assalariados tivessem acesso à moradia, ratificou-se a importância capital das Rodovias nesse processo. Exemplifique-se o que já ocorria nas décadas anteriores, quando em 1940, a BR-116, principal rodovia, que corta a cidade, dividiu a cidade em duas zonas: a Oeste e a Leste, e impulsionou a urbanização da cidade em ambas as direções, em maior e menor proporção, respectivamente.

E assim, o quadro de expansão de moradias, associado à falta de planejamento urbano, ia se instalando no município e induzindo o meio ao caos, em termos de infra-estrutura e equipamentos urbanos. A década de 1960 foi marcada, portanto, pela continuidade da segregação social, configurada entre as zonas Leste e Oeste. Pareciam seguir esse curso da história como se fosse natural não haver equilibrada distribuição de renda e acessos a infra-estrutura e equipamentos urbanos, privilegiando-se os espaços de moradias dos que possuíam melhor poder aquisitivo.

Com a população aumentando e o comércio expandindo-se, ênfase foi dada à mobilidade urbana e alguns equipamentos urbanos foram instalados, a exemplo do Sistema de Transportes Públicos, que tinha na “Viação Suburbana”, primeira empresa de ônibus coletivo da cidade, a concessionária do serviço de transporte coletivo da cidade, a qual atuou durante as décadas de 1960, 1970 e 1980. Funcionando de forma precária, a Suburbana possuía poucos veículos. A empresa chegou ao fim no dia 21 de julho de 1983, e o serviço de transporte coletivo da cidade deu espaço à nova empresa, a “Viação Conquistense”.

Outro importante equipamento urbano que marcou a década de 1960, o aeroporto intensificou o eixo de interligação da população conquistense e das cidades circunzinhas com as demais regiões do estado e do país. Atualmente, Vitória da Conquista passa pelo drama de vivenciar a estagnação desse transporte, que permitiu, em anos anteriores, uma conexão com as demais regiões, junto aos meios de transportes terrestres, de forma mais digna. A região de Vitória da

Conquista conta com um aeroporto de médio porte, inaugurado há mais de 50 anos. Em tempos de globalização e de comunicação em tempo real, os meios de transportes pedem atualmente maior agilidade e rapidez e maior diversidade de destinos.

O aeroporto permite uma conexão mais rápida e presencial com outras regiões. No entanto, o Aeroporto Otacílio Figueredo, foi inaugurado na década de 1960, e, atualmente, mais de cinco décadas depois, com quase o dobro do número de habitantes, não comporta mais a grande demanda pelos seus serviços. Equipamento urbano de importância vital para o crescimento e desenvolvimento de uma região, há, não somente Vitória da Conquista, como também toda uma região a qual depende do mesmo que clama pela modernização deste equipamento, ou, até mesmo, a construção de um novo aeroporto.

O aeroporto conta, na atualidade, com apenas duas empresas de aviação para transporte de passageiros e encomendas. Estas tem em seus destinos várias cidades do Brasil, a exemplo de São Paulo, Salvador, Belo Horizonte, tendo como destino o interior do Brasil. Não há vôos internacionais, face à limitada estrutura física deste equipamento urbano. O número de assentos também são limitados, em função do porte das aeronaves, que devem estar compatíveis com a estrutura física do aeroporto. Circulam ali somente aviões de pequeno e médio porte, com capacidade máxima para 70 passageiros. Problemas relacionados à venda de passagens mais caras em função da baixa concorrência de mercado, além do pequeno número de vôos diários, agrava o quadro já crítico.

A reivindicação para construção de um novo aeroporto é, assim, uma demanda antiga da região de Vitória da Conquista, que ainda não foi contemplada. Em busca de alternativas, recentemente, em 10 de janeiro de 2013, foi assinado Convênio entre os governos federal, estadual e municipal, para a construção do novo aeroporto, o qual contará com, além dos serviços de pista de pouso e decolagem, área de movimentação de aeronaves, terá também pátio de estacionamentos e vias internas de acesso.

O novo aeroporto prevê um maior fluxo de vôos e aeronaves de maior porte, dispondo de linhas áreas para maior quantidade de cidades. A previsão é que, uma vez que as obras estejam iniciadas, estas estarão concluídas em 24 meses. Espera-se que uma obra deste porte e com a representatividade social e econômica que a mesma detém, traga muitos benefícios para a região de Vitória da Conquista,

seja pela geração de empregos diretos, por ocasião da construção, seja, sobretudo, pelo fato de caracterizar-se como um vetor de desenvolvimento, trazendo consigo uma infra-estrutura básica, novos acessos viários, que poderão atrair investimentos, expansão imobiliária e crescimento da região.

Na década de 1960 é inaugurado mais um importante equipamento urbano, capaz de agregar milhares pessoas em busca de lazer e esporte. Desta forma, o estádio Lomanto Júnior, o popular “Lomantão”, foi inaugurado no dia 5 de novembro de 1966.

Vitória da Conquista se expandia, assim, não somente no eixo intra-urbano, mas também enquanto cidade pólo que exercia influência nas cidades circunvizinhas. A capital, Salvador, estava distante 500 quilômetros. Tal distância exercia contínua influência no poder que Conquista desenvolvia sobre o seu entorno. As rodovias colocaram a cidade na rota de tantas outras. Não sem razão, a inauguração da BR-116 foi amplamente explorada no sentido reforçar o papel de Vitória da Conquista como importante entreposto comercial do sudoeste baiano. Em maio de 1963, ocorre a inauguração, conforme publicação do editorial do semanário “O Jornal de Conquista”, edição de 8 de junho de 1963, que dizia:

[...inauguração da nova Rio - Bahia, rodovia da integração nacional, iniciada há mais de 30 anos e concluída completamente asfaltada em toda sua extensão pelo Presidente João Goulart, que a inaugurou no dia 30 de maio último, na divisa dos estados da Bahia e Minas Gerais. JORNAL DE CONQUISTA (1963)

A BR-116, constitui-se, portanto, na principal ligação das regiões Sul / Sudeste com as regiões Nordeste / Norte do País. Esta rodovia, que começa no Rio Grande do Sul e se estende até o Ceará, tem uma extensão de 965,0 km dentro da Bahia, ligando as suas divisas com os estados de Minas Gerais e Pernambuco.

Ao alcançar década de 1970, esta é marcada por transformações que repercutem até os dias atuais na estrutura urbana de Vitória da Conquista, assim como nas relações com os municípios da região Sudoeste. No campo econômico, o governo federal, com a finalidade de expandir a lavoura cafeeira para além das regiões sul e sudoeste do Brasil, destinou vultosos recursos financeiros para essa região da Bahia e outras áreas do país, para investimento na cultura do café. O objetivo era minimizar as desigualdades sociais, assim como reduzir o problema das

geadas que assolava a região Sudeste do país – grande produtora de café. Nas palavras de Medeiros (2003),

Isso ocorreu principalmente porque o governo, premido por dificuldades, pretendia ampliar a exportação de grãos e porque nas tradicionais áreas produtoras (São Paulo e Paraná, principalmente) os cafezais passaram a sofrer mais os efeitos de geadas e da doença da ferrugem. Em consequência disso, áreas em Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia (Planalto da Conquista, Chapada Diamantina, superfície Jequié-Jaguaquara) foram consideradas adequadas ao plantio do café, especialmente dos tipos catuaí e mundo novo. MEDEIROS (2003, p. 02)

A história do café em Vitória da Conquista amplia-se, assim, no início da década de 1970, quando o Programa Nacional de Recuperação e Renovação dos Cafezais (PRRC) incentivou o plantio de café na região. Em 1972, Vitória da Conquista foi contemplada pelo Plano do Governo do General Médici. Em reportagem do Caderno Especial do “Jornal da Bahia”, edição de 30 de agosto de 1975, O texto de Hélio Duque ainda destacava o seguinte:

Foi em 1970/1971 que os técnicos paulistas Ângelo Paes de Camargo (Climatologista), Adolpho Chebabi (Implantação de Culturas) e Alfredo Kupper (Solos), enviados pelo IBC (Instituto Brasileiro do Café) delimitaram no ‘Planalto de Conquista’ uma área de 300 mil hectares, apta para o café, em bases de moderna tecnologia agrícola. [... O plantio em 1971/72 foi de apenas 21.250 pés em Vitória da Conquista. Atualmente (1975), três anos depois, a área já tem 12 milhões de pés]. JORNAL DA BAHIA (1975)

Como resultado destas iniciativas, o comércio de terras para o plantio de café se intensifica, e o preço destas sobe consideravelmente, o que dificulta o acesso e manutenção da terra em poder dos pequenos proprietários, expulsando-os das mesmas em direção à cidade. Estes, por sua vez, deixam o cultivo direto da terra e vão para a periferia das cidades, vilas e povoados, em condições precárias de existência. Tal fato, portanto, acelerou a migração dos habitantes da zona rural para a zona urbana de Vitória da Conquista, provocando o êxodo rural e impactou, mais uma vez, a dinâmica de urbanização na cidade, que também foi potencializada pelo seu poder de atração junto aos moradores das cidades vizinhas. Segundo Medeiros, (2003),

O comércio passou a contemplar novas demandas e a expandir-se. A construção civil, até então em crise, retomou as atividades. Surgiram novos loteamentos. Mansões foram construídas. A periferia da cidade passou a

contar com imenso número de pobres, residindo em precárias condições. MEDEIROS, (2003, p. 02)

A cidade, portanto, ainda carente de planejamento mais consistente, continuava o seu crescimento de forma desordenada, caracterizada pela insuficiência de infra-estrutura e equipamentos urbanos para a sua população.

Na tentativa de minimizar os problemas urbanos, em 1975, o poder público municipal inicia a elaboração do seu plano diretor, aprovando-o em 1976, cujo foco principal foi reestruturar o espaço urbano de Vitória da Conquista, de forma a aperfeiçoar a aplicação dos investimentos públicos. Realizou-se, então, um diagnóstico que permitisse identificar os problemas urbanos, além da definição de um plano para o sistema viário urbano. A justificativa era a existência de grandes vias interestaduais implementadas nas décadas de 1940 a 1960, sem haver, entretanto, o estabelecimento de um elo entre tais rodovias e as vias de circulação dos bairros da cidade. Rocha (2012) cita que:

Neste sentido um fator positivo do plano, foi apontar esse problema da circulação interna da cidade e propor vias de circulação que interligava as rodovias interestaduais com o centro da cidade e os demais bairros que já estavam consolidados naquele período. Contudo a execução dessas vias de interligação somente foram implementadas nos últimos 12 anos, como por exemplo, a implantação do anel rodoviário que já estava previsto no plano de 1976, e somente foi executado nos anos 2000, além de outras vias arteriais tais como a av. Olivia Flores, Av. Integração, Av. Luis Eduardo Magalhães, Av. Brumado entre outras somente tiveram suas estruturas repensadas e ou implantadas na primeira década do século XXI. ROCHA (2012, p. 229)

Já a regulamentação das obrigações dos loteamentos também faziam parte do plano, o que estabelecia que, para a criação dos novos loteamentos, haveria agora a obrigatoriedade de realizar a instalação da rede de água no arruamento, também nos loteamentos rurais ou localizados em bairros populares, além de estabelecer a reserva de 10% de áreas verdes, dos quais 5% deverão ser contínuas. Ademais, fixou-se a largura mínima de 20 metros para as novas ruas abertas nesses loteamentos. A cidade, então, definitivamente, ia deixando no passado as características provincianas de cidade de pequeno porte para adotar outros contornos mais próximos às características de cidade de porte médio ou, até mesmo, cidade média.

O problema da moradia, contudo, persistia, e a população ainda sofria com a falta de infra-estrutura e equipamentos urbanos, pois, mesmo com a aprovação do Plano Diretor de 1976, havia a dificuldade em fazer cumprir a legislação. De acordo com Ferraz (2001), os loteadores eram vistos como incentivadores do “crescimento” da cidade que, associado à pressão para a construção de loteamentos, conseguiam driblar a legislação vigente. Tal encaminhamento acentuou a segregação do espaço urbano, que era produzido de acordo com os interesses dos loteadores. Ao promover a abertura de loteamentos, o preço estabelecido pelos loteadores, eram estes que determinavam se eram destinados aos “ricos” ou aos “pobres”.

Por fim, é instalado em Vitória da Conquista, em 1975, o Distrito Industrial dos Imborés. O governo federal buscava intensificar a atividade industrial nessa região, implementando políticas públicas para reduzir as desigualdades sociais.

Criou-se, assim, programas para o desenvolvimento do Nordeste. Vitória da Conquista integrava os planos desses programas, uma vez que o Município estava incluído no chamado Polígono das Secas no Programa da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). O poder público estadual, por sua vez, também adotou políticas públicas para interiorizar o desenvolvimento regional por meio da implantação de indústrias. Os incentivos referiam-se, essencialmente, a medidas de isenção fiscal, doação de infra-estrutura básica e concessão de créditos. Os esforços para industrializar o interior se mostrariam incipientes ante os desafios que estavam por vir. As medidas não impactavam nos projetos para a criação do Centro Industrial dos Imborés e a indústria na região de Vitória da Conquista, mesmo nos dias atuais, não avançou substancialmente.

Nas décadas seguintes, os resultados no segmento industrial continuaram insatisfatórios, de forma que não proporcionava benefícios relevantes para a sua população local e regional, em termos de crescimento e desenvolvimento. Atualmente, essa realidade se reproduz, e os principais segmentos industriais explorados são os produtos alimentares, ou seja: itens de necessidades básicas. Ademais, é possível identificar ainda, pequena inserção de indústrias de minerais não metálicos, química, metalurgia, sabões, bebidas e mecânica, os quais seus insumos são originários, em sua maioria, do próprio Estado.

Quanto à saúde, o crescimento acelerado que se registra em Vitória da Conquista no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 fez o estado implantar nesta cidade órgãos administrativos regionais, entre os quais estava a DIRES, cuja

função seria descentralizar o papel do estado em relação à saúde SOUZA (2008). Quanto às unidades hospitalares, o último hospital instalado em Conquista na década de 1970 foi a Unidade Médico-Cirúrgico (UNIMEC), inaugurada em 1978. Já em 1972, foi inaugurada a Clínica de Urgência Pediátrica (CUPE), situada na Rua Coronel Gugé. O Hospital Samur, um dos mais bem equipados hospitais de Vitória da Conquista na atualidade, situado no bairro Jurema, foi inaugurado em 1971. A década de 1970 foi, portanto, um período de avanços no contexto médico-hospitalar de Vitória da Conquista, com a chegada de novos profissionais da área de saúde e conseqüente incorporação de novas clínicas e hospitais.

No campo educacional, Vitória da Conquista é reconhecida hoje como um pólo de educação superior no Estado. E tudo começou em 1965, com a criação da “Faculdade de Sociologia e Política de Vitória da Conquista”, que funcionou, por, aproximadamente, dois anos, quando foi extinta. Em 1967, com a política de interiorização do ensino superior, foi criada a Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista (FFPVC), inaugurada em 11 de março de 1971. Assim, a Faculdade de Educação, embrião da atual UESB, foi autorizada pelo Decreto nº 68219 de 11 de fevereiro de 1971. Ao alcançar a década de 1980, Vitória da Conquista experimenta o aumento populacional, cujos reflexos mais imediatos decorrem da expansão da cultura do café. Esse quadro amplia o comércio, gerando novos empreendimentos comerciais, gerando-se, assim, a atração do mercado de trabalho e a origem de novos bairros periféricos, além do aumento da arrecadação tributária e ampliação da rede bancária.

Em termos demográficos e migratórios, o êxodo rural, em direção às cidades, sobretudo a Vitória da Conquista, continuava intenso, pois, mesmo com aproveitamento da mão de obra trabalhadora no campo, muitas foram as pessoas que foram de lá expulsas, juntamente com seus familiares, em função da política de inserção do café nesta região, implementada pelo governo federal.

Sem alternativa, migraram para a periferia de Vitória da Conquista, em busca da garantia do sustento à sua família. Ao chegar à cidade, no entanto, a oferta de trabalho foi inversamente proporcional à demanda existente. Conseqüentemente, o insuficiente acesso ao trabalho, implicou na precarização das condições de vida de muitos trabalhadores, em favor, mais uma vez, de uma classe dominante. Este quadro trouxe conseqüências devastadoras, para os migrantes, que ficaram sem terra, sem trabalho e sem renda.

O papel do estado neste contexto, portanto, merece questionamentos acerca da sua real responsabilidade e funcionalidade perante um contingente populacional, que, retirado do seu *habitat*, em função de um discurso e uma política voltados para o “desenvolvimento”, alcança tão somente, e mais uma vez, uma classe dominante em detrimento da grande massa populacional que vivia no campo. Mais ainda: tal contingente, ao buscar a cidade, pressiona pelo acesso à infra-estrutura e equipamentos urbanos, os quais não encontrariam a contento e que exigiria um planejamento urbano capaz de atender a tal demanda, o que, por conseguinte, os leva a viver em condições de miserabilidade. Já a classe dominante, por sua vez, “dinamizou” a construção civil do município, ao promover a construção de imóveis acessíveis, tão somente à classe média e alta de Vitória da Conquista, dotada, na maioria das vezes de loteamentos com infra-estrutura.

Para as outras classes sociais, por sua vez, as quais se enquadravam os demais moradores, inclusive a maioria dos migrantes, os impactos também foram imediatos, porém em sentido inverso, pois o rápido crescimento populacional verificado em Vitória da Conquista impôs a necessidade de criação de vários loteamentos, para esse contingente migratório que, sem dúvida, não encontrou neste espaço, as melhores condições de sobrevivência, chegando, inclusive, à uma vida degradada. Foi neste período que ocorreu a maior quantidade de abertura de loteamentos. Ademais, acrescenta-se que tais loteamentos não possuíam a infra-estrutura e equipamentos urbanos necessários ao seu funcionamento, pois assim os mesmos eram aprovados. Estes, por sua vez, geravam dificuldades e gastos onerosos por parte do poder público municipal, como forma de, minimamente contemplar tais demandas, conforme assevera Ferraz (2001)

O ano de 1980 é importante do ponto de vista histórico para o município pois foi neste período que ocorreu uma maior divisão de glebas, totalizando a abertura de 120 loteamentos. A maior parte dos loteamentos não foi dotada de infra-estrutura urbana, prática que ocasionou dificuldades e gastos onerosos por parte do poder público municipal. FERRAZ (2001, p.39)

Sob a perspectiva do modo de produção capitalista, no entanto, tratava-se de vultosos empreendimentos imobiliários, com possibilidades de gerar grandes somas financeiras aos seus proprietários. A estruturação dos loteamentos criados nesta época ainda se encontra, nos dias atuais, em condições infra-estruturais precárias,

ao tempo em que se ampliou o perímetro urbano da cidade, provocando, assim, a emergente necessidade de mudança desse cenário.

Com a queda do preço do café no mercado internacional entre o final da década de 1980 a 1990, no entanto, muitos produtores deixaram de investir nesse segmento, provocando grande reflexo na economia local e aumentando o nível de pobreza da região. A cidade, no entanto, buscou outras formas de desenvolvimento, sobretudo no comércio local e regional, destacando-se, o setor de serviços. E é neste contexto histórico que surgiram alguns dos importantes equipamentos urbanos de Vitória da Conquista

Na área educacional, foi nesta década, em 1981, que a FFPVC foi convertida em UESB, e que funciona com estrutura *multicampi*, ou seja: constituída por três *campi* universitários localizados nos municípios de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga. As cidades situam-se na região Sudoeste da Bahia, as quais se constituem os principais pólos de desenvolvimento da referida região. A população dos municípios circunvizinhos se movimenta em busca da educação oferecida nestas cidades, sobretudo a educação superior pública. Neste contexto se destaca Vitória da Conquista, que, com a UESB, influencia a migração de muitas famílias da região e até mesmo de estados circunvizinhos.

No âmbito do comércio, é inaugurado o Shopping “Conquista Center”, centro empresarial inaugurado em dezembro 1983. O “Conquista Center” é formado por um complexo empresarial de seis andares (além dos três pisos do shopping), cuja implementação alterou a paisagem urbana da cidade, e trouxe um novo conceito de consumo, alterando a cultura daqueles que possuíam melhor renda.

Em meio a um caos urbano, Vitória da Conquista ia, aos poucos, instalando os seus equipamentos urbanos, dando ênfase também ao campo cultural e esportivo. O Centro Cultural do município foi construído entre 1985 e 1986, inaugurando-se oficialmente em 11 de março de 1987 o Centro de Cultura Camilo de Jesus Lima. Erguido no alto da Serra do Periperi, o Cristo Crucificado de Mário Cravo Júnior foi inaugurado no dia 9 de novembro de 1980. Com 33 metros de altura e todo feito em fibra de vidro parece ser o maior Cristo Crucificado da América Latina. A obra substituiu o “Cruzeiro Velho” para onde se dirigiam procissões de penitência, que fica no alto da “Rua do Cruzeiro”.

No âmbito da saúde, Vitória da Conquista consolidou-se, nesta década, como uma cidade referência em saúde no estado da Bahia. Mais um hospital surgiu -

Maternidade do Kadija, construída pela Prefeitura. Ainda nesta década as ruas Góes Calmon e Otávio Santos foram ganhando cada vez mais novas clínicas e hospitais especializados. Vitória da Conquista vai se consolidando como grande prestadora de serviços na área médica.

Ao chegar a década de 1990, em Vitória da Conquista, esta foi marcada por um processo de reestruturação econômica, a qual gerou a expansão do setor terciário, dinamizando a economia local. Este cenário se caracteriza, predominantemente, pela diversificação na oferta de serviços e ampliação do comércio, os quais intensificaram a atração de indivíduos de outras localidades

No âmbito demográfico, o município apresenta, neste período, de acordo com o Censo Demográfico, um total de 225.091 habitantes, identificando-se, portanto, um incremento de 54.194 habitantes.

A década de 1990 assistiu, em Vitória da Conquista, a criação de novos hospitais, a exemplo do Hospital de Base, do Hospital Pediátrico do bairro Brasil – AMIC, além do Hospital Esaú Matos. A criação de uma Unidade Coronariana na clínica Procordis e a reforma na Casa de Saúde São Geraldo, que já era hospital, foram também mudanças identificadas, em função da exigência de uma demanda de âmbito regional e local. A principal razão, no entanto, refere-se ao processo de descentralização da saúde que foi implementado nos municípios, em função do que estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil em 1988. Os municípios passariam, então, à responsabilidade direta dos serviços de saúde de sua população, caracterizando assim, a chamada “municipalização da saúde”. Ferraz (2009) assevera que,

O processo de municipalização se concretizou quando Vitória da Conquista foi habilitado à Gestão Plena da Atenção Básica em 1998 e passou a receber os recursos do SUS por via do Piso de Atenção Básica. Esse piso representa um repasse financeiro mensal, regular e direto do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para os Fundos Municipais de Saúde (FMS), estabelecido com base em um referencial *per capita*. FERRAZ (2009, p.73)

Algum tempo depois, o processo de municipalização possibilitou o repasse direto dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), por via do Piso de Atenção Básica, ao poder público municipal. E este cenário impactou diretamente na configuração espacial da cidade, uma vez que os hospitais constituem-se nas

principais unidades de saúde e atendem, não somente à a população de Vitória da Conquista, como também de vários outros municípios.

6.3 VITÓRIA DA CONQUISTA E O INÍCIO DO SÉCULO XXI: O COMÉRCIO CONSOLIDADO

Com uma população que, em 2010, alcança 306.374 habitantes, o que equivale a aproximadamente 2,19 % da população baiana, Vitória da Conquista tem reforçado nos últimos anos o seu posicionamento de 3ª maior cidade do estado em número de habitantes. Atraídos pelas possibilidades de acesso ao trabalho, educação e saúde, é grande o contingente de pessoas que faz deste território o destino certo para esse pólo regional baiano. Os aspectos ora apresentados dinamizaram e aumentaram a quantidade de moradores de Vitória da Conquista. Abaixo, é possível observar a evolução desse processo, quando se verifica a composição da população do município, desde a década de 1940 até a década de 2010.

Tabela 29 – População de Vitória da Conquista, por situação domiciliar – 1940 a 2010

ANO	POPULAÇÃO RURAL	%	POPULAÇÃO URBANA	%	TOTAL
1940	24.910	74,3	8.644	25,7	33.554
1950	26.993	58,4	19.463	41,6	46.456
1960	31.401	39,3	48.712	60,7	80.113
1970	41.569	32,5	85.959	67,5	127.528
1980	43.245	25,3	127.652	74,7	170.897
1991	36.740	16,3	188.351	83,7	225.091
2000	36.949	14,1	225.545	85,9	262.494
2010	31.569	9,7	274.805	90,3	306.374

Fonte: IBGE –Censos Demográficos: 1940, 1950,1960, 1970, 1980,1990, 2000, 2010
Dados organizados pela autora, 2012.

Nota-se o crescente aumento populacional, ao longo das décadas, ainda que, nos últimos decênios, tal aumento se apresenta de forma desacelerada, uma vez que acompanha a tendência mundial de redução das taxas de fecundidade e natalidade. Historicamente, pôde-se comprovar que o aumento populacional,

associado a outros fatores, acelerou o processo de urbanização de Vitória da Conquista. De acordo com Ferraz (2009),

Foi neste contexto que ocorreram transformações nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, além de mudanças infra-estruturares, que, associadas a novas tecnologias, permitiram o dinamismo das redes ali estabelecidas. A cidade continuou a crescer e a modificar a sua configuração territorial. FERRAZ (2009, p. 54)

Em termos econômicos, Vitória da Conquista possui participação de 2,29% no PIB estadual, com destaque para o setor de serviços, responsável por mais de 70% do PIB do município. Caracterizada por possuir um comércio forte, além dos serviços educacionais e saúde, estes segmentos alavancam a economia conquistense e dinamiza as relações das cidades circunzinhas.

O comércio tem, assim, ocupado lugar de destaque neste contexto, pois a atividade varejista apresenta-se mais diversificada e expansiva do que a atacadista, sobretudo com o comércio de confecções, calçados, material de construção, cereais, móveis, supermercados, autopeças, concessionárias de veículos, entre outros.

Constata-se um crescimento ascendente na construção civil, com a edificação de vários imóveis. Nos últimos anos, o setor da construção civil tem se caracterizado importante vetor de crescimento, em função do crescente número de loteamentos criados.

Fotografia 6 – Processo de verticalização de Vitória da Conquista – Avenida Olívia Flores



Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Nos últimos anos, alguns dos fatores de transformação no sítio urbano de Vitória da Conquista possibilitou a criação de novas centralidades, a exemplo da implantação de *shopping*, eixos comerciais e subcentros que se dispõem a atender os mais variados níveis de renda. Sobre a implantação do *Shopping Conquista Sul*, este foi inaugurado em junho de 2006, sendo o primeiro grande *Shopping Center* da região Sudoeste da Bahia. O público alvo alcança, desde a classe “A” até a “C,” e por lá trafegam, em média, 300.000 pessoas por mês. É possível inferir que o *Shopping* caracteriza-se como uma nova centralidade, que, inclusive, transformou a área que faz parte do seu entorno, que são desde a melhoria da infra-estrutura do bairro onde este está localizado, valorização dos seus imóveis, até a inserção de novos empreendimentos, como é o caso da instalação de uma unidade do hotel Ibis, com investimentos provenientes de capital estrangeiro. O Ibis faz parte da rede francesa Accor.

Como elemento de ordenamento territorial, nesse processo de transformação e de dinamização do comércio e serviços, alguns bairros têm merecido destaque quanto à sua condição de caracterização de novas centralidades, a exemplo dos bairros Brasil, Recreio, Candeias, dentre outros. Por outro lado, os bairros Patagônia

e Jurema têm se tornado populosos devido à grande atração que estes exercem por constituírem-se um dos metros quadrado mais baratos da zona urbana de Vitória da Conquista, com predomínio de características populares.

Como aspecto comum a estes bairros, destacam-se, além do crescimento populacional, a presença de empresas, especialmente no ramo varejista., como pode ser demonstrada em pesquisa realizada pela autora junto a 652 empresas destes bairros.

Tabela 30 – Concentração de Negócios

Concentração dos Negócios	Bairros						
	Centro	Brasil	Recreio	Candeias	Patagônia	Jurema	Média
Varejo	65,00	74,74	59,00	80,00	78,00	50,00	67,19
Atacado	10,00	4,20	3,00	2,00	0,00	7,00	5,24
Misto	20,00	11,58	8,00	2,00	22,00	24,00	14,40
Não se aplica	5,00	9,48	30,00	16,00	0,00	19,00	13,24

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010

Conforme pode ser observado, as atividades realizadas são, em sua maioria, de comércio de varejo. Tal constatação reforça o perfil do empresário que está atuando na Área de Ocupação Consolidada, assim como também se compreende que este mesmo comércio é um forte elemento impulsionador na consolidação de novas centralidades na área pesquisada. Estas procuram, dentro das possibilidades, estabelecerem relação de independência com o Centro da cidade, que, tradicionalmente, detêm o maior quantitativo de atividades produtivas, sobretudo comércio. Neste espaço, encontram-se escolas, hospitais, agências bancárias, agências de correio, supermercados, feira-livre, comércio varejista (vestuário, calçados, alimentação) e comércio atacadista, dentre outras importantes atividades.

Com forte perfil para o comércio, a maioria das empresas adquire seus produtos no atacado, para comercializá-los no varejo, o que gera um alto fluxo de pessoas que se dirigem a esses centros comerciais.

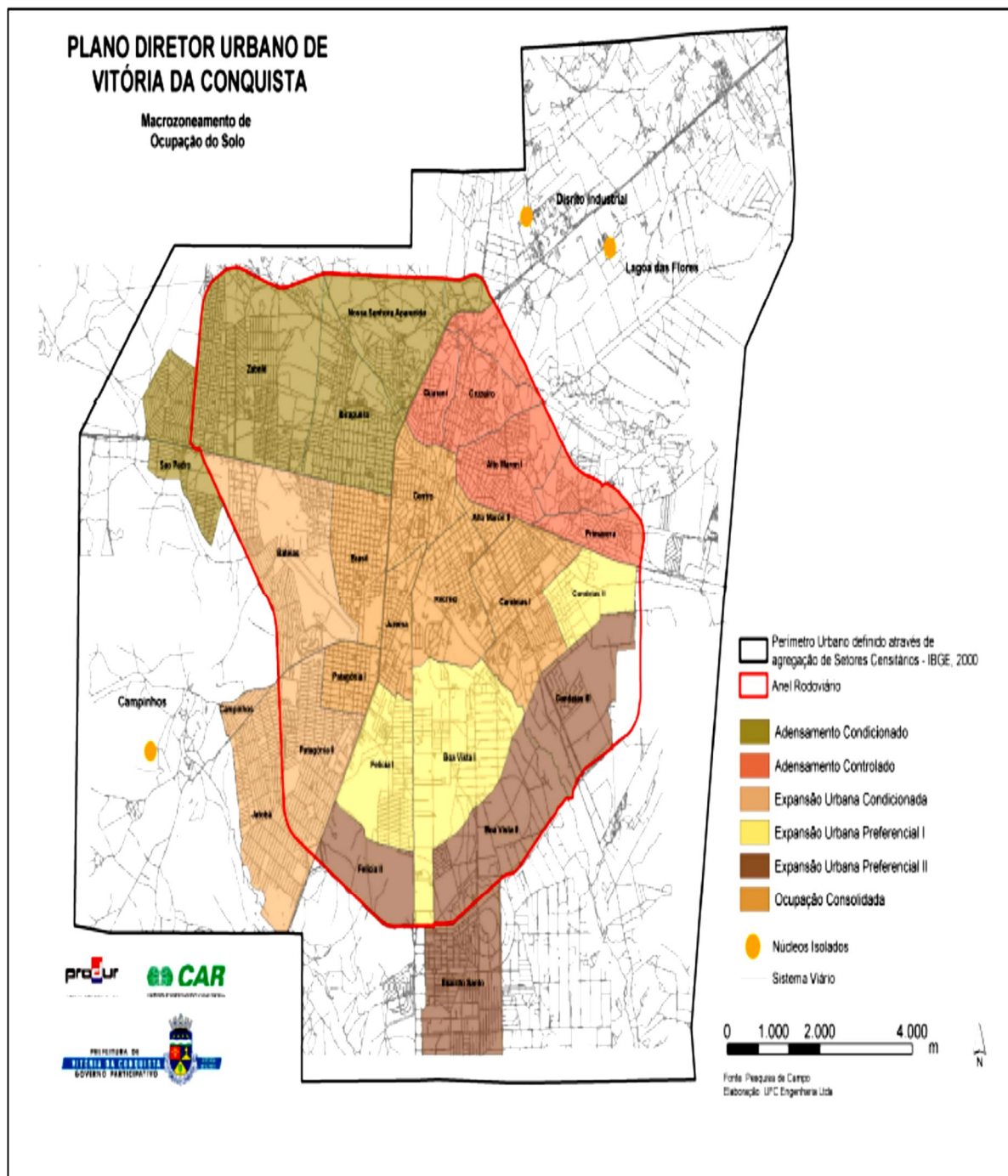
Tabela 31 – Origem dos Produtos

Origem Produtos	Bairros						
	Centro %	Brasil %	Recreio %	Candeias %	Patagônia %	Jurema %	Média %
Própria	16,00	15,00	22,00	33,00	22,00	27,00	22,50
Terceiros	79,00	75,00	50,00	49,00	70,00	57,00	63,33
Outros	5,00	10,00	28,00	18,00	8,00	16,00	14,16

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010

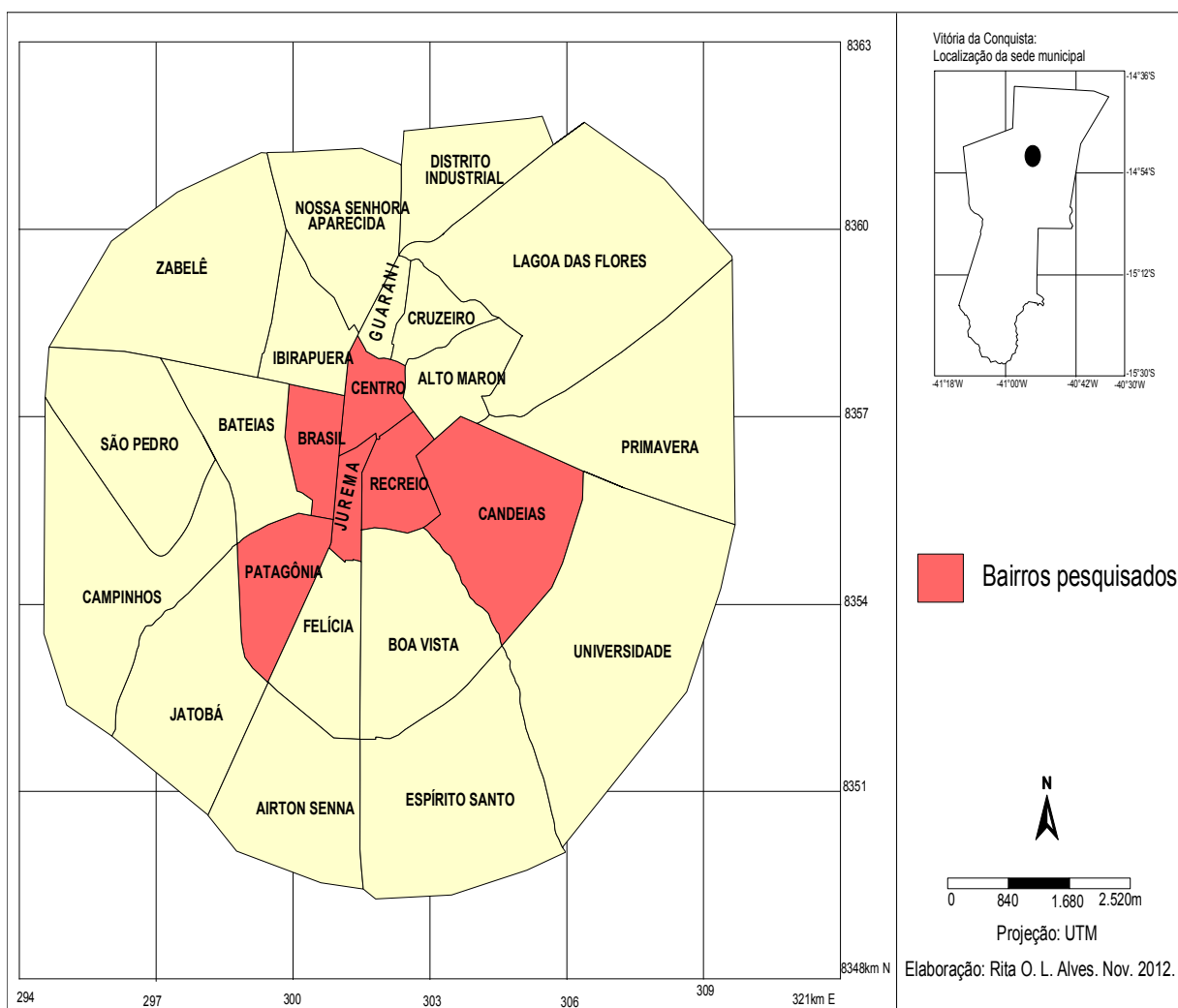
Verifica-se que, quanto à produção, 63,00% dos entrevistados negociam com produtos de terceiros. Tal dado marca a forte tendência para o comércio, fato constatado mais fortemente no centro cidade. O Bairro Brasil, juntamente com o Bairro Patagônia, também aparece com característica de comércio forte, já que grande parte dos produtos comercializados são adquiridos de fornecedores.

Para melhor compreender a distribuição física dos bairros de Vitória da Conquista, a Lei 1.385/2006 que aprova o Plano Diretor Urbano do Município de Vitória da Conquista define a criação do Macro zoneamento, conforme Mapa 13, da ocupação dos solos na sua sede, como elemento de estruturação e organização do espaço, conforme descrito abaixo. As macrozonas correspondem à divisão de bairros da Cidade, objeto das Leis nº 798/95, e 850/96, e configuram unidades de análise, em relação às ações de planejamento e intervenções do Poder Público.



Fonte: Plano Diretor Urbano de Vitória da Conquista, 2007

A área de Ocupação Consolidada é caracterizada por infra-estrutura básica e equipamentos urbanos implantados, com acesso ao Sistema Viário Regional e não inseridas em áreas de valor ambiental. As Áreas de Ocupação Consolidada compreendem os bairros Centro, Recreio, Jurema, Brasil, Patagônia e Candeias, como pode ser verificado no Mapa 14. Trata-se das áreas mais densamente povoadas e edificadas do município e, por conseguinte, com a presença mais intensa do comércio.

Mapa 16 – Bairros de Vitória da Conquista- Área de Ocupação Consolidada

Fonte: CPD/PMVC, 2010

Os bairros que fazem parte da área de Ocupação Consolidada possuem a característica de serem limítrofes. Este dado remete à constatação do fortalecimento dos seus comércios a partir da expansão do centro tradicional, tendo este último influenciado na expansão das atividades produtivas ali instaladas e possibilitando a identificação de novas centralidades intra-urbanas. De acordo com dados da Prefeitura, a área de Ocupação Consolidada, constituída por 6 dos 24 bairros, concentra 28% dos imóveis de Vitória da Conquista. Trata-se de uma alta concentração de imóveis que repercute no aumento do número de habitantes e comerciantes destes espaços.

Embora tal expansão tenha contribuído sobremaneira para o crescimento destes bairros, alguns deles possuem, nas suas paisagens urbanas, um expressivo

o grau de disparidades sociais, devido aos problemas infra-estruturais. Tal condição expõe a população a um cenário de vulnerabilidade.

A seguir, revisita-se o perfil destes bairros, considerando-se suas características socioeconômicas, sobretudo aquelas relacionadas a seu comércio. Inicialmente, para fins comparativos, será analisado o Centro. Em seguida, procurar-se-á compreender as características do bairro Brasil, sendo este o único subcentro reconhecido oficialmente pelo Poder Público Municipal. De forma subsequente, serão apresentadas as características dos bairros Recreio, Candeias, habitados por pessoas com alto poder aquisitivo e detentores de significativos equipamentos urbanos. Por fim, identificam-se as características dos bairros Jurema e Patagônia, habitados por população de menor poder aquisitivo.

Como toda típica vila do período colonial, o Centro de Vitória da Conquista emergiu das ruas na então Vila da Conquista a partir de sua praça central, que no período ficou conhecida como Rua Grande. Nessa rua foi constituída a Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias e lá residiam as famílias mais influentes. Nesse espaço, a cidade se destacava pelo comércio de produtos agrícolas e pecuários, conforme detalha Medeiros (1978) “toma maior adensamento da malha central da cidade, de ocupação contínua e ramificações irregulares”.

Do ponto de vista do comércio, a Rua Grande, hoje denominada Praça Tancredo Neves, representou o espaço onde vinham comerciantes e compradores de várias localidades do entorno da vila, já demonstrando, desde épocas passadas, a tendência de Vitória da Conquista em caracterizar-se como centro urbano com poder de atração de pessoas de outras localidades.

Na atualidade ainda é possível verificar que a prática de intermediar comerciantes e compradores de várias localidades se mantém presente. Este fato consolida-se, sobretudo, aos sábados e domingos, momento em que as feiras realizadas em Vitória da Conquista atraem vendedores e consumidores de vários distritos e municípios, inclusive do norte de Minas Gerais. Além da feira, estabelecimentos comerciais dos mais diversos segmentos promovem um fluxo intenso de clientes para essa cidade.

Com uma população de 11.025 habitantes, o Centro da cidade, formado por um núcleo central, polarizador das atividades econômicas e institucionais, já conta com as áreas quase que totalmente utilizadas e áreas circunvizinhas bastante comprometidas com usos comerciais e de serviços. São 8.387 imóveis edificados e

apenas 211 imóveis não edificados. Nota-se que 97,6% dos imóveis localizados no Centro são devidamente edificados, restando apenas 2,4% de imóveis não edificados neste espaço. Este e outros fatores tornam este espaço o mais valorizado de Vitória da Conquista, considerando que o valor máximo do metro quadrado nesta área chega a R\$ 352,78 (trezentos e cinquenta e dois reais e setenta e oito centavos), segundo a Prefeitura Municipal (2010).

O centro da cidade abriga grande variedade de usos comerciais e de serviços, conforme pode ser observado no Painel Fotográfico 2, que marca a função de Vitória da Conquista como Pólo Comercial Regional, dando acesso à uma maioria de consumidores, que tanto podem ser os residentes na zona urbana da cidade, como podem ser consumidores oriundos da zona rural e de cidades circunvizinhas.

Estes se reportam, quase sempre, ao comércio do centro da cidade, devido à facilidade de acesso, considerando a existência dos meios de transporte intra-urbano, pois se encontra ali localizado – Avenida Lauro de Freitas – o mais importante terminal de ônibus de Vitória da Conquista, conforme pode ser observado no Painel Fotográfico 2. Observa-se, ainda, que alguns dos bairros periféricos, cuja concentração populacional é de baixa renda, não se localizam tão distantes do centro tradicional da cidade, situando-se, na verdade, bem próximos. Boa parte da população de baixa renda, além da população oriunda da zona rural e das cidades circunvizinhas, reporta-se, assim, ao centro da cidade para utilizar o comércio ali instalado, encontrando as lojas populares, dois dos maiores mercados municipais da cidade, além do mercado informal acomodado nas calçadas das ruas e ainda consolidado por espaço formalizado pelo Poder Público Municipal, denominado “Paraguai”, caracterizando-se, no perímetro do Centro da cidade, uma nova centralidade.

O Centro abriga ainda uma grande quantidade de órgãos públicos e equipamentos urbanos, a exemplo dos centros de saúde, clínicas, hospitais e algumas escolas. Configura-se assim, como um Pólo Gerador de Tráfego, principalmente no que se refere às cargas e transporte humano, já apresentando problemas de ordenamento no seu espaço e já provocando sérios problemas de estacionamento e tráfego.

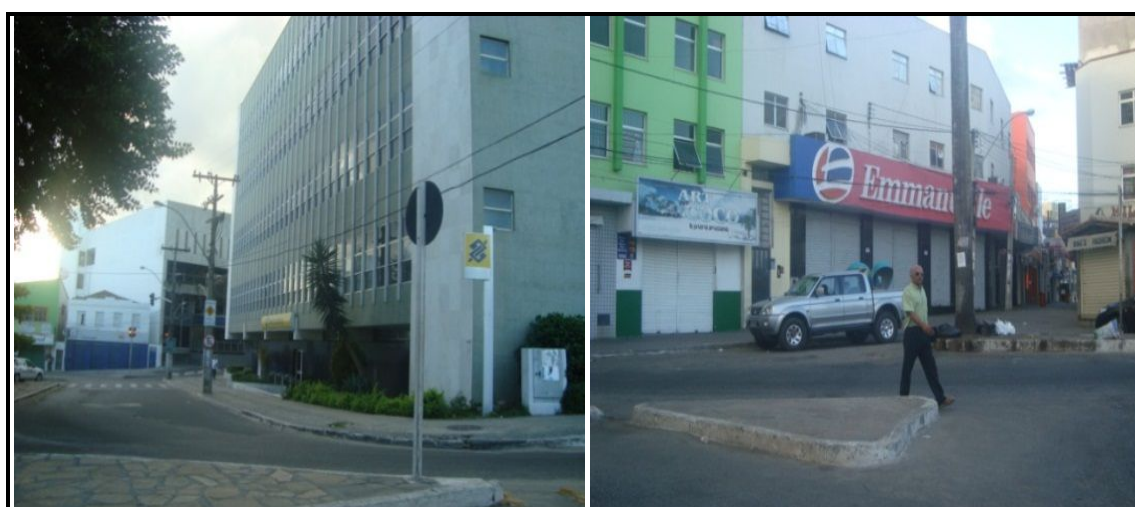
De acordo com Santos (2008, p. 61), nos últimos anos ou meses, a chegada de grandes lojas de departamento, inclusive localizadas no Centro, é notada face à

novidade que representam, inclusive com serviço de atendimento ao cliente totalmente diferente do que predominou e ainda predomina, traduzindo-se, de certa forma, em um choque cultural para os freqüentadores destes ambientes. Como exemplo desta ocorrência, cita-se as Lojas Marisa e Ricardo Eletro (Painel Fotográfico 2). Encontram-se ainda, as dependências Lojas Insinuantes, Ponto Frio – todas elas filiais de grandes empresas nacionais. Segundo a autora, estas últimas empresas são de caráter popular, visando extratos sociais de menores rendimentos que, inclusive, utilizam como meio de locomoção o transporte coletivo.

Um fato que tem despertado a curiosidade é a presença de diversos estabelecimentos comerciais empreendidos e administrados por chineses no setor de comércio e serviços (alimentação, petiscos orientais e venda de produtos importados voltados para eletrônicos e bijuterias e acessórios femininos). Estes estabelecimentos chamam a atenção devido ao grande fluxo de pessoas que procuram preços competitivos, embora sem uma garantia precisa de qualidade.

É necessário relatar a relevância destas atividades presentes na área central de Vitória da Conquista. O intuito é demonstrar que, apesar da descentralização de algumas atividades e o surgimento de novas centralidades no espaço urbano conquistense, a área Central da cidade possui grande relevância e continua fortalecida. Isso ocorre não apenas para o espaço intra-urbano, como também na influência regional que a cidade, considerando que esta atrai um alto fluxo de pessoas devido às atividades que ali se concentram em busca do seu comércio e serviços.

Com a inauguração do *Shopping Center* Conquista Sul há mais de seis anos, uma nova expressão de centralidade constituiu-se em Vitória da Conquista, e algumas destas lojas deslocaram-se do centro tradicional e passaram a ocupar o novo espaço comercial



Fonte: Trabalho de Campo realizado pela autora, Maio/2010 - Bairro Brasil

Dentre os diversos bairros distribuídos em Vitória da Conquista, é possível identificar no lado oeste da cidade características consolidadas de subcentro no

bairro Brasil, uma descentralização do Centro da Cidade. Com 20.922 habitantes é o segundo bairro mais populoso de Vitória da Conquista, e ante esta realidade, é necessário que se situe esta centralidade no contexto espacial da cidade, abordando algumas particularidades sobre o bairro onde esta se localiza.

A origem do Bairro Brasil está relacionada ao processo de expansão da cidade, com a vinda de migrantes nas décadas de 1940 e 1950. Neste bairro passam importantes avenidas, a exemplo da Avenida Presidente Dutra e Avenida Brumado. O bairro Brasil tem como vizinhos, além dos bairros Ibirapuera, Bateias e Patagônia, o próprio Centro da cidade. Dentre os bairros que compõem a área de Ocupação Consolidada, o bairro Brasil possui imóveis – residenciais ou comerciais – cujo metro quadrado é caracterizado pelo valor atribuído a um bairro popular. Em termos de valorização, seus imóveis ficam à frente somente dos Bairros Jurema e Patagônia.

O baixo valor dos imóveis, a ótima localização próxima ao Centro da Cidade, as principais rodovias e avenidas da cidade atraíram para este bairro a presença de pessoas das diversas regiões. Neste sentido, o bairro Brasil tornou-se um dos bairros mais populosos de Vitória da Conquista, sendo este capaz de receber boa parte da população que migra para esta cidade.

No entorno da Feira do bairro Brasil formou-se uma concentração de atividades de comércio e serviços que procura atender à população deste bairro e de bairros vizinhos, além dos municípios contíguos. Embora seu comércio não apresente, quantitativamente, a diversificação comercial do Centro principal, este demonstra relativa especialização, se comparado aos demais bairros da cidade.

Na avenida Brumado ou antiga BA-262, por exemplo, concentra-se, ainda que precariamente, um comércio varejista de corredor que requer espaços mais amplos para a sua instalação, como casas de materiais de construção, postos de gasolina, dentre outros. Com relação às demais atividades há destaque para aquelas ligadas ao comércio de veículos, especialmente carros e motos. Há grande número de oficinas de manutenção de carros, lojas de equipamentos com som automotivo, venda de peças para motos e automóveis, entre outras. Considerando o preço do metro quadrado praticado neste bairro, certamente estas atividades encontraram no bairro Brasil a condição de conciliar o preço do imóvel com espaço necessário à concretização de seus negócios.

Entre os segmentos do comércio, destacam-se ainda lojas de vestuários, que envolvem comércio de roupas masculinas, femininas, infantis e calçados. É relevante também a Categoria de Serviços Financeiros e Correios que compreendem bancos, financeiras, casas lotéricas e correios. Estes serviços se destacam pela presença de agências bancárias e cooperativas de crédito, conforme pode ser visualizado no Painel Fotográfico 3, garantindo uma atratividade para este subcentro, já que, além da atividade diversificada do comércio, conta com uma pequena rede bancária.

Como se pode observar, o uso e a ocupação do solo são elementos estruturadores do espaço urbano, sendo no bairro Brasil o reflexo da dinâmica espacial e dos movimentos econômicos que ali se estabeleceram. Caracteriza-se, desta forma, o reflexo da dinâmica espacial e dos movimentos econômicos deste bairro.

Painel Fotográfico 2 – Bairro Brasil de Vitória da Conquista



Fonte: Trabalho de Campo, Maio /2010

Localizado na zona Leste da cidade, o bairro Recreio, com 6.902 habitantes, o maior percentual de imóveis construídos. De acordo com dados da Prefeitura, são 2.995 imóveis construídos e 381 imóveis não edificadas, representando, portanto quase 89% de imóveis edificadas. Estes imóveis estão distribuídos nos loteamentos Nossa Senhora de Fátima, Euclides Dantas, Caminho do Parque, Vila Emurc, Escola Normal e Recreio, sendo este último o loteamento que deu origem ao nome do bairro.

O bairro Recreio tangencia alguns outros importantes Bairros de Vitória da Conquista, a exemplo do Bairro Candeias e do Centro da Cidade. É neste bairro que se encontram também alguns dos espaços de lazer e comércio de maior destaque da cidade de Vitória da Conquista, a exemplo do Parque Exposições Teopompo de Almeida, palco de inúmeros eventos realizados na cidade (Exposição Anual Agropecuária do Comércio e da Indústria de Vitória da Conquista, Festival Anual de Inverno, Carnaval fora de Época, dentre outros).

Possui ainda nos seus limites duas Instituições de Educação Superior que, juntas oferecem quase 30 cursos graduação e pós-graduação à comunidade.

O comércio de Vitória da Conquista, quais sejam: Rua Siqueira Campos, Rua Vivaldo Mendes, Avenida São Geraldo e Avenida Otávio Santos. O setor de comércio e serviços de Vitória da Conquista tem forte inserção. A rua Siqueira Campos, onde se localiza grande parte das atividades de comércio e serviços da cidade, por exemplo, possui uma longa extensão, estando esta presente, tanto no Bairro Recreio, como no Bairro Centro.

As atividades do comércio e saúde têm destaque especialmente na Avenida Otávio Santos. Recentemente antigas residências foram adquiridas e demolidas para lançar empreendimentos na área de saúde, especificamente consultórios e clínicas. As residências ainda existentes foram, em sua maioria absoluta, adaptadas para o novo contexto. Estas edificações estão direta ou indiretamente vinculadas ao setor e caracterizam a avenida como eminentemente da “saúde”. Lojas que comercializam artigos e equipamentos hospitalares também têm crescido nesta área. É possível constatar a existência de clínicas, óticas, farmácias, lanchonetes e restaurantes.



Fonte: Trabalho de Campo, Maio /2010

O bairro Candeias, localizado na zona Leste da cidade, possui 14.552 habitantes, e foi originalmente concebido a partir do loteamento da Fazenda Candeias, que passou a tomar forma física com a construção de dois conjuntos residenciais inaugurados há quase 40 anos. Nos conjuntos residenciais denominados BNH (Banco Nacional de Habitação) e URBIS (Habitação e Urbanização da Bahia S.A), na época, foram construídas aproximadamente, 500 residências, criando um espaço diferenciado, despertando nos agentes sociais o interesse por novos investimentos residenciais. Nos últimos trinta anos, mais três conjuntos habitacionais foram construídos (INOCOOP I, INOCOOP II e Morada do Bem Querer).

Suas residências localizam-se no entorno da avenida principal denominada Avenida Olívia Flores. O bairro Candeias pode ser concebido como resultado, dentre outros empreendimentos, da política nacional e baiana de habitação que se configurou enquanto possibilidade de obtenção de moradia, mediante crédito expansível para vários e vários anos.

O bairro Candeias, no início da sua criação, não ofertava atributos em potencial para implementação de qualquer empresa do ramo varejista. Ao longo dos anos, no entanto, apresentou um crescimento populacional acima da média municipal, gerando a criação e desenvolvimento do comércio e outras atividades relacionadas a serviços, a exemplo de duas Instituições de Educação Superior, cinco escolas de Ensino Médio, além de Bancos, Clube Recreativo, Restaurantes, Centro de Cultura, Concessionária de Automóveis, Órgãos Federais e Estaduais, Supermercados, dentre outros.

Atualmente, o bairro Candeias possui uma área de coesão espacial de comércio e serviços concentrados, localizada, em grande parte, na avenida Olívia Flores que cruza o bairro e interliga-o com a UESB e o Centro da Cidade. A Avenida Olívia Flores possui aproximadamente, dez (10) quilômetros de extensão, na qual está disposto quase exclusivamente todo o aparelho comercial do bairro. As variadas lojas ocupam, atualmente, o que foram, outrora, residências. Muitas destas residências foram demolidas para o aproveitamento apenas do terreno. O arruamento paralelo e transversal a esta avenida também possui pontuações de comércio e serviços, contudo, de maneira dispersa, fato que não caracteriza uma estrutura comercial definida. O aparelho comercial se torna rarefeito à medida que se distancia da Avenida Olívia Flores. Doravante, as residências sobressaem, remetendo à antiga “função” predominante do bairro, isto é, de moradia.

No bairro Candeias, a evolução progressiva da concentração de estabelecimentos comerciais denuncia características que, em um futuro próximo, podem se aproximar de subcentro. A atividade comercial tem se tornado um ponto forte no bairro, depois que a avenida principal foi coberta com pavimentação asfáltica, transformando completamente a paisagem do lugar, na medida em que esta deixa de ser meramente residencial, para agora, desempenhar uma forte atividade comercial. Nela estão inseridos, supermercados de médio porte, lojas de artigos para presentes, confecções e calçados, bares, lanchonetes, sorveterias, padarias, *lan house*, casa de jogos eletrônicos, lojas de móveis, academia, imobiliárias, restaurantes, lavanderia, casa lotérica, agências bancárias, além de lojas de informática e outros.

Painel Fotográfico 4 – Bairro Candeias de Vitória da Conquista



Fonte: Trabalho de Campo, Maio /2010

O bairro Patagônia, a exemplo do bairro Jurema, surgiu a partir da ocupação de pessoas que migram dos municípios contíguos ou da zona rural, para a cidade e passam a habitar nas proximidades das principais rodovias. Com 26.641 habitantes, o Patagônia é o bairro mais populoso dos seis bairros apresentados. Situado na zona Oeste da cidade, tem o seu crescimento consolidado por localizar-se no entorno do Anel Viário de Vitória da Conquista.

Classificado pelo último PDU como bairro que faz parte da Área de Ocupação Consolidada, ou seja, área que está contemplada entre as mais urbanizadas em Vitória da Conquista, este espaço possui seu comércio forte, especialmente pelas atividades produtivas que se desenvolvem no entorno do Mercado Municipal da Região, conhecido como Feira do Bairro Patagônia. As características de comércio têm aspectos de atendimento local, não demonstrando, a princípio, indícios de mudança de especialização, em curto prazo.

Painel Fotográfico 5 – Comércio do Bairro Patagônia de Vitória da Conquista



Fonte: Trabalho de Campo, Maio/2010

O Bairro Jurema surgiu a partir da ocupação de pessoas que migram de regiões menos favorecidas para a cidade e passam a habitar-se, sem as condições adequadas, nas proximidades das principais rodovias. Neste caso, o bairro Jurema tem a sua origem ratificada pela localização entre a Avenida Juraci Magalhães (BA – Vitória da Conquista – Ilhéus) e a avenida Presidente Dutra (BR-116): duas importantes rodovias que cortam a zona urbana de Vitória da Conquista.

O bairro é ocupado, em suas extensas avenidas (Bartolomeu de Gusmão e Juraci Magalhães), grande parte do comércio da cidade. Muitos, inclusive, são filiais ou unidades estratégicas de negócios com um nome consolidado nacionalmente (Painel Fotográfico 7). A presença destes estabelecimentos evidencia a relevância do bairro perante o espaço urbano e a Região de Influência de Vitória da Conquista, mostrando que essa área tem um fluxo comercial importante, o que a torna interessante para instalação de filiais de lojas já estabelecidas em outras cidades. É

um bairro famoso pelo seu comércio forte, além de destacar-se pela localização de Hospitais (um público e um privado), Estação Rodoviária, dentre outros.

Por outro lado, o Jurema caracteriza-se um bairro de contrastes. Por ser bastante procurado e habitado pela população de baixa renda que, na maioria das vezes, migra do campo ou de municípios próximos para se instalar próximo às principais rodovias que passam por Vitória da Conquista, estas, na maioria das vezes, ocupam espaços irregulares sem a devida estruturação urbana. Além disso, historicamente, o Bairro é conhecido por geografia caracterizada por área acidentada, com várias baixadas, gerando, conseqüentemente, alagamentos em função das constantes chuvas que recaem sobre a cidade. Ao longo do tempo, o Poder Público Municipal vem adotando políticas que visem sanear tal situação. Ainda assim, alguns focos de alagamentos continuam presentes. Exemplificando, este problema, associados a outros, vem sendo enfrentado por famílias que moram numa ocupação irregular, às margens da BR-116, conhecida como Baixada do Jurema. É comum faltar saneamento básico, energia elétrica e ocorrer alagamentos durante o período chuvoso.

Em relação à Baixada do Jurema, para minimizar tal situação e oferecer condições dignas de moradia, além de prevenir possíveis acidentes, já que a área é imprópria para habitação, o Poder Público Municipal transferiu recentemente as famílias que estão em situação de risco para outra localidade. Trata-se do novo loteamento do Programa Municipal de Habitação Popular, batizado de Felícia, que foi implantado próximo ao Hospital Geral de Vitória da Conquista, também localizado no Bairro Jurema.

Painel Fotográfico 6 – Bairro Jurema de Vitória da Conquista



Fonte: Trabalho de Campo, Maio /2010

Ante o exposto, resgata-se Santos (2008, p.191), que preceitua a paisagem urbana como o conjunto de aspectos materiais, através dos quais a cidade se apresenta aos nossos olhos. Para, o autor, a cidade compreende os dados do presente e os do passado recente ou mais antigo, mas também compreende elementos inertes (patrimônio imobiliário) e elementos móveis (as pessoas e as mercadorias). O tempo e o espaço, enfim, se encontram e se materializam ante este cenário de fatores que dão forma aos territórios. E, nessa direção, o mesmo Santos (2008) é mais enfático ao expressar que o espaço geográfico e, implicitamente, o tempo, constitui "um sistema de objetos e um sistema de ações" que:

é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único na qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos

técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. SANTOS (2008, pág. 63)

Ao analisar as transformações da formação territorial de Vitória da Conquista, esse capítulo se propôs a percorrer em direção aos processos socioespaciais, os quais permitem correlacionar a similaridade do pressuposto ora exposto com a realidade a ser apresentada, sobretudo em termos de influência na sua região, infraestrutura e equipamentos urbanos. Vitória da Conquista se insere neste contexto regional, na medida em que atua como pólo catalisador dos municípios contíguos, enquanto provedora de infra-estrutura e equipamentos urbanos que buscam atender à essa população como um todo. Para compreender e analisar o cenário do município em questão, perante uma realidade regional, e como tal relação se materializa, buscou-se, neste momento, adentrar à história de formação desse município, considerando-se, inicialmente, seus aspectos físicos, reportando-se, seguidamente, aos seus processos socioespaciais, os quais produziram a infra-estrutura ora evidenciada.

Adentrar à dinâmica de formação do território, sem acompanhar como as relações neste foram estabelecidas historicamente, poderia gerar relativa dificuldade de análise da mudança nas estruturas socioespaciais da conformação territorial atual. Não incorrer nesse equívoco foi o princípio básico utilizado pela pesquisadora, pois claro tem em si de que essa relação (história/geografia) afeta diretamente o grau de percepção do seu objeto de estudo. Desta forma, o presente está condicionado pelo passado, sobretudo no estudo sobre a formação de centros urbanos, conforme citação de Santos (1992):

Alguns elementos cedem lugar, completa ou parcialmente, a outros da mesma classe, porém mais modernos; outros elementos resistem à modernização; em muitos casos, elementos de diferentes períodos coexistem. Alguns elementos podem desaparecer completamente sem sucessor e elementos novos podem se estabelecer. SANTOS (1992, pág. 21):

Contextualizar os processos urbanos no tempo e no espaço, portanto, tornou-se imperativo para reconhecer, preliminarmente, que o espaço é, em seu momento histórico, o ponto esclarecedor do ordenamento territorial urbano. Este, por sua vez, se desenvolve das mais variadas formas e proporções, sendo a história de um lugar

elemento vital para a construção da sua identidade e da identidade regional na qual se insere.

Ao percorrer essa trajetória, foi possível notar como Vitória da Conquista passou da condição de pequena vila sem grande relevância econômica à cidade que acolheu avanços e contradições, sobretudo em termos infra-estruturais, desafios e problemas em várias áreas, tornando-se um município atrativo em diversos segmentos. Tal fato transformou este município, progressivamente, em um centro regional de influência junto à sua região. Quanto à importância de Vitória da Conquista, seja para a sua Microrregião, Região Econômica ou para o seu Território de Identidade, tal qualificação condiz em parte, com sua diversidade na oferta de bens e serviços e o seu posicionamento geográfico, tornando-a um pólo regional para o atendimento das necessidades dessa população. Pessoas oriundas de cidades da região, ao demandarem por determinados tipos de serviços, seja na especialidade, seja na qualidade, somente encontram em Vitória da Conquista, enquanto município mais próximo das mesmas. A busca e até mesmo o acesso a determinado serviço se tornam, assim, determinantes no direcionamento à cidade, elevando, hierarquicamente, à condição de capital regional B, conforme cita estudo do Regic (2008, pág. 201).

O município, então, compre o seu papel como um território de intersecção entre as pequenas cidades e os grandes centros de relação contígua, promovendo a integração de pessoas, produtos e serviços. Caracteriza-se, de tal modo, como nó na rede de fluxos, cujo destino ocorre intra e inter regional. Todo esse movimento coloca Vitória da Conquista na condição de relevante centro de crescimento econômico regional.

A chegada de novos moradores e conseqüente demanda por serviços especializados provoca a dinamização da economia, ainda que, em termos econômicos, ainda exerça pouca influência na composição do Produto Interno Bruto (PIB) do estado da Bahia. À guisa de tal situação, Vitória da Conquista vai se descortinando e se revelando, com suas peculiaridades e contradições, onde o fixo e o fluxo se encontram. A cidade, assim, adota contornos urbanos, que se modificam, ao longo do tempo, conforme a alteração das demandas seus momentos históricos, marcados pelos aspectos sociais que os envolvem, e sob os quais se manifestam como determinantes na qualidade de vida da população que dos seus serviços depende.

7 A DINÂMICA INTERNA DE VITÓRIA DA CONQUISTA: A QUALIDADE DE VIDA NO URBANO

*Nada é impossível mudar
 Desconfiai do mais trivial
 na aparência singelo.
 E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
 Suplicamos expressamente:
 não aceitei o que é de hábito como coisa natural,
 pois em tempo de desordem sangrenta,
 de confusão organizada, de arbitrariedade consciente,
 de humanidade desumanizada,
 nada deve parecer natural
 nada deve parecer impossível de mudar*

Bertold Brecht

As cidades, em regra, em algum estágio do seu desenvolvimento, apresentam determinadas dificuldades no ordenamento territorial, a exemplo do déficit habitacional, acesso a saneamento, carência de infra-estrutura básica, dificuldades de locomoção, e conseqüente redução da qualidade de vida urbana. Acessibilidade, limpeza, iluminação, disponibilidade de serviços básicos seriam indicativos da população que almeja alcançar uma condição em que as paisagens urbanas possam se constituir em ambientes caracterizadores de qualidade de vida. Naturalmente, a garantia das necessidades básicas está longe de ser suficiente para assegurar uma qualidade de vida plena. Fatores outros estão na ordem das prioridades quando se analisa a qualidade de vida urbana, a exemplo da educação, saúde, mobilidade urbana, lazer, cultura, presença de áreas verdes, dentre outros. Entretanto, a evolução de uma etapa a outra é quase que condição *sine qua non* nesse processo, em função de um cenário de hierarquia estabelecido.

Vitória da Conquista se insere nesse debate na medida em que consitui-se em cidade média localizada no Sudoeste baiano, desempenhando fundamental papel na sua rede urbana. A cidade exerce historicamente uma centralidade regional, junto a um contingente populacional que abrange mais de 80 municípios do estado da Bahia e norte de Minas Gerais, incluindo-se aí a região Sudoeste da Bahia. Ao analisar a sua paisagem urbana, é possível notar as mudanças ocorridas, em termos de estrutura, sobretudo nos espaços públicos, enquanto condição de uso

coletivo. São a infra-estrutura e os equipamentos urbanos, que vão se instalando, ao longo dos anos, para que a qualidade de vida da sua população seja garantida. Adentrar à essa paisagem permite, também, a análise das suas possíveis contradições estruturais-sociais, uma vez que, em regra, estas se fazem presentes nas experiências de concentração urbana, enquanto sistema social. Dar continuidade à análise dos fatores que compõem a formação do seu território, e como este vem se requalificando, torna possível a apreciação das formas em que tais fatores se estabelecem e influenciam a constituição do seu espaço enquanto produto social, ao qual a população da sua região busca acesso, em busca de maior qualidade de vida. Este capítulo, assim, pretende realizar uma reflexão acerca dos fatores que influenciam na qualidade de vida urbana de Vitória da Conquista, enquanto cidade pólo que influencia outras cidades localizadas nas suas proximidades, em termos de infra-estrutura e equipamentos urbanos.

7.1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E A QUALIDADE DE VIDA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

O IDHM, a exemplo das análises já realizadas, permite examinar Vitória da Conquista, sobre aspectos que dialogam com a qualidade de vida urbana. Desse modo, a seguir, apresentam-se alguns dos principais fatores analisados pelo referido Índice. O IDHM de Vitória da Conquista, entre os anos de 1991 e 2000, apresenta uma boa evolução, mas ainda o coloca na condição de médio IDHM. Na Bahia, que se encontra, em 2010, na 22ª posição no *ranking* nacional, Vitória da Conquista é o 16º município no mesmo período (no estado). Tal posição desmistifica o “conceito” que ainda associa o seu desenvolvimento ao número de habitantes, quando a mesma é posicionada como terceiro maior município do estado, em número de habitantes. Para complementar, a análise nacional, por sua vez, posiciona Vitória da Conquista em 2.481º lugar de um total de mais de 5.000 municípios brasileiros. É fato, no entanto, que o IDHM indica Vitória da Conquista com um crescimento do seu índice de 65,77% nas últimas duas décadas. Comparando-se com o índice nacional, Vitória da Conquista apresenta evolução acima da média nacional, que foi de 47,46%. Entre 2000 e 2010, a dimensão que apresentou maior crescimento, foi a Educação (com crescimento de 0, 219), seguida por Longevidade e por Renda, o que denota que políticas públicas educacionais foram intensificadas no município,

embora, como se verá à frente, a qualidade de tais políticas ainda estejam aquém do desejável, em termos de qualidade.

Tabela 32 – Principais indicadores do IDHM de Vitória da Conquista

Descrição	1991	2000	2010
IDHM – Brasil	0, 493	0, 612	0, 727
IDHM - Vitória da Conquista	0, 409	0, 538	0, 678
Índice de educação (IDHM-E)	0, 214	0, 362	0, 581
Classificação nacional (<i>Ranking</i>)	2.323	2.699	2.481
Classificação no estado da Bahia (<i>Ranking</i>)	-	18	16

Fonte: Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

7.2 O DESAFIO DA MORADIA EM VITÓRIA DA CONQUISTA

Os aspectos relacionados à moradia constituem em uma das mais complexas situações a serem enfrentadas no âmbito da urbanização, dada às variáveis que se necessita gerenciar. Fatores referentes ao uso do solo, saneamento, pavimentação, equipamentos urbanos, exploração imobiliária, dentre tantos outros, estão na ordem das prioridades dessa importante dimensão.

O parcelamento do solo e a conseqüente condição de moradia tem se tornado, também em Vitória da Conquista, a qual possui 306 loteamentos distribuídos em 24 bairros, o mais complexo dos problemas enfrentados pelo município. A aplicação de critérios para uso do solo, os quais, reconhece-se, evoluíram legalmente, encontram-se ainda distante das mais coerentes soluções para a grande demanda dos problemas a enfrentar. Corrobora-se, dessa forma, com as proposições de Arantes, et al (2000),

Nunca é demais repetir que não é por falta de planos e nem de legislação urbanística que as cidades brasileiras crescem de modo predatório. Um abundante aparato regulatório normatiza a produção do espaço urbano no Brasil- rigorosas leis de zoneamento, exigente legislação de parcelamento do solo, detalhados códigos de edificações são formulados por corporações profissionais que desconsideram a condição de ilegalidade em que vive grande parte da população urbana brasileira em relação à moradia e à ocupação da terra, demonstrando que a exclusão social passa pela lógica da aplicação discriminatória da lei. ARANTES, et al (2000, p. 147).

Vitória da Conquista é loteada em 147.196 (PMVC, 2013) imóveis, entre áreas edificadas e não edificadas, distribuídos em 24 bairros. A localização desses imóveis possui relação direta com as condições de moradia de seus residentes, uma vez que o parcelamento do solo, por muito anos, obedeceu à lógica da exploração imobiliária, que estabelecia quais poderiam ser considerados bairros para os “ricos” e os bairros para os “pobres”. Em decorrência, gerou-se uma expansão desordenada, revelando um quadro de segregação sócio-espacial, para uma população que recebe como remuneração, em sua maioria, pouco mais de um salário mínimo.

Ante o exposto, apresenta-se, na Tabela 30, características referentes à população de Vitória da Conquista, em termos de moradia, por bairro, identificando-se em cada bairro o valor médio do metro quadrado das áreas a este pertencente, a qual possibilitará uma análise acerca dessa realidade, considerando-se tal perspectiva.

Tabela 33 – Valor do Metro quadrado e quantidade de áreas edificadas – Zona urbana de Vitória da Conquista – por Bairro – 2013

Bairro	População	Metro quadrado R\$ (valor médio)	Localização Zona
Aírton Senna	377	70,00	Sul
Alto Maron	17.597	145,00	Leste
Bateias	8.641	145,00	Oeste
Boa Vista	9.773	300,00	Sul
Brasil	20.922	275,00	Oeste
Campinhos	4.889	70,00	Oeste
Candeias	14.552	425,00	Leste
Centro	11.025	925,00	Leste
Cruzeiro	8.749	105,00	Leste
Distrito Industrial	941	120,00	Norte
Espírito Santo	11.531	90,00	Sul
Felícia	2.901	315,00	Sul
Guarani	8.225	145,00	Leste
Ibirapuera	14.308	240,00	Oeste

Jatobá	6.712	70,00	Oeste
Jurema	5.840	160,00	Leste
Lagoa das Flores	2.456	100,00	Norte
Nossa Senhora Aparecida	3.557	107,50	Oeste
Patagônia	26.641	100,00	Oeste
Primavera	2.162	80,00	Leste
Recreio	6.902	235,00	Leste
São Pedro	1.555	95,00	Oeste
Universidade	893	160,00	Leste
Zabelê	21.970	145,00	Oeste
Total			

Fonte:
Censo

IBGE:
Demográfico – 2010. PMVC – 2013

Pode-se depreender da Tabela 30, que, conforme previsto do PDU (PMVC, 2006), identifica-se áreas de ocupação consolidada e áreas de rarefação, sobretudo em termos populacionais. É possível essa constatação, considerando-se a característica predominante do bairro, a exemplo do Distrito industrial e da UESB, enquanto área de rarefação, assim com áreas de ocupação consolidada, como se verifica no Centro, Recreio e Patagônia.

Ao considerar-se a distribuição física por zonas, verifica-se que, com a diferenciação dos valores imobiliários por metro quadrado, instala-se um quadro de segregação espacial, entre, sobretudo, a zona Leste e Oeste da cidade. A zona leste constituída de nove bairros tem nesse espaço localizados os dois bairros maior valor por metro quadrado – Centro e Candeias. Já na zona Oeste, concentram-se também nove bairros. A população é quase três vezes superior à zona Leste (Tabela 31). É na zona Oeste que se concentra o maior número de loteamentos populares, cujos preços médios também sofrem variação, conforme localização. No entanto, a valorização dos imóveis ali localizados é, quase sempre, inferior à dos bairros da zona leste. A seguir é possível visualizar o preço médio do metro quadrado dos bairros, distribuídos por zona. Tal condição guarda relação direta com o acesso à infra-estrutura e equipamentos urbanos que tais bairros dispõem.

Tabela 34 – Preço médio do metro quadrado de Vitória da Conquista - distribuída por zona

Zona	Número de Bairros	População	Preço Médio por metro quadrado R\$
Norte	2	3.397	110,00
Sul	4	24.582	193,75
Leste	9	75.945	264,44
Oeste	9	178.616	138,61
Total	24	260.260	176,70

Fonte: IBGE: Censo Demográfico – 2010. PMVC – 2013

Ao analisar a distribuição espacial de Vitória da Conquista, é possível afirmar que o processo de urbanização da cidade é marcado por tal dimensionamento e pela complexidade de seus desafios, na medida em que cresce a sua população e que requer, para além da criação da legislação vigente, que os direitos sejam garantidos de forma igualitária. Os agentes que a compõem se deparam, freqüentemente, com o grande desafio de assegurar a qualidade de vida das pessoas que ali residem, uma vez que é obrigação e compromisso da sociedade prover seus bens, segundo as necessidades e motivações dessa coletividade.

Parafraseando Ferraz (2001, p. 33), há situações em que determinados bairros populares surgem e se expandem, em Vitória da Conquista, de forma não planejada e pressionada, nas proximidades das rodovias. Nos seus arredores são implantados loteamentos que geram novos bairros, a exemplo do Bairro Brasil, criado a partir da abertura da BR-116 e, atualmente um dos bairros mais populosos de Vitória da Conquista. Enfim, cada bairro, a sua história conta. Mais do que avenidas, ruas, casas, escolas, postos de saúde, as pessoas que o compõem vivem a realidade determinada pela renda e, na maioria das vezes, encontram-se aquém das condições de uma vida digna. Tal realidade, então, não se apresenta de forma, ao menos equilibrada para todos.

O Censo Demográfico de 2010 descreve as condições de moradia da população residente em Vitória da Conquista, em 2010, a qual soma um total de 86.426 domicílios edificadas. Desses, apenas 43.688, pouco mais de 50% possui condições adequadas de moradia, ou seja, todo o restante dos domicílios enquadraram-se em condições semi-adequadas ou inadequadas de moradia. Trata-se de um alto percentual de imóveis sem condições plenas de moradia, em sem falta algo, sobretudo relacionado às necessidades básicas dessa população.

Já o Atlas Brasil (2013), por meio do estudo sobre o IDHM, apresenta as condições de moradia nos itens água encanada, banheiro com água encanada, coleta de lixo (somente para a população urbana) e energia elétrica. À exceção da energia elétrica todos demais índices locais encontram-se discretamente abaixo dos índices nacionais. Destaque-se o item “banheiro e água encanada”, que deixa de contemplar quase 13% da população. Esta, por sua vez, ante tal quadro, expõe-se muito mais aos problemas de saúde e conseqüente baixa expectativa média de vida. Os dados da coleta de lixo, por sua vez, abrange apenas a população urbana, não sendo possível identificar como se configura tal situação na população rural, que representa, pouco mais de 10% do total de moradores de Vitória da Conquista.

Tabela 35 – Condições de Moradia da população – 2010 – Percentual

Local	Água encanada	Banheiro e água encanada	Coleta de lixo	Energia elétrica
Brasil	92.72	87.16	97.02	98.58
Vitória da Conquista	91.58	87.03	96.81	99.19

Fonte: Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Ademais, as condições de moradia de Vitória da Conquista agregam elementos de relativa complexidade, na medida em que o município polariza, com frequência, a vinda de migrantes, favorecendo, assim, a constituição de bairros periféricos, em sua maioria, devido, sobretudo, à baixa renda dessa população e aos equivocados investimentos e políticas públicas executados ao longo das décadas na área de habitação. A *práxis* verificada é de um quadro desigualdades sociais em loteamentos populares e baixa infra-estrutura urbana, manifestado também no âmbito das condições de moradia.

Os loteamentos precarizados e assentamentos irregulares, agravam assim, o cenário de proliferação de bairros periféricos pouco ou nada condizentes à vida digna da sua população. Adicione-se a ausência de fiscalização e acompanhamento durante o processo de parcelamento do solo, sobretudo em décadas anteriores, na medida em que o mesmo se estabelece em função, na maioria das vezes, de abertura de loteamentos sem projeção da configuração espacial do município. A população de baixa renda é, assim, a classe social mais penalizada com esse quadro. De acordo com Rocha (2012),

Em quarenta anos, foram incorporados ao espaço urbano da cidade, mais de 85.000(oitenta e cinco mil) novos lotes para moradia sem nenhuma infraestrutura urbana, sendo que desse total, cerca de 40% deles ainda não foram ocupados por edificações e ou moradias. Nos anos de 1990 a 2010, segundo dados da PMVC (2012), foram incorporados ao espaço urbano mais de 30.000 (trinta mil) novos lotes para moradia, sendo que desse total houve uma ocupação efetiva de cerca de 60% com edificações. ROCHA (2012, P. 245)

O cenário ora exposto remete a um frequente quadro de segregação espacial o qual pode ser verificada na paisagem urbana do município. Nessa condição, exemplifique-se o caso do Loteamento Vila América, criado pelo Programa de Habitação Popular pelo Poder Público Municipal, com vistas a abrigar uma massa populacional pobre, em sua maioria originada das áreas desapropriadas, e que localiza-se contíguo a um outro grande Loteamento – O Green Ville. O Loteamento Vila América é uma área que carece de sistemas de drenagem e esgotamento e iluminação. As ruas não possuem pavimentação. O saneamento básico é precário e o transporte coletivo não atende satisfatoriamente a demanda. Ademais, a segurança é quase inexistente, o que agrava a violência na cidade como um todo. As casas possuem estrutura precária, semelhantemente ao que se verifica nas áreas de convivência coletiva do mesmo loteamento. Certamente, a ausência de políticas públicas voltadas para este tipo de espaço, onde a maior parte da população sobrevive, agrava este cenário de segregação espacial, na medida em, contíguo a esse espaço, localiza-se o Condomínio Green Ville, cujas características se distanciam sobremaneira dessa realidade.

Painel Fotográfico 7 – Loteamento Vila América e Condomínio Green Ville



Fonte: Pesquisa de Campo 2013.

Dessa forma, contiguamente separado por um longo e alto muro, situa-se o condomínio Green Ville. Diferentemente do seu vizinho, o Vila América, o condomínio Green Ville possui uma infra-estrutura completa, além de equipamentos coletivos para os moradores, de forma que os atendem com toda a comodidade necessária, desejada e, por que não registrar, paga. A população moradora do condomínio Green Ville usufrui de toda uma estrutura que, à exceção de alguns equipamentos urbanos existentes que caracterizam certo conforto, deveriam fazer parte do cotidiano de qualquer morador da cidade, enquanto equipamentos urbanos que visam a qualidade de vida de sua população, ou seja: ruas pavimentadas, energia, esgotamento sanitário, salão de convivência, área de lazer, segurança 24 horas, dentre outros.

O contraste da realidade é notório e a desigualdade social é fato. Assusta a relação de convivência que se estabelece entre os dois ambientes, ante um cenário de necessidades e visões de mundo diferenciadas, as quais denunciam uma clara segregação social e espacial. O papel do poder público, que deveria ser de agregador de políticas públicas voltadas às necessidades de sua comunidade, independente da renda, acentua o quadro de segregação, na medida em que não disponibiliza, de forma igualitária os bens públicos para a sociedade como um todo. Esta mesma realidade é replicada em vários outros bairros periféricos de Vitória da Conquista, sobretudo aqueles localizados na zona oeste da cidade, que, continuamente, contrastam com outros cenários em que o acesso aos equipamentos urbanos e a uma melhor qualidade vida, são mais frequentes. Caracteriza-se, assim, um quadro de segregação sócio-espacial, profundamente marcado por espaços contíguos e desiguais.

7.3 O SISTEMA DE SAÚDE EM VITÓRIA DA CONQUISTA: A PRAXIS DE UM COTIDIANO

Cada vez mais as pessoas vivem em áreas urbanas e o acelerado acesso da população aos centros urbanos faz emergir a necessidade do planejamento da saúde, a fim de se promover o bem-estar da população, tendo em vista reconhecer-se que esta é condição essencial ao desenvolvimento das cidades. As baixas taxas de mortalidade infantil indicam, por exemplo, o aumento na capacidade de produção e conseqüente geração de riqueza. Compreende-se, portanto, a saúde e a qualidade

de vida, como condições básicas e prioritárias para a sustentabilidade de uma cidade.

A estrutura do espaço geográfico e social tem, portanto, impacto direto na saúde, assim como a presença de profissionais em número suficiente ao atendimento da crescente demanda. A oferta de recursos e a estrutura das relações sociais são fatores cruciais com forte impacto na saúde e bem estar da população. O mesmo se verifica relativamente ao desenvolvimento de políticas públicas mais próximas da população.

Historicamente, o sistema de saúde nacional tem demonstrado fragilidades e contradições em suas políticas públicas. Ou seja: destina-se grande quantidade de recursos financeiros em tecnologias de ponta, cujo foco principal é o tratamento e investe-se muito pouco em políticas públicas de custos baixos e amplos de alcance, na prevenção de doenças. Ao se colocar em evidência o custo/benefício de outras práticas, reforça-se que a prevenção (modificando comportamentos, atitudes e práticas) pode proporcionar a melhoria da qualidade de vida e saúde das populações.

País de grande extensão territorial, o Brasil ainda possui o desafio de abreviar, temporalmente, as distâncias extremas para que a saúde seja alcançada por toda a população. Dada as dificuldades estruturais, as áreas afastadas dos grandes centros do País, encontram-se em desvantagem. Trata-se de regiões, cujo declínio social e econômico, geram baixa proporcionalidade de médicos e equipamentos de saúde, sobretudo a pública. Conseqüentemente, as taxas de mortalidade por causas evitáveis são mais altas. A falta de acesso aos serviços especializados e aos cuidados de emergência em Hospitais mais diferenciados reforça, nestas áreas, as dificuldades de obter cuidados imediatos de saúde e que poderiam salvar vidas. Quando se verifica o quantitativo de médicos nas regiões Norte e Nordeste, o número de profissionais para cada mil habitantes equipara-se aos países menos desenvolvidos. Ademais, outros problemas estruturais são verificados no sistema de saúde nacional, os quais impactam diretamente na sua população, sobretudo onde há maior concentração, ou seja: nos centros urbanos.

Por essa razão, nos últimos meses, a população brasileira assumiu uma luta pública, por meio de manifestações, cuja abrangência nacional mobilizou todos contra os problemas sociais afetados pelo país, inclusive no campo da saúde. Dentre os vários questionamentos, a falta de médicos tem provocado na população,

um alto grau de insatisfação, demonstrada, inclusive em pesquisa realizada recentemente pelo IPEA (2011), em que mais da metade da população, 58,1%, acredita que o principal problema do Sistema Único de Saúde (SUS), gerido pelo poder público e utilizado pela maioria da população, é a falta de médicos.

Para o total dos entrevistados, a falta de médicos foi a alternativa com maior proporção de indicações, correspondendo a 58,1% das respostas. Problemas relativos ao tempo de espera para conseguir acesso a determinados serviços apareceram em proporções próximas de citação pelos entrevistados: a demora para atendimento nos postos/centros de saúde ou nos hospitais (35,4%) e a demora para conseguir uma consulta com especialistas (33,8%). PIOLA, SÉRGIO FRANCISCO ET AL, (2001, p. 95)

Tal condição gerou a necessidade emergente de se contratar profissionais de outros países para atuarem no Brasil, sobretudo nas regiões mais distantes e desfavorecidas. Com essa iniciativa, o Brasil assume que as políticas públicas voltadas à formação de profissional nesse campo não acompanharam as demandas na mesma proporção. Por outro lado, busca-se, assim, minimizar, com essa questionável iniciativa por parte das associações médicas, parte dos graves problemas na área da saúde que o país enfrenta. O Brasil, conforme Conselho Federal de Medicina (CFM) possui, em média, 1,91 médicos para cada mil habitantes. Está, portanto, abaixo, quantitativamente, de países como a Argentina (3,2) e a Venezuela (1,9). A diferença é ainda maior se comparado à realidade de países europeus, a exemplo da Espanha (4,0), Alemanha (3,6) ou Portugal (3,9). A Bahia, por sua vez, registra, de acordo com o CFM (2013), 1,25 médicos por mil habitantes e está entre as 21 unidades federativas com quantitativo muito baixo de médicos.

É no contexto de maior gravidade que Vitória da Conquista se insere. Em função da sua condição de pólo regional, o Sistema de Saúde da cidade atende toda região centro-sul da Bahia e o norte de Minas Gerais, onde a região Sudoeste encontra-se contida. A quantidade de médicos, no entanto, está abaixo das médias nacional e estadual. De acordo dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) de 2011, é 1,12 médicos para cada 1.000 habitantes, o que configura um alto déficit desse profissional no território, o que complica sobremaneira a qualidade dos serviços de saúde, que, por sua vez, já vem “sucateada” pela falta de

investimentos em diversos equipamentos na área e pela dificuldade de gestão do sistema, então descentralizado.

O processo de municipalização/descentralização do sistema de saúde em Vitória da Conquista, desde a década de 1990, revelou novos contornos e formas de gerir esse importante equipamento para a sua população e da sua região de influência, ante uma realidade anterior que vinha, ao longo do tempo, consolidando a cidade enquanto pólo regional nessa área, mas que ainda era dependente de uma estrutura tradicionalmente burocratizada e pouco efetiva.

Atualmente, estão instaladas 355 unidades de Saúde que impactam nos fixos e fluxos de pacientes, para além dos recursos destinados a essa cidade (Ferraz – 2009), uma vez que tal sistema fomenta a proliferação de outras ramificações as quais dão suporte essa realidade. De acordo com a PMVC (2103) há três hospitais públicos sob a responsabilidade do município, e uma disponibilidade total de 1074 leitos, além de ambulatórios, postos de saúde, dentre outros. Segundo representante da Secretaria de Comunicação do Município (SECOM),

Vitória da Conquista conta com o Centro Municipal de Atenção Especializada (CEMAE). Implantado em 1999, o serviço ganhou, no ano de 2006, instalações próprias no complexo de saúde, construído na Avenida Olívia Flores. O CEMAE dispõe de 27 especialidades médicas, com 61 profissionais que atendem, além de Vitória da Conquista, os municípios que participam da Pactuação Integrada. O serviço conta com mais de 250 mil usuários cadastrados. REPRESENTANTE DA SECOM - PMVC (2013)

Atendendo para além da sua população urbana, portanto, esse segmento é, com frequência, considerado como fundamental nó na rede geográfica de Vitória da Conquista, pois a evolução dos serviços prestados pelo Sistema de Saúde seguiu acompanhada das demandas decorrentes da necessidade de atendimento à população local e regional, que fora se articulando ao longo dos anos. Desta forma, intensificou-se também o fluxo de pacientes vindos de outros municípios e da zona rural para atendimento na cidade. De acordo com Ferraz (2009, p. 76), Vitória da Conquista passou por vários processos para construir sua história no setor de saúde. Assevera a autora que:

Ao longo de pouco mais de um século, especialmente nas últimas décadas, Vitória da Conquista construiu sua história no setor de saúde, engendrada por um conjunto de decisões tanto individuais como de grupos, da iniciativa privada e também do setor estatal (em suas várias esferas de governo), sofrendo pressões externas e internas, além das influências do processo de

incorporação tecnológica. Assim, ao se debruçar sobre essa processualidade, tem-se a imagem viva da rede de relações que cria e recria uma das principais dinâmicas de sustentação do município. FERRAZ (2009, p. 202)

A década de 1940 e as décadas seguintes foram marcadas pela criação de hospitais de importância capital para Vitória da Conquista – Hospitais São Vicente e São Geraldo, de 1970 – Samur e Unimec, 1990 – Andro, e 2000 – IBR, Hospec, Clínica Cirúrgica Santa Clara. O Sistema de Saúde em operação possui relevância nos níveis social e econômico, e abrange tanto a esfera pública quanto a esfera privada. Quanto aos hospitais instalados mais recentemente, destaque-se a relevância do Hospital Geral de Vitória da Conquista e do Hospital de Base, nas palavras de Ferraz (2009):

Esses hospitais são hoje em dia as principais unidades estatais e atendem a população de Vitória da Conquista e de mais de uma centena de municípios. Essas unidades têm fluxo intenso de pacientes, especialmente na porta de entrada do Pronto Socorro e, por isso, estão sempre com a capacidade de atendimento no limite. O Hospital de Base, por ser um Hospital geral e ser da esfera administrativa vinculada à Sesab, está sempre superlotado, sendo “comum” pacientes em macas nos corredores. FERRAZ (2009, p. 99)

Ademais, há uma alta concentração de clínicas, laboratórios e outros estabelecimentos que sobrevivem em função dos movimentos decorrentes de todo o Sistema de Saúde neste espaço instalado. Em termos de equipamentos, o Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Atenção à Saúde, identifica os equipamentos, conforme Quadro 12.

Quadro 15 – Equipamentos de Saúde – Vitória da Conquista -2013

Equipamento	Existentes	Em Uso
EQUIPAMENTOS DE AUDIOLOGIA		
AUDIOMETRO DE UM CANAL	5	5
TOTAL	5	5
EQUIPAMENTOS DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM		
Mamógrafo com Comando Simples	7	6
Mamógrafo com Estereotaxia	1	1
Raio X ate 100 mA	12	12
Raio X de 100 a 500 mA	16	16
Raio X mais de 500mA	4	4
Raio X Dentario	93	92
Raio X para Densitometria Ossea	4	3
Raio X para Hemodinamica	1	1
Tomógrafo Computadorizado	7	7

Ressonancia Magnética	5	5
Ultrassom Doppler Colorido	22	22
Ultrassom Ecografo	30	30
Ultrassom Convencional	22	20
PROCESSADORA DE FILME EXCLUSIVA PARA MAMOGRAFIA	4	4
MAMOGRAFO COMPUTADORIZADO	1	1
TOTAL	229	224
EQUIPAMENTOS DE INFRA-ESTRUTURA		
Controle Ambiental/Ar-condicionado Central	24	24
Grupo Gerador	13	13
Usina de Oxigenio	3	3
TOTAL	40	40
EQUIPAMENTOS DE ODONTOLOGIA		
Equipo Odontológico	181	181
Compressor Odontológico	50	50
Fotopolimerizador	56	54
Caneta de Alta Rotação	87	85
Caneta de Baixa Rotação	66	64
Amalgamador	50	48
Aparelho de Profilaxia c/ Jato de Bicarbonato	28	26
TOTAL	518	508
EQUIPAMENTOS PARA MANUTENCAO DA VIDA		
Bomba de Infusão	204	169
Berço Aquecido	30	28
Desfibrilador	54	54
Equipamento de Fototerapia	24	24
Incubadora	27	25
Marcapasso Temporário	6	6
Monitor de ECG	50	49
Monitor de Pressão Invasivo	33	33
Monitor de Pressão Nao-Invasivo	30	29
Reanimador Pulmonar/AMBU	73	73
Respirador/Ventilador	45	45
TOTAL	576	535
EQUIPAMENTOS POR METODOS GRAFICOS		
Eletrocardiógrafo	42	41
Eletroencefalografo	10	9
TOTAL	52	50
EQUIPAMENTOS POR METODOS OPTICOS		
Endoscópio das Vias Respiratórias	5	5
Endoscopia das Vias Urinarias	12	12
Endoscopia Digestivo	24	24
Equipamentos para Optometria	5	5
Laparoscopia/Vídeo	13	13
Microscopio Cirurgico	12	12
CADEIRA OFTALMOLOGICA	2	2
COLUNA OFTALMOLOGICA	1	1
REFRATOR	3	3
LENSOMETRO	2	2
PROJETOR OU TABELA DE OPTOTIPOS	2	2
RETINOSCOPIO	1	1
OFTALMOSCOPIO	1	1
TONOMETRO DE APLANACAO	3	3
BIOMICROSCOPIO (LAMPADA DE FENDA)	2	2
TOTAL	88	88
OUTROS EQUIPAMENTOS		

Aparelho de Diatermia por Ultrassom/Ondas Curtas	32	32
Aparelho de Eletroestimulação	46	46
Bomba de Infusão de Hemoderivados	1	1
Equipamento de Circulação Extracorpórea	4	4
Equipamento para Hemodiálise	76	76
Forno de Bier	10	8
TOTAL	169	167

Fonte: Ministério da Saúde – Secretaria da Atenção à Saúde, 2013

É fato que, não obstante todas dificuldades e conseqüente discutível qualidade dos serviços de saúde, trata-se de uma realidade bem diferente daquelas verificadas em décadas passadas, considerando-se o incremento destes recursos disponíveis para a região. Entretanto, em pesquisa realizada junto aos principais hospitais do município, o quadro de caos se faz presente, em termos de acesso à Saúde, pois o próprio país vivencia um contexto em que este segmento encontra-se em nível deficitário em todas as instâncias, o que repercute diretamente na realidade dos municípios que dependem diretamente do serviço. Em entrevista realizada junto ao representante do poder público municipal em Vitória da Conquista, em agosto de 2013, o mesmo expressa que:

A relação de dependência que os municípios estabelecem com Vitória da Conquista em termos educacionais é até compreensível e aceitável, tendo em vista que a cidade tornou-se um pólo educacional e os investimentos para esse fim se justificam. Diferentemente, para a área da Saúde, essa relação não deveria ser tão intensa, dada a emergência dos casos a serem conduzidos, em que lida-se diretamente com a condição ou não de vida das pessoas. Assim sendo, o Sistema de Saúde deveria ser mais descentralizado e equipado aos diversos níveis de centros urbanos, independente da sua condição hierárquica na rede urbana.
REPRESENTANTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA (2013)

Ante um quadro de profundos problemas nacionais e locais na área da Saúde, a questão essencial consiste enfim, em garantir a qualidade do uso de tais equipamentos e infra-estrutura, além do alcance aos mesmos. Em termos de alcance, sabe-se que a CF de 1988 impulsionou a descentralização deste serviço aos municípios brasileiros, para que os serviços se tornassem mais acessíveis. É possível notar, no entanto, por meio de uma breve retrospectiva, que, dado ao grande número de pequenos municípios existentes no Brasil, além da grande extensão geográfica do país, estes ainda não assumiram exitosamente tal missão. Já os municípios de maior porte, especialmente as médias e grandes cidades,

avançaram neste processo e, atualmente, os pequenos municípios ainda dependem dos serviços disponibilizados pelas cidades maiores.

Quanto a Vitória da Conquista, nota-se que, para atender demandas de tamanha proporção, pacientes são acolhidos, de acordo com a existência de vagas, as quais nem sempre são suficientes para contemplar tal realidade. É, inclusive, comum o deslocamento de moradores das cidades circunvizinhas a este município, em busca de serviços de média ou alta complexidade, aos quais não teriam acesso em seus municípios de origem, mas que, ao se dirigirem às unidades de saúde, encontram dificuldades de atendimento e conseqüente resultado negativo na avaliação dos serviços prestados por esse sistema.

Ademais, embora Vitória da Conquista tenha alcançado o *status* de detentora de um sistema de saúde, dotado de média complexidade e capacidade de resolução para várias enfermidades, ainda nota-se um grau de dependência desta com outras cidades, especialmente de maior porte, a exemplo de Salvador e Belo Horizonte. É frequente, assim a condução de pacientes de Vitória da Conquista a Salvador ou Belo Horizonte, para a solução de situações mais complexas na área da Saúde. A seguir os números que podem ser indicativos da saúde da população de Vitória da Conquista.

Tabela 36 – Principais características da Qualidade de Vida e Saúde– Vitória da Conquista – 1991, 2000 e 2010

Descrição	1991	2000	2010
Esperança de Vida ao nascer (em anos)	58,32	65,72	72,30
Mortalidade infantil		39,9	21,20

Fonte: Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Vitória da Conquista, a esperança de vida ao nascer aumentou 14 anos nas últimas duas décadas, passando de 58,3 anos em 1991 para 65,7 anos em 2000, e para 72,3 anos em 2010. Em 2010, o índice para o estado é de 72,0 anos e, para o país, de 73,9 anos. Trata-se de um relevante indicador de saúde e qualidade de vida, tendo em vista que é notória a relação com o aumento da expectativa média de

vida a qual tem relação direta com a melhoria de uma série de fatores, dentre eles o bem-estar e a saúde.

Outro importante índice de qualidade de vida e saúde refere-se às taxas de mortalidade infantil. A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) em Vitória da Conquista reduziu 46%, passando de 39,9 por mil nascidos vivos em 2000 para 21,2 por mil nascidos vivos em 2010. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015.

No âmbito intra-urbano, a estrutura física da cidade tem se modificado, ao longo da última década, em função da necessidade de atender a essa demanda crescente. Desta forma, ruas e avenidas, a exemplo da Avenida Otávio Santos, antes ocupadas por residências, passaram por processos de adaptação, alterando substancialmente a paisagem da cidade. Vitória da Conquista é, portanto, detentora de um sistema de saúde consolidado pelas diversas etapas que percorreu, e o cenário que se apresenta acerca de tal sistema, repercute diretamente na sua configuração territorial, em função dos mais variados tipos de serviços que a cidade concentra. Atraídas por esse serviço, moradores de outros municípios para este espaço se deslocam, e, para acolhê-los, enquanto se mantêm na cidade, existem o que se denomina de “casas de apoio”, o que caracteriza-se como mais uma ramificação que sistema de saúde “alimenta”. Algumas são subsidiadas por Prefeituras que, em regra, alugam uma residência em locais próximos a clínicas e hospitais. Conforme afirma Ferraz (2009, p. 140), esta lógica hierarquizada de organização promove fluxos contínuos de pacientes a Vitória da Conquista, decorrentes de municípios que só possuem em seus centros urbanos, o nível básico da saúde. Este processo revela, entre vários aspectos, o grau de centralidade que esta cidade polariza, ao dispor de um Sistema de Saúde de média complexidade neste território instalado.

Como a cidade não “cultivou” a cultura de planejamento urbano, de forma a atender às demandas de um crescimento acelerado, decorrente de realidade mutante, seu espaço urbano foi se adaptando como pôde à nova realidade, de tal forma que é possível verificar o comprometimento das suas vias públicas, e consequente qualidade de vida da população também nesse aspecto. Há uma dificuldade de reordenação desse espaço físico, com vistas à mobilidade urbana, devido à grande concentração de hospitais, clínicas, laboratórios, farmácias, dentre

outros, que foram instalados sem o suporte necessário ao atendimento de tal fluxo de pessoas. Enfrenta-se, assim, problemas relacionados a trânsito e estacionamento para a grande quantidade de veículos que todos os dias se deslocam dos municípios vizinhos até esta cidade (FERRAZ, 2009). Trata-se de, em sua maioria, transportes coletivos de menor porte, a exemplo de “vans”, que decidem continuar estacionados próximos aos locais onde se situam as unidades de saúde, dificultando, sobremaneira, a mobilidade das demais pessoas. Enfim, a necessidade de uma visão holística entre saúde e planejamento urbano torna-se imperativa, para fins de organização do espaço urbano, visando responder às necessidades reais da população. Contribuir na adequação do espaço urbano às necessidades atuais da população (físicas e de relação) pode reverter na melhoria da qualidade de vida e da saúde da população.

7.4 O SISTEMA DE EDUCAÇÃO EM VITÓRIA DA CONQUISTA

Outro importante equipamento urbano é a educação. Mais uma vez, a CF de 1988 constituiu-se em relevante instrumento de descentralização da educação, atribuindo responsabilidades aos municípios antes nunca assumidas nas dimensões que ora estabeleceu-se.

No âmbito da educação superior, Vitória da Conquista polariza um contingente de estudantes que busca a oportunidade de ampliação da formação acadêmica e profissional. A cidade, nos últimos anos, tem, assim, exercido o papel de pólo educacional, uma vez que atrai estudantes de várias cidades circunvizinhas, que buscam qualificação, em cursos superiores, técnicos dentre outros. O número de instituições de cursos superiores aumentou, inclusive aquelas que oferecem cursos à distância. O segmento educacional evidencia, assim, a sua influência nesse contexto ao dispor, no âmbito da educação superior, de três instituições privadas de ensino superior, um instituto tecnológico de ensino superior, uma universidade pública estadual, além de uma universidade pública federal. Fazem parte desta rede a Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR), Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Faculdade Juvêncio Terra (FJT). Ademais, compõem este setor a Universidade Federal da Bahia (UFBA), Instituto Federal da Bahia (IFBA) e a UESB, pertencentes à rede pública, o que a consolida como um importante pólo de educação superior.

Aqui cabe um destaque para a UESB, instituição pública estadual *multicampi*, a qual tem sua administração central localizada em Vitória da Conquista. Os demais *campi* estão localizados nas cidades de Jequié e Itapetinga. A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, de acordo com Fagundes (2010) influenciou o desenvolvimento regional da Região Sudoeste a partir de três fases marcantes.

Em sua primeira fase institucional iniciada em 1972, a Entidade promoveu a melhoria da educação regional ao dedicar-se à formação de professores para atuar na educação básica. Além disso, iniciou o processo de formação de capital humano para atuar em outros setores da comunidade regional com os seus primeiros bacharelados em ciências sociais aplicadas, agrárias e da saúde. Em sua segunda fase – 1981 a 1997 – a UESB investiu na consolidação dos cursos existentes. Na sua terceira fase – 1998 a 2010 observou-se um incremento significativo no número de vagas de graduação e, conseqüentemente, no quantitativo dos alunos formados pela instituição, principalmente pela criação de novos cursos neste período. FAGUNDES (2010, p. 7)

Ademais, com as atividades de pesquisa e extensão foi possível contribuir para a dinamização da região, sobretudo Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga, as quais foram as cidades mais diretamente beneficiadas, em função da sua inserção local/regional, na promoção de melhorias socioeconômicas e humanas. Certamente, ocorreu, em função das políticas desenvolvidas pela UESB, com significativa melhoria da qualificação profissional da população.

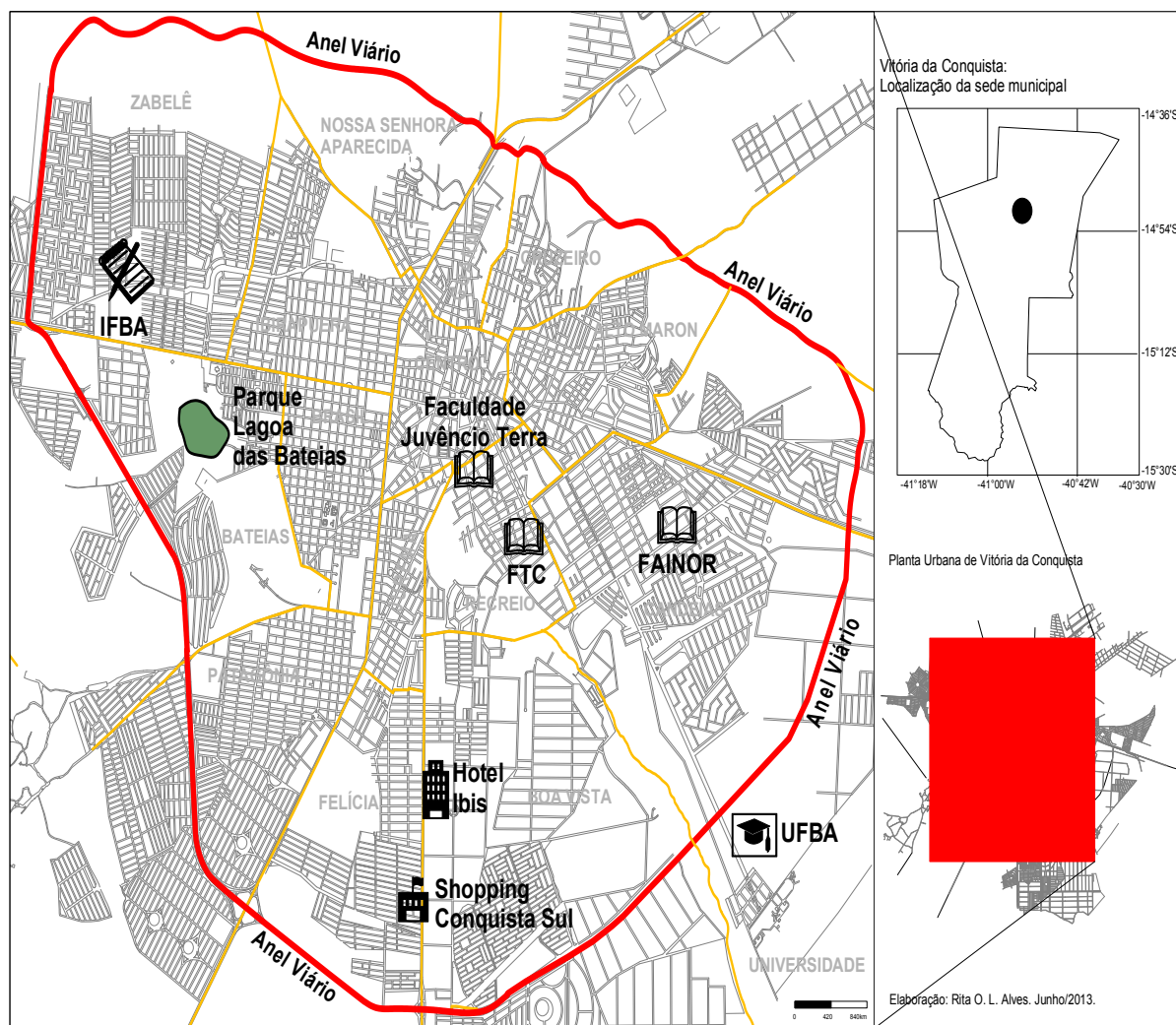
As IES colaboraram para a redução do êxodo de muitos jovens que, antes se dirigiam aos centros maiores em busca de melhor formação. As Instituições de Educação Superior (IES) contribuíram sobremaneira para a manutenção dos estudantes neste município, evitando o deslocamento dos mesmos a centros urbanos maiores, a exemplo de Belo Horizonte ou Salvador, a fim de concluir a educação superior. Contribuíram ainda, para a retenção destes potenciais profissionais, que, uma vez concluído os seus estudos, sentem-se mais motivados em atuar profissionalmente em sua cidade de origem, neste caso, Vitória da Conquista.

É notória, portanto, a migração de estudantes, oriundos das cidades circunvizinhas, a exemplo de Itapetinga, Itambé, Barra do Choça, Maracás, Itambé, além de alunos procedentes de outros Estados, a exemplo do Norte de Minas Gerais e Sergipe, dentre outros, em busca de vagas nas IES localizadas em Vitória da Conquista. Tais movimentos impulsionam o desenvolvimento da região de influência de Vitória da Conquista, ratificando a sua condição de centro urbano regional.

Convém destacar ainda outras contribuições que a inserção da educação superior promove em Vitória da Conquista, em decorrência da sua atuação na sua região de influência, a exemplo da dinamização do comércio, do mercado imobiliário e habitação, dentre outros. Nas palavras de Lopes (2012), a Uesb cumpre bem esse papel, na medida em que:

O mercado imobiliário, aproveitando-se da necessidade que alunos e funcionários têm da proximidade do local de estudo/trabalho (em função da freqüência no consumo deste serviço), de modo a minimizar os deslocamentos e seus custos (condição básica do princípio da centralidade na perspectiva do consumidor), busca uma valorização constante dos imóveis no entorno da Instituição. Como externalidade deste processo, passou a ocorrer uma maior especulação imobiliária nas diversas zonas do entorno da UESB, além do surgimento de negócios complementares aos serviços de educação superior [...]. LOPES (2012, p. 290)

Mapa 17– Localização das Instituições de Educação Superior em Vitória da Conquista



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

Outra realidade, no entanto, se verifica nas demais faixas educacionais, que antecedem a educação Superior. De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano – 2013, Vitória da Conquista apresenta indicadores da Educação, cujos índices são de IDHM Educação, abaixo da média nacional, e que, de acordo com os parâmetros, coloca o município, com 0, 581 na classificação de Índice Baixo.

Especificamente em relação à Educação Básica, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) criado em 2005, e também indicador nacional de qualidade do ensino, considera, para efeito de cálculo, a taxa de rendimento escolar e das médias de desempenho em exames padronizados aplicados pelo Insituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Os resultados alcançados nos anos iniciais do ensino fundamental, na rede municipal de Vitória da Conquista, nos períodos 2005 - 2012, estiveram abaixo dos resultados alcançados nacionalmente, conforme pode ser acompanhado na Tabela 33.

Tabela 37 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

ANO	VITÓRIA DA CONQUISTA	BAHIA	BRASIL
2011	3,5	4,2	5
2009	2,9	3,8	4,6
2007	3,8	2,9	4,2
2005	3,2	2,6	3,8

Fonte: IDEB, 2012

Os dados acima revelam uma Vitória da Conquista que carece de bons resultados, em termos de qualidade, nas políticas públicas desenvolvidas pelos gestores da Educação Básica – séries iniciais. Trata-se de dados preocupantes na medida em que se verifica que, comparativamente que os indicadores, em sua maioria, colocam Vitória da Conquista abaixo dos patamares alcançados pela Bahia e pelo Brasil, excetuando-se os indicadores da Bahia nos anos de 207 e 2005. No último ano (2011), o IDEB, que calcula o grau de excelência da educação básica no Brasil, apresentou resultados em que este município esteve, nacionalmente, em última colocação, entre as cidades de mais 100.000 haabitantes.

7.5 A MOBILIDADE E QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE URBANO

O processo de urbanização vivenciado pelos municípios brasileiros tem gerado mudanças em seu ambiente, impactando necessidade de mudanças em seu sistema interno de transportes, de tal forma que este se transforma em relevante variável para a qualidade de vida nas cidades. Remete-se, assim, à discussão sobre mobilidade urbana, que, conforme indicado na Lei Federal nº 12.587/2012, consiste na condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano, e pode ser entendida como a facilidade de deslocamento, que, por vezes, é vinculado àqueles que são transportados ou se transportam, e por outras, à cidade ou ao local onde o deslocamento pode acontecer.

Ocorre que o sistema de mobilidade urbana instalado do país, vivencia uma situação de caos, de tal forma que tem impulsionado sucessivas ações, por parte da população, em direção à busca da melhoria na atuação desse segmento, o qual tem sido a causa de alto grau de insatisfação da população urbana. As questões relacionadas à mobilidade urbana foram as grandes fomentadoras de um cenário de manifestações que surgiu no Brasil, sobretudo nos últimos meses (junho, julho e agosto de 2013). Corroborando com o exposto, em recente pesquisa nacional sobre mobilidade urbana, realizada pelo IPEA e publicada em 2011, foi possível identificar o grau de satisfação da população acerca dessa questão. No que se refere ao sistema de transporte público, 40% da população das cidades que possuem acima de 100.000 habitantes faz uma avaliação negativa desse aparelho.

O sistema atua em um espaço de constante disputa entre específicos atores, tais como: pedestres, condutores e usuários de automóveis, caminhões, ônibus e motos, além de envolver equipamentos urbanos que sejam capazes de produzir uma estrutura de funcionamento que garanta a melhor qualidade de vida à sua população. Quando tal garantia não é assegurada, como vem expressando a população ultimamente gera-se vários problemas urbanos, a exemplo dos congestionamentos, conflitos entre diferentes meios de transportes, arrefecimento na segurança para pedestres, redução de áreas verdes, com vistas à ampliação dos espaços para uso de veículos, até o crescente número de acidentes de trânsito e poluição sonora e do ar. Estes, por sua vez, afetam a sustentabilidade urbana, a mobilidade, a acessibilidade, e o conforto espacial e ambiental, ocasionando baixa na qualidade de vida do cidadão.

Em Vitória da Conquista, o baixo grau efetividade no sistema de mobilidade urbana é avaliado das mais diversas formas, na medida em que, ao realizar o ordenamento do solo urbano, o poder público municipal demonstra dificuldades para gerenciar as principais questões relacionadas ao sistema municipal de transporte ao sistema viário. Não se encontram evidenciadas políticas públicas claramente definidas, sobretudo em seu plano diretor, de forma que atenda as reais necessidades da população nesse âmbito. A carência é por mecanismos mais efetivos na melhoria da mobilidade urbana que em Vitória da Conquista, traz, conseqüentemente, deficiências no acesso das pessoas à sua infra-estrutura e equipamentos urbanos.

Em relação ao sistema de transporte público municipal, a qualidade é afetada por vários fatores que poderiam ser alterados, em benefício da população. Exemplifique-se o fato de que, atualmente, a cidade encontra-se sob o controle de uma única empresa, que por sua vez, gera descontentamento quanto aos serviços prestados. Exemplifique-se a qualidade comprometedor dos transportes coletivos, que encontram-se quase sempre lotados e em péssimas condições de uso, constituindo-se em uma das principais razões para a falta de efetividade dos serviços prestados. Adicione-se ainda, o atraso e a quebra de veículos, além do número reduzido de linhas de ônibus.

Quanto à cobrança das tarifas, recentemente, em decorrência do grande movimento nacional, varias cidades reduziram as tarifas do transporte público. Essa realidade ainda não se reproduziu em Vitória da Conquista, o que tem gerado diversos protestos por parte da população. Em termos de parâmetros, a menor tarifa, entre as capitais, é cobrada em Brasília - MetrÓpole Nacional, cujo valor é de R\$ 1,50. Em Vitória da Conquista, cuja extensão territorial e complexidade do sistema de transporte é menor, o valor da tarifa é de R\$ 2,10. Acrescente-se que ainda foi não implantado o sistema de bilhete único. Como conseqüência, o cidadão paga uma tarifa que não o conduz até o seu destino final, necessitando pagar duas ou mais tarifas por viagem para percorrer o trecho urbano. O plano diretor do município não criou, assim, mecanismos para o enfrentamento dessa questão. Por fim, o Terminal de Ônibus, também localizado no Centro, e que causa grande congestionamento, encontra-se subdimensionado para o tamanho da cidade. Segundo informações da PMVC (2013), a cidade dispõe de 141 ônibus para atendimento à uma média de 2,5 milhoes de usiários por mês.As instalações já

encontram-se ultrapassadas para a nova realidade, impedindo as pessoas de terem acesso a um quadro de mobilidade urbana em condições dignas. É notório ainda, a proliferação do mercado informal no entorno do terminal de ônibus, o que agrava um quadro de constante congestionamentos e riscos de acidente para os transeuntes, conforme pode ser verificado no Painel Fotográfico 9.

Painel Fotográfico 8 – Terminal Rodoviário e Frota de ônibus – Vitória da Conquista



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Outro grande problema da mobilidade urbana refere-se ao sistema de trânsito, o qual vem ganhando ênfase em função do aumento de veículos e as precárias condições de infra-estrutura, a exemplo da má conservação das vias,

sinalização inadequada, dentre outros. Em Vitória da Conquista, os problemas de trânsito são verificados com frequência, sobretudo na área central, em função da grande concentração econômica ali presente, o que impulsiona a população a se dirigir ao local com o objetivo de contemplar suas necessidades diversas de consumo. Na maioria das cidades brasileiras a área central não foi planejada para suportar enorme quantidade de pessoas e conseqüente grande número de veículos que por ali circulam. Verifica-se, portanto, que, nesse local, mais do que em qualquer outro da cidade, o trânsito encontra-se caótico.

O Código de Trânsito Brasileiro, lei 9.602, de 21 de janeiro de 1998, entende como concepção de Trânsito “a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento, e operação de carga ou descarga”. O trânsito, assim, sob a gestão de um conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados e Municípios, tem como principais autoridades: Municipal: órgão municipal de trânsito – Em Vitória da Conquista - Secretaria de Mobilidade Urbana; Estadual: órgão executivo de trânsito – Departamento de Trânsito (DETRAN), além da Polícia Militar, Federal: Departamento Nacional de Trânsito (Denatran).

Com o intuito de avaliar as condições do trânsito em Vitória da Conquista, no que se refere às atribuições municipais, buscou-se em agosto de 2013, na PMVC-SECOM, informações, que, dentre outras afirma que a cidade dispõe atualmente de 31 conjuntos semáforos, além de disponibilizar, aproximadamente, 900 vagas de estacionamentos para carros e motocicletas na área central da cidade. Ocorre que o aumento da frota de veículos do município, sobretudo em relação aos automóveis, motos e motonetas, como pode ser observado na Tabela 35, tem dificultado sobremaneira a gestão do trânsito, sobretudo na área central da cidade. Nota-se, portanto, que a estrutura disponibilizada encontra-se deficitária. Este quadro se agrava com a falta de uma política municipal de trânsito mais consistente, de forma a regular o acesso às vias mais movimentadas, provocando, assim, grandes problemas de congestionamento, o que compromete a qualidade de vida das pessoas.

Tabela 38 – Frota da Veículos – Vitória da Conquista – 2005 a 2012

Período	2005	2006	%.	2007	%%.	2009	%	2010	%	2011	%	2012
Veículo												
Automóvel	20.686	22.389	7,61	24.553	8,81	30.242	18,81	34.031	11,13	37.722	9,78	42.932
Caminhões	2.410	2.525	4,55	2.699	6,45	3.191	15,42	3.480	8,30	3.763	7,52	4.018
Caminhão Trator	247	262	5,73	286	8,39	362	20,99	423	14,42	513	17,54	572
Camionetas	3.085	3.749	17,71	4.810	22,06	6.891	30,20	7.690	10,39	10452	26,43	11.714
Micro-ônibus	216	255	15,29	298	14,43	430	30,70	512	16,02	623	17,82	729
Motocicleta	6.272	7.432	15,61	10.102	26,43	16.484	38,72	19.968	17,45	23.540	15,17	26.960
Motoneta	1.186	1.562	24,07	2.182	28,41	2.994	27,12	3.473	13,79	4.025	13,71	4.530
Ônibus	755	907	16,76	911	0,44	1.050	13,24	1.104	4,89	1.136	2,82	1.209
Trator de rodas	0	0	0,00	0	0,00	1	100,00	1	0,00	1	0,00	1
Total da Frota	34.857	39.081		45.841		61.645		70.682		81.775		92.665

Fonte: IBGE e Dentaram 2013.

O aumento da frota, sobretudo de automóveis, acentua, dessa forma, ainda mais a desigualdade na cidade, já que este veículo, em geral, passa a ser o meio de transporte mais efetivo nos deslocamentos da população, o que provoca grandes congestionamentos. Ademais, intensifica negativamente os impactos ambientais, pois o uso do transporte individual aumenta os níveis de poluição sonora ou do ar. Além disso, o uso do automóvel, provoca um quadro de deteriorização das condições de operação do transporte público, assim como provoca a redução na segurança nos deslocamentos a pé ou por bicicletas, enquanto meios mais utilizados pela população de baixa renda residente nas periferias. Tal cenário, associado ao crescente aumento do número de pessoas que circulam pelo centro da cidade agrava o congestionamento e consequente aglomeração. O trânsito, assim, torna-se caótico e obriga a população a passar mais tempo parada, independente do meio de transporte disponível.

Vitória da Conquista apresenta agravamento do quadro na área central face à sua constituição de ruas estreitas, o que aumenta a dificuldade do trânsito, em geral, sendo mais uma razão para os congestionamentos. Há uma realidade de planificação de ruas que, segundo Mattiello (2013, p 1), que se mantém com a mesma estrutura há, aproximadamente, 50 anos. O Centro da cidade constitui-se,

portanto, em um espaço que, embora composto de crescente abertura de atividades do serviço e comércio, não tem modificado a sua estrutura espacial, nas últimas décadas, para comportar demanda crescente de incremento do comércio e consequente mobilidade urbana. É nesse espaço que ocorre maior concentração de lojas, restaurantes, repartições públicas, agências bancárias, dentre outros.

Nesse direcionamento, buscou-se analisar o trânsito da área central de Vitória da Conquista, considerando-se a percepção dos seus usuários. Para tanto, aplicou-se, em agosto de 2013, um total de 120 entrevistas junto a pessoas, dentre aproximadamente 200 presentes, selecionadas aleatoriamente. Tais pessoas se encontravam em reunião da Câmara de Vereadores, em 27 de agosto de 2013 para debaterem sobre a pauta “Mobilidade Urbana em Vitória da Conquista”.

O primeiro questionamento refere-se a razões pelas quais o entrevistado procura a área central de Vitória da Conquista. Os percentuais de maior destaque referem-se a emprego (23,5%), seguido por consumo, com 22%. Outras razões, em menor proporção foram também apontadas, a exemplo do estudo, pagamento de contas, saúde e residência.

Outro questionamento refere-se à frequência com que usam a área central. Das 120 pessoas entrevistadas (27,2%) comparecem ao centro durante 16 a 20 dias mensais. Em seguida 26,4% comparecem ao centro de 21 a 25 dias por mês. 22% utilizam a área central por 1 a 5 dias por mês. O menor percentual de uso do centro é de pessoas que comparecem de 26 a 30 dias por mês. É possível depreender que o centro da cidade mantém sua tradição de atrair sobremaneira a população, dada a alta frequência ao mesmo.

Questionou-se ainda, sobre os meios de transporte utilizados para locomoção à área central. O ônibus aparece em primeiro lugar, com 36,3% dos entrevistados, seguido pelo automóvel, com 16,7%. A moto e a bicicleta aparecem na sequência, como os meios mais utilizados. Verifica-se, portanto, a soberania no uso do ônibus e do automóvel como meios de locomoção mais utilizados para se dirigirem ao centro.

Dentre as vias mais utilizadas no uso da área central, destaca-se a Praça Barão do Rio Branco, onde concentra-se o sistema financeiro de Vitória da Conquista, a avenida Lauro de Freitas, onde se localiza além do terminal rodoviário, um intenso comércio popular, além de outras importantes vias, a exemplo da rua Monsenhor Olímpio, avenida Régis Pacheco, rua Francisco Santos e alameda Ramiro Santos, dentre outras.

Já os estacionamentos, ao se dividirem entre públicos e privados, podem ser notados na área central. O grande problema é que a quantidade de vagas oferecidas pelos mesmos não são suficientes para contemplar a demanda, sobretudo em horários de pico, entre 8 e 10 horas da manhã, e 11 da manhã e 14 horas. Por isso, é comum, em algumas situações, o uso de locais inadequados, a exemplo das calçadas ou em placas onde se lê “proibido estacionar” para uso estacionamento, o que, mais um vez, provoca o caos na mobilidade urbana. A falta de estacionamento e o congestionamento podem estar relacionados com o crescimento da frota de veículos da cidade, que passou de 34.857 em 2005 a 92.865 em 2012.

Sobre os problemas enfrentados no trânsito, os entrevistados opinam que entre os mais graves encontram-se, nessa ordem: vias estreitas, falta de estacionamentos, congestionamentos e declividade das calçadas, dentre outros. O item “Outros”, o problema mais citado foram “falta de educação dos usuários e limitado espaço para circulação, conforme pode ser verificado no Painel Fotográfico 10. A área central de Vitória da Conquista não foi planejada, se consolidando, como se encontra, sem um planejamento. Dessa forma, o quadro de congestionamento e ruas estreitas estão à frente dos problemas a enfrentar.

Painel Fotográfico 9 – Trânsito de Vitória da Conquista



Fonte: Pesquisa de campo: agosto de 2013

Chama por atenção, portanto, a limitada infra-estrutura quanto à mobilidade urbana. A questão da mobilidade, dessa forma, tem se constituído, assim, um

grande problema em Vitória da Conquista uma vez que a precariedade na infraestrutura do trânsito e o sistema de transporte público municipal apresenta dificuldades para circular pela área analisada. Tais problemas podem também estar relacionados com a deficiência no planejamento prévio das áreas centrais. Ante o exposto, para que as condições de mobilidade urbana se tornem mais aceitáveis, há que se desenvolver políticas públicas efetivas e eficazes. Muitas destas, inclusive, podem partir de medidas simples, a exemplo de criar mais locais destinados a estacionamento, educação para o trânsito, além de maior quantidade de sinalização semáfora, dentre outras importantes medidas.

Por fim, a questão da acessibilidade, embora não tenha sido o aspecto mais apontado entre os pesquisados, não pode deixar de ser evidenciada a relevância dessa questão, uma vez que, cada vez mais, a questão da inclusão quando a esse importante aspecto, é colocada na ordem das prioridades públicas, em termos de mobilidade.

7.6 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

O sistema de abastecimento de água de Vitória da Conquista, da responsabilidade da Empresa Baiana de Água e Saneamento (EMBASA), foi implantado na década de 1960, com um pequeno reservatório (Barragem Água Fria). Com o quadro de expansão urbana e conseqüente ampliação do consumo de água, foi construída a Barragem Água Fria II. Ocorre que o tamanho dos reservatórios atuais, conforme a Embasa, já não são suficientes para abastecer a cidade, em função dos constantes períodos de seca na região. A barragem alcança níveis críticos por longos períodos de estiagem, e o abastecimento é interrompido, periodicamente, por dias.

A seca que atinge a Bahia, incluindo-se a região de Vitória da Conquista, é considerada a mais intensa dos últimos 47 anos. Tal quadro, associado à falta de planejamento do fornecimento de água afeta ainda a população da zona rural do município, que presencia, sem nada poder fazer, a produção agrícola e a pecuária ser afetada. Nas palavras de Rocha (2012),

Este é um dos problemas da falta do planejamento para o setor, que já possui mais de 40 anos de instalado e está defasado para os atuais níveis de consumo da população. De toda água consumida pela população de

Vitória da Conquista cerca de 85% dela tem a destinação final diretamente nos canais de drenagem da bacia do Rio Verruga. O que justifica o alto índice de poluição das águas no trecho urbano da bacia. ROCHA (2012, p. 208)

Destaca o autor que, além do problema da estrutura subdimensionada do reservatório, há ainda a dificuldade de lidar com os poluentes gerados pela alta densidade demográfica do município. No caso de Vitória da Conquista, esse processo de deteriorização ocorre há bastante tempo, forçando a busca por águas de outras bacias. Assim, continua o autor, surge uma preocupação com a integração da gestão quanto aos aspectos de qualidade e quantidade, destacando-se, também, a “integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental.

7.7 LAZER E CULTURA EM VITÓRIA DA CONQUISTA

Compreender o lazer como aspecto social que contribui para a qualidade de vida da população é o propósito do debate que ora se apresenta. Vitória da Conquista, por não ser uma cidade litorânea, e, portanto, não contar com esse atrativo para disseminação do lazer no seu território, fomenta o uso de outras áreas e iniciativas pontuais neste segmento. Espaços como a Avenida Olivia Flores, o Shopping Conquista Sul, a Lagoa das Bateias, caracterizam-se como áreas destinadas, formal ou informalmente, ao uso da população para esse fim. Com uma alta concentração de população jovem, o uso desses espaços guardam relação direta com as condições sociais desta maioria populacional.

A av. Olívia Flores passou, recentemente, por reforma que favoreceu sobremaneira a expansão desse segmento, ao construir ciclovias, e via destinada ao *cooper* e outros esportes. A localização da avenida (lado leste), no entanto, favorece o uso dos equipamentos urbanos de uma classe social mais privilegiada e residente nessa área, o que sinaliza um quadro de segregação espacial. Já o parque Lagoa das Baterias, inaugurado em 2008, alcança a população geral, inclusive, de mais baixa renda, em função da sua localização – lado oeste da cidade, e por possuir equipamentos gratuitos à disposição da comunidade. A comparação entre os dois espaços possibilita identificar que o lazer em Vitória da Conquista, é visto, dessa forma, também como espaço em que a segregação espacial se faz presente.

Já o Shopping Conquista Sul, inaugurado em 2006, por sua vez, fortaleceu o papel de Vitória da Conquista no âmbito comercial, mas também no lazer, com acesso às pessoas que se deslocam, não somente dos vários bairros, como também das cidades vizinhas, em busca de um atrativo, que, de outra forma, não teriam acesso. Embora, a maioria dos frequentadores não tenham acesso aos equipamentos de lazer (cinema, restaurantes, casas de jogos), em função do baixo poder aquisitivo que possuem, o Shopping funciona como espaço para visitação e descontração dos seus usuários.

Sem muitos atrativos naturais ou festas t picas que movimentam a maioria dos municípios baianos, Vitória da Conquista, por suas características sociais e econômicas, fomenta alguns eventos relacionados ao lazer e cultura. A Mostra Cinema Conquista, o Natal da Cidade e Forró P  de Serra do Periperi, (promovidos pelo poder público) e o Festival de Inverno Bahia (realizado pela iniciativa privada), são alguns desses eventos que se desenvolvem na cidade.

Analisar o lazer em Vitória da Conquista sob a perspectiva de realização de eventos pode, assim, vir a demonstrar a importância desses na dinâmica de lazer da sua população, e por que não registrar, também econ mica. É nesse cenário que surge o Festival de Inverno da Bahia, projeto desenvolvido por uma empresa privada e que, atualmente, conta com a parceria dos diversos segmentos públicos estaduais e municipais.

Sua primeira edição aconteceu no ano de 2005. A necessidade de desenvolver produtos de entretenimento que pudessem atrair pessoas para a cidade, bem como dinamizar a economia local, foram alguns dos fatores que justificaram o desenvolvimento do projeto. Aproveitando a característica das baixas temperaturas que é peculiar da cidade, em média 10 graus no período em que acontece o festival, o evento se consolidou como grande diferencial como atrativo turístico na região Sudoeste da Bahia. Além do clima favorável ao evento procura-se investir para que o mesmo tenha como atrativos a boa música popular brasileira, gastronomia, moda e entretenimento. Durante os três dias do evento circula um público estimado em mais de setenta mil pessoas, oriundas de diferentes localidades, que não somente assistem aos shows, mas participam ativamente de todas as atividades de entretenimento que estão disponíveis no local onde é realizado. O festival inseriu, assim, Vitória da Conquista no circuito dos grandes

festivais do país e confirmou a vocação da cidade para iniciativas ligadas à cultura, ao lazer e ao entretenimento.

E a movimentação, além de ser cultural, é também de toda uma rede de serviços; uma grande convergência de música, entretenimento e investimento nas mais diversas áreas. O evento é uma das três principais atividades do ano na cidade, atraindo público de todos os municípios circunvizinhos, cuja maioria é composta de estudantes. Em pesquisa realizada recentemente, as cidades que mais aparecem como local de origem do maior número de entrevistados foi: Vitória da Conquista, Salvador, Itapetinga e Jequié.

Não obstante o sucesso do empreendimento, enquanto dinamizador do lazer e da economia conquistense, uma análise crítica do evento, possibilita verificar que o mesmo é acessível apenas às pessoas com capacidade financeira para acesso ao evento. Embora mobilize um grande suporte operacional por parte do poder público (por envolver um grande número de pessoas) em termos de segurança, saneamento, iluminação, dentre outros, o evento não se caracteriza como acessível a toda a população, independente da sua condição social ou financeira, o que difere dos eventos promovidos pelo poder público municipal, a exemplo do “Natal da Cidade” e o “Forró Pé de Serra do Periperi”. Dessa forma, o repensar do poder público nesse âmbito, deve ser no sentido de proporcionar a maior amplitude possível de acesso aos mais variados tipos de lazer à sua população.

Quanto à infra-estrutura cultural, Vitória da Conquista dispõe de um Centro de Cultura de pequeno porte, o qual abriga grande parte das atividades culturais da cidade. Não obstante esse quadro, Vitória da Conquista se ressent, no entanto, de um Centro de Convenções que possa acolher grandes eventos em benefício para a região. A ausência desse importante equipamento urbano, associado ao pequeno porte do aeroporto, limita sobremaneira a inserção do município na formação de redes, por meio de importantes eventos, o que dinamizaria a Cidade pólo. Vitória da Conquista, assim, não dispõe de um só local que possa acolher um grande público, que, dessa forma, impede o desenvolvimento de grandes eventos culturais e profissionais, configurando-se, assim, em uma lacuna pontual em termos de equipamentos urbanos.

8 CONCLUSÃO

Adentrar à cidade de Vitória da Conquista, enquanto cidade média, em sua relação com a região Sudoeste da Bahia, revelou-se, desde o início, um desafio. A necessidade de um planejamento rigoroso que possibilitasse a melhor opção para as decisões a serem tomadas, em função da amplitude temática, no entanto, revelou-se a maior das provocações a esta autora. A exigência por delimitações, em prol do avanço na pesquisa, a exemplo da opção pela análise da relação qualidade de vida e cidades médias, ante um “sem-número” de opções, totalmente legítimas e instigantes a serem investigadas, foi um exercício de vida, que ampliou, sobremaneira, as fronteiras do exercício acadêmico.

Ao abordar um tema com tamanha amplitude e relevância como “Cidades Médias”, a primeira conclusão foi, portanto, de que o assunto está longe de ser esgotado, pois muitas análises ainda poderiam ter sido feitas, sob tantas outras perspectivas. Ou seja: o estudo com dimensões geográficas mais amplas marca pela sensação, legítima ou não, de escassez dos enfoques apresentados. Fato é que, em um trabalho dessa dimensão, escolhas foram necessárias e a opção foi por buscar compreender Vitória da Conquista na sua região, por meio da análise da sua capacidade em estabelecer vínculos com os municípios, os quais exerce alguma influência.

Dessa forma, privilegia-se, neste momento, tecer considerações outras acerca do tema, com o intuito de não reproduzir informações já evidenciadas anteriormente, para não tornar a síntese recorrente e empobrecida. Dessa forma, para além de almejar uma resposta conclusiva sobre cidades médias, o que seria impossível, dado o contexto da amplitude da temática, o desafio nesta tese foi de analisar e trabalhar com o conceito ante uma perspectiva com respaldo científico e prioritariamente e geográfico, não perdendo de vista suas fronteiras e abordagens, de forma a aproximar a teoria e realidade. Como diz Santos, (1990),

Nossa ambição é fornecer, ao mesmo tempo, a explicação da realidade espacial e os instrumentos para a sua análise. Acreditamos que uma teoria que não gera, ao mesmo tempo, a sua própria epistemologia, é inútil porque não é operacional, do mesmo modo que uma epistemologia que não seja baseada numa teoria é maléfica, porque oferece instrumentos de análise que desconhecem ou deformam a realidade. SANTOS (1990, p. 7)

Mais do que um mero termo em busca de compreensão dos seus conceitos, portanto, cidades médias demonstrou ser uma concepção imbuída de elementos que direcionam ao reconhecimento de aspectos, sobretudo sociais, uma determinada realidade. Ao transitar pela geografia de Vitória da Conquista e sua região, evidenciou-se uma forte relação, nos âmbitos econômico, social ou cultural, os quais convergem para a análise da qualidade de vida desse espaço geográfico. Ao analisar suas interações, suas dinâmicas extrapolam, e por que não afirmar, impõem-se, em certas condições, aos aspectos formais de constituição dos seus territórios. Revela-se, assim, variáveis, cujas articulações ocorrem à luz das diversas escalas e garante o olhar sobre a particularidade, ante a totalidade.

O caminho foi em direção à investigação do fenômeno contextualizado historicamente. A região, e mais ainda a cidade, foi examinada nas suas estruturas internas e externas, no tempo e no espaço, enquanto elementos que se integram, indissociavelmente, em busca de melhoria das condições de vida para a sua população. E, nessa direção, este trabalho se propôs, assim, investigar a posição que Vitória da Conquista assume, enquanto única cidade média da região Sudoeste da Bahia, ante um quadro de fragilidade social do seu sistema urbano-regional. Os procedimentos metodológicos respeitaram a abrangência do tema ao adotar como referência norteadora da pesquisa, os estudos baseados nos modelos de dimensões territoriais de cidades médias, a exemplo do **Programa *Ciudades Intermedias y Urbanización Mundial***, desenvolvido pela União Internacional dos Arquitetos (UIA), em parceria com o *Ajuntament de Lleid*; do **Projeto *Monitoreo de Ciudades Intermedias***, publicado no ano de 2003 e da **Proposta metodológica de análise das cidades médias**, capitaneada por cinco pesquisadoras de diversas universidades brasileiras. Tais modelos assumiram a condição de “bússola”, pois várias dimensões foram pesquisadas, a exemplo da demográfica, econômica e social. As dimensões que envolvem tais modelos, em correlação com o conceito de cidade média, possibilitaram a análise do fenômeno, enquanto ferramenta de desvendamento da realidade em estudo.

Naturalmente, ao adentrar nos estudos sobre qualidade de vida nas cidades médias, foi possível verificar a convergência destes com as dimensões territoriais investigadas, as quais foram inspiradas nos estudos acima citados. Dessa forma, indicadores relacionados à, infra-estrutura, moradia, saneamento, educação saúde, demografia, economia, dentre outros, foram identificados em ambos debates, o que

permitiu identificar a consonância destes entre os estudos sobre cidades médias e qualidade de vida nas cidades.

Como resultado, foi possível verificar, inicialmente, que o estudo conceitual sobre cidades médias e qualidade de vida revelou, ora a diversidade, ora a familiaridade, de significados associados aos termos. Então, indicadores puderam ser selecionados e utilizados de acordo com a percepção de convergência entre os dois temas. Estes, por sua vez, aproximam-se cada vez mais, na medida em que valorizam os indicadores semelhantes, a exemplo de infra-estrutura e características sócio-econômicas e demográficas.

Assim, é possível concluir que, desde meados do século XVII até os dias atuais, vários foram os movimentos até que Vitória da Conquista se transformasse no centro urbano e regional com as características que se apresenta na atualidade. Remontar o processo de povoamento e posterior urbanização dessa cidade, configurou-se como uma estratégia para compreender, de forma metodológica, como se materializa as concepções de cidades médias, enquanto fenômeno. O estudo foi, assim, gerado consubstanciado em resultados decorrentes de um empenho reflexivo acerca do papel de Vitória da Conquista, enquanto cidade média, junto a sua região de Influência – a região Sudoeste da Bahia. Buscou-se conhecer a sua realidade enquanto disseminadora de condições que contribuiriam para uma melhor qualidade de vida dos habitantes de sua região. Considera-se, assim, a dinâmica econômica e social na perspectiva de qualidade de vida da área em estudo, ao longo do tempo.

Com o trabalho de campo, foi possível perceber as características da configuração de Vitória da Conquista, enquanto centro urbano que exerce influência na sua região, e como tal influência pode ser visualizada a partir de seus indicadores sociais e econômicos. Nos padrões de regionalização investigados, Vitória da Conquista foi sempre reconhecida com cidade pólo, em função do comando que exerce na sua região de influência. Ou seja: no padrão de regionalização das Regiões Econômicas do Estado, Vitória da Conquista foi categorizada como cidade sede da Região Sudoeste. Ainda no atual padrão de regionalização dos Territórios de Identidade, Vitória da Conquista estabeleceu-se como Microrregião de Vitória da Conquista do Território de Identidade do Centro Sul da Bahia. Por fim, os estudos do REGIC, da esfera federal, considera nacionalmente Vitória da Conquista como

Capital regional B, tendo em vista o nível de centralidade identificado na sua região de influência.

O seu núcleo urbano e rural, contudo, ainda que estruturado em função das suas atividades produtivas, apresenta limitações quanto à sua influência em termos de qualidade de vida, que podem refletir na região de influência a qual esta cidade polariza. Compreende-se assim, que, ainda que “ostentando” o título de terceira maior cidade da Bahia, em termos populacionais, além dos demais evidenciados anteriormente, Vitória da Conquista e sua região acumulam sérios problemas de ordem social, refletindo estes em profundas desigualdades, conforme pôde ser verificado em seus indicadores sociais e econômicos. Exemplifique-se a questão da habitação. Nota-se uma intensa desigualdade entre as condições de moradia nos diversos bairros da cidade,. Ademais, aspectos relacionados à infra-estrutura básica, educação, saúde e mobilidade urbana, dentre outros, ainda comprometem, sobremaneira, a atuação desta importante cidade do interior baiano. É possível afirmar que tal realidade se reproduz na maioria dos demais municípios da região Sudoeste, tendo em vista a deficiência dos seus indicadores sociais e econômicos.

Responsáveis por sistema de saúde e educacional capazes de polarizar para o seu território a população da sua região de influência, Vitória da Conquista exerce capacidade de articulação, seja em relação aos municípios de pequeno porte, seja em relação aos municípios de porte maior. Ambos os sistemas, entretanto, enfrentam limitações de funcionamento decorrentes de, dentre outros fatores, excessiva demanda, associada insuficiência na atualização dos seus fixos e fluxos.

Ademais, aspectos relacionados à mobilidade urbana e ao saneamento básico ainda apresentam índices preocupantes em relação ao exercício das suas funções. Em algumas destas situações, a exemplo do fornecimento de energia e água, os índices aparentemente altos, em termos de contemplação, podem induzir à equivocada conclusão de que Vitória da Conquista e sua região já alcançaram parâmetros aceitáveis quanto ao oferecimento destes serviços à sua população. Ocorre contudo que, para, sobretudo, a realidade de uma cidade média, tais fatores já deveriam ter sido superados há mais tempo, porque outros aspectos de maior relevância já estão, há algum tempo, na ordem do dia, a exemplo da qualidade ambiental, da maior participação de uma população cada vez mais cidadã.

Quanto aos indicadores econômicos do município e sua região, verifica-se o baixo crescimento do PIB. Suas características econômicas mais fortes são comércio

e serviços. Estes, por sua vez, apresentam baixos graus de especialização e consequente competitividade. Este contexto se reflete em um PIB de resultados pouco significativos para o estado da Bahia. Como consequência, verifica-se um quadro de extrema pobreza nesta região, onde problemas econômicos e sociais ainda necessitam ser superados. Impacta ainda, sobremaneira, na absorção da mão de obra, sobretudo a mais qualificada, tendo em vista, a baixa especialização das atividades ali desenvolvidas. São muitos os que não têm oportunidade de emprego, e que, assim, deslocam-se, na condição de migrantes, para regiões mais desenvolvidas, em busca de sobrevivência e qualidade de vida.

Desta forma, resgatando a hipótese central deste estudo, esta consiste em afirmar que, ainda que se perceba o fortalecimento de Vitória da Conquista enquanto cidade média, a fragilidade do sistema social em que essa se insere, dificulta, significativamente, a consolidação do seu papel no âmbito de proporcionar reais melhorias da vida para toda a população residente e sua região de influência. Ademais, compreende-se que, no Brasil, a fragilidade e desigualdade na rede urbana tornam efetiva a capacidade dessas cidades em materializarem-se como pólos regionais. Tal hipótese se confirma, tendo em vista que, embora a cidade possua características de centralidade, tal centralidade, paradoxalmente, se fortalece em função dos fatores econômicos e sociais relativamente frágeis verificados em sua região de influência.

Com o estudo centrado nas configurações das cidades médias, direcionou-se o olhar sobre a região de influência, mas sem perder o foco no território central. A região de influência é mais que a constituição de cidades que se integram. A inteseção entre os centros de menor porte e os de maior porte revela-se no âmbito de uma capital regional que, mesmo com tamanha dificuldade de exercer o seu papel de elo, o faz de forma intensa, como sempre foi a sua história, ao criar-se e recriar-se. A análise das concepções de cidade média, ora convergentes, ora divergentes, mas sempre evolutivas e, por vezes, complementares, possibilitou um olhar mais atento para essa terra que persiste em demonstrar a sua contribuição na transformação da sua sociedade.

A análise, assim, revelou mais que uma Vitória da Conquista, enquanto centro polarizador, impactado por um forte caráter de fragilidade econômica e social. Revelou ainda, para além da sua relação de contiguidade e dependência econômica e social, um conjunto de municípios que, com essa cidade estabelece vínculos

afetivos e culturais. Estão imbricados, interligados, correlacionados e expõem, naturalmente, as suas contradições no processo de construção dos seus espaços. Com um novo olhar a geografia se reinventa, se redescobre, ao compreender, com mais nitidez, as relações que se estabelecem entre escalas geográficas urbanas e regionais, muitas vezes, tão díspares, e, ao mesmo tempo, tão próximas.

Cabe destacar, por fim, que, à medida em que se busca captar a complexidade de estudos desta natureza, mais difícil se torna a sua mensuração, o que pode ser justificado, em parte, pela dificuldade de acesso às fontes dos dados, que, admite-se, vão para além dos números. Mas tudo isso foi mais um desafio a enfrentar em direção a questionar: e de que outras formas tem-se para se organizar as peças desse quebra-cabeça? E aqui está o resultado: colaborador para a continuidade da pesquisa e, nem de longe, conclusivo. Mesmo sendo um tema amplamente debatido, é desafiador dar conta de toda a complexidade que envolve uma cidade média. O universo é o limite. Ao se considerar os estudos neste trabalho, no entanto, espera-se ter colaborado.

Chama-se a atenção, assim, para a necessidade de se realizar pesquisas que busquem captar os aspectos diversos do papel de uma cidade média, procurando adentrar, cada vez mais na sua complexidade. Ela é, minimamente, instigante. Para além, o comprometimento com a pesquisa fomenta melhoria das condições de vida para a sua população e o pleno desenvolvimento das cidades. O êxito será alcançado, portanto, se o estudo realizado estimular o compromisso ético e social, por políticas públicas que busquem, efetivamente, o desenvolvimento dos territórios e que promovam, por consequência, a emancipação do ser humano

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAR- **Associação Brasileira de Agências de Regulação**. Disponível em: <http://www.abar.org.br/>. Acesso em 12 de agosto de 2013.

ALCOFORADO, Fernando. **Bahia: desenvolvimento do Século XVI ao Século XX e objetivos estratégicos na era contemporânea**. Salvador/Bahia, 2007.

Alcoforado, Fernando Antonio Gonçalves. **Condicionantes do desenvolvimento do Estado da Bahia. Universidade de Barcelona**: Tese de doutorado, disponível em <http://www.tdx.cat/TDX-0203105-122457>. Acesso em 12 de fevereiro de 2010.

ALVES, Rita de Cássia O. Lima et al. **Empreendedor do Conhecimento: um estudo em instituições bancárias de Vitória da Conquista - Bahia**. VII EGEPE – Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas. Publicação Eletrônica. Disponível em: <<http://www.anegepe.org.br/edicoesanteriores/2012-florianopolis-sc/resultados-egepe-2012.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2013.

ALVES, Ana Elizabeth Santos, SILVA, Lígia Maria Portela da- **Ensino profissional em Conquista nas décadas de 1930 e 1940: o curso de datilografia**. Publ. UEPG Humanit. Sci., Appl. Soc. Sci., Linguist., Lett. Arts, Ponta Grossa, **16** (1) 21-26, jun. 2008.

A TARDE - JORNAL. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/>>. Acesso em: 24 nov. 2012.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. **Esquema metodológico para o estudo das cidades médias**. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 1976. Resumo de comunicações e Guias de excursões. Belo Horizonte, A.G.B., 1976, p. 6-15.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Origens, evolução e perspectivas dos estudos sobre as cidades médias. In: SPOSITO, ES; SPOSITO, M. B. C. (org.). **Cidades Médias: espaços em Transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

AMORIM FILHO, O. B.; SERRA, R.V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Orgs.). **Cidades Médias Brasileiras**. Brasília: Ipea, 2001. Disponível em: <<http://www.redbcm.com.br/Biblio.aspx>>. Acesso em: 14 mai. 2012.

ANDRADE, T. A. e LODDER, C. A. **Sistema urbano e cidades médias no Brasil**. IPEA. Rio de Janeiro. 1979.

ARANTES, Otilia. VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2000.

ARROYO, T. A.; SERRA, R. V. Dinâmica Territorial, Circulação e Cidades Médias. In: **Cidades Médias: Produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 71-85.

BAHIA. **AGERBA - Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia**. Disponível em http://www.agerba.ba.gov.br/transporte/pesq_uma_localidade.asp. Acesso em 09 de junho de 2013.

BELLET, Carme e LLOP, Josep M. **Ciudades Intermedias. Perfiles y Pautas**, Lleda, 2001

_____. _____ Miradas a otros espacios urbanos: las ciudades intermedias. In Catedra UNESCO UdL – **Ciudades intermedias – urbanización y desarrollo**. (2003). Disponível em <http://www.ceut.udl.cat/wp-content/uploads/Miradas-a-otros-espacios-urbanos-las-ciudades-intermedias.pdf>. Acesso em 18 de março de 2013.

BENEDICTS, Nereida Maria Santos Mafrá. **Política ambiental e desenvolvimento urbano na Serra do Periperi em Vitória da Conquista – Ba**. Dissertação: Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Natal, 2007.

BLOG RESENHA GERAL. Disponível em: <<http://www.blogdaresenhageral.com.br/v1/?s=esgotamento+sanit%C3%A1rio>>. Acesso em: 15 mar. 2013

_____. _____ . (07 de junho de 2012). **Antiga sede do Banco Econômico**.

Disponível em <http://www.blogdaresenhageral.com.br/banco-economico-a-primeira-agencia-bancaria-de-vitoria-da-conquista/>
Acesso em 10 de maio de 2013.

BOLAY, Jean-Claude et al. **Intermediación urbana: ciudades de América Latina en su entorno**. Quito: PGU/UN-HABITAT, 2003.

BRASIL. **Código de Trânsito Brasileiro**. Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/publicacoes/download/ctb.pdf>. Acesso em 08 de agosto de 2013.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art182, Acesso em: 10 de junho de 2008.

CASTELLO BRANCO, Maria Luiza. Cidades Médias no Brasil. In: SPOSITO, E.S.; SPOSITO, M. B. C. (Orgs.). **Cidades Médias: Produção do Espaço**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **El rostro de la urbanización en América Latina y el Caribe**. Serviço de Informação da CEPAL – Comunicado de imprensa. In Conferência regional sobre el programa de Hábitat. Chile, 2000. Disponível em: <http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/prensa/noticias/comunicados/1/5041/P5041.xml&xsl=/prensa/tpl/p6f.xsl&base=/prensa/tpl/top-bottom.xsl>. Acesso em 17 de outubro de 2013.

CHAVES, Cleide Lima. **DA CARIDADE À ASSISTÊNCIA: o papel da Santa Casa de Misericórdia de Vitória da Conquista (1910 -1930)**. Anais do I Seminário do Grupo de Pesquisa, Cultura, Sociedade e Linguagem (GPCSL/CNPq): os sertões da Bahia. Caetité, v. 1, nº 1, out. 2011. Disponível em: <http://www.gruposertoes.uneb.br/anais-do-1-seminario/textos-completos/cleide-de-lima-chaves.pdf>. Acesso em 28 de junho de 2013.

CHRISTALLER, Walter. **Central Places in Southern Germany**. Tradução de Carlisle W. Baskin. New Jersey, Prentice-Hall, 1966. Título original: DienZentralenOrte in süddeutschland.

CORRÊA, R. L. **Trajatórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. A rede urbana brasileira e a sua dinâmica: algumas reflexões e questões. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: [s.n.], 2001.

_____. **Construindo o conceito de Cidade Média**. In Cidades Médias: espaços em transição. Or. Maria da Encarnação Beltrão Sposito. São Paulo: Expressão Popular. 2007.

COSTA, Eduarda Marques da .**Cidades Médias: contributos para a sua definição**. Finisterra, Lisboa, XXXVII, n, 74, 2002.

CRUZ, Rodrigo. **Urbanização do Brasil acirrou desigualdades**. Especial Caros Amigos, ano XVI, número 58, setembro de 2012, pág 09.

DENATRAN. **Departamento Nacional do Trânsito**. Disponível em <http://www.denatran.gov.br/> Acesso em 18 de julho de 2013.

DYNIEWICZ, A. M. **Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes**. 2. ed. São Caetano do Sul: Difusão, 2009.

FAGUNDES, Marcus Vinícius Carvalho. **A Contribuição da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) para o desenvolvimento regional**. Dissertação: Mestrado. Faculdades Pedro Leopoldo. Pedro Leopoldo – MG, 2010.

FERRAZ, Ana Emília. **O urbano em construção**: Vitória da Conquista: um retrato de duas décadas. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001.

_____. **O espaço em movimento**: o desvelar da rede nos processos sócio-técnicos do Sistema de Saúde de Vitória da Conquista – Bahia. Tese: Doutorado. Universidade Federal de Sergipe, 2009.

FONSECA, Humberto José. **Formação Política da Região Sudoeste da Bahia**. In Política: o poder em disputa – Vitória da Conquista e região. In AGUIAR, Ednalva Padre et al (Org.). Museu Pedagógico de Vitória da Conquista. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1999 (Série Memória Conquistense).

FOURNIER, Francine. **Ciudades Intermedias Y Urbanización Mundial**. Edita: Ajuntament de Lleida, UNESCO, UA, Ministerios de Asuntos Exteriores. Dirección: Joseph M. LiopTorné. Lleida, Espanha, 1999.

FRANÇA, Iara Soares. **A cidade média e suas centralidades: o exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. Dissertação: Mestrado. Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia. 2007.

GIONGO, Vanderlise. **Balanço do Carbono no Semiárido brasileiro: Perspectivas e desafios**. In LIMA, Ricardo da Cunha Correia, et al. Desertificação e mudanças climáticas no semiárido brasileiro. Campina Grande: IN-PB, 2011.

GOMES, R. de C. da C.; SILVA, A. B. da; SILVA, V. P. da. **Buscando compreender as pequenas cidades**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 9., 2005, Manaus. **Anais...** Manaus: 18 a 21 out. 2005, CD-ROM.

GOMES, Edvaldo Fernandes Gomes. **As Cidades Médias em perspectiva: uma análise dos papéis e tendências de um grupo de cidades médias brasileiras**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. 2011.

IBGE. INDICADORES SOCIAIS MUNICIPAIS: **Uma análise dos Resultados do Universo do Censo Demográfico 2010**. In: IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2013.

_____. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20->

%20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf. Acesso em 12 de abril de 2013. Rio de Janeiro.1990.

_____. **Histórico de Vitória da Conquista**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/vitoriaconquista.pdf>. Acesso em 4 de maio de 2013.

_____. **Característica da População e dos Domicílios**. Disponível em : http://www.ibge.gov.br/english/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf. Acesso em 04 de maio de 2013

IPEA – **Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em 10 de junho de 2013.

JULIEN, Pierre-André. **Empreendedorismo Regional e a Economia do Conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2010.

LEDA, Renato Leone Miranda. **Elementos para a análise da formação regional da Bahia contemporânea: contextualizando recortes geográficos e suas periodizações**. In II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico. Universidade de São Paulo – Departamento de Geografia. 2009. Disponível em: <http://enhpgee.files.wordpress.com/2009/10/renato-leone-miranda-l1.pdf> . Acesso em 02 de maio de 2013.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LOPES, Roberto Paulo Machado. **Universidade Pública e desenvolvimento local: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**. Edições UESB, 2003. 217 p.

_____. **Universidade, Externalidades e Desenvolvimento Regional: as dimensões socioeconômicas da expansão do ensino superior em Vitória da Conquista**. Universidad de Barcelona. Facultat de Geografia i Història. Programa de Doctorado em Geografia, Planificaci3n Territorial y Gestió Ambiental. Tese Doctoral. 2012.

MAIA, Espedito Lima. PINTO, Josefa Eliane Santana. **Bacia do Rio Catolé, Bahia-Brasil: Bases geoambientais e socioeconômicas para a gestão da água e solo**. In Revista Geográfica da América Central. Número Especial EGAL, 2011 – Costa Rica. II Semestre 2011. Pp. 1-11. Acesso em 4 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/viewFile/2691/2573>

MATOS, R.; BRAGA, F. Redes geográficas, redes sociais e movimentos da população no espaço. In: **Espacialidades em rede**. Belo Horizonte: C/Arte, 2005.

MATTIELLO, Isar. **Desafios conquistenses - mobilidade urbana: caos no centro da cidade**. In: Blog da Resenha Geral. Disponível em <http://www.blogdaresenhageral.com.br/v1/?s=Desafios+Conquistenses+>>. Acesso em: 16 fev. 2013.

MAXIMILIANO, de Wied von Neuwied, **Viagem ao Brasil**. Compainha Editora Nacional. São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Porto Alegre. 1940. Disponível em <http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-ao-brasil-nos-anos-de-1815-a-1817/preambulo/9/texto>. Acesso em 08 de junho de 2013.

MEDEIROS, R. H. **Aspecto Urbano de Conquista através da História**. Vitória da Conquista, 11 de outubro de 1977 - FIFÓ – 9. Disponível em <http://www.geocities.ws/ruyhmedeiros/aspurbaconquista.html>. Acesso em 10 de junho de 2013.

_____. **O processo histórico conquistense: traços gerais** Vitória da Conquista, 09 de novembro de 1977 - FIFÓ – 9. Disponível em <http://www.geocities.ws/ruyhmedeiros/prochisconq.html>. Acesso em 10 de junho de 2013.

_____. **Os loteamentos e a expansão urbana de Vitória da Conquista**. In: Jornal Fifó, de 25 de janeiro de 1978. Vitória da Conquista/Bahia, 1978.

_____. **Vitória da Conquista nos 1960-1978**. 2003. Disponível em <http://ruymedeiros.blogspot.com.br/>. Acesso em 15 de maio de 2013.

_____. **Diversificação econômica, fator demográfico e participação política em Vitória da Conquista**. Blog do Paulo Nunes: 31 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.blogdopaulonunes.com/v2/2009/01/diversificacao-economica-fator-demografico-e-participacao-politica-em-vitoria-da-conquista/> Acesso em 01 de junho de 2013.

MENEZES, Durval. O Pedralismo: um fenômeno social. 2013

MENEZES, Maria Lúcia Pires. **Tendências atuais das migrações internas no Brasil. SRIPTA Nova**. Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales. Universidad de Barcelona. 01 de agosto de 2000. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn-69-45.htm>. Acesso em 11 de julho de 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE – **Secretaria da Atenção à Saúde** – Datasul- Disponível em http://cnes.datasus.gov.br/Mod_Ind_Equipamento.asp?VEstado=29&VMun=293330. Acesso em 10 de agosto de 2013.

NAVARRO, N. A. **Hospital de Base e a Formação de Subcentros da Zona Sul de São José do Rio Preto (SP) – 1950-2000.** . Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Minas Gerais, 2005.

NETO, Claudionor Dutra. **Desenvolvimento Regional e Agronegócio.** Vitória da Conquista – Bahia: Ed. do Autor, 2009.

OLIVEIRA JR, Gilberto Alves de. **Novas expressões de centralidade e (re) produção do espaço urbano em cidades médias:** o Jequitibá Plaza Shopping em Itabuna – Ba. 383p., 297m, (UnB-IH-GEA, Mestrado, Geografia), 2008.

OLIVEIRA, Helio Carlos Miranda de. **Em busca de uma proposição metodológica para estudos das cidades média: reflexões a partir de Uberlândia (MG) –** Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. MG, 2008.

OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda; SOARES, Beatriz Ribeiro. **Contribuições do Projeto *Monitorio de Cidades Intermediárias* dos estudos das Cidades Médias: apontamentos metodológicos.** Universidade Estadual do Rio de Janeiro. UERJ. 2010. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1486>. Acesso em 10 de Julho de 2013.

PEREIRA, Francis José. **A Influência das grandes redes varejistas no comércio e na cidade: um estudo de caso sobre Vitória da Conquista.** . Universidad de Barcelona. Facultat de Goografia I Història. Programa de Doctorado em Geografia, Planificaci3n Territorial y Gestió n Ambiental. Tese Doctoral. 2012

PIOLA, Sérigo Francisco et al. Percepção Social sobre a Saúde no Brasil. In **Sistema de indicadores de percepção social (SIPS) /** Organizador: Org. Schiavinatto Fábio, - IPEA1ª Ed. – Brasília. 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12660&catid=4&Itemid=2. Acesso em 8 de agosto de 2013.

PMVC - **PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA.** Disponível em <<http://www.pmvc.com.br/v2/>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

PNDU – **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).** Disponível em: <http://www.pnud.org.br/>. Acesso em 12 de novembro de 2013.

POCHMANN, M. et al (orgs.) **Atlas da exclusão social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial.** São Paulo: Cortez, 2004.

PONTES, B. S. **As cidades médias brasileiras: os desafios e a complexidade do seu papel na organização do espaço regional** (1970). Boletim de Geografia. Maringá: UEM, nº 18, p. 1-27, 2000.

PORTAL IDEB. Disponível em: <http://www.portalideb.com.br/>. Acesso em: 15 fev. 2013.

RADAMBRASIL: Potencial de recursos hídricos/IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

REGIC. **Regiões de Influência das Cidades**, IBGE, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

REIS, G. A. Algumas considerações sobre o processo de desenvolvimento recente da região mineira do Nordeste. In.: SANTOS, G. R. dos. **Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas** (org.). Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997. P.37-76.

ROMERO, Marta, et al. **Urbanização do Distrito Federal: os equipamentos sociais urbanos e a viabilidade ambiental**. Anais: Econtros nacionais da ANPUR. Volume 6. 1995 (p. 739 a 747).

RIBEIRO, Luiz Cesar; RODRIGUES, Juciano Martins. **Decadência das metrópoles e paraíso das cidades médias?** Universidade federal do Rio de Janeiro: UFRJ. 2008. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrololes.ufrj.br/artigo_23_07_08.pdf. Acesso em 13 de agosto d 2012.

ROCHA, Altemar Amaral. **A produção do espaço, segregação residencial e desigualdades sociais na morfologia urbana das cidades brasileiras**. In: Anais – II Simpósio sobre Cidades Médias e Pequenas da Bahia. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/simposio_cidades/anais/artigos/eixo7/7b.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2012.

_____. **Os processos de planificação territorial e transformações socioespaciais em Vitória da Conquista-Ba**. Tese de Doutorado . Facultad de Geografia i Història. Depaertamento de Geografia i Analisis Regional. Departamento de Geografia Humana. Programa de doctorado: Planificación Territorial e Gestion Ambiental. 2012.

SANTOS, Alexandre, ALMEIDA, Rubens Mascarenhas. **Vitória da Conquista em contraste: a “avenida da integração” e a luta de classes**. In Ciclos Históricos. UESC. 2009. Disponível em http://www.uesc.br/eventos/cicloshistoricos/anais/alexandre_de_jesus_santos.pdf Acesso em 12 de junho de 2013.

SANTOS, Francisco Carvalho dos. **Políticas Públicas e as transformações em bairro periférico pobre: O caso do Nossa Senhora Aparecida**. Universidad de Barcelona. Facultat de Geografia i Història. Programa de Doctorado em Geografia, Planificació Territorial y Gestión Ambiental. Tese Doctoral. 2013.

SANTOS, Jânio. .A natureza contraditória da Urbanização em um contexto de maior complexidade na produção das cidades Baianas. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel. (Orgs). **Cidades Médias e Pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010.

SANTOS, Janio et al. **Ações do Estado e o papel das cidades médias baianas nos planos da urbanização capitalista**. In Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos. Série estudos e Pesquisas. Org. Dias, Patricia Chame Dias e Santos, Jânio. SEI. Salvador, 2012

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. **Espaço e Método**. 3ª edição, São Paulo, Nobel, 1992.

_____. **A Urbanização Brasileira**, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 2001.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil: território e sociedade no século XXI**. São Paulo: Record, 2005.

SANTOS, Jémison Mattos dos. **Estratégias de convivência para a conservação dos recursos naturais e mitigação dos efeitos da desertificação no semiárido**. In LIMA, Ricardo da Cunha Correia, et all. Desertificação e mudanças climáticas no semiárido brasileiro. Campina Grande: IN-PB, 2011.

SANTOS, Paulo Roberto Pinto. **Avaliação do Programa de Desenvolvimento Rural como vetor de superação da Pobreza: Estudo de caso no município de Tremendal no Sudoeste da Bahia – Brasil**. Tese: Doutorado. Universidade de Barcelona – Barcelona – ES, 2007.

SANTOS, Vitória Carme Correia. **Políticas Públicas e Desenvolvimento na Região de Vitória da Conquista – Bahia: Recortes e redefinições Territoriais na ação do Estado.** Tese (Doutorado – UFSE). Aracaju, 2008. 196 p.

SANTOS, L. D.; MARTINS, I. A. **A qualidade de Vida Urbana: o caso da cidade do Porto.** Working Papers da FEP, Porto, n. 116. 2002. Disponível em: <http://www.fep.up.pt/investigacao/workingpapers/wp116.pdf>. Acesso em 30 de novembro de 2013.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. SEI **Pesquisa Dinâmica Urbana dos Estados.** Salvador: SEI, 2010. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pps/municipal/apresentacao_pib_2010.pdf Acesso em 15 de abril de 2012.

SILVA, Bárbara-Christine Nentwig; SILVA, Maina Pirajá. BRASIL E EUROPA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS ESTRUTURAS ETÁRIAS. In *Scripta Nova REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES* Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. XIV, núm. 314, 10 de febrero de 2010. [Nueva serie de *Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana*]. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-314.htm>. Acesso em 8 de agosto de 2013.

SOUSA, Maria Aparecida Silva de. **A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia.** Vitória da Conquista: UESB, 2001.

SOARES, B. R. **Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização.** Formação, Presidente Prudente, Editora da UNESP, n. 6, p. 55-64, 1999.

SOUZA, Eder Júnior Cruz. **Políticas Territoriais do Estado da Bahia: regionalização e planejamento.** Dissertação (Mestrado – UFBA). Salvador, 2008. 158 p.

SPOSITO, M. E. B. **A Urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais.** In DAMIANI, Ana Luíza; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho (Org.). O espaço no fim do século: a nova raridade. São Paulo: Contexto. P. 83-99. 1999.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas.** Presidente Prudente: GAsPERR, 2001.

_____. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo** (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SãoPaulo. 2004.

SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão et al. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão. **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOUZA, Eder Júnior Cruz e. **Políticas Territoriais do Estado da Bahia: regionalização e Planejamento**. Dissertação (Mestrado – UFBA). Salvador, 2008.

SOUZA, Susane Tosta. **Luta pela reprodução camponesa no Sudoeste da Bahia**. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo 2009.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. **A implantação de distritos industriais como política de fomento ao desenvolvimento regional: o caso da Bahia**. In Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano III - Nº 4. Salvador, BA.2001.

TABERNA DA HISTÓRIA DO SERTÃO BAIANO. Disponível em <http://tabernadahistoriavc.com.br/>. Acesso em 05 de abril de 2013.

TANAJURA, José Mozart. **História de Conquista: Crônica de uma Cidade**. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas,1992.

TEIXEIRA, F. e GUERRA, O. **50 Anos de Industrialização Baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espamódica**. **Bahia Analise & Dados: Leituras da Bahia** II, Salvador, v.10, n. 1, p.87-98, jun. 2000.
Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=80&Itemid=110>. Acesso em: 10 de abril de 2013.

UIA-UNIÓN INTERNACIONAL DE ARQUITECTOS. **Programa Internacional de trabajo de la UIA**. Las Encuestas – disponível em: <http://www.ceut.udl.cat/es/ciutats-mitjanes-i-intermedies/las-encuestas/>. Acesso em 22 de março de 2013.

ULENGIN et al. **A multidimensional approach to urban quality of life of Istanbul**. European Journal of Operational Research. Amsterdam: Elsevier Science, n. 130, p. 361-374, 2001.

VIANA, Aníbal Lopes. **Revista Histórica de Conquista**. 1982

VILLAÇA. F. **O espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo, Studio Nobel. 2003

APÊNDICES



UNIVERSITAT DE BARCELONA



APÊNDICE A Termo de Compromisso – Entrevista

O presente termo tem como objetivo esclarecer ao participante sobre pesquisa cujo título provisório é: “ **A influência de Vitória da Conquista na região Sudoeste da Bahia: um estudo sobre cidade média**”, sob a responsabilidade da pesquisadora RITA DE CÁSSIA OLIVEIRA LIMA ALVES, aluna do Curso de Doutorado em Gestão Ambiental e Planificação Territorial da Universidade de Barcelona – Espanha, orientada pelo prof. Dr. Prof. Dr. José Luiz Benedicto Luzón e do Prof. Dr. Jânio Santos (co-orientador).

1. A pesquisa tem como objetivo principal investigar a posição que Vitória da Conquista assume, em termos de qualidade de vida, enquanto única cidade média da região Sudoeste da Bahia, ante um quadro de fragilidade social do seu sistema urbano-regional.
2. Os participantes da pesquisa participam desta na condição entrevistados.
3. Fica assegurado o anonimato e sigilo referentes à identificação do entrevistado.
4. A pesquisadora assegura que, em qualquer momento da pesquisa, possam ser realizados quaisquer esclarecimentos complementares, aos participantes.
5. A participação dos sujeitos da pesquisa é voluntária e livre de qualquer forma de remuneração.
6. Os resultados decorrentes da pesquisa serão utilizados unicamente para fins científicos e acadêmicos.

CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO

Como informante desta pesquisa, estou de acordo com a participação no estudo descrito acima. Fui devidamente esclarecido (a) quanto aos objetivos da mesma e aos procedimentos aos quais serei submetido (a). A pesquisadora me assegurou disponibilizar qualquer esclarecimento complementar, que eu venha solicitar durante o período da pesquisa. Ademais, me foi assegurado o anonimato e sigilo acerca da minha identificação. Por fim, fui ainda esclarecido (a), de que a minha participação neste estudo não me trará nenhum benefício econômico.

Nome do (a) Participante _____

COMPROMISSO DA PESQUISADORA

Afirmo aqui que discuti as questões acima apresentadas com cada participante do estudo.

Vitória da Conquista, Data: ____/____/____

Assinatura da Pesquisadora. _____

**APÊNDICE B: PESQUISA DE CAMPO: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS
COMERCIANTES DOS BAIROS BRASIL, CANDEIAS, RECREIO, CENTRO,
PATAGÔNIA E JUREMA**

Este questionário tem como objetivo identificar as características do comércio nos bairros acima. Sendo assim, a sua participação é de suma importância para a viabilização desta pesquisa.

RUA _____

NOME DA EMPRESA (OPCIONAL) _____

1. Idade

- a. menos de 30 anos
- b. 30 a 49 anos
- c. 40 a 39 anos
- d. 50 anos ou mais

2. Sexo

- a. Masculino
- b. Feminino

3. Escolaridade

- a. Ensino Fundamental
- b. Ensino Médio
- c. Superior Incompleto
- d. Superior Completo
- e. Pós – Graduação

4. Classificação da atividade

- a. Comércio
- b. Serviços
- c. Indústria

5. Receita Anual

- a. até 240.000,00
- b. 240.00,00 até 2.400.000,00
- c. Acima de 2.400.000,00

- d. Não se aplica
- 6. Propriedade do Imóvel Comercial
 - a. Próprio
 - b. Alugado
- 7. Infra-estrutura existente no local
 - a. Iluminação Pública
 - b. Esgotamento Sanitário
 - c. Abastecimento de Água
 - d. Pavimentação
 - e. Transporte Coletivo
 - f. Segurança Pública
 - g. Sinalização
 - h. Educação
 - i. Saúde
 - j. Correio
 - k. Telefone
- 8. Ramo de atividade
 - a. Alimentos
 - b. Armarinhos e Papelarias
 - c. Vestuário
 - d. Materiais de Construção
 - e. Farmácias
 - f. Outros _____
- 9. Característica da atividade
 - a. Formal
 - b. Informal
- 10. Localização
 - a. Rua
 - b. Galeria
 - c. Shopping
 - d. Outro _____
- 11. Volume de Negócios
 - a. Varejo
 - b. Atacado

c. () Misto

d. () Não se aplica

12. Origem dos produtos

a. () Produção própria

b. () Produção de terceiros

c. () Não se aplica

13. Número de Funcionários

a. () Até 9 funcionários

b. () De 10 a 49 funcionários

c. () de 50 a 99 funcionários

d. () Mais de 99 funcionários

14. Tempo de Atividade no Bairro

a. () Menos de 1 ano

b. () 1 a 5 anos

c. () 6 a 10 anos

d. () 11 a 15 anos

e. () 15 a 20 anos

f. () Mais de 20 anos

15. Cidade de origem do gestor

a. () Vitória da Conquista

b. () Outra cidade _____

16. Por que decidiu ter um comércio no Bairro

a) () Está próximo à minha residência, pois moro no Bairro

b) () O Bairro oferece boas oportunidades de negócios

c) () O Bairro possui boa infra-estrutura urbana

d) () O Bairro é bastante populoso

e) () Outro _____



UNIVERSITAT DE BARCELONA



APÊNDICE C – Pesquisa de Campo: Entrevista: Ex prefeito de Vitória da Conquista

Instituição: Universidade de Barcelona – Espanha

Curso: Doutorado em Geografia

Título (provisório) da Tese: A influência de Vitória da Conquista na região Sudoeste da Bahia: um estudo sobre cidade média

Autora: Rita de Cássia Oliveira Lima Alves

Diretor: Prof. Dr. José Luiz Benedicto Luzón

Data da realização da entrevista ____ / ____ / ____

Nome: _____

Período de Gestão: _____

Entrevista: ex prefeitos de Vitória da Conquista

1. O sr considera que a cidade exercia uma importante influência na região? Por que?
2. O sr observava uma grande quantidade de pessoas dos municípios vizinhos que se deslocavam a Vitória da Conquista?
3. Quais eram esses municípios e quais os motivos pelos quais tais pessoas vinham para esta cidade?
4. No sentido inverso, quais os municípios que a população de Vitória da Conquista procurava? Quais seriam as razões do deslocamento?
5. Quais os mais importantes equipamentos urbanos e infra-estrutura implantados sua gestão?
6. Q que considera que deixou de ser realizado em seu período de gestão e que teria uma importância capital para o futuro do município?
7. Em sua opinião, na história de Vitória da Conquista, qual foi o período em que a cidade viveu o “auge” do seu crescimento e desenvolvimento?
8. Quais as principais mudanças observadas atualmente quando comparadas à dinâmica que a cidade possuía em seu período de gestão?

9. O Sr considera que a cidade acompanhou as demandas dos demais municípios da sua região de influência? Por que?
10. Quais os fatores o Sr considera que interferiram na perda/ganho de importância de Vitória da Conquista na região?
11. Em sua opinião, quais os principais problemas que Vitória da Conquista enfrenta atualmente?
12. Quais são suas expectativas em relação ao futuro social e econômico de Vitória da Conquista?

APÊNDICE D – Pesquisa de Campo: Migrantes

Instituição: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Universidade de Barcelona
– Espanha Curso: Doutorado em Geografia

Título (provisório) da Tese: A influência de Vitória da Conquista na região Sudoeste da Bahia: um estudo sobre cidade média

Autora: Rita de Cássia Oliveira Lima Alves Diretor: Prof. Dr. José Luiz Benedicto Luzón

Data ___/___/___ Profissão/ocupação

Questionário: Migrantes

1) Sexo

a) Masculino t Feminino

2) Idade

a) 16 a 25 anos

b) 26 a 35 anos

c) 36 a 45 anos

d) 46 a 55 anos

e) acima de 55 anos

3) Grau de escolaridade

a) sem alfabetização

b) ensino fundamental (antigo primário ou primeiro grau) incompleto

c) ensino fundamental (antigo primário ou primeiro grau) completo

d) ensino médio (antigo secundário ou segundo grau) incompleto

e) ensino médio (antigo secundário ou segundo grau) completo

f) ensino superior incompleto

g) ensino superior completo

4) Há quanto tempo reside na cidade?

a) menos de cinco anos

b) entre cinco e dez anos

c) mais de dez anos

5) Quanto tempo residiu fora de Vitória da Conquista?

a) menos de cinco anos

b) entre cinco e dez anos

- c) () mais d dez anos
- 6) Em relação à sua ocupação, qual alternativa contempla sua condição atual?
- a) () empregado com carteira de trabalho assinada
 - b) () empregado sem carteira de trabalho assinada
 - c) () trabalhador autônomo
 - d) () aposentado
 - e) () não remunerado _____
- 7) Qual a renda familiar bruta em Vitória da Conquista?
- a) () menos de um salário mínimo
 - b) () entre um e dois salários mínimos
 - c) () entre dois e três salários mínimos
 - d) () entre três e quatro salários mínimos
 - e) () entre quatro e cinco salários mínimos
 - f) () mais de cinco salários mínimos
- 8) Quais os fatores econômicos e sociais responsáveis pela sua fixação em Vitória da Conquista?
- a) () Facilidade de transporte
 - b) () Perto de tudo
 - c) () Custo de vida baixo
 - d) () Educação
 - e) () Saúde
 - f) () Água, luz, esgoto
 - g) () Facilidade de Moradia
 - h) () Emprego
 - i) () Negócio próprio
 - j) () Bom salário
 - k) () Outro _____
- 9) Fatores culturais responsáveis pela sua fixação em Vitória da Conquista?
- a) () Teatro/cinema/Música
 - b) () Bares/restaurantes
 - c) () Apego à família
 - d) () Feiras artesanais
 - e) () Atividades religiosas
 - f) () Futebol/jogos com amigos

- g) () Clubes ou entidades assistenciais
- h) () Danças/Cantorias
- i) () Micareta/Festas Juninas
- j) () Participação de Associações ou ONGs

10) Fatores geoculturais responsáveis pela sua fixação na cidade de Vitória da Conquista

- a) () Bom clima
- b) () Vizinhança
- c) () Matas/bosques/parques/jardins
- d) () Rios, lagos, córregos
- e) () Praça/rua/avenida
- f) () Praças de esportes
- g) () Prédios/monumentos importantes

11) Quais suas condições atuais de Moradia

- a) () Moradia própria
- b) () Moradia alugada
- c) () Moradia cedida

12) Qual o grau de satisfação e realização atual de sua vida, se comparado com aquele que você tinha á anterior?

- a) () minha vida agora está igual a anterior
- b) () minha vida agora está melhor que a anterior
- c) () minha vida agora está pior que a anterior



UNIVERSITAT DE BARCELONA



APÊNDICE E – Pesquisa de Campo: Representantes das Prefeituras da região Sudoeste

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Universidade de Barcelona – Espanha

Curso: Doutorado em Geografia

Título (provisório) da Tese: A influência de Vitória da Conquista na região Sudoeste da Bahia: um estudo sobre cidade média

Autora: Rita de Cássia Oliveira Lima Alves

Diretor: Prof. Dr. José Luiz Benedicto Luzón

Data da realização da entrevista ____/____/____

Nome: _____

Cargo _____

Entrevista – Prefeitura Municipal de _____

- 1) Qual a principal base econômica do município?
() Pecuária () Agricultura () Comércio e Serviços () Indústria
- 2) Qual o setor que gera mais emprego?
- 3) Esta cidade consegue atender o seu município nos serviços de saúde, educação e transportes, por meio dos estabelecimentos públicos e privados?
Por que?
 - a) () Sim
 - b) () Não
 - c) () Em parte
- 4) Em sua opinião, quais os fatores que explicam o grande fluxo de pessoas que partem desta cidade para Vitória da Conquista?
- 5) Você acha que a relação estabelecida entre esta cidade e Vitória da Conquista é de dependência ou complementaridade? Por que?

- 6) Apesar da influência de Vitória da Conquista na região Sudoeste da Bahia, qual o papel da sua cidade nessa região?
- 7) Em sua opinião, quais são os setores em que esta cidade necessita de mais investimentos?
- 8) Em sua opinião, quais os principais problemas enfrentados pela cidade, os quais geram a necessidade de recorrer a Vitória da Conquista?
- 9) Instrumentos de Planejamento Municipal utilizados pela prefeitura
- a) () Plano Diretor Urbano
 - b) () Plano estratégico
 - c) () Planejamento participativo
 - d) () Lei de Orçamento anual
 - e) () Lei de Diretrizes Orçamentárias
 - f) () Plano Plurianual de Investimentos
 - g) () Plano de Governo
 - h) () Lei Orgânica Municipal
 - i) () Código tributário
 - j) Outros _____
- 10) Instrumentos de Gestão Urbana
- a) () IPTU progressivo
 - b) () Lei de Código Municipal do Meio Ambiente
 - c) () Legislação municipal de habitação
 - d) () Legislação sobre saneamento
 - e) () Legislação sobre mobilidade e transporte
 - f) () Código de Vigilância Sanitária
 - g) () Código de Posturas
 - h) () Código de Obras
 - i) () Legislação sobre zonas especiais de interesse social
 - j) () Código de ordenamento do uso e ocupação do solo e de obras e edificações
 - k) () Código de Obras
 - l) Outros _____
- 11) Informatização dos setores
- a) () Mapeamento digital
 - b) () Folha de pagamento

- c) () Cadastro de funcionários
- d) () Cadastro Imobiliário (IPTU)
- e) () Cadastro do ISS
- f) () Cadastro de Alvarás
- g) () Controle da execução orçamentária
- h) () Contabilidade
- i) () Cadastro ou banco de dados do patrimônio
- j) () Cadastro ou banco de dados da educação
- k) () Cadastro ou banco de dados da saúde
- l) Outros

12) Existência de Conselhos

- a) () Orçamento
- b) () Desenvolvimento urbano
- c) () Transportes
- d) () Meio ambiente
- e) () Habitação
- f) () Cultura
- g) () Turismo
- h) () Emprego/trabalho
- i) () Crianças/adolescentes
- j) () Assistência social
- k) () Saúde
- l) () Educação

13) Características culturais da cidade

() Orquestra () Teatro ou sala de espetáculo () Banda de música () Clubes e associações recreativas () Estádios ou ginásio poliesportivos () Bibliotecas públicas () Outro () _____

14) Qual o número de famílias atendidas pelo bolsa família



APÊNDICE F – Pesquisa de Campo: Questionário: Moradores de outras cidades da região Sudoeste

Instituição: Universidade de Barcelona – Espanha Curso: Doutorado em Geografia

Título (provisório) da Tese: A influência de Vitória da Conquista na região Sudoeste da Bahia: um estudo sobre cidade média

Autora: Rita de Cássia Oliveira Lima Alves Diretor: Prof. Dr. José Luiz Benedicto Luzón

Data ___ / ___ / ___ Profissão/ocupação _____

Questionário: Moradores de cidades da região Sudoeste que se deslocam a Vitória da Conquista

13) Origem do deslocamento _____

14) Sexo

- a) () Masculino
- b) () Feminino

15) Idade

- a) () 16 a 25 anos
- b) () 26 a 35 anos
- c) () 36 a 45 anos
- d) () 46 a 55 anos
- e) () acima de 55 anos

16) Grau de escolaridade

- a) () ensino fundamental (antigo primário ou primeiro grau) incompleto
- b) () ensino fundamental (antigo primário ou primeiro grau) completo
- c) () ensino médio (antigo secundário ou segundo grau) incompleto
- d) () ensino médio (antigo secundário ou segundo grau) completo
- e) () ensino superior incompleto
- f) () ensino superior completo

17)Qual a renda familiar mensal bruta?

- a) menos de um salário mínimo
- b) entre um e dois salários mínimos
- c) entre dois e três salários mínimos
- d) entre três e quatro salários mínimos
- e) entre quatro e cinco salários mínimos
- f) mais de cinco salários mínimos

18)Qual a freqüência que você vem a Vitória da Conquista?

- a) uma vez por dia
- b) uma vez por semana
- c) uma vez a cada 15 dias
- d) uma vez por mês
- e) esporadicamente
- f) outro _____

19)Principal razão para o deslocamento

- a) trabalho
- b) saúde
- c) educação
- d) comércio
- e) lazer
- f) outro _____

20)Principal problema da cidade de origem: dificuldade para acesso à:

- a) trabalho
- b) saúde
- c) educação
- d) comércio
- e) lazer
- f) outro _____

21)Recebe alguma ajuda assistencial do governo?

- a) Não
- b) Sim: qual _____



APENDICE G: Entrevista: Representantes da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

Instituição: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia /Universidade de Barcelona

Curso: Doutorado em Geografia

Título (provisório) da Tese: A influência de Vitória da Conquista na região Sudoeste da Bahia: um estudo sobre cidade média

Autora: Rita de Cássia Oliveira Lima Alves

Diretor: Prof. Dr. José Luiz Benedicto Luzón

Data da realização da entrevista ____ / ____ / ____

Nome: _____

Cargo _____

Entrevista –Representante da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

1. Qual a principal base econômica do município?
2. Qual o setor que gera mais emprego?
3. Qual o setor que gera mais renda?
4. Esta cidade consegue atender o seu município nos serviços de saúde, educação e transportes, por meio dos seus estabelecimentos públicos e privados? Por que?
5. Em sua opinião, quais os fatores que explicam o grande fluxo de pessoas que chegam e que partem de Vitória da Conquista?
6. Quais os principais equipamentos urbanos que o município criou, nas últimas gestões?
7. Quais os bairro de Vitória da Conquista recebem mais migrantes?
8. Você acha que a relação estabelecida entre Vitória da Conquista e as demais cidades da região Sudoeste da Bahia é de dependência ou complementaridade? Por quê?
9. Apesar da influência de Vitória da Conquista na região Sudoeste da Bahia, qual o papel das demais cidades nesta região?
10. Em sua opinião quais os principais problemas enfrentados pela cidade?

11. Em sua opinião, quais são os setores em que Vitória da Conquista necessita de mais investimentos?

12. Instrumentos de planejamento municipal utilizados pela prefeitura

- a. Plano Diretor Urbano
- b. Plano Estratégico
- c. Planejamento Participativo
- d. Lei de Orçamento Anual
- e. Lei de Diretrizes Orçamentárias
- f. Plano Plurianual de Investimentos
- g. Plano de Governo
- h. Lei Orgânica Municipal
- i. Código Tributário
- j. Outros

13. Instrumentos de Gestão Urbana

- a. IPTU progressivo
- b. Lei de Código Municipal do Meio Ambiente
- c. Legislação municipal de habitação
- d. Legislação sobre saneamento
- e. Legislação sobre mobilidade e transporte
- f. Código de Vigilância Sanitária
- g. Código de Posturas
- h. Código de Obras
- i. Legislação sobre zonas especiais de interesse social
- j. Código de ordenamento do uso e ocupação do solo e de obras e edificações
- k. Outros

14. Informatização dos setores da prefeitura

- a. Mapeamento digital
- b. Folha de pagamento
- c. Cadastro de funcionários
- d. Cadastro Imobiliário (IPTU)
- e. Cadastro do ISS
- f. Cadastro de Alvarás
- g. Controle da execução orçamentária

- h. () Contabilidade
- i. () Cadastro ou banco de dados do patrimônio
- j. () Cadastro ou banco de dados da educação
- k. () Cadastro ou banco de dados da saúde
- l. Outros

15. Existência de Conselhos Municipais

- a. () Orçamento
- b. () Desenvolvimento Urbano
- c. () Transportes
- d. () Meio ambiente
- e. () Habitação
- f. () Cultura
- g. () Turismo
- h. () Emprego/trabalho
- i. () Crianças/adolescentes
- j. () Assistência social
- k. () Saúde
- l. () Educação
- m. () Outros

APENDICE H – QUESTIONÁRIO MOBILIDADE URBANA

Instituição: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia /Universidade de Barcelona

Curso: Doutorado em Geografia

Título (provisório) da Tese: A influência de Vitória da Conquista na região Sudoeste da Bahia: um estudo sobre cidade média

Autora: Rita de Cássia Oliveira Lima Alves

Diretor: Prof. Dr. José Luiz Benedicto Luzón

Data da realização da entrevista ____ / ____ / ____

Nome: _____

Cargo _____

Questionário: Mobilidade Urbana

1. Sexo _____
2. Idade _____
3. Profissão _____
4. Escolaridade _____
5. Motivos pelos quais usa a área central da cidade
 - a. () Estudos
 - b. () Residência
 - c. () Emprego
 - d. () Consumo
 - e. () Pagamento de Contas
 - f. () Outro _____
6. Frequência com que usa Centro da Cidade
 - a. () 1 a 5 dias
 - b. () 6 a 10 dias
 - c. () 11 a 15 dias
 - d. () 16 a 20 dias
 - e. () 21 a 25 dias
 - f. () 26 a 30 dias
7. Meios de Transporte utilizado
 - a. () Ônibus
 - b. () Automóvel
 - c. () Moto

d. () Bicicleta

e. () NDA

8. Principais vias utilizadas

a. () Praça Barão do Rio Branco

b. () Praça Tancredo Neves

c. () Avenida Lauro de Freitas

d. () Alameda Ramiro Santos

e. () Rua Maximiliano Fernandes

f. () Rua 2 de Julho

g. () Rua Góes Calmon

h. () Rua Coronel Gugé

i. () Rua Francisco Santos

j. () Outro _____

9. Principais problemas de Trânsito

a. () Buracos nas vias

b. () Vias estreitas

c. () Obstáculos na calçada

d. () Declividade das calçadas

e. () Dificil acesso a deficientes físicos

f. () Sinalização inadequada

g. () Faixas de pedestres apagadas

h. () Falta de estacionamento

i. () Estacionamento em local inadequado

j. () Congestionamento

k. () Poluição sonora

l. () Poluição Atmosférica

m. () Outro _____

APÊNDICE I – RESULTADOS COMPLETOS DAS PESQUISA DE CAMPO

PESQUISA DE CAMPO 1: Empreendedores atuantes na Área de Ocupação Consolidada de Vitória da Conquista

O questionário foi aplicado com empreendedores atuantes na Área de Ocupação Consolidada de Vitória da Conquista, ou seja na área em que há maior concentração do comércio. Nesta fase, busca-se registrar a percepção dessa categoria acerca do dinamismo do município em relação às suas atividades produtivas, assim como compreender os fatores de retenção das populações, ao analisar as peculiaridades desta cidade, enquanto espaço geográfico responsável pela inserção e fixação de populações, seja por meio de fatores econômicos ou sociais. Esta foi a mais longa etapa (três semanas) de realização de pesquisa de campo, pois envolveu uma totalidade de 614 pequenos empreendedores, distribuídos em 5 bairros de Vitória da Conquista. Os dados foram calculados para se chegar a um número mínimo razoável, no período de tempo estabelecido, de forma a garantir a confiabilidade dos resultados. O universo é de 8.607 empresas, de acordo com IBGE – Estatística de Cadastro Central de Empresas – 2010, sendo a amostra pesquisada de 614 empresas.

O COMÉRCIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA NA ÁREA DE OCUPAÇÃO CONSOLIDADA

Apresenta-se abaixo uma pesquisa de campo, na qual procurou-se identificar o perfil dos agentes de produção do segmento produtivo ao qual Vitória da Conquista mais se desenvolveu – o comércio. Para tanto, realizou-se pesquisa com empresários, os quais possuem atividades comerciais na denominada Área de Ocupação Consolidada, ou seja, área de maior concentração de atividades comerciais nesta cidade.

Vitória da Conquista-Bahia tem como predomínio da sua economia as atividades de comércio e serviços, que, compartilhada por uma realidade de pobreza e baixa especialização das atividades econômicas, instiga a buscar compreender como esta problemática se desenvolve. Compreendendo-se que a importância das atividades produtivas de um território (comércio, serviços, indústria e agropecuária),

frente à sua capacidade de atração enquanto região de Influência e exercício da sua centralidade, buscou-se identificar as características do segmento econômico produtivo que compõem a Área de Ocupação Consolidada de Vitória da Conquista.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa de campo com seiscentas e quatorze gestores empresariais, em abril de 2010, período em que foi desenvolvido estudos com vistas a apresentar a Tesina à Universitat de Barcelona, cuja denominação de tal estudo foi: “Evidências de uma Cidade Média: análise das novas centralidades comerciais em Vitória da Conquista”.

Inicialmente é interessante reforçar que Vitória da Conquista, de acordo com o último PDU, está dividida em seis macrozoneamentos da ocupação do solo na sua sede, ou seja:

- Área de Ocupação Consolidada;
- Área de Adensamento Controlado;
- Área de Adensamento Condicionado;
- Área de Expansão Urbana Condicionada;
- Áreas de Expansão Urbana I e II;
- Áreas de Expansão Urbana Rarefeita.

A opção por desenvolver a pesquisa na Área de Ocupação Consolidada justifica-se por constituir-se na área de maior concentração do populacional e do comércio de Vitória da Conquista. A escolha pela Área mencionada justifica-se também por esta constituir-se na área de maior concentração das atividades produtivas e da população economicamente ativa de Vitória da Conquista.

A Área de Ocupação Consolidada é composta pelos Bairros Centro, Brasil, Recreio, Candeias, Patagônia e Jurema. Utilizou-se questionário com perguntas fechadas e abertas, que foi aplicado nas principais ruas que desenvolvem atividades produtivas nos Bairros considerados. Tendo em vista a grande quantidade de empresas, a apresentação e análise dos dados abaixo serão demonstradas em números percentuais, ou seja, em termos relativos.

BAIRRO	QUANTIDADE DE EMPRESAS PESQUISADAS
CENTRO	231
BRASIL	159
RECREIO	90
JUREMA	62
CANDEIAS	45
PATAGÔNIA	27
TOTAL	614

Tabela 1 – Empresas da Área de Ocupação Consolidada

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010

Como pode ser observado na tabela acima, a maior quantidade de empresas pesquisadas encontra-se no Centro da Cidade. É também no Centro que se encontra a maior força do comércio de Vitória da Conquista, ante a diversidade e a quantidade de empresas em atividade. O bairro Brasil, o mais populoso da cidade de Vitória da Conquista, aparece em segundo lugar, em termos de quantidade de empresas pesquisadas. Amplia-se então, a pesquisa para os bairros Recreio, Jurema, Candeias e Patagônia, os quais complementam a Área de Ocupação Consolidada, totalizando 614 empresas pesquisadas.

6.1 Da idade dos empresários

IDADE (ANOS)	BAIRROS						
	CENTRO	BRASIL	RECREIO	CANDEIAS	PATAGÔNIA	JUREMA	MÉDIA
Menos de 30	27,00	19,95	24,00	22,00	26,00	12,00	21,90
30 a 39	28,80	16,04	34,00	27,00	30,00	17,00	25,48
40 a 49	19,00	31,49	20,00	33,00	35,00	21,00	26,59
50 ou mais	25,20	32,52	22,00	18,00	9,00	50,00	26,12

Tabela 2 – Idade dos empresários

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010

O percentual de empresários com idade que pode exceder aos cinquenta anos varia de acordo com cada bairro. Constata-se relativo equilíbrio entre as idades dos gestores que atuam nesta região. Aproximadamente 47,00% possuem um quantitativo de empresários jovem que se enquadram no perfil de até 39 anos. Há um misto, portanto, de um contingente relativamente jovem, junto a um perfil com idade um pouco mais acima.

6.2 Quanto ao sexo

SEXO	BAIRROS						
	CENTRO	BRASIL	RECREIO	CANDEIAS	PATAGÔNIA	JUREMA	MÉDIA
MASCULINO	63,50	54,74	61,00	47,00	27,00	78,00	55,20
FEMININO	36,50	45,36	39,00	53,00	73,00	22,00	44,81

Tabela 3 – Sexo

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010

Conforme apresentado, aproximadamente 55,00% dos comerciantes são do sexo masculino. Merece destaque o percentual de pessoas do sexo masculino assumindo as funções produtivas do Bairro Jurema. Tal dado pode configurar que a gestão da maioria das atividades produtivas, ainda conduzida pelos homens, denota aspectos tradicionais na divisão do trabalho.

Convém destacar, no entanto, a crescente participação das mulheres à frente das empresas, especialmente aquelas em que atuam no Bairro Patagônia, bairro com fortes características de segregação espacial, onde a qualidade de vida digna se torna uma busca mais intensa do nos demais bairros. Trata-se de uma forte tendência constatada em todas as regiões produtivas do mundo. Ademais, pode também inferir-se o tipo de atividade produtiva que ali se desenvolve, a exemplo dos salões de beleza, bombonieres, dentre outros.

6.3 Da Escolaridade

ESCOLARIDADE	CENTRO	BRASIL	RECREIO	CANDEIAS	PATAGÔNIA	JUREMA	MÉDIA
Fundamental	9,75	15,77	14,00	5,00	28,00	25,00	16,25
Médio	54,47	60,01	51,00	47,00	56,00	44,00	52,08
Superior Incompleto	18,90	9,48	18,00	20,00	16,00	17,00	16,56
Superior Completo	16,88	13,69	17,00	28,00	0,00	13,00	17,71
Pós-Graduação	3,88	1,05	8,00	9,00	0,00	1,00	3,82

Tabela 4 – Escolaridade

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010

Outro aspecto interessante refere-se ao nível de qualificação formal dos empresários. Quase 53,00%, ou seja, mais da metade dos pesquisados, possuem o Ensino Médio completo. Apenas 17,71% encontram-se agrupada na categoria daqueles que possuem nível superior e pós-graduação. Embora o conhecimento adquirido por meio da educação formal também seja um importante elemento na implementação e manutenção de um negócio e conseqüente desenvolvimento de uma região, há um campo aberto no desenvolvimento da formação profissional entre aqueles que ainda não alcançaram nível universitário.

Um aspecto instigante foi observado no Bairro Jurema quando este apresenta escolaridade dos comerciantes do Bairro. Na Rua Yolanda Fonseca, região de maior concentração de bares, cerca de 54% possuem apenas o ensino fundamental. Cerca de 44,00% já concluíram o Ensino Médio. Este dado – Ensino Médio – consolida-se mais precisamente nas Avenidas Bartolomeu de Gusmão e Juraci Magalhães, onde se localizam as empresas de maior porte em termos de número de funcionários e receita anual.

Especificamente na Avenida Juraci Magalhães, 13% dos pesquisados possuem o nível de escolaridade Superior Completo. É exatamente nesta avenida que há uma forte concentração de empresas, cujas unidades estratégicas de negócios são oriundas de empresas representadas por capital nacional ou estrangeiro.

6.4 Da Classificação da Atividade

ATIVIDADE	BAIRROS						
	CENTRO	BRASIL	RECREIO	CANDEIAS	PATAGÔNIA	JUREMA	MÉDIA
Comércio	79,75	77,00	55,00	67,00	85,00	70,00	72,17
Serviços	18,63	18,30	40,00	33,00	15,00	30,00	25,72
Indústria	1,63	4,00	5,00	0,00	0,00	0,00	2,12

Tabela 5 – Classificação da Atividade

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010

Convém destacar que tipo de atividade produtiva os pesquisados desenvolvem com predominância. Para tanto, apresentou-se variáveis relacionadas ao Comércio, Serviços e Indústria. Conforme Tabela acima, há a preponderância do comércio em todos os Bairros pesquisados.

Os serviços, no entanto, aparecem com um percentual significativo, demonstrando, desta forma, a forte tendência dos Bairros para a oferta deste tipo de atividade também. Nesta direção, destaque-se, especialmente na área de serviços (55%), no Bairro Recreio indicando, portanto, uma sobreposição quantitativa em relação às tradicionais atividades do comércio, que aparece em segundo lugar com 40%. Este alto percentual de empresas de prestação de serviços no bairro Recreio decore, basicamente, da forte influência dos elementos físicos do Sistema de Saúde de Vitória da Conquista, a exemplo dos consultórios, clínicas e laboratórios.

6.5 Da Receita Anual

RECEITA	BAIRROS						
	CENTRO	BRASIL	RECREIO	CANDEIAS	PATAGÔNIA	JUREMA	MÉDIA
Até 240.000	48,88	87,00	70,00	24,00	85,00	49,00	60,60
De 240.00 a 2.400.000	37,75	13,00	19,00	38,00	15,00	25,00	23,62
Acima de 2.400.000	13,38	0,00	11,00	38,00	0,00	26,00	16,30

Tabela 5 – Receita Anual

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010

A pesquisa demonstrou que, do total de empresas pesquisadas, 60,60% apresentam receita anual bruta com valor até R\$ 240.000,00. De acordo com dados da Receita Federal, empresas que alcançam até esse valor em termos de receita é considerada micro e pequena empresa. A maior concentração deste perfil encontra-se nos Bairros Recreio, Brasil e Patagônia.

É possível inferir que Vitória da Conquista não possui um alto nível de serviços especializados, que denotem a possibilidade de tal condição impactar diretamente nas receitas das empresas. Neste sentido, a maioria das empresas se caracteriza, efetivamente, como de pequeno porte e, portanto, influenciam diretamente o PIB municipal.

6.6 Da Propriedade do imóvel

IMÓVEL	BAIRROS						
	CENTRO	BRASIL	RECREIO	CANDEIAS	PATAGÔNIA	JUREMA	MÉDIA
Próprio	25,40	52,82	35,00	36,00	22,00	40,00	35,20
Alugado	74,60	47,48	65,00	64,00	78,00	60,00	64,80

Tabela 7 – Propriedade do Imóvel

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010

Em relação à propriedade dos imóveis, há um grande percentual de imóveis alugados (quase 64,80%), sendo possível inferir que pessoas de outras localidades estejam visualizando a Área de Ocupação Consolidada como espaço atrativo para o comércio e serviços. No entanto, a área de ocupação consolidada é uma área de alta concentração de edificações, especialmente o Centro, na qual há grande dificuldade de aquisição definitiva dos imóveis, em função dos altos preços ali praticados.

6.7 Do Ramo de atividade

RAMO DE ATIVIDADE	BAIRROS						
	CENTRO	BRASIL	RECREIO	CANDEIAS	PATAGÔNIA	JUREMA	MÉDIA
Alimentos	9,20	22,03	17,00	25,00	17,00	15,00	17,53
Armarinho e Papelaria	10,50	2,05	5,00	6,00	5,00	5,00	5,67
Vestuário	22,00	14,67	8,00	11,00	8,00	3,00	11,12
Mat. de Construção	3,30	34,31	0,00	4,00	0,00	24,00	10,93
Farmácia	6,80	0,00	3,00	4,00	3,00	1,00	2,97
Outros	41,20	41,00	58,00	52,00	65,00	53,00	51,68

Tabela 8 – Ramo de Atividade

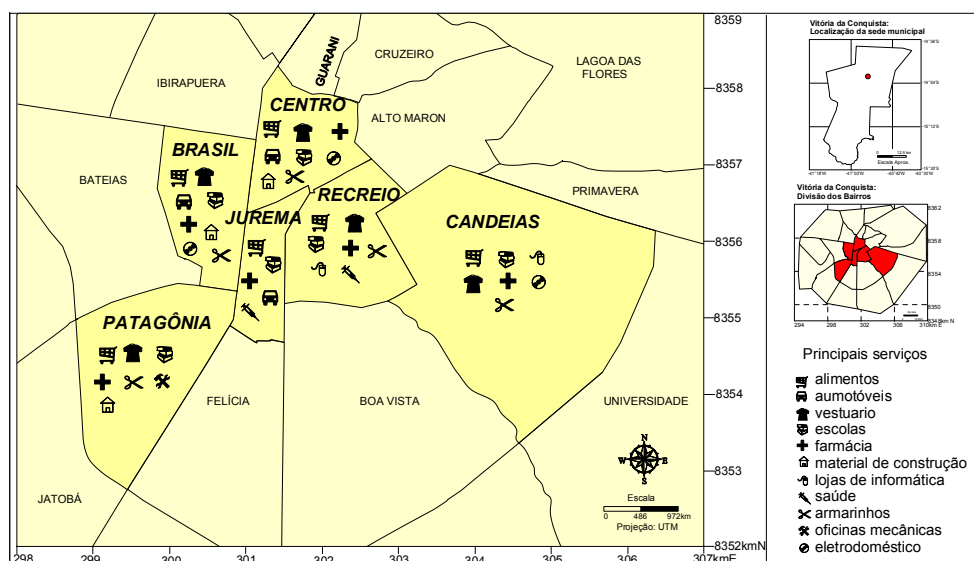
Fonte: Pesquisa de Campo, 2010

Em relação ao tipo de comércio, variáveis relacionadas à alimentação, armarinhos, materiais de construção, vestuário e farmácia foram apresentadas, conforme pode ser observada na tabela acima. O ramo de alimentos possui, aproximadamente 25%, com destaque para o Bairro Brasil. O Bairro Brasil aparece também com o maior índice de empresas pesquisadas no ramo de material de construção. Já o Bairro Jurema aparece com um alto percentual no ramo de alimentos pois neste ambiente há grande concentração de distribuidoras de

alimentos. Uma outra categoria que apresentou destaque foi a de vestuários, que compreende lojas de roupas masculinas, femininas e calçados. O Bairro Brasil apresenta destaque para, além dos itens apresentados, o ramo de concessionárias de automóveis leves. Verificou-se também que o Centro possui um comércio altamente diversificado, característica comum a este tipo de centralidade. Ali concentram comércio de vestuário, eletrodoméstico, materiais de construção, dentre outros.

O Bairro Brasil, única centralidade reconhecida pelo Poder Público Municipal, concentra uma diversidade de atividades do comércio varejista, desde vestuário, alimentação até comércio de automóveis usados, lojas de autopeças e lojas de materiais de construção. Já o Bairro Recreio caracteriza-se por um forte comércio de atividades de serviços, além de vestuário, produtos médico-hospitalares, vestuário e produtos de telefonia e informática dentre outros.

O Bairro Patagônia, por sua vez, tem como especialidades as atividades de lojas de vestuário, alimentação, oficinas mecânicas, lojas de autopeças e lojas de materiais de construção. O Bairro Jurema concentra um forte comércio de alimentos por atacado e de concessionária de automóveis e veículos pesados, assim como comércio de automóveis usados, especialmente nas Avenidas Juraci Magalhães e Bartolomeu de Gusmão. Por fim, o Bairro Candeias tem o seu comércio fortalecido pelas atividades relacionadas a supermercados, concessionária de automóveis, restaurantes, farmácias, papelarias, dentre outros.



Mapa 1 – Atividades do Comércio da Zona de Ocupação Consolidada
Elaboração: Rita Lima e Júnio S. Pimentel, 2010

6.8 Das Características da atividade

Atividade	Bairros						
	Centro	Brasil	Recreio	Candeias	Patagônia	Jurema	Média
Formal	96,50	78,94	82,00	91,00	81,00	81,00	85,07
Informal	3,50	18,94	18,00	9,00	19,00	19,00	14,57

Tabela 9 – Características da atividade

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010

Do total das empresas pesquisadas, 85,07% atuam no mercado formal, o que pode caracterizar certa organização do seu mercado. Apenas 14,6% atuam no mercado informal, ou seja, sem a autorização legal necessária ao desempenho de suas atividades. O Bairro Candeias, por exemplo, possivelmente por ser considerado um bairro com uma boa estrutura intraurbana, além de possuir dos metros quadrados mais valorizados de Vitória da Conquista, conta com uma intensa fiscalização quanto à formalização das empresas que ali se instalam. Ainda assim, há um pequeno, mas considerável, percentual de empresas informais atuando no Bairro.

No Bairro Jurema, a maioria (92%) das empresas pesquisadas localizadas na Avenida Bartolomeu de Gusmão é formal. A tendência segue na Avenida Juray Magalhães, com 82% atuando na formalidade e 18% no mercado informal. Diferente das demais, a Rua Yolanda Fonseca manifesta um percentual mais baixo de atividade formais (54%). Nota-se, portanto, um alto percentual de atividades informais (46%). Constata-se uma variação considerável destes índices, tendo em vista que há um predomínio do perfil de empresa caracterizado em cada logradouro.

6.9 Da Localização

LOCALIZAÇÃO	BAIRROS						
	CENTRO	BRASIL	RECREIO	CANDEIAS	PATAGÔNIA	JUREMA	MÉDIA
Rua	75,00	76,84	56,00	40,00	81,00	53,00	63,64
Galeria	20,00	0,00	0,00	0,00	7,00	0,00	5,40
Shopping	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outro (avenida)	5,00	23,16	44,00	60,00	12,00	47,00	31,86

Tabela 10 – Localização

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010

Com um alto percentual de atividades produtivas concentradas em, na maioria, comércio de rua, as empresas se distribuem assim, predominantemente. Estas também se distribuem fisicamente nas grandes avenidas que, em décadas passadas, eram rodovias, a exemplo da Avenidas Barlotomeu de Gusmão, Juraci Magalhães, Presidente Dutra, Brumado, dentre outras.

Na Zona de Ocupação Consolidada não constatou-se a presença de Shopping, o qual é localizado em outro de espaço físico da cidade com classificação fora da zona de ocupação consolidada. As galerais comerciais, no entanto, fazem parte do espaço buscado pelas empresas, para fins de consolidação do seu negócio.

6.10 Concentração de Negócios

Concentração dos Negócios	Bairros						
	Centro	Brasil	Recreio	Candeias	Patagônia	Jurema	Média
Varejo	65,00	74,74	59,00	80,00	78,00	50,00	67,19
Atacado	10,00	4,20	3,00	2,00	0,00	7,00	5,24
Misto	20,00	11,58	8,00	2,00	22,00	24,00	14,40
Não se aplica	5,00	9,48	30,00	16,00	0,00	19,00	13,24

Tabela 11 – Concentração de Negócios

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010

Conforme pode ser observado, as atividades realizadas são, em sua maioria, de comércio de varejo. Tal constatação reforça o perfil do empresário que está atuando na Área de Ocupação Consolidada, assim como também se compreende que este mesmo comércio é um forte elemento impulsionador na consolidação de novas centralidades na área pesquisada.

6.11 Da Origem dos produtos

Origem Produtos	Bairros						
	Centro	Brasil	Recreio	Candeias	Patagônia	Jurema	Médoa
Própria	16,00	15,00	22,00	33,00	22,00	27,00	22,50
Terceiros	79,00	75,00	50,00	49,00	70,00	57,00	63,33
Outros	5,00	10,00	28,00	18,00	8,00	16,00	14,16

Tabela 12 – Concentração de Negócios

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010

Quanto à produção, 63,00% dos entrevistados negociam com produtos de terceiros. Tal dado marca a forte tendência para o comércio, fato constatado mais fortemente no centro cidade. O Bairro Brasil, juntamente com o Bairro Patagônia, também aparece com característica de comércio forte, já que grande parte dos produtos comercializados são adquiridos de fornecedores.

6.12 Quanto ao Número de Funcionários

Funcionários	Bairros						
	Centro	Brasil	Recreio	Candeias	Patagônia	Jurema	Média
0 A 9	71,00	79,99	85,00	73,00	100,00	65,00	78,99
10 A 49	28,00	13,67	14,00	18,00	0,00	14,00	14,61
50 A 99	1,00	0,00	1,00	9,00	0,00	12,00	4,66
MAIS DE 99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9,00	1,81

Tabela 13 – Número de Funcionários

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010

Quanto ao tamanho das empresas, estas, em sua maioria, são consideradas micro empresas conforme categorização do SEBRAE, devido à quantidade de funcionários ali trabalhando. Estes dados remontam a uma estatística já conhecida no mercado mundial e nacional, em que maioria das empresas está classificada como micro e pequenas. Vitória da Conquista não foge a esta realidade, sobretudo, porque, certamente, na zona pesquisada, há uma forte concentração de atividades de comércio e serviços – ambientes em que, comumente há o predomínio de pequena quantidade de funcionários em atividade produtiva.

6.13 Do Tempo de Atividade no Bairro

Anos	Bairros						
	Centro	Brasil	Recreio	Candeias	Patagônia	Jurema	Média
Menos de 1	15,00	8,35	14,00	27,00	15,00	29,00	18,06
1 A 5	36,00	31,62	32,00	38,00	44,00	25,00	34,43
6 A 10	14,00	28,45	25,00	22,00	19,00	24,00	22,07
11 A 15	13,00	11,62	10,00	7,00	22,00	12,00	12,60
16 A 20	12,00	12,68	10,00	4,00	0,00	4,00	7,12
Mais de 20	10	7,28	9,00	2,00	0,00	6,00	5,72

Tabela 14 – Tempo de Atividade no Bairro

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010

É notório que, a partir do intervalo de 6 a 10 anos, o número de empresas com maior tempo de atividade nestes Bairros, é decrescente. Tal fato pode ser explicado por uma tendência de que as empresas (especialmente micro e pequenas) não se mantêm no mercado por muito tempo, sobretudo se essas empresas estão localizadas em ambientes pouco competitivos, comparados aos ambientes nacional e internacional.

Estudos demonstram que vários são os fatores que contribuem para esta realidade. Dentre eles, destacam-se a falta de experiência e conhecimento de práticas de gestão (Planejamento, Organização, Controle e Avaliação). Ressalte-se também a alta carga tributária em que estas empresas são submetidas, não conseguindo honrar estes compromissos em função de tal realidade. Tal quadro compromete assim, a capacidade de sobrevivência da empresa por longos anos.

6.14 Cidade de Origem

CIDADE	BAIRROS						
	CENTRO	BRASIL	RECREIO	CANDEIAS	PATAGÔNIA	JUREMA	MÉDIA
V. da Conquista	76,00	68,00	63,00	53,00	67,00	61,00	64,66
Outra	24,00	32,00	37,00	47,00	33,00	39,00	35,33

Tabela 15 – Cidade de Origem

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010

Conforme dados apresentados na tabela acima e reforçando a característica forte de Vitória da Conquista como entreposto comercial, quando perguntados sobre origem dos comerciantes, aproximadamente 65% responderam que é de Vitória da Conquista. Já aproximadamente 35% responderam que são de outras cidades. As cidades mais citadas são cidades próximas, pertencentes à região de influência de Vitória da Conquista, além de cidades do norte de Minas Gérias.

6.15 Por que decidiu ter um comércio no Bairro

DECISÃO	CENTRO	BRASIL	RECREIO	CANDEIAS	PATAGÔNIA	JUREMA	MÉDIA
Prox. residência	6,00	18,00	17,00	38,00	41,00	10,00	21,66
Oportunidades	77,00	47,00	54,00	50,00	30,00	44,00	50,33
Infraestrutura	10,00	8,00	14,00	12,00	7,00	10,00	10,26
Populoso	5,00	18,00	11,00	0,00	15,00	4,00	8,83
Outro	2,00	8,00	4,00	0,00	7,00	32,00	8,83

Tabela 16 – Por que decidiu ter um comércio no Bairro

Fonte: pesquisa de campo – abril 2010

É interessante observar, por meio dos dados acima, o relato dos pesquisados com relação aos motivos que os levaram escolher determinado bairro para exercer suas atividades comerciais. Estes, por sua vez, referem-se, em sua maioria, ao seguinte argumento: “O Bairro oferece boas oportunidades de comércio”. É possível deduzir então, que as pessoas estão bastante atentas ao fator “Ponto Comercial” como importante aspecto a ser considerado na escolha do seu negócio, fortalecendo, desta forma a forte tendência que alguns Bairros desenvolvem para que, em um futuro próximo, seja considerando um subcentro de Vitória da Conquista, a exemplo do Bairro Candeias.

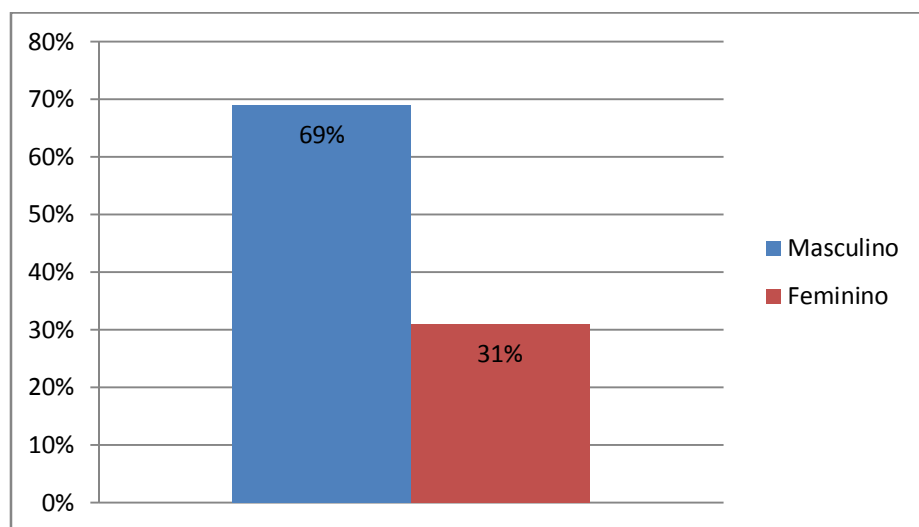
Em relação ao Bairro Jurema, os aspectos motivadores a desenvolver um comércio no Bairro da Avenida Bartolomeu de Gusmão relacionam-se às boas oportunidades de negócios oferecidas por ele (72%). A existência de boa infraestrutura vem em segundo lugar (16%); 8% considera o fato de o Bairro ser bastante populoso, todos os motivos, de acordo os comerciantes da Avenida, foram contemplados pelo questionário. A Avenida Juracy Magalhães segue a mesma tendência da Avenida Bartolomeu de Gusmão. Na Rua Yolanda Fonseca, no entanto, o fator determinante é a proximidade da residência do gestor, para quase 80% do pesquisados.

É possível inferir que a característica da atividade seja determinante na escolha local onde se desenvolvido o negócio. Comparando-se as ruas pesquisadas, constatou-se a existência na rua Yolanda Fonseca de barzinhos ou pequenas mercearias nos espaços pesquisados.

PESQUISA 2: Moradores das cidades da região Sudoeste que se deslocam para Vitória da Conquista via Terminal Rodoviário de Vitória da Conquista

Compreender o que pensam os moradores que se deslocam com relativa frequência à Vitória da Conquista é considerar a possibilidade de enriquecer este estudo, tendo em vista o quadro de mobilidade que se estabelece entre estas cidades. Para tanto, aplicou-se questionários com os passageiros que chegam Vitória da Conquista. A amostra foi do tipo aleatória, ao aplicar-se questionários pelo período de uma semana, cujo intervalo foi de 22 de abril a 04 de maio de 2013. Os dados foram calculados para se chegar a um número mínimo razoável, no período de tempo estabelecido, de forma a garantir a confiabilidade dos resultados. A amostra foi de duzentos passageiros. Abaixo descreve-se os principais resultados da pesquisa.

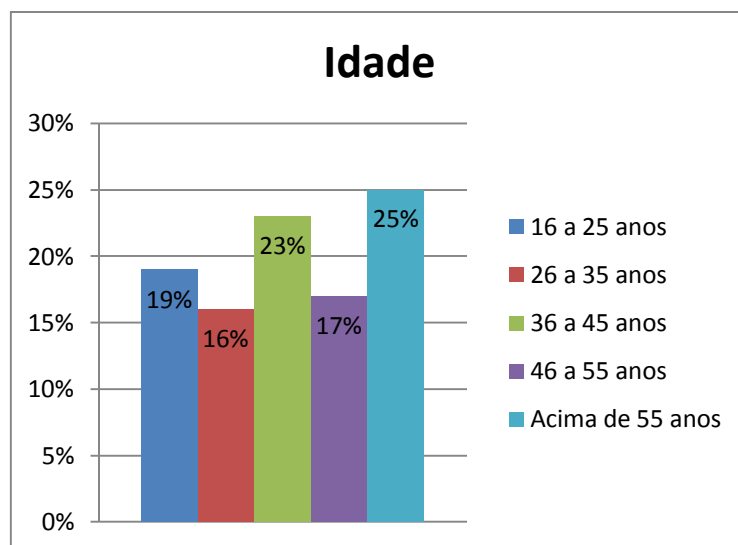
Gráfico 1 – Sexo



Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2013.

Os resultados demonstram que a maioria das pessoas da região Sudoeste que se deslocam a Vitória da Conquista são do sexo masculino (69%). Tal dado pode ter relação direta com os motivos que levam a tal deslocamento, o que poderá ser conferido logo abaixo.

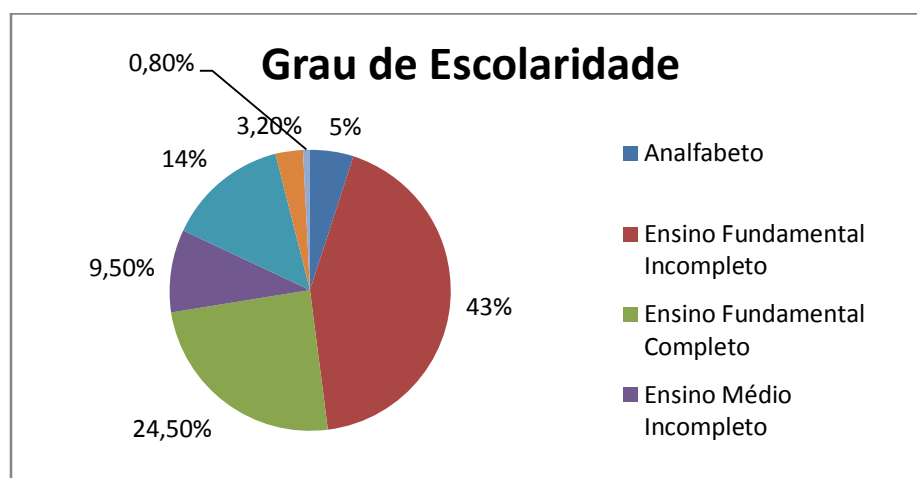
Gráfico 2 – Idade



Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2013

Os dados relacionados à idade demonstram um relativo equilíbrio nas faixas de idades das pessoas que se deslocam a Vitória da Conquista. A faixa etária de 16 a 25 anos caracteriza um menor percentual de deslocamento (16%) e as pessoas que possuem idade acima de 55 anos, são aquelas que mais se deslocam a Vitória da Conquista, com 25% de representação. Este dado também pode ter relação direta com as razões com levam as pessoas que residem na região Sudoeste a se deslocarem a Vitória da Conquista, o que poderá ser confirmado nos resultados seguintes da pesquisa.

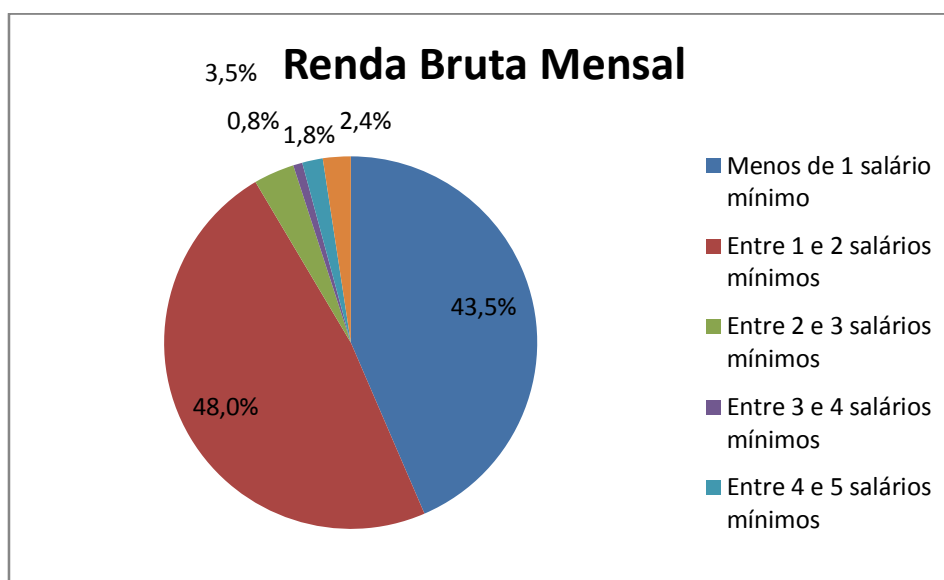
Gráfico 3 – Grau de escolaridade



Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2013

Os dados relacionados ao grau de escolaridade revelam a baixa formação e conseqüente qualificação dos pesquisados, pois 43% informou possuir apenas o ensino fundamental incompleto, o que pode equivaler a um máximo de 4 a 5 anos de estudo. Se somar-se ao percentual de pessoas que informaram ser analfabetas (5%), é possível verificar que quase metade das pessoas (48%), possuem baixíssima qualificação. Tais dados sugerem a falta de desenvolvimento da região, uma vez que presume-se a ausência de investimentos em educação, com vistas a melhor qualificação e formação profissional.

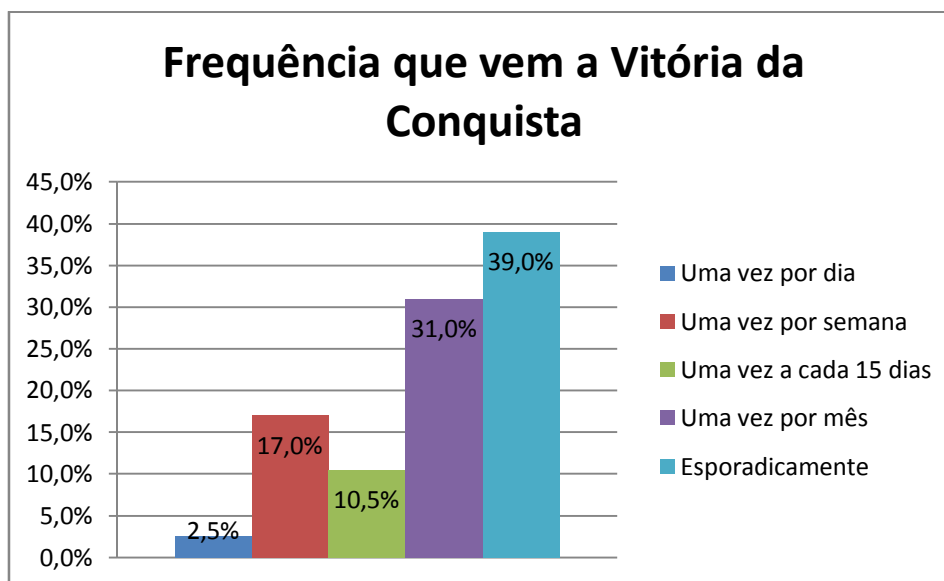
Gráfico 4 – Renda familiar mensal bruta



Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2013

A renda familiar mensal bruta é outro indicador de que as pessoas que se deslocam a Vitória da Conquista, vivem um quadro de miséria e pobreza, uma vez que 48% da população recebe rendimentos abaixo de um salário mínimo. Do total de pesquisados, 43,5 % recebe entre um e dois salários mínimos de rendimentos. Ressalte-se que se trata da renda familiar bruta, o que denota que a mesma ainda pode ser dividida por maior número pessoas, o que pode configurar um quadro de maior agravamento da qualidade de vida dos mesmos.

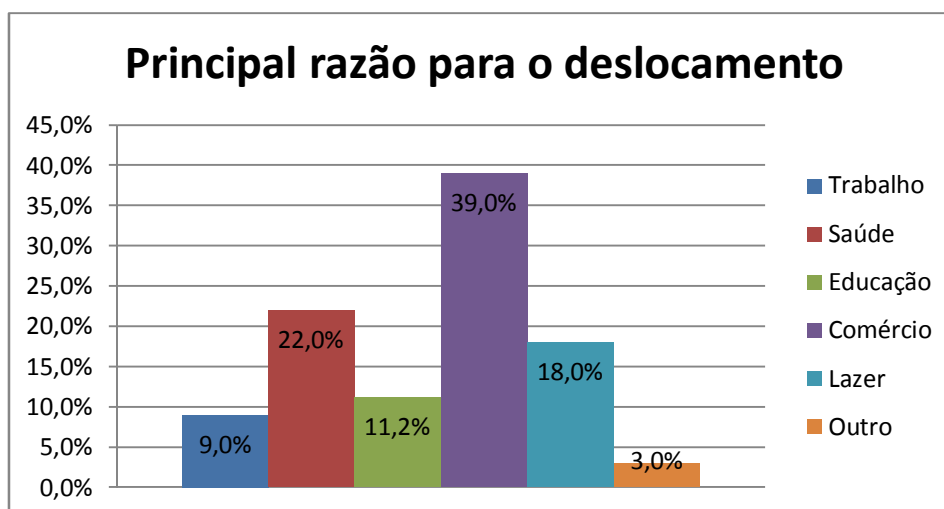
Gráfico 5 – freqüência com que se desloca a Vitória da Conquista



Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2013

Neste item apresenta-se um relativo equilíbrio entre as pessoas que vêm a Vitória da Conquista esporadicamente (39%) e uma vez ao mês (31%).

Gráfico 6 – Principal razão para o deslocamento

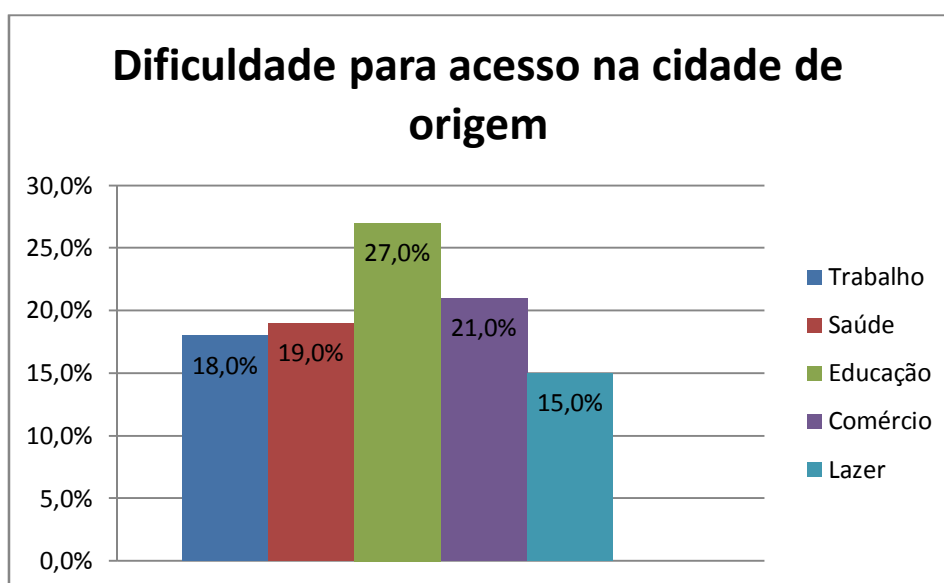


Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2013

Embora Vitória da Conquista reúna muitas razões para o deslocamento de pessoas dos municípios circunvizinhos procurá-la, evidencia-se a força do comércio na principal motivação dos pesquisados, com 39% de indicação. Não obstante, a Saúde apresenta-se também como uma das principais motivações, com 22%, seguida da Educação com 11,2%. Chama a atenção o percentual de pessoas que

se desloca a Vitória da Conquista para trabalhar (9% dos pesquisados). Embora a cidade seja a maior detentora do número de postos de trabalho na região, é relativamente pequeno o número de pessoas que se desloca, com relativa regularidade, o que poderia caracterizar como uma migração pendular. Os dados, no entanto, não revelam essa condição.

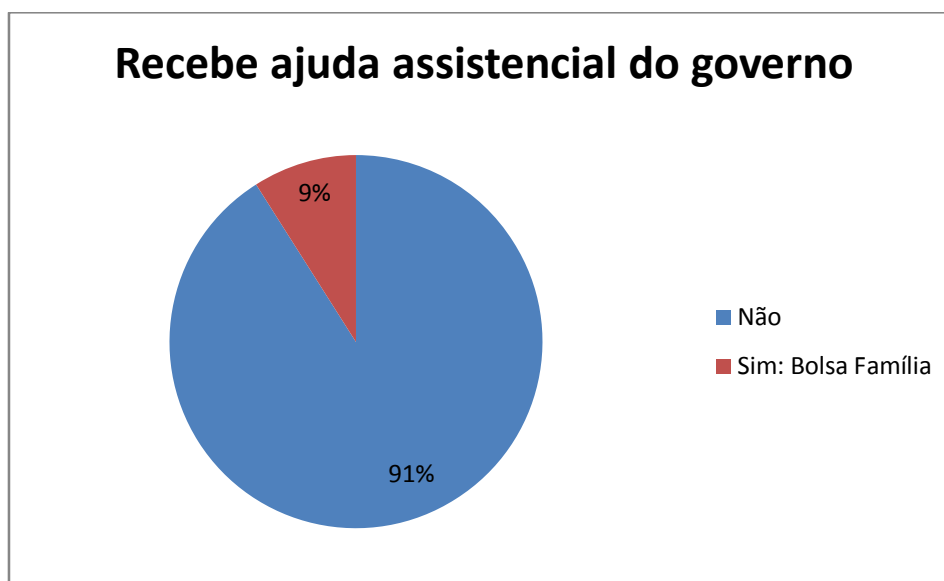
Gráfico 7 – Principal problema da cidade de origem: dificuldade para acesso à:



Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2013

Em relação a esse aspecto, o principal problema apontado é a dificuldade de acesso à Educação, seguido do Comércio com 21% e Saúde, com 19%. Interessante constatar que, o item Trabalho só vem aparecer em quarto lugar, com 18%. Esse último dado pode responder mais claramente às razões que levam a maioria das pessoas só se deslocarem a Vitória da Conquista uma vez por mês ou esporadicamente.

Gráfico 8 – Ajuda assistencial do governo



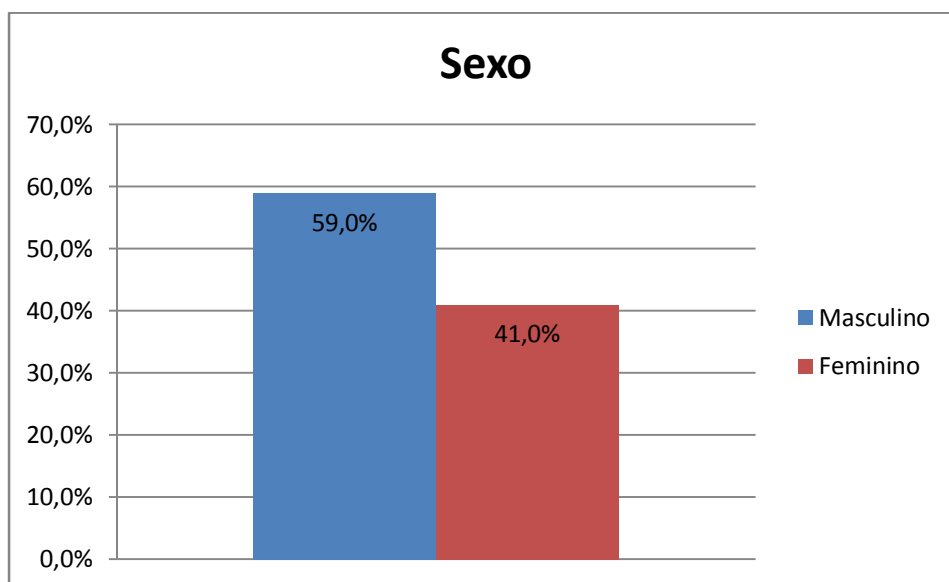
Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2013

O último questionamento refere-se informar se recebe alguma ajuda assistencial do governo. Embora seja uma região caracterizada por um quadro pobreza, assim demonstrado pelos vários questionamentos e indicadores econômicos e sociais, 91% dos entrevistados informa não receber nenhum tipo de ajuda do governo. Apenas 9% dos entrevistados informaram receber o apoio do Programa Bolsa Família.

PESQUISA 3: QUESTIONÁRIO – MIGRANTES

Os migrantes constituíram-se em alvo deste estudo, tendo em vista ser a migração um dos importantes fatores de análise, cujo foco pode ser evidenciado sob alguns prismas, a exemplo do crescimento demográfico de Vitória da Conquista e da justificativa de evasão das cidades menores para esta cidade pólo. O período de realização pesquisa foi de uma semana, sendo possível, neste tempo, visitar todos os bairros. Os dados foram calculados para se chegar a um número razoável, no período de tempo estabelecido, de forma a garantir a confiabilidade dos resultados.

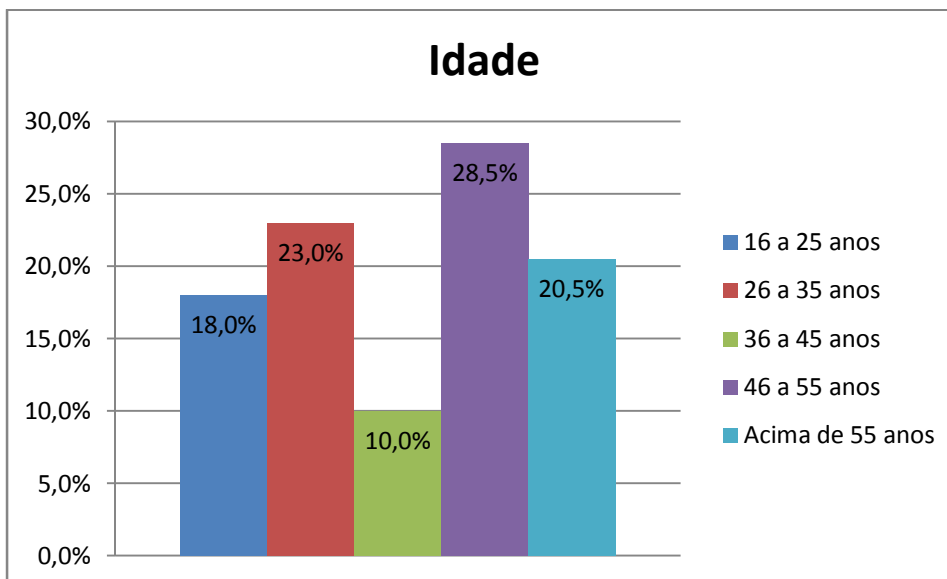
Gráfico 1 – Sexo



Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2013

Constata-se que a maioria dos pesquisados são do sexo masculino. Certamente, há uma justificativa cultural para esse índice, tendo em vista que os homens podem ainda ser caracterizados como chefes de família.

Gráfico 2 – Idade

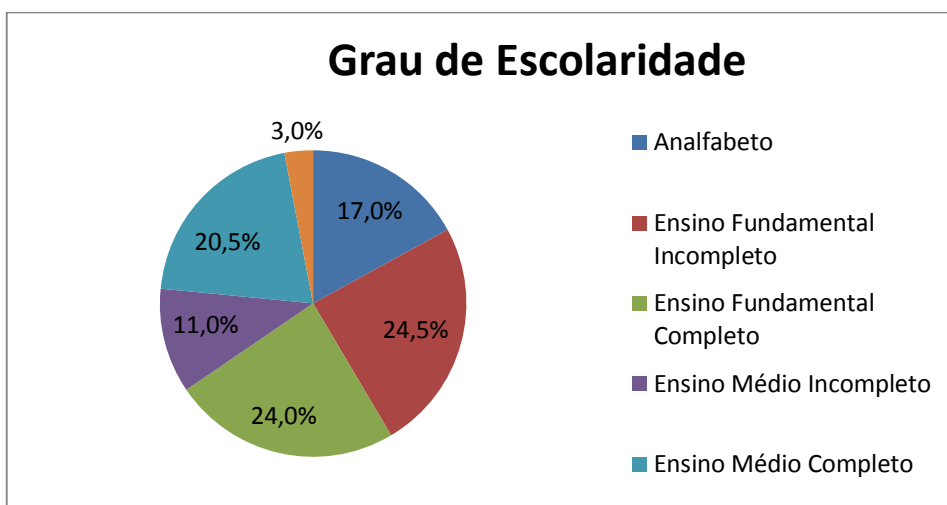


Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2013

Em relação à idade, embora a maior concentração de migrantes esteja na faixa etária dos 46 e 55 anos, curiosamente, em uma das faixas etárias mais produtivas, é que se encontra o menor percentual de pessoas que se deslocam para Vitória da Conquista, que é dos 36 a 45 anos, com 10% do total de entrevistados. Os dados relacionados à idade demonstram um relativo equilíbrio nas demais faixas de idades das pessoas que se deslocam a Vitória da Conquista.

CORRELACIONAR COM A PIRÂMIDE ETÁRIA

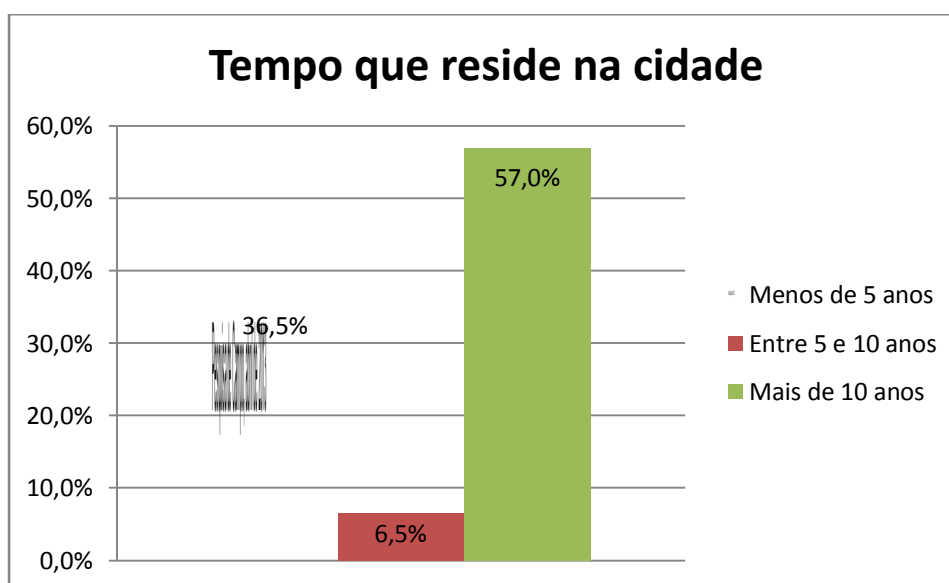
Gráfico 3 – Grau de escolaridade



Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2013

Em relação ao grau de escolaridade, verifica-se a baixa formação escolar dos pesquisados, tendo em vista que a maioria possui apenas até o Ensino Fundamental completo. Ao somar os percentuais para Analfabeto (17%), Ensino Fundamental Incompleto (24,5%) e Ensino Fundamental Completo (24%), chega-se a um percentual de 65,5%. Embora não se acredite que tão somente a elevação dos níveis de escolaridade garanta a geração de trabalho igualmente para todos os níveis de escolaridade, tal concentração certamente influenciou na definição do tipo de trabalho e na renda das pessoas que migraram para Vitória da Conquista.

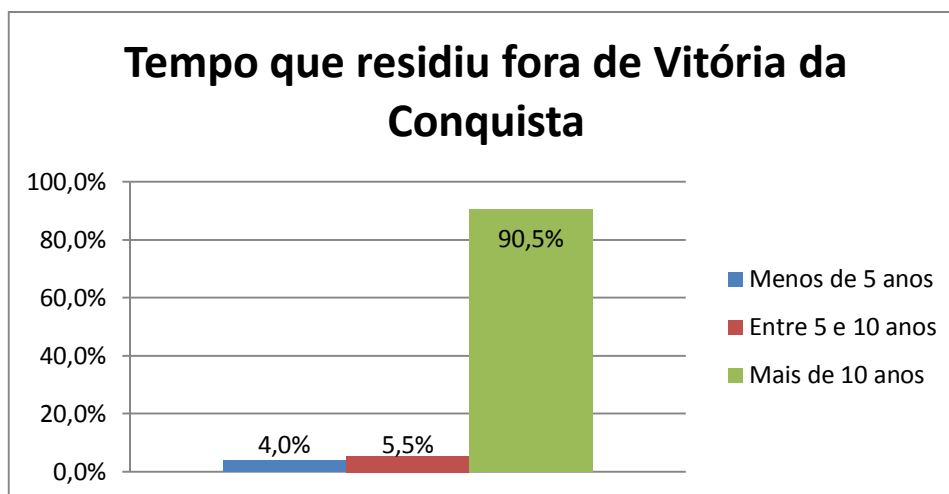
Gráfico 4 – Tempo que reside na cidade



Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2013

A maioria dos pesquisados (57%) mora em Vitória da Conquista há mais de 10 anos. É possível inferir que os pesquisados encontraram melhores condições de vida em Vitória da Conquista, o que os fizeram permanecer por tanto tempo neste município. Esse fato pode, portanto, justificar a faixa etária dos pesquisados.

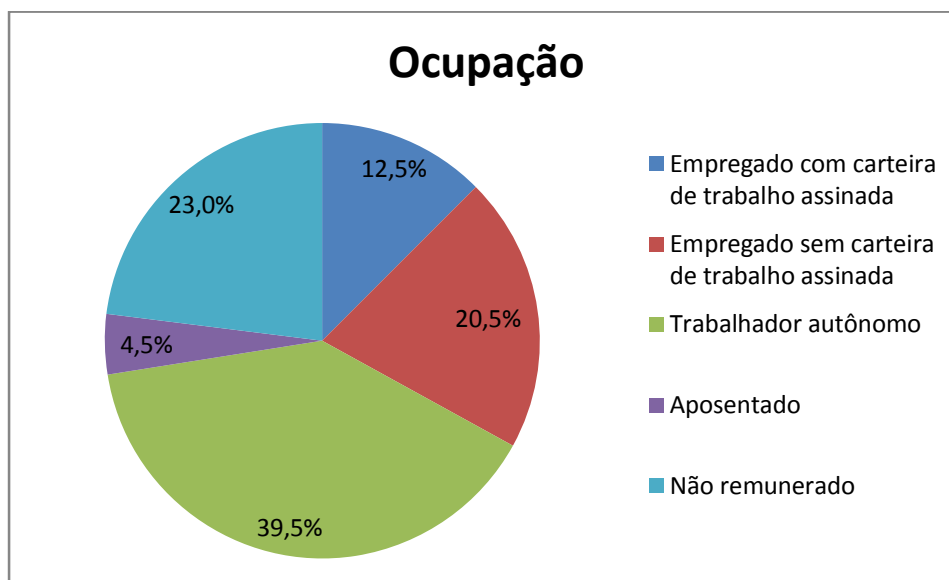
Gráfico 5 – Tempo que residiu fora de Vitória da Conquista



Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2013

Sobre o tempo que residiu fora de Vitória da Conquista, a grande maioria mora na cidade há mais de 10 anos. Ou seja, ante a faixa etária predominante, confirma-se que a moradia dos migrantes se limitou a antes e depois de Vitória da Conquista.

Gráfico 6 – Condição atual de ocupação

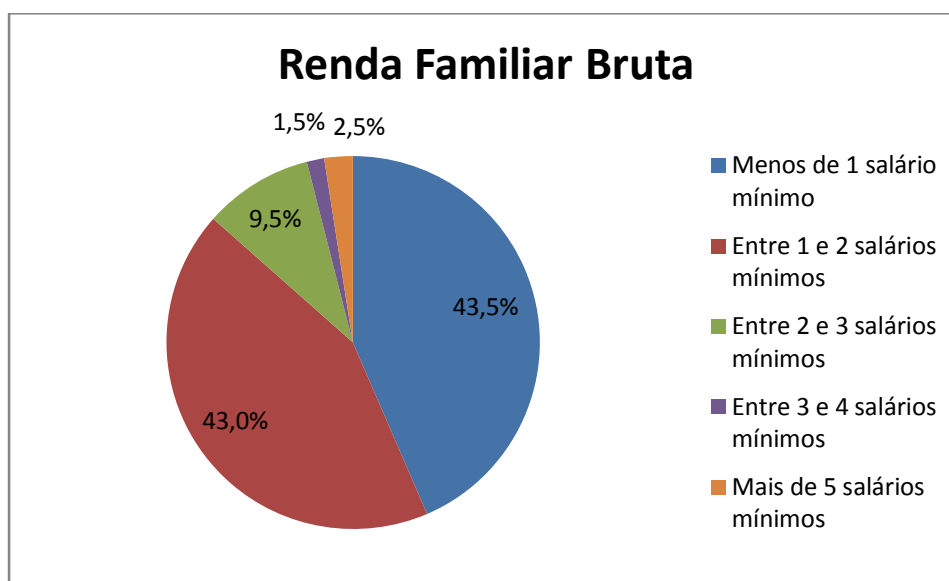


Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2013]

À exceção dos aposentados e não remunerados, que somam 24,5% dos pesquisados, nota-se que apenas 12,5% dos migrantes trabalha com carteira assinada, o que pode ter relação com o tipo de trabalho e grau de escolaridade dos

pesquisados, uma vez que as funções para aqueles que possuem pouca escolaridade ainda se encontram desprotegidas de determinadas obrigações legais para o empregado. Ressalte-se, no entanto, que a sequencia de crises econômicas que o mundo vivencia e repercute no Brasil, somado à realidade histórica da região, onde há o predomínio de produção e consumo de bens primários, podem impactar diretamente nas condições do mercado de trabalho como um todo. Fato é que, sem acesso ao contrato formal, configurado pela carteira assinada, convive-se, fatalmente, com maior exclusão de benefícios da legislação social e trabalhista. Em meio a este contexto, cabe o registro de que, recentemente, o governo federal regulamentou o trabalho doméstico, estando tal condição, no entanto, longe ainda de ser uma realidade aplicável na região em estudo, tendo em vista a baixa condição econômica da sua população. Estudos posteriores, inclusive, poderão revelar o impacto dessas decisões sobre tal mercado de trabalho.

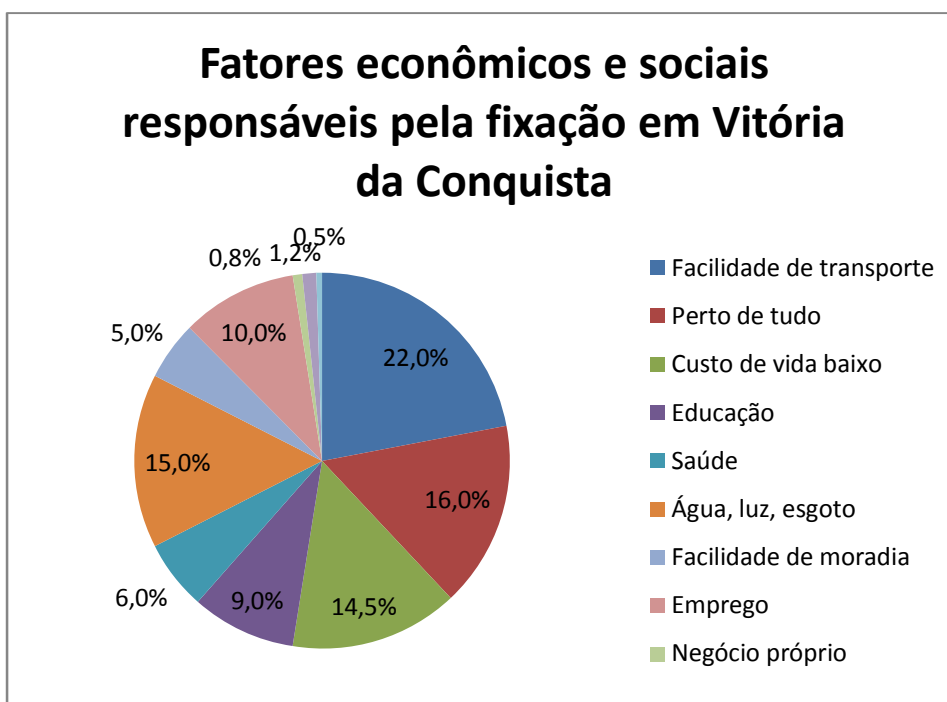
Gráfico 7 – Renda familiar bruta em Vitória da Conquista



Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2013

Ante os resultados já apresentados é possível compreender, com relativa facilidade, a concentração de migrantes (43,5%) que possuem renda familiar bruta menor que um salário mínimo. O mercado de trabalho pouco especializado, além do baixo grau de escolaridade, explicam ainda o alto percentual de migrantes que possuem renda familiar bruta entre 1 e 2 salários mínimos.

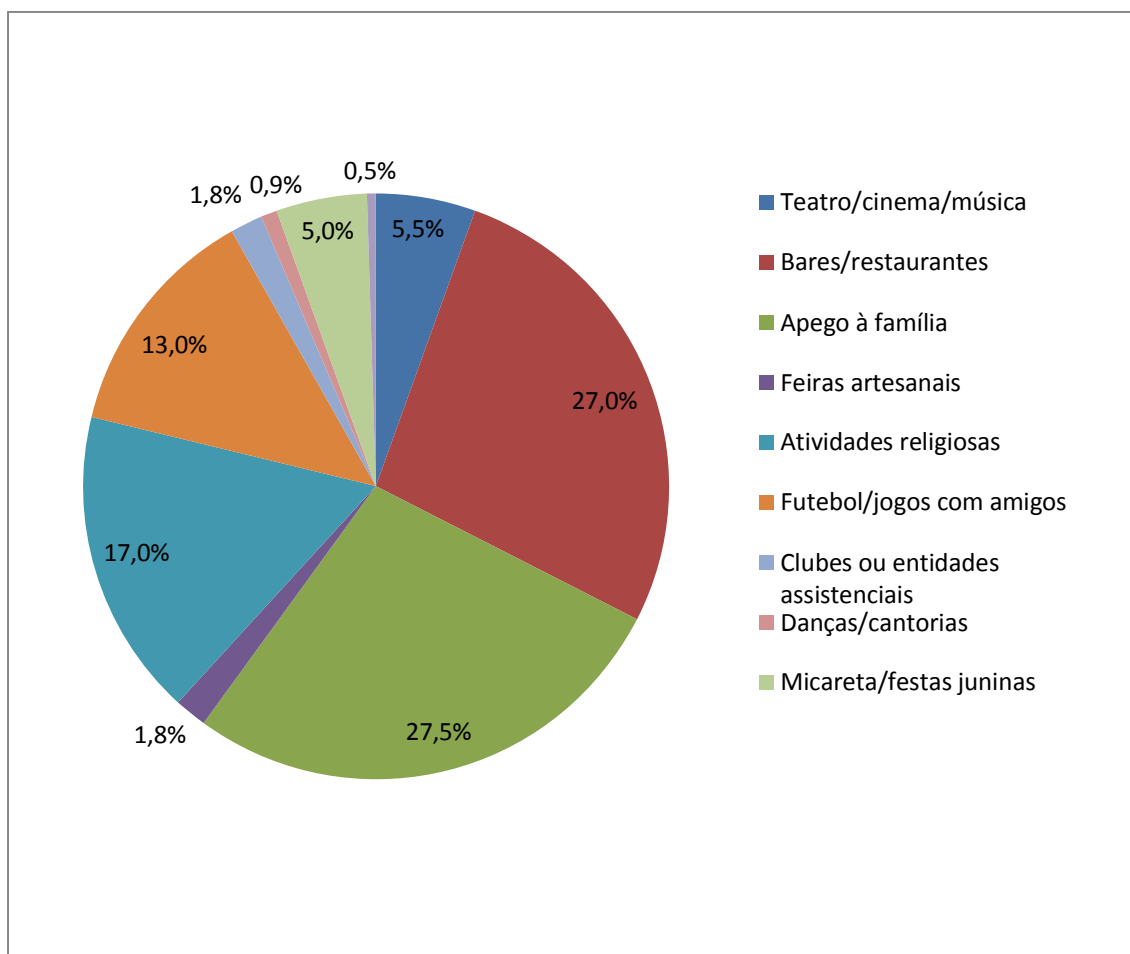
Gráfico 8 – Fatores econômicos e sociais responsáveis pela sua fixação em Vitória da Conquista



Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2013

Em relação aos fatores econômicos e sociais, curiosamente aspectos relacionados a emprego ou negócio próprio não aparecem em primeiro lugar. Soberanamente, a facilidade de transportes, com 22%, aparece no topo da lista de preferências com fator determinante pela fixação em Vitória da Conquista. Logo em seguida, aparece o fato de Vitória da Conquista estar “perto de tudo”. O custo de vida só vai aparecer como terceira opção com 14,5%. Outros aspectos importantes, relacionados a educação, saúde, moradia, também não se encontram entre as primeiras opções.

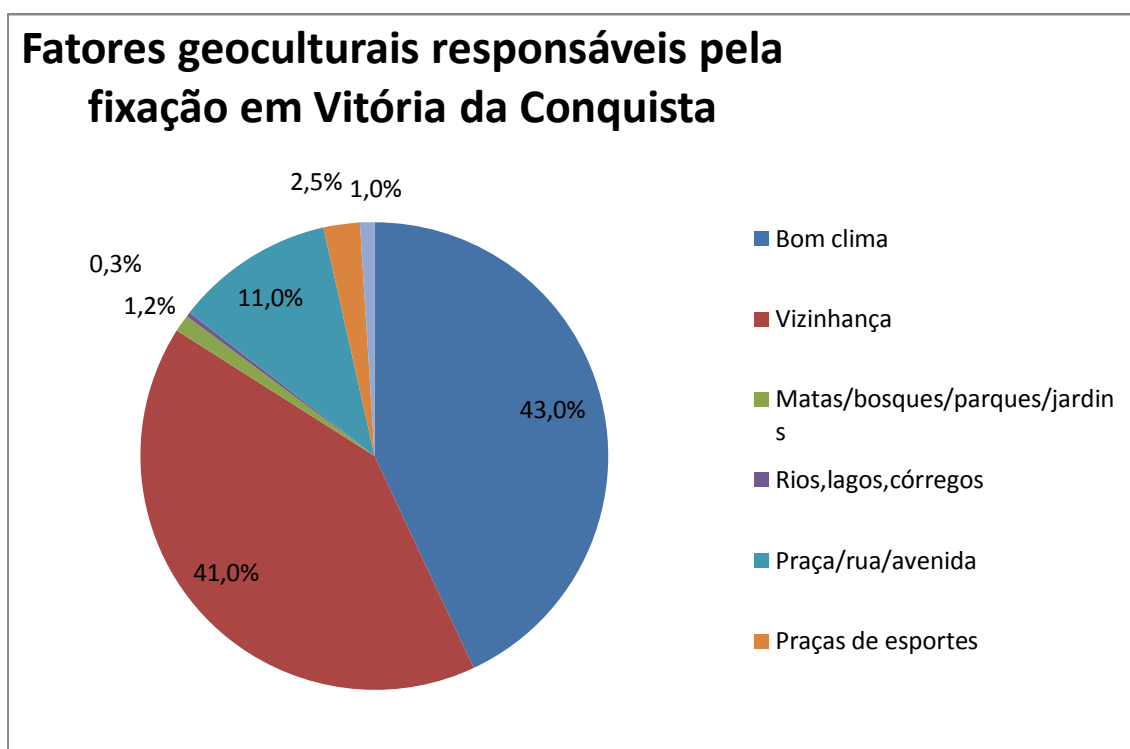
Gráfico 9 – Fatores culturais responsáveis pela sua fixação em Vitória da Conquista



Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2013

Em relação aos fatores culturais de Vitória da Conquista, os elementos que se destacaram na opção dos entrevistados foram: Apego à Família (27,5%), seguido de a facilidade de acesso a bares, restaurantes (27%) e atividades religiosas com 17% da opção dos pesquisados. Embora a cidade já disponha de equipamentos urbanos capazes de agregar atividades relacionadas a Teatro, cinema e música, estes não figuram entre as primeiras opções dos entrevistados. Pode-se inferir que, ou essas atividades não são freqüentes ou o custo das mesmas não são compatíveis com a renda dos pesquisados.

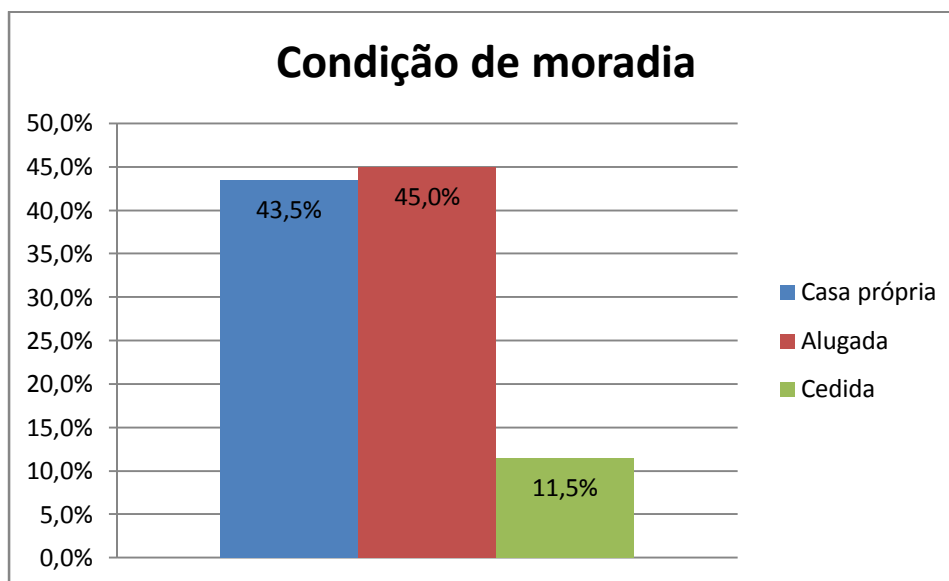
Gráfico 10 – Fatores geoculturais responsáveis pela sua fixação na cidade de Vitória da Conquista



Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2013

O gráfico acima, com os fatores geoculturais, demonstra que o fator climático é o que mais se destacou na opção dos pesquisados com...43% das escolhas. Certamente, o clima da cidade, apesar da localização no polígono das secas, é menos rigoroso que o de outras cidades da região, fato que levou a se destacar na opção dos entrevistados. Chama a atenção ainda o fator “vizinhança”, com 41% como outra forte opção dos entrevistados. Ao que parece, embora Vitória da Conquista seja uma cidade na qual já é praticamente impossível “conhecer todos”, a mesma não perdeu o clima interiorano de acolhimento às pessoas que para essa cidade migram.

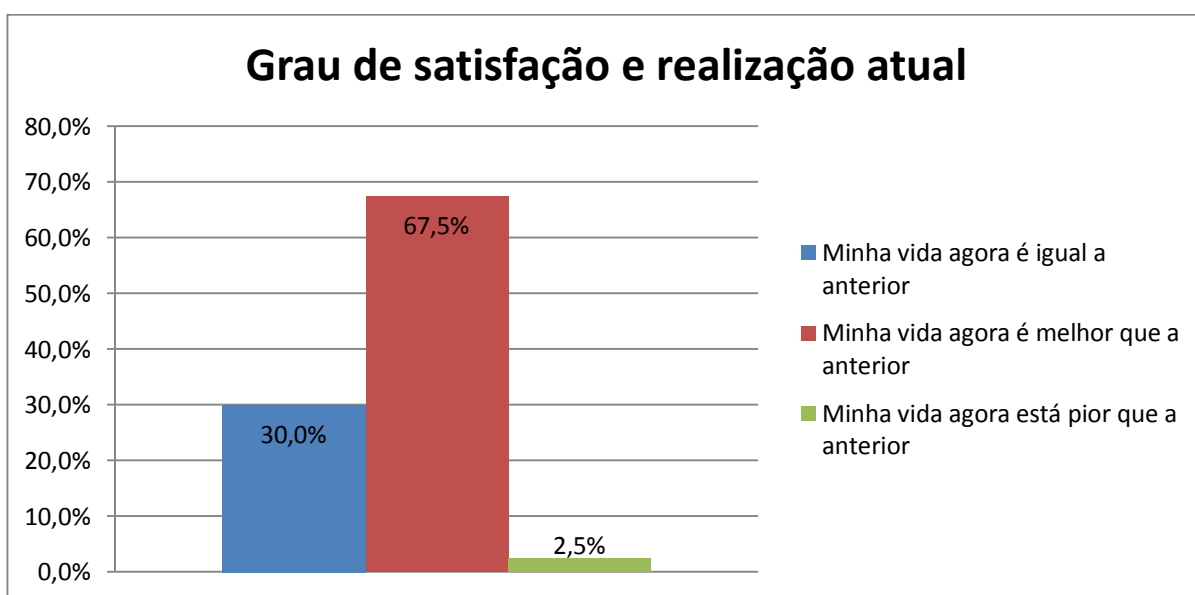
Gráfico 11 – Condição de moradia



Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2013

Em relação às condições de moradia notas-se relativo equilíbrio entre aqueles que possuem casa própria e alugada. Embora o governo tenha intensificado, nos últimos anos, diversos programas de habitação popular, a exemplo do “Minha casa, minha vida”, ainda há um grande contingente populacional que não teve acesso a tais programas.

Gráfico 12 – Grau de satisfação e realização atual de sua vida, se comparado com aquele que você tinha á anterior



Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2013

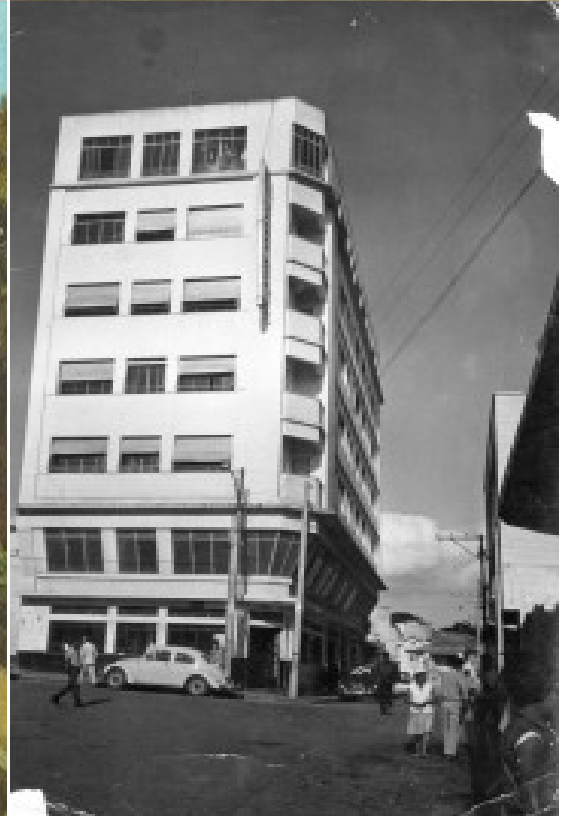
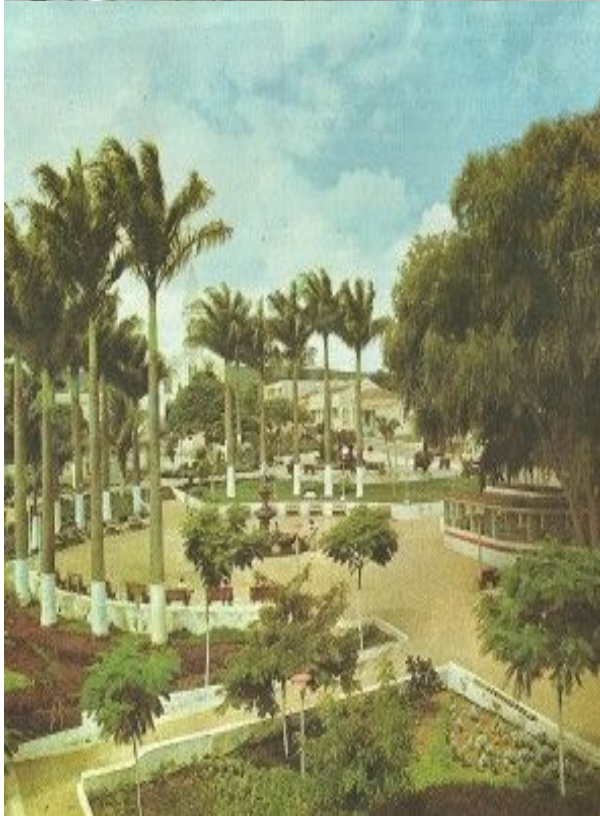
Em relação ao grau de satisfação e realização pessoal, em função da migração, de forma soberana, 67,5% dos migrantes reconhecem a suas vidas melhoraram em relação à anterior. É possível depreender que, ainda que a escolaridade não seja a mais alta, a renda familiar não esteja entre as melhores, enfim as condições de vida não sejam a ideal, ainda assim, as pessoas que fizeram a mudança sentem-se realizadas e satisfeitas com a vida atual, se comparada à anterior.

BRICOLAGEM – VITÓRIA DA CONQUISTA



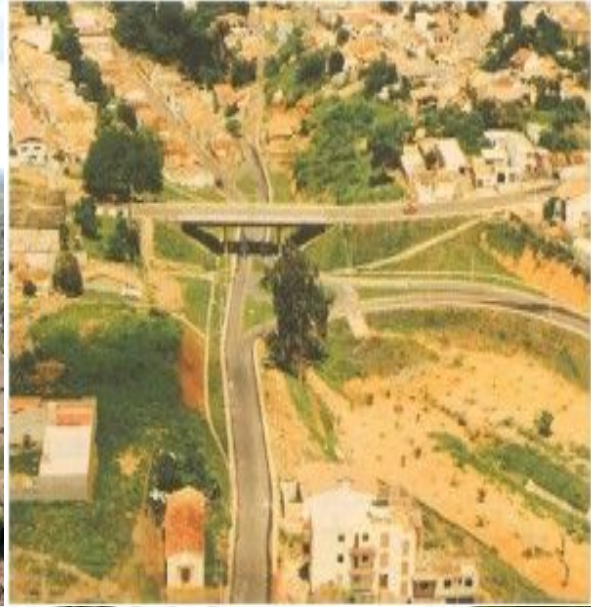


















BRICOLAGEM – CIDADES DA REGIÃO SUDOESTE



